ÍNDICE

I - Preâmbulo	15
II - Planejamento	17
1. Plano Plurianual - P.P.A.	17
2. Lei de Diretrizes Orçamentárias - L.D.O.	17
3. Lei Orçamentária Anual - L.O.A.	18
III - Demonstrações Contábeis	22
1. Balanço Orçamentário	22
1.1- Receitas	25
1.1.1- Receitas Correntes	29
a) Receitas Tributárias	31
b) Transferências Correntes	31
b.1) Royalties do Petróleo	33
c) Outras Receitas Correntes	34
c.1) DETRAN - Receitas de Multas de Trânsito	34
d) Receitas de Origens Diversas	36
d.1) Receitas Patrimoniais	37
1.1.2- Receitas de Capital	39
a) Operações de Crédito	40
b) Alienações de Bens	41
1.1.3- Fiscalização das Receitas	42
1.2- Despesas	48
1.2.1- Despesas Correntes	51
a) Pessoal e Encargos Sociais	52
b) Juros e Encargos da Dívida	53
c) Outras Despesas Correntes	54
1.2.2- Despesas de Capital	62
1.2.3- Despesas por Órgão	64
1.2.4- Propaganda e Publicidade	69
1.3 - Créditos Adicionais	72
1.4 - Reserva de Contingência	74
2. Balanço Patrimonial	75
2.1 - Análise	76
2.2 - Acompanhamento da Dívida Ativa	79
2.3 - Dívida Fundada	89
2.3.1 - Interna	89
2.3.2 - Externa	91
2.3.3 - Empréstimos	93
3. Demonstração das Variações Patrimoniais	95
4. Balanço Financeiro	95
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa	96
IV - Lei nº 9496/97 - Acordo de Renegociação da Dívida	98
V - Precatórios e Obrigações de Pequeno Valor	108
VI - Atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal	113
a - Relatório Resumido da Execução Orçamentária	113
b - Relatório de Gestão Fiscal	114
c - Despesas com Pessoal e Reflexos	114
VII - Ensino	117
VIII - Saúde	121
IX - Controle Interno	142
X - Programa Estadual de Desestatização	143
XI - Avaliação dos Indicadores de Gestão	149

(continua)

continuação	
XII - Fiscalizações Operacionais	230
Segurança Pública	
XII.1 - Controle, armazenamento e destinação das drogas, armas de fogo e veículos automotores apreendidos pela Polícia Civil	233
Saúde	
XII.2 - Cadastros e produções do Estado nos sistemas de informações oficiais SUS (CNES e SIH)	238
Educação	
XII.3 - Condições oferecidas nas Unidades Escolares Estaduais	264
XII.4 - Merenda Escolar	306
DER	
XII.5 - Duplicação, implantação e recuperação de rodovias estaduais	322
Recursos Hídricos	
XII.6 - Crise Hídrica no Estado de São Paulo	340
ARTESP	
XII.7 - A composição do quadro de pessoal	362
PRODESP	
XII.8 - Gestão da PRODESP	365
XIII - Copa do Mundo 2014	372
XIV - Expedientes	383
XV - Recomendações - Exercício de 2013	385
XVI - Síntese do Apurado	425
XVII - Considerações Finais	426

PROCESSO: **TC-00788/026/14**

INTERESSADO: **GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

ASSUNTO: **CONTAS ANUAIS DO GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GOVERNADOR: **DR. GERALDO ALCKMIN**

EXERCÍCIO: **2014**

RELATOR: **CONSELHEIRO DR. DIMAS EDUARDO RAMALHO**

Senhor Diretor Técnico de Divisão,

I - PREÂMBULO

Apresentamos à apreciação de Vossa Senhoria o relatório do acompanhamento anual, do exame e da análise procedida nos demonstrativos e peças contábeis, com vista à emissão de parecer prévio sobre as contas da Administração do Estado, relativas ao exercício de 2014, na conformidade do inciso I, artigo 33 da Constituição do Estado, combinado com o inciso I, artigo 2º e artigo 23 e seus parágrafos da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, e do artigo 178 e da letra "a", inciso I, artigo 183, ambos do Regimento Interno.

Referidas contas foram apresentadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador à Augusta Assembléia Legislativa do Estado, nos termos do inciso IX, artigo 47 da Constituição Estadual. Consoante parágrafos 1º e 2º, artigo 23 da Lei Orgânica deste Tribunal, estas abrangem a totalidade do exercício financeiro do Estado, compreendendo as atividades do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, do Ministério Público e do próprio Tribunal de Contas, e compõem-se, basicamente, do Balanço Geral do Estado e seus Anexos, elaborados sob a égide da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, acompanhado de circunstanciado relatório do Senhor Secretário da Fazenda, abordando os aspectos relevantes da gestão orçamentária e financeira do Estado e o Relatório de Acompanhamento dos programas aprovados no Plano Plurianual 2012/2015.

Ressaltamos a metodologia de levantamento e

apresentação dos demonstrativos, e as análises que ora submetemos a Vossa Senhoria.

Assim, temos o Balanço Geral – Demonstrações Consolidadas, bem como as Demonstrações da Administração Direta e as Demonstrações da Administração Indireta, que compreendem também as empresas dependentes INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A - IPT, COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CETESB, EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO S/A – EMPLASA, COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS – CPTM, e COMPANHIA PAULISTA DE EVENTOS E TURISMO – CPETUR (a partir do exercício 2010), lembrando que estão contemplados tanto os recursos próprios quanto aqueles alocados pelo Tesouro do Estado.

Portanto, nossas análises refletem, basicamente, os resultados das Administrações Direta e Indireta do Estado, evidenciando os trabalhos e levantamentos realizados *in loco* e as avaliações de indicadores de gestão, e também as despesas com pessoal, manutenção do ensino, saúde, precatórios, dívida e os resultados orçamentário e financeiro.

As contas do exercício financeiro de 2014 foram entregues neste E. Tribunal, em 30 de abril de 2015, mediante Ofício do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. Geraldo Alckmin, às fls. 12.

Por força do disposto no parágrafo único do artigo 38 e no artigo 178 do Regimento Interno, foi comunicada, em sessão de 05/02/2014 do Tribunal Pleno, a designação do eminente Conselheiro Dr. Dimas Eduardo Ramalho como relator das contas do Governo do Estado de São Paulo relativas ao exercício de 2014, ata publicada no D.O. de 15/02/2014.

Os exames e as análises, consideradas necessárias a uma apreciação geral e fundamentada sobre o exercício financeiro e a execução orçamentária, foram realizados dentro do enfoque das disposições do artigo 32 e do inciso I, artigo 33, ambos da Constituição do Estado, atinentes à "fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, das entidades da Administração Direta e Indireta e das Fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas...", devendo-se salientar que as matérias específicas merecem exames e julgamentos em autos próprios por este Egrégio Tribunal.

Cabe enfatizar que a Lei Federal nº 4.320, de

17 de março de 1964, estatui no "caput" do artigo 2° que "A Lei de Orçamento conterá a discriminação da receita e despesa, de forma a evidenciar a política econômico-financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos aos princípios da unidade, universalidade e anuidade". No capítulo "DO CONTROLE EXTERNO", desse mesmo diploma legal, estabelece o artigo 81 que "O controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego do dinheiro público e o cumprimento da Lei do Orçamento", em harmonia com o disposto no artigo 111, da Constituição do Estado.

II - PLANEJAMENTO

1 - Plano Plurianual

1.1 - Elaboração

O Plano Plurianual relativo ao quadriênio de 2012/2015 foi instituído pela Lei n° 14.676, de 28 de dezembro de 2011, publicada no DOE de 29/12/2011, estabelecendo os requisitos obrigatórios previstos no § 1°, artigo 174, da Constituição do Estado.

Em continuidade aos trabalhos de acompanhamento, e com o intuito de dar cumprimento à competência atribuída a esta Corte pela Constituição Estadual, inciso IV – artigo 33, bem como pela Lei Complementar n° 709/93, inciso VII – artigo 2°, foi avaliado o cumprimento das metas previstas em 43 programas do PPA 2012-2015, tendo por base as peças orçamentárias do governo estadual.

Os resultados desta análise estão relatados no item XI – Avaliação de Indicadores de Gestão.

2 - Lei de Diretrizes Orçamentárias

2.1 – Elaboração

A Lei nº 15.109, de 29 de julho de 2013, publicada em 30 de julho de 2013, dispôs sobre as diretrizes orçamentárias relativas ao exercício de 2014, estabelecendo os requisitos obrigatórios previstos no § 2º, artigo 174 da Constituição do Estado e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ressalvadas as falhas apontadas no item XI – Avaliação de Indicadores de Gestão.

3 - Lei Orçamentária Anual

A mensagem A – nº 168/2013, datada de 30 de setembro de 2013, do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. Geraldo Alckmin, enviou a Proposta Orçamentária para 2014, nos termos do inciso XVII do artigo 47, elaborada consoante artigo 174, ambos da Constituição do Estado, com observância, também, das Diretrizes Orçamentárias para 2014, bem como das normas constantes da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000, encaminhada à Augusta Assembléia Legislativa e convertida na Lei nº 15.265, de 26 de dezembro de 2013, publicada no "Diário Oficial do Estado" em 27 de dezembro de 2013, que orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2.014, ressalvadas as falhas apontadas no item XI – Avaliação de Indicadores de Gestão.

3.1 - Disposição Preliminar

O artigo 1º da Lei Orçamentária diz respeito à divisão do Orçamento em 3 (três) partes, ou seja, FISCAL, da SEGURIDADE SOCIAL e de INVESTIMENTOS DAS EMPRESAS.

3.2 - Do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social

O artigo 2º orça a Receita e o artigo 4º fixa a Despesa do Estado em valores iguais a 189.112.038.732,00 (cento e oitenta e nove bilhões, cento e doze milhões, trinta e oito mil e setecentos e trinta e dois reais).

Neste total, estão incluídos os recursos próprios das Autarquias, Fundações e Empresas Dependentes, no montante de R$ 10.933.015.378 (dez bilhões, novecentos e trinta e três milhões, quinze mil e trezentos e setenta e oito reais); além disso, há R$ 21.816.501.143 (vinte e um bilhões, oitocentos e dezesseis milhões, quinhentos e um mil e cento e quarenta e três reais) de receitas intra-orçamentárias.

O artigo 3º especifica o desdobramento da Receita do Tesouro do Estado, conforme quadro a seguir:

I - Receita do Tesouro do Estado		**178.243.772.410**
1 - Receitas Correntes		**167.476.712.792**
Receita Tributária	141.608.698.026	
Receita de Contribuições	18.813.010	
Receita Patrimonial	5.533.868.642	
Receita Agropecuária	6.087.600	
Receita Industrial	2.943.620	
Receita de Serviços	492.046.977	
Transferências Correntes	15.649.006.978	
Outras Receitas Correntes	4.165.247.939	
2 - Receitas de Capital		**10.767.059.618**
Operações de Crédito	9.298.620.000	
Alienação de Bens	801.020.330	
Amortização de Empréstimos	1.587.600	
Transferências de Capital	665.831.478	
Outras Receitas de Capital	210	
II - Receita dos Orgãos da Adm. Indireta		**32.812.498.589**
Receitas Correntes	32.450.037.465	
Receitas de Capital	362.461.124	
III - Receitas Intra-orçamentárias Correntes	-21.816.501.143	**-21.816.501.143**
IV - Receitas Intra-orçamentárias de Capital	-127.731.124	**-127.731.124**
R E C E I T A T O T A L		**189.112.038.732**

O artigo 4º estabelece a fixação da Despesa em:

Despesa	R$1,00	%
Orçamento Fiscal	163.889.022.477	86,66
Orçamento da Seguridade Social	25.223.016.255	13,34
TOTAL	**189.112.038.732**	**100,00**

O artigo 5º evidencia a despesa total fixada,

por órgão orçamentário, separada em Orçamento Fiscal e Orçamento da Seguridade Social.

O Orçamento da Seguridade Social compreende as verbas destinadas às secretarias da Saúde e de Desenvolvimento Social; e também parte das verbas destinadas às secretarias da Fazenda, da Justiça e da Defesa da Cidadania, da Segurança Pública e da Gestão Pública. Já o Orçamento Fiscal compreende os demais Órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, bem como a Reserva de Contingência.

3.3 - Do Orçamento de Investimentos das Empresas

O artigo 7º fixa o valor de R$ 9.196.066.560,00 (nove bilhões, cento e noventa e seis milhões, sessenta e seis mil e quinhentos e sessenta reais), destinado ao orçamento de investimentos das Empresas, não computadas as entidades cuja programação consta integralmente do Orçamento Fiscal. A fonte de recursos está discriminada da seguinte forma:

Fonte de Financiamento	R$1,00	%
Tesouro do Estado	4.990.260.560	54,27
Operações de Crédito	1.378.133.000	14,99
Próprios	1.921.035.000	20,89
Outras Fontes	906.638.000	9,86
TOTAL	**9.196.066.560**	**100,00**

3.4 - Da Autorização para Abertura de Créditos Suplementares

Conforme dispõe o artigo 9º, fica o Poder Executivo autorizado a:

I - abrir, durante o exercício, créditos suplementares até o limite de 17% (dezessete por cento) da despesa total fixada no artigo 4º, observado o disposto no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos adicionais até o limite consignado como Reserva de Contingência.

Não onerarão o limite previsto no inciso I, os créditos:

1 Destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias, relativas a inativos e pensionistas, honras de aval, débitos constantes de precatórios judiciais, serviços da dívida pública, despesas de exercícios anteriores e despesas à conta de recursos vinculados, até o limite de 9% do total da despesa fixada no artigo 4°.

2 Abertos mediante a utilização de recursos na forma prevista no artigo 43, § 1°, inciso III, da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa fixada no artigo 4° da Lei Orçamentária.

Observados os limites a que se referem os incisos I e II, fica o Poder Executivo autorizado a alocar recursos em grupo de despesa ou elemento de despesa não dotados inicialmente, com a finalidade de garantir a execução da programação aprovada na LOA, e também transpor, remanejar ou transferir recursos em decorrência de atos relacionados à organização e funcionamento da administração estadual, quando não implicar aumento de despesa, nem criação ou extinção de órgãos públicos, conforme autorizado no artigo 47, XIX, a, da Constituição Estadual.

De acordo com o estabelecido no artigo 9°, fica o Poder Executivo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, autorizado a remanejar recursos, entre atividades e projetos de um mesmo programa, no âmbito de cada órgão, obedecida a distribuição por grupo de despesa.

III - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 - Balanço Orçamentário

Conforme estabelece o artigo 102 da Lei Federal nº 4.320/64, o Balanço Orçamentário tem por objetivo demonstrar as Receitas e Despesas previstas, comparadas às realizadas, para se determinar o Resultado Orçamentário do exercício.

Nestes termos, temos que o confronto da Despesa Realizada com a Receita Arrecadada indicará o DÉFICIT OU SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO do período, enquanto a Despesa Autorizada com a Realizada demonstrará se houve ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA.

Destacamos, a seguir, as receitas e as despesas Intra-Orçamentárias, excluídas dos quadros demonstrativos, posto que trata-se de valores simultâneos em duas entidades do mesmo nível de governo.

Os valores envolvem a movimentação de recursos referentes ao regime próprio de previdência; à integralização de capital social nas empresas dependentes; à parte de reformas de unidades escolares e gerenciamento de obras por meio da FDE; e à descentralização de dotações orçamentárias da Unidade FUNDES aos órgãos e entidades não vinculados à Secretaria da Saúde.

R$ MILHARES

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	**2014**
RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORCAMENTARIAS	23.079.309
RECEITAS DE CONTRIBUICOES-INTRA-ORCAMENTARIA	20.884.544
CONTRIBUICOES SOCIAIS - INTRA-ORCAMENTARIAS	20.884.544
CONTRIB.PREVIDENC.DO REG.PROPRIO - INTRA-ORC	20.884.544
RECEITAS INTRA-ORCAMENTARIAS C/REC.DE SERVIC	2.194.762
RECEITAS INTRA-ORCAMENTARIAS C/REC.DE SERVIC	2.194.762
OUTROS SERVICOS DO ESTADO	921.869
SERVICOS DE SAUDE	1.172.345
TAXA DE ADMINISTRACAO	100.548
RECEITAS INTRA-ORCAMENTARIAS: OUTRAS REC.COR	3
INDENIZACOES E RESTITUIC.INTRA-ORCAMENTARIAS	3
OUTRAS RESTITUICOES	3
RECEITAS DE CAPITAL - INTRA-ORCAMENTARIAS	1.091.308
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1.091.308
INTEGRALIZACAO DO CAPITAL SOCIAL	783.959
INTEGRALIZACAO COM RECURSOS DE OUTRAS FONTES	149.898
INTEGRALIZACAO COM RECURSOS DO TESOURO	634.060
OUTRAS RECEITAS	307.350
OUTRAS RECEITAS	307.350
TOTAL	**24.170.617**

R$ MILHARES

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2014
ADM DIRETA	21.861.951
DESPESAS CORRENTES	20.770.643
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.165.042
APLICACOES DIRETAS-INTRA ORCAMENTARIAS	1.165.042
CONTRIBUICOES	10.712
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.179
DIARIAS - CIVIL	652
INDENIZACOES E RESTITUICOES	12
MATERIAL DE CONSUMO	53.111
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.238
OUT SERV DE TERC-PJ INTRA ORCAMENTARIAS	807.255
OUTROS BENEF.ASSIST.DO SERVIDOR E DO MILITAR	639
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	930
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	264.765
SERVICOS DE CONSULTORIA	1.000
SERVICOS DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	15.773
SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	4.141
SUBVENCOES SOCIAIS	2.637
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.605.601
APLICACOES DIRETAS-INTRA ORCAMENTARIA	19.605.601
AUXILIO - TRANSPORTE	808
CONTRIBUICAO ENTIDADES FECHADAS PREVIDENCIA	30.302
INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	30
OBRIGACOES PATRONAIS	18.821.866
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	2.029
OUTROS BENEF.ASSIST.DO SERVIDOR E DO MILITAR	1
SALARIO FAMILIA	0
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	750.565
DESPESAS DE CAPITAL	1.091.308
INVERSOES FINANCEIRAS	783.959
APLIC.DIRETAS-OP.ENTRE ENTID.INTEGR.ORCAMENT	783.959
AQUISICAO DE IMOVEIS	0
CONST.OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	783.959
INVESTIMENTOS	307.350
APLICACOES DIRETAS-INTRA ORCAMENTARIAS	307.350
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.395
OBRAS E INSTALACOES	256.955
ADM. INDIRETA	2.308.666
DESPESAS CORRENTES	2.308.666
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.007
APLICACOES DIRETAS-INTRA ORCAMENTARIAS	10.007
OUT SERV DE TERC-PJ INTRA ORCAMENTARIAS	10.007
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.298.658
APLICACOES DIRETAS-INTRA ORCAMENTARIA	2.298.658
OBRIGACOES PATRONAIS	2.298.658
TOTAL	**24.170.617**

Evidenciamos, a seguir, os resultados apurados nos últimos exercícios, salientando que os dados do Balanço Geral do Estado incluem as empresas dependentes IPT, CETESB, CPTM, EMPLASA e a CPETUR:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA — **R$ milhares**

Superávit/Déficit Orçamentário	2011	2012	2013	2014
Despesa Realizada	105.214.807	111.345.491	123.869.310	130.801.134
Receita Arrecadada	134.911.571	143.928.865	163.344.845	173.893.412
Superávit Orçamentário	**29.696.764**	**32.583.374**	**39.475.535**	**43.092.278**
%Rec Arrecadada	**22,01%**	**22,64%**	**24,17%**	**24,78%**

Economia Orçamentária	2011	2012	2013	2014
Despesa Autorizada	110.798.321	116.164.153	127.949.775	136.499.358
Despesa Realizada	105.214.807	111.345.491	123.869.310	130.801.134
Economia Orçamentária	**5.583.514**	**4.818.662**	**4.080.465**	**5.698.223**
% s/ Desp Autorizada	**5,04%**	**4,15%**	**3,19%**	**4,17%**

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA — **R$ milhares**

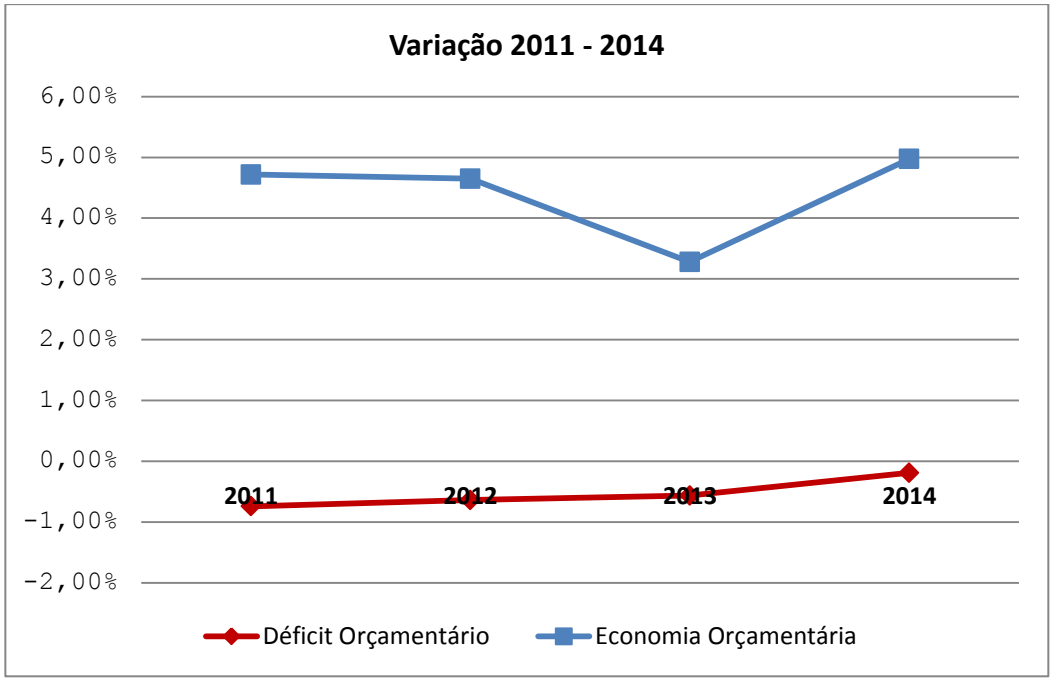
Superávit/Déficit Orçamentário	2011	2012	2013	2014
Despesa realizada	39.257.828	43.458.123	52.911.286	54.870.263
Receita Arrecadada	8.497.862	9.892.163	12.441.095	11.422.485
Déficit Orçamentário	**-30.759.966**	**-33.565.960**	**-40.470.191**	**-43.447.777**
% s/ Rec . Arrecadada	**-362%**	**-339%**	**-325%**	**-380%**

Economia Orçamentária	2011	2012	2013	2014
Despesa Autorizada	40.827.530	46.186.951	54.824.061	58.890.270
Despesa realizada	39.257.828	43.458.123	52.911.286	54.870.263
Economia Orçamentária	**1.569.702**	**2.728.828**	**1.912.775**	**4.020.008**
% s/ Desp. Autorizada	**3,84%**	**5,91%**	**3,49%**	**6,83%**

CONSOLIDADO — **R$ milhares**

Superávit/Déficit Orçamentário	2011	2012	2013	2014
Despesa Realizada	144.472.635	154.803.614	176.780.596	185.671.397
Receita Arrecadada	143.409.433	153.821.028	175.785.940	185.315.897
Déficit/Superávit Orçamentário	**-1.063.202**	**-982.586**	**-994.656**	**-355.500**
%Rec. Arrecadada	**-0,74%**	**-0,64%**	**-0,57%**	**-0,19%**

Economia Orçamentária	2011	2012	2013	2014
Despesa Autorizada	151.625.851	162.351.104	182.773.836	195.389.628
Despesa Realizada	144.472.635	154.803.614	176.780.596	185.671.397
Economia Orçamentária	**7.153.216**	**7.547.490**	**5.993.240**	**9.718.231**
% s/ Desp Autorizada	**4,72%**	**4,65%**	**3,28%**	**4,97%**



1.1 – Receitas

A evolução da Receita Estimada comparada com a Receita Arrecadada, em conformidade com os Balanços Orçamentários, é a seguinte:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA **R$ MIL**

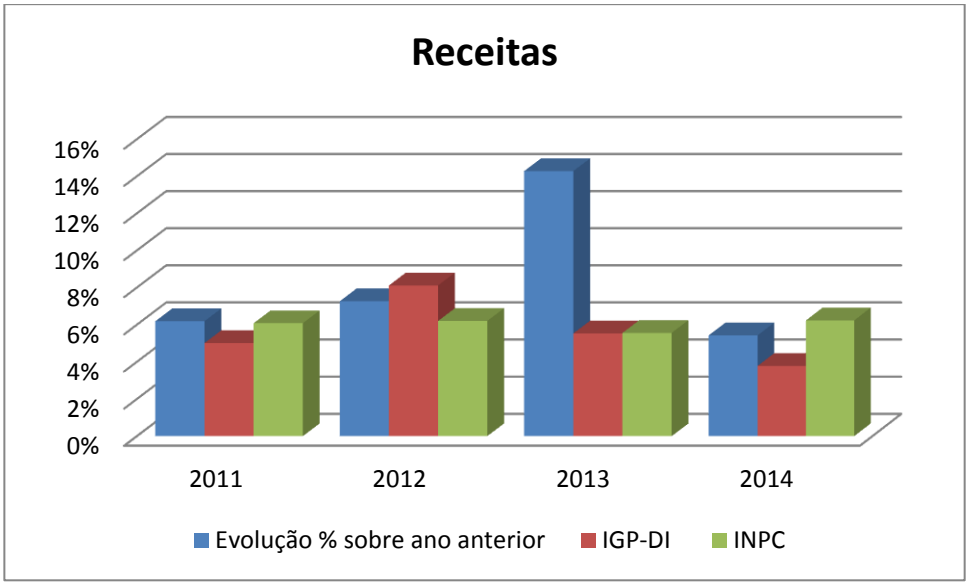
Receita	2011	2012	2013	2014
Estimada	132.345.330	147.230.874	162.625.656	178.179.023
Arrecadada	134.911.571	143.928.865	163.344.845	173.893.412
Diferença	**2.566.241**	**-3.302.009**	**719.189**	**-4.285.611**
% sobre Estimada	1,94%	-2,24%	0,44%	-2,41%

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA **R$ MIL**

Receita	2011	2012	2013	2014
Estimada	8.378.235	9.467.181	10.822.708	10.933.015
Arrecadada	8.497.862	9.892.163	12.441.095	11.422.485
Diferença	**119.627**	**424.982**	**1.618.387**	**489.470**
% sobre Estimada	1,43%	4,49%	14,95%	4,48%

CONSOLIDADO **R$ MIL**

Receita	2011	2012	2013	2014
Estimada	140.723.564	156.698.055	173.448.364	189.112.038
Arrecadada	143.409.433	153.821.028	175.785.940	185.315.897
Diferença	**2.685.869**	**-2.877.027**	**2.337.576**	**-3.796.141**
% sobre Estimada	1,91%	-1,84%	1,35%	-2,01%
Evolução da Arrecadada	8.353.784	10.411.595	21.964.912	9.529.958
Evolução % s/ano anterior	6,19%	7,26%	14,28%	5,42%
IGP-DI - índices anuais	5,01%	8,11%	5,53%	3,78%
INPC	6,08%	6,20%	5,56%	6,23%



De acordo com o quadro a seguir apresentado, a receita arrecadada da *Administração Direta* foi de R$ 173.893.412 mil, representada, principalmente, pela Receita Tributária.

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2011	2012	2013	2014	AV%
RECEITAS CORRENTES	*133.581.013*	*142.075.916*	*158.628.911*	*166.382.728*	*95,68%*
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.757.566	3.576.942	9.080.491	6.451.037	3,71%
RECEITA AGROPECUARIA	6.912	5.811	6.333	7.240	0,00%
RECEITA DE SERVICOS	392.073	264.261	397.498	466.356	0,27%
RECEITA INDUSTRIAL	1.791	2.109	2.148	2.502	0,00%
RECEITA PATRIMONIAL	3.167.765	3.890.338	4.004.564	6.869.056	3,95%
RECEITA TRIBUTARIA	113.532.207	121.762.806	130.511.339	136.008.829	78,21%
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	12.866	15.814	18.491	33.256	0,02%
TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.709.832	12.557.837	14.608.046	16.544.450	9,51%
RECEITAS DE CAPITAL	*1.330.558*	*1.852.949*	*4.715.934*	*7.510.684*	*4,32%*
ALIENACAO DE BENS	37.184	1.010.150	7.761	822.186	0,47%
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0	11.620	1.455	1.463	0,00%
OPERACOES DE CREDITO	1.196.759	790.014	4.633.381	6.550.888	3,77%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0	0	0,00%
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	96.614	41.165	73.338	136.147	0,08%
TOTAL	**134.911.571**	**143.928.865**	**163.344.845**	**173.893.412**	**100%**

Com relação à *Administração Indireta* temos:

R$ MILHARES

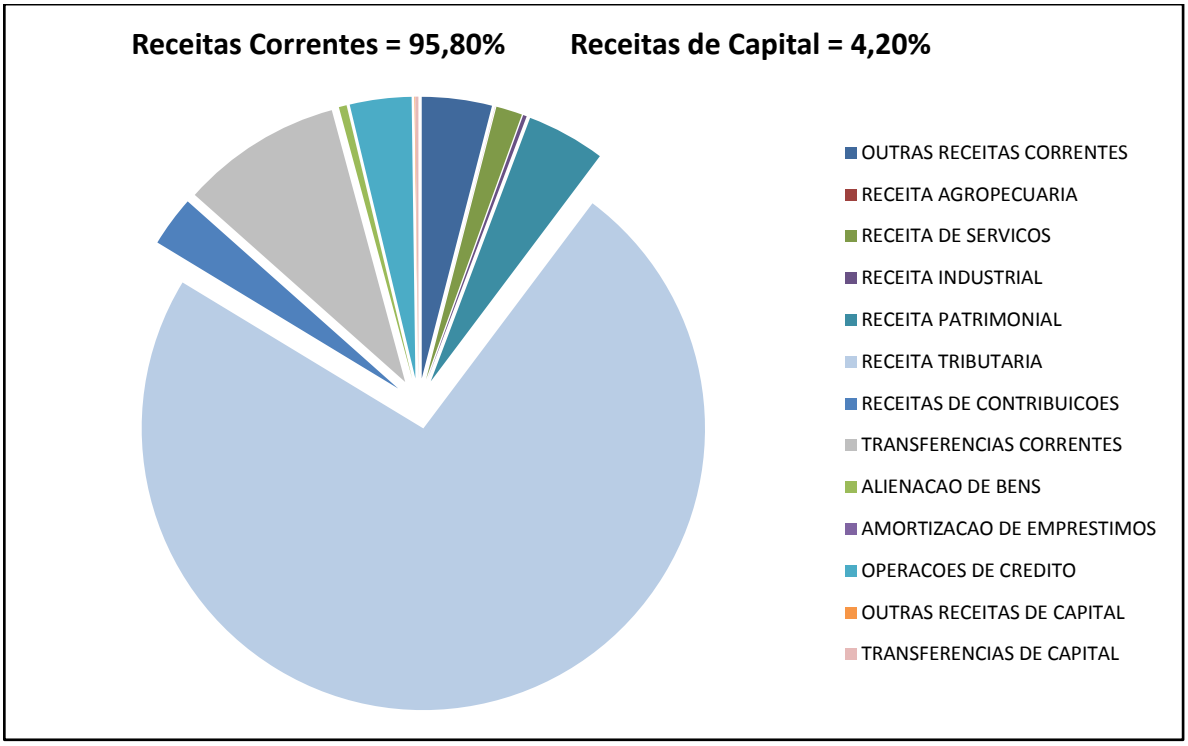
ADM INDIRETA	2011	2012	2013	2014	AV%
RECEITAS CORRENTES	*8.392.040*	*9.830.318*	*11.388.991*	*11.149.617*	*97,61%*
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	715.789	938.441	1.137.925	989.221	8,66%
RECEITA AGROPECUARIA	18.178	17.005	8.251	3.854	0,03%
RECEITA DE SERVICOS	2.208.108	2.242.502	2.300.054	2.328.223	20,38%
RECEITA INDUSTRIAL	164.746	180.057	165.475	387.262	3,39%
RECEITA PATRIMONIAL	1.213.547	1.714.334	2.416.481	1.493.578	13,08%
RECEITA TRIBUTARIA	10.812	18.556	42.260	55.950	0,49%
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	3.746.578	4.377.365	4.796.932	5.325.659	46,62%
TRANSFERENCIAS CORRENTES	314.281	342.058	521.612	565.870	4,95%
RECEITAS DE CAPITAL	*105.822*	*61.845*	*1.052.104*	*272.868*	*2,39%*
ALIENACAO DE BENS	12.283	15.955	14.309	9.904	0,09%
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	5.031	788	2.343	1.075	0,01%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	55.866	23.438	41.677	66.648	0,58%
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	32.642	21.663	993.775	195.241	1,71%
TOTAL	**8.497.862**	**9.892.163**	**12.441.095**	**11.422.485**	**100%**

Consolidando os valores temos:

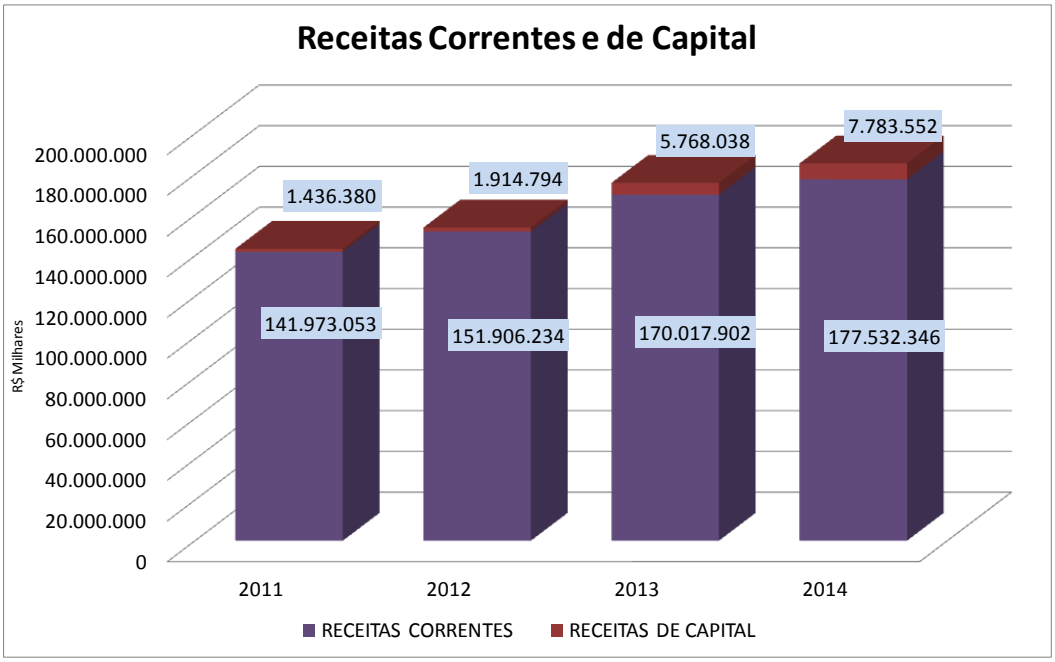
R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2011	2012	2013	2014	AV %
RECEITAS CORRENTES	*141.973.053*	*151.906.234*	*170.017.902*	*177.532.346*	*95,80%*
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.473.356	4.515.383	10.218.416	7.440.259	4,01%
RECEITA AGROPECUARIA	25.091	22.815	14.584	11.095	0,01%
RECEITA DE SERVICOS	2.600.181	2.506.763	2.697.553	2.794.579	1,51%
RECEITA INDUSTRIAL	166.537	182.166	167.623	389.765	0,21%
RECEITA PATRIMONIAL	4.381.312	5.604.671	6.421.045	8.362.634	4,51%
RECEITA TRIBUTARIA	113.543.020	121.781.362	130.553.599	136.064.779	73,42%
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	3.759.444	4.393.179	4.815.423	5.358.915	2,89%
TRANSFERENCIAS CORRENTES	13.024.113	12.899.895	15.129.657	17.110.320	9,23%
RECEITAS DE CAPITAL	*1.436.380*	*1.914.794*	*5.768.038*	*7.783.552*	*4,20%*
ALIENACAO DE BENS	49.468	1.026.105	22.070	832.090	0,45%
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	5.031	12.409	3.798	2.538	0,00%
OPERACOES DE CREDITO	1.196.759	790.014	4.633.381	6.550.888	3,53%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	55.866	23.438	41.677	66.648	0,04%
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	129.257	62.828	1.067.112	331.389	0,18%
TOTAL	**143.409.433**	**153.821.028**	**175.785.940**	**185.315.897**	**100%**

No exercício em exame, a Receita Arrecadada apresentou a seguinte composição:



Demonstramos, a seguir, a evolução das receitas no período de 2011 a 2014:



Na tabela seguinte, demonstramos a variação entre o exercício 2010 (base 100), atualizado pela variação do IGP-DI a valores de dezembro de 2014, e o exercício 2014:

VARIAÇÃO 2010-2014

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2010* atualizado	AV%	2014	AV%	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO AH%
RECEITAS CORRENTES	162.252.734	96,62	177.532.346	95,80	15.279.612	9,42
RECEITAS DE CAPITAL	5.675.460	3,38	7.783.552	4,20	2.108.092	37,14
TOTAL	**167.928.194**	**100,00**	**185.315.897**	**100,00**	**17.387.703**	**10,35**

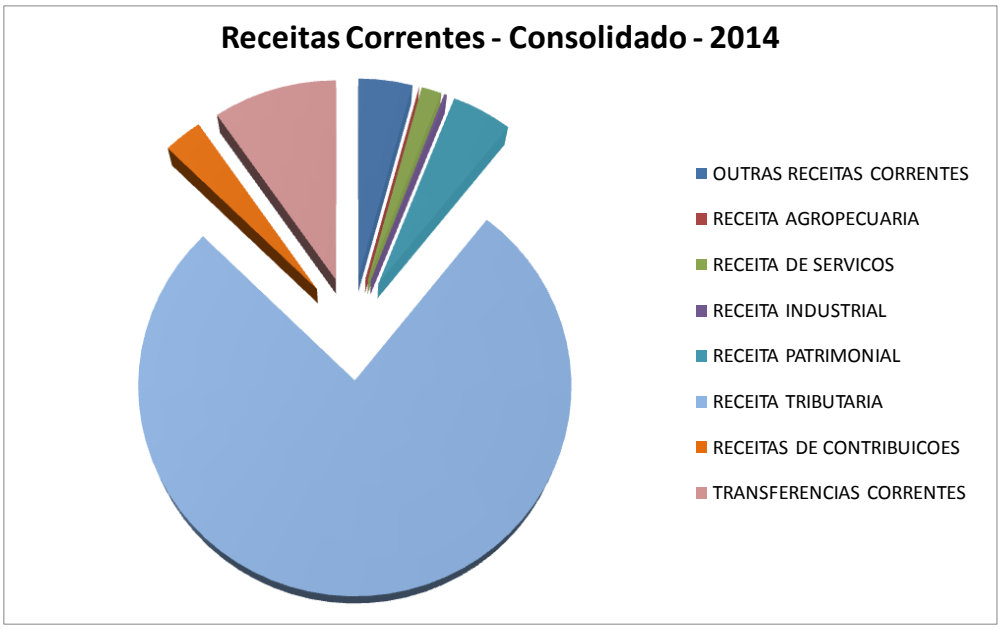
*atualizado a valores de dezembro/2014 pela variação do IGP-DI
Obs.: No quadro das variações, manteve-se os valores de dezembro/2010 como inicial base 100 para permitir a comparação com os valores de dezembro.
Variação do IGP-DI, considerando dez/2010 a nov/2014: 24,34%.

1.1.1 - Receitas Correntes

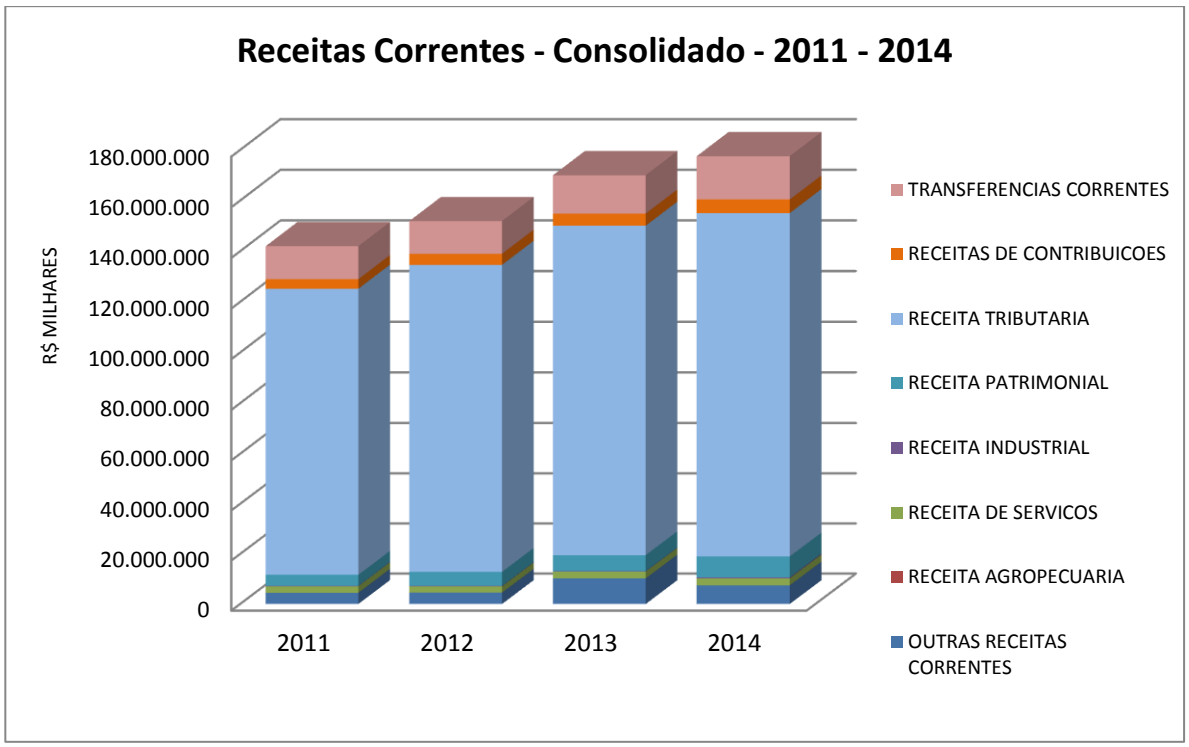
No exercício em exame, as Receitas Correntes (consolidadas) apresentaram a seguinte composição:

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2011	2012	2013	2014	AV %
RECEITAS CORRENTES	*141.973.053*	*151.906.234*	*170.017.902*	*177.532.346*	*100*
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.473.356	4.515.383	10.218.416	7.440.259	2,58
RECEITA AGROPECUARIA	25.091	22.815	14.584	11.095	0,02
RECEITA DE SERVICOS	2.600.181	2.506.763	2.697.553	2.794.579	1,72
RECEITA INDUSTRIAL	166.537	182.166	167.623	389.765	0,13
RECEITA PATRIMONIAL	4.381.312	5.604.671	6.421.045	8.362.634	4,95
RECEITA TRIBUTARIA	113.543.020	121.781.362	130.553.599	136.064.779	79,09
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	3.759.444	4.393.179	4.815.423	5.358.915	2,59
TRANSFERENCIAS CORRENTES	13.024.113	12.899.895	15.129.657	17.110.320	8,91



O gráfico a seguir demonstra a evolução das *Receitas Correntes* no período de 2011 a 2014:



VARIAÇÃO 2010 – 2014

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2010* atualizado	AV %	2014	AV%	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO AH%
RECEITAS CORRENTES	*162.252.734*	*100*	*177.532.346*	*100*	*15.279.612*	*9,42*
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.192.609	2,58	7.440.259	4,19	3.247.650	77,46
RECEITA AGROPECUARIA	25.555	0,02	11.095	0,01	-14.461	-56,59
RECEITA DE SERVICOS	2.798.777	1,72	2.794.579	1,57	-4.197	-0,15
RECEITA INDUSTRIAL	208.620	0,13	389.765	0,22	181.145	86,83
RECEITA PATRIMONIAL	8.034.242	4,95	8.362.634	4,71	328.392	4,09
RECEITA TRIBUTARIA	128.333.518	79,09	136.064.779	76,64	7.731.262	6,02
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	4.202.684	2,59	5.358.915	3,02	1.156.231	27,51
TRANSFERENCIAS CORRENTES	14.456.730	8,91	17.110.320	9,64	2.653.590	18,36

*atualizado a valores de dezembro/2014 pela variação do IGP-DI

Obs.: No quadro das variações, manteve-se os valores de dezembro/2010 como inicial base 100 para permitir a comparação com os valores de dezembro.

Variação do IGP-DI, considerando dez/2010 a nov/2014: 24,34%.

a) - Receitas Tributárias

Constata-se que o item mais representativo nas Receitas Correntes é o das Receitas Tributárias, que engloba a arrecadação do ICMS, do IPVA, do ITCMD e Outras (Emolumentos e Custas, Taxas e Contribuições de Melhoria).

RECEITA TRIBUTÁRIA R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2011	AV%	2012	AV%	2013	AV%	2014	AV%
SOMA	*113.543.020*	*100*	*121.781.362*	*100*	*130.553.599*	*100*	*136.064.779*	*100*
IPVA	10.437.321	*9,19*	11.403.657	*9,36*	12.131.370	*9,29*	12.578.343	*9,24*
ICMS	98.390.265	*86,65*	105.288.967	*86,46*	112.702.387	*86,33*	117.143.203	*86,09*
ITCMD	1.004.147	*0,88*	1.265.050	*1,04*	1.379.637	*1,06*	1.706.290	*1,25*
OUTRAS	3.711.287	*3,27*	3.823.689	*3,14*	4.340.205	*3,32*	4.636.944	*3,41*

Na comparação com o exercício anterior, verifica-se uma variação positiva de 4,22% no Consolidado, ante uma inflação de 3,78% (IGP-DI) e de 6,23% (INPC).

A seguir, comparamos a arrecadação da receita tributária de 2010 (atualizada) com a do exercício 2014:

RECEITA TRIBUTÁRIA R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2010* atualizado	AV%	2014	AV%	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO AH%
SOMA	*128.333.518*	*100,00*	*136.064.779*	*100,00*	*7.731.262*	*6,02*
IPVA	11.677.047	9,10	12.578.343	9,24	901.295	7,72
ICMS	111.305.551	86,73	117.143.203	86,09	5.837.652	5,24
ITCMD	1.219.499	0,95	1.706.290	1,25	486.791	39,92
OUTRAS	4.131.421	3,22	4.636.944	3,41	505.523	12,24

*atualizado a valores de dezembro/2014 pela variação do IGP-DI

Obs.: No quadro das variações, manteve-se os valores de dezembro/2010 como inicial base 100 para permitir a comparação com os valores de dezembro.

Variação do IGP-DI, considerando dez/2010 a nov/2014: 24,34%.

Considerando que 25% da arrecadação do ICMS e 50% do IPVA devem ser transferidos aos Municípios, nos termos dos incisos I e II, artigo 167 da Constituição Estadual, verificamos que R$ 35.574.972 mil foram repassados às Prefeituras, sendo R$ 29.285.801 mil referentes ao ICMS e R$ 6.289.171 mil referentes ao IPVA.

b) - Transferências Correntes

O total arrecadado a título de Transferências Correntes está assim distribuído:

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2011	2012	2013	2014
TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.709.832	12.557.837	14.608.046	16.544.450
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	15.366	33.066	15.160	8.637
TRANSF. DE INSTITUICOES PRIVADAS	28.458	7.522	3.255	46.375
TRANSF. DE PESSOAS	0	0	0	0
TRANSF. DO EXTERIOR	0	0	9	484
TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	12.666.009	12.517.248	14.589.622	16.488.954

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2011	2012	2013	2014
TRANSFERENCIAS CORRENTES	314.281	342.058	521.612	565.870
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	164.590	187.901	320.734	340.680
TRANSF. DE INSTITUICOES PRIVADAS	6.674	6.559	14.150	15.042
TRANSF. DE PESSOAS	3	3	3	4
TRANSF. DO EXTERIOR	56	69	57	34
TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	142.958	147.525	186.667	210.109

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2011	2012	2013	2014
TRANSFERENCIAS CORRENTES	13.024.113	12.899.895	15.129.657	17.110.320
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	179.956	220.968	335.895	349.318
TRANSF. DE INSTITUICOES PRIVADAS	35.132	14.081	17.404	61.417
TRANSF. DE PESSOAS	3	3	3	4
TRANSF. DO EXTERIOR	56	69	66	518
TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	12.808.966	12.664.773	14.776.289	16.699.063

Relativamente às Transferências do Exterior, houve o recebimento de um prêmio equivalente a USD 1 milhão, concedido pela Fundação Bill & Melinda Gates ao programa Acessa SP. Do valor recebido de R$ 2.298 mil, foram diferidos R$ 1.740 mil para o exercício seguinte.

Com relação às Transferências de Instituições Privadas, o maior incremento ocorreu no Fundo de Incentivo à Segurança Pública-FISP.

A seguir, comparamos a variação entre 2010 e 2014:

CONSOLIDADO	2010* atualizado	AV%	2014	AV%	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO AH%
TRANSFERENCIAS CORRENTES	*14.456.730*	*100,00%*	*17.110.320*	*100%*	*2.653.590*	*18,36%*
TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS	182.854	1,26%	349.318	2,04%	166.464	91,04%
TRANSF. DE INSTITUICOES PRIVADAS	58.326	0,40%	61.417	0,36%	3.092	5,30%
TRANSF. DE PESSOAS	10	0,00%	4	0,00%	-6,02	-60,36%
TRANSF. DO EXTERIOR	265	0,00%	518	0,00%	253	95,68%
TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS	14.215.275	98,33%	16.699.063	97,60%	2.483.787	17,47%

*atualizado a valores de dezembro/2014 pela variação do IGP-DI

Obs.: No quadro das variações, manteve-se os valores de dezembro/2010 como inicial base 100 para permitir a comparação com os valores de dezembro.

Variação do IGP-DI, considerando dez/2010 a nov/2014: 24,34%.

As transferências Intergovernamentais são compostas, principalmente, pelas transferências da União.

b.1) Royalties do Petróleo

A seguir, demonstramos as Receitas da Cota-Parte dos Royalties com a Compensação Financeira pela Produção de Petróleo nos exercícios de 2011 a 2014:

R$ milhares

Receitas com Royalties do Petróleo	2011	2012	2013	2014
COTA-PTE ROYALTIES: COMP.FINANC.PROD.PETROLE	60.717	85.590	156.326	369.423
COTA PTE.ROYALTIES PART.ESPECIAL-LEI 9478/97	-	-	18.349	187.474
Total	**60.717**	**85.590**	**174.675**	**556.897**

fonte: SIGEO

Informamos que o valor de 2014, de R$ 556,9 milhões, correspondeu a 0,30% da receita total do Estado no exercício.

Verificamos o Portal da Transparência do Governo Federal, no qual constam os seguintes dados referentes a 2014:

ÁREA	AÇÃO	ACUMULADO NO ANO Em R$ milhares
Encargos Especiais	0551 - Transferências do **Fundo Especial dos Royalties** pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 7.525, de 1986 - Art.6º)	2.983
Encargos Especiais	0548 - Transferências de **Cotas-Partes dos Royalties** pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997 - Art.48)	366.440
Encargos Especiais	0550 - Transferências de **Cotas-Partes da Participação Especial** pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997 - Art.50)	187.474
SOMA		**556.897**

Por meio do SIGEO, detalhamos os dados conforme segue:

Nome Sub Alinea Receita	Codigo e Nome Fonte Detalhada	R$ milhares
COTA PTE.ROYALTIES **PART.ESPECIAL**-LEI 9478/97	001001001 - TESOURO-GERAL	187.474
COTA-PTE ROYALTIES: COMP.FINANC.PROD.PETROLE	001001001 - TESOURO-GERAL	277.067
COTA-PTE ROYALTIES: COMP.FINANC.PROD.PETROLE	002002110 - COMPENS.FIN.REC.MIN.PROD.PETROLEO-**P.MUNICIPIO**	92.356
	soma	**556.897**

Observamos que a cota parte dos municípios foi devidamente identificada pelo código de fonte detalhada (002002110), o que não ocorreu com a cota parte estadual no valor de R$ 277.067 mil.

c - Outras Receitas Correntes

No que tange a "Outras Receitas Correntes", temos a seguinte posição:

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2011	2012	2013	2014	AV%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.757.566	3.576.942	9.080.491	6.451.037	100%
INDENIZACOES E RESTITUICOES	325.883	343.749	367.006	452.291	7,01%
MULTAS E JUROS DE MORA	1.806.171	1.728.943	4.459.438	2.378.584	36,87%
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	480.061	671.323	549.257	1.374.356	21,30%
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	1.145.451	832.927	3.704.790	2.245.807	34,81%

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2011	2012	2013	2014	AV%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	715.789	938.441	1.137.925	989.221	100%
INDENIZACOES E RESTITUICOES	206.853	188.002	232.076	305.609	30,89%
MULTAS E JUROS DE MORA	365.449	550.579	708.774	548.816	55,48%
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	35.536	55.846	51.812	68.071	6,88%
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	107.952	144.014	145.263	66.725	6,75%

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2011	2012	2013	2014	AV%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.473.356	4.515.383	10.218.416	7.440.259	100%
INDENIZACOES E RESTITUICOES	532.736	531.751	599.082	757.900	10,19%
MULTAS E JUROS DE MORA	2.171.619	2.279.521	5.168.212	2.927.400	39,35%
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	515.597	727.169	601.069	1.442.427	19,39%
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	1.253.403	976.941	3.850.053	2.312.533	31,08%

A seguir, comparamos a variação entre 2010 e 2014:

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2010* atualizado	AV%	2014	AV%	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO AH%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	*4.192.609*	*100%*	*7.440.259*	*100%*	*3.247.650*	*77,46%*
INDENIZACOES E RESTITUICOES	589.875	14,07%	757.900	10,19%	168.025	28,48%
MULTAS E JUROS DE MORA	2.162.053	51,57%	2.927.400	39,35%	765.347	35,40%
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	377.885	9,01%	1.442.427	19,39%	1.064.542	281,71%
RECEITAS CORRENTES DIVERSAS	1.062.796	25,35%	2.312.533	31,08%	1.249.736	117,59%

*atualizado a valores de dezembro/2014 pela variação do IGP-DI
Obs.: No quadro das variações, manteve-se os valores de dezembro/2010 como inicial base 100 para permitir a comparação com os valores de dezembro.
Variação do IGP-DI, considerando dez/2010 a nov/2014: 24,34%.

c.1 - DETRAN – Receitas com multas de trânsito

Por ocasião de Fiscalização Operacional realizada no DETRAN-SP (TC-A-12821/026/11), foram pesquisadas, por meio do SIGEO/ SIAFEM, as despesas realizadas com a receita proveniente de multas por infração do regulamento – Detran.

No relatório, constou o seguinte:

> Os recursos de multas de trânsito são legalmente vinculados por conta do art. 320 da Lei Federal n.º 9.503/97(Código de Trânsito Brasileiro), razão pela qual devem ser utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação (sinalização, engenharia de tráfego e de campo, policiamento e fiscalização e educação de trânsito), ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso (parágrafo único do art. 8º da LRF). Além disso, por conta do art. 50, I, da LRF, para esses recursos deve constar registro próprio para a disponibilidade de caixa, de modo que fiquem identificados e escriturados de forma individualizada.
> Ainda que as despesas liquidadas referentes ao DETRAN suplantem as receitas oriundas das multas de trânsito, não restou caracterizado o cumprimento das disposições do art. 320 do CTB, já que: a) o fluxo de aplicação de receitas de multa de trânsito escapa ao controle do DETRAN; b) inexiste os controles preconizados no art. 50, I, da LRF, para os efeitos do art.8º, parágrafo único da mesma lei; a exemplo do identificado para o FUNSET - Fundo Nacional de Segurança e Educação para o Trânsito (Fonte de receita detalhada 002002515) e DETRAN/DPVAT/FENASEG(Fonte de receita detalhada 002002524); c) desconhece-se o montante decorrente de rendimentos de aplicações financeiras; e d) a fiscalização contempla somente procedimentos referentes "Multas e Pontuação", "Liberação de Veículos", Liberação de Documentos" e "Leilão de veículos apreendidos", consoante QUADROS C dos Apêndices da Etapa de Diagnóstico de "Um Novo DETRAN para São Paulo" e art. 22, V, da Lei 9.503/1997.

Desta forma, demonstramos os valores referentes aos exercícios 2012, 2013 e 2014, conforme quadro a seguir:

em R$

		2012	2013	2014
A	Receita de Multas (19195002 - MULTAS POR INFRACAO DO REGULAMENTO - DETRAN)	191.701.787	209.985.639	227.646.557
B	(-) Ação 49910000 - EDUCACAO PARA O TRANSITO E PREV. DE ACIDENTES	0	24.490.458	51.154.170
C	(-) SUBFUNÇÃO 125-NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (APÓS EXCLUSÕES)	133.845.747	236.335.986	285.677.267
D	**(D=A-B-C)**	**57.856.040**	**-50.840.804**	**-109.184.881**

Utilizando os critérios do relatório de fiscalização operacional, verificamos que em 2012 houve uma aplicação a menor de R$ 57.856.040, em 2013 houve uma aplicação de R$ 50.840.840 acima do valor arrecadado, e em 2014 foram aplicados R$ 109.184.881 acima do valor de receitas de multas.

	QUADRO AUXILIAR REFERENTE AO ITEM C	**2012**	**2013**	**2014**
C	**SUBFUNÇÃO 125-NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**	**291.288.644**	**415.979.251**	**432.981.393**
	(-) 33113309000147 - VALID SOLUCOES E SERV.SEG.MEIOS PAG.IDENT.SA.	98.579.817	107.997.358	65.707.173
	(-) 60227857000170 - CENTERSYSTEM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	34.960.921	42.549.911	42.071.711

	(-) 04127301000131 - UNI-INTER-PLACAS COMERCIO E SERVICOS LTDA-ME	4.742.447	5.734.527	5.817.236
	(-) 21874516000135 - PLACASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	19.159.713	23.361.469	28.283.009
	(-) 04087070000180 - IZNEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.	0	0	5.424.997
	TOTAL DA SUBFUNÇÃO 125 APÓS EXCLUSÕES	**133.845.747**	**236.335.986**	**285.677.267**

d - Receitas de Origens Diversas

Agrupamos, sob este título, as demais receitas correntes, tendo em vista as suas peculiaridades, a saber:

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**AV%**
RECEITA AGROPECUARIA	6.912	5.811	6.333	7.240	0,10%
OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	0	1	0	1	0,00%
RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	1.833	2.457	2.575	1.336	0,02%
RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	5.079	3.353	3.757	5.903	0,08%
RECEITA DE SERVICOS	392.073	264.261	397.498	466.356	6,32%
RECEITA DE SERVICOS	392.073	264.261	397.498	466.356	6,32%
RECEITA INDUSTRIAL	1.791	2.109	2.148	2.502	0,03%
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	1.791	2.109	2.148	2.502	0,03%
RECEITA PATRIMONIAL	3.167.765	3.890.338	4.004.564	6.869.056	93,10%
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	204.939	1.092.004	1.321.978	3.899.511	52,85%
RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	1.420	0	3.838	8.911	0,12%
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	2.953.749	2.790.784	2.668.304	2.936.716	39,80%
RECEITAS IMOBILIARIAS	7.656	7.550	10.445	23.918	0,32%
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	12.866	15.814	18.491	33.256	0,45%
CONTRIBUICOES SOCIAIS	12.866	15.814	18.491	33.256	0,45%
TOTAL	**3.581.407**	**4.178.331**	**4.429.035**	**7.378.411**	**100%**

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**	**AV%**
RECEITA AGROPECUARIA	18.178	17.005	8.251	3.854	0,04%
OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	673	1.271	934	842	0,01%
RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	98	477	318	100	0,00%
RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	17.408	15.256	7.000	2.912	0,03%
RECEITA DE SERVICOS	2.208.108	2.242.502	2.300.054	2.328.223	24,41%
RECEITA DE SERVICOS	2.208.108	2.242.502	2.300.054	2.328.223	24,41%
RECEITA INDUSTRIAL	164.746	180.057	165.475	387.262	4,06%
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	164.746	180.057	165.475	387.262	4,06%
RECEITA PATRIMONIAL	1.213.547	1.714.334	2.416.481	1.493.578	15,66%
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	0	0	0	63.850	0,67%
RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	791.754	581.085	621.045	373.446	3,92%
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	366.411	1.080.792	1.722.563	973.755	10,21%
RECEITAS IMOBILIARIAS	55.382	52.456	72.874	82.527	0,87%
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	3.746.578	4.377.365	4.796.932	5.325.659	55,83%
CONTRIBUICOES SOCIAIS	3.746.578	4.377.365	4.796.932	5.325.659	55,83%
TOTAL	**7.351.157**	**8.531.263**	**9.687.194**	**9.538.576**	**100%**

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2011	2012	2013	2014	AV%
RECEITA AGROPECUARIA	25.091	22.815	14.584	11.095	0,07%
OUTRAS RECEITAS AGROPECUARIAS	673	1.272	934	843	0,00%
RECEITA DA PRODUCAO ANIMAL E DERIVADOS	1.931	2.934	2.893	1.437	0,01%
RECEITA DA PRODUCAO VEGETAL	22.487	18.609	10.757	8.815	0,05%
RECEITA DE SERVICOS	2.600.181	2.506.763	2.697.553	2.794.579	16,52%
RECEITA DE SERVICOS	2.600.181	2.506.763	2.697.553	2.794.579	16,52%
RECEITA INDUSTRIAL	166.537	182.166	167.623	389.765	2,30%
RECEITA DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO	166.537	182.166	167.623	389.765	2,30%
RECEITA PATRIMONIAL	4.381.312	5.604.671	6.421.045	8.362.634	49,43%
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	204.939	1.092.004	1.321.978	3.963.361	23,43%
RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	793.174	581.085	624.883	382.357	2,26%
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	3.320.160	3.871.576	4.390.867	3.910.472	23,12%
RECEITAS IMOBILIARIAS	63.038	60.006	83.318	106.445	0,63%
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	3.759.444	4.393.179	4.815.423	5.358.915	31,68%
CONTRIBUICOES SOCIAIS	3.759.444	4.393.179	4.815.423	5.358.915	31,68%
TOTAL	**10.932.564**	**12.709.594**	**14.116.229**	**16.916.988**	**100%**

d.1) Receitas Patrimoniais

A seguir, detalhamos as receitas patrimoniais nos últimos quatro exercícios:

R$ MILHARES

	2011	2012	2013	2014
RECEITA PATRIMONIAL – CONSOLIDADO	4.381.312	5.604.671	6.421.045	8.362.634
OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS	204.939	1.092.004	1.321.978	3.963.361
RECEITA DE CONCESSOES E PERMISSOES	793.174	581.085	624.883	382.357
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	3.320.160	3.871.576	4.390.867	3.910.472
RECEITAS IMOBILIARIAS	63.038	60.006	83.318	106.445

Observa-se que o incremento no total de receitas patrimoniais foi causado principalmente por Outras Receitas Patrimoniais. O BGE-Balanço Geral do Estado destaca que o elemento Outras Receitas Patrimoniais contém os ingressos de recursos provenientes da alienação do direito de exclusividade para a prestação de serviços bancários ao Banco do Brasil S/A.

Dentro das Receitas de Valores Mobiliários, temos as receitas com dividendos, que apresentaram variação de 323% de 2013 para 2014, conforme segue:

R$ MILHARES

	2011	2012	2013	2014	AV%
DIVIDENDOS	227.574	269.037	169.852	719.242	100%
DIVIDENDOS DAS ACOES DA CESP	60.673	144.046	99.923	276.664	38,47%
DIVIDENDOS DAS ACOES DA CIA.PTA.SECURITIZACA	0	0	0	321	0,04%
DIVIDENDOS DAS ACOES DA COSESP	96	0	0	0	0,00%
DIVIDENDOS DAS ACOES DA CPFL	0	9	2	0	0,00%
DIVIDENDOS DAS ACOES DA CTEEP	48.571	21.323	3	13.226	1,84%
DIVIDENDOS DAS ACOES DA DESEN. SP - AF-SP SA	16.956	7.582	2.688	16.069	2,23%
DIVIDENDOS DAS ACOES DA IMESP	98.077	94.767	63.386	58.629	8,15%
DIVIDENDOS DAS ACOES DA PRODESP	0	0	0	113.216	15,74%
DIVIDENDOS DAS ACOES DA SABESP	0	0	0	237.835	33,07%
OUTROS DIVIDENDOS DO ESTADO	3.201	1.310	3.851	3.283	0,46%

No quadro seguinte, temos a comparação entre o exercício 2010 (atualizado) e 2014, em relação às Receitas de Origens Diversas:

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	**2010* atualizado**	**AV%**	**2014**	**AV%**	**VARIAÇÃO NOMINAL**	**VARIAÇÃO AH%**
RECEITA AGROPECUARIA	25.555	0,17%	11.095	0,07%	-14.461	-56,59%
RECEITA DE SERVICOS	2.798.777	18,33%	2.794.579	16,52%	-4.197	-0,15%
RECEITA INDUSTRIAL	208.620	1,37%	389.765	2,30%	181.145	86,83%
RECEITA PATRIMONIAL	8.034.242	52,61%	8.362.634	49,43%	328.392	4,09%
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	4.202.684	27,52%	5.358.915	31,68%	1.156.231	27,51%
TOTAL	**15.269.877**	**100,00%**	**16.916.988**	**100,00%**	**1.647.110**	**10,79%**

*atualizado a valores de dezembro/2014 pela variação do IGP-DI

Obs.: No quadro das variações, manteve-se os valores de dezembro/2010 como inicial base 100 para permitir a comparação com os valores de dezembro.

Variação do IGP-DI, considerando dez/2010 a nov/2014: 24,34%.

1.1.2 - Receitas de Capital

As receitas de Capital apresentaram a seguinte composição, no ano de 2014:

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2011	2012	2013	2014	AV%
RECEITAS DE CAPITAL	1.330.558	1.852.949	4.715.934	7.510.684	100%
ALIENACAO DE BENS	37.184	1.010.150	7.761	822.186	10,95%
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0	11.620	1.455	1.463	0,02%
OPERACOES DE CREDITO	1.196.759	790.014	4.633.381	6.550.888	87,22%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0	0	0,00%
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	96.614	41.165	73.338	136.147	1,81%

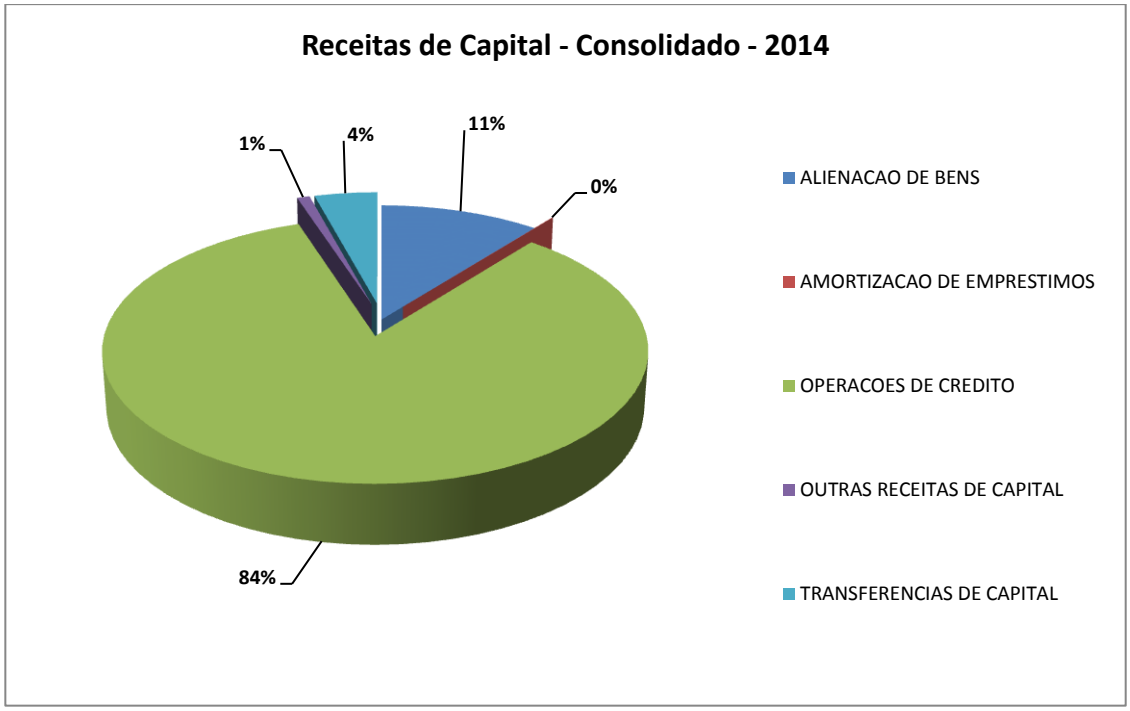
R$ MILHARES

ADM INDIRETA	2011	2012	2013	2014	AV%
RECEITAS DE CAPITAL	105.822	61.845	1.052.104	272.868	100%
ALIENACAO DE BENS	12.283	15.955	14.309	9.904	3,63%
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	5.031	788	2.343	1.075	0,39%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	55.866	23.438	41.677	66.648	24,42%
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	32.642	21.663	993.775	195.241	71,55%

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2011	2012	2013	2014	AV%
RECEITAS DE CAPITAL	1.436.380	1.914.794	5.768.038	7.783.552	100%
ALIENACAO DE BENS	49.468	1.026.105	22.070	832.090	10,69%
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	5.031	12.409	3.798	2.538	0,03%
OPERACOES DE CREDITO	1.196.759	790.014	4.633.381	6.550.888	84,16%
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	55.866	23.438	41.677	66.648	0,86%
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	129.257	62.828	1.067.112	331.389	4,26%

O gráfico demonstra a distribuição das Receitas de Capital no exercício 2014:



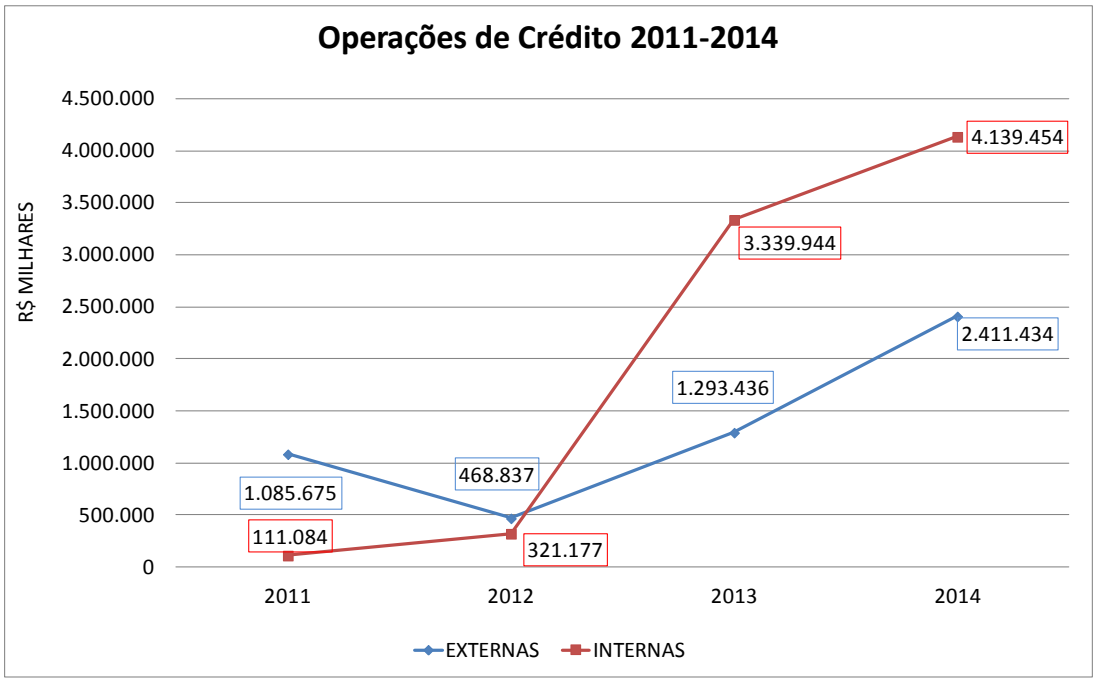
a) - Operações de Crédito

As Operações de Crédito apresentaram os seguintes valores:

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2011	2012	2013	2014
OPERACOES DE CREDITO	1.196.759	790.014	4.633.381	6.550.888
EXTERNAS	1.085.675	468.837	1.293.436	2.411.434
INTERNAS	111.084	321.177	3.339.944	4.139.454

Houve receitas de operações de crédito somente na Administração Direta.



A seguir, comparamos os exercícios 2010 (atualizado) com o exercício 2014:

VARIAÇÃO 2010 - 2014

CONSOLIDADO	2010* atualizado	AV%	2014	AV%	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO AH%
OPERACOES DE CREDITO	1.974.299	100%	6.550.888	100%	4.576.589	231,81%
EXTERNAS	1.557.414	78,88%	2.411.434	36,81%	854.020	54,84%
INTERNAS	416.885	21,12%	4.139.454	63,19%	3.722.569	892,95%

*atualizado a valores de dezembro/2014 pela variação do IGP-DI
Obs.: No quadro das variações, manteve-se os valores de dezembro/2010 como inicial base 100 para permitir a comparação com os valores de dezembro.
Variação do IGP-DI, considerando dez/2010 a nov/2014: 24,34%.

b - Alienações de Bens

Esta receita é proveniente da venda de bens patrimoniais do Estado, conforme segue:

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2011	2012	2013	2014
ALIENACAO DE BENS	49.468	1.026.105	22.070	832.090
ALIENACAO DE BENS IMOVEIS	17.643	89.466	20.663	32.610
ALIENACAO DE BENS MOVEIS	31.824	936.639	1.407	799.480
CESSAO DE DIREITOS CREDITORIOS	0	926.088	0	792.147
VENDA DE OUT.BENS PATRIM.EST.-FED TRIB.JUSTI	164	0	0	3.784
VENDA DE OUTROS BENS PATRIMONIAIS DO ESTADO	31.660	10.551	1.407	3.549

No exercício em análise, observamos que houve operação de cessão de direitos creditórios, por meio da CPSEC – Companhia Paulista de Securitização, no valor de R$ 792.147 mil. Trata-se de operação na qual o Estado cede recebíveis oriundos de programas de parcelamento, recebendo os valores antecipadamente.

Em breve síntese, a CPSEC deve lançar títulos (debêntures) com o intuito de captar recursos no mercado financeiro, prometendo remunerar o capital a determinada taxa. Tais títulos terão como garantia os direitos creditórios oriundos dos programas de parcelamento de débitos da Fazenda Estadual.

Os recursos provenientes da cessão foram aplicados, majoritariamente, em Amortização da dívida interna contratada, Execução de obras e instalações e Subscrição de ações, conforme quadro abaixo, destacado do BGE:

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA (R$)	APLICAÇÃO (R$)
ADMINISTRAÇÃO DIRETA + INDIRETA (TESOURO)	**822.185.895**	**822.185.895**
22190201 - VENDA DE OUTROS BENS PATRIMONIAIS DO ESTADO	1.883.355	0
22190202 - VENDA DE OUTROS BENS PATRIMONIAIS DO ESTADO - FED TJ	3.784.000	0
22190203 - CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS	792.146.609	0
22290101 - ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS	24.371.931	0
44905110 - ESTUDOS E PROJETOS	0	2.455.367
44905111 - GERENCIAMENTO DE OBRAS	0	3.634.735
44905130 - EXECUÇÃO DE OBRAS E INSTALAÇÕES	0	65.767.674
44905210 - VEÍCULOS DIVERSOS	0	3.784.000
45906510 - SUBSCRIÇÕES DE AÇÕES INVESTIMENTOS	0	37.462.188
46907110 – AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA INTERNA CONTRATADA	0	709.081.931

1.1.3 – FISCALIZAÇÕES DAS RECEITAS ESTADUAIS – 2014

Conforme o inciso IV do artigo 2° da Lei Complementar n° 709/93, é competência deste E. Tribunal acompanhar a arrecadação da receita dos Poderes Públicos sobre os quais tenha jurisdição.

Desta forma, esta DCG vem realizando referido trabalho de acompanhamento, por meio de relatório emitido pela PRODESP e do Boletim Diário de Arrecadação, cujos dados são cruzados com aqueles registrados no sistema SIAFEM. Este cruzamento possibilita verificar eventuais inconsistências entre a entrada de recursos financeiros, os totais informados

de arrecadação pelos bancos, e os valores contabilizados pelo Estado.

Outro aspecto de nosso trabalho é o acompanhamento da regularização de diferenças, de molde a estimular providências saneadoras por parte do Estado.

1.1.3.1 - DA ARRECADAÇÃO DO ICMS

Inicialmente, solicitamos o Boletim Diário de Arrecadação e a Relação de Resumo e Comprovantes de Depósitos Eletrônicos – SPB e comparamos com o valor contabilizado pela Diretoria de Arrecadação da Secretaria da Fazenda na conta transitória de Passivo 218918101 – "Controle da Arrecadação do ICMS", apresentando o seguinte quadro:

MÊS / 2014	MOVIMENTO SIAFEM (A)	SPB Bancos - Total ICMS (B)	CRÉDITO DIRETO BB - SIMPLES NACIONAL (C)	CPSEC 74% (D)	CPSEC 26% (E)	PEP 30% (F)	SALDO (G=A-B-C-D-E-F)
janeiro	10.049.518.136	9.717.861.954	299.717.659	23.634.507	8.304.016	0	0
fevereiro	9.906.935.749	9.637.638.990	234.809.629	25.520.476	8.966.654	0	0
março	9.678.537.043	9.405.467.772	239.227.643	25.042.804	8.798.823	0	0
abril	9.868.966.864	9.642.688.830	194.053.487	23.846.165	8.378.382	0	0
maio	10.038.682.941	9.691.989.971	313.552.213	24.524.160	8.616.597	0	0
junho	9.989.075.764	9.686.981.830	270.299.245	23.528.069	8.266.619	0	0
julho	10.251.199.215	9.974.275.431	245.979.215	22.898.981	8.045.588	0	0
agosto	9.777.236.681	9.480.496.201	263.410.396	24.664.261	8.665.822	0	0
setembro	10.495.473.339	10.190.209.303	273.388.819	23.587.661	8.287.556	0	0
outubro	10.918.095.035	10.600.575.341	286.762.707	22.760.170	7.996.816	0	0
novembro	10.400.918.679	10.045.927.024	292.876.558	22.394.828	8.030.082	31.690.187	0
dezembro	11.513.695.854	11.025.652.161	314.068.830	22.998.846	8.080.675	142.895.342	0
TOTAL	**122.888.335.298**	**119.099.764.809**	**3.228.146.402**	**285.400.928**	**100.437.630**	**174.585.529**	**0**

O demonstrativo indica que os valores do ICMS contabilizados pela Diretoria de Arrecadação, em contas do passivo, são condizentes com os valores dos relatórios sintéticos das baixas de contribuintes.

Ressaltamos que uma parcela da arrecadação do ICMS provém do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

Há, também, uma parcela da arrecadação que refere-se a valor de programa de parcelamento de débitos da Fazenda Estadual, cujos recebíveis foram negociados por meio da Companhia Paulista de Securitização – CPSEC.

1.1.3.2 – DA ARRECADAÇÃO DO IPVA

De forma similar ao ICMS, comparamos os Relatórios com o valor contabilizado pela Diretoria de Arrecadação da Secretaria da Fazenda na conta transitória de Passivo 218918102 – "Controle da Arrecadação do IPVA", apresentando o seguinte quadro:

MÊS/2014	SIAFEM-conta 214930902 ug-200122 (A)	BDA PARTE ESTADO + FUNDEB (B)	BDA 40% MUNICÍPIOS (C)	RESULTADO D= A-B-C	BANCOS SPB (E)	SIAFEM (-) SPB F = A-E
janeiro	5.247.639.989	3.148.604.355	2.099.035.633	0	5.247.639.989	0
fevereiro	2.335.325.306	1.401.208.253	934.117.053	0	2.335.325.306	0
março	1.764.626.176	1.058.785.656	705.840.521	0	1.764.626.176	0
abril	515.120.869	309.073.537	206.047.332	0	515.120.869	0
maio	445.474.539	267.285.404	178.189.136	0	445.474.539	0
junho	485.765.180	291.459.966	194.305.214	0	485.765.180	0
julho	437.260.324	262.356.894	174.903.430	0	437.260.324	0
agosto	441.010.272	264.606.785	176.403.488	0	441.010.272	0
setembro	578.798.768	347.280.264	231.518.504	0	578.798.768	0
outubro	421.624.053	252.975.038	168.649.014	0	421.624.053	0
novembro	334.688.252	200.813.440	133.874.812	0	334.688.252	0
dezembro	517.209.614	310.326.446	206.883.168	0	517.209.614	0
Total	**13.524.543.343**	**8.114.776.038**	**5.409.767.305**	**0**	**13.524.543.343**	**0**

Obs.: em janeiro, houve lançamento referente à utilização dos créditos da Nota Fiscal Paulista para o pagamento de IPVA, no valor de R$ 40.422.119.

1.1.3.3 - DA CONTABILIZAÇÃO DA RECEITA

Efetuamos o acompanhamento das diferenças existentes entre os valores contabilizados na UG-200122 e UG-200001, relativamente ao ICMS e ao IPVA.

Quanto ao ICMS, observamos que a maioria das diferenças antigas foi 'zerada'.

Em relação ao IPVA, diversas diferenças de valores elevados foram reduzidas.

Assim, nosso trabalho materializa-se num acompanhamento das diferenças entre os valores arrecadados e os contabilizados, de forma a diminuir os riscos de um descontrole administrativo sobre as diferenças.

a) ICMS

ANO/MÊS	ARRECADADO UG 200122	CONTABILIZADO EM RECEITA UG 200001	DIFERENÇA
2007 09	5.960.776.658,02	5.960.787.862,32	-11.204,30
2012 08	9.171.845.466,05	9.171.849.410,43	-3.944,38
2013 03	9.146.622.625,08	9.146.622.629,03	-3,95
2013 09	10.963.864.178,99	10.963.864.177,99	1,00
2013 11	9.915.739.770,50	9.915.737.156,19	2.614,31
2013 12	10.987.538.424,55	10.987.528.504,24	9.920,31
2014 01	9.997.271.573,13	9.998.183.483,75	-911.910,62
2014 02	9.906.199.997,31	9.906.199.997,21	0,10
2014 03	9.678.735.994,20	9.678.713.111,50	22.882,70
2014 04	9.868.912.780,52	9.868.912.118,49	662,03
2014 05	10.038.878.434,25	10.038.876.429,95	2.004,30
2014 06	9.988.784.789,68	9.988.777.682,90	7.106,78
2014 07	10.251.642.434,37	10.251.524.293,68	118.140,69
2014 08	9.776.898.397,04	9.776.885.004,54	13.392,50
2014 09	10.496.439.543,76	10.496.435.960,69	3.583,07
2014 10	10.916.985.787,94	10.917.123.771,88	-137.983,94
2014 11	10.401.378.698,23	10.400.959.475,96	419.222,27
2014 12	11.513.695.854,07	11.513.550.369,45	145.484,62

b) IPVA

ANO/MÊS	ARRECADADO UG 200122	CONTABILIZADO EM RECEITA UG 200001	DIFERENÇA
2007 07	208.078.557,55	208.071.354,58	7.202,97
2007 08	221.928.482,37	221.927.443,50	1.038,87
2007 09	257.245.284,42	257.256.888,85	-11.604,43
2007 10	207.945.261,39	207.947.881,79	-2.620,40
2007 11	182.138.087,78	182.138.713,94	-626,16
2007 12	250.196.063,68	250.192.689,40	3.374,28
2008 01	2.841.445.678,50	2.841.444.772,47	906,03
2008 02	1.446.144.921,68	1.446.140.356,86	4.564,82
2008 05	257.707.046,10	257.709.114,68	-2.068,58
2008 07	278.424.235,51	278.423.582,29	653,22
2008 08	238.300.967,79	238.302.004,02	-1.036,23
2009 01	3.322.444.138,70	3.322.443.667,93	470,77
2009 02	1.502.941.502,09	1.502.941.534,97	-32,88
2009 03	1.364.144.091,69	1.364.144.223,48	-131,79
2009 06	345.051.328,77	345.051.270,76	58,01
2009 11	239.214.481,74	239.208.176,18	6.305,56
2010 01	3.491.889.523,59	3.491.889.421,00	102,59
2010 02	1.533.865.522,44	1.533.865.506,93	15,51
2010 04	362.423.816,93	362.423.807,85	9,08
2010 06	353.161.067,77	353.160.984,36	83,41
2010 07	301.860.583,44	301.859.351,24	1.232,20
2010 08	320.821.800,20	320.811.265,60	10.534,60
2010 09	366.501.019,75	366.507.807,35	-6.787,60
2010 10	266.386.365,16	266.378.990,70	7.374,46
2010 11	271.985.499,77	271.985.828,74	-328,97
2010 12	403.903.846,40	403.903.696,63	149,77
2011 09	394.390.355,14	394.390.226,62	128,52
2012 04	441.553.685,88	441.554.503,17	-817,29
2012 08	423.746.715,74	423.760.725,80	-14.010,06
2012 10	376.099.361,57	376.099.361,47	0,10
2013 07	412.221.047,98	412.127.076,38	93.971,60
2013 08	409.145.388,98	409.146.210,25	-821,27
2014 01	5.247.637.755,48	5.247.639.460,19	-1.704,71
2014 02	2.335.328.497,08	2.335.329.508,55	-1.011,47
2014 03	1.764.624.743,26	1.764.624.742,13	1,13
2014 05	445.481.553,14	445.444.928,47	36.624,67

2014 06	482.787.235,11	482.770.278,94	16.956,17
2014 07	440.228.695,04	440.189.458,36	39.236,68
2014 08	440.996.144,68	440.981.345,55	14.799,13
2014 09	578.820.707,55	578.839.366,43	-18.658,88
2014 10	421.624.052,96	421.633.655,01	-9.602,05
2014 11	334.688.251,86	334.737.195,83	-48.943,97
2014 12	517.209.613,83	517.187.491,82	22.122,01

1.1.3.4 – CONCLUSÃO

As conferências realizadas indicam haver, em relação ao exercício 2014, compatibilidade de valores entre o Boletim Diário de Arrecadação, o relatório SPB (Bancos) e o registro das receitas nas contas 218918101-Controle da Arrecadação do ICMS e 218918102-Controle da Arrecadação do IPVA.

Observa-se que as diferenças antigas do ICMS vêm sendo zeradas. Com relação ao IPVA, as diferenças foram reduzidas, restando ainda pendências de exercícios anteriores.

1.2 - Despesas

Preliminarmente, como já mencionado no início do item 1, excluímos os valores referentes a despesas intra-orçamentárias, conforme segue:

R$ MILHARES

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2014
ADM DIRETA	21.861.951
DESPESAS CORRENTES	20.770.643
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.165.042
APLICACOES DIRETAS-INTRA ORCAMENTARIAS	1.165.042
CONTRIBUICOES	10.712
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.179
DIARIAS - CIVIL	652
INDENIZACOES E RESTITUICOES	12
MATERIAL DE CONSUMO	53.111
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.238
OUT SERV DE TERC-PJ INTRA ORCAMENTARIAS	807.255
OUTROS BENEF.ASSIST.DO SERVIDOR E DO MILITAR	639
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	930
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	264.765
SERVICOS DE CONSULTORIA	1.000
SERVICOS DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	15.773
SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	4.141
SUBVENCOES SOCIAIS	2.637
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.605.601
APLICACOES DIRETAS-INTRA ORCAMENTARIA	19.605.601
AUXILIO - TRANSPORTE	808
CONTRIBUICAO ENTIDADES FECHADAS PREVIDENCIA	30.302
INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	30
OBRIGACOES PATRONAIS	18.821.866
OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	2.029
OUTROS BENEF.ASSIST.DO SERVIDOR E DO MILITAR	1
SALARIO FAMILIA	0
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	750.565
DESPESAS DE CAPITAL	1.091.308
INVERSOES FINANCEIRAS	783.959
APLIC.DIRETAS-OP.ENTRE ENTID.INTEGR.ORCAMENT	783.959
AQUISICAO DE IMOVEIS	0
CONST.OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	783.959
INVESTIMENTOS	307.350
APLICACOES DIRETAS-INTRA ORCAMENTARIAS	307.350
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.395
OBRAS E INSTALACOES	256.955
ADM. INDIRETA	2.308.666
DESPESAS CORRENTES	2.308.666
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.007
APLICACOES DIRETAS-INTRA ORCAMENTARIAS	10.007
OUT SERV DE TERC-PJ INTRA ORCAMENTARIAS	10.007
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.298.658
APLICACOES DIRETAS-INTRA ORCAMENTARIA	2.298.658
OBRIGACOES PATRONAIS	2.298.658
TOTAL	**24.170.617**

A seguir, detalhamos a composição das despesas realizadas:

R$ MILHARES

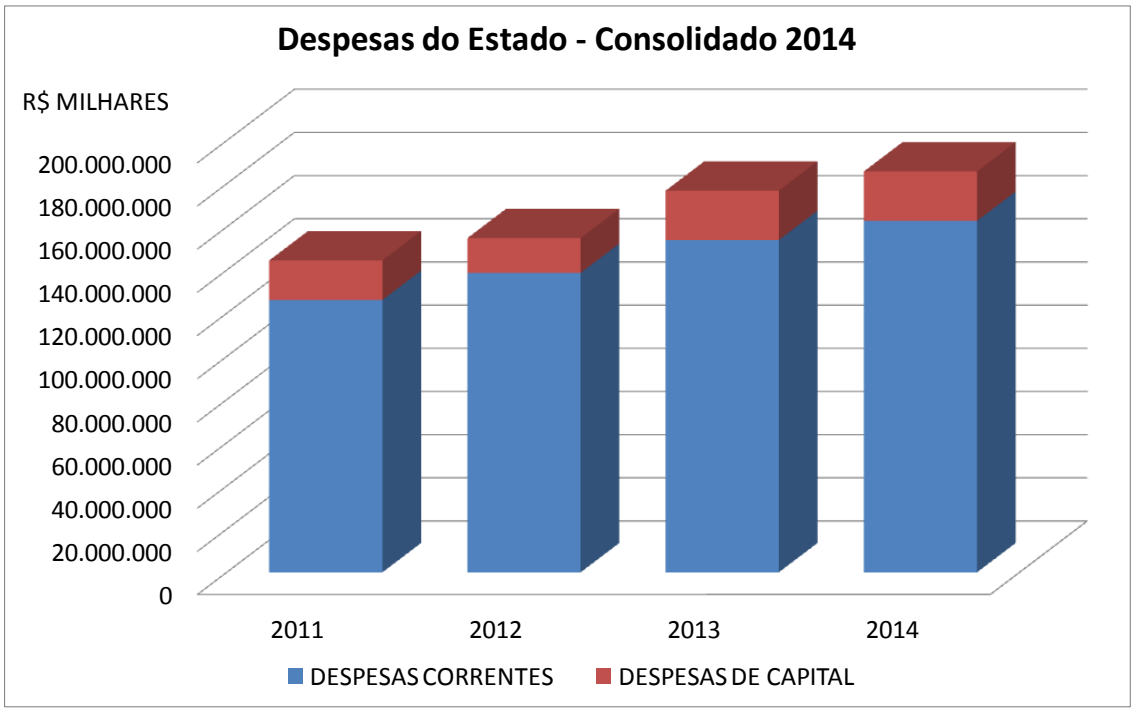
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2011	AV %	2012	AV %	2013	AV %	2014	AV %
DESPESAS CORRENTES	92.124.611	87,56	99.558.676	89,41	109.493.428	88,39	115.028.050	87,94
JUROS E ENCAR DIVIDA	7.075.428	6,72	7.673.444	6,89	8.350.598	6,74	9.572.245	7,32
OUTRAS DESP CORRENTES	57.177.953	54,34	61.122.270	54,89	67.422.650	54,43	68.797.012	52,60
PESSOAL ENCAR SOCIAIS	27.871.230	26,49	30.762.962	27,63	33.720.180	27,22	36.658.793	28,03
DESPESAS DE CAPITAL	13.090.196	12,44	11.786.815	10,59	14.375.882	11,61	15.773.084	12,06
AMORTIZACAO DE DIVIDA	4.081.082	3,88	4.715.193	4,23	5.394.734	4,36	5.712.747	4,37
INVERSOES FINANCEIRAS	4.397.839	4,18	3.116.280	2,80	4.087.578	3,30	4.436.287	3,39
INVESTIMENTOS	4.611.276	4,38	3.955.342	3,55	4.893.570	3,95	5.624.051	4,30
TOTAL	**105.214.807**	**100**	**111.345.491**	**100**	**123.869.310**	**100**	**130.801.134**	**100**

R$ MILHARES

ADM INDIRETA	2011	AV%	2012	AV	2013	AV%	2014	AV%
DESPESAS CORRENTES	34.061.675	86,76	39.163.931	90,12	44.435.327	83,98	47.793.434	87,10
JUROS E ENCAR DIVIDA	25.527	0,07	27.935	0,06	23.636	0,04	19.817	0,04
OUTRAS DESP CORRENTES	24.872.433	63,36	29.280.107	67,38	9.935.508	18,78	10.819.390	19,72
PESSOAL ENCAR SOCIAIS	9.163.715	23,34	9.855.889	22,68	34.476.184	65,16	36.954.228	67,35
DESPESAS DE CAPITAL	5.196.153	13,24	4.294.193	9,88	8.475.959	16,02	7.076.828	12,90
AMORTIZACAO DE DIVIDA	56.861	0,14	67.703	0,16	65.329	0,12	63.413	0,12
INVERSOES FINANCEIRAS	66.147	0,17	80.733	0,19	215	0,00	0	0,00
INVESTIMENTOS	5.073.145	12,92	4.145.757	9,54	8.410.415	15,90	7.013.416	12,78
TOTAL	**39.257.828**	**100**	**43.458.123**	**100**	**52.911.286**	**100**	**54.870.263**	**100**

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2011	AV%	2012	AV%	2013	AV%	2014	AV%
DESPESAS CORRENTES	126.186.286	87,34	138.722.607	89,61	153.928.755	87,07	162.821.485	87,69
JUROS ENC DA DIVIDA	7.100.956	4,92	7.701.378	4,97	8.374.233	4,74	9.592.062	5,17
OUTRAS DESP CORRENTES	82.050.386	56,79	90.402.378	58,40	77.358.158	43,76	79.616.402	42,88
PESSOAL E ENC SOCIAIS	37.034.944	25,63	40.618.851	26,24	68.196.364	38,58	73.613.021	39,65
DESPESAS DE CAPITAL	18.286.349	12,66	16.081.007	10,39	22.851.841	12,93	22.849.912	12,31
AMORTIZACAO DE DIVIDA	4.137.942	2,86	4.782.896	3,09	5.460.064	3,09	5.776.159	3,11
INVERSOES FINANCEIRAS	4.463.986	3,09	3.197.012	2,07	4.087.793	2,31	4.436.287	2,39
INVESTIMENTOS	9.684.421	6,70	8.101.099	5,23	13.303.984	7,53	12.637.467	6,81
TOTAL	**144.472.635**	**100**	**154.803.614**	**100**	**176.780.596**	**100**	**185.671.397**	**100**



VARIAÇÃO 2010 – 2014

R$ MILHARES

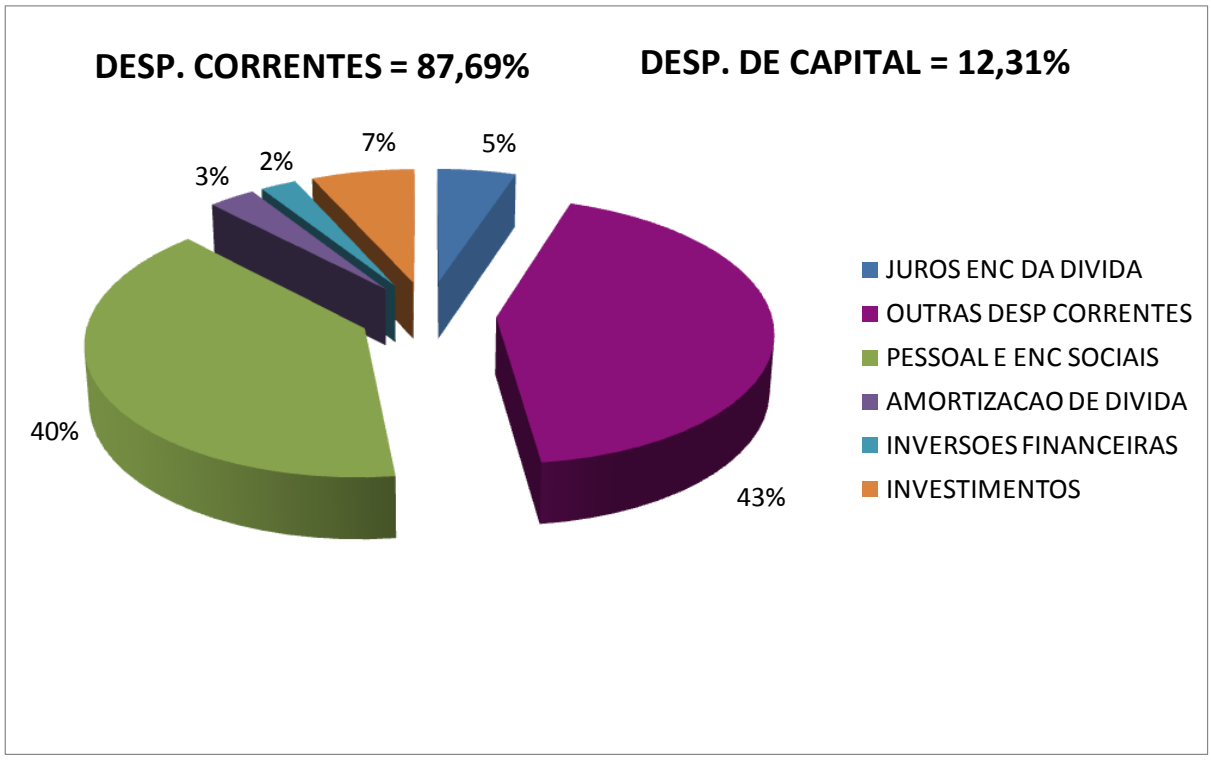
CONSOLIDADO	2010* atualizado	AV %	2014	AV%	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO AH %
DESPESAS CORRENTES	141.101.397	85,14	162.821.485	87,69	21.720.088	15,39
DESPESAS DE CAPITAL	24.634.839	14,86	22.849.912	12,31	-1.784.927	-7,25
TOTAL	**165.736.236**	**100**	**185.671.397**	**100**	**19.935.161**	**12,03**

*atualizado a valores de dezembro/2014 pela variação do IGP-DI

Obs.: No quadro das variações, manteve-se os valores de dezembro/2010 como inicial base 100 para permitir a comparação com os valores de dezembro.

Variação do IGP-DI, considerando dez/2010 a nov/2014: 24,34%.

O gráfico a seguir demonstra a composição das despesas consolidadas em 2014:



Evidenciamos, a seguir, as despesas por tipo de Administração:

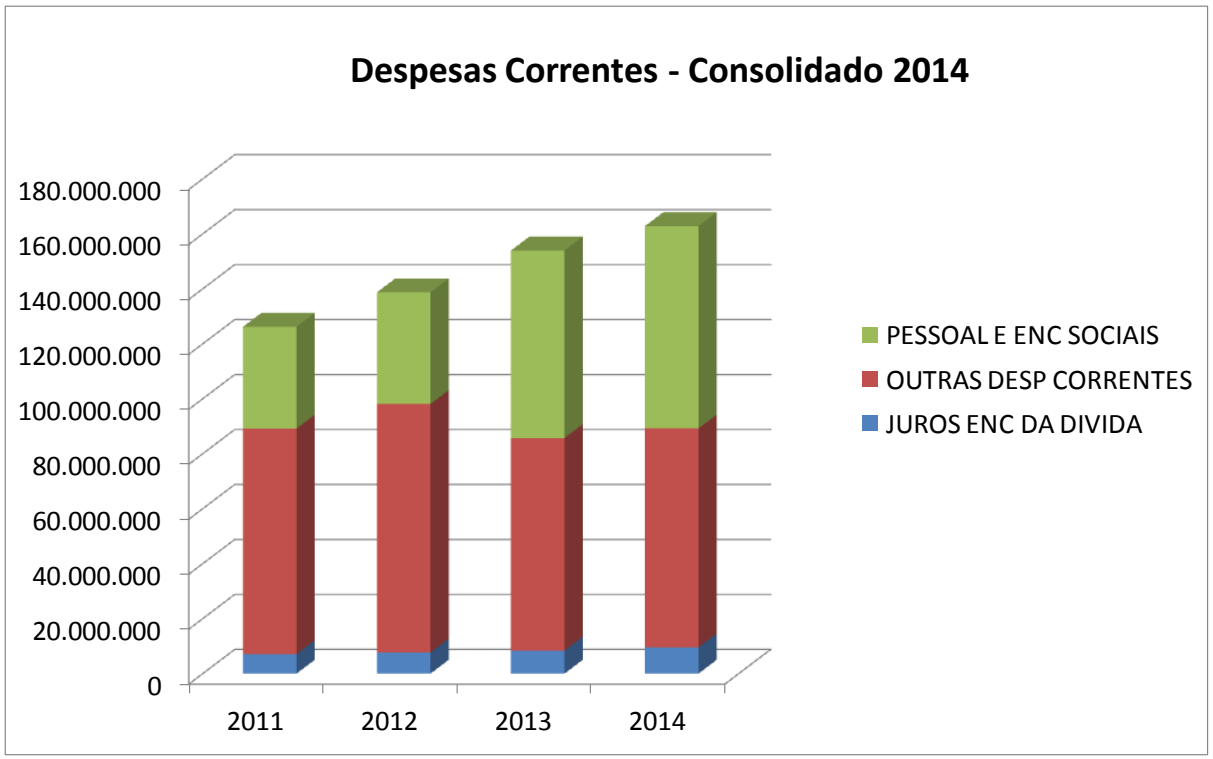
DESPESAS 2014 – ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA R$ MIL

DESPESAS CORRENTES	Adm. Direta	AV %	Adm. Indireta	AV %	Total	AV %
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	9.572.245	7,32	19.817	0,04	9.592.062	5,17
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	68.797.012	52,60	10.819.390	19,72	79.616.402	42,88
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.658.793	28,03	36.954.228	67,35	73.613.021	39,65
sub-total	*115.028.050*	*87,94*	*47.793.434*	*87,10*	*162.821.485*	*87,69*
DESPESAS DE CAPITAL	**Adm. Direta**	**AV %**	**Adm. Indireta**	**AV %**	**Total**	**AV %**
AMORTIZACAO DE DIVIDA	5.712.747	4,37	63.413	0,12	5.776.159	3,11
INVERSOES FINANCEIRAS	4.436.287	3,39	0	0,00	4.436.287	2,39
INVESTIMENTOS	5.624.051	4,30	7.013.416	12,78	12.637.467	6,81
sub-total	*15.773.084*	*12,06*	*7.076.828*	*12,90*	*22.849.912*	*12,31*
Total	**130.801.134**	**100,00**	**54.870.263**	**100,00**	**185.671.397**	**100,00**
Total Consolidado	**Adm. Direta**	**70,45**	**Adm. Indireta**	**29,55**		

Do total apurado, observa-se que 70,45% das despesas foram efetuadas pela Administração Direta e 29,55% pela Administração Indireta.

1.2.1 - Despesas Correntes

A seguir, demonstramos a evolução das Despesas Correntes no período de 2011 a 2014:



VARIAÇÃO 2010 – 2014

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2010* atualizado	AV %	2014	AV %	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO AH %
DESPESAS CORRENTES	141.101.397	85,14	162.821.485	87,69	21.720.088	15,39
JUROS ENC DA DIVIDA	7.729.018	4,66	9.592.062	5,17	1.863.044	24,10
OUTRAS DESP CORRENTES	91.069.571	54,95	79.616.402	42,88	-11.453.169	-12,58
PESSOAL E ENC SOCIAIS	42.302.809	25,52	73.613.021	39,65	31.310.213	74,01

*atualizado a valores de dezembro/2014 pela variação do IGP-DI

Obs.: No quadro das variações, manteve-se os valores de dezembro/2010 como inicial base 100 para permitir a comparação com os valores de dezembro.

Variação do IGP-DI, considerando dez/2010 a nov/2014: 24,34% .

Anotamos que os valores referentes ao pagamento de aposentadorias e pensões passou a ser efetuado pela SPPREV desde setembro/2007, e foi classificada em Outras Despesas Correntes.

Em atendimento a recomendação que consta no parecer relativo às contas do exercício 2011, as despesas com aposentadorias e pensões pagas pela SPPrev passaram a ser contabilizadas no Grupo 31 – Pessoal e Encargos Sociais.

a) Pessoal e Encargos Sociais

Constatamos que o montante das despesas com Pessoal e Encargos totalizou R$ 73.613.021 mil, que correspondeu a 39,65% da despesa total do Estado.

Verifica-se que os maiores valores foram despendidos, pela ordem, por: Secretaria da Fazenda; Secretaria da Educação; Secretaria da Segurança Pública; Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, Tribunal de Justiça e Secretaria da Saúde.

R$ MILHARES

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS - CONSOLIDADO	2011	2012	2013	2014	AV %
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	423.211	464.066	496.606	542.007	0,74
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	301.393	326.521	356.270	429.048	0,58
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	4.053.542	4.898.194	5.212.252	5.719.017	7,77
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	28.050	32.641	35.174	35.805	0,05
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	8.582.858	8.984.675	10.179.129	10.800.981	14,67
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	2.999.674	3.269.514	3.661.636	4.044.329	5,49
10000 - SEC.DESENV. ECONOMICO, CIENCIA,TECN. INOVACA	5.715.315	6.209.804	7.018.490	6.912.127	9,39
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	109.074	114.083	135.506	128.319	0,17
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	304.380	374.213	388.649	397.117	0,54
16000 - SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	244.261	270.539	282.590	272.766	0,37
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	779.838	753.567	906.456	1.029.433	1,40
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	6.084.581	6.979.314	7.435.197	8.583.689	11,66
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	1.506.505	1.494.254	24.741.072	26.825.141	36,44
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	1.143.417	1.203.774	1.427.140	1.382.398	1,88
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	18.215	18.447	19.483	17.403	0,02
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	6.114	6.511	6.907	6.751	0,01
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	372.713	414.084	465.486	495.955	0,67

27000 - MINISTERIO PUBLICO	1.124.581	1.180.627	1.313.206	1.394.599	1,89
28000 - CASA CIVIL	83.145	96.982	107.938	153.615	0,21
29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.REGIONAL	74.915	106.768	175.778	231.595	0,31
35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	24.945	29.030	29.465	28.940	0,04
37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	596.357	632.546	812.691	796.464	1,08
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	1.298.727	1.510.018	1.658.875	1.910.296	2,60
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS	261.150	270.983	233.590	239.294	0,33
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	322.362	325.936	355.135	382.513	0,52
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	21.407	21.375	22.677	23.620	0,03
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	144.833	154.800	189.101	279.104	0,38
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	5.017	0	0	0	0,00
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	356.211	407.834	460.626	513.461	0,70
45000 - SECRETARIA DE COMUNICACAO	1.880			0	0,00
46000 - SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS	581			0	0,00
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	2.915	3.510	3.852	3.955	0,01
48000 - SECR. DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	26.053	31.562	33.464	0	0,00
49000 - SECRETARIA DE ENERGIA	10.786	21.096	20.385	21.597	0,03
50000 - SECRETARIA DE TURISMO	5.937	11.584	11.539	11.681	0,02
TOTAL	**37.034.944**	**40.618.851**	**68.196.364**	**73.613.021**	**100**

Obs.: excluídas as despesas Intra-Orçamentárias
Fonte: SIGEO
AV - Análise Vertical – indica o percentual de contribuição de cada linha para o total

CRIAÇÃO/EXTINÇÃO DE ÓRGÃOS

1 – A Lei nº 15.331 de 27 de fevereiro de 2014, autorizou o Poder Executivo a extinguir a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano, instituída pela Lei nº 12.474, de 26 de dezembro de 2006, com denominação alterada pelo Decreto nº 56.635, de 1º de janeiro de 2011.

2 – A Secretaria da Fazenda foi reorganizada nos termos do Decreto nº 60.812, de 30 de setembro de 2014.

b) Juros e Encargos da Dívida

Detalhando o valor apresentado, temos:

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2011	2012	2013	2014
JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	6.499.407	7.400.545	8.038.806	9.014.530
JUROS S/A DIVIDA EXTERNA POR CONTRATO	77.313	101.645	102.777	117.807
JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	6.422.094	7.298.900	7.936.029	8.896.723
OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	576.021	272.899	311.792	557.715
ENCARGOS S/A DIVIDA EXTERNA POR CONTRATO	12.736	9.357	13.922	36.051
OUTROS ENCARGOS S/A DIVIDA POR CONTRATO	563.285	263.542	297.870	521.663
TOTAL	**7.075.428**	**7.673.444**	**8.350.598**	**9.572.245**

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2011	2012	2013	2014
JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	25.380	27.850	23.468	19.709
JUROS S/A DIVIDA EXTERNA POR CONTRATO	25.094	27.733	23.135	19.526
JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	286	118	333	183
OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	148	84	168	107
ENCARGOS COM INSTITUICOES FINANCEIRAS	131	84	167	107
ENCARGOS S/A DIVIDA EXTERNA POR CONTRATO	5	0	0	0
OUTROS ENCARGOS S/A DIVIDA POR CONTRATO	11	0	0	0
TOTAL	**25.527**	**27.935**	**23.636**	**19.817**

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2011	2012	2013	2014
JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	6.524.787	7.428.396	8.062.273	9.034.240
JUROS S/A DIVIDA EXTERNA POR CONTRATO	102.407	129.378	125.912	137.334
JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	6.422.380	7.299.018	7.936.361	8.896.906
OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	576.169	272.983	311.960	557.822
ENCARGOS COM INSTITUICOES FINANCEIRAS	131	84	167	107
ENCARGOS S/A DIVIDA EXTERNA POR CONTRATO	12.741	9.357	13.922	36.051
OUTROS ENCARGOS S/A DIVIDA POR CONTRATO	563.296	263.542	297.870	521.663
TOTAL	**7.100.956**	**7.701.378**	**8.374.233**	**9.592.062**

c - Outras Despesas Correntes

Os gastos a este título corresponderam a 42,88% das despesas totais realizadas. Neste grupo detalhamos as seguintes despesas:

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2011	2012	2013	2014
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.177.954	61.122.270	67.422.650	68.797.012
APLICACOES DIRETAS	21.535.507	23.122.274	25.171.268	24.718.541
TRANSF.A INSTIT.MULTIGOVERN.NACIONAIS	127.940	130.754	155.253	158.365
TRANSF.A INST.PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	0	0	24.000	1.053
TRANSF.A INST.PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	3.902.613	4.026.035	4.367.531	5.043.916
TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	31.602.312	33.832.318	37.358.129	38.360.859
TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS - FUNDO A FUNDO	0	0	333.013	501.249
TRANSFERENCIAS A UNIAO	9.582	10.889	11.992	13.030
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	0	0	1.464	0

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2011	2012	2013	2014
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	24.872.433	29.280.107	9.935.508	10.819.390
APLICACOES DIRETAS	24.771.470	29.073.741	9.819.748	10.729.036
TRANSF.A INST.PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	87.959	71.717	89.779	89.208
TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	1.865	2.133	1.143	1.146
TRANSFERENCIAS A UNIAO	10.979	132.517	24.838	0
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	159	0	0	0

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2011	2012	2013	2014
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	82.050.386	90.402.378	77.358.158	79.616.402
APLICACOES DIRETAS	46.306.977	52.196.015	34.991.016	35.447.577
TRANSF.A INSTIT.MULTIGOVERN.NACIONAIS	127.940	130.754	155.253	158.365
TRANSF.A INST.PRIVADAS COM FINS LUCRATIVOS	0	0	24.000	1.053
TRANSF.A INST.PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	3.990.572	4.097.752	4.457.310	5.133.124
TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	31.604.177	33.834.451	37.359.273	38.362.005
TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS - FUNDO A FUNDO	0	0	333.013	501.249
TRANSFERENCIAS A UNIAO	20.561	143.406	36.829	13.030
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR	159	0	1.464	0

Com relação ao item "Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos", evidenciamos a seguir os gastos por Órgão:

R$ MILHARES

TRANSF.A INST.PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	2014	AV%
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	225	0,00
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	12	0,00
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	129.442	2,52
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	4.665.380	90,89
10000 - SEC.DESENV. ECONOMICO, CIENCIA,TECN. INOVACA	37.502	0,73
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	12.803	0,25
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	1.344	0,03
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	84.361	1,64
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	1.000	0,02
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	0	0,00
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	0	0,00
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	3.714	0,07
28000 - CASA CIVIL	22.729	0,44
35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	67.760	1,32
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	3.180	0,06
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	89.400	1,74
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	4.975	0,10
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	0	0,00
46000 - SECRETARIA DE RELACOES INSTITUCIONAIS	0	0,00
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	8.156	0,16
49000 - SECRETARIA DE ENERGIA	0	0,00
50000 - SECRETARIA DE TURISMO	1.140	0,02
TOTAL	**5.133.124**	**100**

Destacamos a Secretaria da Saúde, que repassou, no total, 90,89% (R$ 4.665.380 mil) das transferências a instituições sem fins lucrativos.

A seguir, demonstramos a fonte dos recursos para pagamento das "Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos":

R$ MILHARES

TRANSF.A INST. PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS- FONTE DE RECURSOS	2014	AV%
001 - TESOURO-DOT.INICIAL E CRED.SUPLEMENTAR	2.038.408	39,71
002 - RECURSOS VINCULADOS ESTADUAIS	18.459	0,36
003 - RECURSOS VINCULADOS-FUNDO ESPECIAL DE DESPES	33.775	0,66
004 - REC.PROPRIO-ADM.IND.-DOT.INIC.CR.SUPL.	8.103	0,16
005 - RECURSOS VINCULADOS FEDERAIS	3.029.844	59,03
007 - OP.CRED.E CONTRIB.DO EXTERIOR-DOT.INIC.CR.SU	3.714	0,07
041 - TESOURO - CREDITO POR SUPERAVIT FINANCEIRO	750	0,01
045 - REC.VINC.TRANSF.FEDERAL/SUPERAVIT FINANC.	71	0,00
TOTAL	**5.133.124**	**100,00**

Continuando, demonstramos a seguir o item "Aplicações Diretas":

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA - APLICAÇÕES DIRETAS	2011	2012	2013	2014	AV%
AUXILIO ALIMENTACAO	287.229	445.890	431.766	408.929	1,65
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	4.169	6.696	7.216	6.868	0,03
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	34	302	249	84	0,00
CONTRIBUICOES	3.410.769	4.068.639	4.436.808	4.611.982	18,66
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	351.862	75.354	47.129	46.292	0,19
DIARIAS MILITAR	12.425	11.461	10.880	76.010	0,31
DIARIAS-CIVIL	93.053	102.539	129.280	122.420	0,50
INDENIZACOES E RESTITUICOES	505.147	690.459	728.161	801.033	3,24
MATERIAL, BEM OU SERV.P/DISTRIBUICAO GRATUIT	30.790	29.730	30.307	27.466	0,11
MATERIAL DE CONSUMO	2.791.880	2.560.033	2.926.689	2.749.944	11,13
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.073.166	1.146.307	1.161.619	1.224.007	4,95
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PES.FISICAS	401.599	422.981	301.138	319.980	1,29
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	22.719	31.934	35.985	55.581	0,22
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA	581.602	605.211	619.856	627.460	2,54
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	8.676.029	8.723.509	10.031.925	9.560.150	38,68
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	212.097	411.456	500.754	319.087	1,29
PREMIACOES CULTURAIS ART.CIENT.DESPOR. OUTRA	27.423	29.353	32.962	52.489	0,21
RESSARC.DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	48.096	57.510	60.099	61.089	0,25
SENTENCAS JUDICIAIS	1.638.356	2.115.813	1.860.676	1.806.644	7,31
SERVICOS DE CONSULTORIA	43.223	69.440	72.333	81.851	0,33
SERVICOS DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	549.449	650.981	874.529	957.963	3,88
SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	774.389	863.074	838.908	801.211	3,24
SUBVENCOES ECONOMICAS	0	3.600	32.000	0	0,00
TOTAL	**21.535.507**	**23.122.274**	**25.171.268**	**24.718.541**	**100**

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - APLICAÇÕES DIRETAS	2011	2012	2013	2014	AV%
APOSENTADORIAS,RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	13.150.409	15.898.066	0	0	0,00
AUXILIO ALIMENTACAO	24.781	62.996	80.393	99.941	0,93
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	84.114	142.446	123.074	146.392	1,36
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	940.539	1.038.704	1.153.964	1.157.047	10,78
CONTRIBUICOES	104.500	18.160	39.035	50.008	0,47
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	37.240	43.385	25.190	39.782	0,37
DIARIAS MILITAR	3.176	2.510	563	322	0,00
DIARIAS-CIVIL	47.550	45.999	57.474	49.259	0,46
INDENIZACOES E RESTITUICOES	34.565	25.923	80.874	81.549	0,76
MATERIAL, BEM OU SERV.P/DISTRIBUICAO GRATUIT	11.196	11.128	15.143	14.625	0,14
MATERIAL DE CONSUMO	936.057	1.051.522	1.067.901	1.238.731	11,55
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	204.367	206.105	215.478	214.880	2,00
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PES.FISICAS	892	1.171	1.160	2.596	0,02
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	9.576	7.406	7.228	9.270	0,09
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA	196.500	227.720	262.263	279.006	2,60
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	2.971.792	3.447.840	4.720.771	5.077.538	47,33
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	160.499	199.519	233.466	485.596	4,53
PENSOES	4.354.438	5.030.252	0	0	0,00
PREMIACOES CULTURAIS ART.CIENT.DESPOR. OUTRA	184	149	483	102	0,00
RESSARC.DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	66.186	68.875	72.175	71.118	0,66
SALARIO FAMILIA	43	44	0	0	0,00
SENTENCAS JUDICIAIS	122.388	137.530	148.525	153.659	1,43
SERVICOS DE CONSULTORIA	199.896	192.645	196.876	173.943	1,62
SERVICOS DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	642.462	735.696	856.964	964.512	8,99
SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	468.120	477.949	460.747	419.160	3,91
TOTAL	**24.771.470**	**29.073.741**	**9.819.748**	**10.729.036**	**100**

R$ MILHARES

CONSOLIDADO - APLICAÇÕES DIRETAS	2011	2012	2013	2014	AV%
APOSENTADORIAS,RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	13.150.409	15.898.066	0	0	0,00
AUXILIO ALIMENTACAO	312.010	508.885	512.159	508.870	1,44
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	88.283	149.143	130.290	153.261	0,43
AUXILIO FINANCEIRO A PESQUISADORES	940.573	1.039.006	1.154.213	1.157.131	3,26
CONTRIBUICOES	3.515.269	4.086.799	4.475.843	4.661.989	13,15
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	389.102	118.739	72.319	86.074	0,24
DIARIAS MILITAR	15.601	13.971	11.443	76.333	0,22
DIARIAS-CIVIL	140.603	148.538	186.754	171.679	0,48
INDENIZACOES E RESTITUICOES	539.711	716.383	809.035	882.582	2,49
MATERIAL, BEM OU SERV.P/DISTRIBUICAO GRATUIT	41.986	40.858	45.450	42.092	0,12
MATERIAL DE CONSUMO	3.727.938	3.611.555	3.994.590	3.988.675	11,25
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.277.533	1.352.413	1.377.097	1.438.886	4,06
OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PES.FISICAS	402.492	424.153	302.298	322.576	0,91
OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	32.295	39.339	43.213	64.850	0,18
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA	778.102	832.931	882.119	906.467	2,56
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	11.647.821	12.171.349	14.752.696	14.637.688	41,29
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	372.596	610.975	734.221	804.683	2,27
PENSOES	4.354.438	5.030.252	0	0	0,00
PREMIACOES CULTURAIS ART.CIENT.DESPOR. OUTRA	27.607	29.502	33.445	52.591	0,15
RESSARC.DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	114.282	126.385	132.273	132.207	0,37
SALARIO FAMILIA	43	44	0	0	0,00
SENTENCAS JUDICIAIS	1.760.744	2.253.343	2.009.201	1.960.303	5,53
SERVICOS DE CONSULTORIA	243.119	262.086	269.209	255.794	0,72
SERVICOS DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	1.191.911	1.386.676	1.731.494	1.922.474	5,42
SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	1.242.509	1.341.023	1.299.655	1.220.371	3,44
SUBVENCOES ECONOMICAS	0	3.600	32.000	0	0,00
TOTAL	**46.306.977**	**52.196.014**	**34.991.016**	**35.447.577**	**100**

Em atendimento a recomendação que consta no parecer relativo às contas do exercício 2011, as despesas com aposentadorias e pensões pagas pela SPPrev passaram a ser contabilizadas no Grupo 31 – Pessoal e Encargos Sociais.

c.1.) Remuneração de Serviços

Demonstramos, a seguir, a remuneração de serviços pessoais, que no plano de contas do SIAFEM tem a denominação "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física", onde se enquadram a prestação de serviços de natureza eventual por pessoa física sem vínculo empregatício.

R$ MILHARES

OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-P. FISICA-ADM DIR	2011	2012	2013	2014	AV%
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	71	74	148	178	0,03
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	209	215	311	432	0,07
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	12.838	14.170	18.012	18.232	2,91
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	11	0	0	9	0,00
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	1.561	4.949	9.942	15.476	2,47
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	161.069	164.437	188.807	218.264	34,79
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	1.267	1.464	1.350	1.678	0,27
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	1.487	1.725	2.180	111	0,02
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	54	0	0	20	0,00
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	79.294	94.088	82.596	36.166	5,76
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	3.253	3.143	3.028	2.880	0,46
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	384	435	413	412	0,07
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	0	5	0	0	0,00
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	689	748	560	464	0,07
27000 - MINISTERIO PUBLICO	14.397	14.844	12.811	13.954	2,22
28000 - CASA CIVIL	129	27	10	20	0,00
29000 - SECR DE PLANEJ DESENV.REGIONAL	136	526	131	146	0,02
35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	837	861	868	951	0,15
37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	6	7	11	0	0,00
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	544	329	816	288	0,05
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	6.724	9.000	8.622	8.904	1,42
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	5.022	6.643	6.744	6.747	1,08
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	291.365	287.009	282.335	301.931	48,12
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	244	459	0	0	0,00
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	8	0	4	3	0,00
50000 - SECRETARIA DE TURISMO	0	52	158	194	0,03
TOTAL	**581.602**	**605.211**	**619.856**	**627.460**	**100**

R$ MILHARES

OUTROS SERVICOS TERCEIROS-P.FISICA-ADM INDIRETA	2011	2012	2013	2014	AV%
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	131	172	211	229	0,08
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	1.260	1.139	1.345	1.225	0,44
10000 - SEC.DESENV. ECONOMICO, CIENCIA,TECN. INOVACA	66.314	81.964	96.574	84.749	30,38
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	9.738	6.938	13.660	1.649	0,59
16000 - SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	1.936	1.861	1.607	1.411	0,51
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	6.370	6.983	8.288	7.927	2,84
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	665	666	730	794	0,28
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	121	186	142	0	0,00
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	6.268	6.641	5.487	5.943	2,13
28000 - CASA CIVIL	0	0	0	469	0,17
29000 - SECR DE PLANEJ DESENV.REGIONAL	940	889	4.503	13.030	4,67
37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	3.848	4.051	5.208	5.060	1,81
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	8.289	9.054	8.478	9.208	3,30
39000 - SECRET DE SANEAMENTO E REC HIDRICOS	416	369	405	364	0,13
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	7	0	0	0	0,00
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	89.387	105.567	114.282	146.647	52,56
48000 - SECR. DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	572	596	620	0	0,00
49000 - SECRETARIA DE ENERGIA	237	466	611	300	0,11
50000 - SECRETARIA DE TURISMO	0	178	114	0	0,00
TOTAL	**196.500**	**227.720**	**262.263**	**279.006**	**100**

R$ MILHARES

OUTROS SERVICOS TERCEIROS-P.FISICA-CONSOLIDADO	2011	2012	2013	2014	AV%
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	71	74	148	178	0,02
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	209	215	311	432	0,05
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	12.838	14.170	18.012	18.232	2,01
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	11	0	0	9	0,00
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	1.692	5.121	10.153	15.706	1,73
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	162.328	165.576	190.153	219.490	24,21
10000 - SEC.DESENV. ECONOMICO, CIENCIA,TECN. INOVACA	66.314	81.964	96.574	84.749	9,35
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	11.005	8.402	15.010	3.327	0,37
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	1.487	1.725	2.180	111	0,01
16000 - SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	1.936	1.861	1.607	1.411	0,16
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	6.425	6.983	8.288	7.947	0,88
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	79.294	94.088	82.596	36.166	3,99
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	3.919	3.809	3.758	3.673	0,41
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	506	621	554	412	0,05
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	0	5	0	0	0,00
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	6.958	7.389	6.046	6.407	0,71
27000 - MINISTERIO PUBLICO	14.397	14.844	12.811	13.954	1,54
28000 - CASA CIVIL	129	27	10	489	0,05
29000 - SECR DE PLANEJ DESENV.REGIONAL	1.076	1.414	4.634	13.176	1,45
35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	837	861	868	951	0,10
37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	3.855	4.058	5.219	5.060	0,56
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	8.833	9.383	9.294	9.496	1,05
39000 - SECRET DE SANEAMENTO E REC HIDRICOS	416	369	405	364	0,04
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	6.724	9.000	8.622	8.904	0,98
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	5.022	6.643	6.744	6.747	0,74
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	291.365	287.009	282.335	301.931	33,31
43000 - SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR	7	0	0	0	0,00
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	89.632	106.026	114.282	146.647	16,18
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	8	0	4	3	0,00
48000 - SECR. DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	572	596	620	0	0,00
49000 - SECRETARIA DE ENERGIA	237	466	611	300	0,03
50000 - SECRETARIA DE TURISMO	0	230	272	194	0,02
TOTAL	**778.102**	**832.931**	**882.119**	**906.467**	**100**

Ficam em evidência a Defensoria Pública do Estado com 33,31%, a Secretaria da Saúde com 24,21%, a Secretaria da Gestão Pública com 16,18%, Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia com 9,35% e a Secretaria da Segurança Pública com 3,99%, totalizando 87,04% dos gastos.

Destacamos, ainda, a conta "Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica", assim composta:

R$ MILHARES

OUTROS SERV DE TERCEIROS-P JURIDICA - ADM DIRETA	2011	2012	2013	2014	AV%
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	65.924	70.306	70.665	70.271	0,74
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	24.544	24.538	35.546	36.155	0,38
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	376.494	446.075	699.878	623.156	6,52
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	1.127	1.838	5.737	3.020	0,03
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	2.170.698	1.410.272	1.540.816	1.431.953	14,98
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	3.086.118	3.573.558	4.197.356	4.006.580	41,91
10000 - SEC.DESENV. ECON, CIENCIA,TECN. INOV	69.869	92.020	126.926	58.697	0,61
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	404.985	439.601	502.295	542.014	5,67
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	124.958	87.232	116.994	104.274	1,09
16000 - SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	4.048	13.793	8.709	10.805	0,11
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	6.381	7.059	7.978	6.797	0,07
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	475.161	373.133	468.861	453.336	4,74
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	291.532	302.862	350.077	388.256	4,06
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	41.867	1.372	40.032	26.343	0,28
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	77.387	41.357	61.804	63.355	0,66
24000 - SECRETARIA DE TURISMO	0	0	0	0	0,00
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	45.418	46.123	80.430	40.273	0,42
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	30.833	31.930	48.617	46.841	0,49
27000 - MINISTERIO PUBLICO	27.681	26.748	29.143	32.487	0,34
28000 - CASA CIVIL	125.914	170.053	245.096	174.831	1,83
29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.REGIONAL	39.101	168.917	61.017	46.930	0,49
35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	182.730	218.385	233.533	234.298	2,45
37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	17.394	3.051	3.940	5.615	0,06
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	253.593	289.866	344.773	403.110	4,22
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS	3.524	3.815	4.198	5.489	0,06
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	41.873	58.262	46.934	56.338	0,59
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	23.818	8.653	9.350	15.763	0,16
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	20.586	21.015	25.721	29.788	0,31
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	609.919	744.492	610.227	593.974	6,21
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	13.046	22.445	23.200	19.797	0,21
48000 - SECR. DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	5.249	1.491	2.388	0	0,00
49000 - SECRETARIA DE ENERGIA	2.542	4.631	5.482	4.193	0,04
50000 - SECRETARIA DE TURISMO	11.713	18.617	24.200	25.409	0,27
TOTAL	**8.676.029**	**8.723.509**	**10.031.925**	**9.560.150**	**100**

R$ MILHARES

OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA-ADM INDIRETA	2011	2012	2013	2014	AV%
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	29.067	36.345	392.610	690.857	13,61
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	135.867	167.753	211.393	211.019	4,16
10000 - SEC.DESENV. ECON, CIENCIA,TECN. INOV	743.107	1.042.317	1.292.912	1.147.905	22,61
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	72.894	58.111	71.251	48.043	0,95
16000 - SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	629.063	655.410	711.889	666.710	13,13
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	167.250	188.580	247.574	310.966	6,12
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	144.739	174.753	191.191	203.822	4,01
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	46.186	65.125	81.695	79.732	1,57
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	1.389	1.338	1.090	0	0,00
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	55.162	69.728	72.583	82.555	1,63
28000 - CASA CIVIL	0	0	0	12.167	0,24
29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.REGIONAL	10.230	10.032	371.920	456.781	9,00
37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	334.068	401.096	513.225	545.419	10,74
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	5.896	5.461	5.838	7.407	0,15
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS	196.036	172.556	150.918	182.548	3,60
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	385.429	377.966	377.463	410.188	8,08
48000 - SECR. DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	8.174	8.752	11.555	0	0,00
49000 - SECRETARIA DE ENERGIA	6.272	10.421	13.577	16.385	0,32
50000 - SECRETARIA DE TURISMO	964	2.094	2.087	5.036	0,10
TOTAL	**2.971.792**	**3.447.840**	**4.720.771**	**5.077.538**	**100**

R$ MILHARES

OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA - CONSOLIDADO	2011	2012	2013	2014	AV%
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	65.924	70.306	70.665	70.271	0,48
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	24.544	24.538	35.546	36.155	0,25
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	376.494	446.075	699.878	623.156	4,26
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	1.127	1.838	5.737	3.020	0,02
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	2.199.765	1.446.617	1.933.427	2.122.810	14,50
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	3.221.985	3.741.311	4.408.749	4.217.598	28,81
10000 - SEC.DESENV. ECON, CIENCIA,TECN. INOV	812.976	1.134.337	1.419.839	1.206.602	8,24
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	477.879	497.712	573.545	590.057	4,03
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	124.958	87.232	116.994	104.274	0,71
16000 - SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	633.110	669.203	720.597	677.515	4,63
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	173.631	195.638	255.552	317.763	2,17
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	619.901	547.886	660.052	657.158	4,49
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	337.718	367.987	431.773	467.988	3,20
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	41.867	1.372	40.032	26.343	0,18
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	78.776	42.696	62.894	63.355	0,43
24000 - SECRETARIA DE TURISMO	0	0	0	0	0,00
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	45.418	46.123	80.430	40.273	0,28
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	85.995	101.658	121.199	129.396	0,88
27000 - MINISTERIO PUBLICO	27.681	26.748	29.143	32.487	0,22
28000 - CASA CIVIL	125.914	170.053	245.096	186.998	1,28
29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.REGIONAL	49.331	178.948	432.937	503.711	3,44
35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	182.730	218.385	233.533	234.298	1,60
37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	351.461	404.147	517.166	551.034	3,76
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	259.489	295.327	350.611	410.517	2,80
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS	199.560	176.371	155.117	188.038	1,28
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	41.873	58.262	46.934	56.338	0,38
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	23.818	8.653	9.350	15.763	0,11
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	20.586	21.015	25.721	29.788	0,20
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	995.348	1.122.458	987.690	1.004.162	6,86
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	13.046	22.445	23.200	19.797	0,14
48000 - SECR. DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO	13.423	10.243	13.943	0	0,00
49000 - SECRETARIA DE ENERGIA	8.814	15.052	19.059	20.577	0,14
50000 - SECRETARIA DE TURISMO	12.677	20.711	26.287	30.444	0,21
TOTAL	**11.647.821**	**12.171.349**	**14.752.696**	**14.637.688**	**100**

Destacamos os gastos das secretarias da Saúde (28,81%); Educação (14,50%); Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (8,24%) e Gestão Pública (6,86%).

1.2.2 - Despesas de Capital

Comparativamente aos exercícios anteriores, encontramos a seguinte posição:

R$ MILHARES

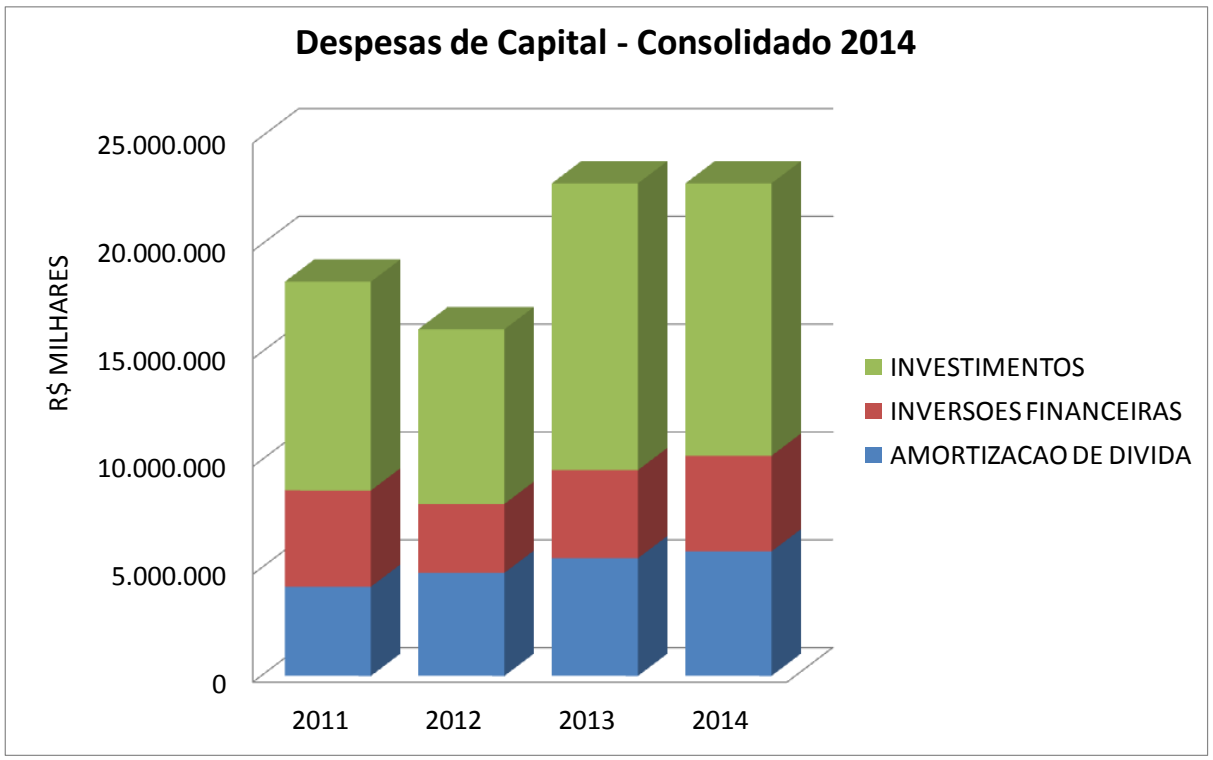
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2011	2012	2013	2014
DESPESAS DE CAPITAL	13.090.196	11.786.815	14.375.882	15.773.084
AMORTIZACAO DE DIVIDA	4.081.082	4.715.193	5.394.734	5.712.747
INVERSOES FINANCEIRAS	4.397.839	3.116.280	4.087.578	4.436.287
INVESTIMENTOS	4.611.276	3.955.342	4.893.570	5.624.051

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2011	2012	2013	2014
DESPESAS DE CAPITAL	5.196.153	4.294.193	8.475.959	7.076.828
AMORTIZACAO DE DIVIDA	56.861	67.703	65.329	63.413
INVERSOES FINANCEIRAS	66.147	80.733	215	0
INVESTIMENTOS	5.073.145	4.145.757	8.410.415	7.013.416

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2011	2012	2013	2014
DESPESAS DE CAPITAL	18.286.349	16.081.007	22.851.841	22.849.912
AMORTIZACAO DE DIVIDA	4.137.942	4.782.896	5.460.064	5.776.159
INVERSOES FINANCEIRAS	4.463.986	3.197.012	4.087.793	4.436.287
INVESTIMENTOS	9.684.421	8.101.099	13.303.984	12.637.467



VARIAÇÃO 2010 – 2014

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2010* atualizado	AV%	2014	AV%	VARIAÇÃO NOMINAL	VARIAÇÃO AH%
DESPESAS DE CAPITAL	24.634.839	14,86	22.849.912	12,31	-1.784.927	-7,25
AMORTIZACAO DE DIVIDA	4.539.866	2,74	5.776.159	3,11	1.236.293	27,23
INVERSOES FINANCEIRAS	4.376.644	2,64	4.436.287	2,39	59.643	1,36
INVESTIMENTOS	15.718.329	9,48	12.637.467	6,81	-3.080.863	-19,60

*atualizado a valores de dezembro/2014 pela variação do IGP-DI

Obs.: No quadro das variações, manteve-se os valores de dezembro/2010 como inicial base 100 para permitir a comparação com os valores de dezembro.

Variação do IGP-DI, considerando dez/2010 a nov/2014: 24,34%.

Considerando-se os grupos que compõem este tipo de despesas, temos:

R$ MILHARES

DESPESAS DE CAPITAL	ADM DIRETA	ADM INDIRETA	SOMA
AMORTIZACAO DE DIVIDA	5.712.747	63.413	5.776.159
APLICACOES DIRETAS	5.712.747	63.413	5.776.159
PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADA	5.712.747	63.413	5.776.159
INVERSOES FINANCEIRAS	4.436.287	0	4.436.287
APLICACOES DIRETAS	4.436.287	0	4.436.287
AQUISICAO DE IMOVEIS	92.370	0	92.370
CONST.OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS	4.343.917	0	4.343.917
INVESTIMENTOS	5.624.051	7.013.416	12.637.467
APLICACOES DIRETAS	4.117.177	6.992.418	11.109.595
AUXILIOS	285.727	0	285.727
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	289	3.551	3.840
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.209.956	549.292	1.759.248
INDENIZACOES E RESTITUICOES	40.115	58.139	98.254
OBRAS E INSTALACOES	1.893.746	6.333.622	8.227.368
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA	0	37	37
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	142.406	46.639	189.045
SENTENCAS JUDICIAIS	527.356	4	527.360
SERVICOS DE CONSULTORIA	17.581	1.133	18.714
TRANSF.A INSTIT.PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS	170.152	0	170.152
AUXILIOS	170.152	0	170.152
TRANSF.A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS	185	0	185
AUXILIOS	185	0	185
TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	963.160	20.998	984.157
DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	151	0	151
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	115.238	0	115.238
OBRAS E INSTALACOES	847.770	20.998	868.768
TRANSFERENCIAS A UNIAO	373.378	0	373.378
AUXILIOS	373.378	0	373.378
TOTAL	**15.773.084**	**7.076.828**	**22.849.912**

Assim, em função do total das Despesas de Capital, temos que os valores mais representativos são referentes às Obras e Instalações, ao Principal da Dívida Contratual Resgatada e ao Aumento de Capital das Empresas.

1.2.3 – Despesas por Órgão

Demonstramos, a seguir, quadro consolidado das despesas correntes realizadas por Órgãos no exercício 2014, segundo os grupos de Despesas:

R$ MILHARES

DESPESAS CORRENTES ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	D/I	31 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	32 - JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	33 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	TOTAL DESPESAS CORRENTES
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	D	542.007	0	140.077	682.085
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	D	429.048	0	66.230	495.278
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	D	5.719.017	0	1.640.672	7.359.689
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	D	35.805	0	5.824	41.629
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	D	10.744.656	0	8.511.232	19.255.888
08046 - FUNDACAO P O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	I	56.324	0	969.430	1.025.754
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	D	2.844.388	0	11.601.554	14.445.942
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	I	58.621	0	334.485	393.106
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	I	6.942	0	2.579	9.521
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE S PAULO	I	48.440	0	32.427	80.867
09055 – SUPERINTEND. DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	I	47.765	0	14.559	62.323
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRET	I	304.958	0	144.529	449.486
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	I	687.643	0	454.237	1.141.880
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	I	45.572	0	91.937	137.509
10000 - SEC.DESENV. ECONOMICO, CIENCIA,TECN. INOVACA	D	51.307	0	93.003	144.310
10046 - FUNDACAO UNIV.VIRTUAL DO EST.DE S.P.-UNIVESP	I	4.344	0	24.205	28.549
10047 – FUND. AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPES	I	46.610	0	1.170.068	1.216.678
10055 - SUPERINT.TRAB.ARTESANAL NAS COMUNIDADES	I	2.459	0	1.314	3.773
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	I	2.549.739	0	1.080.464	3.630.203
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	I	1.584.616	0	574.573	2.159.188
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNES	I	1.203.541	290	466.274	1.670.105
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOL.PAULA SOUZA-CEETEPS	I	1.258.749	0	371.844	1.630.593
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	I	40.649	0	26.320	66.970
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRET	I	54.498	0	6.546	61.044
10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE S PAULO-JUCES	I	18.419	0	26.661	45.080
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	I	97.197	0	74.543	171.739
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	D	15.886	0	620.721	636.608
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	I	104.418	0	63.980	168.397
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	I	8.015	0	10.587	18.602
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	D	397.117	0	170.612	567.730
16000 - SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	D	21.325	0	49.767	71.092
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	I	229.452	0	674.003	903.454
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO ESTADO DE SP-DAES	I	17.480	0	57.291	74.771
16057 - AG.REGUL.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.E.S.P.-ARTES	I	4.509	0	167.695	172.204
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	D	13.922	0	52.898	66.820
17046 - FUNDACAO PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCO	I	41.118	0	21.353	62.471
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	I	41.676	0	22.579	64.255
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	I	839.241	0	495.768	1.335.009
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	I	6.103	0	11.444	17.547
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	I	87.373	0	61.344	148.717
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	D	8.580.946	0	1.352.488	9.933.435
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	I	2.742	0	206.598	209.340
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	D	1.436.218	0	500.413	1.936.631
20058 - INST.DE PAGAMENTOS ESPECIAIS DE S.P.- IPESP	I	7.382	0	20.908	28.290
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	I	25.381.540	0	92.045	25.473.585
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	D	1.382.398	9.572.245	39.187.326	50.141.969
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	D	17.403	0	80.876	98.279
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	D	6.751	0	70.483	77.234
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	D	131.009	0	145.190	276.199
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	I	33.779	0	57.078	90.858
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	I	14.817	0	19.643	34.461
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	I	316.350	0	105.057	421.407
27000 - MINISTERIO PUBLICO	D	1.394.599	0	187.726	1.582.325
28000 - CASA CIVIL	D	121.823	0	289.568	411.391
28058 - AGENCIA METROPOLITANA BAIXADA SANTISTA-AGEM	I	1.630	0	1.448	3.078
28059 - AGENCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS-AGEMCAMP	I	1.353	0	5.463	6.815

28092 - EMPRESA PAULISTA DE PLANEJ.METROPOLITANO S.A	I	28.810	0	15.261	44.071
29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.REGIONAL	D	70.853	0	79.577	150.429
29045 - FUNDACAO PREFEITO FARIA LIMA-CEPAM	I	21.980	0	4.852	26.832
29048 - FUND.SISTEMA EST.DE ANALISE DE DADOS-SEADE	I	37.335	0	11.522	48.857
29057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	I	101.427	0	527.998	629.425
35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	D	28.940	0	832.578	861.517
37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	D	19.830	0	376.703	396.533
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	I	776.633	0	1.225.268	2.001.901
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	D	1.882.068	0	991.603	2.873.671
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	I	28.229	0	35.216	63.444
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS	D	30.720	0	29.828	60.548
39055 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	I	208.573	19.527	232.086	460.186
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	D	382.513	0	435.109	817.623
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	D	23.620	0	175.796	199.416
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	D	279.104	0	415.051	694.155
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	D	43.802	0	611.013	654.815
44047 - FUNDAÇAO DESENVOLV.ADMINISTRATIVO - FUNDAP	I	37.923	0	207.388	245.312
44058 - INSTITUTO ASSISTENCIA MED.SER.PUBLICO-IAMSPE	I	431.736	0	564.885	996.620
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	D	3.955	0	40.059	44.014
49000 - SECRETARIA DE ENERGIA	D	2.328	0	6.571	8.899
49055 - AG.REGULADORA SANEAM.ENERGIA EST.S.P.-ARSESP	I	19.269	0	27.849	47.119
50000 - SECRETARIA DE TURISMO	D	5.433	0	36.462	41.896
50090 - COMPANHIA PAULISTA EVENTOS E TURISMO-CPETUR	I	6.248	0	5.791	12.038
TOTAL		**73.613.021**	**9.592.062**	**79.616.402**	**162.821.485**

A seguir, demonstramos as Despesas de Capital, considerando os Grupos de despesas:

R$ MILHARES

DESPESAS DE CAPITAL ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	D/I	44 - INVEST	45 - INVERS FINANCEIRAS	46 - AMORTIZ DE DIVIDA	TOTAL DESPESAS CAPITAL
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	D	6.546	0	0	6.546
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	D	9.520	0	0	9.520
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	D	208.581	49.599	0	258.181
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	D	815	0	0	815
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	D	242.229	0	0	242.229
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	I	298.272	0	0	298.272
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	D	538.778	37.279	0	576.057
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	I	8.795	0	0	8.795
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	I	888	0	0	888
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	I	604	0	0	604
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	I	1.943	0	0	1.943
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRET	I	57.772	0	0	57.772
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	I	61.685	0	0	61.685
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	I	21.778	0	0	21.778
10000 - SEC.DESENV. ECONOMICO, CIENCIA,TECN. INOVACA	D	12.995	0	0	12.995
10046 - FUNDACAO UNIV.VIRTUAL DO EST.DE S.P.-UNIVESP	I	822	0	0	822
10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPES	I	4.939	0	0	4.939
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	I	74.538	0	0	74.538
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	I	213.537	0	0	213.537
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNES	I	45.964	0	2.350	48.314
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	I	121.314	0	0	121.314
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	I	2.154	0	0	2.154
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRET	I	5.895	0	0	5.895
10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCES	I	84	0	0	84
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	I	15.769	0	0	15.769
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	D	68.197	0	0	68.197
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	I	10.000	0	0	10.000
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	I	2.641	0	0	2.641
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	D	76.799	5.000	0	81.799
16000 - SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	D	108.249	195.523	0	303.772
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	I	4.775.091	0	0	4.775.091
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAES	I	19.602	0	0	19.602
16057 - AG.REGUL.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.E.S.P.-ARTES	I	13.908	0	0	13.908

17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	D	118.703	0	0	118.703
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCO	I	521	0	0	521
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	I	2.939	0	0	2.939
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	I	30.373	0	0	30.373
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	I	167	0	0	167
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	I	5.874	0	0	5.874
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	D	384.939	0	0	384.939
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	D	71.328	0	0	71.328
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	I	648	0	0	648
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	D	526.940	0	5.712.747	6.239.686
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	D	453.080	942.988	0	1.396.068
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	D	39.676	0	0	39.676
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	I	13.535	0	0	13.535
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	I	2.260	0	0	2.260
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	I	47.357	0	0	47.357
27000 - MINISTERIO PUBLICO	D	5.558	1.224	0	6.782
28000 - CASA CIVIL	D	84.339	0	0	84.339
28058 - AGENCIA METROPOLITANA BAIXADA SANTISTA-AGEM	I	208	0	0	208
28092 - EMPRESA PAULISTA DE PLANEJ.METROPOLITANO S.A	I	675	0	0	675
29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.REGIONAL	D	306.582	4.267	0	310.850
29045 - FUNDACAO PREFEITO FARIA LIMA-CEPAM	I	87	0	0	87
29048 - FUND.SISTEMA EST.DE ANALISE DE DADOS-SEADE	I	29	0	0	29
29057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	I	38.988	0	0	38.988
35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	D	30.424	0	0	30.424
37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	D	1.318.321	3.175.406	0	4.493.727
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	I	762.495	0	0	762.495
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	D	245.650	0	0	245.650
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	I	2.054	0	0	2.054
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS	D	244.015	0	0	244.015
39055 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	I	261.179	0	61.063	322.241
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	D	4.415	0	0	4.415
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	D	30.094	0	0	30.094
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	D	4.241	0	0	4.241
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	D	478	0	0	478
44058 - INSTITUTO ASSISTENCIA MED.SER.PUBLICO-IAMSPE	I	85.778	0	0	85.778
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	D	195.208	0	0	195.208
49000 - SECRETARIA DE ENERGIA	D	0	25.000	0	25.000
49055 - AG.REGULADORA SANEAM.ENERGIA EST.S.P.-ARSESP	I	251	0	0	251
50000 - SECRETARIA DE TURISMO	D	287.350	0	0	287.350
TOTAL		**12.637.467**	**4.436.287**	**5.776.159**	**22.849.912**

O quadro seguinte demonstra as despesas consolidadas por Órgão e por Categoria de Despesa, no exercício 2014:

R$ MILHARES

DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	D/I	TOTAL DESPESAS CORRENTES	TOTAL DESPESAS CAPITAL	TOTAL	AV %
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	D	682.085	6.546	688.631	0,37
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	D	495.278	9.520	504.798	0,27
03000 - TRIBUNAL DE JUSTICA	D	7.359.689	258.181	7.617.870	4,10
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	D	41.629	815	42.444	0,02
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	D	19.255.888	242.229	19.498.117	10,50
08046 - FUNDACAO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO	I	1.025.754	298.272	1.324.026	0,71
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	D	14.445.942	576.057	15.021.999	8,09
09045 - FUND.PARA O REM.POPULAR CHOPIN T.LIMA-FURP	I	393.106	8.795	401.901	0,22
09046 - FUNDACAO ONCOCENTRO DE SAO PAULO	I	9.521	888	10.409	0,01
09047 - FUNDACAO PRO-SANGUE HEMOCENTRO DE SAO PAULO	I	80.867	604	81.472	0,04
09055 - SUPERINTENDENCIA DE CONTROLE ENDEMIAS-SUCEN	I	62.323	1.943	64.266	0,03
09056 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC. MEDICINA RIB PRET	I	449.486	57.772	507.259	0,27
09057 - HOSPITAL DAS CLINICAS FAC DE MEDICINA DA USP	I	1.141.880	61.685	1.203.565	0,65
09059 - HOSP.CLINICAS FAC.MEDICINA DE BOTUCATU-HCFMB	I	137.509	21.778	159.287	0,09
10000 - SEC.DESENV. ECONOMICO, CIENCIA,TECN. INOVACA	D	144.310	12.995	157.305	0,08
10046 - FUNDACAO UNIV.VIRTUAL DO EST.DE S.P.-UNIVESP	I	28.549	822	29.371	0,02
10047 - FUNDACAO AMPARO PESQUISA EST.SAO PAULO-FAPES	I	1.216.678	4.939	1.221.618	0,66

10055 - SUPERINT.TRAB.ARTESANAL NAS COMUNIDADES	I	3.773	0	3.773	0,00
10058 - UNIVERSIDADE DE SAO PAULO - USP	I	3.630.203	74.538	3.704.741	2,00
10059 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP	I	2.159.188	213.537	2.372.725	1,28
10061 - UNIVERSIDADE EST PAUL.JULIO MESQ.FILHO- UNES	I	1.670.105	48.314	1.718.419	0,93
10063 - CENTRO EST.EDUC.TECNOLOG.PAULA SOUZA-CEETEPS	I	1.630.593	121.314	1.751.907	0,94
10065 - FACULDADE DE MEDICINA DE MARILIA	I	66.970	2.154	69.123	0,04
10066 - FACULDADE DE MEDICINA DE SAO JOSE DO R. PRET	I	61.044	5.895	66.939	0,04
10067 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO-JUCES	I	45.080	84	45.164	0,02
10091 - INST.PESQUISAS TECN.EST.DE S.P.S/A-IPT	I	171.739	15.769	187.508	0,10
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	D	636.608	68.197	704.804	0,38
12045 - FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAUL.RADIO-TV EDU	I	168.397	10.000	178.397	0,10
12046 - FUNDACAO MEMORIAL DA AMERICA LATINA	I	18.602	2.641	21.243	0,01
13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	D	567.730	81.799	649.529	0,35
16000 - SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	D	71.092	303.772	374.865	0,20
16055 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM-DER	I	903.454	4.775.091	5.678.545	3,06
16056 - DEPARTAMENTO AEROVIARIO DO ESTADO DE SP-DAES	I	74.771	19.602	94.373	0,05
16057 - AG.REGUL.SERV.PUBL.DELEG.TRANSP.E.S.P.-ARTES	I	172.204	13.908	186.112	0,10
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	D	66.820	118.703	185.523	0,10
17046 - FUNDACAO DE PROT. E DEF. DO CONSUMIDOR-PROCO	I	62.471	521	62.992	0,03
17047 - FUND.INST.TERRAS JOSE GOMES DA SILVA-ITESP	I	64.255	2.939	67.194	0,04
17048 - FUND.CTO.AT.SOCIOEDUC.ADOLESC.-FUND.CASA S.P	I	1.335.009	30.373	1.365.382	0,74
17055 - INST.MED.SOCIAL CRIMINOLOGIA DE SP-IMESC	I	17.547	167	17.713	0,01
17056 - INST.DE PESOS E MEDIDAS EST.SP - IPEM	I	148.717	5.874	154.591	0,08
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	D	9.933.435	384.939	10.318.374	5,56
18058 - CAIXA BENEFICENTE DA POLICIA MILITAR	I	209.340	0	209.340	0,11
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	D	1.936.631	71.328	2.007.959	1,08
20058 - INST.DE PAGAMENTOS ESPECIAIS DE S.P.- IPESP	I	28.290	0	28.290	0,02
20065 - SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV	I	25.473.585	648	25.474.233	13,72
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	D	50.141.969	6.239.686	56.381.656	30,37
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	D	98.279	0	98.279	0,05
25000 - SECRETARIA DA HABITACAO	D	77.234	1.396.068	1.473.301	0,79
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	D	276.199	39.676	315.875	0,17
26045 - FUNDACAO P/CONSERV.E PRODUCAO FLORESTAL SP	I	90.858	13.535	104.393	0,06
26046 - FUNDACAO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO	I	34.461	2.260	36.721	0,02
26097 - CETESB-COMPANHIA AMBIENTAL DO EST.DE S.PAULO	I	421.407	47.357	468.764	0,25
27000 - MINISTERIO PUBLICO	D	1.582.325	6.782	1.589.108	0,86
28000 - CASA CIVIL	D	411.391	84.339	495.730	0,27
28058 - AGENCIA METROPOLITANA BAIXADA SANTISTA-AGEM	I	3.078	208	3.286	0,00
28059 - AGENCIA METROPOLITANA DE CAMPINAS-AGEMCAMP	I	6.815	0	6.815	0,00
28092 - EMPRESA PAULISTA DE PLANEJ.METROPOLITANO S.A	I	44.071	675	44.746	0,02
29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.REGIONAL	D	150.429	310.850	461.279	0,25
29045 - FUNDACAO PREFEITO FARIA LIMA-CEPAM	I	26.832	87	26.920	0,01
29048 - FUND.SISTEMA EST.DE ANALISE DE DADOS-SEADE	I	48.857	29	48.886	0,03
29057 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO-DETRAN-SP	I	629.425	38.988	668.413	0,36
35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	D	861.517	30.424	891.941	0,48
37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	D	396.533	4.493.727	4.890.261	2,63
37092 - CIA.PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS-CPTM	I	2.001.901	762.495	2.764.396	1,49
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	D	2.873.671	245.650	3.119.321	1,68
38045 - FUND.PROF.DR.MANOEL PEDRO PIMENTEL-FUNAP	I	63.444	2.054	65.499	0,04
39000 - SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS	D	60.548	244.015	304.563	0,16
39055 - DEPTO.DE AGUAS E ENERGIA ELETRICA-DAEE	I	460.186	322.241	782.427	0,42
40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	D	817.623	4.415	822.037	0,44
41000 - SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	D	199.416	30.094	229.510	0,12
42000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO	D	694.155	4.241	698.396	0,38
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	D	654.815	478	655.293	0,35
44047 - FUNDAÇAO DESENVOLV.ADMINISTRATIVO - FUNDAP	I	245.312	0	245.312	0,13
44058 - INSTITUTO ASSISTENCIA MED.SER.PUBLICO-IAMSPE	I	996.620	85.778	1.082.399	0,58
47000 - SECR.EST.DIREITOS PESSOA COM DEFICIENCIA	D	44.014	195.208	239.222	0,13
49000 - SECRETARIA DE ENERGIA	D	8.899	25.000	33.899	0,02
49055 - AG.REGULADORA SANEAM.ENERGIA EST.S.P.-ARSESP	I	47.119	251	47.370	0,03
50000 - SECRETARIA DE TURISMO	D	41.896	287.350	329.246	0,18
50090 - COMPANHIA PAULISTA EVENTOS E TURISMO-CPETUR	I	12.038	0	12.038	0,01
TOTAL		**162.821.485**	**22.849.912**	**185.671.397**	**100**

Verifica-se que os maiores valores estão consignados na Administração Geral do Estado, com 30,37% do total das Despesas.

Isto se deve, principalmente, às transferências aos municípios, e às amortizações, juros e encargos da dívida.

Na sequência, temos a SPPREV com 13,72% e a Secretaria da Educação com 10,50% dos gastos consolidados.

Continuando, se distribuídas por funções, as despesas realizadas ficam assim distribuídas:

R$ MILHARES

DESPESAS POR FUNÇÃO - ADM DIRETA	2011	2012	2013	2014	AV %
01 - LEGISLATIVA	898.955	989.993	1.080.878	1.193.429	0,91
02 - JUDICIARIA	5.078.320	6.297.461	7.033.391	7.660.314	5,86
03 - ESSENCIAL A JUSTICA	2.739.811	2.712.828	2.776.622	3.109.541	2,38
04 - ADMINISTRACAO	3.144.789	3.518.245	3.419.487	3.310.485	2,53
06 - SEGURANCA PUBLICA	8.005.252	8.642.104	9.272.491	10.386.742	7,94
08 - ASSISTENCIA SOCIAL	785.358	761.175	914.804	959.787	0,73
09 - PREVIDENCIA SOCIAL	1.166.969	1.224.285	1.449.082	1.405.460	1,07
10 - SAUDE	12.232.332	13.034.075	14.056.253	14.990.784	11,46
11 - TRABALHO	111.397	153.876	207.413	125.166	0,10
12 - EDUCACAO	17.126.165	17.425.430	19.878.254	19.782.744	15,12
13 - CULTURA	600.438	576.500	668.255	710.049	0,54
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	2.369.584	2.557.189	2.923.361	3.422.026	2,62
16 - HABITACAO	1.561.350	1.174.853	1.467.427	1.473.301	1,13
17 - SANEAMENTO	201.932	157.244	168.844	186.167	0,14
18 - GESTAO AMBIENTAL	261.612	330.314	378.185	434.271	0,33
19 - CIENCIA E TECNOLOGIA	115.847	120.418	92.354	80.024	0,06
20 - AGRICULTURA	551.720	618.929	637.017	648.627	0,50
23 - COMERCIO E SERVICOS	379.154	321.707	460.468	362.672	0,28
24 - COMUNICACOES	91.692	117.540	191.600	116.177	0,09
25 - ENERGIA	41.407	44.363	32.051	33.899	0,03
26 - TRANSPORTE	3.820.131	3.042.290	4.213.256	5.190.728	3,97
27 - DESPORTO E LAZER	171.291	145.892	160.983	229.510	0,18
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	43.754.301	47.378.779	52.386.835	54.989.231	42,04
TOTAL	**105.214.807**	**111.345.491**	**123.869.310**	**130.801.134**	**100**

R$ MILHARES

DESPESAS POR FUNÇÃO - ADM INDIRETA	2011	2012	2013	2014	AV%
04 - ADMINISTRACAO	383.805	345.271	794.589	1.044.378	1,90
09 - PREVIDENCIA SOCIAL	17.600.749	21.068.892	23.283.444	25.512.490	46,50
10 - SAUDE	3.375.358	3.933.539	4.335.086	5.003.408	9,12
11 - TRABALHO	3.782	4.097	4.051	3.773	0,01
12 - EDUCACAO	7.648.359	8.315.962	10.180.203	10.077.639	18,37
13 - CULTURA	209.721	201.314	242.494	199.641	0,36
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	1.138.705	1.001.286	1.196.496	1.332.311	2,43
17 - SANEAMENTO	266.685	288.261	289.253	335.623	0,61
18 - GESTAO AMBIENTAL	846.629	789.005	1.051.334	1.013.085	1,85
19 - CIENCIA E TECNOLOGIA	858.805	1.254.590	1.396.354	1.409.125	2,57
21 - ORGANIZACAO AGRARIA	48.974	62.420	70.214	67.194	0,12
23 - COMERCIO E SERVICOS	5.956	11.212	47.722	57.202	0,10
25 - ENERGIA	4.921	3.223	7.446	10.378	0,02
26 - TRANSPORTE	6.786.007	6.084.418	9.926.434	8.723.427	15,90
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	79.370	94.633	86.165	80.589	0,15
TOTAL	**39.257.828**	**43.458.123**	**52.911.286**	**54.870.263**	**100**

R$ MILHARES

DESPESAS POR FUNÇÃO - CONSOLIDADO	2011	2012	2013	2014	AV%
01 - LEGISLATIVA	898.955	989.993	1.080.878	1.193.429	0,64
02 - JUDICIARIA	5.078.320	6.297.461	7.033.391	7.660.314	4,13
03 - ESSENCIAL A JUSTICA	2.739.811	2.712.828	2.776.622	3.109.541	1,67
04 - ADMINISTRACAO	3.528.594	3.863.517	4.214.076	4.354.864	2,35
06 - SEGURANCA PUBLICA	8.005.252	8.642.104	9.272.491	10.386.742	5,59
08 - ASSISTENCIA SOCIAL	785.358	761.175	914.804	959.787	0,52
09 - PREVIDENCIA SOCIAL	18.767.718	22.293.177	24.732.526	26.917.950	14,50
10 - SAUDE	15.607.690	16.967.614	18.391.339	19.994.193	10,77
11 - TRABALHO	115.179	157.973	211.464	128.939	0,07
12 - EDUCACAO	24.774.525	25.741.393	30.058.456	29.860.383	16,08
13 - CULTURA	810.159	777.814	910.750	909.689	0,49
14 - DIREITOS DA CIDADANIA	3.508.290	3.558.474	4.119.857	4.754.337	2,56
16 - HABITACAO	1.561.350	1.174.853	1.467.427	1.473.301	0,79
17 - SANEAMENTO	468.617	445.505	458.098	521.790	0,28
18 - GESTAO AMBIENTAL	1.108.240	1.119.319	1.429.519	1.447.356	0,78
19 - CIENCIA E TECNOLOGIA	974.651	1.375.007	1.488.708	1.489.149	0,80
20 - AGRICULTURA	551.720	618.929	637.017	648.627	0,35
21 - ORGANIZACAO AGRARIA	48.974	62.420	70.214	67.194	0,04
23 - COMERCIO E SERVICOS	385.110	332.919	508.190	419.874	0,23
24 - COMUNICACOES	91.692	117.540	191.600	116.177	0,06
25 - ENERGIA	46.328	47.586	39.497	44.277	0,02
26 - TRANSPORTE	10.606.138	9.126.708	14.139.690	13.914.155	7,49
27 - DESPORTO E LAZER	171.291	145.892	160.983	229.510	0,12
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	43.833.671	47.473.412	52.473.000	55.069.820	29,66
TOTAL	**144.472.635**	**154.803.614**	**176.780.596**	**185.671.397**	**100**

Afora os Encargos Especiais, que se compõem principalmente de Transferências Financeiras a Municípios, ao Pagamento da Dívida Pública e de Sentenças Judiciais, os maiores gastos foram nas funções Educação (16,08%), Previdência Social (14,50%), Saúde (10,77%), Transporte (7,49%) e Segurança Pública (5,59%).

1.2.4 - Propaganda/Publicidade

Preliminarmente, informamos que em 2013, a Secretaria da Fazenda passou a utilizar duas novas contas relacionadas às despesas de publicidade: Serviços de Publicidade Institucional e Serviços de Publicidade de Utilidade Pública. Desta forma, as contas utilizadas no SIAFEM são as seguintes:

333903918 F 00 2 D .....PROPAGANDA/PUBLICIDADE
333903926 F 00 2 D .....PUBLICIDADE LEGAL
333903928 F 00 2 D .....SERVICOS DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL
333903929 F 00 2 D .....SERVICOS DE PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA

Conforme mencionado no relatório do exercício anterior, houve lançamentos incorretos de despesas com Publicidade Legal, realizados pela ARTESP. Desta forma, para uma análise mais correta dos valores, passamos a considerar estas despesas na soma de Propaganda/Publicidade e não como Publicidade Legal. Os valores estão discriminados a seguir:

R$ milhares

Valores Contabilizados incorretamente	2011	2012	2013
ARTESP - UGE 162301 - PAGTOS WHITE PROPAGANDA CONTRATO 158/09	1.367	11.145	396

Para melhor visualização dos dados, apresentaremos a Publicidade Legal em separado das demais despesas.

R$ MILHARES

PUBLICIDADE LEGAL	2011	2012	2013	2014	AV%
ADM DIRETA	243	205	243	217	8,72
ADM INDIRETA	3.166	3.184	2.476	2.276	91,28
TOTAL	**3.409**	**3.388**	**2.718**	**2.493**	**100**
VARIAÇÃO S/ ANO ANT.	10%	-0,60%	-19,78%	-8,26%	

Os gastos com Publicidade Legal foram de R$ 2.493 mil, correspondendo a uma diminuição de 8,26% em relação ao exercício anterior.

A seguir, temos as despesas com Propaganda/Publicidade:

R$ MILHARES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2011	2012	2013	2014	AV%
PROPAGANDA/PUBLICIDADE	137.287	185.666	76.501	14.473	8,14
SERVICOS DE PUBL INSTITUCIONAL	0	0	141.333	113.332	63,74
SERVICOS DE PUBL UTILIDADE PUBLICA	0	0	44.100	50.001	28,12
SOMA	**137.287**	**185.666**	**261.933**	**177.806**	**100**
VARIAÇÃO % SOBRE ANO ANTERIOR	-35,89	35,24	41,08	-32,12	

R$ MILHARES

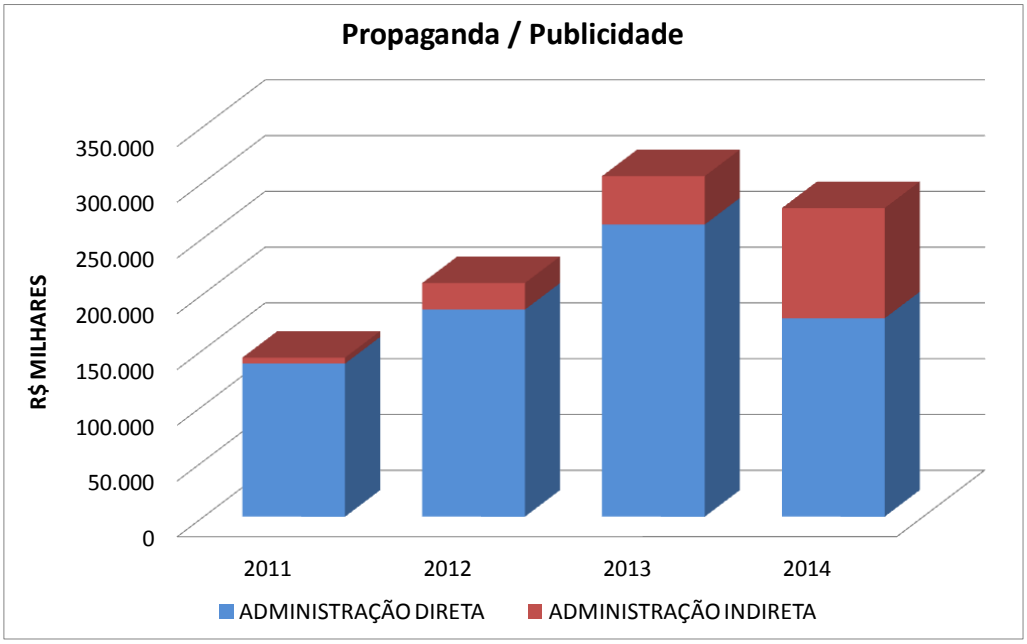
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2011	2012	2013	2014	AV%
PROPAGANDA/PUBLICIDADE	5.269	23.808	43.387	91.507	92,57
SERVICOS DE PUBL INSTITUCIONAL	0	0	0	490	0,50
SERVICOS DE PUBL UTILIDADE PUBLICA	0	0	0	6.853	6,93
SOMA	**5.269**	**23.808**	**43.387**	**98.850**	**100**
VARIAÇÃO % SOBRE ANO ANTERIOR	-89,33	351,84	82,24	127,83	

R$ MILHARES

CONSOLIDADO	2011	2012	2013	2014	AV%
PROPAGANDA/PUBLICIDADE	142.557	209.474	119.887	105.980	38,31
SERVICOS DE PUBL INSTITUCIONAL	0	0	141.333	113.822	41,14
SERVICOS DE PUBL UTILIDADE PUBLICA	0	0	44.100	56.854	20,55
SOMA	**142.556**	**209.474**	**305.320**	**276.656**	**100**
VARIAÇÃO % SOBRE ANO ANTERIOR	-45,91	46,94	45,76	-9,39	

O total do dispêndio a título de propaganda/publicidade, no exercício em exame, importou em R$ 276.656 mil, correspondendo a um decréscimo da ordem de 9,39% em relação aos gastos do exercício anterior, que importaram em R$ 305.302 mil.

O gráfico seguinte ilustra a variação dos gastos nos últimos quatro exercícios:



A seguir, discriminaremos os valores de despesas com Publicidade/Propaganda por órgão em 2014:

R$ MILHARES

PROPAGANDA/PUBLICIDADE - CONSOLIDADO	2011	2012	2013	2014	AV%
01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	18.516	16.873	18.113	13.064	4,72
02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	0	0	0	9	0,00
06000 - TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	0	0	0	1	0,00
08000 - SECRETARIA DA EDUCACAO	13.288	22.532	22.564	22.565	8,16
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	22.974	28.052	27.706	27.721	10,02
10000 - SEC.DESENV. ECON, CIENCIA,TECN. INOVACA	606	388	404	696	0,25
12000 - SECRETARIA DA CULTURA	210	1.349	2.866	713	0,26
13000 – SEC. DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	19	8	23	20	0,01
16000 - SECRETARIA DE LOGISTICA E TRANSPORTES	1.419	11.383	2.273	7.148	2,58
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	32	16	257	469	0,17
18000 - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	48	50	82	560	0,20
20000 - SECRETARIA DA FAZENDA	1.038	630	1.651	59	0,02
23000 - SEC.DO EMPREGO E RELACOES DO TRABALHO	42	37	9	8	0,00
26000 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	767	1.341	873	37	0,01
28000 - CASA CIVIL	81.013	117.607	191.648	113.364	40,98
29000 - SECRETARIA DE PLANEJ E DESENV.REGIONAL	0	4	9.050	48.004	17,35
35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	3	2	3	6	0,00
37000 – SEC. DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS	2.309	9.125	26.358	40.413	14,61
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	12	19	35	26	0,01
39000 - SEC DE SANEAMENTO E RECURSOS HIDRICOS	23	18	14	5	0,00
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	0	0	1.124	1.236	0,45
49000 - SECRETARIA DE ENERGIA	2	12	5	5	0,00
50000 - SECRETARIA DE TURISMO	234	30	264	525	0,19
TOTAL	**142.556**	**209.474**	**305.320**	**276.656**	**100**

Fonte: SIGEO – Despesas Liquidadas

Os maiores dispêndios em 2013 foram na Casa Civil (40,98%), Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional (17,35%), Secretaria dos Transportes Metropolitanos (14,61%), Secretaria da Saúde (10,02%) e Secretaria da Educação (8,16%).

1.3 - Créditos Adicionais

Informamos que o artigo 9° da Lei Orçamentária regulamentou a abertura de créditos suplementares no exercício em análise.

A seguir, demonstramos os valores suplementados no exercício 2014:

R$ milhares

ADMINISTRAÇÃO	Dotação Inicial	Suplementação por Decreto	Suplementação Automática	Redução por Decreto	Alterações Internas Supletivas	Alterações Internas Redutivas	Dotação Atualizada
. Direta	135.079.778	4.144.193	2.871.111	5.117.634	4.749.588	5.227.679	136.499.358
. Indireta	54.032.261	3.756.248	4.242.182	3.012.146	3.976.541	4.104.816	58.890.270
SOMA	**189.112.039**	**7.900.441**	**7.113.293**	**8.129.780**	**8.726.130**	**9.332.495**	**195.389.628**
. Intraorçam	23.079.409	1.488.623	528.288	800.262	2.060.521	1.371.299	24.985.282
SOMA C/ INTRA	212.191.448	9.389.064	7.641.582	8.930.042	10.786.651	10.703.793	220.374.909

No quadro seguinte, demonstramos os valores dos quatro últimos exercícios:

RESUMO				R$ milhares
Itens	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Dotação Inicial	140.723.564	156.698.055	173.448.364	189.112.039
(+) Suplementação por Decreto	19.563.091	10.862.171	20.931.392	7.900.441
(+) Suplementação Automática	5.536.145	5.461.667	7.636.980	7.113.293
(-) Redução por decreto	14.092.536	10.446.870	18.734.326	8.129.780
(+) Alterações Internas Supletivas	6.080.136	7.275.998	9.954.216	8.726.130
(-) Alterações Internas Redutivas	6.383.928	7.499.917	10.462.789	9.332.495
Dotação Atualizada	**151.426.472**	**162.351.104**	**182.773.836**	**195.389.628**
Dot. Atual. (–) Dot. Inicial	10.702.908	5.653.049	9.325.472	6.277.589

Complementarmente, demonstramos também as suplementações na modalidade intraorçamentária:

RESUMO				R$ milhares
Itens	**2011**	**2012**	**2013**	**2014**
Dotação Inicial	14.827.313	17.369.822	19.395.917	23.079.409
(+) Suplementação por Decreto	2.138.109	1.261.900	2.090.142	1.488.623
(+) Suplementação Automática	3.807	255	293.883	528.288
(-) Redução por decreto	1.596.489	486.046	755.443	800.262
(+) Crédito Especial	0	0	0	0
(+) Alterações Internas Supletivas	658.355	876.830	1.175.182	2.060.521
(-) Alterações Internas Redutivas	354.562	652.911	666.609	1.371.299
Dotação Atualizada	**15.676.532**	**18.369.850**	**21.533.072**	**24.985.282**
Dot. Atual. (–) Dot. Inicial	849.219	1.000.028	2.137.155	1.905.872
% da Dotação Inicial	5,73%	5,76%	11,02%	8,26%

Informamos, também, que na suplementação por decreto estão incluídos R$ 1.962.217 mil referentes a créditos concedidos por superávit financeiro em exercício anterior.

1.4 - Reserva de Contingência

Conforme se depreende do artigo 91 do Decreto-Lei n.º 200/67, com redação atualizada pelo Decreto-Lei n.º 1.763/80, o orçamento anual poderá consignar dotação global na Reserva de Contingência "não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais".

O artigo 9°, inciso II, da Lei Orçamentária n° 15.265, de 26.12.2013, autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite consignado como Reserva de Contingência, em conformidade com o disposto no inciso III, artigo 5°, da Lei Complementar n° 101, de 04.05.2000.

No exercício em exame, foi previsto o valor de R$ 10.000.000 (dez milhões de reais) como Reserva de Contingência.

2 – Balanço Patrimonial

Introdução

A Contadoria Geral do Estado-CGE apresenta, no exercício em análise, as demonstrações contábeis no formato previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Observamos que os demonstrativos apresentam apenas o exercício atual. O MCASP permite esta exceção, conforme segue: "Neste sentido, observar-se-á que no primeiro ano de implantação das demonstrações contábeis não será necessário utilizar a coluna de exercício anterior." [1]

A CGE informa, também, que "A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é somente obrigatória apenas para as empresas estatais dependentes conforme definido na 6ª edição do MCASP."

Informamos, também, que foi implementado o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

O Balanço Patrimonial do Poder Executivo, demonstrado de forma resumida, encontra-se assim constituído:

R$ milhares

ATIVO	Exercício 2014	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício 2014
.Ativo Circulante	53.196.451	.Passivo Circulante	46.167.841
.Ativo Não Circulante	287.826.444	.Passivo Não Circulante	222.613.947
		Soma do Passivo	*268.781.789*
		.Patrimônio Líquido	72.241.106
Total	**341.022.895**	**Total**	**341.022.895**

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4.320/64

ATIVO (a)	R$ milhares	PASSIVO (b)	R$ milhares	c=(a)-(b)	%
Ativo Financeiro	39.077.189	Passivo Financeiro	27.971.129	11.106.060	28,42%
Ativo Permanente	301.945.706	Passivo Permanente	246.168.950	55.776.756	18,47%
		Saldo Patrimonial	66.882.816		

[1] Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP – Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – 5ª Edição

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4.320/64

Atos Potenciais Ativos	R$ milhares	Atos Potenciais Passivos	R$ milhares
Garantias e Contra garantias recebidas.....	4.105.356	Garantias e Contra garantias concedidas...	-
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	489.189.325	Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	-
Direitos Contratuais	-	Obrigações Contratuais	426.484.745
Outros atos potenciais ativos	-	Outros atos potenciais passivos	-

QUADRO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO

Destinação dos Recursos	R$ milhares
Ordinária	**4.444.787**
Vinculada	**6.661.272**
Educação	912.794
Saúde	-511.131
Assistência Social	27.305
Operações de Crédito	180.601
Alienação de Bens/Ativos	300.039
Outras Destinações/Vinculações de Recursos	5.751.664
TOTAL (Ordinária + Vinculada)	**11.106.060**

2.1 – ANÁLISE

A análise por meio de índices é útil, entretanto, é necessário observar o conjunto, bem como sua correlação com a situação econômica do país.

A seguir, demonstramos o cálculo de alguns índices, que constam no MCASP:

1) Liquidez Imediata (LI)= Disponibilidades/Passivo Circulante

Indica a capacidade financeira da entidade em honrar **imediatamente** seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa ou bancos.

1) Liquidez Imediata (LI) = Disponibilidades /Passivo Circulante	R$ milhares
a) Caixa e Equivalentes de Caixa	24.080.901
b) Passivo Circulante	46.167.841
c) a / b	**52,16%**

2) Liquidez Corrente (LC)= Ativo Circulante/Passivo Circulante

A liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.).

2) Liquidez Corrente (LC) = Ativo Circulante/Passivo Circulante	**R$ milhares**
a) Ativo Circulante	53.196.451
b) Passivo Circulante	46.167.841
c) a / b	**115,22%**

3) Liquidez Seca (LS)=(Disponibilidades + Créditos a Curto Prazo) / Passivo Circulante

Demonstra quanto a entidade poderá dispor de recursos circulantes, sem levar em consideração seus itens não monetários como os estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas, para fazer face às suas obrigações de curto prazo.

3) Liquidez Seca (LS) = (Disponibilidades + Créditos a Curto Prazo) /Passivo Circulante	**R$ milhares**
a) Disponibilidades + Créditos a Curto Prazo	46.049.047
b) Passivo Circulante	46.167.841
c) a / b	**99,74%**

4) Liquidez Geral (LG)=(Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante)

A liquidez geral, ou índice de solvência geral, é uma medida de capacidade da entidade em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazos.

4) Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Ativo Realizável a L. P.) / (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante).	**R$ milhares**
a) Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo	198.708.882
b) Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	268.781.789
c) a / b	**73,93%**

5) Índice de Solvência (IS)=(Ativo Circulante + Ativo Não-Circulante) / (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante)

Uma entidade é solvente quando está em condições de fazer frente a suas obrigações e ainda apresenta uma situação patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro.

5) Índice de Solvência (IS) = (Ativo Circulante + Ativo Não-Circulante) / (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante).	**R$ milhares**
a) Ativo Circulante + Ativo Não Circulante	341.022.895
b) Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	268.781.789
c) a / b	**126,88%**

6) Endividamento Geral (EG)=(Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante) / Ativo Total

Esse índice demonstra o grau de endividamento da entidade. Reflete também a sua estrutura de capital.

6) Endividamento Geral (EG) = (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante) / Ativo Total	**R$ milhares**
a) Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	268.781.789
b) Ativo Total	341.022.895
c) a / b	**78,82%**

7) Composição do Endividamento (CE)=Passivo Circulante / (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante)

Representa a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total. Geralmente é melhor para a entidade que suas dívidas sejam de longo prazo.

7) Composição do Endividamento (CE) = Passivo Circulante / (Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante).	**R$ milhares**
a) Passivo Circulante	46.167.841
b) Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	268.781.789
c) a / b	**17,18%**

2.2 – Acompanhamento da Dívida Ativa

- Antecedentes

No exercício 2008, foi realizado um trabalho sobre a Dívida Ativa do Estado.

Naquela ocasião, mencionamos que o valor era da ordem de R$ 92,6 bilhões, contra uma Receita Corrente Líquida de R$ 82,2 bilhões.

Em 2014, o valor da Dívida Ativa atingiu R$ 279,9 bilhões contra uma Receita Corrente Líquida de R$ 135,6 bilhões.

Contudo, o Governo do Estado iniciou em 2012 os procedimentos de Ajuste a Valor Recuperável dos débitos inscritos em Dívida Ativa, conforme será detalhado mais adiante, disto resultando um valor de R$ 133,8 bilhões considerados como valor recuperável no encerramento do exercício 2014.

– Levantamentos

O Balanço Geral do Estado apresentou os seguintes dados sobre a Dívida Ativa:

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R$
ESTOQUE EM 31/12/2013	246.504.566.800
(+) ENTRADAS NO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA	28.640.380.528
(-) SAÍDAS DO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA	-10.413.547.592
(+) ATUALIZAÇÃO	15.208.785.040
ESTOQUE EM 31/12/2014	**279.940.184.776**

Assim, houve um aumento R$ 33,4 bilhões no total da dívida ativa, em relação a 2013.

Para melhor esclarecer os dados apresentados no Balanço Geral, detalhamos os números apresentados, conforme segue:

DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	R$
ESTOQUE EM 31/12/2013	**246.504.566.800**
(+) ENTRADAS NO ESTOQUE DA DÍVIDA ATIVA	28.640.380.528
(-) PAGAMENTOS DE DÍVIDA ATIVA NORMAL	-1.288.179.416
(-) PAGAMENTOS DE DÍVIDA ATIVA - PPI	-229.843.835
(-) PAGAMENTOS DE DÍVIDA ATIVA - PEP	-1.257.655.394
(-) PAGAMENTOS DE DÍVIDA ATIVA - PPD	-424.275.960
(-) CANCELAMENTOS	-3.582.720.587
(-) SANEAMENTO	0
(-) BENEFÍCIOS PPI	-56.972.334
(-) BENEFÍCIOS PEP	-926.754.964
(-) BENEFÍCIOS PPD	-351.939.352
(-) DÉBITOS REMITIDOS	-256.334.215
(-) DÉBITOS PRESCRITOS	-277.488.539
(-) AJUSTES	-1.761.382.995
(+) ATUALIZAÇÃO	15.208.785.040
ESTOQUE EM 31/12/2014	**279.940.184.776**

Conforme informações da PGE

Quanto aos pagamentos, que, conforme informações da PGE atingiram R$ 3.199.954.604,93 em 2014, verificamos que 52,79% do valor refere-se a débitos ajuizados e 47,21% a débitos não ajuizados, conforme quadro a seguir:

			R$		R$		R$	
TIPO	**PAGTO. GAREs NORMAIS**	**%**	**PAGTO. GAREs PPI**	**%**	**PAGTO. GAREs PEP**	**%**	**PAGTO. GAREs PPD**	**%**
-AJUIZADOS	343.425.364	26,66%	228.802.787	99,55%	1.116.456.239	88,77%	658.833	0,16%
-NÃO AJUIZADOS	944.754.052	73,34%	1.041.048	0,45%	141.199.155	11,23%	423.617.127	99,84%
TOTAL	**1.288.179.416**	**100%**	**229.843.835**	**100%**	**1.257.655.394**	**100%**	**424.275.960**	**100%**

GARE - Guia de arrecadação estadual

	R$	
TIPO	**GARES NORMAIS + PPI + PEP + PPD**	**%**
-AJUIZADOS	1.689.343.222	52,79%
-NÃO AJUIZADOS	1.510.611.383	47,21%
TOTAL	**3.199.954.604,93**	**100%**

- Inscrições – comparativo com outros exercícios

Realizamos comparativo dos quatro últimos exercícios, conforme segue:

INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA - QUANTIDADE

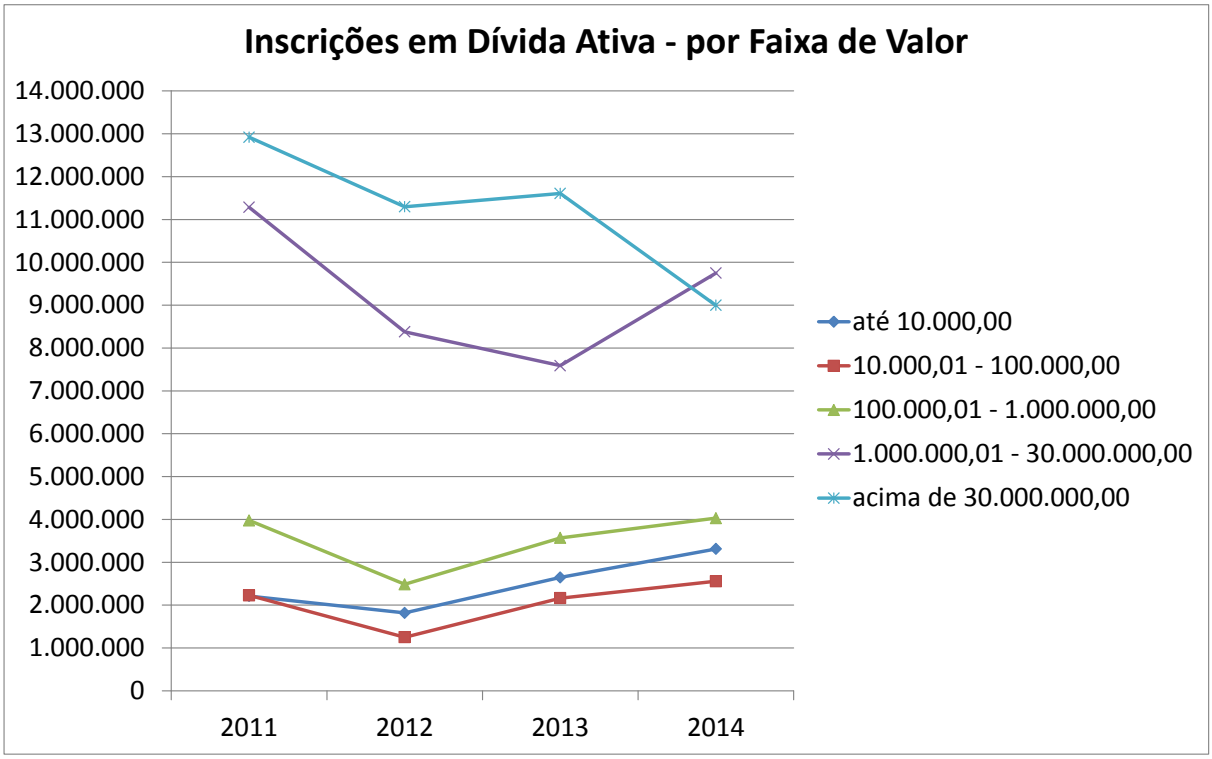
FAIXA DE VALOR	2011	2012	2013	2014
até 10.000,00	4.883.286	2.093.716	2.957.411	3.427.782
10.000,01 - 100.000,00	72.782	39.517	68.118	80.173
100.000,01 - 1.000.000,00	14.258	8.714	13.731	15.757
1.000.000,01 - 30.000.000,00	2.529	1.914	1.767	2.205
acima de 30.000.000,00	113	92	87	100
TOTAIS	**4.972.968**	**2.143.953**	**3.041.114**	**3.526.017**
EVOLUÇÃO %	4848,87%	-56,89%	41,85%	15,94%

Observa-se que de 2013 para 2014 houve aumento na quantidade de inscrições em dívida ativa.

Com relação aos valores, temos o quadro e gráfico seguintes:

INSCRIÇÕES EM DÍVIDA ATIVA - R$ MILHARES

FAIXA DE VALOR	2011	2012	2013	2014
até 10.000,00	2.212.200	1.818.265	2.646.299	3.310.915
10.000,01 - 100.000,00	2.225.871	1.251.364	2.162.461	2.555.694
100.000,01 - 1.000.000,00	3.975.886	2.485.903	3.568.921	4.029.191
1.000.000,01 - 30.000.000,00	11.284.450	8.377.485	7.587.769	9.747.831
acima de 30.000.000,00	12.919.089	11.298.385	11.605.692	8.996.749
TOTAIS	**32.617.496**	**25.231.402**	**27.571.142**	**28.640.380**
EVOLUÇÃO %	41,33%	-22,64%	9,27%	3,88%



- Recebimentos - comparativo com outros exercícios

Demonstramos, a seguir, os recebimentos por faixa de valor, nos últimos quatro exercícios:

RECEBIMENTOS - EM QUANTIDADE

FAIXA DE VALOR	2011	2012	2013	2014
até 1.000,00	932.778	813.057	1.261.151	2.677.151
de 1.000,01 a 10.000,01	154.828	202.377	253.556	569.347
de 10.000,01 a 100.000,00	12.893	15.712	21.211	23.966
acima de 100.000,00	702	892	3083	1981
TOTAL	**1.101.201**	**1.032.038**	**1.539.001**	**3.272.445**
Evolução %	-11,21%	-6,28%	49,12%	112,63%

Considerando-se a quantidade, em 2014, 81,81% dos recebimentos situaram-se na faixa de valor até R$ 1.000.

Já os valores recebidos nos 4 últimos exercícios apresentam os seguintes resultados:

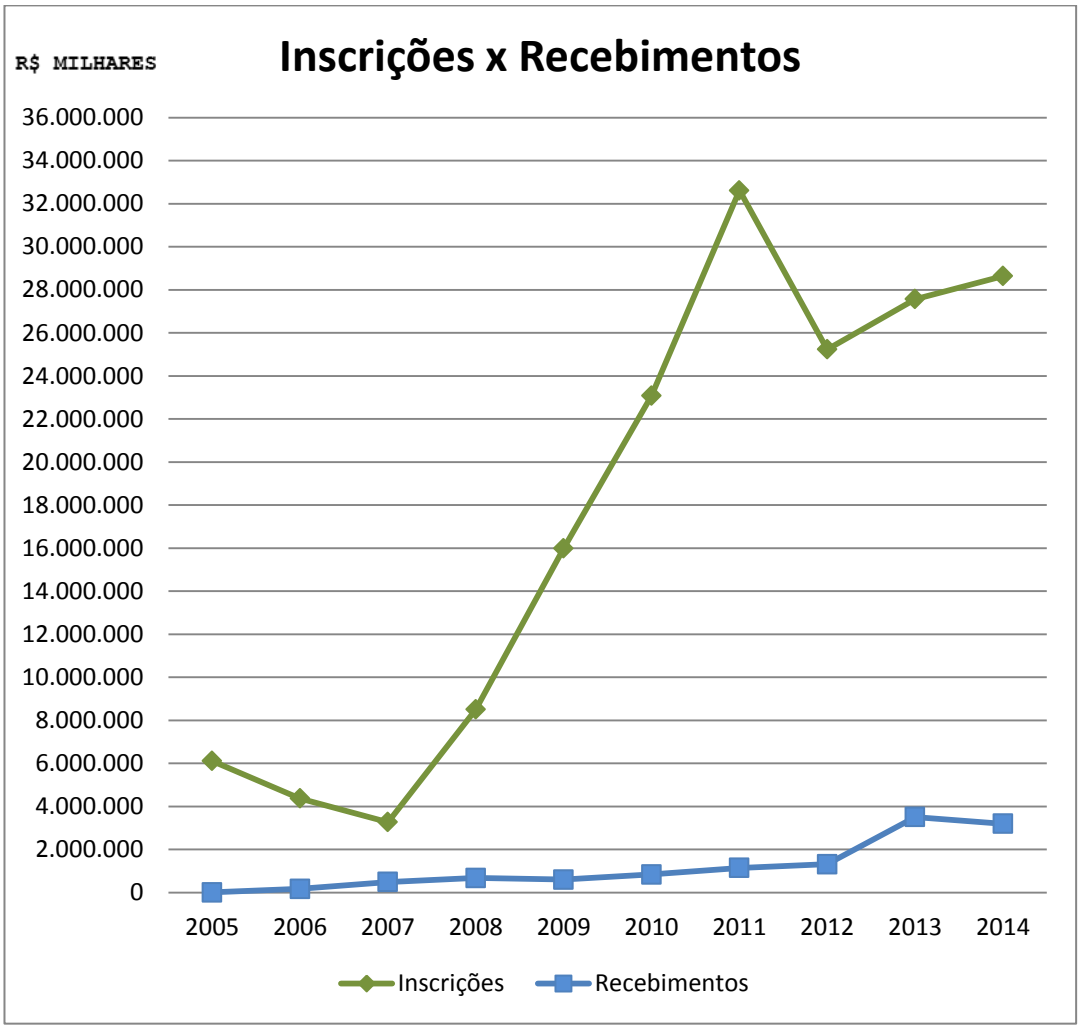
RECEBIMENTOS - VALORES EM R$ MILHARES

FAIXA DE VALOR	2011	2012	2013	2014
até 1.000,00	204.570	224.558	295.433	662.775
de 1.000,01 a 10.000,01	384.736	500.699	618.959	1.245.803
de 10.000,01 a 100.000,00	306.455	366.081	548.903	595.551
acima de 100.000,01	246.541	228.647	2.042.859	695.826
TOTAL	**1.142.302**	**1.319.985**	**3.506.154**	**3.199.955**
Evolução %	35,81%	15,55%	165,62%	-8,73%

A seguir, demonstramos graficamente os recebimentos considerando o período 2005 / 2014:

Em 2014 observa-se uma diminuição de 8,73% nos recebimentos em relação a 2013, mas mantendo-se ainda em um patamar elevado em relação a 2012.

Através do gráfico seguinte, pode-se comparar a diferença entre os valores dos recebimentos e das inscrições:



– Atualização

Um aspecto que tem influenciado significativamente nos valores da Dívida Ativa é a atualização.

No Balanço Geral do exercício 2014, constou o valor de R$ 15,2 bilhões a este título.

- Tipos de Débito

A seguir, passamos a analisar a dívida ativa por tipo de débito.

TIPO DE DÉBITO	QDADE.	%	VALOR	%
Devolução de Qualquer Natureza	2.050	0,02%	R$ 377.451.880,51	0,13%
ICMS Alteração de GIA	37	0,00%	R$ 6.776.522,10	0,00%
ICMS Autuação	125.782	1,40%	R$ 198.133.197.736,26	70,78%
ICMS Declarado	1.645.436	18,26%	R$ 70.414.941.507,66	25,15%
IPVA	6.931.701	76,93%	R$ 6.461.343.831,95	2,31%
IPVA Autuação	23.433	0,26%	R$ 77.831.716,54	0,03%
ITBI Doação / Causa Mortis	242	0,00%	R$ 12.307.058,13	0,00%
ITCMD Causa Mortis Autuação	590	0,01%	R$ 39.949.508,99	0,01%
ITCMD Causa Mortis Declarado	2.543	0,03%	R$ 26.323.842,27	0,01%
ITCMD Doação Autuação	2.887	0,03%	R$ 189.149.768,49	0,07%
ITCMD Doação Declarado	763	0,01%	R$ 14.630.127,60	0,01%
Multa Cadastro IPVA	849	0,01%	R$ 10.027.552,08	0,00%
Multa Contratual	1.477	0,02%	R$ 132.974.894,13	0,05%
Multa Daesp	16	0,00%	R$ 6.470.339,26	0,00%
M. de Transp e Trânsito / Emissão de Fonte Móvel	13.512	0,15%	R$ 27.206.423,92	0,01%
Multa Ipca	4033	0,04%	R$ 512.033.147,47	0,18%
Multa Penal	24.415	0,27%	R$ 78.963.182,76	0,03%
Multa Pessoal / Processual	3.760	0,04%	R$ 38.520.077,25	0,01%
Multa SAA	2	0,00%	R$ 1.287,74	0,00%
Multas	54.373	0,60%	R$ 2.484.285.770,81	0,89%
Repasse	8	0,00%	R$ 6.066.514,04	0,00%
Reposição de Vencimentos	37.460	0,42%	R$ 238.905.631,97	0,09%
Taxa Judiciária	134.496	1,49%	R$ 197.835.442,32	0,07%
Taxas Autuação	193	0,00%	R$ 215.176.993,84	0,08%
Taxas Declarado	131	0,00%	R$ 237.693.072,99	0,08%
Verba Honorária	3	0,00%	R$ 20.944,73	0,00%
Total Global	**9.010.192**	**100%**	**279.940.084.776**	**100%**

São 9.010.192 (nove milhões, dez mil, cento e noventa e dois) débitos registrados no sistema SDA.

Do quadro anterior, destacamos o IPVA e o ICMS, conforme segue:

TIPO DE DÉBITO	QDADE.	%	VALOR	%
IPVA	6.931.701	76,9318%	R$ 6.461.343.831,95	2,3081%
IPVA Autuação	23.433	0,2601%	R$ 77.831.716,54	0,0278%
SOMA	**6.955.134**	**77,19%**	**6.539.175.548**	**2,34%**

TIPO DE DÉBITO	QDADE.	%	VALOR	%
ICMS Alteração de GIA	37	0,0004%	R$ 6.776.522,10	0,0024%
ICMS Autuação	125.782	1,3960%	R$ 198.133.197.736,26	70,7770%
ICMS Declarado	1.645.436	18,2619%	R$ 70.414.941.507,66	25,1536%
SOMA	**1.771.255**	**19,66%**	**268.554.915.766**	**95,93%**

Em quantidade, destaca-se o IPVA, que atinge 6.955.134 registros, seguido pelo ICMS, com 1.771.255.

Já em valores, destaca-se o ICMS com R$ 268,5 bilhões, equivalente a 95,93% do total da dívida ativa.

- Segmentação do Estoque

Foi feita uma segmentação do estoque, com base em cruzamento de dados do sistema da PGE com os sistemas da SEFAZ. A seguir, transcrevemos o quadro:

TOTAL GLOBAL	QTDE CNPJ (SEM REPETIÇÃO ENTRE CLIENTES PGE)	QTDE_ DEBITOS	VALOR_SEM_VH*	%
PESSOA FISICA	1.918.254	6.086.546	R$ 7.891.514.997,49	2,82%
CNPJ ATIVO	124.701	1.063.162	R$ 108.052.109.860,19	38,60%
CNPJ SUSPENSO	9.265	67.962	R$ 9.781.910.688,84	3,49%
CNPJ INAPTO	130.976	928.813	R$ 108.652.215.435,76	38,81%
CNPJ BAIXADO	51.545	503.176	R$ 37.889.134.582,30	13,53%
CNPJ NULO	25983	360.238	R$ 7.668.608.989,41	2,74%
PESQUISA CNPJs NÃO ENCONTRADOS	34	295	R$ 4.690.221,83	0,00%
	2.260.758	**9.010.192**	**R$ 279.940.184.775,82**	**100%**

*VH – Verba Honorária devida aos advogados

Com base nos dados do quadro retro, realizamos a seguinte análise:

TOTAL GLOBAL	QTDE CNPJ (SEM REPETIÇÃO ENTRE CLIENTES PGE)	QTDE_ DEBITOS	VALOR_SEM_VH*
a) PESSOA FISICA	84,85%	67,55%	2,82%
b) CNPJ ATIVO	5,52%	11,80%	38,60%
c) CNPJ SUSPENSO	0,41%	0,75%	3,49%
d) CNPJ INAPTO	5,79%	10,31%	38,81%
e) CNPJ BAIXADO	2,28%	5,58%	13,53%
f) CNPJ NULO	1,15%	4,00%	2,74%
g) PESQUISA CNPJs NÃO ENCONTRADOS	0,00%	0,00%	0,00%
	100,00%	**100,00%**	**100,00%**

Observa-se que os contribuintes pessoa física (letra **a** do quadro) são em maior quantidade (84,85%), respondem pelo maior número de débitos (67,55%), mas com pouca representatividade em termos de valores (2,82%).

Já com relação às pessoas jurídicas, os contribuintes com CNPJ *ativo* (letra **b** do quadro) correspondem a 5,52%, respondendo por 11,80% dos débitos e a 38,60% dos valores.

Por outro lado, observa-se nas letras **c**, **d**, **e**, **f**, e **g** empresas cujo CNPJ apresenta algum tipo de problema, que pode indicar baixa probabilidade de recebimento.

- Contabilização

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público[2] apresenta o item 5.3.5-Ajuste para Perdas da Dívida Ativa, que discorre sobre os procedimentos contábeis aplicáveis ao assunto.

[2] PARTE III – PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS / Aplicado à União, Estados, Distrito Federal e Municípios / Válido para o exercício de 2013 / Portaria STN nº 437, de 12 de julho de 2012 / 5ª edição – disponível no sítio https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/mcasp

Observa-se que o objetivo é trazer a Dívida Ativa para valores realistas, passíveis de recebimento.

Conforme o Balanço Geral do Estado de 2013, em atenção à recomendação desta Casa no Relatório referente às contas de 2011, iniciou-se a constituição de provisão para perdas sobre os valores inscritos em Dívida Ativa.

A tabela a seguir apresenta o saldo do valor recuperável dos débitos inscritos em Dívida Ativa apresentado no BGE.

R$ MILHARES

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL ESTOQUE	PROVISÃO DE DIFÍCIL RECUPERAÇÃO	VALOR RECUPERÁVEL
CONTRIBUINTES - ATIVOS	115.943.624.858	-	115.943.624.858
CONTRIBUINTES - BAIXA PROBABILIDADE DE RECUPERAÇÃO	163.996.559.918	146.105.645.606	17.890.914.312
TOTAL	**279.940.184.776**	**146.105.645.606**	**133.834.539.170**

Fonte: Balanço Geral do Estado 2014

2.3 - Dívida Fundada

2.3.1 – Interna

São as obrigações e os compromissos assumidos pelo Poder Público com terceiros para atender ao Desequilíbrio Orçamentário ou para os Financiamentos de Obras e Serviços.

O saldo está assim composto:

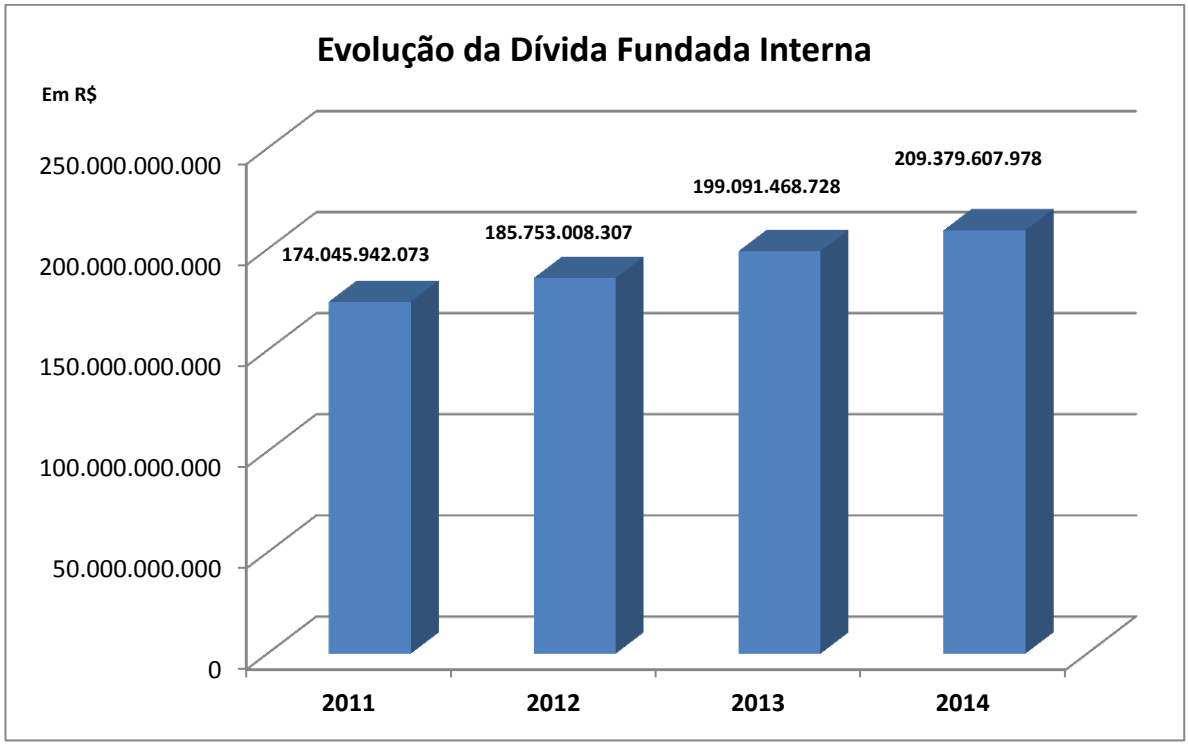
DÍVIDA FUNDADA INTERNA	R$ 1,00
Administração Direta	**209.379.607.978**
Em Títulos	0
Letras Financeiras do Tesouro do Estado	0
Por Contratos	**209.379.607.978**
A.G.E. - Bco Brasil "DMLP DEBT CONVERSION BOND" Res.Senado 98/92 - Lei Est. 9.813/97	0
EMPRÉSTIMO INTERNO DO FRANCO BRASILEIRO Contrato NR.311/1527	0
PROT.BRASIL/FRANCA Contrato:22.82.0861.0	0
PROT.BRASIL/FRANCA C.R. 321/0003	0
CR.321/0003 "PROT.BRASIL FRANCA III"	0
A.G.E. - Bco Brasil "PROTOCOLO BRASIL FRANÇA III" - Lei Estadual 6.853/90	19.804.166
A.G.E. - Bco Brasil "Lei Federal 8727/93" - Lei Estadual 8.487/93	0
A.G.E. - Bco Brasil "DMLP C BOND" Res. Senado 98/92 - Lei Estadual 9.813/97	0
A.G.E. - Bco Brasil "DMLP DISCOUNT BOND" Res. Senado 98/92 - Lei Estadual 9.813/97	116.457.536
A.G.E. - Bco Brasil "DMLP PAR BOND" Res. Senado 98/92 - Lei Estadual 9.813/97	166.900.112
A.G.E. - Bco Brasil "Lei Federal 9496/97 PARAFE" Parcela P - Lei Estadual 9.466/96	95.688.632.591
A.G.E. - Bco Brasil "DMLP CETESB" Res. Senado 98/92 - Lei Estadual 9.813/97	7.728.570
A.G.E. - Bco Brasil "DMLP CPTM" Res. Senado 98/92 - Lei Estadual 9.813/97	147.526.007
A.G.E. - Bco Brasil "DMLP DERSA" Res. Senado 98/92 - Lei Estadual 9.813/97	188.354.259
A.G.E. - Bco Brasil "DMLP METRÔ" Res. Senado 98/92 - Lei Estadual 9.813/97	139.136.659
A.G.E. - Bco Brasil "Lei Federal 9496/97 PARAFE" Resíduo - Lei Estadual 9.466/96	101.751.952.462
A.G.E. - CEF "PNAFE" Lei Estadual 9.360 e 9.460/96	35.126.450
A.G.E. - BNDES "PROJETO SUL METRÔ LINHA 5"	73.507.810
BNDES - UNESP Contrato 1975	2.538.304
A.G.E. - BNDES "EXPANSÃO LINHA 2 VERDE" - Lei Estadual 12.689/07	1.121.464.122
A.G.E - BNDES - "Sistema Público de Escrituração Digital - SPED" - Lei Estadual 12.689/2007.	7.653.018
GESP - BNDES "Unidades Prisionais" Plano de Adequação da Infraest. Sist. Pris. Est.S.Paulo	133.084.815
GESP - BNDES Recup. Da Rodovia Professor Alfredo Rolim de Moura - SP 088 a cargo do DER	20.416.667
TESOURO-CEF-DAEE "Canalização do Corrego Oratorio - Programa Saneamento para todos"	0
AGE-BNDES - "Exp. L.5 Lilás do Metrô-Largo Treze - Chác. Klabin" . Lei nº 13.815 de 17/11/2009	528.956.899
A.G.E. - BNDES "Recuperação das Rodovias SP055-SP332-SPA349/294 e SPA52/230"	41.875.000
Linha 17 do Metrô	260.271.908
BNDES-AGE-CPTM - MODERNIZAÇÃO DAS ESTAÇÕES DA LINHA 8 DIAMANTE	20.000.000
AGE - METRO - CEF - Linha 17 do Metrô - Ligando congonhas a rede metroviária	514.500.000
AGE - METRO/DER - PROINVESTE Mobilidade Urbana	1.958.620.269
AGE - METRO - Implantação da Linha 15 Prata - Sistema Monotrilho	392.500.000
AGE/BB - SLT - Programa de Investimento do Estado de São Paulo (R$ 2,0 bilhões)	2.411.009.476
BNDES-AGE-METRO - EXPANSÃO LINHA 2 VILA PRUDENTE COMPLEXO RAPADURA	20.000.000
CEF - AGE/EMTU-CEF - VLT BAIXADA SANTISTA	209.421.096
AGE/BB - SECRET. LOGISTICA TRANSPORTE - PROGR. INVESTIMENTO DO EST. SÃO PAULO FASE II	1.768.175.315
BNDES - AGE - PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DE HIDROVIAS	25.000.000
BNDES - AGE - METRO - LINHA 6 LARANJA DO METRO DE SÃO PAULO	208.414.959
BNDES - AQUISIÇÃO 35 TRENS COM OITO CARRO CADA PARA CPTM	138.528.876
Obrigações Trabalhistas - Parcelamento Lei 11.941/2009	1.262.050.632
SUCEN	0
Administração Indireta	**0**
Por Contratos	
TOTAL (ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA)	**209.379.607.978**

Dados obtidos do Estado conforme o Anexo 16 do BGE

Evolução da Dívida Fundada Interna

A Dívida Fundada Interna aumentou 5,17%, em relação a 2013.

Exercício	R$ 1,00	% s/ ano anterior	Evolução da Receita s/ ano anterior
2014	209.379.607.978	5,17%	5,42%
2013	199.091.468.728	7,18%	14,28%
2012	185.753.008.307	6,73%	7,26%
2011	174.045.942.073	5,32%	6,19%



Ressaltamos, por oportuno, que o maior valor refere-se à dívida decorrente do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados (PARAFE), que importou em R$ 197,4 bilhões, observando-se aumento da ordem de 3,13% em relação ao valor do exercício anterior, que foi de R$ 191,4 bilhões.

2.3.2 – Externa

Refere-se aos empréstimos contraídos com Instituições Financeiras externas, para atender programas de meio ambiente, transportes e outros.

O saldo da dívida decorrente dos contratos e financiamentos externos está composto como segue:

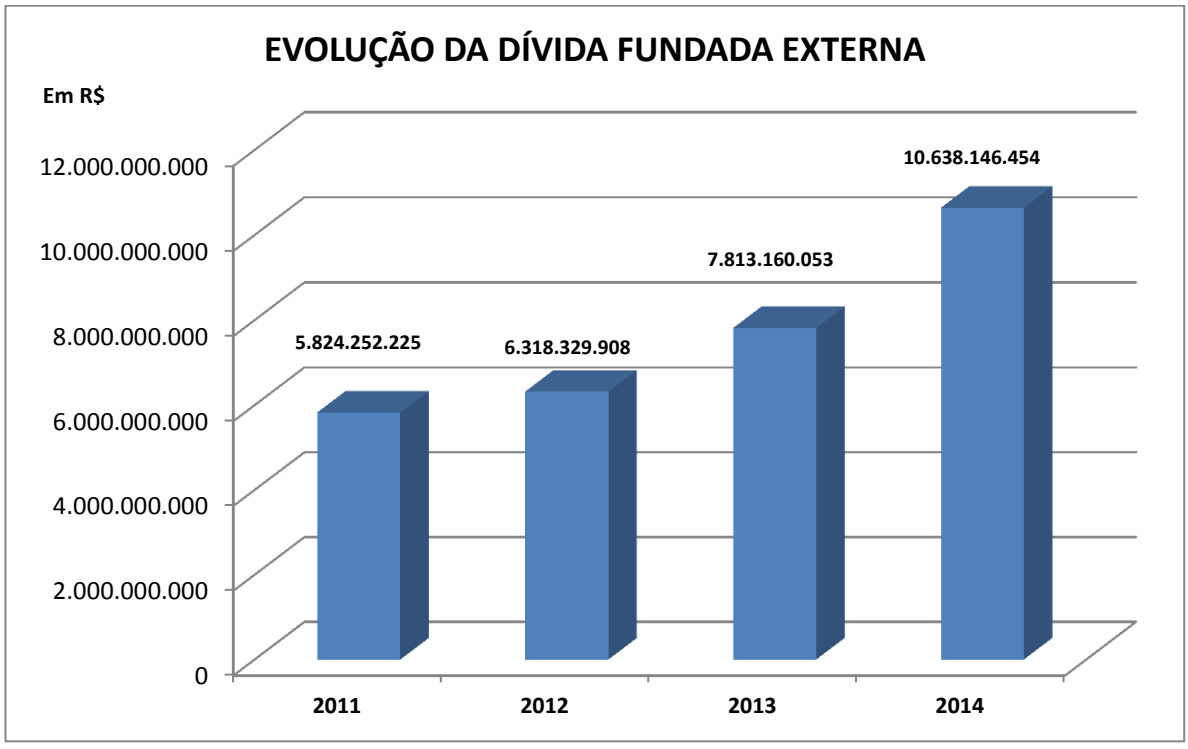
DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	R$ 1,00
Administração Direta	**10.638.146.454**
Por contratos	**10.638.146.454**
A.G.E - BIRD "MICROBACIAS" Lei Estadual 8.331/93 e 9.895/97	0
A.G.E - BID "USP" Lei Estadual 5.962/92	0
A.G.E - KFW "RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA" Lei Estadual 8.062/92	0
A.G.E - BID "TRENS METROPOLITANOS PROJ.SUL" Lei Estadual 8.817-8.959/94	539.159.024
A.G.E - BIRD "INTEGRAÇÃO CENTRO" Lei Estadual 8.817/94 e 9.905/97	0
DAEE - JBIC "DESPOLUIÇÃO DO RIO TIETÊ"	355.966.945
A.G.E - BID "RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS" Lei Estadual 10.668/00	172.133.690
A.G.E - BID "ATUAÇÃO EM CORTIÇOS" Lei Estadual 10.617/00	42.559.558
A.G.E - BIRD "LINHA 4 METRÔ" Lei Estadual 8.817/94; 8.959/94; 9.905/97 e 11.529/03	138.786.450
A.G.E - BID "FABRICAS DE CULTURA" Lei Estadual 11.353/03	43.996.711
A.G.E - JBIC "LINHA 4 METRÔ" Lei Estadual 8.817/94 e 11.529/03	92.519.682
A G.E - BID "PROFFIS" Lei Estadual 11.379/03	33.419.949
A G.E - BID "AVALIAR-APRIMORAR POLÍTICA SOCIAL" Lei Estadual 11.554/03	7.276.003
A G.E - BID "ECOTURISMO MATA ATLANTICA" Lei Estadual 11.555/03	18.992.300
A.G.E - BID "RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS ETAPA II" Lei Estadual 10.668/00	66.677.180
A.G.E - BIRD "ADICIONAL LINHA 4 DO METRO FASE I" Lei Estadual 12.618/07	227.105.100
A.G.E - BIRD "MATERIAL RODANTE E SISTEMAS" Lei Estadual 12.689/07	1.190.681.127
AGE-Cons.Bcos-JBIC "FINANC/ADIC. L. 4 METRO FASE I" - L.EST.12.618/07-RES.SEN.12/08	150.453.160
AGE-Cons.BCOS-JBIC "Mat. Rod.Sist./CPTM e METRO" G.Est SP L.EST.12.689/07-RES.SEN.10/08	810.346.613
AGE-BID "APL/SP" Prog. Fort.Comptivid// Empr. Loc.Arranj.Prod.Est.SP Tom.Gov.SP/Credor:BID	7.984.371
AGE-BID LEI EST.12.689/2007	502.420.230
AGE-BID "PROJ.SUL TRENS CPTM/METRO"	424.473.717
AGE-BID L.EST.12.689/2007-13.535/2009	425.545.086
BID - Metro Expansão Linha 5 Lilás 2305 OC BR	116.554.056
AGE-BIRD - "Exp. L.5 Lilás do Metrô-Largo Treze - Chác. Klabin"	672.353.281
AGE-BIRD "L. 4 AMARELA METRO FASE II TRECHO MORUMBI-LUZ"	165.159.860
AGE-BIRD - "Progr. De Recuperação de Estradas Vicinais do Est. S. Paulo"	867.979.755
AGE-BIRD; "Progr. De Saneamento Ambiental das Mananciais do Alto Tiete"	1.856.153
AGE-BIRD; "Prog. Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II"	50.206.692
AGE-BID "Progr. Gestão Integração Fiscos BRASIL - PROFISCO"	208.462.990
AGE-BIRD; "Progr. Estadual de Apoio Recuperação das ÁGUAS-REÁGUA"	21.316.146
AGE-BIRD - "MODERNIZACAO DA LINHA 11 CORAL-CPTM"	281.116.030
JBIC - Metro Linha 4 amarela Fase II	100.517.153
AGE-BID "Progr. Serra do Mar 2376"	189.698.602
BID - SSRH/DAEE - Programa Várzeas do Tietê BID2500OC-BR	51.555.150
BID-AGE - SLT/DERSA - Rodoanel Trecho Norte 2618/OC-BR	1.426.765.881
CAF - AGE/DER - Programa Transporte, Logistica e Meio Ambiente	467.172.957
BID-AGE-DER - Programa transporte logística e meio ambiente - BIRD8272-BR	434.223.634
BID-AGE Saúde - Projeto fortalecimento gestão estadual saúde - BID3051OC-BR	10.011.218
AFD-AGE-METRO - Proj. trem de guarulhos - implantação linha 13/jade	322.700.000
Administração Indireta	**0**
Por contratos	**0**
TOTAL	**10.638.146.454**

Dados obtidos do Estado conforme o Anexo 16 do BGE

Evolução da Dívida Fundada Externa

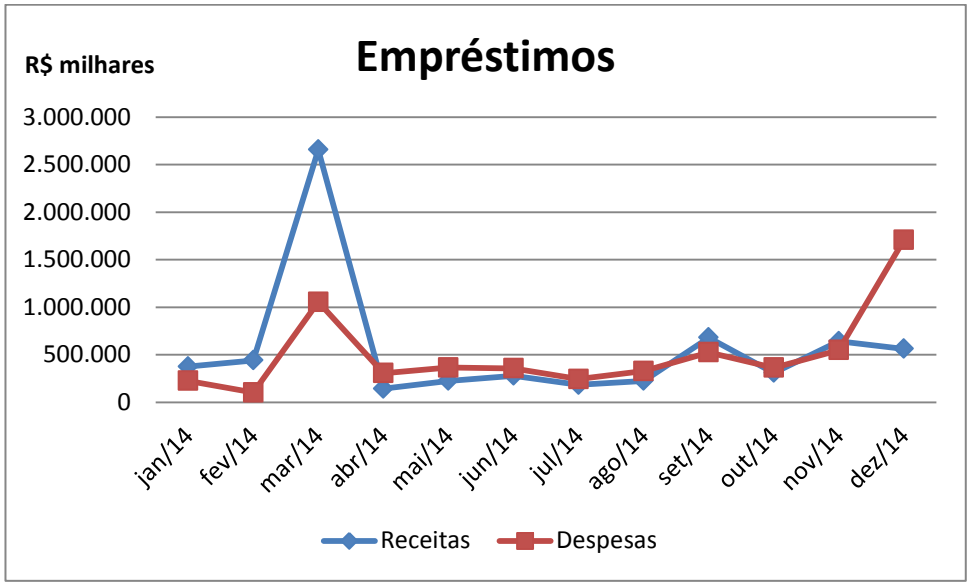
A Dívida Fundada Externa aumentou 36,16%, em relação a 2013.

Exercício	R$ 1,00	% s/ ano anterior	Evolução da Receita s/ ano anterior
2014	10.638.146.454	36,16%	5,42%
2013	7.813.160.053	23,66%	14,28%
2012	6.318.329.908	8,48%	7,26%
2011	5.824.252.225	35,62%	6,19%



2.3.3 – Empréstimos

Com relação ao exercício 2014, verificamos a seguinte dinâmica entre Receitas e Despesas com recursos de empréstimos:



Mês	Receitas	Despesas
jan/14	376.929	226.369
fev/14	441.404	103.135
mar/14	2.656.139	1.055.907
abr/14	143.596	306.526
mai/14	226.288	366.642
jun/14	279.981	358.346
jul/14	184.793	244.638
ago/14	225.966	328.535
set/14	679.942	525.472
out/14	310.145	365.068
nov/14	642.566	549.412
dez/14	562.802	1.709.162
SOMA	**6.730.551**	**6.139.211**

Fonte: SIGEO

Com relação à curva atípica no mês de março/2014, verificamos que os principais valores referem-se aos seguintes contratos:

IDENTIFICAÇÃO NO SIAFEM-SP	R$ milhares
007501073 - DV0001073-MOBIL.URB.LOGÍST.TRANSP.METRO/BNDES	730.000
007511079 - DV0001079 PROJ.N.TAMOIOS-CONT.N/SUL-DERSA/BB	332.521
007531079 - DV0001079 PROGR.DE TRANSP. EST.DE SP-DER-BB2	782.402
007541079 - DV0001079 COMPLEXO VIA.POLO ITAQUERA-DERSA/BB	161.370
SOMA	2.006.294

Lembramos, por oportuno, que a maioria dos empréstimos é liberada de forma parcelada.

2.3.3.1 – Pedidos de Empréstimos – Acórdão TCU

Com relação a pedidos de empréstimo, este E. Tribunal recebeu cinco cópias de Acórdãos proferidos pelo Plenário do TCU.

Assim, listamos a seguir os valores recebidos e dispendidos em 2014, relativos a estes cinco empréstimos:

R$ milhares

PROTOCOLO TC	IDENTIFICAÇÃO NO SIAFEM-SP	RECEITAS	DESPESAS
TC-03320/026/14	007502064 - DV0002064 PROG.DE TRANSP.LOG.MEIO AMB/DER/CA	258.647	243.818
TC-39417/026/14	007502066 - DV0002066 PROG.DE INVEST.RODOV.EST.SP-DER/BI	0	0
TC-41533/026/14	007502067 - DV0002067 FORTALEC. DA GESTAO EST.SAUDE-SES	9.659	4.346
TC-00563/026/15	007502069 - MACRODREN RIO BAQUIRIVU GUACU-DAEE/CAF 1ª ET	0	0
TC-46709/026/14	007502072 - PROG. LOGIST.TRANSP.ESTADO SP -SANTANDER/MIG	0	0

Fonte: SIAFEM/SIGEO

Com relação às despesas, discriminamos a seguir a Categoria da Despesa e o Programa em que ocorreu a liquidação do dispêndio:

	R$ milhares
007502064 - DV0002064 PROG.DE TRANSP.LOG.MEIO AMB/DER/CAF	243.818
DESPESAS CORRENTES	42
1606 - AMPLIACAO, RECUPERACAO E MODERNIZACAO DA MALHA RODOVIARIA	42
DESPESAS DE CAPITAL	243.776
1606 - AMPLIACAO, RECUPERACAO E MODERNIZACAO DA MALHA RODOVIARIA	243.776
007502067 - DV0002067 FORTALEC. DA GESTAO EST.SAUDE-SES	4.346
DESPESAS CORRENTES	2.932
0940 - GESTAO EM SAUDE	2.932
DESPESAS DE CAPITAL	1.414
0940 - GESTAO EM SAUDE	1.414

3 – Demonstração das Variações Patrimoniais

Conforme o art. 104 da Lei nº 4.320/64, "a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício."

A Demonstração das Variações Patrimoniais referente ao exercício de 2014, de forma resumida, encontra-se assim constituída:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	R$ milhares	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	R$ milhares
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	146.194.755	Pessoal e Encargos	-68.382.188
Contribuições	5.368.185	Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-28.792.109
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	11.139.254	Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo .	-26.501.236
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	26.724.188	Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-23.574.380
Transferências e Delegações Financeiras Recebidas .	40.752.452	Transferências e Delegações Concedidas	-52.511.479
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	2.571.229	Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-152.427
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	13.642.075	Tributárias	-1.428.812
		Custo das Mercadorias e dos Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0
		Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-21.680.666
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	**246.392.138**	**Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)**	**-223.023.297**
		Resultado Patrimonial do Período (I – II)	**23.368.841**

Assim, verifica-se que houve um superávit patrimonial equivalente a R$ 23.368.841 mil no exercício.

4 – Balanço financeiro

O balanço financeiro referente ao exercício de 2014 demonstra, sinteticamente, os seguintes valores:

CONSOLIDADO

INGRESSOS (a)	R$ milhares	DISPÊNDIOS (b)	R$ milhares	c = b - a
Receita Orçamentária	209.486.514	Despesa Orçamentária	209.842.014	355.500
Transferências Financeiras Recebidas	1.074.734	Transferências Financ Concedidas	0	-1.074.734
Recebimentos Extraorçamentários	20.419.640	Pagamentos Extraorçamentários	27.430.573	7.010.933
Saldo do Exercício Anterior	34.855.953	Saldo para o Exercício Seguinte	28.564.255	-6.291.698
TOTAL	**265.836.842**	**TOTAL**	**265.836.842**	**0**

Observa-se que a Despesa Orçamentária superou em R$ 355.500 mil a Receita Orçamentária.

Com relação às Transferências Financeiras, houve recebimentos no valor de R$ 1.074.734 mil.

Os Pagamentos Extraorçamentários superaram os Recebimentos Extraorçamentários em R$ 7.010.933 mil.

O Saldo do Exercício Anterior, de R$ 34.855.953 mil, passou a R$ 28.564.255 mil como Saldo para o Exercício Seguinte, correspondendo a uma diminuição de R$ 6.291.698 mil.

Destacamos que o item Saldo passou a ser composto por dois itens, conforme segue:

	R$ milhares		R$ milhares	
Saldo do Exercício Anterior	34.855.953	Saldo para o Exercício Seguinte	28.564.255	-6.291.698
.Caixa e Equivalentes de Caixa	30.505.231	.Caixa e Equivalentes de Caixa ...	24.080.901	-6.424.331
.Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.350.722	.Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.483.354	132.633

Observamos que Caixa e Equivalentes de Caixa apresentou uma diminuição de R$ 6.424.331 mil (21%) em relação ao exercício anterior.

5 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez.

Assim, a DFC permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa deve ser elaborada pelo método direto e evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos:

(a) das operações;
(b) dos investimentos; e
(c) dos financiamentos.

O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

Relativamente aos investimentos, inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante, bem como recebimentos em dinheiro por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos e outras operações da mesma natureza.

Com relação aos financiamentos, inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

R$ milhares

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Ingressos	Desembolsos	Fluxo de Cx. Líquido
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (I)	203.280.409	193.890.755	9.389.655
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (II)	901.275	18.649.783	-17.748.508
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (III)	7.666.235	5.731.713	1.934.522
(I+II+III)	**211.847.919**	**218.272.250**	**-6.424.331**

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	R$ milhares
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	30.505.231
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	-6.424.331
Caixa e Equivalente de Caixa Final	**24.080.901**

IV - LEI N° 9496/97 ACORDO DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA

. A IMPLEMENTAÇÃO DO ACORDO DA DÍVIDA COM A UNIÃO

Em 23 de dezembro de 1997, foi implementado o acordo entre o Estado de São Paulo e a União para a reestruturação da dívida mobiliária estadual e das dívidas do Tesouro Estadual e das Autarquias e Empresas Estatais juntas, à época, ao Banespa e à Nossa Caixa Nosso Banco. A renegociação englobou 77% de toda a dívida contratual e mobiliária do Estado. Não foram incluídas no acordo as dívidas que já haviam sido objeto de renegociação junto à União, as dívidas junto a organismos multilaterais e as dívidas de Empresas que não dependem do Tesouro Estadual para pagar seus compromissos de endividamento. Também não foram objeto desta renegociação a chamada "dívida flutuante" do Estado correspondente às dívidas de sentenças judiciais e aos atrasados junto a empreiteiras e fornecedores. Dada a complexidade das questões relacionadas à negociação com o Governo Federal e a relevância das dívidas envolvidas, o período de um ano e meio decorrido entre o início desta segunda etapa de negociação e a efetiva implementação do acordo deve ser considerado razoável, especialmente levando-se em conta os efeitos retroativos do acordo.

· OS TERMOS DO ACORDO

Os princípios que nortearam o acordo entre o Estado de São Paulo e a União foram estabelecidos no Protocolo de Acordo, firmado em 27/11/96, e podem ser agrupados nos seguintes itens:

- assunção das dívidas mobiliária do Estado e a assunção e quitação da dívida consolidada do Estado junto ao Banespa e Nossa Caixa pela União;

- pagamento à União de 20% do valor devido pelo Estado com transferência de ativos ou resultados da privatização. Estabeleceu-se como base para este cálculo o valor em 31/03/96 do estoque das dívidas a serem refinanciadas, ou seja, R$ 37,4 bilhões, resultando num pagamento à vista de R$ 7,5 bilhões;

- aceitação da renegociação das dívidas das empresas concessionárias de energia elétrica do Estado junto ao Sistema Eletrobrás para redução dos pagamentos com ativos mencionados no item acima, até o limite de 30% do seu montante (R$ 2,2 bilhões), reduzindo-os para R$ 5,3 bilhões (R$ 7,5 bilhões menos R$ 2,2 bilhões);

- financiamento, pela União, do estoque remanescente em 30 anos a juros de 6% ao ano acima da inflação medida pelo IGP-DI, com amortizações mensais calculadas pela Tabela Price;

- estabelecimento de "datas de corte" que fixaram o momento a partir do qual os valores devidos pelo Estado de São Paulo passariam a ter seu custo dado pelas condições prevalecentes no acordo, ou seja, juros de 6% ao ano acima do IGP-DI. A data de corte da dívida mobiliária foi fixada em 31/03/96 e a da dívida contratual junto ao Banespa e à Nossa Caixa Nosso Banco, 22/01/97 (1 A data de corte das dívidas contratuais foi definida apenas em janeiro de 1997, não tendo, portanto, sido expressa no Protocolo). Assim, o crescimento da dívida para o Estado de São Paulo passou a ser de 6% ao ano acima da inflação desde abril de 96, no caso da dívida mobiliária, e desde fevereiro de 97, no caso da dívida contratual. O diferencial entre as condições originais de evolução deste estoque de dívidas e os 6% + IGP/DI, referente ao período de 31/03/96 a 23/12/97, foi assumido pela União;

- limite máximo de 13% para o comprometimento da Receita Líquida Real do Estado com o pagamento do serviço do conjunto das dívidas do Estado junto ao Governo Federal. O limite seria atingido progressivamente, partindo de um percentual de 8,6% no primeiro ano de vigência do acordo (1997), atingindo 13% no ano 2.000, o que inclui não apenas as dívidas contratuais junto ao Banespa e à Nossa Caixa Nosso Banco e a dívida mobiliária objeto da renegociação, mas também dívidas que o Estado já tinha junto à União, relativas a empréstimos contraídos por empresas estatais e autarquias, que não foram integralmente quitadas durante a década de 80 e acabaram sendo refinanciadas pelo Governo Federal através do Banco do Brasil;

- implantação de um programa de ajuste fiscal de longo prazo no Estado de São Paulo, com duração até 2.008. Este programa seria composto de um conjunto de metas, dentre as quais se destacam: a obtenção de uma relação de um para um entre a Receita Líquida Real e o estoque da

dívida em 2.008, o aumento da eficiência na arrecadação, a geração de superávits primários e o aumento do volume de investimentos, entre outras.

Os contratos que compõem o acordo foram assinados em 22/05/1997. Concluída a aprovação pelo Senado em novembro de 1997, e feitos todos os arranjos necessários, o acordo passou a vigorar a partir de 23/12/1997 com eficácia retroativa à data da assinatura dos contratos.

Efetivação da transferência de ativos à União para quitar os compromissos à vista:

Para compor os pagamentos com ativos foram transferidas à União ações de propriedade do Tesouro Estadual (100% no caso da Fepasa e da Ceagesp, e 51% das ações do Banespa) e *warrants* representativas de ações da Cesp e da Eletropaulo, corrigidas pelo IGP-DI/FGV acrescido de 6% de juros ao ano, as quais serão liquidadas com os resultados das privatizações destas empresas. A transferência de ações foi concretizada através de contrato de venda, com um pagamento inicial baseado em preço provisório. A compensação entre os valores transferidos e os valores definitivos será feita à medida que os últimos forem sendo conhecidos, o que depende de avaliações por consultorias independentes contratadas, no caso do Banespa, Fepasa e Ceagesp, e da privatização, no caso da Cesp e da Eletropaulo. As transferências de ativos e posteriores operações de acerto de preços são registradas numa "Conta Gráfica", constituída para efetuar a compensação entre o saldo devedor do valor a ser pago à vista e os montantes efetivamente transferidos pelo Tesouro Estadual ao Tesouro Nacional.

Demonstramos a seguir os saldos finais e os pagamentos efetuados desde a implementação do contrato em 1997:

Demonstrativo da Dívida Renegociada

ESTOQUE DA DÍVIDA

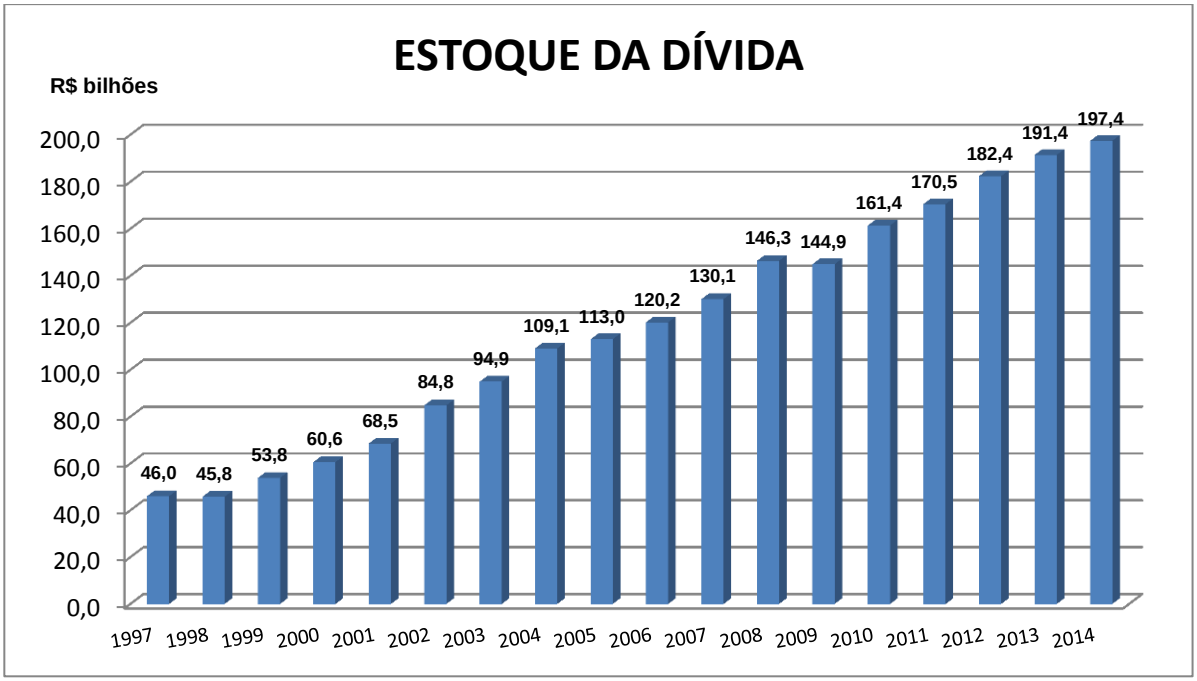
R$ milhares

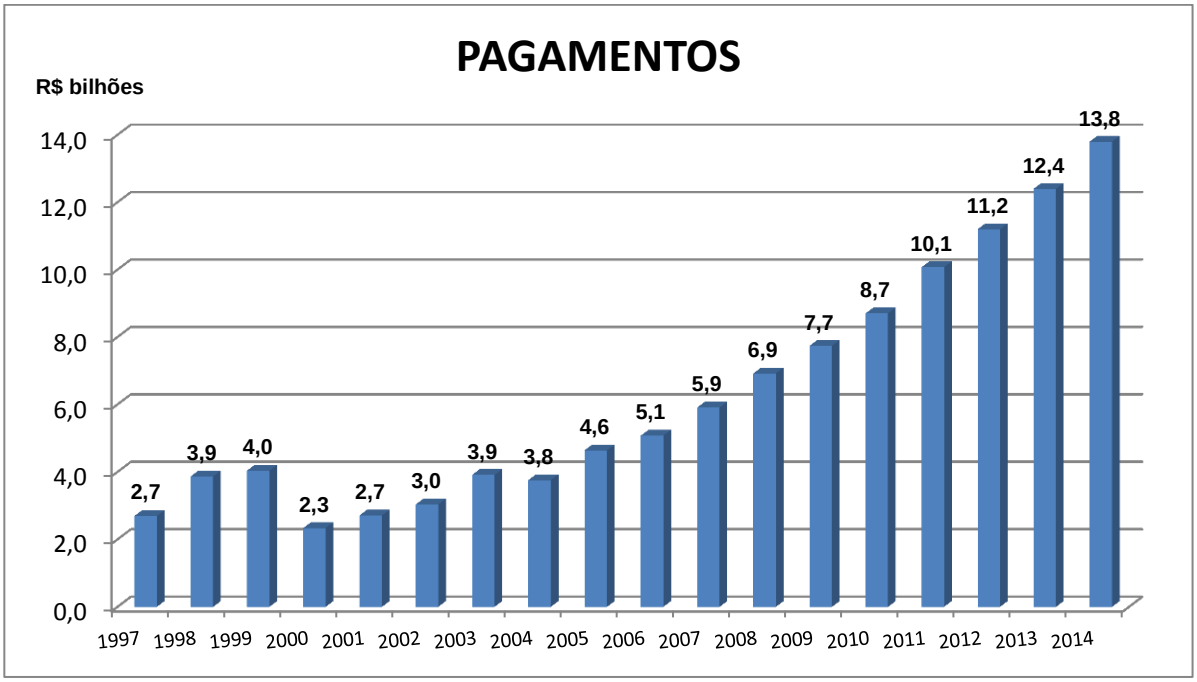
NOMENCLATURA	exercício 1997	exercício 1998	exercício 1999	exercício 2000	exercício 2001
. LEI 9496/97	**46.027.450**	**45.793.255**	**53.825.365**	**60.579.356**	**68.543.251**
. Parcela P	40.551.500	39.508.124	46.906.382	50.911.588	55.682.074
. Parcela P1	1.638.756	1.517.902	1.648.978	1.615.537	1.576.081
. Resíduo	0	2.612.977	5.270.005	8.052.231	11.285.097
. Conta Gráfica	3.837.194	2.154.251	0	0	0

NOMENCLATURA	exercício 2002	exercício 2003	exercício 2004	exercício 2005	exercício 2006
. LEI 9496/97	**84.815.319**	**94.948.248**	**109.124.678**	**112.971.838**	**120.213.516**
. Parcela P	66.580.295	71.449.458	78.629.386	77.929.946	80.086.089
. Parcela P1	1.579.891	1.375.664	1.112.367	669.735	177.133
. Resíduo	16.655.133	22.123.125	29.382.925	34.372.157	39.950.294
. Conta Gráfica	0	0	0	0	0

NOMENCLATURA	exercício 2007	exercício 2008	exercício 2009	exercício 2010	exercício 2011
. LEI 9496/97	**130.089.137**	**146.340.110**	**144.890.874**	**161.399.626**	**170.507.982**
. Parcela P	83.256.467	89.966.680	85.719.888	91.853.134	93.376.312
. Parcela P1	0	0	0	0	0
. Resíduo	46.832.669	56.373.431	59.170.985	69.546.491	77.131.670
. Conta Gráfica	0	0	0	0	0

NOMENCLATURA	exercício 2012	exercício 2013	exercício 2014
. LEI 9496/97	**182.423.586**	**191.448.211**	**197.440.585**
. Parcela P	96.076.731	96.779.753	95.688.633
. Parcela P1	0	0	0
. Resíduo	86.346.855	94.668.458	101.751.952
. Conta Gráfica	0	0	0





Totalizando os pagamentos do período de 1997 a 2014, teremos:

NOMENCLATURA	PAGAMENTOS (R$ MILHARES) PERÍODO: 1997 a 2014
LEI 9496/97	**112.837.652**
.Juros e Encargos	79.648.888
.Amortização	26.266.402
.Amortização – Conta Gráfica	6.922.363

Anotamos que:

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO
P	parcela refinanciada em 360 meses
P1	parcela refinanciada em 120 meses
CONTA GRÁFICA	parcela a ser amortizada com bens e direitos
RESÍDUO	saldo devedor residual em decorrência da aplicação do limite de dispêndio, existente ao término do prazo de pagamento. Será refinanciado em até 120 parcelas mensais e consecutivas, vencidas a partir de 30 dias após o vencimento da 360ª parcela

Quanto ao Estoque e aos Pagamentos da Dívida, a Secretaria da Fazenda esclarece o que segue:

Do contrato de empréstimo sob amparo da Lei nº 9.496/97

Da Lei

O artigo 1º estabelece a relação das dívidas que constarão do refinanciamento.

O artigo 3º estabelece que esta dívida deverá ser paga em 360 meses, calculadas com base na Tabela Price sendo:

Atualização Monetária – calculada e debitada mensalmente com base na variação do Índice de Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas.

Juros – calculados e debitados mensalmente à taxa de 6% (seis) por cento ao ano sobre o saldo devedor previamente atualizado.

O artigo 5° determina que os contratos poderão estabelecer um limite máximo de comprometimento da Receita Líquida Real, para efeito de atendimento das obrigações correspondentes ao serviço da dívida refinanciada. No caso do Estado de São Paulo este limite é 13% da RLR, conforme **cláusula quinta** do contrato assinado entre as partes em 22 de maio de 1997 e aditivos.

O artigo 6° estabelece que para fins de apuração do limite poderão ser deduzidos compromissos de despesas efetuadas no mês anterior dos contratos amparados pela Lei 7976/89; Lei 8727/93; Dívida Externa contratada até 30/9/1991; Dívida de Médio e Longo Prazo (DMLP).

Da apuração para pagamento (cláusula quinta do contrato) – O limite de pagamento do contrato é estabelecido pelo valor de 13% da RLR. Do limite de pagamento (13% da RLR) são deduzidos os compromissos de despesas quitados no mês anterior (artigo 6°), resultando assim no valor da parcela da Lei 9.496/97 a ser paga no mês.

A diferença entre o valor integral da prestação da dívida e a parcela da Lei 9.496/97 paga no mês é denominada resíduo (parágrafo 2° do artigo 6°). Mensalmente estes valores de resíduo são acumulados e corrigidos nas mesmas condições do contrato de refinanciamento, ou seja IGP-DI + 6% ao ano.

A partir do vencimento da última prestação do contrato de refinanciamento em 2027, o saldo devedor resultante poderá ser renegociado nas mesmas condições previstas na lei em até 120 meses (parágrafo 5° artigo 6°).

Para melhor subsidiar as análises, apresentamos demonstrativos disponibilizados pela Coordenação da Administração Financeira - CAF, da Secretaria da Fazenda, através do Grupo de Supervisão e Gestão de Contratos:

PARCELA P1

R$ MILHARES

Posição	Saldo Anterior	(+) Correção IGP-DI	(+) Juros 6% a.a.	(+) Incorporação ou Amortização Autorizada	(-) Parcela Devida	Saldo Devedor Contábil
	A	B	C	D	E	F=(A+B+C+D-E)
mai/97	1.670.834	-	-	-	-	1.670.834
dez/97	1.670.834	43.497	52.364	-	127.939	1.638.756
dez/98	1.638.756	37.948	96.371	-	255.173	1.517.902
dez/99	1.517.902	290.912	97.270	-	257.106	1.648.978
dez/00	1.648.978	165.081	101.358	-	299.880	1.615.537
dez/01	1.615.537	171.021	98.560	-	309.036	1.576.081
dez/02	1.576.081	327.249	94.104	-	417.543	1.579.891
dez/03	1.579.891	154.628	96.030	-	454.885	1.375.664
dez/04	1.375.664	154.686	80.720	-	498.704	1.112.367
dez/05	1.112.367	19.328	59.478	-	521.438	669.735
dez/06	669.735	15.638	31.178	-	539.419	177.133
dez/07	177.133	2.307	4.131	-	183.572	-

PARCELA P

R$ milhares

Posição	Saldo Anterior	(+) Correção IGP-DI	(+)Juros 6% a.a.	(+) Incorporação ou Amortização Autorizada		(-) Parcela Devida	Saldo Devedor Contábil
	A	B	C	D		E	F=(A+B+C+D-E)
mai/97	38.672.264						38.672.264
dez/97	38.672.264	1.026.750	1.233.198	1.256.927		1.637.639	40.551.500
dez/98	40.551.500	921.585	2.390.217	-1.256.927		3.098.251	39.508.124
dez/99	39.508.124	7.919.505	2.607.671	-41.271	**1**	3.087.647	46.906.382
dez/00	46.906.382	4.830.318	2.961.748	-49.575	**2**	3.737.285	50.911.588
dez/01	50.911.588	5.609.482	3.214.569			4.053.565	55.682.074
dez/02	55.682.074	12.751.169	3.524.394	-739.709	**3**	4.637.633	66.580.295
dez/03	66.580.295	6.603.018	4.270.604	-312.752	**4**	5.691.706	71.449.458
dez/04	71.449.458	8.708.126	4.558.321			6.086.519	78.629.386
dez/05	78.629.386	1.331.998	4.770.368			6.801.807	77.929.946
dez/06	77.929.946	2.791.567	4.733.388	1.215.535	**5**	6.584.348	80.086.089
dez/07	80.086.089	5.273.866	4.920.726	203.844	**6**		83.256.467
dez/08	83.256.467	9.322.709	5.324.480	-1.501	**7**	7.935.476	89.966.680
dez/09	89.899.680	-1.593.256	5.314.023	132.011	**8**	8.099.569	85.719.888
dez/10	85.719.888	9.172.150	5.378.228	219.110	**9**	8.636.243	91.853.134
dez/11	91.853.134	5.119.132	5.674.624	-1.545	**10**	9.269.034	93.376.312
dez/12	93.376.312	6.709.426	5.771.419	62.060	**11**	9.842.486	96.076.731
dez/13	96.076.731	5.232.732	5.877.667	31.766	**12**	10.439.143	96.779.753
Dez/14	96.779.753	3.956.972	5.913.176	26.212	**13**	10.987.481	95.688.633

1 - RFFSA Autoriz MP-1755-9, de 15/12/98 e Of GS/CCP nº 003/99,06/01/99 e Memo nº 91 STN/CODIP/DIEDI,07/01/99.
2 - Banespa - Amortização Extraordinária conforme Ofício STN nº 5437, de 28/11/2000
3 - Ajuste no saldo decorrente da correção plena do IGP-DI.
4 - Banespa - Amortização Extraordinária conforme Ofício STN nº 1602, de 22/04/2003
5 - Incorporação dívidas da FEPASA auditadas pelo Estado (ações trabalhistas/civeis) conf.contrato (dez/06)
6 - Incorporação dívidas da EPTE (venda de ações).Ofs. 808 e 8441 STN/COAFI/GECIN,de 31/1/2007 e 26/9/2007
7 - Amortização Extraordinária conforme Ofício STN nº 10.969, de 05/11/2008 - Ajuste preço CTEEP
8 - Incorporação (R$ 133.692.095,77) dívidas da FEPASA auditadas pelo Estado (ações trabalhistas/civeis) Ofício 1440/2009/COAFI/SECAD-VI/STN/MF
8 - Amortização Extraordinária (R$ 1.680.854,32)conforme Ofício nº 1613/2009/COAFI/SECAD-IV/STN/MF-DF - Ajuste preço CTEEP
9 - Incorporação (R$ 10.351.488,90) dívidas da CEAGESP (ações trabalhistas/civeis) Ofício 513/2010/COAFI/SUBSEC4/STN/MF-DF
9 - Incorporação (R$ 210.813.538,10) dívidas da FEPASA auditadas pelo Estado (ações trabalhistas/civeis) Ofício 5/2010/GECEM3/COAFI/SUBSEC4/STN/MF-DF
9 - Amortização Extraordinária (R$ 2.054.539,96) conforme Ofício nº 527/2010/COAFI/SUBSEC4/STN/MF-DF-Ajuste preço CTEEP
10 - Amortização Extraordinária (R$ 1.545.234,38) conforme Ofício nº 413/2011/COAFI/SURIN/STN/MF-DF-Ajuste preço CTEEP
11 - Incorporação (R$ 63.814.857,08) dívidas da FEPASA auditadas pelo Estado (ações trabalhistas/civeis)
11 - Amortização Extraordinária (R$ 1.754.761,59) conforme Ofício nº 507/2012/COAFI/SURIN/STN/MF-DF-Ajuste preço CTEEP
12 - Incorporação (R$31.766.073,97) dívidas da FEPASA auditadas pelo Estado (ações rabalhistas/civeis)
13 - Incorporação (R$ 26.212.179,88) dívidas da FEPASA auditadas pelo Estado (ações trabalhistas/civeis)

CONTA GRÁFICA

R$ milhares

Posição	Saldo Anterior A	(+) Correção IGP-DI B	(+) Juros 6% a.a. C	(-) Abatimentos CG D	Saldo Devedor Contábil E=(A+B+C-D)
mai/97	6.242.043			-2.100.000	4.142.043
dez/97	4.142.043	112.517	136.902	-554.269	3.837.194
dez/98	3.837.194	133.859	202.811	-2.019.613	2.154.251
dez/99	2.154.251	224.353		-2.378.605	

A partir de Dezembro/1998 corrigido pela Taxa Média SELIC.

ESTOQUE RESÍDUO

R$ milhares

Posição	Saldo Anterior A	(+) Correção IGP-DI B	(+) Juros 6% a.a. C	(+) Resíduo do ano D	(-) Parcela Devida E	(-) Ajuste do Saldo (*) F	Saldo Devedor Contábil G=(A+B+C+D-E-F)
jan/98				1.525.279			1.525.279
dez/98	1.525.279	31.702	109.555	1.100.813		154.371	2.612.977
dez/99	2.612.977	664.760	220.549	1.589.207		-182.511	5.270.005
dez/00	5.270.005	636.383	395.170	1.750.673			8.052.231
dez/01	8.052.231	1.003.308	576.665	1.652.892			11.285.097
dez/02	11.285.097	2.967.177	791.192	1.939.187		327.519	16.655.133
dez/03	16.655.133	1.727.839	1.190.303	2.549.850			22.123.125
dez/04	22.123.125	2.913.510	1.553.801	2.792.489			29.382.925

dez/05	29.382.925	498.995	1.908.919	2.602.234		20.917	34.372.157
dez/06	34.372.157	1.327.439	2.202.974	2.047.725			39.950.294
dez/07	39.950.294	2.808.675	2.572.655	1.500.615		-431	46.832.669
dez/08	46.832.669	5.408.811	3.116.439	1.018.520		3.008	56.373.431
dez/09	56.373.431	-1.009.287	3.442.605	385.122	25.784	-4.898	59.170.985
dez/10	59.170.985	6.588.871	3.837.572	148.666	214.844	-15.241	69.546.491
dez/11	69.546.491	3.966.393	4.420.437		801.638	13	77.131.670
dez/12	77.131.670	5.716.949	4.899.442		1.392.803	8.404	86.346.855
dez/13	86.346.855	4.857.160	5.426.079		1.963.296	(1.660)	94.668.458
Dez/14	94.668.458	3.942.350	5.941.475		2.801.800	(1.469)	101.751.952

As parcelas do Acordo no período de junho a dezembro de 1997, foram efetivamente liquidadas em 21/01/98. (Eficácia do Contrato).

(*) Ajustes devido a RLR provisórias, variação plena de IGP-DI e alteração na fórmula de cálculo para exponencial.

LEI Nº 9.496/97 — **R$ Milhares**

Posição	Saldo Anterior	(+) Correção IGP-DI	(+) Juros 6% a.a.	(+) Incorporação ou Amortização	(+) Resíduo do ano	(-) Abatimentos CG	(-) Ajuste do Saldo (*)	(-) Parcela Devida	Saldo Devedor Contábil
	A	B	C	D	E	F	G	H	I = (A+B+C+D+E-F-G-H)
mai/97	46.585.142					-2.100.000			44.485.142
dez/97	44.485.142	1.182.763	1.422.465	1.256.927		-554.269		1.765.578	46.027.450
dez/98	47.552.729	1.125.094	2.798.954	-1.256.927	1.100.813	-2.019.613	154.371	3.353.424	45.793.255
dez/99	45.793.255	9.099.530	2.925.491	-41.271	1.589.207	-2.378.605	-182.511	3.344.752	53.825.365
dez/00	53.825.365	5.631.783	3.458.275	-49.575	1.750.673			4.037.165	60.579.356
dez/01	60.579.356	6.783.811	3.889.794		1.652.892			4.362.602	68.543.251
dez/02	68.543.251	16.045.595	4.409.690	-739.709	1.939.187		327.519	5.055.176	84.815.319
dez/03	84.815.319	8.485.485	5.556.936	-312.752	2.549.850			6.146.590	94.948.248
dez/04	94.948.248	11.776.322	6.192.843		2.792.489			6.585.223	109.124.678
dez/05	109.124.678	1.850.322	6.738.766		2.602.234		20.917	7.323.245	112.971.838
dez/06	112.971.838	4.134.644	6.967.541	1.215.535	2.047.725			7.123.767	120.213.516
dez/07	120.213.516	8.084.848	7.497.512	203.844	1.500.615		-431	7.411.630	130.089.137
dez/08	130.089.137	14.731.520	8.440.919	-1.501	1.018.520		3.008	7.935.476	146.340.110
dez/09	146.340.110	-2.602.543	8.756.628	132.011	385.122		-4.898	8.125.354	144.890.874
dez/10	144.890.874	15.761.021	9.215.801	219.110	148.666		-15.241	8.851.087	161.399.626
dez/11	161.399.626	9.085.526	10.095.060	-1.545	0	0	13	10.070.672	170.507.982
dez/12	170.507.982	12.426.375	10.670.862	62.060	0	0	8.404	11.235.289	182.423.586
dez/13	182.423.586	10.089.891	11.303.746	31.766	0	0	-1.660	12.402.439	191.448.211
dez/14	191.448.211	7.899.322	11.854.651	26.212	0	0	-1.469	13.789.280	197.440.585

(*) Ajustes devido a RLR provisórias, variação plena de IGP-DI e alteração na fórmula de cálculo para exponencial.

V – PRECATÓRIOS E OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR

Preliminarmente, cabe ressaltar que, em março/2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional o art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (incluído pela EC 62/09). Este artigo estabelecia o regime especial de pagamento de precatórios judiciais. Entretanto, em 2014 a modulação dos efeitos encontrava-se pendente de decisão pelo STF, e neste ínterim o Poder Executivo continuou repassando recursos ao Tribunal de Justiça nos moldes previstos no art.97 do ADCT.

EMENDA CONSTITUCIONAL N° 62/2009

Com a promulgação da Emenda Constitucional n° 62/2009, foram introduzidas alterações no regime de pagamento de precatórios a partir do exercício de 2010.

De acordo com a publicação da LRF referente ao 3° Quadrimestre/2009, o estoque de precatórios correspondeu a 22,16% da Receita Corrente Líquida - RCL. Desta forma, o Estado enquadrou-se no previsto na letra "a" do inciso I, § 2° do art.97 do ADCT, que estabeleceu o percentual mínimo de pagamento de 1,5% da RCL para Estados cujo estoque de precatórios correspondesse a até 35% da RCL.

O Estado, mediante o Decreto Estadual n° 55.300, de 30 de dezembro de 2009, optou pelo depósito mensal de 1/12 avos de 1,5% da RCL, em conta especial administrada pelo Tribunal de Justiça Estadual, conforme segue:

"Artigo 1° - Nos termos do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dentre as modalidades de Regime Especial de pagamento nele previstas, o Estado de São Paulo opta pelo pagamento de seus precatórios judiciários, da administração direta e indireta, na forma do inciso I do § 1° e do § 2° do aludido artigo 97, ficando incluídos em tal regime os precatórios que ora se encontram pendentes de pagamento, e os que vierem a ser emitidos durante a sua vigência.

§ 1° - Para o pagamento dos precatórios vencidos e a vencer referidos no caput, serão depositados mensalmente, no último dia útil de cada mês, em conta própria, 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 1,5% (um e meio por cento) da receita corrente líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do depósito, na forma do § 3° e seus incisos, do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2° - A Secretaria de Estado de Fazenda divulgará mensalmente o valor da receita corrente líquida apurada nos termos e para os fins do § 1°.

Artigo 2° - Dos recursos que, nos termos do Artigo 1°, forem depositados em conta própria para pagamento de precatórios judiciários, serão utilizados:

I - 50% (cinqüenta por cento), para o pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação, observadas as preferências definidas no § 1° do artigo 100 da Constituição

Federal, para os precatórios do mesmo ano, e no § 2° daquele mesmo artigo, para os precatórios em geral;

II - 50% (cinqüenta por cento), na forma que oportunamente vier a ser estabelecida pelo Poder Executivo, em conformidade com o disposto no § 8° e seus incisos, do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Artigo 3° - Fica instituído, junto à Procuradoria Geral do Estado, o Sistema Único de Controle de Requisitórios Judiciais, no qual será mantido o registro cadastral e de pagamentos de todos os requisitórios da administração direta e indireta, para fins de controle estatístico, verificação dos pagamentos e conferência da ordem em que serão realizados.

§ 1° - As entidades da administração indireta deverão manter atualizados os registros de seus requisitórios junto à Procuradoria Geral do Estado, cadastrando-os diretamente, e preferencialmente em meio eletrônico, em até 5 (cinco) dias da data do respectivo recebimento, e nesse mesmo prazo registrando as alterações que a qualquer tempo lhes forem comunicadas pelo Poder Judiciário.

§ 2° - Os requisitórios da administração indireta, já formalizados até a data do presente Decreto e ainda não cadastrados junto à Procuradoria Geral do Estado, deverão ser cadastrados dentro de 60 (sessenta) dias contados da publicação deste.

Artigo 4° - A Procuradoria Geral do Estado, a Secretaria da Fazenda e a Secretaria de Economia e Planejamento, no âmbito de suas respectivas atribuições, poderão adotar providências para a implantação e regulamentação das disposições do presente Decreto.

Artigo 5° - As disposições deste Decreto entram em vigor na data de 1° de janeiro de 2010, vigorando enquanto o valor dos precatórios devidos for superior ao valor dos recursos vinculados, na forma do Artigo 1°.”

Pelo menos 50% dos recursos devem ser utilizados para pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação, respeitadas as preferências previstas no § 2° do art.100 da Constituição Federal.

Com relação aos demais 50%, o governo optou, para o exercício 2014, pelo pagamento em ordem única e crescente de valor por precatório, conforme o Decreto Estadual n° 60.019 de 26 de dezembro de 2013:

Artigo 1° - Dos recursos que, nos termos do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e artigo 1°, "caput" e § 1° do Decreto estadual n° 55.300, de 30 de dezembro de 2009, durante o exercício de 2014 forem depositados em conta própria para o pagamento de precatórios judiciários, o Estado de São Paulo opta, como previsto no inciso II do artigo 2° do referido decreto, que no exercício de 2014 sejam aplicados 50% (cinquenta porcento) no pagamento em ordem única e crescente de valor por precatório, nos termos do inciso II do § 8° do referido artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Assim, 50% os recursos repassados em 2014 deverão ser pagos em ordem cronológica de apresentação e 50% em ordem única e crescente de valor.

No quadro a seguir, demonstramos os repasses efetuados pelo Poder Executivo para o Tribunal da Justiça, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 62:

Mês da Transf. Financeira Mês da Receita	Receita Corrente Líquida apurada Resolução SF	Duodécimo	1,5% do Duodécimo	Total Transferido
jan/14	123.619.191.856,48	10.301.599.321,37	154.523.989,82	154.523.989,82
fev/14	129.472.631.328,27	10.789.385.944,02	161.840.789,16	161.840.789,16
mar/14	131.296.603.522,69	10.941.383.626,89	164.120.754,40	164.120.754,40
abr/14	132.407.207.831,41	11.033.933.985,95	165.509.009,79	165.509.009,79
mai/14	133.556.333.879,35	11.129.694.489,95	166.945.417,35	166.945.417,35
jun/14	133.955.714.266,79	11.162.976.188,90	167.444.642,83	167.444.642,83
jul/14	134.200.970.263,92	11.183.414.188,66	167.751.212,83	167.751.212,83
ago/14	132.823.880.214,49	11.068.656.684,54	166.029.850,27	166.029.850,27
set/14	133.664.804.698,46	11.138.733.724,87	167.081.005,87	167.081.005,87
out/14	134.129.207.086,34	11.177.433.923,86	167.661.508,86	167.661.508,86
nov/14	134.991.000.553,01	11.249.250.046,08	168.738.750,69	168.738.750,67
dez/14	135.686.753.871,83	11.307.229.489,32	169.608.442,34	169.608.442,34
Total	**1.589.804.299.373,04**	**132.483.691.614,42**	**1.987.255.374,22**	**1.987.255.374,19**

Fonte: documentos encaminhados pela Coordenação da Administração Financeira da Secretaria da Fazenda e SIAFEM-SP

Conforme quadro anterior, verificamos que o Poder Executivo Estadual repassou, em 2014, R$ 1.987.255.374,19 (um bilhão, novecentos e oitenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e setenta e quatro reais e dezenove centavos) ao Poder Judiciário, cumprindo o preceituado pela Emenda Constitucional nº 62.

No quadro a seguir, o Governo Estadual demonstra os pagamentos efetuados no Regime Especial, além das Obrigações de Pequeno Valor e a movimentação de Sequestros, Bloqueios Judiciais e Devoluções:

DEMONSTRATIVO DOS PAGAMENTOS
OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR E REGIME ESPECIAL DE PRECATÓRIOS
EXERCÍCIO DE 2014

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Obrigações de Pequeno Valor	356.175.532
Administração Direta	349.871.253
Administração Indireta	6.304.279
Regime Especial de Pagamento de Precatórios	1.993.825.254
Prioridade	531.443.298
Ordem Crescente de Valor	893.499.800
Ordem Cronológica	475.383.221
2ª e 15ª Região do Tribunal Regional do Trabalho	93.498.935
Subtotal	2.350.000.786
Sequestros, Bloqueios Judiciais e Devoluções	-33.033.165
Administração Direta e Indireta	-33.033.165
TOTAL	2.316.967.621

D.1) DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Lei Federal nº 10.482, de 3 de julho de 2002, conhecida como Lei Madeira, dispôs sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos, permitindo que parte destes fosse repassado à conta única dos Estados e do Distrito Federal, estabelecendo também a criação de um fundo de reservas.

Referida Lei previa que os recursos repassados seriam aplicados exclusivamente no pagamento de precatórios judiciais relativos a créditos de natureza alimentar.

Uma vez encerrado o processo litigioso ou administrativo, o valor do depósito, acrescido da remuneração que lhe foi originalmente atribuída, seria colocado à disposição do depositante ou transformado em pagamento definitivo.

A Lei nº 10.482/2002 foi revogada pela Lei nº 11.429/2006 e, a partir de abril/2008, a matéria passou a reger-se, em nível estadual, pela Lei nº 12.787/2007 e pelo Decreto nº 52.780/2008.

Desta forma, temos acompanhado a movimentação financeira dos recursos, com base em dados fornecidos pelo Governo do Estado, que mantém controle distinto para os repasses previstos em cada Lei.

Analisamos os documentos encaminhados pela Secretaria da Fazenda e extraímos por mais relevante o que segue:

DEPÓSITOS JUDICIAIS *	Lei 10.482/2002 (2)	Lei 11.429/2006	Lei 12.787/2007
Itens	**R$**	**R$**	**R$**
Valor Repassado ao Estado (1)	800.212.659	1.011.645.573	2.182.911.458
(+) Correção	396.090.821	275.503.312	386.186.889
(-) Devolução	784.389.653	692.493.710	1.761.980.397
Valor a ser devolvido	**411.913.827**	**594.655.176**	**807.117.951**

Fundo de Reserva (3)	**R$**	**R$**	**R$**
Devido ao Fundo de Reserva	91.114.815	170.287.997	219.989.549
Saldo do Fundo de Reserva (4)	97.264.348	180.108.244	249.340.513
Diferença	**6.149.534**	**9.820.247**	**29.350.964**

***Conforme planilha fornecida pelo Departamento de Finanças do Estado da Secretaria da Fazenda.**

Obs. 1: Percentual transferido para Conta Única/Fundo de Reserva: Lei 10.482 = 80% e 20%; demais 70% e 30%

Obs. 2: Lei 10.482/2002: a última transferência ocorreu em janeiro de 2007

Obs. 3: a recomposição do Fundo de Reserva ocorre posteriormente à comunicação do Agente Financeiro

Obs. 4: dados do SIAFEM

VI – ATENDIMENTO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Apresentamos a seguir os tópicos relacionados à Lei Fiscal relativos ao Poder Executivo, cujo detalhamento encontra-se no Acessório 3, TC-00788/326/14, que acompanha os presentes autos.

a. RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA (RREO)

Observamos que a receita arrecadada acumulada demonstrou uma situação de déficit, uma vez que ficou abaixo da previsão orçamentária em 2,01%.

O valor empenhado foi superior ao valor arrecadado em R$ 355.500 mil.

No que diz respeito ao regime próprio de previdência, os valores apresentados no Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias, no exercício de 2014, evidenciam um equilíbrio das receitas previdenciárias realizadas em relação às despesas.

Da análise do Resultado Primário Realizado no exercício de 2014, observa-se uma situação favorável, vez que superou a pretensão estabelecida.

Já o Resultado Nominal apresentou um acréscimo em relação ao exercício anterior de R$ 17.587 milhões, sendo que a meta era de R$ 48.753 milhões correntes.

De acordo com os dados do Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos, as receitas de R$ 832.090 mil foram aplicadas em Despesas de Capital, tendo sido liquidados R$ 809.960 mil e inscritos em Restos a Pagar R$ 22.130 mil.

b. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

O Quadro de Pessoal do Governo do Estado, consideradas a Administração Direta, as Autarquias, as Fundações e as Empresas de Economia Mista, é de 1.205.472 servidores, sendo 724.985 ativos, 300.907 inativos e 179.580 pensionistas (dados extraídos do Relatório enviado pelo Governo do Estado).

O item Despesas com Pessoal constou no Relatório de Gestão Fiscal como segue:

R$ milhares

Gastos com Pessoal	=	**R$ 59.644.620**	=	**43,98%**
RCL		**R$ 135.630.165**		

O percentual de 43,98%, apurado pela Contadoria Geral do Estado, foi obtido desconsiderando as despesas com indenizações por demissões e incentivos à demissão voluntária, decorrentes de decisão judicial, de exercícios anteriores e inativos com recursos vinculados.

Referidas deduções se justificam em face da norma instituída pela Lei nº 101/00, artigo 18, que prevê a inclusão de valores de caráter essencialmente remuneratório. Ainda, a exclusão da Compensação Previdenciária deu-se em função do artigo 19, inciso VI-b.

Não obstante as deduções retro, entendemos, S.M.J., que outra exclusão deveria ter sido considerada nas despesas com pessoal apuradas pela Contadoria Geral do Estado, qual seja, o reembolso, mediante convênio, do pagamento de professores e demais funcionários do Governo Estadual que prestam serviços para os Municípios no setor da Educação, atingindo a cifra de R$ 278.879 mil e, pela mesma razão, excluímos referido valor da receita corrente líquida, obtendo o seguinte demonstrativo:

R$ milhares

Gastos com Pessoal	=	**R$ 59.365.741**	=	**43,86%**
RCL		**R$ 135.351.286**		

Informamos, também, que as despesas com o PASEP estão incluídas nos totais informados pelo Governo Estadual.

Comparando-se o exercício de 2013 com o de 2014, constatamos que o índice de Gastos com Pessoal passou de 41,91% para 43,86%.

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal do Poder Executivo está dentro dos limites previstos no artigo 20, inciso II, letra c; e no artigo 22, § Único da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

No encerramento do exercício de 2013, a Dívida Consolidada Líquida representava 1,42 vezes a receita corrente líquida do mesmo período.

No exercício de 2014, a proporção de endividamento foi de 1,48 vezes a RCL, sendo que a Resolução do Senado Federal n.º 40, de 20/12/2001, indica para os Estados o limite de duas vezes a receita corrente líquida.

Quanto a Concessão de Garantias, no 3º quadrimestre de 2014 o percentual apurado encontra-se devidamente ajustado ao limite de 32% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 9º da Resolução nº. 43, alterada pela Resolução nº. 3, de 02/04/2002, ambas do Senado Federal.

Mencionamos, também, que o Governo Estadual vem observando o limite de 16% para realização de Operações de Crédito estipulado no inciso I, artigo 7º da Resolução do Senado nº 43.

As despesas de capital apresentaram valor superior às operações de crédito. Sendo assim, no exercício em análise, entendemos obedecida a disposição contida no inciso III do artigo 167 da Constituição Federal.

c. - DESPESAS COM PESSOAL E REFLEXOS

Em relação às Receitas Correntes Líquidas, cujo valor, publicado pela Contadoria Geral do Estado, atinge R$ 135.630.165 mil, temos que as Despesas com Pessoal (todos

os Poderes) alcançaram o percentual de 50,74%, conforme dados do Governo Estadual.

Apresentamos a seguir os percentuais correspondentes a cada um dos Poderes e ao Ministério Público, consoante disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000:

DESPESAS DE PESSOAL POR PODER E ÓRGÃO	R$ MILHARES	%	LIMITES
Poder Executivo	59.644.620	43,98%	49%
Poder Legislativo	1.310.168	0,97%	3%
.Assembléia Legislativa	706.702	0,52%	1,75%
.Tribunal de Contas do Estado	603.466	0,44%	1,25%
Poder Judiciário	6.261.865	4,62%	6%
Ministério Público	1.597.733	1,18%	2%
TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL	**68.814.386**	**50,74%**	**60%**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**135.630.165**		

Informações obtidas nos respectivos acessórios 3 – LRF e SIAFEM

O quadro acima considera a RCL e as despesas do Poder Executivo antes da exclusão do ressarcimento das despesas com profissionais do ensino das escolas municipalizadas mediante convênio. Excluindo-se tais valores, temos o quadro seguinte:

DESPESAS DE PESSOAL POR PODER E ÓRGÃO	R$ MILHARES	%	LIMITES
Poder Executivo	59.365.741	43,86%	49%
Poder Legislativo	1.310.168	0,97%	3%
.Assembléia Legislativa	706.702	0,52%	1,75%
.Tribunal de Contas do Estado	603.466	0,45%	1,25%
Poder Judiciário	6.261.865	4,63%	6%
Ministério Público	1.597.733	1,18%	2%
TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL	**68.535.507**	**50,64%**	**60%**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**135.351.286**		

Informações obtidas nos respectivos acessórios 3 – LRF e SIAFEM

VII – ENSINO

Apresentamos a seguir o total despendido pelo Governo do Estado na manutenção e desenvolvimento do ensino em 2014.

A matéria aqui tratada encontra-se detalhada no Acessório 2, TC-00788/226/14, que acompanha os presentes autos.

Observamos que o Governo Estadual aplicou a importância de R$ 32.549.011 mil, correspondendo ao percentual de 30,22%, dando cumprimento ao disposto no artigo 255 da Constituição Estadual.

A seguir, relacionamos as exclusões efetuadas, bem como demais itens destacados e relacionados ao Ensino:

A) RESTOS A PAGAR DO ENSINO

Preliminarmente, informamos que em 2009 a Secretaria da Fazenda criou a Unidade Gestora - UG 200088- Tesouro do Estado – Aplicação no Ensino, e abriu uma conta bancária apartada e específica no Banco Nossa Caixa (atual Banco do Brasil), agência nº 0935-1, conta nº 13-000088-5, para a qual são transferidos os recursos financeiros para cobertura dos Restos a Pagar do Ensino.

Quando ocorre o pagamento de uma despesa inscrita em Restos a Pagar do Ensino, a UG 200088 transfere o recurso financeiro (extraorçamentariamente) para a UG da Secretaria pagadora.

De acordo com informações da Secretaria, não estão incluídos nesta UG os Restos a Pagar das universidades estaduais USP, UNICAMP e UNESP, visto que os recursos correspondentes a 9,57% do ICMS e da Desoneração do ICMS (Lei 87/96) são financeiramente transferidos todos os meses.

A seguir, demonstramos um resumo do Balanço Financeiro da UG 200088 – Tesouro do Estado – Aplicação no Ensino, no encerramento do exercício 2014:

BALANÇO FINANCEIRO SINTÉTICO	R$
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	276.066.697,03
(+) RECEBIMENTOS EXTRAORCAMENTARIOS	99.516.598,90
(-) DESPESAS EXTRAORCAMENTARIAS	-
= SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	375.583.295,93

B) FDE – Fundação para o Desenvolvimento da Educação

A FDE – Fundação para o Desenvolvimento da Educação vem sendo objeto de recomendação nos últimos anos.

Desta forma, verificamos, por meio do SIGEO, os valores pagos por meio de OB-Ordem Bancária para a FDE, no exercício 2014, obtendo o valor de R$ 484.054 mil.

C) EXCLUSÕES DA SECRETARIA DA FAZENDA

Do total das despesas, a Secretaria Estadual da Fazenda excluiu os valores provenientes dos cancelamentos de restos a pagar do Ensino Básico (R$ 9.899 mil) e do Ensino Superior (R$ 4.665 mil).

Desconsiderou, ainda, os gastos com transporte escolar da Companhia do Metrô, não relativos à rede pública de ensino (R$ 55.072 mil).

Excluiu, também, despesas com salários de professores e de servidores da educação que prestam serviços para os municípios R$ 278.879 mil, os quais reembolsam referidos valores aos cofres estaduais.

Além disso, ainda na fase da elaboração do rol de despesas, expurgou os valores relativos a despesas com restaurantes universitários com recursos do Tesouro (R$ 11.739 mil).

A soma destas exclusões atinge R$ 360.253 mil (trezentos e sessenta milhões e duzentos e cinquenta e três mil reais).

A seguir, apresentamos quadro resumo das exclusões:

QUADRO DE EXCLUSÕES	R$ milhares
.Receita de Restos a Pagar Cancelados - Ensino Básico	9.899
.Receita de Restos a Pagar Cancelados - Ensino Superior	4.665
.METRÔ - Subsídio transportes	55.072
.Reembolso Professores e Servidores Escolas Municipalizadas	278.879
.Restaurantes Universitários	11.739
TOTAL	**360.253**

D) FUNDEB

Preliminarmente, apresentamos um resumo da aplicação do FUNDEB:

APLICAÇÃO DO FUNDEB - RESUMO	R$ milhares
TOTAL DE RECURSOS	15.650.432
TOTAL DAS DESPESAS	15.650.432
SALDO A APLICAR	0

Registramos, também, que o Governo do Estado de São Paulo mais contribuiu (R$ 4,5 bilhões) do que recebeu do FUNDEB, conforme segue:

0000 - ENCARGOS GERAIS	R$ milhares
339041 - CONTRIBUICOES	4.541.051

A redistribuição deste valor ocorre entre o Governo Estadual e os Municípios que compõem o Estado.

Sob o prisma do artigo 22 da Lei nº 11.494/2007, o Estado aplicou R$ 11.034.832 mil (70,51%) do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, cumprindo o mínimo de 60%.

Demonstramos, a seguir, os percentuais aplicados no Ensino nos quatro últimos exercícios:

EXERCÍCIOS	***PERCENTUAL***
2014	30,22%
2013	30,15%
2012	30,13%
2011	30,15%

VIII – SAÚDE

Com a promulgação da Lei Complementar nº 141/2012, passaremos a nos referenciar nesta Lei, e não mais na Emenda Constitucional nº 29/2000.

A seguir, tecemos um breve comentário sobre as alterações trazidas pela nova legislação.

A LC 141/2012 E O GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, regulamentou o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabeleceu os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revogou dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e deu outras providências.

Receitas

A LC 141/12, em seu art.6º, manteve o percentual de 12% sobre as receitas, e veio acrescentar à base de cálculo, em seu art.8º, qualquer compensação financeira proveniente de impostos e transferências constitucionais previstos no § 2º do art. 198 da Constituição Federal.

Desta forma, os recursos de transferências da Lei Complementar nº 87/96 (Lei Kandir) passaram a integrar as receitas que compõem a base de cálculo para fins da aplicação do mínimo em saúde.

Vinculação com o Plano de Saúde e movimentação de recursos pelo Fundo de Saúde

As despesas que podem compor o mínimo de 12% de aplicação em saúde devem ser destinadas às ações e serviços públicos de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito.

Além disso, devem estar em conformidade com objetivos e metas explicitados no Plano de Saúde do Governo do Estado de São Paulo.

Ademais, devem ser de responsabilidade específica do setor de saúde.

Mais ainda, os recursos devem ser movimentados por meio dos fundos de saúde de cada ente, que passa a ser Unidade Orçamentária e Unidade Executora.

a) Despesas

Demonstramos, a seguir, os valores despendidos na saúde com recursos da Fonte Tesouro, por programas, elemento e item de despesas:

Despesas liquidadas (sem exclusões)	**R$ MILHARES**
Fonte 001 - Tesouro	15.194.716
09000 - SECRETARIA DA SAUDE	13.750.738
0100 - SUPORTE ADMINISTRATIVO	798.189
319001 - APOSEN.DO RPPS,RESER.RENUM.E REF.DO MILITAR	1.593
31900124 - COMPLEMENTACAO DE APOSENTADORIA	1.430
31900125 - COMPLEMENTACAO DE APOSENTADORIA - 13ºSALARIO	162
319007 - CONTRIBUICAO ENTIDADES FECHADAS PREVIDENCIA	110
31900701 - CONTRIBUICAO PATRONAL	110
319008 - OUTROS BENEF.ASSIST.DO SERVIDOR E DO MILITAR	12
31900801 - SALARIO FAMILIA - CIVIL	12
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	28.827
31901111 - PESSOAL CIVIL PAGO PELO DDPE	25.213
31901112 - PESSOAL CIVIL PAGO PELA UNIDADE	800
31901128 - PESSOAL CIVIL PAGO PELO DDPE-13 SALARIO	1.455
31901130 - PESSOAL CIVIL PAGO PELO DDPE - 1/3 FERIAS	691
31901136 - ABONO DE PERMANENCIA	524
31901137 - LICENCA PREMIO - PESSOAL CIVIL	144
319013 - OBRIGACOES PATRONAIS	375
31901322 - PARCELAM.DE DEBITOS JUNTO A PREV.SOCIAL	375
319049 - AUXILIO TRANSPORTE	729
31904901 - AUXILIO TRANSPORTE	729
319094 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	121
31909412 - INDENIZ.POR DEMISSAO DE SERVID.OU EMPREG.	12
31909416 - OUTRAS INDENIZACOES DE PESSOAL	109
319113 - OBRIGACOES PATRONAIS	262.184

31911301 - CONTRIB PATRONAL-SAO PAULO PREVIDENCIA-SPPRE	4.102
31911302 - CONTRIB ESTADO P/COBERTURA INSUF FIN-SPPREV	258.082
339008 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	931
33900842 - AUXILIO FUNERAL - PODER EXECUTIVO	931
339014 - DIARIAS-CIVIL	5.457
33901401 - DIARIAS PESSOAL CIVIL	5.434
33901416 - DIARIAS NO EXTERIOR	23
339018 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	715
33901801 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	715
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	14.929
33903010 - GENEROS ALIMENTICIOS	1.089
33903012 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	106
33903013 - MATERIAL E UTENS.P/REFEITORIO,COPA E COZINHA	375
33903014 - MATERIAL DE LIMPEZA	153
33903015 - ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL	1.807
33903016 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	170
33903019 - LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO	8
33903021 - GASOLINA AUTOMOTIVA	355
33903022 - DIESEL AUTOMOTIVO	450
33903023 - ETANOL AUTOMOTIVO	172
33903024 - OUTROS COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	161
33903025 - GASOLINA AUTOMOTIVA-REEMBOLSO	102
33903027 - ETANOL AUTOMOTIVO-REEMBOLSO	240
33903028 - DIESEL AUTOMOTIVO-REEMBOLSO	22
33903029 - OUTROS COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES-REEMBOLS	21
33903030 - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACEUTICOS	586
33903031 - MATERIAL MEDICO,HOSPITALAR E ODONTOLOGICO	564
33903032 - MATERIAL DE USO LABORATORIAL	787
33903039 - MATERIAL ESPORTIVO E DE LAZER	25
33903040 - MATERIAL EDUCATIVO E CULTURAL	367
33903041 - MATERIAL DE ESCRITORIO PAPELARIA E IMPRESSOS	1.118
33903042 - MATERIAL PARA FOTOGRAFIA E FILMAGEM	1
33903043 - LIVROS P/BIBLIO.PUBLI,MAPAS,OUTRAS PUBLICACA	6
33903044 - BANDEIRAS, FLAMULAS, INSIGNIAS	2
33903050 - PECAS DE REPOSICAO E ACESSORIOS	1.152
33903051 - FERRAM.AVULSAS NAO ACION.P/FORCA MOTRIZ	11
33903052 - MATERIAL P/ CONSERVACAO E MANUT. DE IMOVEIS	600
33903053 - PECAS E ACESSORIOS PARA VIATURAS POLICIAIS	11
33903054 - MATERIAL INSTALACAO ELETRICA E ELETRONICA	179
33903055 - MATERIAL PARA TELECOMUNICACOES	48
33903060 - SUPRIMENTO DE INFORMATICA	903
33903061 - PECAS E ACESSOR.E COMPONENTES DE INFORMATICA	374
33903063 - FARDAMENTO,VESTUARIO,UNIFOR,TECIDO, AVIAMENT	456
33903064 - PECAS P/VIATURAS PELO REGIME DE ADIANTAMENTO	577
33903065 - PECAS E ACESS.P/VIATURAS ESCOLTA/CUSTODEADOS	1
33903066 - MATERIAL PROT.SEGUR.SOCORRO E SOBREVIVENCIA	140
33903081 - ALIMENTOS PARA ANIMAIS	235
33903082 - SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS	8
33903090 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	1.546
339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	13.653
33903342 - PASSAGENS AEREAS	402
33903343 - LOCACAO DE VEICULOS,AERONAVES E OUTROS	57
33903344 - VALE-TRANSPORTE	10.845
33903345 - OUTRAS DESP.C/TRANSPORTES E LOCOMOCAO	2.020
33903346 - TRANSPORTE PARA LOCOMOCAO DE SERVIDORES	329
339035 - SERVICOS DE CONSULTORIA	1.079
33903501 - OUTROS SERV.CONSULTORIA,ASSESS.E AUDITORIA	1.079
339036 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA	4.471
33903611 - OUTRAS REMUNERACOES DE SERVICOS PESSOAIS	1.192
33903612 - ENCARGOS SOCIAIS E OBRIGACOES FISCAIS	329
33903616 - AJUDA DE CUSTO A COLABORADORES EVENTUAIS	48

33903626 - SERVICOS TECNICOS E ESPECIALIZADOS	45
33903691 - LOCACAO DE IMOVEIS	2.852
33903699 - SERVICOS DIVERSOS DE CONSERVACAO E MANUTENCA	6
339037 - SERVICOS DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	130.604
33903795 - SERVICOS DE VIGILANCIA	46.903
33903796 - SERVICOS DE LIMPEZA	71.840
33903799 - OUTROS SERVICOS	11.862
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	28.728
33903903 - CONDOMINIOS	220
33903911 - SERVICOS PRESTADOS PELA PRODESP	175
33903912 - SERV.PROGRAMAS E APLICATIVOS DE INFORMATICA	1.472
33903913 - LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	13
33903914 - EXAMES LABORATORIAIS	71
33903915 - LOC.DE MAQ. REPROGRAFICAS S/MAO DE OBRA	764
33903916 - GAS MEDICINAL (SERV.DE FORNEC. E LOCACAO)	24
33903918 - PROPAGANDA/PUBLICIDADE	49
33903919 - LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	450
33903920 - INSTAL.MANUT.DE EQUIP.DE INFORMATICA	860
33903921 - SERVICOS DE COMUNICACAO DE DADOS	17
33903922 - LOC.MAQ.REPROGAFICAS C/MAO DE OBRA	32
33903925 - SERVICOS DE CORREIOS	1.527
33903926 - PUBLICIDADE LEGAL	1
33903927 - GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTIVE	889
33903936 - DEDETIZACAO,DESINSETIZACAO E DESRATIZACAO	126
33903940 - FRETES E TRANSPORTES	447
33903943 - ASSIN.DE JORNAIS,PERIODICOS E CLIPAGEM	318
33903944 - SEGURO DE VEICULO	235
33903945 - OUTROS SEGUROS	104
33903946 - SERVICOS MEDICOS,HOSPITALARES E ODONTOLOGICO	408
33903949 - ESTAGIARIOS CONTRATADOS POR INSTITUIçõES	1.551
33903952 - PROJ.PESQ.LEVANTAM.PROSP.E ANALISE DE DADOS	7
33903953 - PROJ.OU PESQ.DE CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVACA	58
33903956 - ALIMEN.HOSPED.P/EVENTOS PROG.PELA INSTITUICA	42
33903958 - AUDIO,VIDEO,FOTO E PROJECAO	23
33903961 - CURSOS PARA SERVIDOR/FUNCIONARIO	137
33903962 - CURSOS P/ NAO SERVIDOR;INCLU.QUALIF.PROFISSI	3
33903963 - INSTAL.REPAR.MANUTENCAO DE DIVISORIAS/PORTAS	177
33903964 - CRECHE	1.227
33903965 - SERVICOS DE COPA, COPEIRAGEM	127
33903966 - COLETA DE LIXO HOSPITALAR	17
33903967 - SERV.ESP.DE SAUDE,INCLU.DECORR.DE DEC.JUDICI	909
33903970 - FORNEC.ALIMENT.PREPARADA-HOSPITALAR	26
33903973 - FORNEC.ALIMENTACAO PREPARADA-OUTROS	254
33903974 - SERVICOS SAUDE - GESTAO MUNICIPIOS-PRIVADOS	0
33903979 - CONSERVACAO E MANUTENCAO DE IMOVEIS	2.456
33903980 - CONSERV.MANUTENC.DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENT	4.471
33903981 - REFORMAS DE IMOVEIS	15
33903983 - SERVICOS GRAFICOS	628
33903985 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS POLICIAIS	6
33903991 - LOCACAO DE IMOVEIS	3.011
33903992 - DESPESAS MIUDAS E DE PRONTO PAGAMENTO	263
33903995 - MANUTENCAO DE VIATURAS PELO REG.ADIANTAMENTO	955
33903999 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS	4.162
339047 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	205.403
33904710 - CONTRIBUICOES P/FORMACAO DO PASEP/PIS	197.970
33904713 - IPTU	21
33904720 - OUTRAS OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVA	7.413
339048 - OUTROS AUXILIOS FINANCEIROS A PES.FISICAS	3
33904801 - AUXILIOS A PESSOAS FISICAS	3
339050 - SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	85.634
33905011 - ENERGIA ELETRICA	31.605

33905012 - TELEFONIA FIXA	5.801
33905013 - AGUA E ESGOTOS	43.328
33905014 - GAS ENCANADO	3.314
33905015 - OUTROS SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	1.503
33905017 - TELEFONIA MOVEL CELULAR	84
339092 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	463
33909214 - LIMPEZA	8
33909215 - VIGILANCIA	24
33909220 - OUTRAS DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	416
33909221 - DIARIAS	15
339093 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.406
33909301 - INDENIZACOES E RESTITUICOES DIVERSAS	153
33909315 - AJUDA DE CUSTO-PESSOAL CIVIL	39
33909321 - ETAPAS PAGAS A SERVIDORES	6.215
339096 - RESSARC.DE DESPESAS DE PESSOAL REQUISITADO	321
33909601 - RESSARCIM.DE DESPESA-PESSOAL REQUISITADO	321
339139 - OUT SERV DE TERC-PJ INTRA ORCAMENTARIAS	5.317
33913996 - TAXA DE ADMINISTRACAO A SAO PAULO PREV-SPPRE	5.317
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	124
44905220 - EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA	69
44905232 - MOBILIARIO EM GERAL	7
44905234 - OUTROS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	48
0930 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP	11.088.737
319001 - APOSEN.DO RPPS,RESER.RENUM.E REF.DO MILITAR	9.112
31900124 - COMPLEMENTACAO DE APOSENTADORIA	8.982
31900125 - COMPLEMENTACAO DE APOSENTADORIA - 13ºSALARIO	130
319003 - PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	316
31900325 - COMPLEMENTACAO DE PENSAO	283
31900326 - COMPLEMENTACAO DE PENSAO - 13º SALARIO	33
319007 - CONTRIBUICAO ENTIDADES FECHADAS PREVIDENCIA	300
31900701 - CONTRIBUICAO PATRONAL	300
319008 - OUTROS BENEF.ASSIST.DO SERVIDOR E DO MILITAR	321
31900801 - SALARIO FAMILIA - CIVIL	321
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	2.610.797
31901111 - PESSOAL CIVIL PAGO PELO DDPE	1.734.062
31901112 - PESSOAL CIVIL PAGO PELA UNIDADE	620.552
31901128 - PESSOAL CIVIL PAGO PELO DDPE-13 SALARIO	134.933
31901129 - PESSOAL CIVIL PAGO PELA UNIDADE-13 SALARIO	31.369
31901130 - PESSOAL CIVIL PAGO PELO DDPE - 1/3 FERIAS	40.132
31901131 - PESSOAL CIVIL PAGO PELA UNIDADE-1/3 FERIAS	16.951
31901136 - ABONO DE PERMANENCIA	31.283
31901137 - LICENCA PREMIO - PESSOAL CIVIL	1.515
319013 - OBRIGACOES PATRONAIS	273.423
31901312 - OUTRAS CONTRIBUICOES DE PREV.SOCIAL	101.606
31901313 - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVICO	64.718
31901321 - FGTS-13 SALARIO	1.338
31901322 - PARCELAM.DE DEBITOS JUNTO A PREV.SOCIAL	7.056
31901323 - PREVIDENCIA SOCIAL/PESSOAL CLT	95.190
31901324 - PREVIDENCIA SOCIAL/PESSOAL COMISSIONADO	3.515
319049 - AUXILIO TRANSPORTE	48.703
31904901 - AUXILIO TRANSPORTE	48.703
319059 - PENSOES ESPECIAIS	3.124
31905920 - PENSAO A HANSENIANO	3.124
319094 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	2.555
31909412 - INDENIZ.POR DEMISSAO DE SERVID.OU EMPREG.	516
31909416 - OUTRAS INDENIZACOES DE PESSOAL	2.039
319113 - OBRIGACOES PATRONAIS	409.473
31911301 - CONTRIB PATRONAL-SAO PAULO PREVIDENCIA-SPPRE	376.994
31911302 - CONTRIB ESTADO P/COBERTURA INSUF FIN-SPPREV	32.479
334030 - MATERIAL DE CONSUMO	30.080
33403001 - TRANSF.PARA MATERIAL DE CONSUMO	30.080

334039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	84.715
33403901 - TRANSFERENCIAS PARA SERVICOS	69.565
33403902 - SERVICOS DE SAUDE-GESTAO MUNIC.-PREFEITURAS	15.150
334130 - MATERIAL DE CONSUMO	47.187
33413001 - TRANSFERENCIAS PARA MATERIAL DE CONSUMO	47.187
334139 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	8.000
33413901 - TRANSFERENCIAS PARA SERVICOS	8.000
335043 - SUBVENCOES SOCIAIS	1.797.841
33504372 - LEITO-DIA	707
33504374 - CONV.C/UNIV.E FACULD.S/FINS LUCRATIVOS	169.603
33504376 - SANTAS CASAS	495.555
33504379 - CONVENIOS COM ORGANIZACOES SOCIAIS	191.694
33504390 - OUTRAS SUBVENCOES SOCIAIS	940.283
337041 - CONTRIBUICOES	113.373
33704110 - TRANSF.A INST.MULTIGOVERN.NACIONAIS	113.373
339008 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	60
33900842 - AUXILIO FUNERAL - PODER EXECUTIVO	60
339014 - DIARIAS-CIVIL	51
33901401 - DIARIAS PESSOAL CIVIL	51
339018 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.300
33901801 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	1.300
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	1.566.096
33903010 - GENEROS ALIMENTICIOS	119.488
33903011 - GENEROS ALIMENTICIOS PPAIS - LEI 14.591/11	104
33903012 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	2.432
33903013 - MATERIAL E UTENS.P/REFEITORIO,COPA E COZINHA	4.729
33903014 - MATERIAL DE LIMPEZA	382
33903015 - ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL	19.162
33903016 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	1.321
33903019 - LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO	12
33903021 - GASOLINA AUTOMOTIVA	232
33903022 - DIESEL AUTOMOTIVO	931
33903023 - ETANOL AUTOMOTIVO	109
33903024 - OUTROS COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	3.453
33903025 - GASOLINA AUTOMOTIVA-REEMBOLSO	4
33903027 - ETANOL AUTOMOTIVO-REEMBOLSO	45
33903028 - DIESEL AUTOMOTIVO-REEMBOLSO	9
33903029 - OUTROS COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES-REEMBOLS	3
33903030 - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACEUTICOS	995.412
33903031 - MATERIAL MEDICO,HOSPITALAR E ODONTOLOGICO	297.187
33903032 - MATERIAL DE USO LABORATORIAL	66.448
33903034 - MATERIAL DE USO VETERINARIO	93
33903039 - MATERIAL ESPORTIVO E DE LAZER	239
33903040 - MATERIAL EDUCATIVO E CULTURAL	432
33903041 - MATERIAL DE ESCRITORIO PAPELARIA E IMPRESSOS	2.264
33903042 - MATERIAL PARA FOTOGRAFIA E FILMAGEM	29
33903043 - LIVROS P/BIBLIO.PUBLI,MAPAS,OUTRAS PUBLICACA	1
33903050 - PECAS DE REPOSICAO E ACESSORIOS	35.463
33903051 - FERRAM.AVULSAS NAO ACION.P/FORCA MOTRIZ	14
33903052 - MATERIAL P/ CONSERVACAO E MANUT. DE IMOVEIS	1.227
33903054 - MATERIAL INSTALACAO ELETRICA E ELETRONICA	491
33903055 - MATERIAL PARA TELECOMUNICACOES	67
33903060 - SUPRIMENTO DE INFORMATICA	1.771
33903061 - PECAS E ACESSOR.E COMPONENTES DE INFORMATICA	953
33903063 - FARDAMENTO,VESTUARIO,UNIFOR,TECIDO, AVIAMENT	2.506
33903064 - PECAS P/VIATURAS PELO REGIME DE ADIANTAMENTO	304
33903065 - PECAS E ACESS.P/VIATURAS ESCOLTA/CUSTODEADOS	6
33903066 - MATERIAL PROT.SEGUR.SOCORRO E SOBREVIVENCIA	3.697
33903081 - ALIMENTOS PARA ANIMAIS	49
33903090 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	5.028
339032 - MATERIAL, BEM OU SERV.P/DISTRIBUICAO GRATUIT	14.888

33903295 - MATERIAL OU BEM PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	14.888
339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	23.447
33903342 - PASSAGENS AEREAS	41
33903343 - LOCACAO DE VEICULOS,AERONAVES E OUTROS	22
33903344 - VALE-TRANSPORTE	22.709
33903345 - OUTRAS DESP.C/TRANSPORTES E LOCOMOCAO	674
339035 - SERVICOS DE CONSULTORIA	539
33903501 - OUTROS SERV.CONSULTORIA,ASSESS.E AUDITORIA	539
339036 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA	6.630
33903611 - OUTRAS REMUNERACOES DE SERVICOS PESSOAIS	5.535
33903612 - ENCARGOS SOCIAIS E OBRIGACOES FISCAIS	1.094
33903691 - LOCACAO DE IMOVEIS	2
339037 - SERVICOS DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	82.596
33903795 - SERVICOS DE VIGILANCIA	16.608
33903796 - SERVICOS DE LIMPEZA	57.839
33903799 - OUTROS SERVICOS	8.149
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	3.724.963
33903903 - CONDOMINIOS	37
33903906 - VALE-REFEICAO/ALIMENT. A SERV/EMPREGADOS	8
33903911 - SERVICOS PRESTADOS PELA PRODESP	81
33903912 - SERV.PROGRAMAS E APLICATIVOS DE INFORMATICA	14.088
33903913 - LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	763
33903914 - EXAMES LABORATORIAIS	12.552
33903915 - LOC.DE MAQ. REPROGRAFICAS S/MAO DE OBRA	497
33903916 - GAS MEDICINAL (SERV.DE FORNEC. E LOCACAO)	10.723
33903918 - PROPAGANDA/PUBLICIDADE	86
33903919 - LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	7.360
33903920 - INSTAL.MANUT.DE EQUIP.DE INFORMATICA	529
33903922 - LOC.MAQ.REPROGAFICAS C/MAO DE OBRA	3
33903925 - SERVICOS DE CORREIOS	625
33903926 - PUBLICIDADE LEGAL	54
33903927 - GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTIVE	685
33903936 - DEDETIZACAO,DESINSETIZACAO E DESRATIZACAO	1.153
33903940 - FRETES E TRANSPORTES	1.090
33903941 - SERVICO DE LAVANDERIA	37.866
33903943 - ASSIN.DE JORNAIS,PERIODICOS E CLIPAGEM	621
33903944 - SEGURO DE VEICULO	108
33903945 - OUTROS SEGUROS	151
33903946 - SERVICOS MEDICOS,HOSPITALARES E ODONTOLOGICO	38.253
33903949 - ESTAGIARIOS CONTRATADOS POR INSTITUIçõES	92
33903952 - PROJ.PESQ.LEVANTAM.PROSP.E ANALISE DE DADOS	297
33903953 - PROJ.OU PESQ.DE CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVACA	15
33903961 - CURSOS PARA SERVIDOR/FUNCIONARIO	295
33903962 - CURSOS P/ NAO SERVIDOR;INCLU.QUALIF.PROFISSI	35
33903963 - INSTAL.REPAR.MANUTENCAO DE DIVISORIAS/PORTAS	130
33903964 - CRECHE	2.301
33903965 - SERVICOS DE COPA, COPEIRAGEM	102
33903966 - COLETA DE LIXO HOSPITALAR	1.403
33903967 - SERV.ESP.DE SAUDE,INCLU.DECORR.DE DEC.JUDICI	22.370
33903970 - FORNEC.ALIMENT.PREPARADA-HOSPITALAR	57.309
33903973 - FORNEC.ALIMENTACAO PREPARADA-OUTROS	25.317
33903974 - SERVICOS SAUDE - GESTAO MUNICIPIOS-PRIVADOS	36
33903975 - CONTRATOS DE GESTAO-LEI COMPLEMENTAR 846/98	3.311.558
33903979 - CONSERVACAO E MANUTENCAO DE IMOVEIS	83.667
33903980 - CONSERV.MANUTENC.DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENT	27.961
33903983 - SERVICOS GRAFICOS	2.505
33903985 - SERVICO DE MANUTENCAO DE VIATURAS POLICIAIS	0
33903991 - LOCACAO DE IMOVEIS	4.575
33903992 - DESPESAS MIUDAS E DE PRONTO PAGAMENTO	245
33903995 - MANUTENCAO DE VIATURAS PELO REG.ADIANTAMENTO	220
33903999 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS	57.195

339050 - SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	51.793
33905011 - ENERGIA ELETRICA	21.018
33905012 - TELEFONIA FIXA	2.328
33905013 - AGUA E ESGOTOS	25.427
33905014 - GAS ENCANADO	2.714
33905017 - TELEFONIA MOVEL CELULAR	307
339092 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	198
33909220 - OUTRAS DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	198
339093 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	74
33909311 - INDENIZ.ADMINIST.REPARACAO DE DANOS	74
339139 - OUT SERV DE TERC-PJ INTRA ORCAMENTARIAS	77
33913996 - TAXA DE ADMINISTRACAO A SAO PAULO PREV-SPPRE	77
444051 - OBRAS E INSTALACOES	22.695
44405101 - TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS-OBRAS	22.695
444052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	63.107
44405201 - TRANSF.A MUNICIPIOS-EQUIP.MATER.PERMANENTE	63.107
445042 - AUXILIOS	89.163
44504201 - AUXILIOS PARA DESPESAS DE CAPITAL	89.163
447042 - AUXILIOS	185
44704201 - AUXILIOS PARA DESPESAS DE CAPITAL	185
449051 - OBRAS E INSTALACOES	168
44905111 - GERENCIAMENTO DE OBRAS	161
44905112 - INSTALACOES	7
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.388
44905220 - EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA	107
44905232 - MOBILIARIO EM GERAL	27
44905235 - EQUIP.E MOBIL.MED.-HOSPITALAR,ODONTOLOGICO	1.255
0932 - VIGILANCIA EM SAUDE	84.950
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	35.986
31901112 - PESSOAL CIVIL PAGO PELA UNIDADE	33.065
31901129 - PESSOAL CIVIL PAGO PELA UNIDADE-13 SALARIO	2.914
31901131 - PESSOAL CIVIL PAGO PELA UNIDADE-1/3 FERIAS	7
319013 - OBRIGACOES PATRONAIS	10.735
31901312 - OUTRAS CONTRIBUICOES DE PREV.SOCIAL	1.224
31901313 - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVICO	2.431
31901321 - FGTS-13 SALARIO	165
31901323 - PREVIDENCIA SOCIAL/PESSOAL CLT	6.916
319049 - AUXILIO TRANSPORTE	32
31904901 - AUXILIO TRANSPORTE	32
319113 - OBRIGACOES PATRONAIS	6.397
31911301 - CONTRIB PATRONAL-SAO PAULO PREVIDENCIA-SPPRE	2.286
31911302 - CONTRIB ESTADO P/COBERTURA INSUF FIN-SPPREV	4.111
334139 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	572
33413901 - TRANSFERENCIAS PARA SERVICOS	572
339014 - DIARIAS-CIVIL	580
33901401 - DIARIAS PESSOAL CIVIL	580
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	12.643
33903010 - GENEROS ALIMENTICIOS	2.224
33903013 - MATERIAL E UTENS.P/REFEITORIO,COPA E COZINHA	12
33903014 - MATERIAL DE LIMPEZA	9
33903015 - ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL	140
33903016 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	34
33903019 - LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO	17
33903021 - GASOLINA AUTOMOTIVA	16
33903022 - DIESEL AUTOMOTIVO	7
33903023 - ETANOL AUTOMOTIVO	3
33903024 - OUTROS COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	1
33903025 - GASOLINA AUTOMOTIVA-REEMBOLSO	181
33903027 - ETANOL AUTOMOTIVO-REEMBOLSO	128
33903028 - DIESEL AUTOMOTIVO-REEMBOLSO	629
33903030 - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACEUTICOS	5.131

33903031 - MATERIAL MEDICO,HOSPITALAR E ODONTOLOGICO	1.065
33903032 - MATERIAL DE USO LABORATORIAL	1.577
33903040 - MATERIAL EDUCATIVO E CULTURAL	78
33903041 - MATERIAL DE ESCRITORIO PAPELARIA E IMPRESSOS	223
33903043 - LIVROS P/BIBLIO.PUBLI,MAPAS,OUTRAS PUBLICACA	176
33903050 - PECAS DE REPOSICAO E ACESSORIOS	463
33903052 - MATERIAL P/ CONSERVACAO E MANUT. DE IMOVEIS	12
33903054 - MATERIAL INSTALACAO ELETRICA E ELETRONICA	32
33903055 - MATERIAL PARA TELECOMUNICACOES	1
33903060 - SUPRIMENTO DE INFORMATICA	81
33903061 - PECAS E ACESSOR.E COMPONENTES DE INFORMATICA	45
33903063 - FARDAMENTO,VESTUARIO,UNIFOR,TECIDO, AVIAMENT	8
33903064 - PECAS P/VIATURAS PELO REGIME DE ADIANTAMENTO	2
33903066 - MATERIAL PROT.SEGUR.SOCORRO E SOBREVIVENCIA	8
33903080 - ANIMAIS PARA ABATE,EXPERIMENTO E SEMEM	21
33903081 - ALIMENTOS PARA ANIMAIS	26
33903090 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	295
339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	936
33903342 - PASSAGENS AEREAS	204
33903344 - VALE-TRANSPORTE	659
33903345 - OUTRAS DESP.C/TRANSPORTES E LOCOMOCAO	67
33903346 - TRANSPORTE PARA LOCOMOCAO DE SERVIDORES	5
339036 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA	161
33903673 - FORNEC.ALIMENTACAO PREPARADA-OUTROS	4
33903691 - LOCACAO DE IMOVEIS	157
339037 - SERVICOS DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	8.994
33903795 - SERVICOS DE VIGILANCIA	5.743
33903796 - SERVICOS DE LIMPEZA	3.210
33903799 - OUTROS SERVICOS	41
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	6.760
33903912 - SERV.PROGRAMAS E APLICATIVOS DE INFORMATICA	99
33903916 - GAS MEDICINAL (SERV.DE FORNEC. E LOCACAO)	220
33903918 - PROPAGANDA/PUBLICIDADE	0
33903919 - LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	244
33903920 - INSTAL.MANUT.DE EQUIP.DE INFORMATICA	4
33903927 - GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTIVE	62
33903936 - DEDETIZACAO,DESINSETIZACAO E DESRATIZACAO	493
33903940 - FRETES E TRANSPORTES	2
33903944 - SEGURO DE VEICULO	2
33903953 - PROJ.OU PESQ.DE CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVACA	22
33903956 - ALIMEN.HOSPED.P/EVENTOS PROG.PELA INSTITUICA	81
33903958 - AUDIO,VIDEO,FOTO E PROJECAO	3
33903961 - CURSOS PARA SERVIDOR/FUNCIONARIO	115
33903964 - CRECHE	165
33903970 - FORNEC.ALIMENT.PREPARADA-HOSPITALAR	434
33903973 - FORNEC.ALIMENTACAO PREPARADA-OUTROS	723
33903979 - CONSERVACAO E MANUTENCAO DE IMOVEIS	180
33903980 - CONSERV.MANUTENC.DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENT	311
33903983 - SERVICOS GRAFICOS	427
33903991 - LOCACAO DE IMOVEIS	32
33903995 - MANUTENCAO DE VIATURAS PELO REG.ADIANTAMENTO	199
33903999 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS	2.942
339050 - SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	30
33905011 - ENERGIA ELETRICA	17
33905012 - TELEFONIA FIXA	12
339092 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2
33909219 - GAS	2
33909220 - OUTRAS DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	0
33909221 - DIARIAS	0
339093 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.122
33909321 - ETAPAS PAGAS A SERVIDORES	1.122

0933 - CIENCIA TECNOLOGIA E INOVACAO EM SAUDE	610
339014 - DIARIAS-CIVIL	165
33901401 - DIARIAS PESSOAL CIVIL	154
33901416 - DIARIAS NO EXTERIOR	11
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	100
33903014 - MATERIAL DE LIMPEZA	0
33903015 - ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL	2
33903016 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	0
33903021 - GASOLINA AUTOMOTIVA	4
33903030 - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACEUTICOS	56
33903031 - MATERIAL MEDICO,HOSPITALAR E ODONTOLOGICO	4
33903032 - MATERIAL DE USO LABORATORIAL	7
33903034 - MATERIAL DE USO VETERINARIO	7
33903050 - PECAS DE REPOSICAO E ACESSORIOS	1
33903090 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	19
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	345
33903943 - ASSIN.DE JORNAIS,PERIODICOS E CLIPAGEM	2
33903958 - AUDIO,VIDEO,FOTO E PROJECAO	8
33903961 - CURSOS PARA SERVIDOR/FUNCIONARIO	0
33903970 - FORNEC.ALIMENT.PREPARADA-HOSPITALAR	67
33903973 - FORNEC.ALIMENTACAO PREPARADA-OUTROS	1
33903983 - SERVICOS GRAFICOS	253
33903999 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS	13
0935 - PRODUCAO DE IMUNOBIOLOGICOS, SOROS, HEMODERIVADOS	3.125
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	3.125
33903010 - GENEROS ALIMENTICIOS	82
33903013 - MATERIAL E UTENS.P/REFEITORIO,COPA E COZINHA	7
33903014 - MATERIAL DE LIMPEZA	10
33903015 - ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL	79
33903016 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	89
33903022 - DIESEL AUTOMOTIVO	21
33903031 - MATERIAL MEDICO,HOSPITALAR E ODONTOLOGICO	237
33903032 - MATERIAL DE USO LABORATORIAL	429
33903034 - MATERIAL DE USO VETERINARIO	709
33903050 - PECAS DE REPOSICAO E ACESSORIOS	74
33903066 - MATERIAL PROT.SEGUR.SOCORRO E SOBREVIVENCIA	30
33903081 - ALIMENTOS PARA ANIMAIS	1.096
33903090 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	261
0936 - SANGUE, COMPONENTES E DERIVADOS	56.640
319007 - CONTRIBUICAO ENTIDADES FECHADAS PREVIDENCIA	160
31900701 - CONTRIBUICAO PATRONAL	160
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	27.012
31901112 - PESSOAL CIVIL PAGO PELA UNIDADE	25.003
31901129 - PESSOAL CIVIL PAGO PELA UNIDADE-13 SALARIO	2.008
319013 - OBRIGACOES PATRONAIS	16.518
31901312 - OUTRAS CONTRIBUICOES DE PREV.SOCIAL	7.234
31901313 - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVICO	2.258
31901320 - OUTRAS CONTRIB.PREV.SOCIAL-13 SALARIO	570
31901321 - FGTS-13 SALARIO	184
31901322 - PARCELAM.DE DEBITOS JUNTO A PREV.SOCIAL	6.271
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	8.726
33903010 - GENEROS ALIMENTICIOS	248
33903013 - MATERIAL E UTENS.P/REFEITORIO,COPA E COZINHA	4
33903014 - MATERIAL DE LIMPEZA	6
33903015 - ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL	27
33903031 - MATERIAL MEDICO,HOSPITALAR E ODONTOLOGICO	282
33903032 - MATERIAL DE USO LABORATORIAL	8.133
33903040 - MATERIAL EDUCATIVO E CULTURAL	16
33903041 - MATERIAL DE ESCRITORIO PAPELARIA E IMPRESSOS	7
33903050 - PECAS DE REPOSICAO E ACESSORIOS	1
33903054 - MATERIAL INSTALACAO ELETRICA E ELETRONICA	2

33903090 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	1
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1.995
33903912 - SERV.PROGRAMAS E APLICATIVOS DE INFORMATICA	325
33903915 - LOC.DE MAQ. REPROGRAFICAS S/MAO DE OBRA	57
33903919 - LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	505
33903920 - INSTAL.MANUT.DE EQUIP.DE INFORMATICA	9
33903946 - SERVICOS MEDICOS,HOSPITALARES E ODONTOLOGICO	714
33903949 - ESTAGIARIOS CONTRATADOS POR INSTITUIçõES	37
33903970 - FORNEC.ALIMENT.PREPARADA-HOSPITALAR	67
33903973 - FORNEC.ALIMENTACAO PREPARADA-OUTROS	11
33903979 - CONSERVACAO E MANUTENCAO DE IMOVEIS	212
33903980 - CONSERV.MANUTENC.DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENT	23
33903999 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS	36
339047 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.230
33904710 - CONTRIBUICOES P/FORMACAO DO PASEP/PIS	257
33904720 - OUTRAS OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVA	1.973
0940 - GESTAO EM SAUDE	11.141
339014 - DIARIAS-CIVIL	15
33901401 - DIARIAS PESSOAL CIVIL	15
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	2
33903031 - MATERIAL MEDICO,HOSPITALAR E ODONTOLOGICO	2
449051 - OBRAS E INSTALACOES	11.124
44905110 - ESTUDOS E PROJETOS	4.758
44905130 - EXECUCAO DE OBRAS E INSTALACOES	6.366
0941 - EXPANSAO E MODERNIZACAO NA SAUDE	344.946
449051 - OBRAS E INSTALACOES	246.834
44905110 - ESTUDOS E PROJETOS	3.705
44905112 - INSTALACOES	2.585
44905130 - EXECUCAO DE OBRAS E INSTALACOES	240.544
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	98.113
44905210 - VEICULOS DIVERSOS	16.463
44905220 - EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA	4.554
44905232 - MOBILIARIO EM GERAL	1.233
44905233 - MATERIAL EDUCATIVO,CULTURAL E RECREATIVO	61
44905234 - OUTROS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.622
44905235 - EQUIP.E MOBIL.MED.-HOSPITALAR,ODONTOLOGICO	68.180
0942 - GESTAO DA EDUCACAO E DO TRABALHO EM SAUDE	14.470
339014 - DIARIAS-CIVIL	144
33901401 - DIARIAS PESSOAL CIVIL	144
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	67
33903010 - GENEROS ALIMENTICIOS	1
33903015 - ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL	0
33903021 - GASOLINA AUTOMOTIVA	0
33903023 - ETANOL AUTOMOTIVO	0
33903025 - GASOLINA AUTOMOTIVA-REEMBOLSO	5
33903027 - ETANOL AUTOMOTIVO-REEMBOLSO	15
33903030 - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACEUTICOS	17
33903031 - MATERIAL MEDICO,HOSPITALAR E ODONTOLOGICO	1
33903032 - MATERIAL DE USO LABORATORIAL	5
33903041 - MATERIAL DE ESCRITORIO PAPELARIA E IMPRESSOS	6
33903050 - PECAS DE REPOSICAO E ACESSORIOS	5
33903090 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	12
339036 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA	3.087
33903611 - OUTRAS REMUNERACOES DE SERVICOS PESSOAIS	397
33903612 - ENCARGOS SOCIAIS E OBRIGACOES FISCAIS	2.680
33903616 - AJUDA DE CUSTO A COLABORADORES EVENTUAIS	8
33903618 - ETAPAS PAGAS A COLABORADORES EVENTUAIS	2
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	11.172
33903915 - LOC.DE MAQ. REPROGRAFICAS S/MAO DE OBRA	20
33903919 - LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	30
33903920 - INSTAL.MANUT.DE EQUIP.DE INFORMATICA	8

33903944 - SEGURO DE VEICULO	6
33903946 - SERVICOS MEDICOS,HOSPITALARES E ODONTOLOGICO	29
33903956 - ALIMEN.HOSPED.P/EVENTOS PROG.PELA INSTITUICA	2
33903961 - CURSOS PARA SERVIDOR/FUNCIONARIO	84
33903962 - CURSOS P/ NAO SERVIDOR;INCLU.QUALIF.PROFISSI	1
33903967 - SERV.ESP.DE SAUDE,INCLU.DECORR.DE DEC.JUDICI	12
33903973 - FORNEC.ALIMENTACAO PREPARADA-OUTROS	91
33903979 - CONSERVACAO E MANUTENCAO DE IMOVEIS	13
33903980 - CONSERV.MANUTENC.DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENT	26
33903983 - SERVICOS GRAFICOS	89
33903995 - MANUTENCAO DE VIATURAS PELO REG.ADIANTAMENTO	36
33903999 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS	10.725
1042 - ASSISTENCIA MEDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM H	868.412
319107 - CONTRIBUICAO ENTIDADES FECHADAS PREVIDENCIA	30.153
31910702 - CONTRIBUICAO PATRONAL-SUS/FUNDES	30.153
319111 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	545.744
31911113 - VENCIMENTOS - SUS/FUNDES	545.744
319113 - OBRIGACOES PATRONAIS	173.510
31911305 - OBRIGACOES PATRONAIS - SUS/FUNDES	173.510
339114 - DIARIAS - CIVIL	244
33911402 - DIARIAS - SUS/FUNDES	244
339130 - MATERIAL DE CONSUMO	41.499
33913002 - MATERIAL DE CONSUMO - SUS/FUNDES	41.499
339133 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	849
33913348 - PASSAGENS E LOCOMOCAO - SUS/FUNDES	849
339135 - SERVICOS DE CONSULTORIA	1.000
33913502 - SERVICOS DE CONSULTORIA - SUS/FUNDES	1.000
339136 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	930
33913620 - OUTROS SERVICOS PESSOA FISICA - SUS/FUNDES	930
339137 - SERVICOS DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	15.058
33913794 - LIMPEZA E VIGILANCIA - SUS/FUNDES	15.058
339139 - OUT SERV DE TERC-PJ INTRA ORCAMENTARIAS	32.823
33913990 - OUTROS SERVICOS-PESSOA JURIDICA - SUS/FUNDES	32.823
339141 - CONTRIBUICOES	10.712
33914115 - OUTRAS CONTRIBUICOES-SUS/FUNDES	10.712
339150 - SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	1.621
33915018 - UTILIDADE PUBLICA - SUS/FUNDES	1.621
339192 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.340
33919223 - EXERCICIOS ANTERIORES - SUS/FUNDES	1.340
339193 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	10
33919324 - INDENIZACOES E RESTITUICOES - SUS/FUNDES	10
449152 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.919
44915237 - EQUIPAMENTOS - SUS/FUNDES	12.919
1729 - ATENCAO INTEGRAL AO ADOLESC. E INTEGRACAO DAS MSE	178.928
319107 - CONTRIBUICAO ENTIDADES FECHADAS PREVIDENCIA	149
31910702 - CONTRIBUICAO PATRONAL-SUS/FUNDES	149
319111 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	101.993
31911113 - VENCIMENTOS - SUS/FUNDES	101.993
319113 - OBRIGACOES PATRONAIS	41.684
31911305 - OBRIGACOES PATRONAIS - SUS/FUNDES	41.684
319116 - OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	2.029
31911617 - OUTRAS VARIAVEIS PESSOAL - SUS/FUNDES	2.029
339108 - OUTROS BENEF.ASSIST.DO SERVIDOR E DO MILITAR	639
33910801 - OUTROS BENEFICIOS - SUS/FUNDES	639
339130 - MATERIAL DE CONSUMO	1.640
33913002 - MATERIAL DE CONSUMO - SUS/FUNDES	1.640
339133 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	798
33913348 - PASSAGENS E LOCOMOCAO - SUS/FUNDES	798
339139 - OUT SERV DE TERC-PJ INTRA ORCAMENTARIAS	25.498
33913990 - OUTROS SERVICOS-PESSOA JURIDICA - SUS/FUNDES	25.498
339143 - SUBVENCOES SOCIAIS	2.637

33914301 - SUBVENCOES SOCIAIS - SUS/FUNDES	2.637
339147 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.238
33914721 - OBRIGACOES CONTRIBUTIVAS - SUS/FUNDES	1.238
339192 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	623
33919223 - EXERCICIOS ANTERIORES - SUS/FUNDES	623
2826 - COMUNICACAO SOCIAL	27.500
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	27.500
33903929 - SERVICOS DE PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	27.500
3813 - GESTAO DA CUSTODIA E APOIO A REINTEGRACAO SOCIAL D	138.001
319108 - OUTROS BENEF.ASSIST.DO SERVIDOR E DO MILITAR	0
31910806 - SALARIO FAMILIA - SUS/FUNDES	0
319111 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	102.828
31911113 - VENCIMENTOS - SUS/FUNDES	102.828
319113 - OBRIGACOES PATRONAIS	20.785
31911305 - OBRIGACOES PATRONAIS - SUS/FUNDES	20.785
319149 - AUXILIO - TRANSPORTE	808
31914902 - AUXILIO TRANSPORTE - SUS/FUNDES	808
319194 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	30
31919417 - INDENIZACOES DE PESSOAL - SUS/FUNDES	30
339114 - DIARIAS - CIVIL	408
33911402 - DIARIAS - SUS/FUNDES	408
339130 - MATERIAL DE CONSUMO	3.204
33913002 - MATERIAL DE CONSUMO - SUS/FUNDES	3.204
339133 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	102
33913348 - PASSAGENS E LOCOMOCAO - SUS/FUNDES	102
339137 - SERVICOS DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	714
33913794 - LIMPEZA E VIGILANCIA - SUS/FUNDES	714
339139 - OUT SERV DE TERC-PJ INTRA ORCAMENTARIAS	6.309
33913990 - OUTROS SERVICOS-PESSOA JURIDICA - SUS/FUNDES	6.309
339150 - SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	2.519
33915018 - UTILIDADE PUBLICA - SUS/FUNDES	2.519
339192 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	216
33919223 - EXERCICIOS ANTERIORES - SUS/FUNDES	216
339193 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	0
33919324 - INDENIZACOES E RESTITUICOES - SUS/FUNDES	0
449152 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	78
44915237 - EQUIPAMENTOS - SUS/FUNDES	78
4406 - AUXILIO-ALIMENTACAO	112.800
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	112.800
33903906 - VALE-REFEICAO/ALIMENT. A SERV/EMPREGADOS	112.800
4407 - TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO PARA EXCELE	22.289
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	2.309
33903010 - GENEROS ALIMENTICIOS	11
33903012 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	72
33903013 - MATERIAL E UTENS.P/REFEITORIO,COPA E COZINHA	21
33903014 - MATERIAL DE LIMPEZA	4
33903015 - ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL	140
33903016 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	8
33903021 - GASOLINA AUTOMOTIVA	5
33903023 - ETANOL AUTOMOTIVO	1
33903024 - OUTROS COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	0
33903031 - MATERIAL MEDICO,HOSPITALAR E ODONTOLOGICO	961
33903032 - MATERIAL DE USO LABORATORIAL	6
33903040 - MATERIAL EDUCATIVO E CULTURAL	15
33903041 - MATERIAL DE ESCRITORIO PAPELARIA E IMPRESSOS	36
33903042 - MATERIAL PARA FOTOGRAFIA E FILMAGEM	1
33903050 - PECAS DE REPOSICAO E ACESSORIOS	14
33903052 - MATERIAL P/ CONSERVACAO E MANUT. DE IMOVEIS	3
33903054 - MATERIAL INSTALACAO ELETRICA E ELETRONICA	17
33903055 - MATERIAL PARA TELECOMUNICACOES	10
33903060 - SUPRIMENTO DE INFORMATICA	744

33903061 - PECAS E ACESSOR.E COMPONENTES DE INFORMATICA	206
33903064 - PECAS P/VIATURAS PELO REGIME DE ADIANTAMENTO	6
33903066 - MATERIAL PROT.SEGUR.SOCORRO E SOBREVIVENCIA	1
33903090 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	27
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	18.783
33903911 - SERVICOS PRESTADOS PELA PRODESP	11.423
33903912 - SERV.PROGRAMAS E APLICATIVOS DE INFORMATICA	3.568
33903913 - LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	655
33903914 - EXAMES LABORATORIAIS	37
33903915 - LOC.DE MAQ. REPROGRAFICAS S/MAO DE OBRA	434
33903918 - PROPAGANDA/PUBLICIDADE	7
33903919 - LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	36
33903920 - INSTAL.MANUT.DE EQUIP.DE INFORMATICA	544
33903921 - SERVICOS DE COMUNICACAO DE DADOS	4
33903925 - SERVICOS DE CORREIOS	2
33903936 - DEDETIZACAO,DESINSETIZACAO E DESRATIZACAO	1
33903940 - FRETES E TRANSPORTES	42
33903943 - ASSIN.DE JORNAIS,PERIODICOS E CLIPAGEM	1
33903944 - SEGURO DE VEICULO	8
33903945 - OUTROS SEGUROS	8
33903946 - SERVICOS MEDICOS,HOSPITALARES E ODONTOLOGICO	8
33903949 - ESTAGIARIOS CONTRATADOS POR INSTITUIçõES	37
33903961 - CURSOS PARA SERVIDOR/FUNCIONARIO	3
33903963 - INSTAL.REPAR.MANUTENCAO DE DIVISORIAS/PORTAS	11
33903967 - SERV.ESP.DE SAUDE,INCLU.DECORR.DE DEC.JUDICI	50
33903973 - FORNEC.ALIMENTACAO PREPARADA-OUTROS	23
33903979 - CONSERVACAO E MANUTENCAO DE IMOVEIS	7
33903980 - CONSERV.MANUTENC.DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENT	58
33903983 - SERVICOS GRAFICOS	13
33903991 - LOCACAO DE IMOVEIS	13
33903992 - DESPESAS MIUDAS E DE PRONTO PAGAMENTO	14
33903995 - MANUTENCAO DE VIATURAS PELO REG.ADIANTAMENTO	26
33903999 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS	1.750
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.197
44905220 - EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA	1.089
44905232 - MOBILIARIO EM GERAL	3
44905233 - MATERIAL EDUCATIVO,CULTURAL E RECREATIVO	2
44905234 - OUTROS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	100
44905235 - EQUIP.E MOBIL.MED.-HOSPITALAR,ODONTOLOGICO	5
10000 - SEC.DESENV. ECONOMICO, CIENCIA,TECN. INOVACA	868.412
1042 - ASSISTENCIA MEDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM H	868.412
319007 - CONTRIBUICAO ENTIDADES FECHADAS PREVIDENCIA	6.043
31900701 - CONTRIBUICAO PATRONAL	6.043
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	590.591
31901112 - PESSOAL CIVIL PAGO PELA UNIDADE	538.764
31901129 - PESSOAL CIVIL PAGO PELA UNIDADE-13 SALARIO	37.108
31901131 - PESSOAL CIVIL PAGO PELA UNIDADE-1/3 FERIAS	12.628
31901136 - ABONO DE PERMANENCIA	2.091
319013 - OBRIGACOES PATRONAIS	131.477
31901313 - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVICO	36.711
31901321 - FGTS-13 SALARIO	2.354
31901322 - PARCELAM.DE DEBITOS JUNTO A PREV.SOCIAL	65
31901323 - PREVIDENCIA SOCIAL/PESSOAL CLT	92.347
319113 - OBRIGACOES PATRONAIS	21.297
31911301 - CONTRIB PATRONAL-SAO PAULO PREVIDENCIA-SPPRE	21.297
339014 - DIARIAS-CIVIL	74
33901401 - DIARIAS PESSOAL CIVIL	67
33901416 - DIARIAS NO EXTERIOR	7
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	48.645
33903010 - GENEROS ALIMENTICIOS	5.800
33903012 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	175

33903013 - MATERIAL E UTENS.P/REFEITORIO,COPA E COZINHA	331
33903014 - MATERIAL DE LIMPEZA	107
33903015 - ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL	508
33903016 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	241
33903019 - LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO	176
33903024 - OUTROS COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	277
33903030 - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACEUTICOS	10.640
33903031 - MATERIAL MEDICO,HOSPITALAR E ODONTOLOGICO	14.991
33903032 - MATERIAL DE USO LABORATORIAL	9.541
33903039 - MATERIAL ESPORTIVO E DE LAZER	1
33903040 - MATERIAL EDUCATIVO E CULTURAL	1
33903041 - MATERIAL DE ESCRITORIO PAPELARIA E IMPRESSOS	377
33903043 - LIVROS P/BIBLIO.PUBLI,MAPAS,OUTRAS PUBLICACA	150
33903050 - PECAS DE REPOSICAO E ACESSORIOS	812
33903052 - MATERIAL P/ CONSERVACAO E MANUT. DE IMOVEIS	25
33903054 - MATERIAL INSTALACAO ELETRICA E ELETRONICA	5
33903060 - SUPRIMENTO DE INFORMATICA	105
33903061 - PECAS E ACESSOR.E COMPONENTES DE INFORMATICA	35
33903063 - FARDAMENTO,VESTUARIO,UNIFOR,TECIDO, AVIAMENT	207
33903066 - MATERIAL PROT.SEGUR.SOCORRO E SOBREVIVENCIA	36
33903081 - ALIMENTOS PARA ANIMAIS	31
33903090 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	4.073
339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	579
33903342 - PASSAGENS AEREAS	12
33903343 - LOCACAO DE VEICULOS,AERONAVES E OUTROS	520
33903344 - VALE-TRANSPORTE	22
33903345 - OUTRAS DESP.C/TRANSPORTES E LOCOMOCAO	24
339035 - SERVICOS DE CONSULTORIA	1.666
33903501 - OUTROS SERV.CONSULTORIA,ASSESS.E AUDITORIA	1.666
339036 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA	791
33903611 - OUTRAS REMUNERACOES DE SERVICOS PESSOAIS	662
33903613 - ESTAGIARIOS DIRETAMENTE CONTRATADOS	126
33903616 - AJUDA DE CUSTO A COLABORADORES EVENTUAIS	3
339037 - SERVICOS DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	14.519
33903796 - SERVICOS DE LIMPEZA	14.519
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	23.992
33903906 - VALE-REFEICAO/ALIMENT. A SERV/EMPREGADOS	302
33903912 - SERV.PROGRAMAS E APLICATIVOS DE INFORMATICA	337
33903913 - LOCACAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	146
33903914 - EXAMES LABORATORIAIS	22
33903916 - GAS MEDICINAL (SERV.DE FORNEC. E LOCACAO)	311
33903919 - LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	2.784
33903920 - INSTAL.MANUT.DE EQUIP.DE INFORMATICA	73
33903921 - SERVICOS DE COMUNICACAO DE DADOS	49
33903925 - SERVICOS DE CORREIOS	165
33903927 - GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTIVE	142
33903936 - DEDETIZACAO,DESINSETIZACAO E DESRATIZACAO	115
33903941 - SERVICO DE LAVANDERIA	2.918
33903943 - ASSIN.DE JORNAIS,PERIODICOS E CLIPAGEM	3
33903945 - OUTROS SEGUROS	1
33903946 - SERVICOS MEDICOS,HOSPITALARES E ODONTOLOGICO	45
33903954 - CONGRESSOS,SEMINARIOS,SIMPOSIOS E CONGENERES	18
33903956 - ALIMEN.HOSPED.P/EVENTOS PROG.PELA INSTITUICA	6
33903961 - CURSOS PARA SERVIDOR/FUNCIONARIO	0
33903973 - FORNEC.ALIMENTACAO PREPARADA-OUTROS	971
33903979 - CONSERVACAO E MANUTENCAO DE IMOVEIS	1.893
33903980 - CONSERV.MANUTENC.DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENT	8.265
33903983 - SERVICOS GRAFICOS	25
33903991 - LOCACAO DE IMOVEIS	168
33903992 - DESPESAS MIUDAS E DE PRONTO PAGAMENTO	257
33903999 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS	4.976

339041 - CONTRIBUICOES	12.855
33904114 - OUTRAS CONTRIBUICOES	12.855
339050 - SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	1.621
33905011 - ENERGIA ELETRICA	957
33905012 - TELEFONIA FIXA	222
33905013 - AGUA E ESGOTOS	443
339092 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.338
33909214 - LIMPEZA	1.185
33909218 - AGUA E ESGOTOS	150
33909220 - OUTRAS DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3
33909221 - DIARIAS	0
339093 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	6
33909315 - AJUDA DE CUSTO-PESSOAL CIVIL	6
449039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	1
44903999 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS	1
449051 - OBRAS E INSTALACOES	5
44905130 - EXECUCAO DE OBRAS E INSTALACOES	5
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	12.913
44905210 - VEICULOS DIVERSOS	241
44905220 - EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA	398
44905231 - MAQUINAS E MOTORES	0
44905232 - MOBILIARIO EM GERAL	605
44905233 - MATERIAL EDUCATIVO,CULTURAL E RECREATIVO	1
44905234 - OUTROS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.852
44905235 - EQUIP.E MOBIL.MED.-HOSPITALAR,ODONTOLOGICO	8.816
17000 - SEC.DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	178.928
1729 - ATENCAO INTEGRAL AO ADOLESC. E INTEGRACAO DAS MSE	178.928
319007 - CONTRIBUICAO ENTIDADES FECHADAS PREVIDENCIA	149
31900701 - CONTRIBUICAO PATRONAL	149
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	101.993
31901112 - PESSOAL CIVIL PAGO PELA UNIDADE	92.908
31901129 - PESSOAL CIVIL PAGO PELA UNIDADE-13 SALARIO	6.830
31901131 - PESSOAL CIVIL PAGO PELA UNIDADE-1/3 FERIAS	2.255
319013 - OBRIGACOES PATRONAIS	41.684
31901313 - FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVICO	6.739
31901320 - OUTRAS CONTRIB.PREV.SOCIAL-13 SALARIO	26
31901321 - FGTS-13 SALARIO	201
31901322 - PARCELAM.DE DEBITOS JUNTO A PREV.SOCIAL	10.329
31901323 - PREVIDENCIA SOCIAL/PESSOAL CLT	24.389
319016 - OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS-PESSOAL CIVIL	2.029
31901616 - DESPESAS EVENTUAIS DE PESSOAL CIVIL	2.029
335043 - SUBVENCOES SOCIAIS	2.637
33504390 - OUTRAS SUBVENCOES SOCIAIS	2.637
339008 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	639
33900810 - AUXILIO-CRECHE E AUXILIO-ESCOLA	639
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	1.638
33903010 - GENEROS ALIMENTICIOS	1
33903030 - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACEUTICOS	840
33903031 - MATERIAL MEDICO,HOSPITALAR E ODONTOLOGICO	769
33903032 - MATERIAL DE USO LABORATORIAL	13
33903050 - PECAS DE REPOSICAO E ACESSORIOS	15
339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	686
33903344 - VALE-TRANSPORTE	686
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	25.611
33903906 - VALE-REFEICAO/ALIMENT. A SERV/EMPREGADOS	13.047
33903940 - FRETES E TRANSPORTES	17
33903942 - SEGURO DE VIDA	147
33903946 - SERVICOS MEDICOS,HOSPITALARES E ODONTOLOGICO	12.356
33903992 - DESPESAS MIUDAS E DE PRONTO PAGAMENTO	41
33903999 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS	3
339047 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.238

33904710 - CONTRIBUICOES P/FORMACAO DO PASEP/PIS	1.016
33904716 - PARCELAMENTO PASEP	221
339092 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	623
33909220 - OUTRAS DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	623
21000 - ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO	5.001
0000 - ENCARGOS GERAIS	5.001
339091 - SENTENCAS JUDICIAIS	5.001
33909103 - CREDITOS DE NATUREZA ALIMENTICIA	5.001
38000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA	138.000
3813 - GESTAO DA CUSTODIA E APOIO A REINTEGRACAO SOCIAL D	138.000
319008 - OUTROS BENEF.ASSIST.DO SERVIDOR E DO MILITAR	0
31900801 - SALARIO FAMILIA - CIVIL	0
319011 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	102.830
31901111 - PESSOAL CIVIL PAGO PELO DDPE	90.357
31901128 - PESSOAL CIVIL PAGO PELO DDPE-13 SALARIO	8.333
31901130 - PESSOAL CIVIL PAGO PELO DDPE - 1/3 FERIAS	2.138
31901136 - ABONO DE PERMANENCIA	1.756
31901137 - LICENCA PREMIO - PESSOAL CIVIL	246
319049 - AUXILIO TRANSPORTE	808
31904901 - AUXILIO TRANSPORTE	808
319094 - INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	28
31909416 - OUTRAS INDENIZACOES DE PESSOAL	28
319113 - OBRIGACOES PATRONAIS	20.785
31911301 - CONTRIB PATRONAL-SAO PAULO PREVIDENCIA-SPPRE	20.785
339014 - DIARIAS-CIVIL	337
33901401 - DIARIAS PESSOAL CIVIL	135
33901403 - DIARIA ESPEC.JORNADA EXTR. TRAB.PENITENCIARI	201
339030 - MATERIAL DE CONSUMO	3.134
33903010 - GENEROS ALIMENTICIOS	446
33903011 - GENEROS ALIMENTICIOS PPAIS - LEI 14.591/11	4
33903012 - MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	36
33903013 - MATERIAL E UTENS.P/REFEITORIO,COPA E COZINHA	25
33903014 - MATERIAL DE LIMPEZA	55
33903015 - ARTIGOS DE HIGIENE PESSOAL	112
33903016 - MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	33
33903019 - LUBRIFICANTE AUTOMOTIVO	0
33903021 - GASOLINA AUTOMOTIVA	2
33903022 - DIESEL AUTOMOTIVO	6
33903023 - ETANOL AUTOMOTIVO	2
33903024 - OUTROS COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	36
33903025 - GASOLINA AUTOMOTIVA-REEMBOLSO	13
33903027 - ETANOL AUTOMOTIVO-REEMBOLSO	25
33903028 - DIESEL AUTOMOTIVO-REEMBOLSO	66
33903029 - OUTROS COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES-REEMBOLS	0
33903030 - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACEUTICOS	1.435
33903031 - MATERIAL MEDICO,HOSPITALAR E ODONTOLOGICO	179
33903032 - MATERIAL DE USO LABORATORIAL	18
33903039 - MATERIAL ESPORTIVO E DE LAZER	36
33903040 - MATERIAL EDUCATIVO E CULTURAL	3
33903041 - MATERIAL DE ESCRITORIO PAPELARIA E IMPRESSOS	50
33903043 - LIVROS P/BIBLIO.PUBLI,MAPAS,OUTRAS PUBLICACA	2
33903050 - PECAS DE REPOSICAO E ACESSORIOS	46
33903052 - MATERIAL P/ CONSERVACAO E MANUT. DE IMOVEIS	3
33903054 - MATERIAL INSTALACAO ELETRICA E ELETRONICA	9
33903055 - MATERIAL PARA TELECOMUNICACOES	18
33903060 - SUPRIMENTO DE INFORMATICA	38
33903061 - PECAS E ACESSOR.E COMPONENTES DE INFORMATICA	118
33903063 - FARDAMENTO,VESTUARIO,UNIFOR,TECIDO, AVIAMENT	221
33903064 - PECAS P/VIATURAS PELO REGIME DE ADIANTAMENTO	18
33903066 - MATERIAL PROT.SEGUR.SOCORRO E SOBREVIVENCIA	13
33903082 - SEMENTES E MUDAS DE PLANTAS	1

33903090 - OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	66
339033 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	102
33903342 - PASSAGENS AEREAS	1
33903343 - LOCACAO DE VEICULOS,AERONAVES E OUTROS	71
33903344 - VALE-TRANSPORTE	4
33903345 - OUTRAS DESP.C/TRANSPORTES E LOCOMOCAO	25
339037 - SERVICOS DE LIMPEZA,VIGIL.E OUTROS-PES.JURID	714
33903796 - SERVICOS DE LIMPEZA	714
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	6.450
33903906 - VALE-REFEICAO/ALIMENT. A SERV/EMPREGADOS	4
33903912 - SERV.PROGRAMAS E APLICATIVOS DE INFORMATICA	0
33903915 - LOC.DE MAQ. REPROGRAFICAS S/MAO DE OBRA	32
33903916 - GAS MEDICINAL (SERV.DE FORNEC. E LOCACAO)	1
33903919 - LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	118
33903920 - INSTAL.MANUT.DE EQUIP.DE INFORMATICA	12
33903921 - SERVICOS DE COMUNICACAO DE DADOS	8
33903925 - SERVICOS DE CORREIOS	6
33903927 - GERENCIAMENTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTIVE	0
33903936 - DEDETIZACAO,DESINSETIZACAO E DESRATIZACAO	18
33903941 - SERVICO DE LAVANDERIA	188
33903944 - SEGURO DE VEICULO	4
33903952 - PROJ.PESQ.LEVANTAM.PROSP.E ANALISE DE DADOS	48
33903961 - CURSOS PARA SERVIDOR/FUNCIONARIO	0
33903963 - INSTAL.REPAR.MANUTENCAO DE DIVISORIAS/PORTAS	12
33903966 - COLETA DE LIXO HOSPITALAR	2
33903972 - FORNEC.ALIMENTACAO PREPARADA-CUSTODIADOS	5.262
33903973 - FORNEC.ALIMENTACAO PREPARADA-OUTROS	1
33903979 - CONSERVACAO E MANUTENCAO DE IMOVEIS	296
33903980 - CONSERV.MANUTENC.DE BENS MOVEIS E EQUIPAMENT	158
33903983 - SERVICOS GRAFICOS	47
33903992 - DESPESAS MIUDAS E DE PRONTO PAGAMENTO	11
33903995 - MANUTENCAO DE VIATURAS PELO REG.ADIANTAMENTO	15
33903999 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS	207
339050 - SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA	2.519
33905011 - ENERGIA ELETRICA	375
33905012 - TELEFONIA FIXA	92
33905013 - AGUA E ESGOTOS	2.052
339092 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	216
33909218 - AGUA E ESGOTOS	182
33909220 - OUTRAS DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	30
33909221 - DIARIAS	3
339093 - INDENIZACOES E RESTITUICOES	0
33909301 - INDENIZACOES E RESTITUICOES DIVERSAS	0
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	78
44905220 - EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA	1
44905232 - MOBILIARIO EM GERAL	25
44905234 - OUTROS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	46
44905235 - EQUIP.E MOBIL.MED.-HOSPITALAR,ODONTOLOGICO	6
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	253.636
4408 - ASSISTENCIA MEDICA AO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL	253.636
339036 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA	16.526
33903611 - OUTRAS REMUNERACOES DE SERVICOS PESSOAIS	14.229
33903612 - ENCARGOS SOCIAIS E OBRIGACOES FISCAIS	2.297
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	151.742
33903914 - EXAMES LABORATORIAIS	45
33903946 - SERVICOS MEDICOS,HOSPITALARES E ODONTOLOGICO	149.643
33903999 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS	2.055
449051 - OBRAS E INSTALACOES	80.000
44905130 - EXECUCAO DE OBRAS E INSTALACOES	80.000
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.368
44905220 - EQUIPAMENTOS PARA INFORMATICA	584

44905231 - MAQUINAS E MOTORES	0
44905232 - MOBILIARIO EM GERAL	536
44905233 - MATERIAL EDUCATIVO,CULTURAL E RECREATIVO	1
44905234 - OUTROS EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	175
44905235 - EQUIP.E MOBIL.MED.-HOSPITALAR,ODONTOLOGICO	4.071
Fonte 041	19.999
44000 - SECRETARIA DE GESTAO PUBLICA	19.999
4408 - ASSISTENCIA MEDICA AO SERVIDOR PUBLICO ESTADUAL	19.999
339039 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	19.999
33903946 - SERVICOS MEDICOS,HOSPITALARES E ODONTOLOGICO	19.707
33903999 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS	292
Soma	**15.214.715**

b) Receitas

O demonstrativo a seguir traz a composição da Receita para apuração do índice de gastos com a saúde, conforme determina a Lei Complementar nº 141/2012.

RECEITAS	R$ MILHARES
11 - RECEITA TRIBUTÁRIA	95.852.864
111205 - IMP. SOBRE A PROP.DE VEÍCULOS AUTOMOTORES	6.289.171
111207 - IMP. S/TRANSM. C. MORTIS E DOAÇÃO BENS/DIREITOS	1.706.290
111302 - IMP. S/OP. REL. CIRC. MERC. PREST. SERV.TRANS.COM	87.857.402
17 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.074.752
172101 - PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	7.619.303
172136 - TRANSF.FINANC. DO ICMS - DESONERAÇÃO LC 87/9	455.449
19 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.763.081
TOTAL	**107.690.697**

c) Percentual de aplicação em Saúde

Com relação ao cálculo do percentual em saúde, demonstramos a seguir duas opções, tendo em vista que o Governo do Estado solicitou reconsideração da exclusão dos gastos com presos nos percentuais de aplicação na saúde (documentação referente às Recomendações do Exercício Anterior – fls.511 do TC-A-12564/026/14):

c.1) Excluindo gastos com presos

Foram efetuadas as seguintes exclusões:

EXCLUSÕES	R$ MILHARES
Despesa Intraorçamentária	1.185.341
Aposentadorias e pensões	14.144
Insuficiência financeira	294.672
Demais deduções	453.555
TOTAL	**1.947.712**

Obs.: em demais deduções estão incluídos R$ 316.929 mil referentes SAP e Fundação Casa

Diante do exposto, o Governo do Estado de São Paulo, no exercício de 2014, aplicou na saúde o percentual de 12,16%, conforme demonstramos abaixo:

	R$ milhares
RECEITA PROVENIENTE DE IMPOSTO	**107.690.697**
DESPESAS - FUNÇÃO SAÚDE - TESOURO	**15.214.715**
EXCLUSÕES	2.115.531
Despesas excluídas	1.947.712
Cancelamento de Restos a Pagar	167.819
DESPESA LÍQUIDA	**13.099.184**
PERCENTUAL	**12,16%**

c.2) Considerando gastos com presos

No exercício em análise, a Secretaria da Administração Penitenciária – SAP e a Fundação Casa apresentaram os seguintes gastos em Saúde:

DESPESAS DA FUNDAÇÃO CASA E DA SAP	R$ MILHARES
1729 - ATENCAO INTEGRAL AO ADOLESC. E INTEGRACAO DAS MSE	178.928
3813 - GESTAO DA CUSTODIA E APOIO A REINTEGRACAO SOCIAL D	138.000
Soma	**316.929**

Considerando as despesas da Secretaria da Administração Penitenciária – SAP e da Fundação Casa, temos os seguintes quadros:

EXCLUSÕES	R$ MILHARES
Despesa Intraorçamentária	1.047.340
Aposentadorias e pensões	14.144
Insuficiência financeira	294.672
Demais deduções	274.626
TOTAL	**1.630.782**

Diante do exposto, o Governo do Estado de São Paulo, no exercício de 2014, informou a aplicação na saúde do percentual de 12,46%, conforme demonstramos abaixo:

	R$ milhares
RECEITA PROVENIENTE DE IMPOSTO	**107.690.697**
DESPESAS - FUNÇÃO SAÚDE - TESOURO	**15.214.715**
EXCLUSÕES	1.798.601
Despesas excluídas	1.630.782
Cancelamento de Restos a Pagar	167.819
DESPESA LÍQUIDA	**13.416.114**
PERCENTUAL	**12,46%**

d) Atendimento às Instruções 1

O Poder Executivo não encaminhou a este Tribunal as cópias das atas das audiências públicas da saúde a serem realizadas na Assembléia Legislativa, na forma e periodicidade determinadas no §5° do artigo 36 da LC 141/2012[3], e conforme determina o inciso II, artigo 12 das Instruções 1/2008.

[3] Art. 36. O gestor do SUS em cada ente da Federação elaborará Relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, o qual conterá, no mínimo, as seguintes informações:

...

§ 5º O gestor do SUS apresentará, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública na Casa Legislativa do respectivo ente da Federação, o Relatório de que trata o caput.

IX – CONTROLE INTERNO

O controle interno vinha sendo exercido pela Coordenadoria Estadual de Controle Interno – CECI nos termos do Decreto Estadual nº 41.312, de 13 de novembro de 1996.

A partir da edição do Decreto Estadual nº 48.471, de 22 de janeiro de 2004, que criou, na Secretaria da Fazenda, a Coordenadoria de Planejamento Estratégico e Modernização Fazendária, a CECI teve sua denominação alterada para Coordenadoria de Entidades Descentralizadas e de Contratações Eletrônicas – CEDC.

Também por conta do referido Decreto Estadual, os Centros de Controle Interno – CCIs passaram a denominar-se Centros de Controle e Avaliação e os Centros Regionais de Controle Interno – CRCIs tiveram a denominação alterada para Centros Regionais de Controle e Avaliação.

Ainda por conta do citado diploma legal, o Departamento de Controle Interno teve sua denominação alterada para Departamento de Controle e Avaliação e, mantidas as suas atribuições e as competências de seus dirigentes, foi transferido para a Chefia de Gabinete da Secretaria da Fazenda.

O Decreto nº 48.471/04 não revogou disposições contidas no Decreto Estadual nº 41.312/96 atinentes ao controle interno dos Órgãos e Entidades das Administrações Direta e Indireta do Estado, especialmente aquelas previstas no artigo 2º, incisos I, II e III, que trata das competências da Coordenadoria Estadual de Controle Interno, quais sejam:

- gerir o SIAFEM/SP;
- avaliar o cumprimento do Plano Plurianual, a execução dos programas de Governo e a execução orçamentária do Estado;
- verificar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, de pessoal e patrimonial nos órgãos e entidades das Administrações Direta e Indireta do Estado, bem como a aplicação dos recursos destinados às entidades de direito Privado.

Regularmente este Tribunal tem recebido cópias dos relatórios produzidos pelo controle interno estadual, que são encaminhados às Diretorias de Fiscalização para fins de subsídio aos trabalhos de auditoria.

X - PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO E PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA

O Programa Estadual de Desestatização – PED e o Programa Estadual de Parceria Público Privada – PEPPP foram formulados para promoverem e assegurarem o equilíbrio das contas públicas e a reorganização do Estado, no pressuposto de mudanças estruturais com significativos reflexos na economia.

A) PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO

Dentro do objetivo central do **Programa Estadual de Desestatização**, as principais atividades desenvolvidas no ano de 2014 e os resultados alcançados foram os seguintes:

REUNIÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS:

No ano de 2014 não houve pauta submetida ao Conselho Diretor do PED (CDPED).

1. Contratos em andamento

- 1ªa Etapa Programa Concessões Rodoviárias - 12 lotes
  Secretaria de Logística e Transportes /Artesp
  Outorga: R$ 2,7 bilhões variável: 3% receita bruta + fixo
  20 anos
  Contratos assinados entre 1998 a 2000.

- COMGÁS - 177 municípios
  Secretaria de Energia
  Outorga: RS 1,7 bilhão
  30 anos
  Contrato assinado abr/1999.

- Gás Brasiliano - 375 municípios
  Outorga: RS 275 milhões
  30 anos
  Contrato assinado abr/1999.

- Gás Natural SP Sul - 93 municípios
  Outorga: R$ 534 milhões
  30 anos
  Contrato assinado mai/2000.

⇨ UTE Piratininga
Secretaria de Energia
Investimentos: R$ 765 milhões
17 anos
Contrato assinado 2007.

⇨ Rodoanel Oeste
Secretaria de Logística e Transportes
32 km interligação das rodovias Régis Bittencourt, Raposo Tavares, Castelo Branco, Anhanguera e Bandeirante.
Outorga: R$ 2,0 bilhões
30 anos
Contrato assinado jun/2008.

⇨ 2a Etapa Programa de Concessões Rodoviárias - 5 lotes
Secretaria de Logística e Transportes
Outorga: RS 3,5 bilhões
30 anos
Contrato assinado 2009.

⇨ Rodoanel Trechos Sul e Leste
Secretaria de Logística e Transportes
Trecho Sul (61,4 km), com obrigação de construção do trecho Leste (40,6 km)
Outorga: RS 370 milhões
35 anos
Contrato assinado mar/2011.

⇨ Centro de Exposições Imigrantes - CEI, Recinto de Exposições Sálvio Pacheco de Almeida Prado
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional
Ampliação da área para 331 mil m^2, modernização dos pavilhões e equipamentos, ampliação da área de exposições e construção de estacionamentos, construção de espaço Multiuso para shows e eventos esportivos, construção de hotel e centro de convenções.
Outorga: R$ 201 milhões
30 anos
Contrato assinado ago/2013.

⇨ Concessão de Sistemas de Ônibus da RMC
Secretaria de Transportes Metropolitanos / EMTU
Concessão do sistema de transporte de passageiros Intermunicipais; 19 municípios da RMC, com implantação de infraestrutura e 8 terminais - Campinas, Hortolândia e Sumaré.
Outorga: R$ 1,271 milhão + 20% das receitas acessórias 15 anos
Contrato assinado em ago/2014.

B) PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

Dentro do objetivo central do **Programa Estadual de Parceria Público Privada-PEPPP**, as principais atividades desenvolvidas no ano de 2014 e os resultados alcançados foram os seguintes:

REUNIÕES ORDINÁRIAS E EXTRAORDINÁRIAS:

Assuntos Examinados e Deliberados pelo Conselho Gestor do PEPPP:

1. **62ª Reunião Ordinária realizada em 08.01.2014.**

- ⇨ Aprovação da modelagem preliminar do projeto denominado "PPP Portal São Paulo – Requalificação do Acesso ao Aeroporto de Guarulhos", com autorização para o aprofundamento dos estudos.
- ⇨ Autorização para a realização dos ajustes à modelagem do projeto denominado "PPP Identificação Digital", com vistas à aprovação da modelagem final do projeto.
- ⇨ Autorização para a revogação da licitação do projeto denominado "PPP Sistema de Reservatórios", com a consequente retirada do projeto da carteira de PPP.

2. **12ª Reunião Extraordinária realizada em 20.01.2014.**

- ⇨ Autorização dos ajustes na Modelagem Final e no Edital de Licitação do projeto denominado "Linha 18 – Bronze do Metrô".

3. **63ª Reunião Ordinária realizada em 20.02.2014.**

- ⇨ Autorização dos ajustes da modelagem final do projeto denominado "Rodovias dos Tamoios e Contornos".
- ⇨ Aprovação do Relatório de Atividades do Programa Estadual de PPP, referente ao segundo semestre de 2013.

4. **64ª Reunião Ordinária realizada em 18.03.2014.**

- ⇨ Aprovação dos ajustes da modelagem final do projeto de PPP denominado "Habitação de Interesse Social".

5. **65ª Reunião Ordinária realizada em 14.05.2014.**

- ⇨ Aprovação dos ajustes da modelagem do projeto denominado "PPP Sistema Integrado Metropolitano da Região Metropolitana da Baixada Santista – SIM".
- ⇨ Aprovação dos ajustes da modelagem final do projeto de PPP habitacional e das diretrizes da licitação.
- ⇨ Foi apresentado ao CGPPP o andamento dos estudos do projeto denominado "Trens Regionais Intercidades".

6. **66ª Reunião Ordinária realizada em 28.08.2014.**

- ⇨ Aprovação dos ajustes na modelagem do projeto denominado PPP Habitação de Interesse Social:
  - Redução do escopo do projeto de 16 mil habitações para 14 mil unidades habitacionais, sendo 63% HIS e 37% HMP, com consequente redistribuição das moradias em 04 lotes a serem ofertados à iniciativa privada;
- ⇨ Aprovação dos ajustes na modelagem do projeto denominado PPP - Sistema Integrado Metropolitano da Baixada Santista – SIM
  - Mitigação de gratuidade, como consequência da Lei Estadual n0 15.187/2013, via pagamento de contraprestação, por meio de medição do efetivo nível de usuários nesta condição com base no sistema de controle de bilhetagem;
- ⇨ PPP – Complexos Hospitalares
  - O CGPPP tomou ciência do parecer emitido pela Procuradoria Geral do Estado - PGE e Comissão de Acompanhamento de Contratos de PPP - CACPPP em que se manifestaram favoráveis à adequação da minuta do contrato, cláusula "29.15" e seus subitens, ao projeto de Lei nº 823/2014 em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que autoriza o Poder Executivo a oferecer garantia para assegurar o cumprimento de obrigações de pagamentos e de contratos de PPP que tenha por objeto ações e serviços na área da saúde;
- ⇨ Projeto Toolkit
  - O CGPPP conheceu o teor da consultoria contratada pelo Governo do Estado de São Paulo que visa à implantação de ferramenta denominada "Toolkit" para avaliação, estruturação e monitoramento dos Projetos de PPP. Os produtos a serem entregues pelo Consórcio composto pelas empresas Concremat, KPMG e Fleury & Almeida consultoria compreenderão: análise de experiências anteriores de PPP, nacionais e internacionais; preparação de um Manual de PPP; desenvolvimento do "toolkit" com base no Manual; implementação da ferramenta "toolkit" em plataforma "web"; difusão do "toolkit" e treinamento do pessoal do Estado de São Paulo;
- ⇨ Relatório de Atividades da UPPP/CPP
  - Aprovação do relatório de atividades desenvolvidas pela Unidade de Parcerias-Público Privadas - UPPP e Companhia Paulista de Parcerias - CPP referente ao primeiro semestre de 2014.

7. 67ª Reunião Ordinária realizada em 01.12.2014.

⇨ Apresentação do Balanço Geral das Parcerias Público-Privadas do Período de 2011 a 2014, compreendendo:

- Projetos Contratados: IFAB (Indústria Farmacêutica Américo Brasiliense)/FURP, Sistema Produtor São Lourenço/Sabesp, Linha 6-Laranja/Metrô, Complexos Hospitalares. Linha 18-Bronze/Metrô e Centro de Exposições Imigrantes (Concessão de Uso)
- Projetos em Estágio de Contratação: Rodovia dos Tamoios/Artesp;
- Projetos em estágio de licitação: SIM-Sistema Integrado Metropolitano da RMSP/EMTU e Habitação-Moradia de Interesse Social/Casa Paulista;
- Projetos em fase de Aprofundamento dos Estudos: Pátio Veicular Integral, Logística de Medicamentos. Unidades Penitenciárias, Fóruns de Justiça, Linha 20-Rosa. Sistema de Trens de Passageiros Intercidades, Portal São Paulo. Identificação Digital e Modernização da Malha Rodoviária Estadual.
- Manifestações de Interesse recebidas da iniciativa privada (MIP), as quais não tem Proposta Preliminar aprovada pelo Conselho Gestor e que contemplam Projetos das Secretarias: da Educação, do Desenvolvimento Econômico. Ciência e Tecnologia, de Gestão Pública, da Habitação, do Planejamento e Desenvolvimento Regional, de Logística e Transportes, de Saneamento e Recursos Hídricos e dos Transportes Metropolitanos.

Projetos do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas, concernente ao ano de 2014.

1. PPPs em operação

⇨ METRÔ LINHA 4 – AMARELA.
Secretaria dos Transportes Metropolitanos/Metrô
PPP-Concessão Patrocinada.
Expansão da Malha Metroviária que ligará o bairro da Luz (região central) ao bairro de vila Sônia (região oeste).

⇨ PPP ALTO TIETÊ-Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba/Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos / Sabesp.
PPP-Concessão Administrativa.
Implementação de projeto de eficiência energética e obras de ampliação de 10 m³/s para 15 m³/s.

⇨ TRENS DEDICADOS À LINHA 8 – DIAMANTE DA CPTM.
Secretaria de transportes Metropolitanos.
PPP-Concessão Administrativa.

Modernização e manutenção da frota de trens da linha 8 – Diamante da CPTM.

⇨ FURP - PLANTA DE PRODUÇÃO AMÉRICO DE BRASILIENSE
Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo
PPP - Concessão Administrativa
Finalização da construção e operação da segunda fábrica de remédios da FURP.

⇨ LINHA 6 - LARANJA (MIP)
Secretaria dos Transportes Metropolitanos / Metrô
PPP - Concessão Patrocinada
Implantação, manutenção e operação da Linha 6 - Laranja do Metrô. (Estação São Joaquim - Brasilândia)

⇨ SISTEMA PRODUTOR SÃO LOURENÇO - SABESP
Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos / Sabesp
PPP - Concessão Administrativa
Prestação de serviços de operação do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo e manutenção do empreendimento "Sistema Produtor São Lourenço".

⇨ MONOTRILHO - LINHA 18 - BRONZE
Secretaria dos Transportes Metropolitanos / Metrô
PPP - Concessão Patrocinada
Construção das estações, compra do material rodante, operação e manutenção da linha 18 — (sistema de monotrilho).

⇨ COMPLEXOS HOSPITALARES
Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo
PPP — Concessão Administrativa
Implantação, operação e manutenção dos Serviços de Apoio não Assistenciais de 3 (três) hospitais no Estado de São Paulo.

⇨ RODOVIA DOS TAMOIOS E CONTORNOS
Secretaria de Logística e Transportes
PPP — Concessão Patrocinada
Serviços de operação e manutenção do sistema existente, correspondente aos trechos da Rodovia dos Tamoios.

XI – AVALIAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO (MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DAS METAS QUANTITATIVAS)

Em atendimento ao disposto no artigo 3°, inciso III da Instrução n° 01/2008 desta Casa, a Secretaria da Fazenda encaminhou relatório elaborado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional contendo informações sobre os resultados da execução dos programas aprovados no Plano Plurianual 2012-2015 em relação à execução quantitativa das metas pretendidas para o ano de 2014, sendo que os resultados apresentados foram informados pelos gerentes, responsáveis pelos programas.

Assim, esta Diretoria em continuidade ao monitoramento dos programas que já vinham sendo acompanhados em exercícios anteriores, no que diz respeito à execução orçamentária e cumprimento ou não das metas **a partir das informações fornecidas pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional e do SIGEO** (Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária), passa a tecer algumas considerações:

- ✓ Os programas ora acompanhados **não foram objeto de fiscalização operacional, demandando avaliação específica a fim de validar as informações aqui transcritas**, podendo consistir em exceção aqueles constantes do plano anual de fiscalização aprovado pelo Conselheiro Relator das Contas do Governador do exercício de 2014, nos quais agregamos conclusões resultantes das fiscalizações operacionais (item XII deste relatório), ao fito de encadear análises distintas e/ou complementares sobre mesmo objeto, que pode ser tanto o programa, como ação integrante;

- ✓ O monitoramento é realizado exclusivamente em relação à execução orçamentária e ao cumprimento ou não das metas dos produtos a serem alcançados;

- ✓ Um programa ou ação pode ser desenvolvido por um ou mais órgãos, exclusivamente por um órgão ou entidade, ou por ambos;

- ✓ Há carências quanto às informações financeiras dos investimentos realizados pelas empresas não dependentes mediante recursos recebidos a título de subscrição de ações. Referidos valores, somados a recursos próprios das estatais, são vinculados a programas previstos anualmente na Lei Orçamentária Anual, porém, não sofrem atualização

orçamentária ao longo do exercício, quando podem ocorrer complementações financeiras de investimentos pelas empresas;

- ✓ As metas podem ser atingidas não necessariamente com a utilização da totalidade dos recursos ou vice-versa, portanto, a execução orçamentária não necessariamente tem relação direta com a execução das metas;

- ✓ As metas realizadas podem ocorrer sem execução orçamentária;

- ✓ Existem metas que não necessariamente são medidas de desempenho;

- ✓ As metas **não necessariamente são suficientes para avaliar a eficácia, eficiência e efetividade das ações implementadas pela Administração Pública.**

As metas informadas podem ser decorrentes de recursos de outros exercícios, especialmente nas empresas não dependentes e de outros programas orçamentários de secretarias diferentes.

A avaliação da eficácia das medidas implementadas pela Administração – isto é, o total de serviços prestados ou bens produzidos em face das metas previamente definidas – é um dos fatores que não podem ser negligenciados na avaliação e no monitoramento de qualquer programa. Entretanto, restam ainda outros aspectos da atuação governamental que demandam, igualmente, a produção constante de informações, de modo a permitir o conhecimento da real extensão dos benefícios proporcionados à população-alvo e dos procedimentos de execução que podem, eventualmente, dificultar a obtenção dos resultados desejados, reclamando, portanto, a adoção de estratégias capazes de sanar as deficiências operacionais detectadas.

Destarte, além dos produtos (metas) voltados à mensuração da eficácia – já utilizados pela Administração em praticamente todas as suas ações, é necessária a adoção de indicadores que tratem diretamente de aspectos relacionados à economicidade (minimização dos custos), à eficiência (melhor utilização dos recursos) e à efetividade (impactos sociais), dimensões mais propriamente qualitativas.

Sob esta perspectiva, portanto, a informação que dá conta do total de equipamentos sociais instalados ao longo de um determinado período, por exemplo, deve ser acompanhada de outras que explicitem, igualmente, o bom emprego dos recursos públicos reservados para tanto, bem como as alterações que aqueles proporcionaram à vida de seus

beneficiários, avaliando em que medida tais impactos coincidem com os objetivos que motivaram a criação do programa.

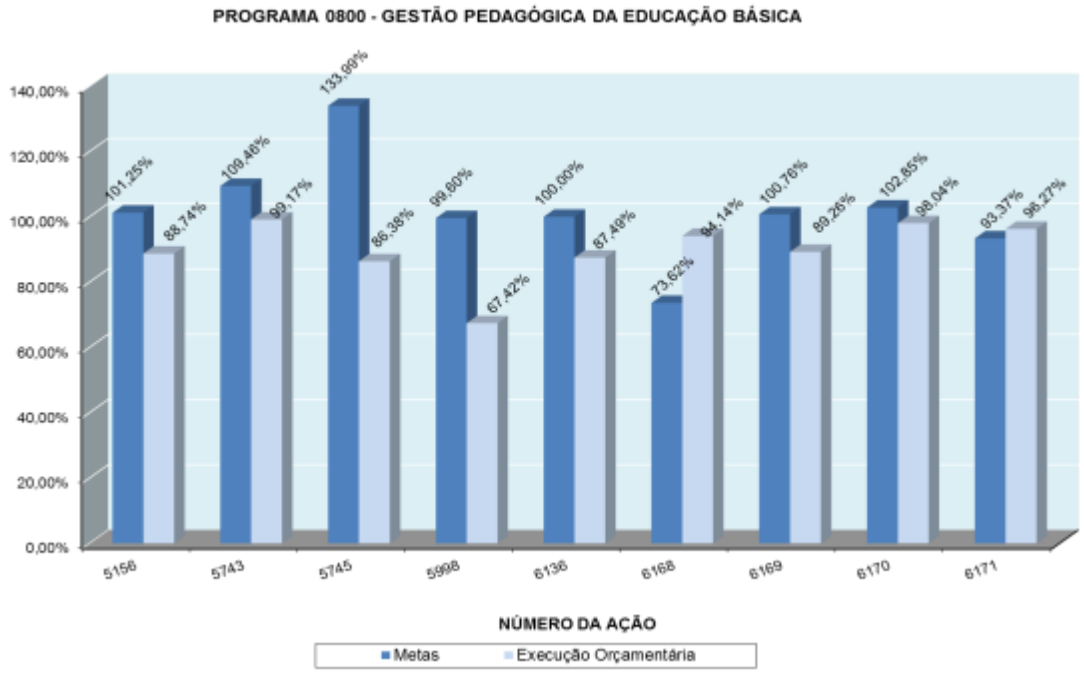
Feitas essas ponderações, o monitoramento realizado contemplou quarenta e três programas, cabendo ressaltar que houve pequenas alterações em relação a 2013, defluente da dinâmica orçamentária que propicia desde alteração de denominação até aglutinação de programas, porém sem prejudicar a análise histórica.

Por fim, os quadros adiante apresentam a execução orçamentária, que inclui a dotação atualizada, crédito empenhado, despesa liquidada e paga evidenciando os dados do exercício ora em análise e os resultados das metas, inclusive com **as justificativas apresentadas no relatório encaminhado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, caso a meta prevista não fosse alcançada**, salientando que, conforme já relatado, tais resultados foram informados pelos gerentes, responsáveis pelos programas, demandando outras atividades para aferição do justificado.

PROGRAMA 0800 – GESTÃO PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

OBJETIVO: ASSEGURAR A TODOS OS ALUNOS DA REDE ESTADUAL, INCLUINDO AQUELES COM NECESSIDADES ESPECIAIS E EJA, O ACESSO, A PERMANÊNCIA E O PERCURSO ESCOLAR. DAR CONTINUIDADE ÀS AÇÕES DE REFORÇO E RECUPERAÇÃO; PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO DO 1° AO 5° ANO EXPANDINDO-OS PARA A REDE MUNICIPAL. PROMOVER A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS EDUCADORES, DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO E INTEGRAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
5150 - ATENDIMENTO ESPECIALIZADO ALUNOS EDUCACAO BAS	236.138.970,00	210.092.041,70	209.559.217,17	197.333.912,07	88,74%	ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS ATENDIDOS unidade	89.472	90.592	101,25%
5743 - LER E ESCREVER	42.116.687,00	41.767.893,45	41.767.893,45	36.588.770,16	99,17%	ALUNOS ABRANGIDOS unidade	1.423.389	1.558.037	109,46%
5745 - ATENDIMENTO A JOVENS E ADULTOS NA EDUCACAO	10.915.952,00	9.429.229,62	9.429.229,62	7.092.800,00	86,38%	ALUNOS INCLUÍDOS unidade	200.000	267.982	133,99%
59980000 - CENTROS DE ESTUDOS DE LINGUAS - CEL'S	13.175.831,00	8.891.784,26	8.882.952,66	3.923.760,65	67,42%	ALUNOS ATENDIDOS unidade	60.000	59.762	99,60%
6136 - EDUCACAO INTEGRAL	70.027.630,00	61.269.278,78	61.269.278,78	50.548.159,20	87,49%	ESCOLAS COM ENSINO DE PERÍODO INTEGRAL unidade	180	180	100,00%
6168 - PROV.DE MAT.DID.E APOIO PED.P/ED.BASICA	134.640.788,00	126.751.440,03	126.751.440,03	103.089.549,24	94,14%	ALUNOS ATENDIDOS unidade	3.972.690	2.924.532	73,62%
6169 - IMPL.DE CUR.ADEQ. A CADA ET.DO ENS.	78.102.262,00	69.784.031,97	69.711.990,30	67.318.044,33	89,26%	ALUNOS APROVADOS %	88	88,67	100,76%
6170 - REMUN.E ENC.DOS PROF.MAG. ED.BAS.FUNDEB	11.384.496.852,00	11.161.262.150,28	11.161.262.150,28	10.107.701.098,65	98,04%	PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO unidade	248.851	255.933	102,85%
6171 - REMUN.E ENC.DOS SERV.ED.BAS FUNDEB (QAE)	1.443.297.335,00	1.389.510.651,86	1.389.510.651,86	1.281.014.828,76	96,27%	FUNCIONÁRIOS E SERVIDORES unidade	60.582	56.567	93,37%
TOTAL	**13.412.912.307**	**13.078.758.502**	**13.078.144.804**	**11.854.610.923**	**97,50%**				

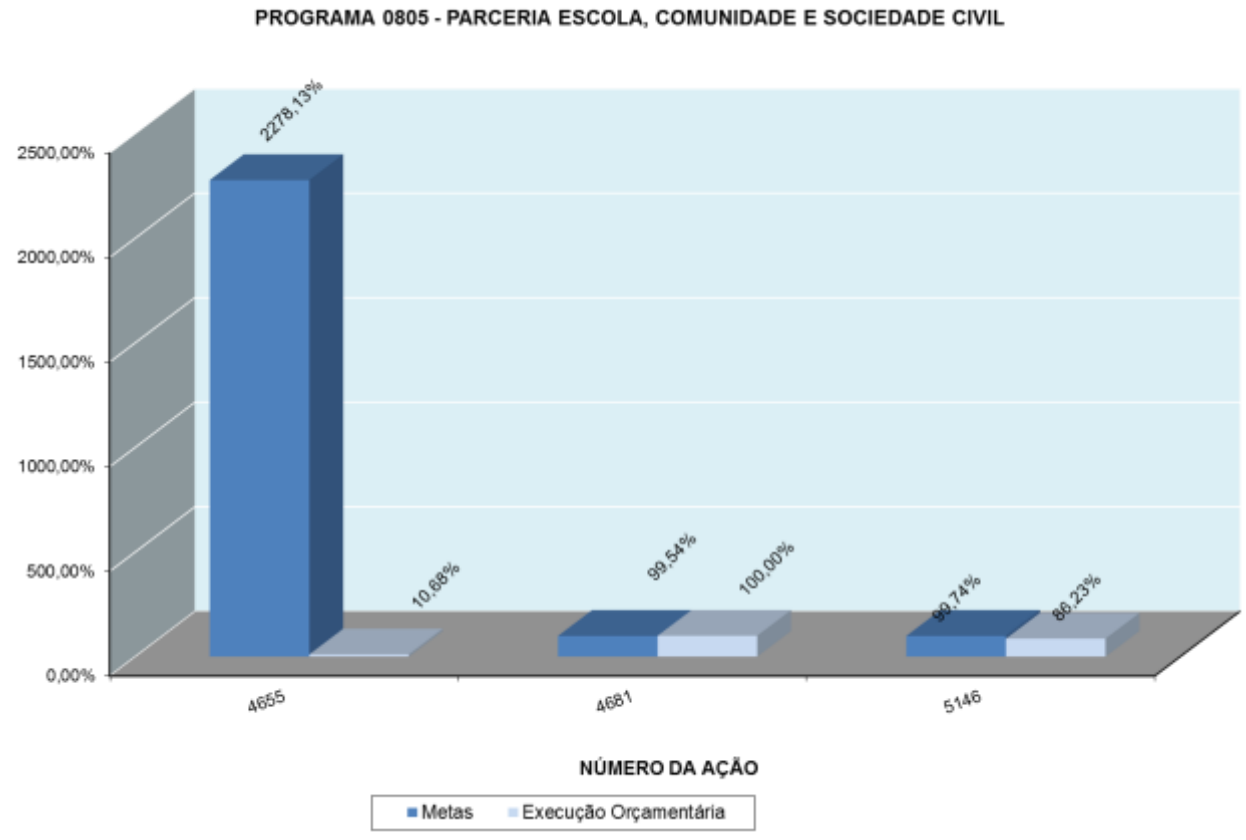


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
5156 - ATENDIMENTO ESPECIALIZADO ALUNOS EDUCACAO BAS		NÃO
5743 - LER E ESCREVER		NÃO
5745 - ATENDIMENTO A JOVENS E ADULTOS NA EDUCACAO		NÃO
5998 - CENTROS DE ESTUDOS DE LINGUAS - CEL'S	META PRATICAMENTE ATINGIDA (99,6%). OS 0,4 PONTOS PERCENTUAIS FALTANTES SE DEVEM, SOBRETUDO, À EVASÃO ESCOLAR EM TODOS OS IDIOMAS OFERECIDOS NOS CEL´S.	NÃO
6136 - EDUCACAO INTEGRAL		NÃO
6168 - PROV.DE MAT.DID.E APOIO PED.P/ED.BASICA	FORAM CUMPRIDOS 73,6% DA META. A PRINCIPAL EXPLICAÇÃO PARA SEU NÃO ATINGIMENTO RESIDE NA EVASÃO ESCOLAR, DE APROXIMADAMENTE 5%, EM RELAÇÃO À MATRÍCULA INICIAL, DECORRENTE DE MOTIVOS TAIS COMO TRANSFERÊNCIA DE MORADIA OU DE REDE DE ENSINO (ESTADUAL PARA MUNICIPAL OU PRIVADA). A DEFASAGEM TEMPORAL ENTRE A ESTIMATIVA DA DEMANDA E A DEFINIÇÃO DA META TAMBÉM CONTRIBUIU PARA TAL DIVERGÊNCIA.	NÃO
6169 - IMPL.DE CUR.ADEQ. A CADA ET.DO ENS.		NÃO
6170 - REMUN.E ENC.DOS PROF.MAG. ED.BAS.FUNDEB		NÃO
6171 - REMUN.E ENC.DOS SERV.ED.BAS FUNDEB (QAE)	A META FOI PRATICAMENTE ATINGIDA, UMA VEZ QUE CUMPRIU 93,4% DO PREVISTO. OS 6,6 PONTOS PERCENTUAIS FALTANTES DEVEM-SE, BASICAMENTE, À MOVIMENTAÇÃO DE PESSOAL (APOSENTADORIAS E LICENÇAS).	NÃO

PROGRAMA 0805 – PARCERIA ESCOLA, COMUNIDADE E SOCIEDADE CIVIL

OBJETIVO: PROMOVER PARCERIAS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO, TENDO COMO BASE A MATRIZ CURRICULAR INTEGRANDO ESCOLAS, COMUNIDADES E, OS DIVERSOS SEGMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL, ESPECIALMENTE AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, PARA A EXECUÇÃO DE PROJETOS QUE CONCORRAM PARA A REDUÇÃO DAS VULNERABILIDADES DAS COMUNIDADES INTRA E EXTRAESCOLARES, E PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
4655 - ACOES PREVENCAO E PROTECAO NAS ESCOLAS	1.748.800,00	186.741,57	186.741,57	122.131,94	11%	ENCONTROS DE FORMAÇÃO DE EDUCADORES unidade	32	729	2278%
4681 - ACOES PROG. DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	276.544.648,00	276.544.647,79	276.544.647,79	276.544.647,79	100%	ASSOCIAÇÕES DE PAIS E MESTRES ATENDIDAS unidade	5.200	5.176	99,54%
5146 - ESCOLA DA FAMILIA	252.619.161,00	219.094.909,18	217.833.955,41	213.681.616,68	86%	ESCOLAS ABERTAS AOS FINAIS DE SEMANA unidade	2.338	2.332	99,74%
TOTAL	530.912.609,00	495.826.298,54	494.565.344,77	490.348.396,41	93%				

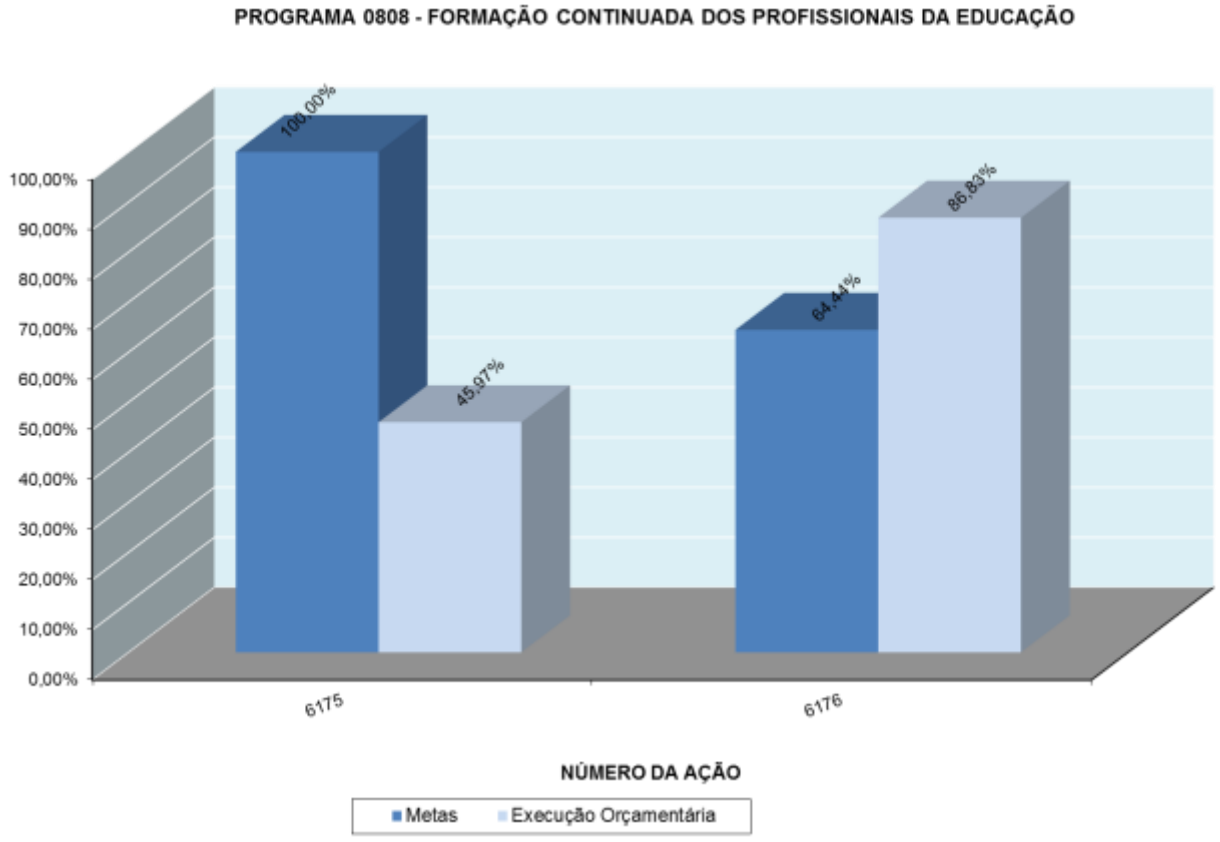


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
4655 - ACOES PREVENCAO E PROTECAO NAS ESCOLAS		NÃO
4681 - ACOES PROG. DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE	META PRATICAMENTE ATINGIDA (99,5%). A PEQUENA DIVERGÊNCIA REGISTRADA REFLETE DIFICULDADES JURÍDICAS OU ADMINISTRATIVAS DE POUCAS ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES (APMS), QUE AS MPEDIRAM DE RECEBER OS RECURSOS DO FNDE.	NÃO
5146 - ESCOLA DA FAMILIA	META PRATICAMENTE ATINGIDA (99,7%). A PEQUENA DIVERGÊNCIA REFLETE A PRÓPRIA NATUREZA DA AÇÃO, DEPENDENTE DA DEMANDA, QUE É VARIÁVEL, DOS RESIDENTES NO ENTORNO DAS ESCOLAS. EM SETEMBRO, QUANDO A DEMANDA ATINGIU 2.338 ESCOLAS, TODAS OFERECERAM OS SERVIÇOS, CONFORME O PREVISTO.	NÃO

PROGRAMA 0808 – FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

OBJETIVO: DESENVOLVER AS COMPETÊNCIAS E VALORIZAR OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, GARANTINDO A MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E A VIABILIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NO USO DE METODOLOGIAS VOLTADAS PARA PRÁTICAS INOVADORAS; ADOTAR PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO, COMO INSTRUMENTOS DE ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO DOCENTE E DO PERCURSO DO ALUNO, SEUS AVANÇOS E DIFICULDADES, PARA REDIRECIONAR AS AÇÕES PEDAGÓGICAS.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
6175 - FORMACAO CONTINUADA DOS PROFIS. DA EDUC.	133.340.893	61.296.964	61.296.964	54.330.081	45,97%	PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO CAPACITADOS %	60	60	100,00%
6176 - PROM.DE ACOES A QUALID.VIDA DOS PROF.DA EDUC.	26.324.928	22.858.352	22.858.352	18.834.908	86,83%	LAUDOS PERICIAIS EMITIDOS unidade	140.000	90.213	64,44%
Total	159.665.821	84.155.317	84.155.317	73.164.989	52,71%				

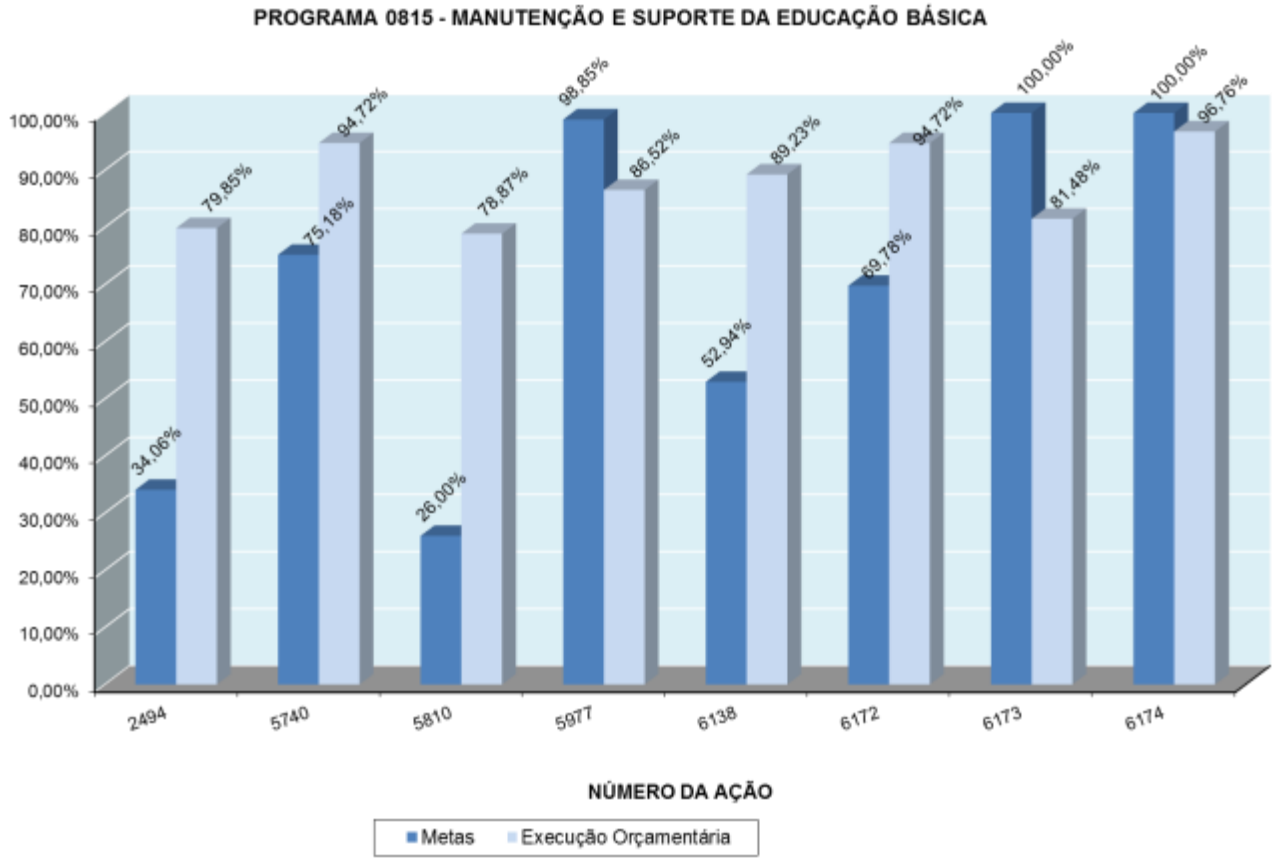


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
6175 - FORMACAO CONTINUADA DOS PROFIS. DA EDUC.		NÃO
6176 - PROM.DE ACOES A QUALID.VIDA DOS PROF.DA EDUC.	A META DESTA AÇÃO FOI REPROGRAMADA PARA 90.213 LAUDOS. AO LONGO DE 2014, FOI DESENVOLVIDA, COORDENADA, MONITORADA E EXECUTADA, TANTO FISICAMENTE, COMO FINANCEIRAMENTE SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 8009. POR ESTA RAZÃO, A UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 8001, NO MESMO PERÍODO ESTÁ NÃO APRESENTA META REALIZADA E EXECUÇÃO FINANCEIRA.	NÃO

PROGRAMA 0815 – MANUTENÇÃO E SUPORTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

OBJETIVO: IMPLEMENTAR MODELOS DE GESTÃO NAS ESCOLAS, DIRETORIAS DE ENSINO E ÓRGÃOS CENTRAIS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, QUE GARANTAM O SUPORTE ADEQUADO À REDE ESCOLAR PARA ASSEGURAR A MELHORIA DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM E AVALIAR RESULTADOS DA PARCERIA ESTADO - MUNICÍPIO.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
2494 - CONSTRUCAO E AMPLIACAO DA REDE FISICA ESCOLAR	1.688.687.142	1.348.409.291	1.348.409.291	1.319.589.164	79,85%	PROJETOS E OBRAS REALIZADOS unidade	2.942	1.002	34,06%
5740 - TRANSPORTE DE ALUNOS DA EDUCACAO BASICA	1.290.348.876	1.222.262.882	1.222.262.882	1.137.243.267	94,72%	ALUNOS TRANSPORTADOS unidade	603.002	453.349	75,18%
5810 - ACAO COOP, ESTADO-MUNICIPIO CONSTR. ESCOLARES	96.742.454	76.299.071	76.299.071	69.897.531	78,87%	OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA REALIZADOS NAS ESCOLAS unidade	200	52	26,00%
5977 - ACESSA ESCOLA	57.258.834	49.541.800	49.541.800	43.879.952	86,52%	ESCOLAS ATENDIDAS unidade	4.177	4.129	98,85%
6138 - CONSER., MANUT. E REPAR EM PREDIOS ESCOLARES	73.437.478	65.531.537	65.531.537	61.229.119	89,23%	ESCOLAS ATENDIDAS COM REFORMAS E MANUTENÇÃO unidade	5.200	2.753	52,94%
6172 - FORNEC.DE ALIM.ESC.ALUNOS EDUC.BASICA	723.771.853	685.549.581	685.549.581	609.533.553	94,72%	ALUNOS ATENDIDOS unidade	4.383.648	3.058.742	69,78%
6173 - MODERN.E MANUT.TECN.NAS UNID.ESCOLARES	611.470.089	498.227.817	498.227.817	461.261.618	81,48%	ESCOLAS ATENDIDAS unidade	5.045	5.045	100,00%
6174 - OPERACAO DA REDE DE ENSINO BASICO	833.156.957	806.130.281	806.130.281	695.673.118	96,76%	ESCOLAS ATENDIDAS unidade	5.045	5.045	100,00%
TOTAL	5.374.873.683	4.751.952.259	4.751.952.259	4.398.307.322	88,41%				



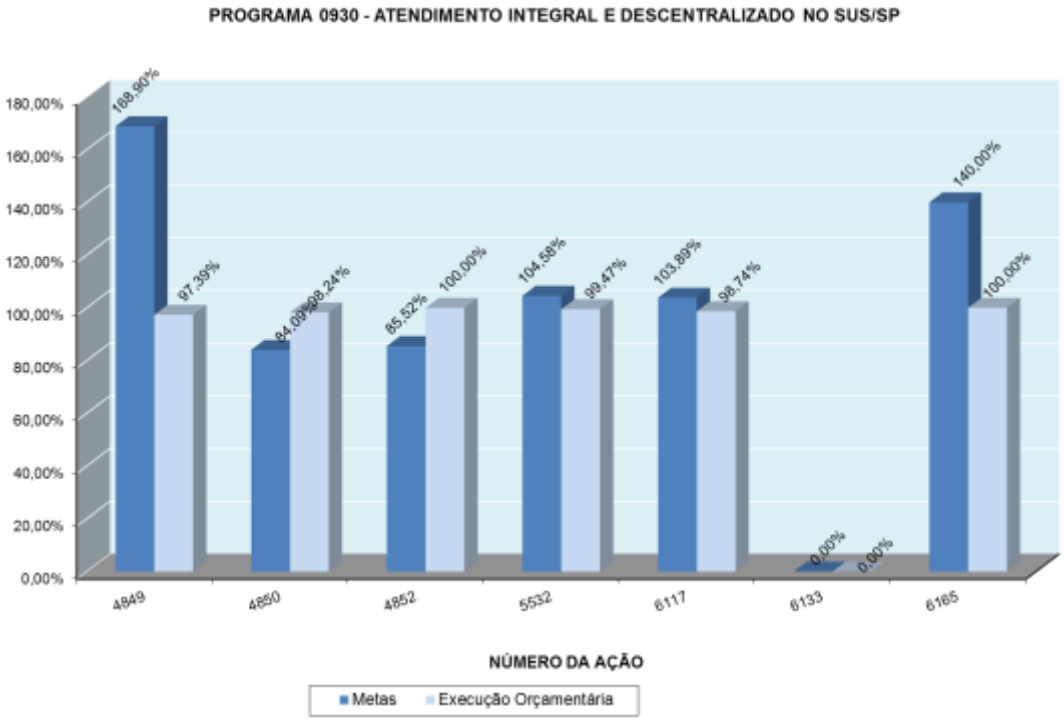
AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
2494 - CONSTRUCAO E AMPLIACAO DA REDE FISICA ESCOLAR	A META FOI CUMPRIDA EM APENAS 34,0%, EM BOA MEDIDA EM DECORRÊNCIA DA FORMA DE MENSURAR PRODUTOS E META DA AÇÃO. SUA ENTREGA DEPENDE DE OBRAS, CUJA EXECUÇÃO REQUER UMA SÉRIE DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E LEGAIS QUE, EM MUITOS CASOS, IMPLICAM QUE SUA FINALIZAÇÃO ULTRAPASSE O EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO. COMO A MEDIDA DESTA AÇÃO SÃO OBRAS REALIZADAS, NÃO SÃO COMPUTADAS AQUELAS QUE, AO FINAL DO EXERCÍCIO, ENCONTREM- SE NOS DIFERENTES ESTÁGIOS DE SUA EXECUÇÃO.	NÃO
5740 - TRANSPORTE DE ALUNOS DA EDUCACAO BASICA	A META FOI CUMPRIDA EM 75,2%. RESSALTE-SE QUE 100% DOS ALUNOS QUE O SOLICITARAM O SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR FORAM ATENDIDOS. A DIVERGÊNCIA DE 24,8% REFLETE, PORTANTO, A REDUÇÃO DA DEMANDA POR ESSE SERVIÇO. AS OBRAS REALIZADAS DE CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO OU ADEQUAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES REDUZIRAM A NECESSIDADE DO TRANSPORTE ESCOLAR, VEZ QUE CONTRIBUÍRAM PARA APROXIMAR FISICAMENTE ALUNO E ESCOLA.	NÃO
5810 - ACAO COOP, ESTADO-MUNICIPIO CONSTR. ESCOLARES	A META FOI CUMPRIDA EM APENAS 26,0%, EM BOA MEDIDA EM DECORRÊNCIA DA FORMA DE MENSURAR PRODUTOS E META DA AÇÃO. SUA ENTREGA DEPENDE DE OBRAS, CUJA EXECUÇÃO REQUER UMA SÉRIE DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E LEGAIS QUE, EM MUITOS CASOS, IMPLICAM QUE SUA FINALIZAÇÃO ULTRAPASSE O EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO. COMO A MEDIDA DESTA AÇÃO SÃO OBRAS REALIZADAS, NÃO SÃO COMPUTADAS AQUELAS QUE, AO FINAL DO EXERCÍCIO, ENCONTREM- SE EM ESTÁGIOS INTERMEDIÁRIOS DE SUA EXECUÇÃO.	NÃO
5977 - ACESSA ESCOLA	META PRATICAMENTE ATINGIDA (98,8%). A PEQUENA DIVERGÊNCIA DEVEU-SE, PRINCIPALMENTE, A CARÊNCIAS DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA EM DETERMINADAS UNIDADES, COMO BAIXA BANDA DE INTERNET, QUE IMPEDIRAM A IMPLANTAÇÃO DA AÇÃO.	NÃO
6138 - CONSER., MANUT. E REPAR EM PREDIOS ESCOLARES	A META FOI CUMPRIDA EM 52,9%. TAL DISCREPÂNCIA SE JUSTIFICA PELO CARÁTER PRUDENCIAL DESSA META, QUE ADMITE A HIPÓTESE DE QUE TODAS AS 5.200 UNIDADES ESCOLARES POSSAM REQUERER MANUTENÇÃO E REPAROS, NO MESMO EXERCÍCIO. SUA EXECUÇÃO, NO ENTANTO, DEPENDE DA DEMANDA DAS ESCOLAS, QUE SE DÁ QUANDO OCORREM PROBLEMAS QUE REQUEIRAM INTERVENÇÕES DESSA NATUREZA. PORTANTO, A DISCREPÂNCIA DE 47,1 PONTOS PERCENTUAIS REFLETE O FATO DE QUE TAIS PROBLEMAS SÓ OCORRERAM EM PARTE (2.753) DAS UNIDADES DA REDE, QUE FORAM PLENAMENTE ATENDIDAS.	NÃO

6172 - FORNEC.DE ALIM.ESC.ALUNOS EDUC.BASICA	A META FOI CUMPRIDA EM 69,8% E ABRANGE OS ALUNOS ATENDIDOS PELOS SISTEMAS CENTRALIZADO E DESCENTRALIZADO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. NO DESCENTRALIZADO, É COMPUTADO O NÚMERO DE ALUNOS DO CENSO MEC, POIS ESTE É O PARÂMETRO UTILIZADO PARA O REPASSE DE RECURSOS. JÁ NO CASO DO SISTEMA CENTRALIZADO, A AÇÃO CONTABILIZA O NÚMERO DE ALUNOS QUE EFETIVAMENTE CONSOMEM A MERENDA (COMENSAIS). CONTUDO A SEE ENVIDA ESFORÇOS PARA AUMENTAR A ACEITABILIDADE E CONSUMO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PELOS ALUNOS, A FIM DE APRIMORAR OS RESULTADOS DA AÇÃO.	SIM
6173 - MODERN.E MANUT.TECN.NAS UNID.ESCOLARES		NÃO
6174 - OPERACAO DA REDE DE ENSINO BASICO		NÃO

PROGRAMA 0930 – ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS/SP

OBJETIVO: ASSEGURAR O ATENDIMENTO INTEGRAL À SAÚDE COM EQUIDADE E RESOLUTIVIDADE.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA – 2014	REALIZAÇÃO	%
4849 – APOIO FINANCEIRO ENT.FILANTROPICAS MUNICIPAIS	2.256.346.163	2.197.414.641	2.197.414.641	2.107.388.263	97,39%	CONVÊNIOS/TERMOS ADITIVOS/RESOLUÇÕES PUBLICADAS unidade	2.000	3.378	168,90%
4850 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL HOSPITALAR UNID.EST.	5.577.999.600	5.480.029.139	5.480.029.139	4.595.493.179	98,24%	ATENDIMENTOS REALIZADOS unidade	9.073.677	7.629.632	84,09%
4852 – ATEND. AMBUL. HOSPITALAR POR ORG.SOCIAIS	3.833.630.588	3.833.629.786	3.833.629.786	3.830.580.229	100,00%	ATENDIMENTOS REALIZADOS unidade	9.610.715	8.219.490	85,52%
5532 – ATEND.AMB.HOSP.SERV.CONTR./CONV.GEST.ESTADUAL	2.897.469.310	2.882.168.035	2.882.168.035	2.818.506.824	99,47%	ATENDIMENTOS REALIZADOS unidade	7.800.000	8.157.577	104,58%
6117 – ASSISTENCIA FARMACEUTICA ESPECIALIZADA	1.442.434.870	1.424.197.652	1.424.197.652	1.315.847.484	98,74%	PACIENTES CADASTRADOS ATENDIDOS %	82	85,19	103,89%
6133 – MAE PAULISTA	-	-	-	-	#DIV/0!	KITS DISTRIBUÍDOS unidade	90		0,00%
6165 – ATEND. DESCENTRALIZADO A SAUDE POP.PRISIONAL	15.000.000	15.000.000	15.000.000	14.136.300	100,00%	MUNICÍPIOS PARTICIPANTES unidade	25	35	140%
TOTAL	16.022.881.531	15.832.439.252	15.832.439.252	14.681.952.279	98,81%				

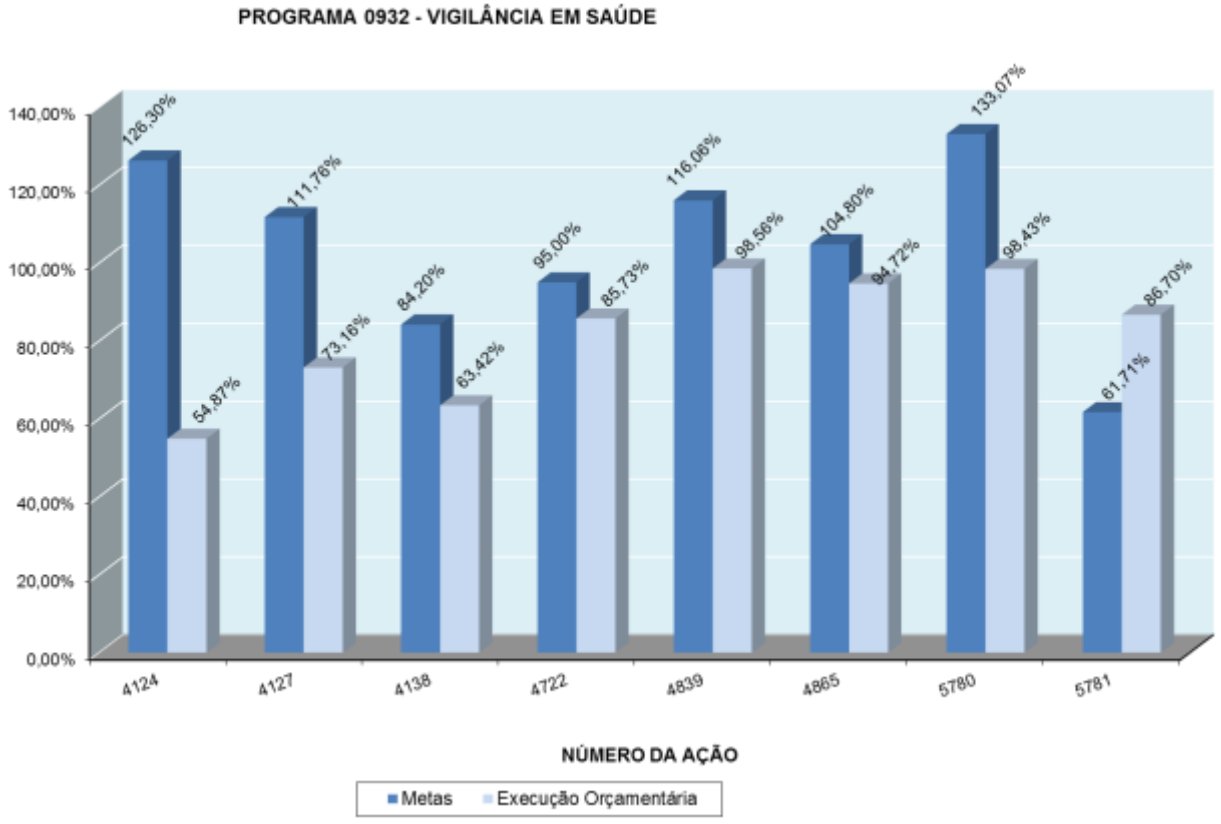


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
4849 - APOIO FINANCEIRO ENT.FILANTROPICAS MUNICIPAIS		NÃO
4850 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL HOSPITALAR UNID.EST.	META CUMPRIDA EM 84,1%. A DISCREPÂNCIA DE 15,9% REFLETIU TANTO A ELEVAÇÃO DO ABSENTEÍSMO NAS CONSULTAS QUANTO O MENOR NÚMERO DE DIAS ÚTEIS PARA ATENDIMENTO.	NÃO
4852 - ATEND. AMBUL. HOSPITALAR POR ORG.SOCIAIS	META CUMPRIDA EM 85,5%. A DISCREPÂNCIA DE 14,5% REFLETIU TANTO A ELEVAÇÃO DO ABSENTEÍSMO NAS CONSULTAS QUANTO O MENOR NÚMERO DE DIAS ÚTEIS PARA ATENDIMENTO.	NÃO
5532 - ATEND.AMB.HOSP.SERV.CONTR./CONV.GEST.ESTADUAL		NÃO
6117 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA ESPECIALIZADA		NÃO
6133 - MAE PAULISTA	AÇÃO NÃO EXECUTADA DEVIDO A QUESTIONAMENTOS LEGAIS DA CONSULTORIA JURÍDICA DA SECRETARIA DA SAÚDE. SEUS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS FORAM REALOCADOS PARA A AÇÃO 4850 – ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA /INDIRETA, QUE ENGLOBA ATENDIMENTO MATERNO-INFANTIL	NÃO
6165 - ATEND. DESCENTRALIZADO A SAUDE POP.PRISIONAL		NÃO

PROGRAMA 0932 – VIGILÂNCIA EM SAÚDE

OBJETIVO: INTEGRAR E CONSOLIDAR O PAPEL DO GESTOR ESTADUAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS NA OPERAÇÃO, SUPERVISÃO,AVALIAÇÃO, MONITORAMENTO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
4124 - CAMPANHAS DE VACINACAO	3.344.875	1.835.295	1.835.295	870.760	54,87%	DOSES APLICADAS unidade	11.140.000	14.070.045	126,30%
4127 - ACOES DE VIGILANCIA SANITARIA E AMBIENTAL	4.762.268	3.484.021	3.484.021	2.048.428	73,16%	PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS PRODUZINDO RELATÓRIOS %	85	95	111,76%
4138 - EXAMES LABORATORIO INTERESSE SAUDE PUBLICA	23.474.524	14.887.809	14.887.809	8.047.159	63,42%	EXAMES REALIZADOS unidade	1.100.000	926.214	84,20%
4722 - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	43.290.483	37.113.276	37.113.276	20.128.084	85,73%	PROPORÇÃO DE CASOS NOTIFICADOS/INVESTIGADOS %	92	87,4	95,00%
4839 - CONTROLE DE DOENCAS TRANSMITIDAS POR VETORES	66.197.781	65.244.783	65.244.783	53.582.419	98,56%	AÇÕES REALIZADAS unidade	1.031.000	1.196.540	116,06%
4865 - EPIDEMIOLOGIA E INFORMACAO EM CANCER	7.341.150	6.953.304	6.953.304	6.509.346	94,72%	CASOS NOVOS DE CÂNCER REGISTRADOS unidade	46.000	48.206	104,80%
5780 - VACINACAO DE ROTINA	5.450.010	5.364.668	5.364.668	2.840.597	98,43%	DOSES APLICADAS unidade	16.800.000	22.356.400	133,07%
5781 - CAMPANHA DE VACINACAO ANIMAL	662.498	574.417	574.417	570.117	86,70%	DOSES APLICADAS unidade	6.000.000	3.702.779	61,71%
Total	154.523.589	135.457.574	135.457.574	94.596.910	87,66%				

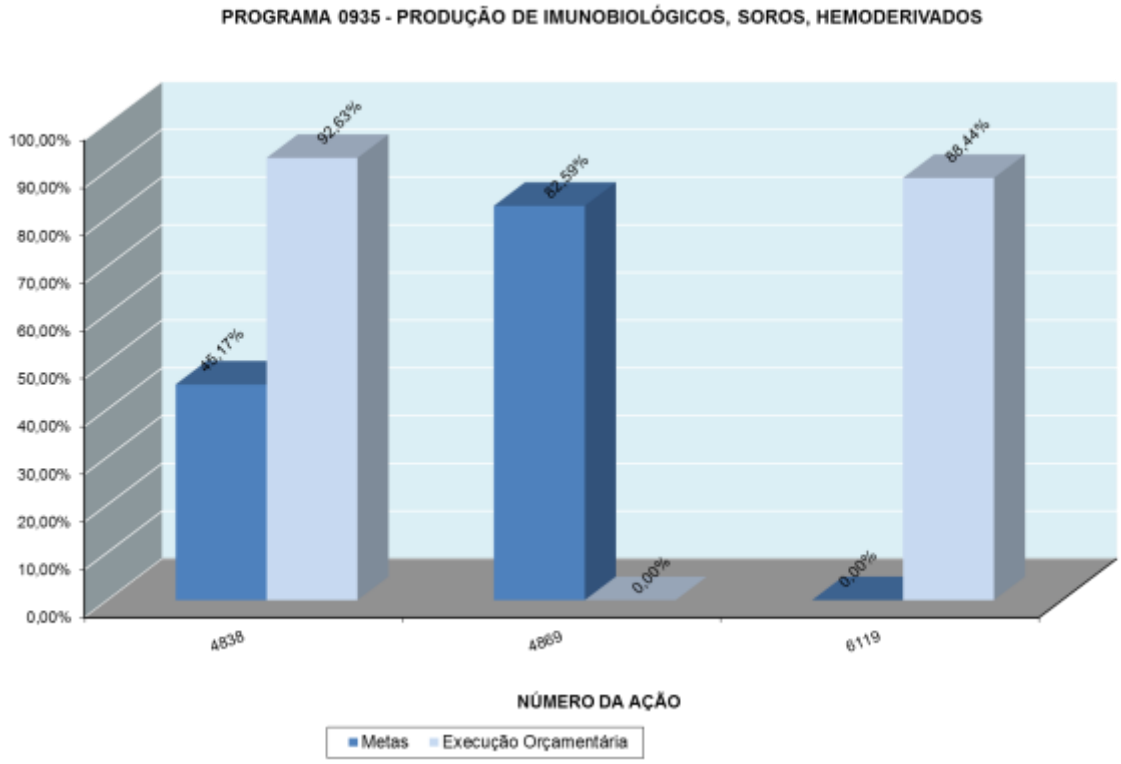


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
4124 - CAMPANHAS DE VACINACAO		NÃO
4127 - ACOES DE VIGILANCIA SANITARIA E AMBIENTAL		NÃO
4138 - EXAMES LABORATORIO INTERESSE SAUDE PUBLICA	A META FOI CUMPRIDA EM 84,2%. OS 15,8 PONTOS PERCENTUAIS FALTANTES DEVEU-SE À MUDANÇA NA FORMA DE FINANCIAMENTO DESSES PROCEDIMENTOS PELO SUS, QUE PASSOU A FAZÊ-LO DIRETAMENTE AOS MUNICÍPIOS. ISSO LEVOU À DESCENTRALIZAÇÃO PARCIAL DA REALIZAÇÃO DE EXAMES, ATÉ ENTÃO CONCENTRADOS NO INSTITUTO ADOLFO LUTZ.	NÃO
4722 - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	A META FOI PRATICAMENTE ATINGIDA (95%,0%). ESSA PEQUENA DIVERGÊNCIA REFLETE O FATO DE A NOTIFICAÇÃO DE PARTE DOS CASOS OCORRIDOS NOS MESES FINAIS DE UM EXERCÍCIO SÓ SEREM CONTABILIZADOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE, O QUE IMPEDIU A INCLUSÃO DE TODOS ELES NO INDICADOR DE 2014.	NÃO
4839 - CONTROLE DE DOENCAS TRANSMITIDAS POR VETORES		NÃO
4865 - EPIDEMIOLOGIA E INFORMACAO EM CANCER		NÃO
5780 - VACINACAO DE ROTINA		NÃO
5781 - CAMPANHA DE VACINACAO ANIMAL	A META FOI CUMPRIDA EM APENAS 61,7% (VALOR SUJEITO À ALTERAÇÃO, POIS AINDA NÃO FOI COMPLETADA A COLETA DE DADOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES). TAL SITUAÇÃO DEVEU-SE AO ATRASO NA ENTREGA DE VACINAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE. ISSO OBRIGOU OS MUNICÍPIOS A REPROGRAMAREM SUAS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO CONTRA A RAIVA CANINA E FELINA, PREJUDICANDO SUA DIVULGAÇÃO. EM CONSEQUÊNCIA, ALÉM DA BAIXA ADESÃO DA POPULAÇÃO E DO FRACO DESEMPENHO DOS MUNICÍPIOS NESSE PROCESSO, AQUELE ATRASO AINDA PREJUDICOU AS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO HUMANA, UMA VEZ QUE EM VÁRIOS MUNICÍPIOS EQUIPES E INFRAESTRUTURA TIVERAM QUE SER COMPARTILHADOS PELAS DUAS AÇÕES.	NÃO

PROGRAMA 0935 – PRODUÇÃO DE IMUNOBIOLÓGICOS, SOROS, HEMODERIVADOS E MEDICAMENTOS

OBJETIVO: DESENVOLVER TECNOLOGIA DE PRODUÇÃO E IMPLANTAÇÃO INDUSTRIAL. CONTRIBUIR PARA A MELHORIA DOS PADRÕES DE SAÚDE PÚBLICA, PRODUZINDO BIOFARMACOS E IMUNOBIOLÓGICOS CAPAZES DE ATENDER A DEMANDA GERADA PELO DO PAÍS.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
4838 - FABRICACAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS	424.385.767	393.105.911	393.105.911	288.479.763	92,63%	MEDICAMENTOS PRODUZIDOS unidade	2.310.000.000	1.043.473.696	45,17%
4869 - PRODUCAO DE VACINAS	53.950	0	0	0	0,00%	DOSES PRODUZIDAS unidade	91.500.000	75.568.627	82,59%
6119 - PRODUCAO DE SOROS	3.533.590	3.125.244	3.125.244	1.577.346	88,44%	AMPOLAS DE SOROS PRODUZIDAS unidade	430.000		0,00%
TOTAL	427.973.307	396.231.155	396.231.155	290.057.109	92,58%				

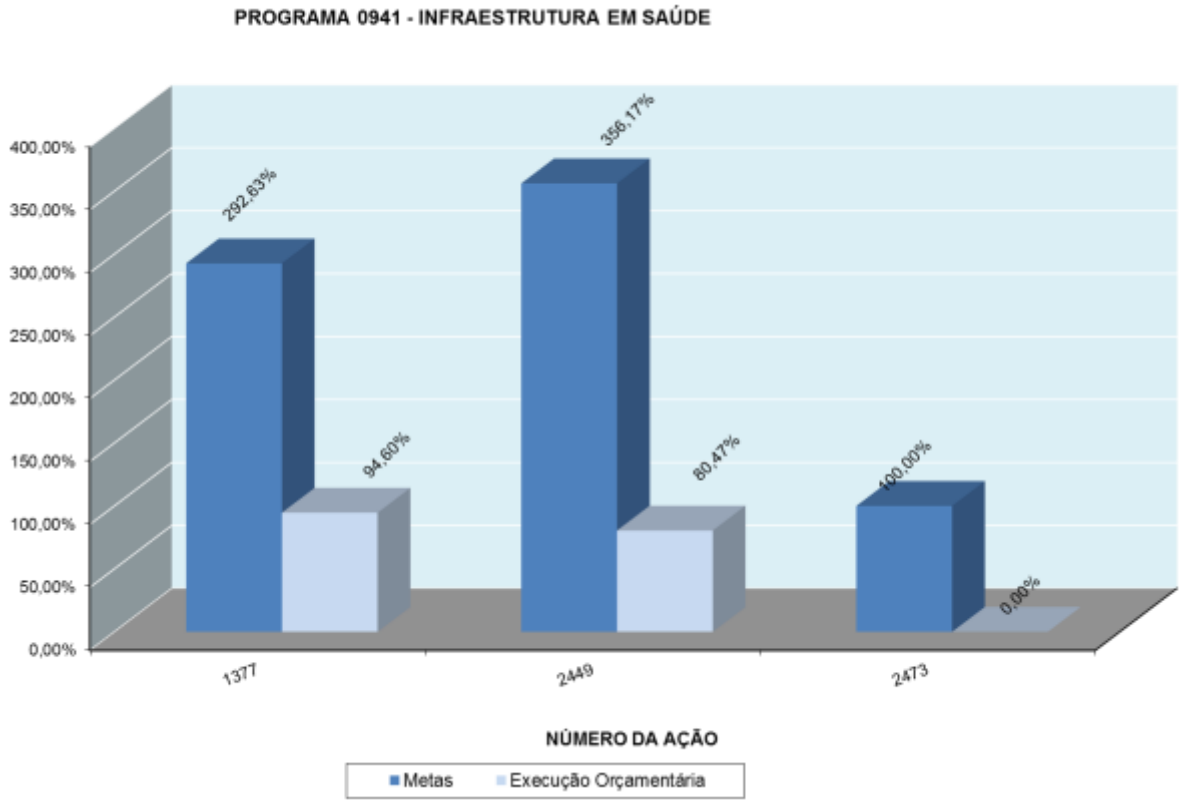


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
4838 - FABRICACAO E DISTRIBUICAO DE MEDICAMENTOS	A META FOI CUMPRIDA EM APENAS 45,2%. ESTE DESEMPENHO SE JUSTIFICA PELA INDISPONIBILIDADE DE MATÉRIA-PRIMA E PELO ATRASO DOS FORNECEDORES NA ENTREGA DE INSUMOS NECESSÁRIOS À PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS. ALÉM DISSO, O PLANO DE EXPANSÃO DA UNIDADE DE AMÉRICO BRASILIENSE AGUARDA REALIZAÇÃO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA.	NÃO
4869 - PRODUCAO DE VACINAS	A META SÓ FOI PARCIALMENTE ATINGIDA (82,6%) PORQUE O MINISTÉRIO DA SAÚDE DECLINOU DA ASSINATURA DE CONVÊNIO COM O INSTITUTO BUTANTAN PARA A PRODUÇÃO DE VACINAS CONTRA RAIVA E HEPATITE B.	NÃO
6119 - PRODUCAO DE SOROS	A AÇÃO NÃO FOI EXECUTADA PORQUE DEPENDE DE CONCLUSÃO DE OBRA NA ÁREA FABRIL, EXIGIDA PELA ANVISA, AINDA EM EXECUÇÃO.	NÃO

PROGRAMA 0941 – INFRAESTRUTURA EM SAÚDE

OBJETIVO: PROPORCIONAR MELHORIAS NA INFRAESTRUTURA FÍSICA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DAS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
1377 - CONSTRUCAO REF. AMPL. AREAS FISICAS SEC.SAUDE	266.127.401	251.757.650	251.757.650	233.531.706	94,60%	OBRAS REALIZADAS m²	36.550	106.957,34	292,63%
2449 - APARELHAMENTO/EQUIPAMENTOS UNID.ADM.DIR./IND.	186.592.752	150.155.081	150.155.081	118.296.156	80,47%	MÓVEIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES ADQUIRIDOS unidade	5.756	20.501	356,17%
2473 - APOIO A PPP PARA OBRAS DE UNID.HOSPITALARES	69.410.000	0	0	0	0,00%	CONTRATOS unidade	1	1	100%
TOTAL	522.130.153	401.912.731	401.912.731	351.827.861	77%				

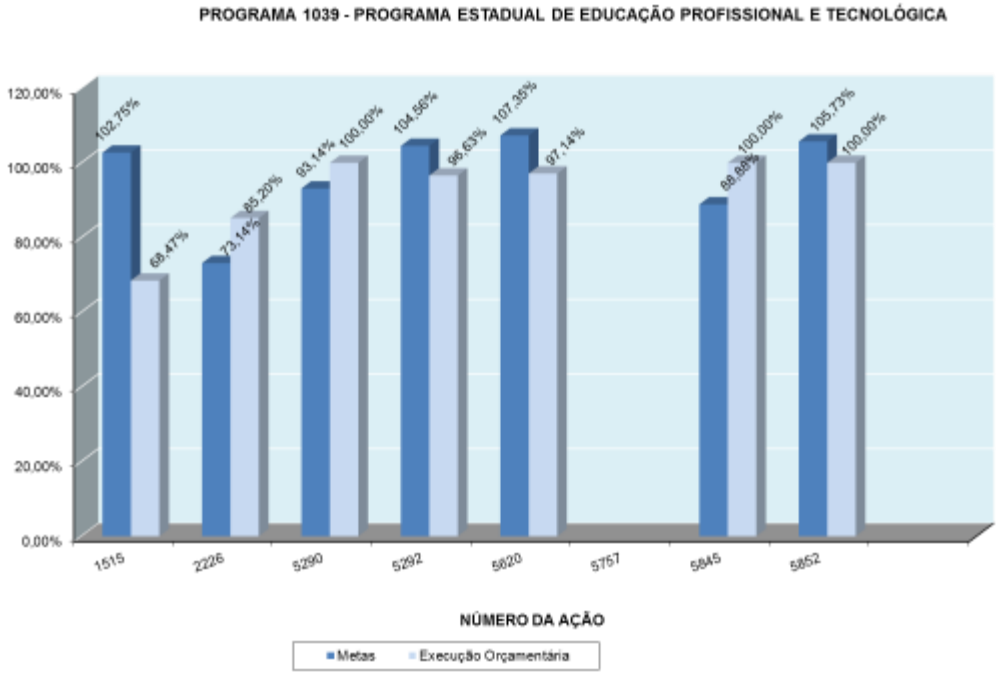


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
1377 - CONSTRUCAO REF. AMPL. AREAS FISICAS SEC.SAUDE		NÃO
2449 - APARELHAMENTO/EQUIPAMENTOS UNID.ADM.DIR./IND.		NÃO
2473 - APOIO A PPP PARA OBRAS DE UNID.HOSPITALARES		NÃO

PROGRAMA 1039 – PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

OBJETIVO: MANTER E AMPLIAR A OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM TODAS AS SUAS MODALIDADES, ATENDENDO À DEMANDA CRESCENTE POR MÃO DE OBRA QUALIFICADA DOS DIVERSOS SETORES ECONÔMICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA – 2014	REALIZAÇÃO	%
1515 – EXPANSAO DA EDUCACAO PROFISSIONAL TECNOLOGICA	97.537.774	66.781.210	66.781.210	44.764.262	68,47%	MATRICULAS AMPLIADAS unidade	6.000	6.165	102,75%
2226 – EXPANSAO DA EDUCACAO PROFISSIONAL TECNICA	124.816.792	106.343.254	106.343.254	48.418.801	85,20%	MATRÍCULAS AMPLIADAS unidade	2.960	2.165	73,14%
5290 – DESENVOLV. EDUCACAO PROFISSIONAL TECNOLOGICA	24.273.987	24.273.987	24.273.987	15.857.561	100,00%	ALUNOS MATRICULADOS unidade	76.000	70.789	93,14%
5292 – DESENVOLVIMENTO EDUCACAO PROFISSIONAL TECNICA	1.498.577.758	1.448.021.199	1.448.021.199	1.197.070.065	96,63%	ALUNOS MATRICULADOS unidade	177.040	185.107	104,56%
5620 – CAPACITACAO DO PESSOAL DOCENTE,TECNICO E ADM.	674.419	655.140	655.140	581.049	97,14%	DOCENTES E FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS CAPACITADOS unidade	9.030	9.694	107,35%
5757– REMUNERAÇÃO E ENCARGOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO – ENSINO MÉDIO – FUNDEB						PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO BENEFICIADOS unidade	–	4.576	–
5845 – FORMACAO INICIAL E CONTINUADA/QUALIF.PROFIS.	451.432	451.432	451.432	225.816	100,00%	NÚMERO DE MATRÍCULAS unidade	52.560	46.715	88,88%
°5852 – DESENVOLVIMENTO ENS. MEDIO-CENTRO PAULA SOUZA	168.262.539	168.262.538	168.262.538	150.737.641	1	ALUNOS MATRICULADOS unidade	40.000	42.293	105,73%
TOTAL	1.914.594.701	1.814.788.760	1.814.788.760	1.457.655.194	94,79%				

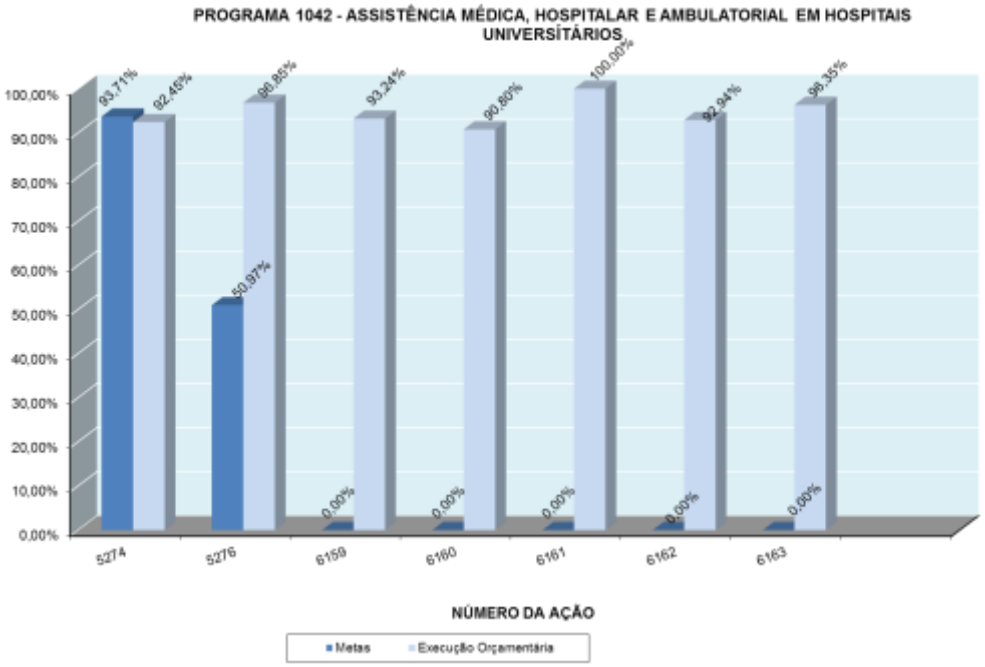


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
1515 - EXPANSAO DA EDUCACAO PROFISSIONAL TECNOLOGICA	CONSTATA-SE A EXECUÇÃO DE 73,14% DA META ORÇADA. O NÃO ATINGIMENTO DA META ORÇADA DECORRE, PRINCIPALMENTE, QUE ALGUMAS VAGAS OFERECIDAS NÃO ATINGIRAM O ÍNDICE PARA A REALIZAÇÃO DO VESTIBULINHO. TAMBÉM, VALE RESSALTAR QUE REFERENTE AS AÇÕES 2226 (EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA) E AÇÃO 5292 (MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA), OCORREU UMA REDUÇÃO NO NÚMERO DE MATRÍCULAS REFERENTE AO 2° SEMESTRE, QUE SE JUSTIFICA PRINCIPALMENTE, PELA INTRODUÇÃO, NO 1° SEMESTRE, DO ENSINO TÉCNICO INTEGRADO AO MÉDIO, QUE ABSORVE DOIS PERÍODOS LETIVOS (MANHÃ E TARDE), OCASIONANDO UMA DIMINUIÇÃO NA OFERTA DE VAGAS, RELACIONADA AO AUMENTO DA PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NAS UNIDADES DE ENSINO. O CEETEPS ENCERROU O ANO DE 2014 COM 218 ETECS.	NÃO
2226 - EXPANSAO DA EDUCACAO PROFISSIONAL TECNICA	CONSTATA-SE A EXECUÇÃO DE 93,14% DA META ORÇADA. O NÃO ATINGIMENTO DA META DECORRE, PRINCIPALMENTE, DA NÃO ABERTURA DOS CURSOS EM FORMATO EAD, INICIALMENTE PREVISTO, NO PERÍODO. O CEETEPS ENCERROU 2014 COM 63 FATECS.	NÃO
5290 - DESENVOLV. EDUCACAO PROFISSIONAL TECNOLOGICA		NÃO
5292 - DESENVOLVIMENTO EDUCACAO PROFISSIONAL TECNICA		NÃO
5620 - CAPACITACAO DO PESSOAL DOCENTE,TECNICO E ADM.		NÃO
5757- REMUNERAÇÃO E ENCARGOS DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO - ENSINO MÉDIO - FUNDEB	CONSTATOU-SE A EXECUÇÃO DE 88,88% DA META ORÇADA. O NÃO ATINGIMENTO DA META, OCORRE PORQUE A EXECUÇÃO DAS METAS DESTA AÇÃO DEPENDE DE OUTROS ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES QUE FIRMAM CONTRATOS E CONVÊNIOS COM A UNIDADE DE FORMAÇÃO INICIAL E EDUCAÇÃO CONTINUADA DO CENTRO PAULA SOUZA, O QUE IMPOSSIBILITOU O CUMPRIMENTO DAS METAS NESTE PERÍODO.	NÃO
5845 - FORMACAO INICIAL E CONTINUADA/QUALIF.PROFIS.		NÃO
5852 - DESENVOLVIMENTO ENS. MEDIO-CENTRO PAULA SOUZA		NÃO

PROGRAMA: 1042 – ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL EM HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

OBJETIVO: PROMOVER A FORMAÇÃO DE PESSOAL QUALIFICADO NA ÁREA DE SAÚDE, EM NÍVEL DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO, CONCOMITANTEMENTE COM A PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL, MÉDICO-HOSPITALAR E ODONTOLÓGICA, E PROCEDIMENTOS HOSPITALARES DE ALTA COMPLEXIDADE.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
5274 - ASSISTENCIA MEDICA,HOSPITALAR E AMBULATORIAL	1.127.108.865	1.042.031.257	1.042.031.257	929.907.113	92,45%	INTERNAÇÕES unidade	100.000	93.713	93,71%
5276 - PROCEDIMENTOS ANOM.CRANIOFACIAIS DEF.AUDITIVA	102.450.907	99.221.891	99.221.891	82.873.048	96,85%	PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE ALTA COMPLEXIDADE REALIZADOS unidade	12.000	6.116	50,97%
6159 - ASSISTENCIA MEDICA, HOSP. E AMB. HOSP. DA USP	389.554.004	363.233.656	363.233.656	268.260.987	93,24%	Internações (unidade)	18.000		-
6160 - ASSISTENCIA MEDICA, HOSP. E AMB. HOSP.UNICAMP	426.584.852	387.335.789	387.335.789	349.926.196	90,80%	Internações (unidade)	22.000		-
6161 - ASSISTENCIA MEDICA, HOSP. E AMB. HOSP. UNESP	12.854.729	12.854.729	12.854.729	12.854.729	100,00%	Internações (unidade)	20.000		-
6162 - ASSISTENCIA MEDICA, HOSP. AMB. HOSP. FAMEMA	69.719.308	64.796.363	64.796.363	53.173.349	92,93%	Internações (unidade)	10.000		-
6163 - ASSISTENCIA MEDICA, HOSP. AMB. HOSP. FAMERP	41.713.346	40.191.321	40.191.321	28.132.992	96,35%	CONVÊNIOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (Un.)	30.000		-
TOTAL	2.169.986.011	2.009.665.007	2.009.665.007	1.725.128.416	92,61%				



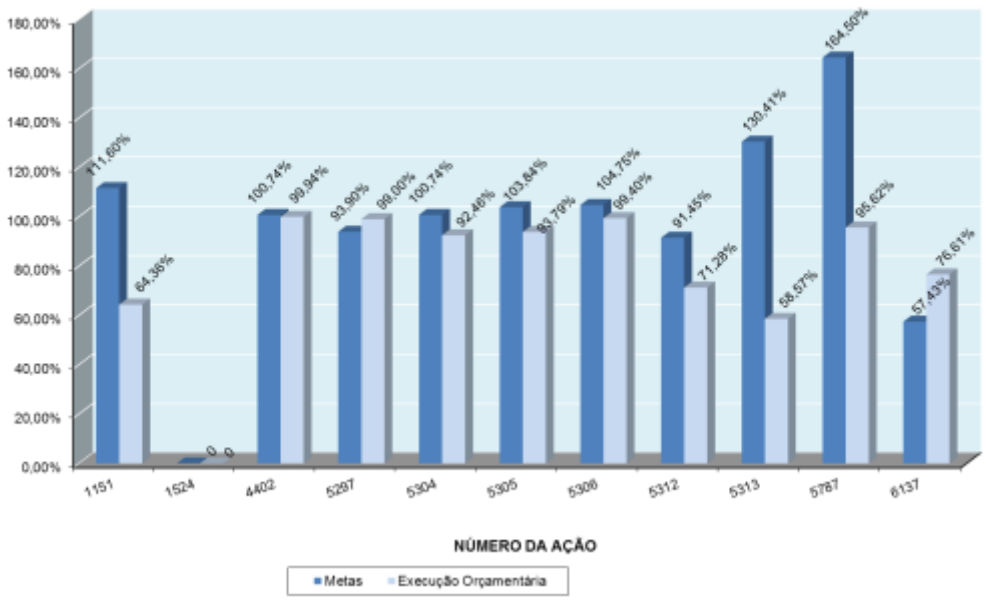
AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
5274 - ASSISTENCIA MEDICA,HOSPITALAR E AMBULATORIAL	A EXECUÇÃO FOI 93% DO PREVISTO POR CONTA DE FATORES EXTERNOS ÀS UNIDADES	NÃO
5276 - PROCEDIMENTOS ANOM.CRANIOFACIAIS DEF.AUDITIVA	POR SE TRATAR DE PROCEDIMENTOS DE ALTA COMPLEXIDADE APENAS 51% FOI EXECUTADO EM FUNÇÃO DE FATORES EXTERNOS À UNIDADE	NÃO
6159 - ASSISTENCIA MEDICA, HOSP. E AMB. HOSP. DA USP		NÃO
6160 - ASSISTENCIA MEDICA, HOSP. E AMB. HOSP.UNICAMP		NÃO
6161 - ASSISTENCIA MEDICA, HOSP. E AMB. HOSP. UNESP		NÃO
6162 - ASSISTENCIA MEDICA, HOSP. AMB. HOSP. FAMEMA		NÃO
6163 - ASSISTENCIA MEDICA, HOSP. AMB. HOSP. FAMERP		NÃO

PROGRAMA 1043 – ENSINO PÚBLICO SUPERIOR

OBJETIVO: MANTER E AMPLIAR A OFERTA DE VAGAS E CURSOS SUPERIORES EM ÁREAS ESTRATÉGICAS, BEM COMO, O SUPORTE À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, APERFEIÇOANDO CONSTANTEMENTE A QUALIDADE DA FORMAÇÃO EM GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
11510000 - ADEQUACAO ESTRUTURA FISICA UNIV. FAC.PUBLICAS	394.812.052	254.084.934	254.084.934	225.929.308	64,36%	INSTALAÇÕES ADEQUADAS m²	41.975	46.843	111,60%
1524- EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E DA PESQUISA	-	-	-	-	-	NOVAS VAGAS NO ENSINO DE GRADUAÇÃO unidade		75	-
44020000 - BOLSAS DE ESTUDOS PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	299.880	299.700	299.700	280.200	99,94%	BOLSAS PARA PROJETOS DE PESQUISA unidade	135	136	100,74%
52970000 - ATIVIDADES EM MUSEUS	57.117.720	56.547.054	56.547.054	45.648.659	99,00%	VISITANTES EM EXPOSIÇÕES E MOSTRAS DO ACERVO unidade	540.000	507.033	93,90%
53040000 - ENSINO GRADUACAO NAS UNIV. E FAC. ESTADUAIS	2.561.565.817	2.368.308.105	2.368.308.105	1.560.296.671	92,46%	ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO unidade	110.039	110.853	100,74%
53050000 - ENSINO POS-GRADUACAO PESQ. UNIV.FAC.ESTADUAIS	1.829.877.187	1.716.220.967	1.716.220.967	1.366.131.209	93,79%	ALUNOS MATRICULADOS NA PÓS-GRADUAÇÃO unidade	59.711	62.004	103,84%
53060000 - EXTENSAO UNIV.DIFUSAO CULT.SERV.COMUNIDADE	167.115.911	166.105.593	166.105.593	137.197.708	99,40%	ALUNOS MATRICULADOS unidade	39.000	40.854	104,75%
53120000 - RESTAURANTES UNIVERSITARIOS	16.849.128	12.009.810	12.009.810	10.285.044	71,28%	REFEIÇÕES SERVIDAS unidade	5.500.000	5.029.881	91,45%
53130000 - SERVICOS INFORMATIZACAO INST.ENSINO SUPERIOR	87.933.353	51.501.969	51.501.969	39.028.298	58,57%	MICROCOMPUTADORES MANTIDOS unidade	61.194	79.803	130,41%
57870000 - POLITICAS PERMANENCIA E FORMACAO ESTUDANTIL	12.638.171	12.084.662	12.084.662	9.552.412	95,62%	ALUNOS ATENDIDOS unidade	5.800	9.541	164,50%
61370000 - ENSINO GRADUACAO, POS E EXTENSAO A DISTANCIA	38.338.926	29.370.910	29.370.910	26.260.256	76,61%	ALUNOS MATRICULADOS/ANO unidade	11.640	6.685	57,43%

PROGRAMA 1043 - ENSINO PÚBLICO SUPERIOR

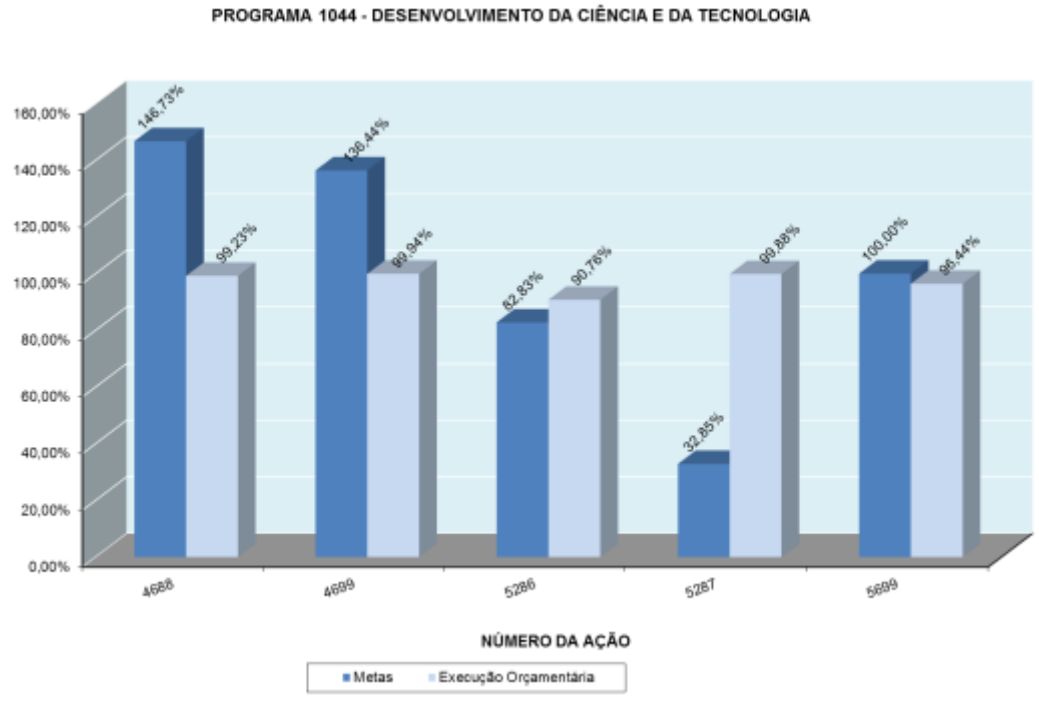


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
11510000 - ADEQUACAO ESTRUTURA FISICA UNIV. FAC.PUBLICAS		NÃO
1524- EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR E DA PESQUISA		NÃO
44020000 - BOLSAS DE ESTUDOS PESQUISA E DESENVOLVIMENTO		NÃO
52970000 - ATIVIDADES EM MUSEUS	O NÚMERO DE VISITANTES NOS MUSEUS DA USP FICOU ABAIXO DO PREVSITO DEVIDO AO FECHAMENTO DO MUSEU PAULISTA PARA CONTINUIDADE DAS OBRAS DE RESTAURO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DO PRÉDIO.	NÃO
53040000 - ENSINO GRADUACAO NAS UNIV. E FAC. ESTADUAIS		NÃO
53050000 - ENSINO POS-GRADUACAO PESQ. UNIV.FAC.ESTADUAIS		NÃO
53060000 - EXTENSAO UNIV.DIFUSAO CULT.SERV.COMUNIDADE		NÃO
53120000 - RESTAURANTES UNIVERSITARIOS	O NÚMERO DE REFEIÇÕES SERVIDAS NA USP FOI MENOR DO QUE O PREVISTO DEVIDO AO PERÍODO DE GREVE NA UNIVERSIDADE EM 2014.	NÃO
53130000 - SERVICOS INFORMATIZACAO INST.ENSINO SUPERIOR		NÃO
57870000 - POLITICAS PERMANENCIA E FORMACAO ESTUDANTIL		NÃO
61370000 - ENSINO GRADUACAO, POS E EXTENSAO A DISTANCIA		NÃO

PROGRAMA 1044 – DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

OBJETIVO: ATENDER À DEMANDA DE PESQUISADORES E BOLSISTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO EM TODAS AS ÁREAS DO CONHECIMENTO.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
4688 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO	511.441.702	507.490.536	507.490.536	452.969.711	99,23%	BOLSAS DE ESTUDOS unidade	7.900	11.592	146,73%
4699 - INOVACAO TECNOLOGICA	117.262.646	117.191.660	117.191.660	117.191.660	99,94%	AUXÍLIOS À PESQUISA unidade	236	322	136,44%
5286 - CONCESSAO DE AUXILIO A PESQUISA	456.180.709	414.043.975	414.043.975	395.029.218	90,76%	AUXÍLIOS À PESQUISA unidade	4.443	3.680	82,83%
5287 - PROGRAMACAO ESPECIAL	112.668.504	112.528.623	112.528.623	112.528.623	99,88%	AUXÍLIOS À PESQUISA unidade	1.300	427	32,85%
5699 - ADMINISTRACAO DA FAPESP	72.958.640	70.362.795	70.362.795	63.161.635	96,44%	UNIDADE ADMINISTRADA unidade	1	1	100%
TOTAL	1.270.512.201	1.221.617.588	1.221.617.588	1.140.880.846	96,15%				

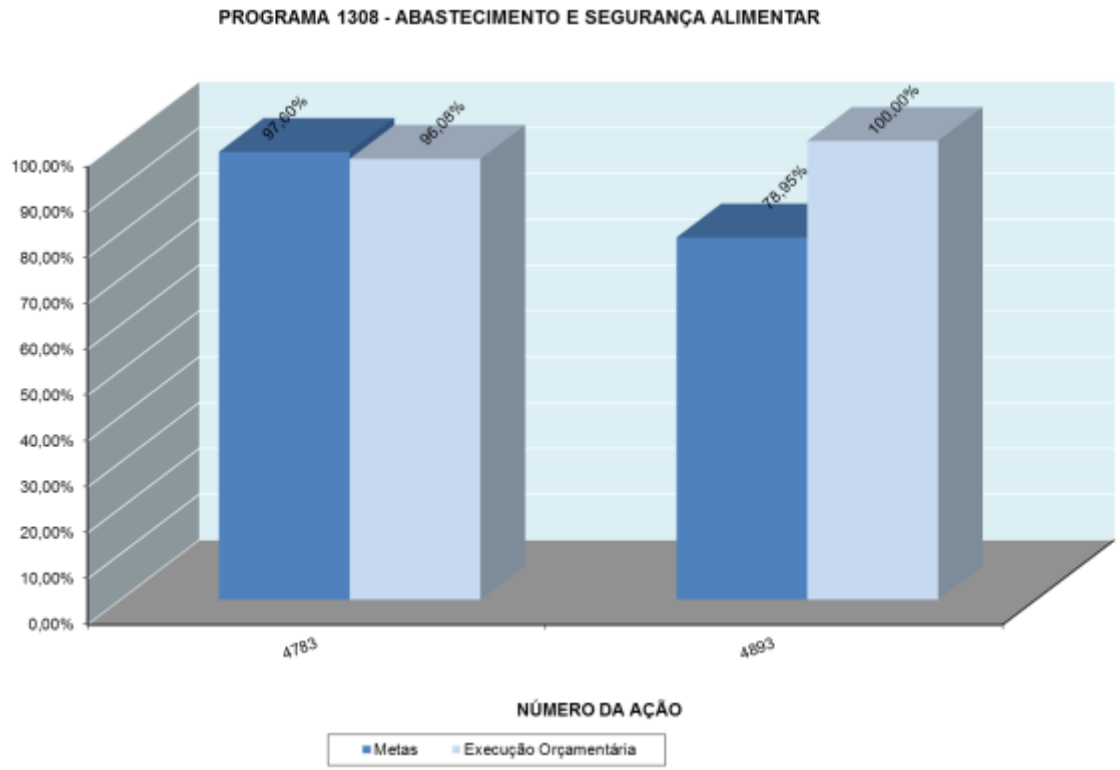


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
4688 - CONCESSAO DE BOLSAS DE ESTUDO		NÃO
4699 - INOVACAO TECNOLOGICA		NÃO
5286 - CONCESSAO DE AUXILIO A PESQUISA	A META FOI CUMPRIDA EM 82,82%. O ATENDIMENTO COMPLETO DA META DEPENDE DO INTERESSE DOS PESQUISADORES EM PARTICIPAR DOS EDITAIS LANÇADOS PARA PROJETOS DE PESQUISA. CONTUDO, VERIFICOU-SE QUE NÃO HOUVE INTERESSE EM EDITAIS PARA PROJETOS DE DETERMINADAS ÁREAS.	NÃO
5287 - PROGRAMACAO ESPECIAL	A META FOI CUMPRIDA EM 32,84%. O CUMPRIMENTO DA META DEPENDE DO INTERESSE DOS PESQUISADORES EM PARTICIPAR DOS EDITAIS LANÇADOS PARA PROGRAMAS ESPECIAIS. A FAPESP LANÇA EDITAIS PARA ATENDER AOS PROJETOS EM DETERMINADAS ÁREAS DO CONHECIMENTO E, NESTE CASO, FORAM CONCEDIDOS RECURSOS PARA 427 PROCESSOS (MÉDIA ANUAL) DE AUXÍLIOS À PESQUISA NA ÁREA DE PROGRAMAS ESPECIAIS.	NÃO
5699 - ADMINISTRACAO DA FAPESP		NÃO

PROGRAMA 1308 - ABASTECIMENTO E SEGURANÇA ALIMENTAR

OBJETIVO: DIMINUIR OS ÍNDICES DE INSEGURANÇA ALIMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, POR MEIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO ESTÍMULO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, À CRIAÇÃO DE CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO AO CONSUMIDOR, AO COMBATE DE DESPERDÍCIO DE ALIMENTOS, À PROMOÇÃO DA CAPACITAÇÃO PROMOVENDO A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL, À GERAÇÃO DE RENDA E A DIFUSÃO DE CONHECIMENTO.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
4783 - ACOES INTEGRADAS EM SEGURANCA ALIMENTAR	4.241.925	4.075.500	4.075.500	3.790.113	96,08%	PESSOAS ATENDIDAS	170.750	174.950	97,60%
4893 - OPERACIONALIZACAO DE SIST. DE INFORMACOES	1.431.693	1.431.692	1.431.692	1.308.925	100,00%	SISTEMAS INFORMATIZADOS MANTIDOS (Un.)	19	15	79%
TOTAL	5.673.618	5.507.191	5.507.191	5.099.038	97,07%				

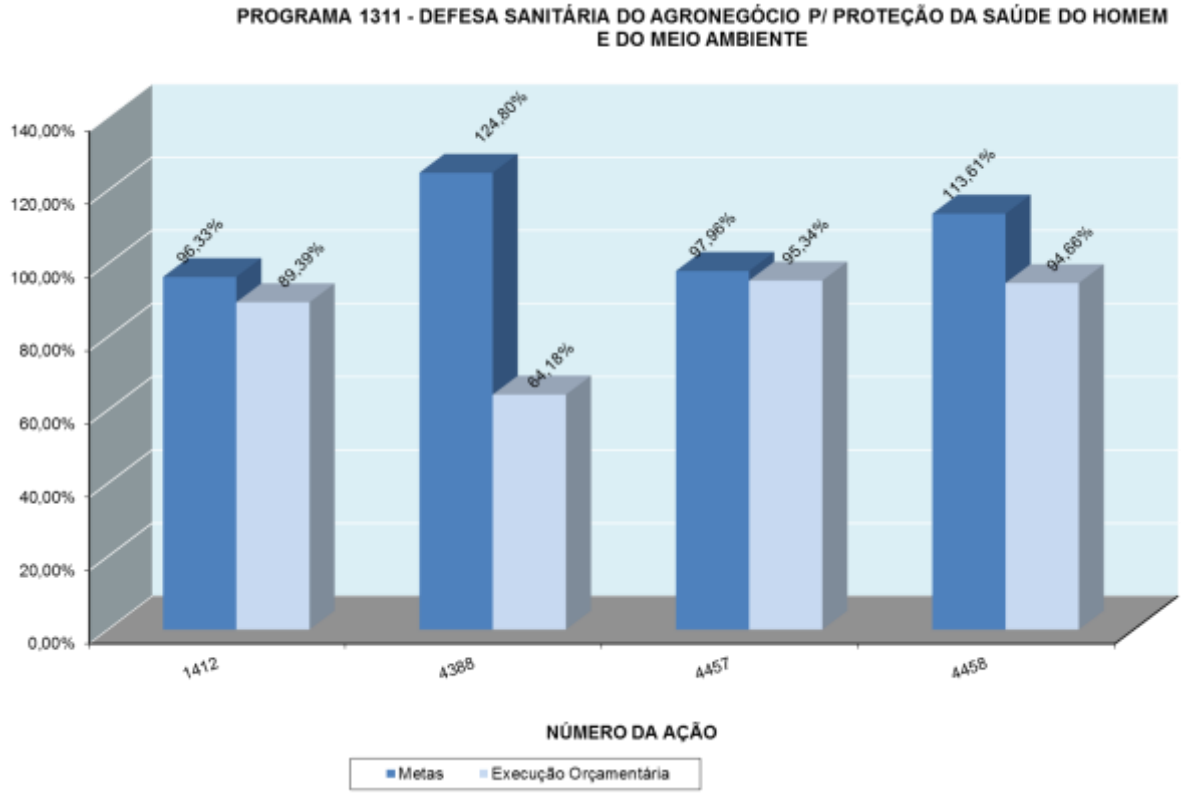


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
4783 - ACOES INTEGRADAS EM SEGURANCA ALIMENTAR	A META EXECUTADA REPRESENTA 79% DO PREVISTO NA LOA. A DIVERGÊNCIA SE JUSTIFICA PELA NÃO IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS INTERNOS QUE PREVIAM A CRIAÇÃO DESSES SISTEMAS, EM DECORRÊNCIA DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS PARA O PERÍODO.	NÃO
4893 - OPERACIONALIZACAO DE SIST. DE INFORMACOES		NÃO

PROGRAMA: 1311 – DEFESA SANITÁRIA DO AGRONEGÓCIO P/ PROTEÇÃO DA SAÚDE DO HOMEM E DO MEIO AMBIENTE

OBJETIVO: PROMOVER, ATRAVÉS DA FISCALIZAÇÃO DOS AGENTES ENVOLVIDOS NA CADEIA PRODUTIVA DE ALIMENTOS, A MANUTENÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO AGROPECUÁRIO, A SAÚDE ANIMAL E VEGETAL, A IDONEIDADE DOS INSUMOS E SERVIÇOS UTILIZADOS NA AGROPECUÁRIA E A IDENTIDADE E SEGURANÇA HIGIÊNICO-SANITÁRIA E TECNOLÓGICA DOS ALIMENTOS.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
1412 - INFRAESTRUTURA UNIDADES DA DEF. AGROPECUARIA	16.299.000	14.570.448	14.570.448	11.073.807	89,39%	ÁREAS CONSTRUÍDAS, AMPLIADAS E/OU RECUPERADAS (M²)	2.400	2.312	96,33%
4388 - GESTAO DA DEFESA AGROPECUARIA	12.876.306	8.263.672	8.263.672	7.574.537	64,18%	UNIDADES EM OPERAÇÃO unidade	250	312	124,80%
4457 - VIGILANCIA SANITARIA VEGETAL	44.433.892	42.364.713	42.364.713	38.601.543	95,34%	INSPEÇÕES REALIZADAS unidade	130.000	127.342	97,96%
4458 - VIGILANCIA SANITARIA ANIMAL	58.812.847	55.674.128	55.674.128	51.793.670	94,66%	INSPEÇÕES REALIZADAS unidade	121.350	137.866	113,61%
TOTAL	132.422.045	120.872.960	120.872.960	109.043.557	91,28%				

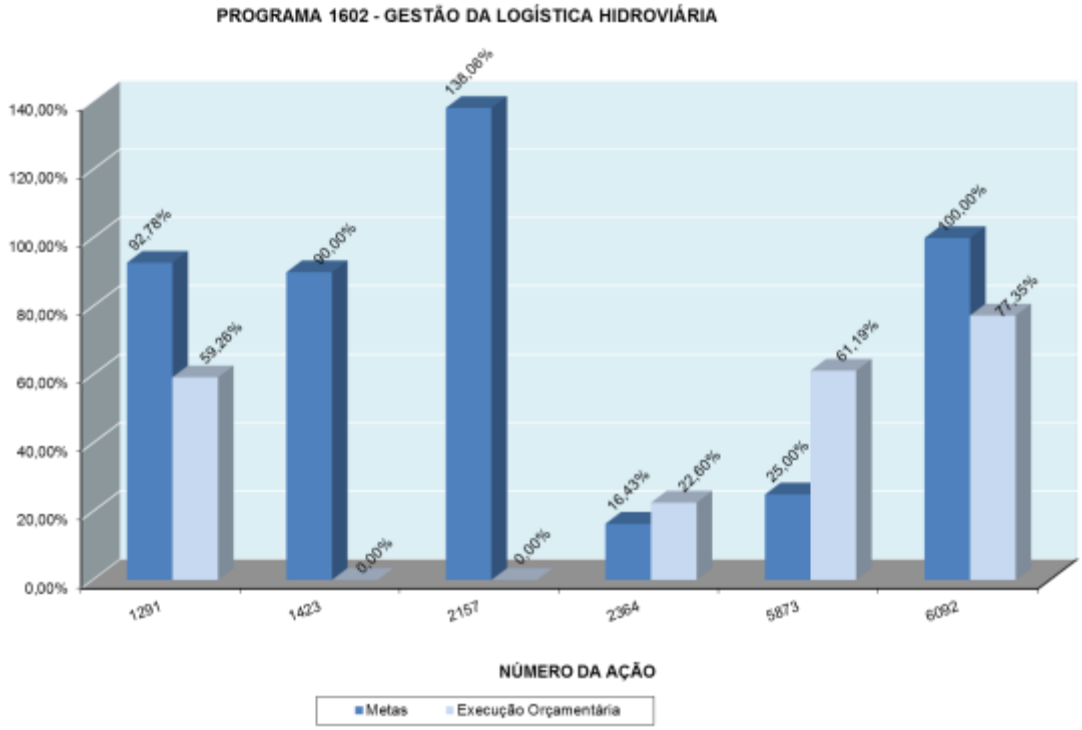


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
1412 - INFRAESTRUTURA UNIDADES DA DEF. AGROPECUARIA	A META FOI ALCANÇADA EM 96,3%. A PEQUENA DIVERGÊNCIA SE EXPLICA EM RAZÃO DA PRORROGAÇÃO DA REFORMA DA SEDE DA COORDENADORIA, BEM COMO DA CONCLUSÃO DOS SERVIÇOS EM ADAMANTINA E MOGI MIRIM, QUE SERÃO FINALIZADOS EM 2015.	NÃO
4388 - GESTAO DA DEFESA AGROPECUARIA		NÃO
4457 - VIGILANCIA SANITARIA VEGETAL	AS INSPEÇÕES REALIZADAS ATINGIRAM 98% DAS PREVISTAS. A PEQUENA DIVERGÊNCIA ENTRE O PREVISTO E O REALIZADO SERÁ AJUSTADA NO PRÓXIMO EXERCÍCIO.	NÃO
4458 - VIGILANCIA SANITARIA ANIMAL		NÃO

PROGRAMA 1602 - GESTÃO DA LOGÍSTICA HIDROVIÁRIA

OBJETIVO: AUMENTAR A VELOCIDADE MÉDIA DE TRÁFEGO; A CAPACIDADE DE TRANSPORTE POR CICLO DE VIAGEM E A SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO. PROPORCIONAR MAIOR EQUILÍBRIO À MATRIZ DE TRANSPORTES COM MENORES CUSTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS. INCENTIVAR AS EXPORTAÇÕES E FACILITAR A MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO SISTEMA PORTUÁRIO PAULISTA.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
1291 - IMPLANTACAO DE MELHORIAS NA MALHA HIDROVIARIA	181.300.000	107.440.320	107.440.320	32.420.440	59%	OBRA CONCLUÍDA unidade	9	8,35	92,78%
1423- MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO					-	PORTO AMPLIADO E MODERNIZADO %	20	18	90,00%
2157 - IMPLANTACAO NOVOS TRECHOS HIDROVIARIOS	52.700.000	0	0	0	0,00%	OBRA CONCLUÍDA unidade	1,34	1,85	138,06%
2364 - APERFEICOAMENTO DA INFRAESTRUTURA TECNOLOGICA	1.413.734	319.497	319.497	297.475	22,60%	EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS unidade	140	23	16,43%
5873 - OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA HIDROVIARIO	14.185.769	8.680.694	8.680.694	7.135.180	61,19%	INSPEÇÕES REALIZADAS unidade	4	1	25%
6092 - GESTAO ADMINISTRATIVA	8.500.144	6.574.479	6.574.479	4.815.107	77,35%	UNIDADES ADMINISTRADAS unidade	1	1	100%
TOTAL	258.099.647	123.014.990	123.014.990	44.668.201	47,66%				

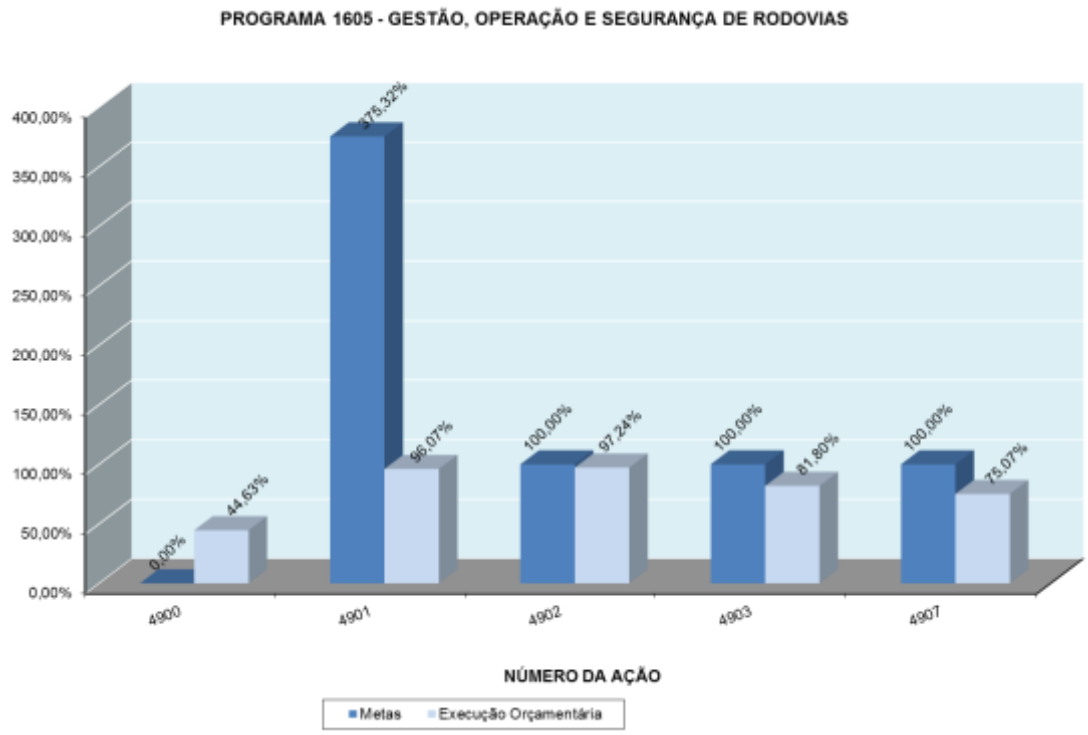


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
1291 - IMPLANTACAO DE MELHORIAS NA MALHA HIDROVIARIA	FORAM CUMPRIDOS 92,7% DA META. A PEQUENA DISCREPÂNCIA DEVEU-SE A ATRASOS PROVOCADOS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES, COMO O DNIT E OS ÓRGÃOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.	NÃO
1423- MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO	A META FOI CUMPRIDA EM 90,0%. A DIVERGÊNCIA DEVEU-SE À REDUÇÃO DOS APORTES DO TESOURO DO ESTADO NO ÚLTIMO BIMESTRE DE 2014, REFLEXO DA QUEDA DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA.	NÃO
2157 - IMPLANTACAO NOVOS TRECHOS HIDROVIARIOS		NÃO
2364 - APERFEICOAMENTO DA INFRAESTRUTURA TECNOLOGICA	A META FOI CUMPRIDA EM APENAS 16,4%. MUDANÇAS ADMINISTRATIVAS E EM CURSO NO DEPARTAMENTO HIDROVIÁRIO, INCLUSIVE DO LOCAL DE SUAS INSTALAÇÕES, LEVARAM AO ADIAMENTO DA EXECUÇÃO DA AÇÃO, QUE DEVERÁ SER RETOMADA NO PRÓXIMO EXERCÍCIO.	NÃO
5873 - OPERACAO E MANUTENCAO DO SISTEMA HIDROVIARIO		NÃO
6092 - GESTAO ADMINISTRATIVA		

PROGRAMA 1605 - GESTÃO, OPERAÇÃO E SEGURANÇA DE RODOVIAS

OBJETIVO: ASSEGURAR O USO ADEQUADO DAS RODOVIAS ESTADUAIS PROPORCIONANDO QUALIDADE E SEGURANÇA AOS USUÁRIOS DIRETOS E INDIRETOS.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
4900 - POLICIAMENTO NAS RODOVIAS SOB JURISDICAO DER	6.437.025	2.872.810	2.872.810	2.087.503	44,63%	DIMINUIÇÃO DE OCORRÊNCIAS CRIMINAIS unidade	-	1.439	-
4901 - IMPLANTACAO OPER.POSTOS PESAGEM ROD.ESTADUAIS	77.780.459	74.726.424	74.726.424	70.965.482	96,07%	POSTOS DE PESAGEM EM OPERAÇÃO unidade	77	289	375,32%
4902 - OPER. PRACAS PEDAGIO RODOVIAS SOB JURISD. DER	2.859.870	2.781.072	2.781.072	2.098.806	97,24%	PRAÇAS DE PEDÁGIO IMPLEMENTADAS unidade	1	1	100,00%
4903 - OPERACAO E SEGURANCA DA MALHA RODOVIARIA	276.713.220	226.348.784	226.348.784	213.043.653	81,80%	MALHA RODOVIÁRIA OPERADA E SEGURA km	15.494	15.494	100,00%
4907 - CONSERV. SINALIZA, E ELEM. SEGURANCA RODOVIAS	367.132.883	275.604.561	275.604.561	273.356.654	75,07%	RODOVIAS CONSERVADAS km	15.494	15.494	100,00%
TOTAL	730.923.457	582.333.652	582.333.652	561.552.097	79,67%				



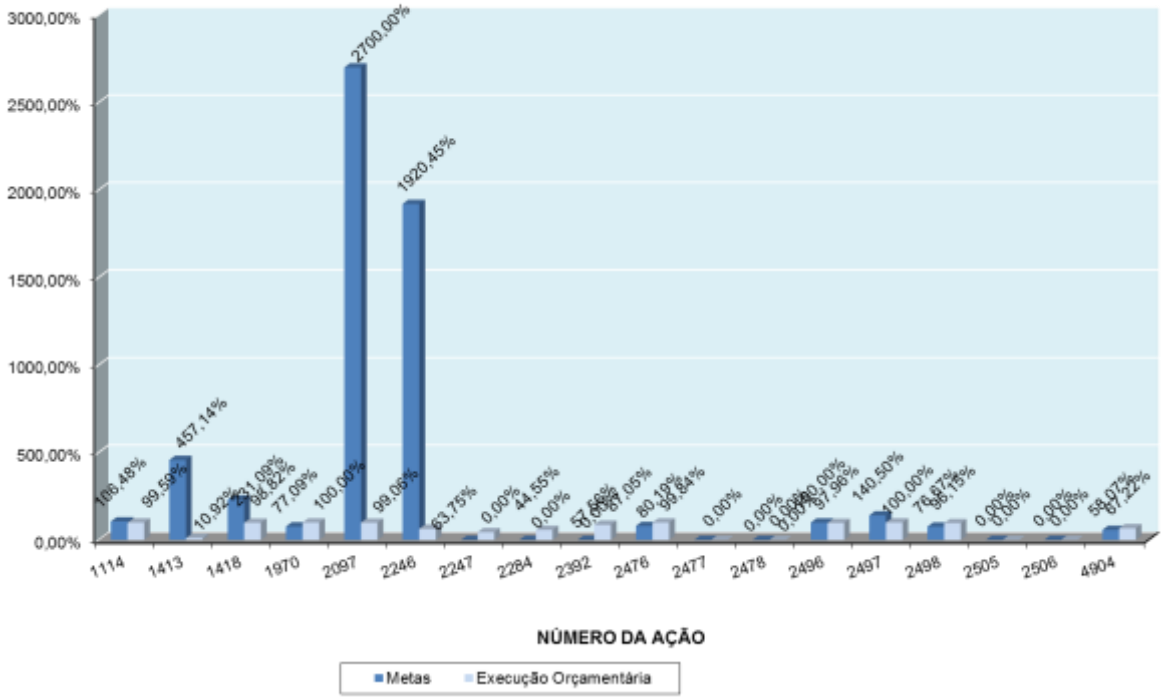
AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
4900 - POLICIAMENTO NAS RODOVIAS SOB JURISDICAO DER		NÃO
4901 - IMPLANTACAO OPER.POSTOS PESAGEM ROD.ESTADUAIS		NÃO
4902 - OPER. PRACAS PEDAGIO RODOVIAS SOB JURISD. DER		NÃO
4903 - OPERACAO E SEGURANCA DA MALHA RODOVIARIA		NÃO
4907 - CONSERV. SINALIZA, E ELEM. SEGURANCA RODOVIAS		NÃO

PROGRAMA 1606 - AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA

OBJETIVO: MELHORAR AS RODOVIAS POR MEIO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO PROPORCIONANDO UM TRANSPORTE CONFORTÁVEL, SEGURO E ECONÔMICO DE BENS E PESSOAS.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
1114 - ESTRADAS VICINAIS	85.293.249	84.947.706	84.947.706	80.597.050	99,59%	ESTRADAS VICINAIS RECUPERADAS/ PAVIMENTADAS km	65	69,21	106,48%
1413 - MODERNIZACAO MONITORACAO RODOVIAS ESTADUAIS	150.000	16.376	16.376	16.376	10,92%	EQUIPAMENTOS INSTALADOS unidade	7	32	457,14%
1418 - DUPLICACAO IMPLANT. RECUP. DE ROD. ESTADUAIS	1.886.330.703	1.864.062.592	1.864.062.592	1.719.199.631	98,82%	RODOVIA ESTADUAL DUPLICADA, IMPLANTADA E/OU RECUPERADA km	668,48	1.544,81	231,09%
1970 - IMPLANTACAO TRANSP. RODOVIAS-CONV.DER/DERSA	258.864.089	258.864.089	258.864.089	247.614.089	100,00%	LIGAÇÕES RODOVIÁRIAS RECUPERADAS OU ADEQUADAS %	11	8,48	77,09%
2097 - TERMINAIS RODOVIARIOS	4.336.354	4.295.458	4.295.458	3.927.138	99,06%	TERMINAIS REFORMADOS OU CONSTRUÍDOS unidade	1	27	2700,00%
2246 - PAVIMENTACAO E RECUP.ESTRADAS VICINAIS - BID	34.369.543	21.910.457	21.910.457	21.902.655	63,75%	ESTRADAS VICINAIS PAVIMENTADAS OU RECUPERADAS km	0,88	16,9	1920,45%
2247 - PAVIMENTACAO E RECUP.ESTRADAS VICINAIS - BIRD	18.127.544	8.075.717	8.075.717	5.042.138	44,55%	ESTRADAS VICINAIS PAVIMENTADAS OU RECUPERADAS km	0,3		0,00%
2284 - RECUPERACAO DE ESTRADAS VICINAIS - BIRD II	225.943	130.061	130.061	110.777	57,56%	ESTRADAS VICINAIS RECUPERADAS km	0,4		0,00%
2392 - TRANSPORTE, LOGISTICA E MEIO AMBIENTE - BIRD	439.963.707	382.995.549	382.995.549	347.353.179	87,05%	RODOVIAS RECUPERADAS km	124,9		0,00%
2476 - TRANSPORTE, LOGISTICA E MEIO AMBIENTE - CAF	353.550.464	352.993.371	352.993.371	352.935.205	99,84%	RODOVIAS RECUPERADAS km	202,8	162,63	80,19%
2477 - INVESTIMENTO RODOVIARIO DO ESTADO DE S.PAULO	609.164.371	0	0	0	0,00%	RODOVIAS RECUPERADAS km	260,44		0,00%
2478 - LOGISTICA E TRANSPORTES DO EST.SAO PAULO-MIGA	1.000.000	0	0	0	0,00%	RODOVIAS RECUPERADAS km	1		0,00%
2496 - COMPLEXO VIARIO POLO DE ITAQUERA	102.370.486	100.285.665	100.285.665	100.285.665	97,96%	EMPREENDIMENTOS REALIZADOS %	22	22	100,00%
2497 - NOVA TAMOIOS - CONTORNOS	416.000.000	415.999.118	415.999.118	160.304.425	100,00%	EMPREENDIMENTOS REALIZADOS %	20,00	28,1	140,50%
2498 - TUNEL SANTOS-GUARUJA	52.100.000	50.009.999	50.009.999	44.209.000	96,15%	EMPREENDIMENTOS REALIZADOS %	3,00	2,3	76,67%
2505 - APOIO A PPP RODOVIA TAMOIOS-SERRA	1000	0	0	0	0,00%	CONTRATOS (unidade)			-
2506 - APOIO A PPP MODERNIZACAO DA MALHA RODOVIARIA	1000	0	0	0	0,00%	CONTRATOS (unidade)			-
4904 - PATRULHA RODOVIARIA	5.399.313	3.629.405	3.629.405	1.699.736	67,22%	RODOVIAS E/OU ESTRADAS RECUPERADAS km	30,00	17,42	58,07%
TOTAL	4.267.157.766	3.548.215.564	3.548.215.564	3.085.197.065	83,15%				

PROGRAMA 1606 - AMPLIAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA



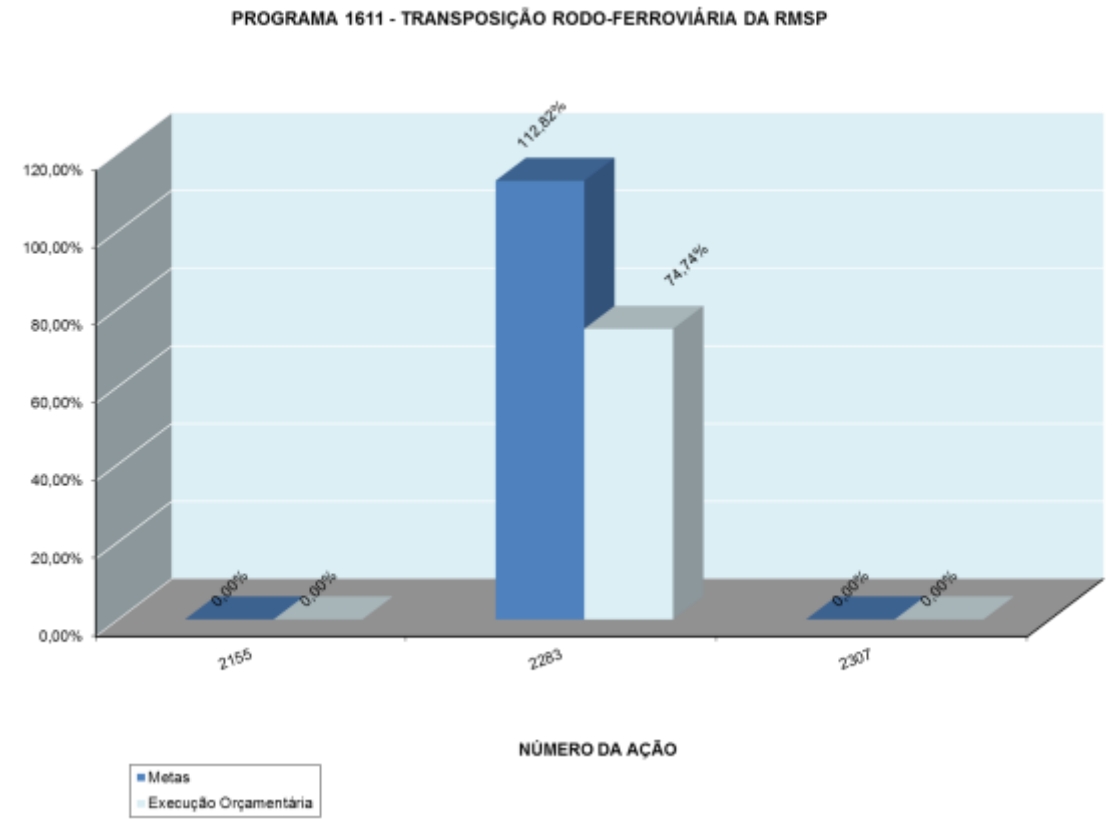
AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
1114 - ESTRADAS VICINAIS		NÃO
1413 - MODERNIZACAO MONITORACAO RODOVIAS ESTADUAIS		NÃO
1418 - DUPLICACAO IMPLANT. RECUP. DE ROD. ESTADUAIS		SIM
1970 - IMPLANTACAO TRANSP. RODOVIAS-CONV.DER/DERSA	FORAM CUMPRIDOS 77,1% DA META PREVISTA. A DIVERGÊNCIA REFLETE A READEQUAÇÃO DO CRONOGRAMA DA OBRA, EM FUNÇÃO DO REMANEJAMENTO DE RECURSOS PARA OUTRAS AÇÕES PRIORITÁRIAS: R$ 180.000.000,00 PARA DESAPROPRIAÇÕES NA AÇÃO 2283 (RODOANEL NORTE) E DE R$ 50.000.000,00, PARA O MESMO FIM, NA AÇÃO 2497 (NOVA TAMOIOS - CONTORNOS)	NÃO
2097 - TERMINAIS RODOVIARIOS		NÃO
2246 - PAVIMENTACAO E RECUP.ESTRADAS VICINAIS - BID		NÃO

2247 - PAVIMENTACAO E RECUP.ESTRADAS VICINAIS - BIRD	A EXECUÇÃO DESTA AÇÃO ESTÁ RELACIONA A FINANCIAMENTO DO BIRD, QUE ENVOLVE UM COMPONENTE DE OBRAS E OUTRO PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL. EM 2014, AS DESPESAS REALIZADAS NESTA AÇÃO FORAM APENAS PARA PAGAMENTO DE PROJETOS DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL. COMO A AÇÃO É MEDIDA POR ESTRADAS VICINAIS PAVIMENTADAS OU RECUPERADAS, NÃO FOI POSSÍVEL APRESENTAR SEU RESULTADO PARA O EXERCÍCIO.	NÃO
2284 - RECUPERACAO DE ESTRADAS VICINAIS - BIRD II	A EXECUÇÃO DESTA AÇÃO ESTÁ RELACIONA A FINANCIAMENTO DO BIRD, QUE ENVOLVE UM COMPONENTE DE OBRAS E OUTRO PARA DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL. EM 2014, AS DESPESAS REALIZADAS NESTA AÇÃO FORAM PARA PAGAMENTO DE PROJETOS DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL APENAS. COMO A AÇÃO É MEDIDA POR ESTRADAS VICINAIS RECUPERADAS, NÃO FOI POSSÍVEL APRESENTAR SEU RESULTADO PARA O EXERCÍCIO.	NÃO
2392 - TRANSPORTE, LOGISTICA E MEIO AMBIENTE - BIRD	A AÇÃO NÃO FOI EXECUTADA PORQUE NÃO SE PODE ABRIR A LICITAÇÃO NO PRAZO PREVISTO POR MOTIVOS LEGAIS E PELO ATRASO NA EMISSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL.	NÃO
2476 - TRANSPORTE, LOGISTICA E MEIO AMBIENTE - CAF	META CUMPRIDA EM 80,2%. O NÃO ATENDIMENTO COMPLETO DA META DEVEU-SE A DIFICULDADES NA OBTENÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS E NA REALIZAÇÃO DE DESAPROPRIAÇÕES, QUE RETARDARAM O INÍCIO DE ALGUMAS OBRAS.	NÃO
2477 - INVESTIMENTO RODOVIARIO DO ESTADO DE S.PAULO	INÍCIO DA EXECUÇÃO DA AÇÃO FOI DESLOCADO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO, UMA VEZ QUE A ASSINATURA DO CONTRATO INTERNACIONAL PARA SEU FINANCIAMENTO FOI RETARDADO.	NÃO
2478 - LOGISTICA E TRANSPORTES DO EST.SAO PAULO-MIGA	INÍCIO DA EXECUÇÃO DA AÇÃO FOI DESLOCADO PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO, UMA VEZ QUE A ASSINATURA DO CONTRATO INTERNACIONAL PARA SEU FINANCIAMENTO FOI RETARDADO.	NÃO
2496 - COMPLEXO VIARIO POLO DE ITAQUERA		NÃO
2497 - NOVA TAMOIOS - CONTORNOS		NÃO
2498 - TUNEL SANTOS-GUARUJA	META ATINGIDA EM 76,7%. SUA CONCLUSÃO FOI POSTERGADA DEVIDO À TROCA DO AGENTE FINANCIADOR (DO BID PARA O BNDES), CUJA FORMALIZAÇÃO SÓ SE CONCLUIU NO FINAL DO EXERCÍCIO.	NÃO
2505 - APOIO A PPP RODOVIA TAMOIOS-SERRA		NÃO
2506 - APOIO A PPP MODERNIZACAO DA MALHA RODOVIARIA		NÃO
4904 - PATRULHA RODOVIARIA	META CUMPRIDA EM 58,1%. A CARÊNCIA DE RECURSOS IMPLICOU REDUÇÃO DO RITMO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS.	NÃO

PROGRAMA 1611 - TRANSPOSIÇÃO RODO-FERROVIÁRIA DA RMSP

OBJETIVO: CONSTRUIR O RODOANEL MÁRIO COVAS E O FERROANEL NO ENTORNO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
21550000 - EXECUCAO DA OBRA DO FERROANEL - TRAMO SUL	10	0	0	0	0	ETAPA CONCLUÍDA %	-	-	-
2283 - EXECUCAO DAS OBRAS DO RODOANEL - TRECHO NORTE	1.606.583.245	1.200.752.065	1.200.752.065	1.060.466.501	74,74%	ETAPA CONCLUÍDA %	26,4	23,4	112,82%
2307 - FERROANEL - TRAMO NORTE	10	0	0	0	0	ETAPA CONCLUÍDA %	-	-	-
TOTAL	1.606.583.265	1.200.752.065	1.200.752.065	1.060.466.501	74,74%				

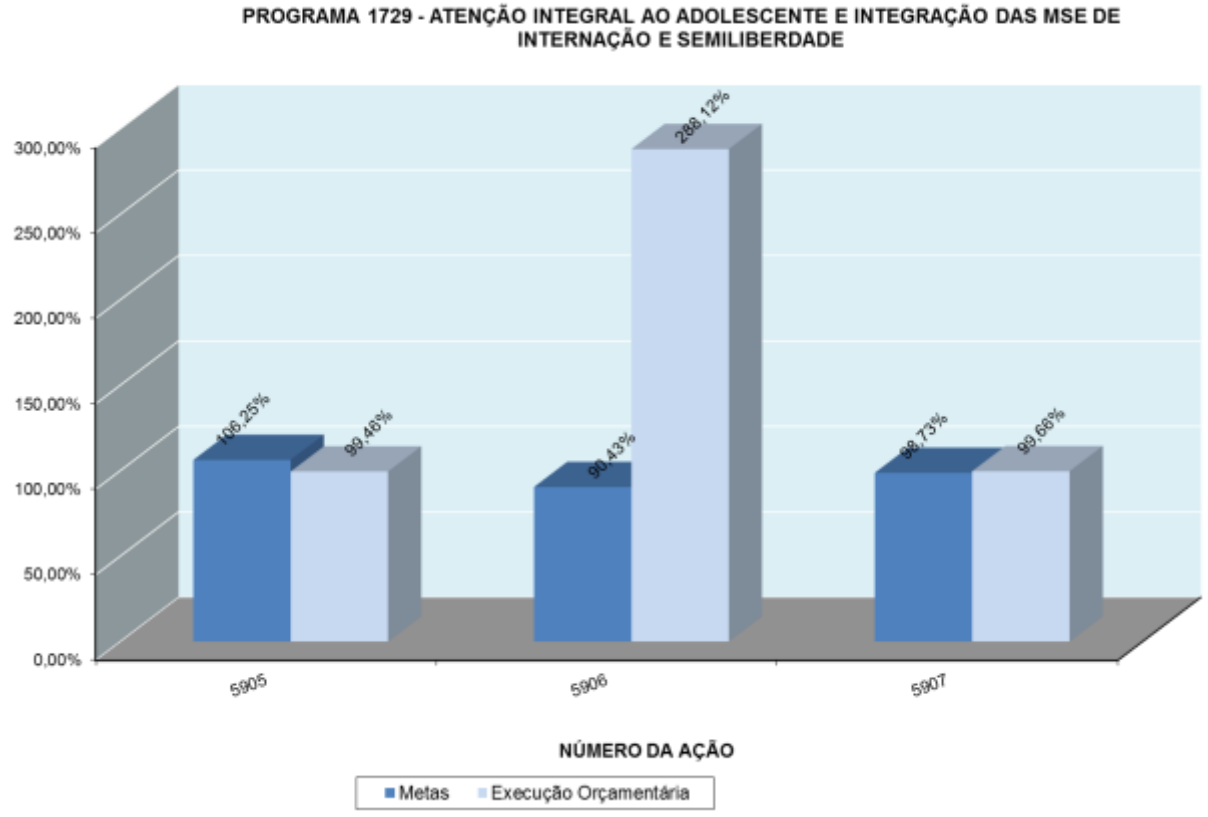


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
21550000 - EXECUCAO DA OBRA DO FERROANEL - TRAMO SUL		NÃO
2283 - EXECUCAO DAS OBRAS DO RODOANEL - TRECHO NORTE	"FORAM ALCANÇADOS 88,6% DA META PREVISTA. A DIVERGÊNCIA SE EXPLICA POR DIFICULDADES COM ALGUMAS DESAPROPRIAÇÕES, REVISÃO DE PROJETO E ATRASO NA EMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO."	NÃO
2307 - FERROANEL - TRAMO NORTE		NÃO

PROGRAMA 1729 - ATENÇÃO INTEGRAL AO ADOLESCENTE E INTEGRAÇÃO DAS MSE DE INTERNAÇÃO E SEMILIBERDADE

OBJETIVO: DAR EFETIVIDADE AOS DIREITOS E GARANTIAS DO ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL ATRAVÉS DO CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO E SEMILIBERDADE, OBJETIVANDO À SUA INSERÇÃO AO CONVÍVIO SOCIAL.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
5905 - ATENCAO EDUC. ADOLESC. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	150.440.187	149.631.164	149.631.164	134.750.944	99,46%	ATENDIMENTOS REALIZADOS unidade	823.380	874.862	106,25%
5906 - ATENCAO SAUDE ADOLESC.CUMP.SOCIOEDUCATIVA(*)	364.794.706	363.162.368	1.051.061.607	329.828.887	288,12%	ATENDIMENTOS REALIZADOS unidade	3.465.672	3.133.924	90,43%
5907 - EXECUCAO CUMPRIMENTO MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	875.087.793	872.133.365	872.133.365	820.728.445	99,66%	ADOLESCENTES ATENDIDOS unidade	9.870	9.745	98,73%
TOTAL	1.390.322.686	1.384.926.896	2.072.826.135	1.285.308.276	149,09%				

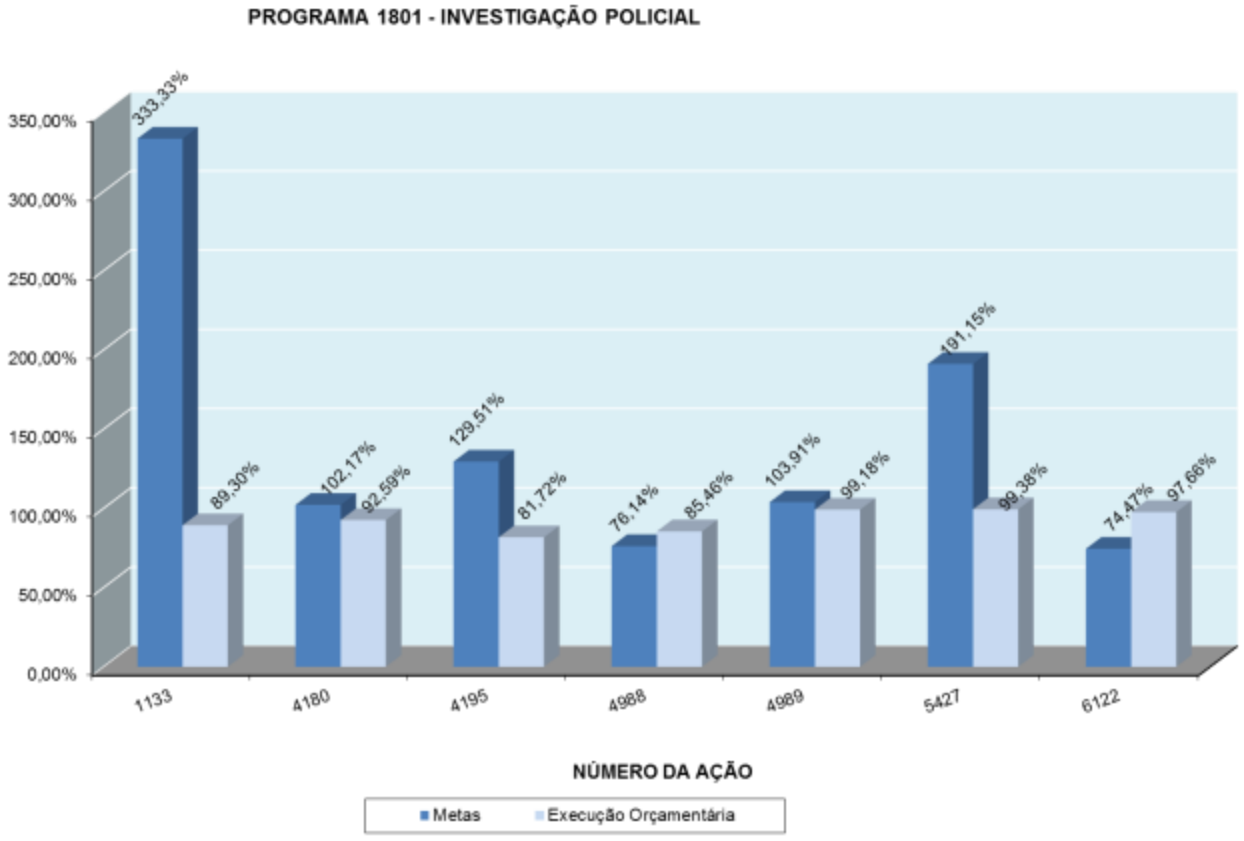


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
5905 - ATENCAO EDUC. ADOLESC. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA		NÃO
5906 - ATENCAO SAUDE ADOLESC.CUMP.SOCIOEDUCATIVA(*)	A META EXECUTADA ATINGIU 90,42%. A PEQUENA DIVERGÊNCIA ENTRE O PLANEJADO E O EXECUTADO SE JUSTIFICA PELA ROTATITIVADE DE PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE, OCASIONADA POR DIFERENÇAS SALARIAIS ENTRE O PRATICADO PELA FUNDAÇÃO CASA E OS VALORES DE MERCADO.	NÃO
5907 - EXECUCAO CUMPRIMENTO MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	A META FOI ATINGIDA EM 98,7%. CONTUDO, NESTE CASO, O FATO DE A META NÃO TER SIDO ATINGIDA DEVE SER VISTO COMO UM FATOR POSITIVO, POIS INDICA UMA REDUÇÃO DA ENTRADA DE ADOLESCENTES NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO.	NÃO

PROGRAMA 1801 – INVESTIGAÇÃO POLICIAL

OBJETIVO: INVESTIGAR OS DELITOS POR MEIO DE ATIVIDADES DA POLÍCIA JUDICIÁRIA, ADMINISTRATIVA E ESPECIALIZADA, COM ESPECIAL ÊNFASE NA REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO, NARCOTRÁFICO EHOMICÍDIOS.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
1133 - INSTALACOES DA POLICIA CIVIL	25.302.568	22.594.632	22.594.632	15.798.234	89,30%	OBRAS REALIZADAS unidade	12	40	333,33%
4180 - ADMINISTRACAO GERAL DA POLICIA CIVIL	194.215.351	179.831.272	179.831.272	166.264.777	92,59%	UNIDADES ATENDIDAS unidade	92	94	102,17%
4195 - ACESSO A CIDADANIA	118.357.101	96.723.723	96.723.723	86.882.507	81,72%	DOCUMENTOS EMITIDOS unidade	5.100.000	6.605.092	129,51%
4988 - TRANSFERENCIA GRADUAL PRESOS DA POLICIA CIVIL	21.364.798	18.257.992	18.257.992	16.975.785	85,46%	PRESOS ASSISTIDOS unidade	5.100	3.883	76,14%
4989 - POLICIA JUDICIARIA	3.037.576.595	3.012.587.395	3.012.587.395	2.753.950.447	99,18%	PROCEDIMENTOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA unidade	550.000	571.521	103,91%
5427 - SELECAO FORMACAO CAPACITACAO APERF. POL.CIVIS	61.318.523	60.941.192	60.941.192	54.254.369	99,38%	CURSOS REALIZADOS unidade	260	497	191,15%
6122 - TRANSPARENCIA POLICIAL	5.663.038	5.530.797	5.530.797	5.040.768	97,66%	PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS unidade	7.000	5.213	74,47%
TOTAL	3.463.797.974	3.396.467.004	3.396.467.004	3.099.166.887	98,06%				

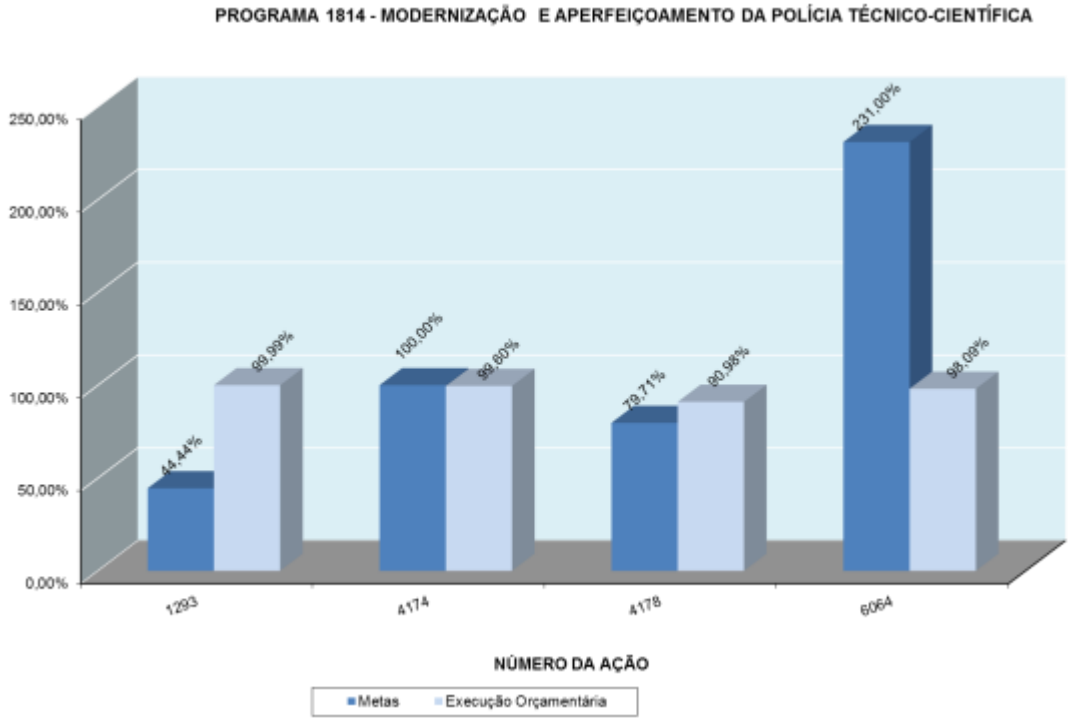


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
1133 - INSTALACOES DA POLICIA CIVIL		NÃO
4180 - ADMINISTRACAO GERAL DA POLICIA CIVIL		NÃO
4195 - ACESSO A CIDADANIA		NÃO
4988 - TRANSFERENCIA GRADUAL PRESOS DA POLICIA CIVIL	A META EXECUTADA FICOU ABAIXO DA ORÇADA UMA VEZ QUE ESTAMOS ATENDENDO A DIRETRIZ GOVERNAMENTAL QUE É A TRANSFERÊNCIA GRADUAL DOS PRESOS PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, FICANDO NA DEPENDÊNCIA DAS VAGAS OFERTADAS.	NÃO
4989 - POLICIA JUDICIARIA		NÃO
5427 - SELECAO FORMACAO CAPACITACAO APERF. POL.CIVIS		NÃO
6122 - TRANSPARENCIA POLICIAL	A META FOI EXECUTADA FOI 74% INDICANDO QUE HOUVE REDUÇÃO DE INFRAÇÕES COMETIDAS PELOS POLICIAIS CIVIS.	NÃO

PROGRAMA 1814 – MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

OBJETIVO: AMPLIAR E ADEQUAR A ESTRUTURA DAS UNIDADES DA SPTC; EQUIPAR AS UNIDADES EXISTENTES NO INTERIOR; MODERNIZAR OS EQUIPAMENTOS EXISTENTES NAS UNIDADES E APERFEIÇOAR AS METODOLOGIAS APLICADAS NO PROCESSO DE ANÁLISE DOS VESTÍGIOS ENCONTRADOS NA CENA DO CRIME, POSSIBILITANDO A EMISSÃO DE LAUDO PERICIAL DE QUALIDADE, RESPALDADO POR PADRÕES CIENTÍFICOS INTERNACIONAIS.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
1293 - OBRAS INSTAL.UNID.POLICIA TECNICO-CIENTIFICA	11.707.922	11.707.059	11.707.059	7.994.486	99,99%	UNIDADES CONSTRUÍDAS OU REFORMADAS unidade	9	4	44,44%
4174 - ADMINISTRACAO GERAL DA POLICIA CIENTIFICA	478.976.261	477.066.341	477.066.341	435.778.426	99,60%	UNIDADES ADMINISTRADAS unidade	207	207	100,00%
4178 - PERICIAS TECNICO-CIENTIFICAS A SERV. JUSTICA	11.453.719	10.421.043	10.421.043	7.931.605	90,98%	LAUDOS EXPEDIDOS unidade	1.000.000	797.059	79,71%
6064 - APERFEICOAMENTO SERV. POL.TECNICO-CIENTIFICA	497.535	488.034	488.034	474.910	98,09%	PROFISSIONAIS TREINADOS (Un.)	500	1155	231%
TOTAL	502.635.437	499.682.476	499.682.476	452.179.427	99,41%				

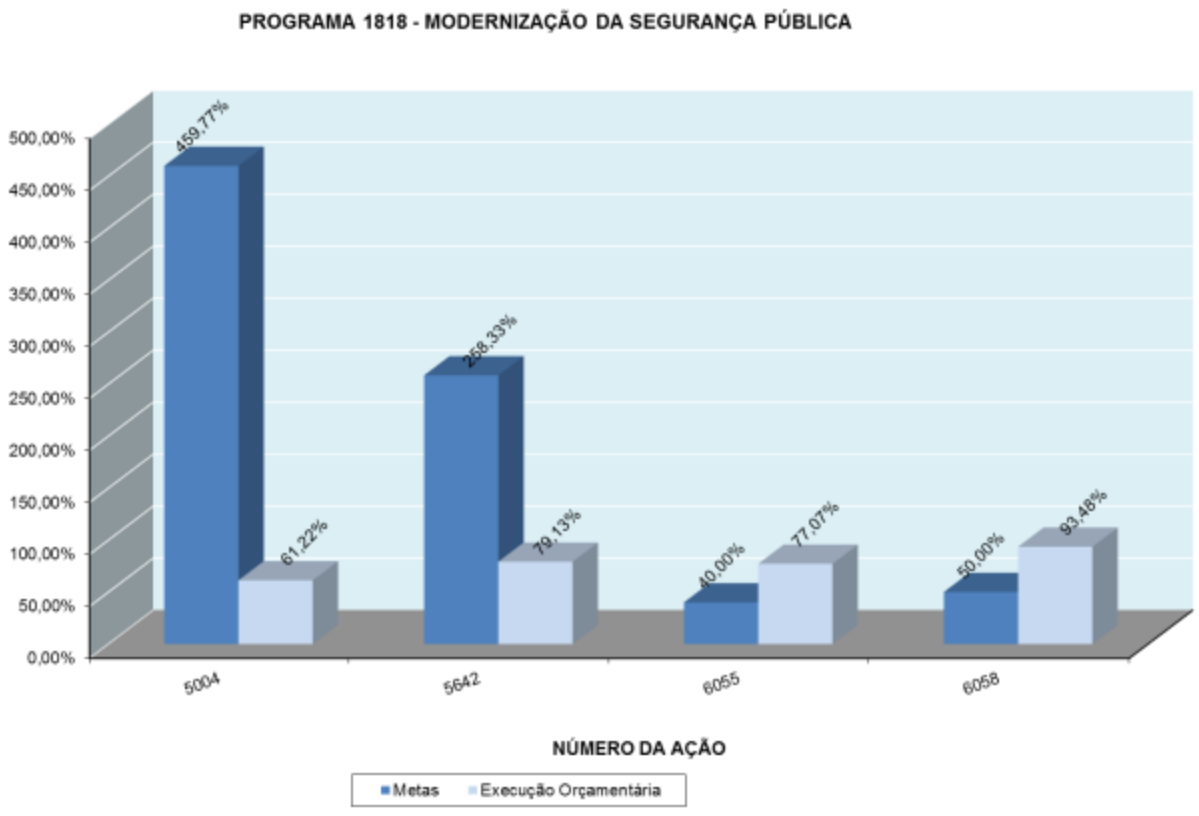


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
1293 - OBRAS INSTAL.UNID.POLICIA TECNICO-CIENTIFICA	A META FOI CUMPRIDA EM APENAS 44,4%, EM BOA MEDIDA EM DECORRÊNCIA DA FORMA DE MENSURAR PRODUTOS E META DA AÇÃO. COMO A MEDIDA DESTA AÇÃO SÃO UNIDADES CONSTRUÍDAS OU REFORMADAS, NÃO SÃO COMPUTADAS AQUELAS QUE, AO FINAL DO EXERCÍCIO, ENCONTRAM-SE EM ESTÁGIOS INTERMEDIÁRIOS DE SUA EXECUÇÃO. ALÉM DAS 4 UNIDADES FINALIZADAS, EXISTEM 6 UNIDADES EM CONSTRUÇÃO OU REFORMA EM DIFERENTES ESTÁGIOS DE ANDAMENTO (ASSIS, ANDRADINA, AMERICANA, MOGI-GUAÇU, PRAIA GRANDE E LABORATÓRIO DE TOXICOLOGIA)	NÃO
4174 - ADMINISTRACAO GERAL DA POLICIA CIENTIFICA		NÃO
4178 - PERICIAS TECNICO-CIENTIFICAS A SERV. JUSTICA	A REALIZAÇÃO DE 80% DA META REFERE-SE AOS LAUDOS DO EXERCÍCIO. ENTRETANTO FORAM EMITIDOS 1.127.794 LAUDOS EM 2014 ENVOLVENDO REQUISIÇÕES DE ANOS ANTERIORES.	NÃO
6064 - APERFEICOAMENTO SERV. POL.TECNICO-CIENTIFICA		NÃO

PROGRAMA 1818 – MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

OBJETIVO: GARANTIR A SEGURANÇA PÚBLICA, AGREGAR VALORES ÀS ATIVIDADES DA POLÍCIA, ATUALIZAR, INTEGRAR, COMPARTILHAR E EXPANDIR OS SISTEMAS INTELIGENTES, EXPANDIR E ATUALIZAR OS EQUIPAMENTOS POLICIAIS, DIGITALIZAR E INTEGRAR AS COMUNICAÇÕES COM PRIORIZAÇÃO NAS REGIÕES METROPOLITANAS E MUNICÍPIOS SEDES DE COMANDOS.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
5004 - REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA PAULISTA	380.506.534	232.945.583	232.945.583	202.456.264	61,22%	EQUIPAMENTOS POLICIAIS unidade	11.972	55.044	459,77%
5642 - INTELIGÊNCIA POLICIAL	251.784.415	199.228.038	199.228.038	161.342.185	79,13%	PROJETOS IMPLANTADOS unidade	12	31	258,33%
6055 - MANUTENÇÃO DE SISTEMAS	89.097.397	68.670.192	68.670.192	66.742.595	77,07%	CONTRATOS DE MANUTENÇÃO CELEBRADOS. Unidade	5	2	40,00%
6058 - OLHO DIGITAL	4.017.251	3.755.500	3.755.500	3.548.809	93,48%	PROJETOS DE VIDEOMONITORAMENTO IMPLANTADOS unidade	2	1	50,00%
TOTAL	725.405.597	504.599.313	504.599.313	434.089.853	69,56%				

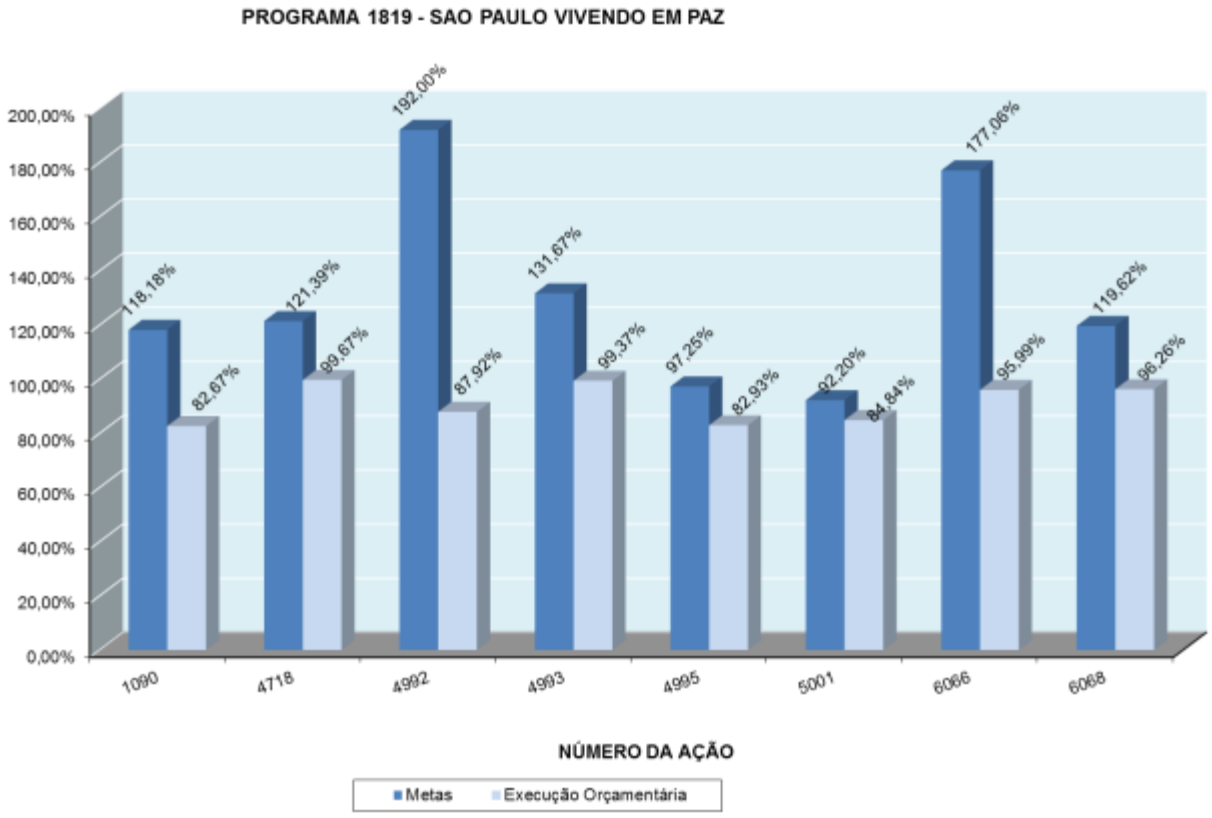


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
5004 - REAPARELHAMENTO DA POLÍCIA PAULISTA		NÃO
5642 - INTELIGÊNCIA POLICIAL		NÃO
6055 -MANUTENÇÃO DE SISTEMAS	NO PERÍODO EM ANÁLISE FORAM IMPLEMENTADOS DIVERSOS PROJETOS DE TI, ENTRETANTO, ATÉ O MOMENTO, SOMENTE 2,0 EXIGIRAM A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESPECÍFICO DE MANUTENÇÃO.	NÃO
6058 - OLHO DIGITAL	NO PERÍODO AVALIADO FORAM IMPLANTADOS PROJETOS DE VIDEOMONITORAMENTO EM PARCERIAS COM OS MUNICÍPIOS, RESTANDO UM ÚNICO COM APLICAÇÃO DIRETA DO RECURSO DO TESOURO, QUE É O VIDEOMONITORAMENTO DAS NOVAS INSTALAÇÕES DO CENTRO DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR (COPOM).	NÃO

PROGRAMA 1819 – SÃO PAULO VIVENDO EM PAZ

OBJETIVO: POSSIBILITAR À POLÍCIA OSTENSIVA O APRIMORAMENTO DOS PROGRAMAS DE POLICIAMENTO E DO POLICIAMENTO ESPECIALIZADO, OBSERVADAS A POLÍCIA COMUNITÁRIA, OS DIREITOS HUMANOS, A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E O FORTALECIMENTO DA IMAGEM INSTITUCIONAL, OFERECENDO SERVIÇOS QUE RESULTEM NA REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE E NO AUMENTO DA PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA, GARANTINDO ACESSO À POLÍCIA.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
1090 - ADEQUACAO DE UNIDADES POLICIAIS MILITARES	23172854	19157952,54	19157952,54	9501617,2	82,67%	UNIDADES POLICIAIS MILITARES ADEQUADAS unidade	33	39	
4718 - POLÍCIA COMUNITÁRIA INTERAGINDO COM O CIDADÃO	159.163	158.630	158.630	158.630	99,67%	ATENDIMENTOS SOCIAIS unidade	2.140.000	2.597.757	121,39%
4992 - MELHORAR SEMPRE. POLÍCIA COM EXCELÊNCIA	125.850.546	110.648.687	110.648.687	90.425.790	87,92%	ORGANIZAÇÕES POLICIAIS MILITARES CERTIFICADAS EM PRÊMIOS DE GESTÃO unidade	50	96	192,00%
4993 - SEGURANÇA TOTAL. PROTEÇÃO INTEGRAL	12.075.445.115	11.999.668.658	11.999.668.658	10.840.755.834	99,37%	QUANTIDADE DE INTERVENÇÕES POLICIAIS unidade	25.500.000	33.576.812	131,67%
4995 - ESCOLHA CERTA	59.743.205	49.545.070	49.545.070	43.831.359	82,93%	POLICIAIS MILITARES FORMADOS, CAPACITADOS E APERFEIÇOADOS unidade	82.500	80.233	97,25%
5001 - BEM-ESTAR INTEGRAL	27.645.749	23.455.290	23.455.290	20.165.337	84,84%	QUANTIDADE DE POLICIAIS MILITARES APTOS unidade	91.500	84.366	92,20%
6066 - POLÍCIA QUE SE VÊ. CUIDANDO DE VOCÊ	1.100.000	1.055.918	1.055.918	360.352	95,99%	INSERÇÕES POSITIVAS NA MÍDIA unidade	850	1.505	177,06%
6068 - POLICIAL VALORIZADO. SOCIEDADE PRESTIGIADA	1.789.033	1.722.138	1.722.138	1.698.037	96,26%	POLICIAL MILITAR MOTIVADO %	65	77,75	119,62%
TOTAL	12.291.732.811	12.186.254.390	12.186.254.390	10.997.395.339	99,14%				



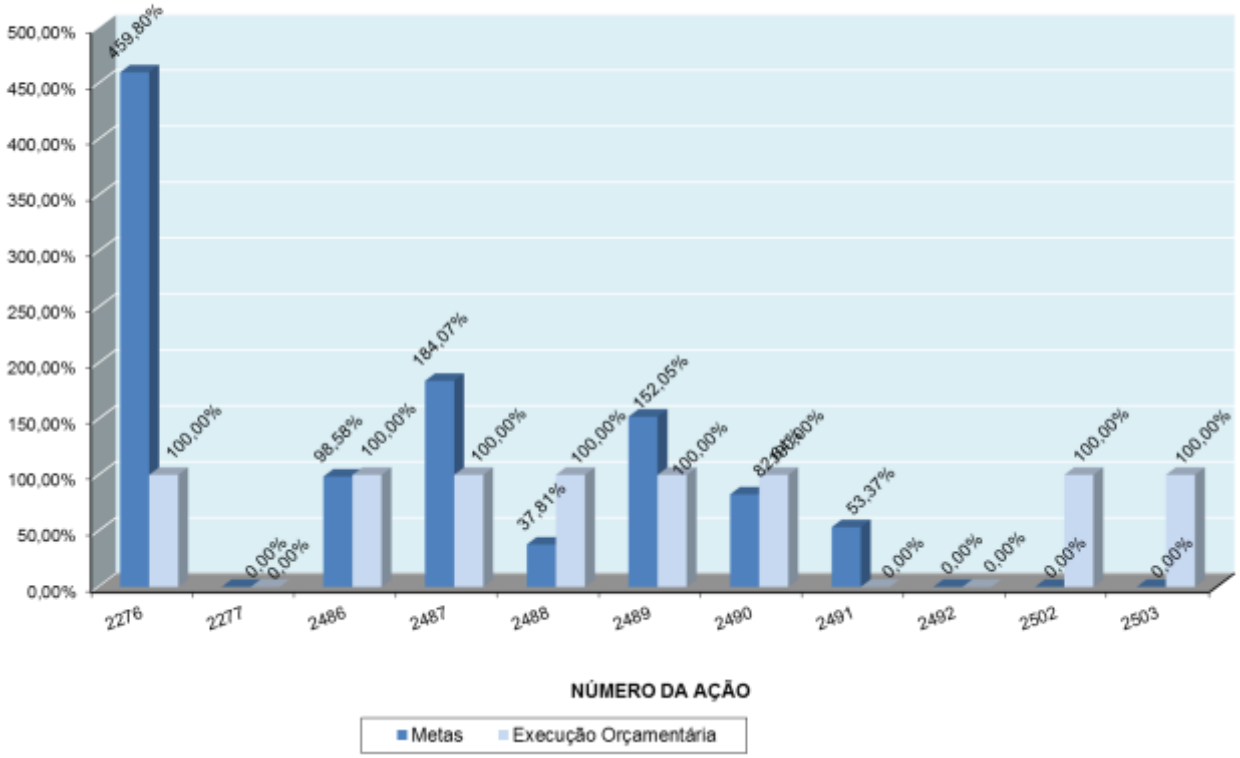
AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
1090 - ADEQUACAO DE UNIDADES POLICIAIS MILITARES		NÃO
4718 - POLÍCIA COMUNITÁRIA INTERAGINDO COM O CIDADÃO		NÃO
4992 - MELHORAR SEMPRE. POLÍCIA COM EXCELÊNCIA		NÃO
4993 - SEGURANÇA TOTAL. PROTEÇÃO INTEGRAL		NÃO
4995 - ESCOLHA CERTA	A META TEVE SUA EXECUÇÃO EM 97,25%. A PEQUENA DIVERGÊNCIA DE 2,75 PONTOS PERCENTUAIS SE JUSTIFICA PELA REDUÇÃO, NESTE ANO, DOS CURSOS E ESTAGIOS, OS QUAIS FORAM SUSPENSOS NO PERÍODO DA COPA FIFA 2014, ONDE GRANDE QUANTIDADE DE POLICIAIS MILITARES FOI EMPREGADA NESTA ATIVIDADE OPERACIONAL EM REGIME ESPECIAL DE TRABALHO.	NÃO
5001 - BEM-ESTAR INTEGRAL	A META TEVE SUA EXECUÇÃO EM 92,20% DEVIDO A REDUÇÃO SAZONAL DO EFETIVO TOTAL. HÁ CLAROS NO DECORRER DO ANO, PROVENIENTES DE APOSENTADORIAS, EXONERAÇÕES, DEMISSÕES, EXPULSÕES E FALECIMENTOS, CLAROS QUE SÃO CONSTANTEMENTE PREENCHIDOS APÓS A INVESTIDURA DE NOVOS POLICIAIS, MEDIANTE PROCESSO SELETIVO E CURSO DE FORMAÇÃO. OUTRO FATOR PREPONDERANTE É O TÉRMINO DO CONTRATO DO SERVIÇO AUXILIAR VOLUNTÁRIO E A DESCONTINUIDADE DA CONTRATAÇÃO ATRAVÉS DESSE PROGRAMA.	NÃO
6066 - POLÍCIA QUE SE VÊ. CUIDANDO DE VOCÊ		NÃO
6068 - POLICIAL VALORIZADO. SOCIEDADE PRESTIGIADA		NÃO

PROGRAMA 2505 - FOMENTO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

OBJETIVO : PROMOVER APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO DOS AGENTES ENVOLVIDOS NA POLÍTICA HABITACIONAL, DESTACANDO: CAPACITAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA PLANEJAMENTO E GESTÃO DA POLÍTICA HABITACIONAL; PROMOÇÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA À MORADIA; FOMENTO À ORGANIZAÇÃO SOCIOCOMUNITÁRIA E TRABALHO SOCIAL PÓS-OCUPAÇÃO.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
22760000 - APOIO AO CREDITO HABITACIONAL	4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000	100,00%	FAMÍLIAS BENEFICIADAS unidade	296	1.361	459,80%
22770000 - ACOES DO FUNDO GARANTIDOR HABITACIONAL - FGH	0	0	0	0	-	FAMÍLIAS BENEFICIADAS unidade			-
24860000 - PARTICIPACAO PROG.NAC.HABITACAO URBANA - FAR	302.617.852	302.617.852	302.617.852	302.617.852	100,00%	UNIDADES HABITACIONAIS unidade	35.475	34.973	98,58%
24870000 - PARTIC. PROG.N.HABITACAO URBANA -ENTIDADES	56.760.000	56.759.999	56.759.999	56.759.999	100,00%	UNIDADES HABITACIONAIS unidade	5.676	10.448	184,07%
24880000 - PARTICIPACAO NO PLANO NAC.HABITACAO RURAL	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000.000	100,00%	UNIDADES HABITACIONAIS unidade	2.838	1.073	37,81%
24890000 - MORADIA MELHOR	19.398.817	19.398.816	19.398.816	2.847.279	100,00%	FAMÍLIAS BENEFICIADAS unidade	828	1.259	152,05%
24900000 - PRODUCAO DE LOTES URB. EM PARC. C/MUNICIPIOS	4.444.650	4.444.649	4.444.649	137.955	100,00%	LOTES URBANIZADOS unidade	887	733	82,64%
24910000 - MICROCREDITO PARA REFORMA DE MORADIAS	0	0	0	0	-	FAMÍLIAS BENEFICIADAS unidade	1.261	673	53,37%
24920000 - PARCERIA PUBLICO PRIVADA - PPP HABITACIONAL	0	0	0	0	-	ESTUDOS unidade	1		0,00%
25020000 - ASSISTENCIA TECNICA HABITACAO INTERESSE SOCIA	4.507.348	4.507.348	4.507.348	3.706.636	100,00%	MUNICÍPIOS ATENDIDOS unidade	273		0,00%
25030000 - SUBSIDIOS HABITACIONAIS	7.744.090	7.744.090	7.744.090	7.744.090	100,00%	FAMÍLIAS BENEFICIADAS unidade	13.494		0,00%
TOTAL	409.472.757	409.472.755	409.472.755	387.813.812	100,00%				

PROGRAMA 2505 - FOMENTO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL



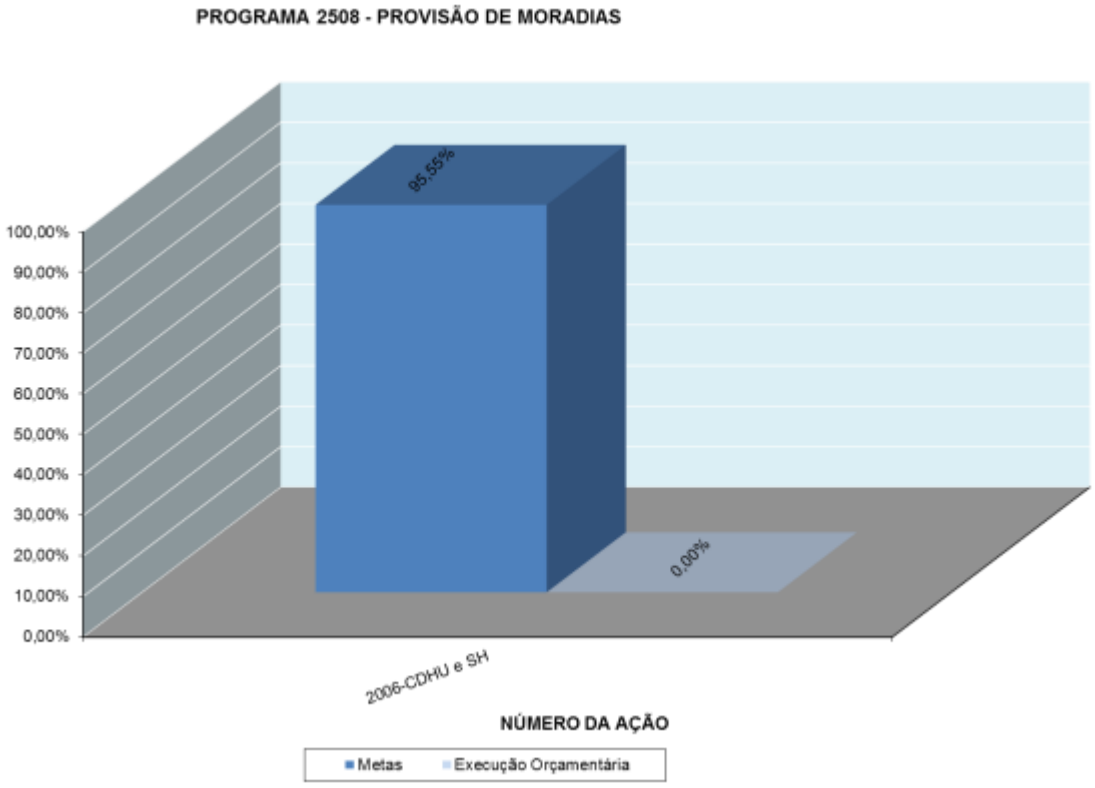
AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
22760000 - APOIO AO CREDITO HABITACIONAL		NÃO
22770000 - ACOES DO FUNDO GARANTIDOR HABITACIONAL - FGH		NÃO
24860000 - PARTICIPACAO PROG.NAC.HABITACAO URBANA - FAR	META PRATICAMENTE ATINGIDA (98,6%). SÓ NÃO FOI SUPERADA PORQUE PARTE DE SEUS RECURSOS FOI REMANEJADA PARA AS AÇÕES 2276 E 2487, DO MESMO PROGRAMA, CUJAS METAS FORAM SUPERADAS.	NÃO
24870000 - PARTIC. PROG.N.HABITACAO URBANA -ENTIDADES		NÃO
24880000 - PARTICIPACAO NO PLANO NAC.HABITACAO RURAL	META CUMPRIDA EM APENAS 37,8%, DEVIDO AO FATO DE O BANCO DO BRASIL, UMA DAS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS NA EXECUÇÃO DA AÇÃO, NÃO TER APRESENTADO PROJETOS APROVADOS QUE PERMITISSEM REALIZAR AS CONTRATAÇÕES. OS APROVADOS PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (OUTRO PARCEIRO) LEVARAM À CONTRATAÇÃO DAS 1.073 UNIDADES MENCIONADAS NESTE RELATÓRIO.	NÃO
24890000 - MORADIA MELHOR		NÃO
24900000 - PRODUCAO DE LOTES URB. EM PARC. C/MUNICIPIOS	META CUMPRIDA EM 82,6%. A DIVERGÊNCIA REFLETE A DIFICULDADE DE PREPARAÇÃO DE PROJETOS PELAS PREFEITURAS MUNICIPAIS.	NÃO
24910000 - MICROCREDITO PARA REFORMA DE MORADIAS	META CUMPRIDA EM 53,3%. POR MEIO DESTA AÇÃO, A SECRETARIA DA HABITAÇÃO REPASSA RECURSOS PARA A SECRETARIA DE EMPREGO E RELAÇÕES DE TRABALHO PARA ATENDER À DEMANDA POR MICROCRÉDITO JUNTO AO BANCO DO POVO PAULISTA.	NÃO
24920000 - PARCERIA PUBLICO PRIVADA - PPP HABITACIONAL	EM 2014 FORAM CONCLUÍDOS OS ESTUDOS E REALIZADO O LANÇAMENTO DO EDITAL DA PRIMEIRA PARCEIRA PÚBLICO-PRIVADA DE HABITAÇÃO SOCIAL DO BRASIL. META CUMPRIDA.	NÃO

25020000 - ASSISTENCIA TECNICA HABITACAO INTERESSE SOCIA	AÇÃO NÃO EXECUTADA PORQUE SEUS RECURSOS FORAM REMANEJADOS PARA OUTRAS AÇÕES, PRIORITÁRIAS PARA A POLÍTICA HABITACIONAL DO ESTADO.	NÃO
25030000 - SUBSIDIOS HABITACIONAIS	AÇÃO NÃO EXECUTADA PORQUE SEUS RECURSOS FORAM REMANEJADOS PARA OUTRAS AÇÕES, PRIORITÁRIAS PARA A POLÍTICA HABITACIONAL DO ESTADO.	NÃO

PROGRAMA 2508 – PROVISÃO DE MORADIAS

OBJETIVO: PROVER MORADIA PARA DEMANDA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL VIA EXECUÇÃO DIRETA OU PARCERIAS COM AGENTES PROMOTORES E FINANCEIROS PÚBLICOS E PRIVADOS , PARA: PRODUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS;FOMENTO À AQUISIÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS PRONTAS OU EM CONSTRUÇÃO E FOMENTO À PRODUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS OU LOTES URBANIZADOS ASSOCIADO À PRODUÇÃO E FINANCIAMENTO DE MORADIA.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
2006 - PRODUÇÃO DE MORADIAS	2.596.274	0	0	0	0,00%	DOMICÍLIOS BENEFICIADOS unidade	9.125	8.719	95,55%
TOTAL	2.596.274	0	0	0	0				

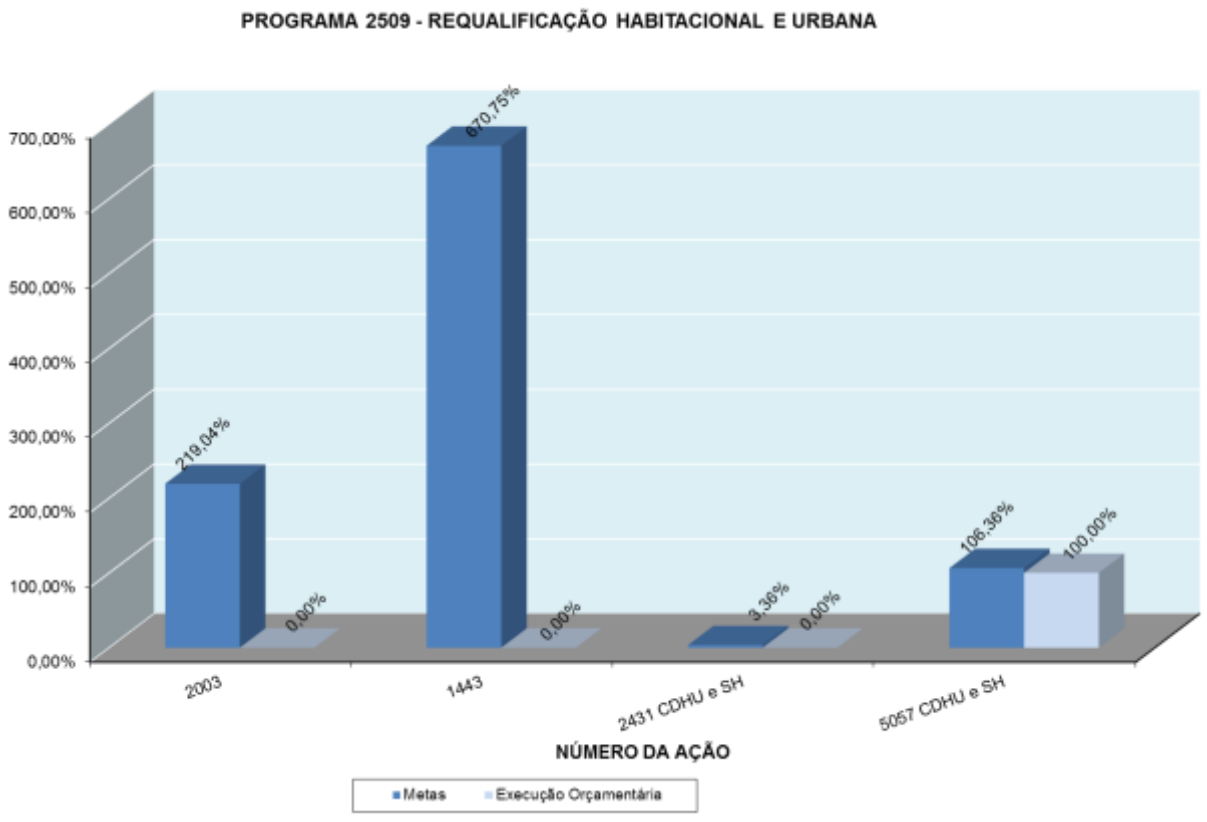


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
2006 - PRODUÇÃO DE MORADIAS	META PRATICAMENTE CUMPRIDA (95,6%). A PEQUENA DIVERGÊNCIA DEVEU-SE À NÃO FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIOS PREVISTOS NO EXERCÍCIO, QUE DEVERÃO SER FIRMADOS EM 2015, PERMITINDO A PRODUÇÃO DAS HABITAÇÕES FALTANTES.	NÃO

PROGRAMA 2509 - REQUALIFICAÇÃO HABITACIONAL E URBANA

OBJETIVO: PROMOVER A REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS CENTRAIS E MELHORIAS HABITACIONAIS E URBANAS, VISANDO À REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS JÁ URBANIZADOS, SUBUTILIZADOS PARA O USO HABITACIONAL, E/OU COM CARÊNCIAS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS, ONDE SE VERIFICA O DÉFICIT DE QUALIDADE URBANA E DE HABITABILIDADE.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2013	REALIZAÇÃO	%
2003 - MELHORIAS HABITACIONAIS	0	0	0	0	-	DOMICÍLIOS BENEFICIADOS (Un.)	12.000	26.285	219,04%
1443- APOIO À ORGANIZAÇÃO SOCIOCOMUNITÁRIA, CONDOMINIAL E INCLUSÃO SOCIAL						FAMÍLIAS BENEFICIADAS unidade	6.250	41.922	670,75%
2431 - REVITALIZACAO DE ÁREAS CENTRAIS	17.541.078	0	0	0	0,00%	DOMICÍLIOS BENEFICIADOS (Un.)	1.488	50	3,36%
5057 - MELHORIAS URBANAS	21.130.520	21.130.519	21.130.519	2.808.557	100,00%	NÚCLEOS BENEFICIADOS (Un.)	346	368	106,36%
TOTAL	38.671.598	21.130.519	21.130.519	2.808.557	54,64%				

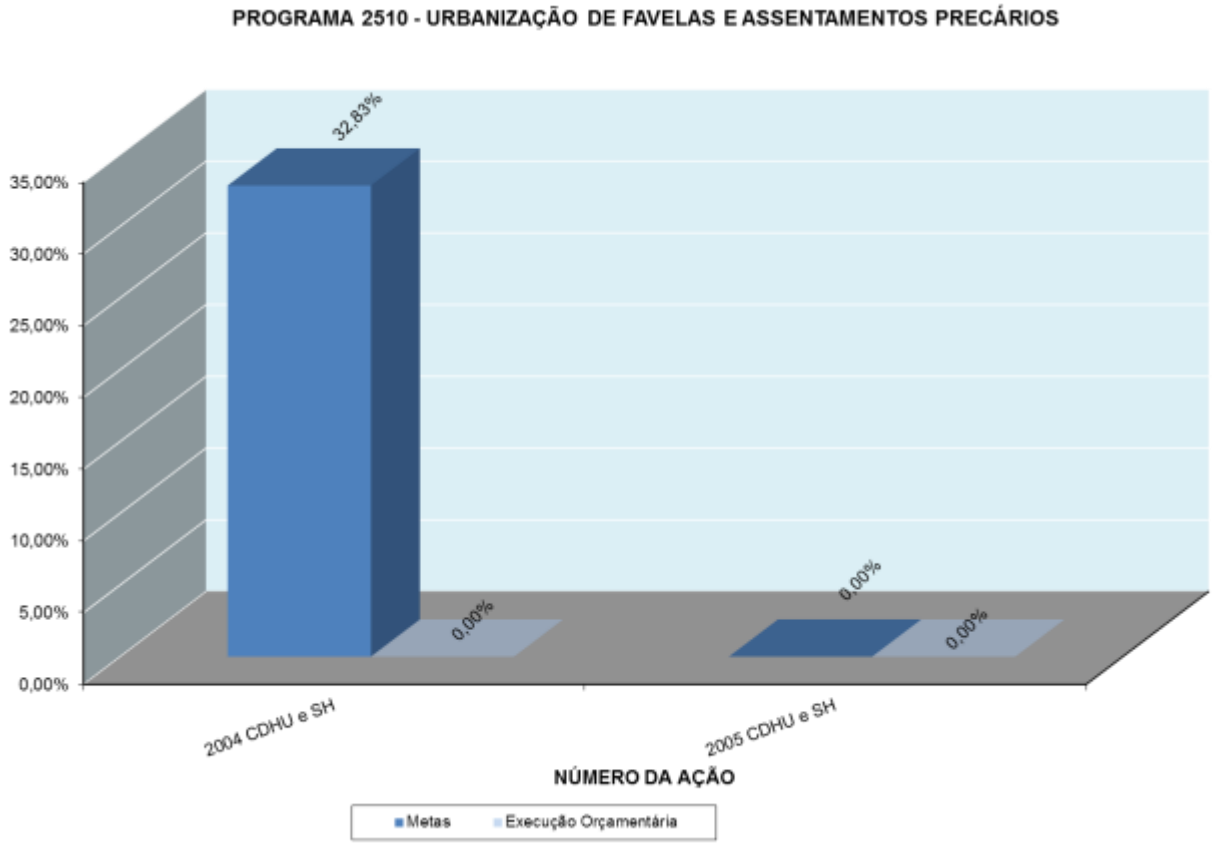


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
2003 - MELHORIAS HABITACIONAIS		NÃO
1443- APOIO À ORGANIZAÇÃO SOCIOCOMUNITÁRIA, CONDOMINIAL E INCLUSÃO SOCIAL		NÃO
2431 - REVITALIZACAO DE ÁREAS CENTRAIS	APENAS PARTE DO RESULTADO DESTA AÇÃO FOI PASSÍVEL DE SER CONTABILIZADO PORQUE, EMBORA OS RECURSOS SEJAM OPERACIONALIZADOS POR MEIO DA MESMA AÇÃO, SÃO UTILIZADOS EM DOIS PROCESSOS DISTINTOS: 1. VIA CDHU: ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE ATUAÇÃO EM CORTIÇOS/DEMANDAS DE ÁREAS CENTRAIS E 2. VIA SH: UNIDADES A SEREM BENEFICIADAS POR REPASSE DE RECURSOS FEDERAIS QUE TRANSITAM PELA SH, MAS QUE SE DESTINAM À EXECUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS/ATENDIMENTOS PELA CDHU EM MAIS DE UM EXERCÍCIO. ESSE FATO IMPOSSIBILITOU A AFERIÇÃO DAS METAS DA SH POR NÃO SE REFERIREM A METAS DE ENTREGAS/CONTRATAÇÃO DE UNIDADES. LOGO OS 50 DOMICÍLIOS AFERIDOS COMO RESULTADO DA AÇÃO CORRESPONDEM APENAS AO RESULTADO DOS TRABALHOS REALIZADOS NO ÂMBITO DA CDHU.	NÃO
5057 - MELHORIAS URBANAS		NÃO

PROGRAMA 2510 - URBANIZAÇÃO DE FAVELAS E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

OBJETIVO: ATUAR EM FAVELAS E ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE MORADIA, INTEGRAÇÃO URBANA E QUALIFICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL; INTEGRAR ATENDIMENTOS POR HABITAÇÃO, SANEAMENTO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA, COM AÇÕES DE URBANIZAÇÃO, ADEQUAÇÃO DE INFRAESTRUTURA, SERVIÇOS E REASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS DE ÁREAS DE RISCO, PROTEÇÃO AMBIENTAL E INTERVENÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
2004 - REASSENTAMENTO HABITACIONAL DE RISCO E FAVELAS	4.319.156	0	0	0	0,00%	DOMICÍLIOS BENEFICIADOS unidade	3.920	1.287	32,83%
2005 - URBANIZACAO DE FAVELAS	41.426.165	0	0	0	0,00%	DOMICÍLIOS BENEFICIADOS unidade	16.599		0,00%
TOTAL	45.745.321	0	0	0	0,00%				

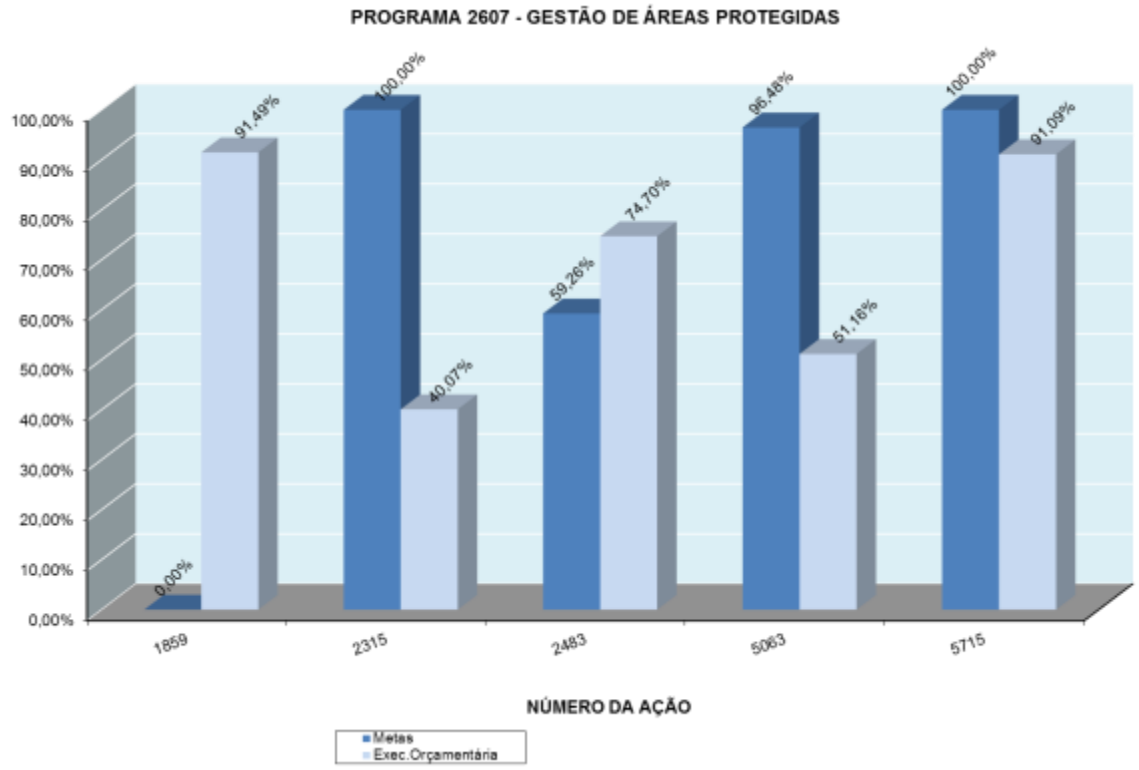


AÇÃO	JJUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
2004 - REASSENTAMENTO HABITACIONAL DE RISCO E FAVELAS	APENAS PARTE DO RESULTADO DESTA AÇÃO FOI PASSÍVEL DE SER CONTABILIZADO PORQUE, EMBORA OS RECURSOS SEJAM OPERACIONALIZADOS POR MEIO DA MESMA AÇÃO, SÃO UTILIZADOS EM DOIS PROCESSOS DISTINTOS: 1. VIA CDHU: ENTREGA DE UHS QUE ESTAVAM EM CANTEIRO EM 2013 E 2. VIA SH: UNIDADES BENEFICIADAS POR REPASSE DE RECURSOS FEDERAIS QUE TRANSITAM PELA SH, MAS QUE SE DESTINAM À EXECUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS PELA CDHU EM MAIS DE UM EXERCÍCIO.ESSE FATO IMPOSSIBILITOU A AFERIÇÃO DAS METAS DA SH POR NÃO SE REFERIREM A METAS DE ENTREGAS/CONTRATAÇÃO DE UNIDADES. OS REGISTROS DOS RESULTADOS DESSA AÇÃO CONTABILIZARAM O CUMPRIMENTO DE 32,8% DE SUA META, CORRESPONDENTE A UHS ENTREGUES PELA CDHU PARA REASSENTAMENTO HABITACIONAL DE RISCO E FAVELAS. OS RESULTADOS FINAIS DE ENTREGAS EM 2014 REFLETEM AINDA AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NO COMPLEXO PROCESSO DE REALIZAÇÃO DA REMOÇÃO E REASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS OCUPANTES DE ÁREAS DE INTERVENÇÃO PARA URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS, REMOÇÃO DE RISCO E REALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO E MOBILIDADE DE CARÁTER REGIONAL.	NÃO
2005 - URBANIZACAO DE FAVELAS	O RESULTADO DESTA AÇÃO FOI PASSÍVEL DE SER CONTABILIZADO PORQUE, EMBORA OS RECURSOS SEJAM OPERACIONALIZADOS POR MEIO DA MESMA AÇÃO, SÃO UTILIZADOS EM DOIS PROCESSOS DISTINTOS:1. VIA CDHU: ENTREGA DE OBRAS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS/ASSENTAMENTOS HABITACIONAIS QUE ESTAVAM EM CANTEIRO E 2. VIA SH: DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR REPASSE DE RECURSOS FEDERAIS QUE TRANSITAM PELA SH, MAS QUE SE DESTINAM À EXECUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS/ATENDIMENTOS PELA CDHU EM MAIS DE UM EXERCÍCIO. ESSE FATO IMPOSSIBILITOU A AFERIÇÃO DAS METAS DA SH POR NÃO SE REFERIREM A METAS DE ENTREGAS E/OU CONTRATAÇÃO DE UNIDADES. A CDHU ESTÁ EXECUTANDO AS OBRAS PREVISTAS NESTA AÇÃO PARA URBANIZAÇÃO DA ÁREA SÃO BERNARDO CAMPO T, EM CONVÊNIO COM A PREFEITURA MUNICIPAL, ALÉM DE CANTEIRO DE OBRAS COM 2960 ATENDIMENTOS EM ANDAMENTO, NAS ÁREAS JARDIM SANTO ANDRÉ (SANTO ANDRÉ), PIMENTAS (GUARULHOS) E VILA FERREIRA (SÃO BERNARDO DO CAMPO. SÃO EXPRESSIVOS OS DESAFIOS PARA CUMPRIMENTO DOS CRONOGRAMAS NESSE TIPO DE INTERVENÇÃO, QUE ENVOLVEM A ERRADICAÇÃO DE SITUAÇÕES DE RISCO, A IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA, A RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, COM APOIO DE EMPREENDIMENTOS PARA REASSENTAMENTO HABITACIONAL DE FAMÍLIAS REMOVIDAS DAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO.	NÃO

PROGRAMA 2607 - GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS

OBJETIVO: PROMOVER A VALORIZAÇÃO DA BIODIVERSIDADE EM ÁREAS PROTEGIDAS ESTADUAIS ATRAVÉS DE AÇÕES QUE AGREGUEM VALOR AOS BENS E SERVIÇOS GERADOS PELA CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
1859 - DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA REGIÃO DA MATA ATLÂNTICA	249.529	228.291	228.291	182.528	91,49%	PARQUES ESTADUAIS ABRANGIDOS (Un.)			-
2315 - RECUP. SERRA DO MAR E MOSAICOS MATA ATLANTICA	64.225.491	25.734.481	25.734.481	14.401.555	40,07%	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BENEFICIADAS unidade	13	13	100,00%
24830000 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LITORAL PAULISTA	8.135.008	6.076.760	6.076.760	309.360	74,70%	MUNICÍPIOS ATENDIDOS unidade	27	16	59,26%
5063 - GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	90.002.540	46.046.884	46.046.884	43.703.833	51,16%	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO GERENCIADAS unidade	142	137	96,48%
5715 - GESTAO AMBIENTAL DA SERRA DO MAR	15.575.086	14.188.034	14.188.034	13.146.450	91,09%	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MANTIDAS unidade	13	13	100,00%
TOTAL	178.187.654	92.274.451	92.274.451	71.743.726	51,78%				

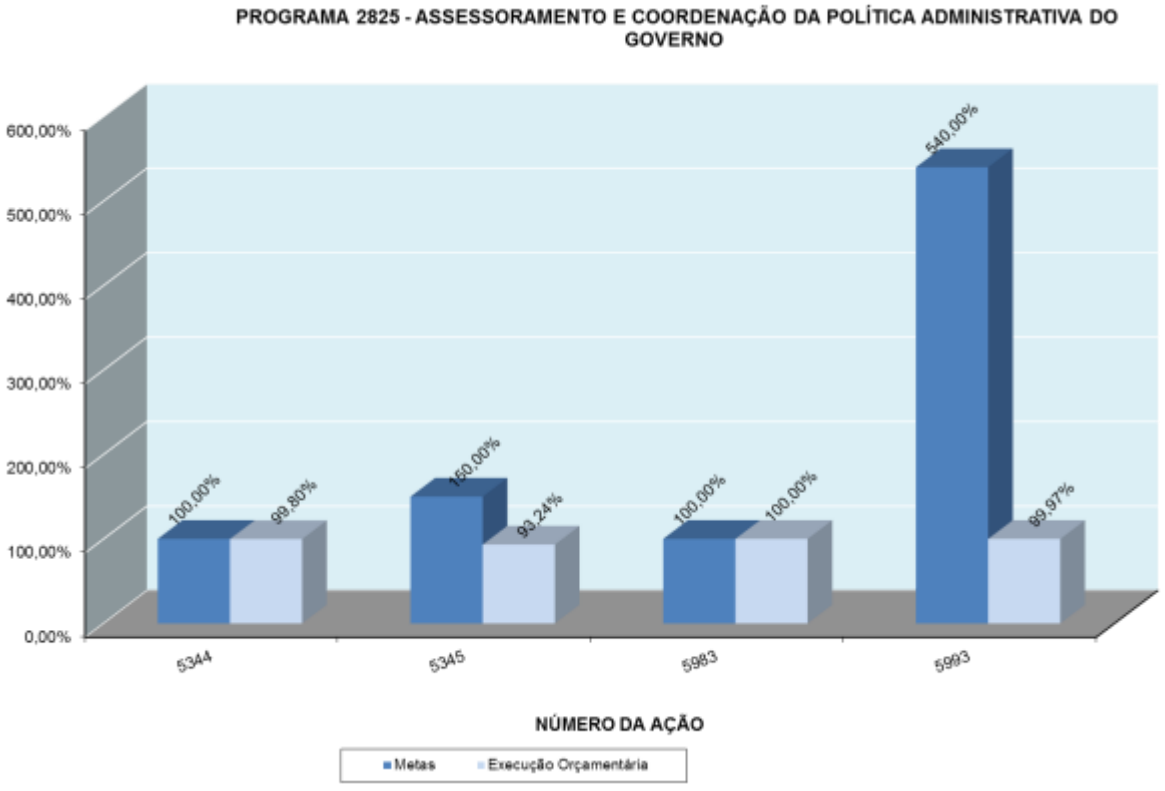


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL?
1859 - DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA REGIÃO DA MATA ATLÂNTICA		NÃO
2315 - RECUP. SERRA DO MAR E MOSAICOS MATA ATLANTICA		NÃO
24830000 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL LITORAL PAULISTA	NO INÍCIO DO EXERCÍCIO HOUVE UMA REAVALIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS ATRAVÉS DA AÇÃO E, POR CONSEQUÊNCIA, A REDUÇÃO DA META FÍSICA. MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA AÇÃO: CANANÉIA, IGUAPE, ILHA COMPRIDA, ITANHAÉM, PERUÍBE, MONGAGUÁ, PRAIA GRANDE, SÃO VICENTE, SANTOS, CUBATÃO, GUARUJÁ, BERTIOGA, SÃO SEBASTIÃO, ILHABELA, CARAGUATATUBA E UBATUBA.	NÃO
5063 - GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	META PRATICAMENTE ATINGIDA (96,47%). A PEQUENA DIVERGÊNCIA SE JUSTIFICA PELO FATO DE SEU PLANEJAMENTO TER LEVADO EM CONSIDERAÇÃO AS SEIS UNIDADES QUE COMPÕEM O MOSAICO DA JURÉIA. ENTRETANTO, EM FACE DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE QUE TRAMITOU PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DURANTE O ANO DE 2014, OPTOU-SE POR CONSIDERAR APENAS A ESTAÇÃO ECOLÓGICA DA JURÉIA-ITATINS PARA EFEITOS DE META, DESCONSIDERANDO-SE, PORTANTO, AS DEMAIS CINCO UNIDADES QUE HOJE COMPÕEM O MOSAICO.	NÃO
5715 - GESTAO AMBIENTAL DA SERRA DO MAR		NÃO

PROGRAMA 2825 - ASSESSORAMENTO E COORDENAÇÃO DA POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO GOVERNO

OBJETIVO: PROVER AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MEIOS PARA DESEMPENHAR SUAS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS E ARTICULAR OS ATOS DE SUA GESTÃO

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
5344 - GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA	228.991.921	228.527.902	228.527.902	205.843.257	99,80%	SERVIÇOS REALIZADOS unidade	2	2	100,00%
5345 - COORDENAÇÃO E OPERAÇÃO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	12.797.352	11.932.274	11.932.274	10.236.589	93,24%	SERVIÇOS REALIZADOS unidade	2	3	150,00%
5983 - GESTÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNO	8.637	8.637	8.637	8.637	100,00%	SERVIÇOS REALIZADOS unidade	2	2	100,00%
5993 - DIVULG.PRESERV. EST.ACERVO ARTISTICO-CULTURAL	324.013	323.904	323.904	262.044	99,97%	EVENTOS REALIZADOS unidade	5	27	540,00%
TOTAL	242.121.923	240.792.717	240.792.717	216.350.526	99,45%				

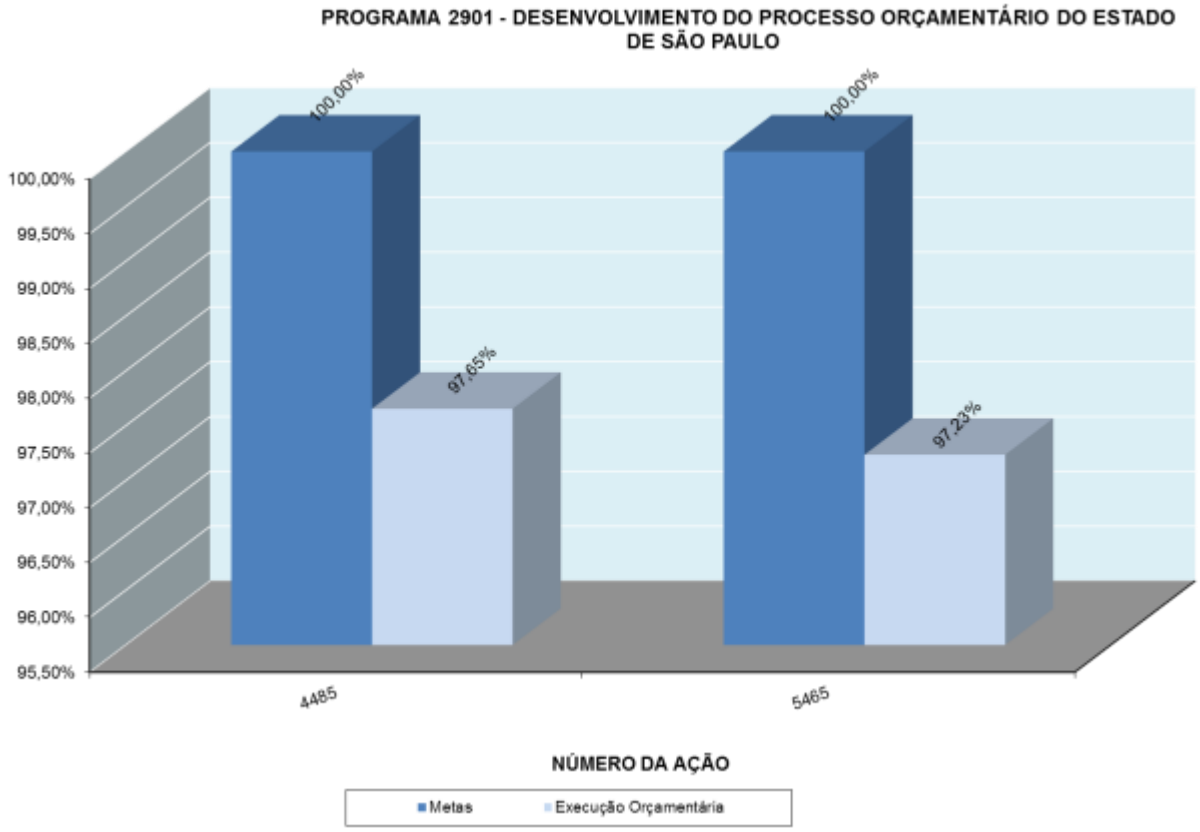


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL?
5344 - GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA		NÃO
5345 - COORDENAÇÃO E OPERAÇÃO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL		NÃO
5983 - GESTÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNO		NÃO
5993 - DIVULG.PRESERV. EST.ACERVO ARTISTICO-CULTURAL		NÃO

PROGRAMA 2901 - DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

OBJETIVO: OBTER SUBSÍDIOS TÉCNICOS E INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS QUE GARANTAM A QUALIDADE DA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS ANUAIS E DAS CORRESPONDENTES DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
4485 - GESTAO DO PROCESSO ORCAMENTARIO DO ESTADO	5.983.203	5.842.834	5.842.834	5.272.756	97,65%	RELATÓRIOS TÉCNICOS unidade	12	12	100,00%
5465 - ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO	19.590	19.048	19.048	19.048	97,23%	LDO E ORÇAMENTOS ELABORADOS E ACOMPANHADOS unidade	2	2	100,00%
TOTAL	6.002.793	5.861.882	5.861.882	5.291.805	97,65%				

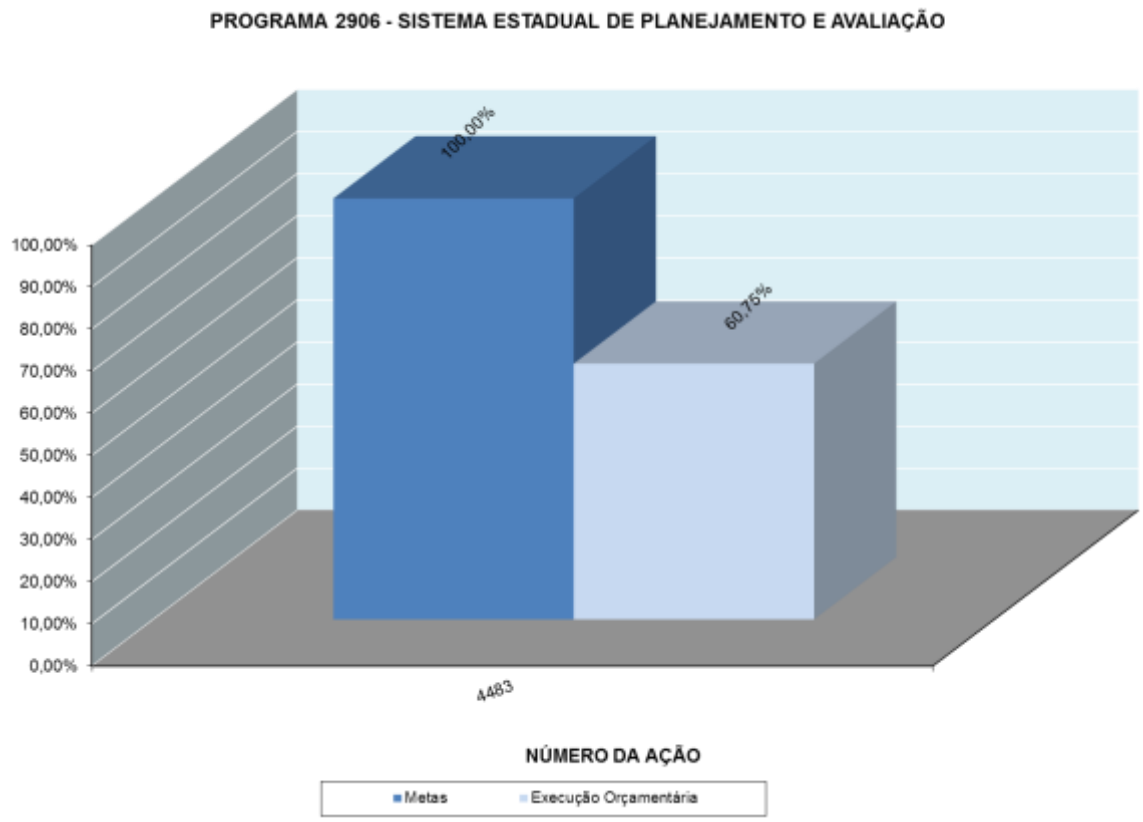


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL?
4485 - GESTAO DO PROCESSO ORCAMENTARIO DO ESTADO		NÃO
5465 - ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO		NÃO

PROGRAMA 2906 - SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

OBJETIVO: DESENVOLVER E CONSOLIDAR UM SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO INTEGRADO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, QUE POSSIBILITE, COM BASE NO PLANO PLURIANUAL, O CUMPRIMENTO DOS PLANOS, DAS DIRETRIZES E METAS DO GOVERNO, SEU MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
4483 - MONITORAMENTO AVALIACAO PROGRAMAS E ACOES PPA	7.155.655	4.347.226	4.347.226	3.955.081	60,75%	PROGRAMAS MONITORADOS unidade	175	175	100,00%
TOTAL	7.155.655	4.347.226	4.347.226	3.955.081	60,75%				

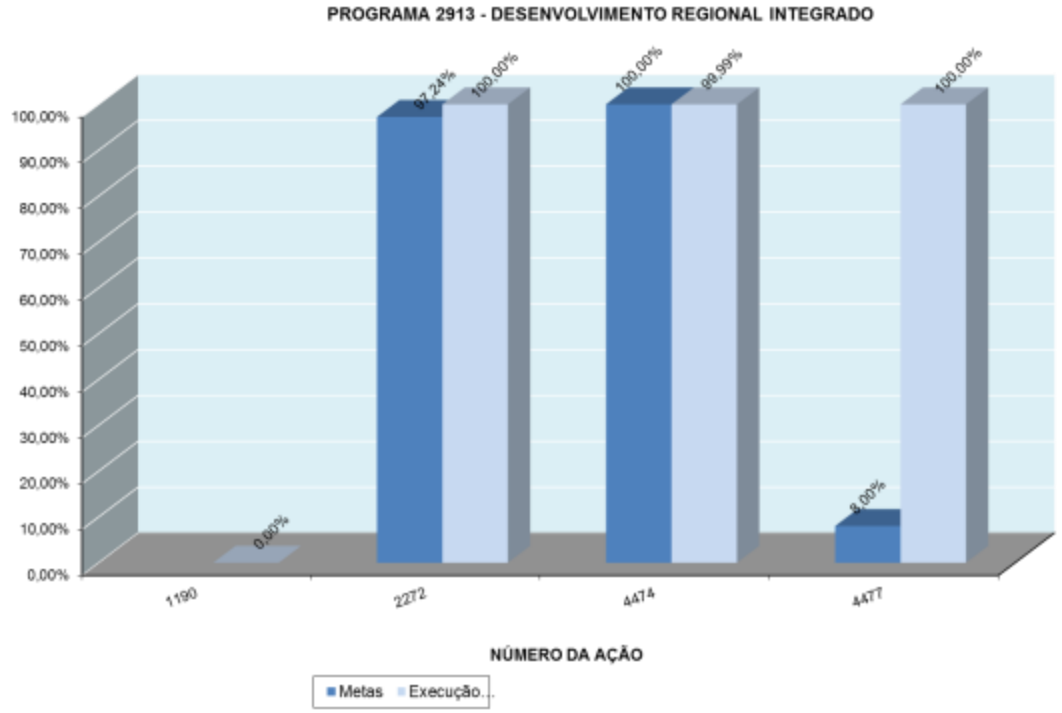


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL?
4483 - MONITORAMENTO AVALIACAO PROGRAMAS E ACOES PPA		NÃO

PROGRAMA 2913 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO

OBJETIVO: PROPOR, FOMENTAR, APOIAR E ACOMPANHAR DIRETRIZES E AÇÕES PARA PROMOVER O DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
11900000 - FINANCIAMENTO PROJ.DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0	0	0	0	-	PROJETOS FINANACIADOS (Un.)	-	-	-
22720000 - ATUACAO ESPECIAL EM MUNICIPIOS	291.449.008	291.448.930	291.448.930	253.860.238	100,00%	CONVÊNIOS FIRMADOS unidade	1.050	1.021	97,24%
44740000 - ORGANIZACAO E ARTICULACAO REGIONAL	8.771.519	8.770.684	8.770.684	8.770.684	99,99%	AÇÕES DESENVOLVIDAS unidade	1	1	100,00%
44770000 - ARTICULACAO MUNIC. E CONSORCIOS DE MUNICIPIOS	14.874.178	14.874.178	14.874.178	9.506.445	100,00%	CONVÊNIOS FIRMADOS unidade	100	8	8,00%
TOTAL	315.094.705	315.093.791	315.093.791	272.137.368	100,00%				

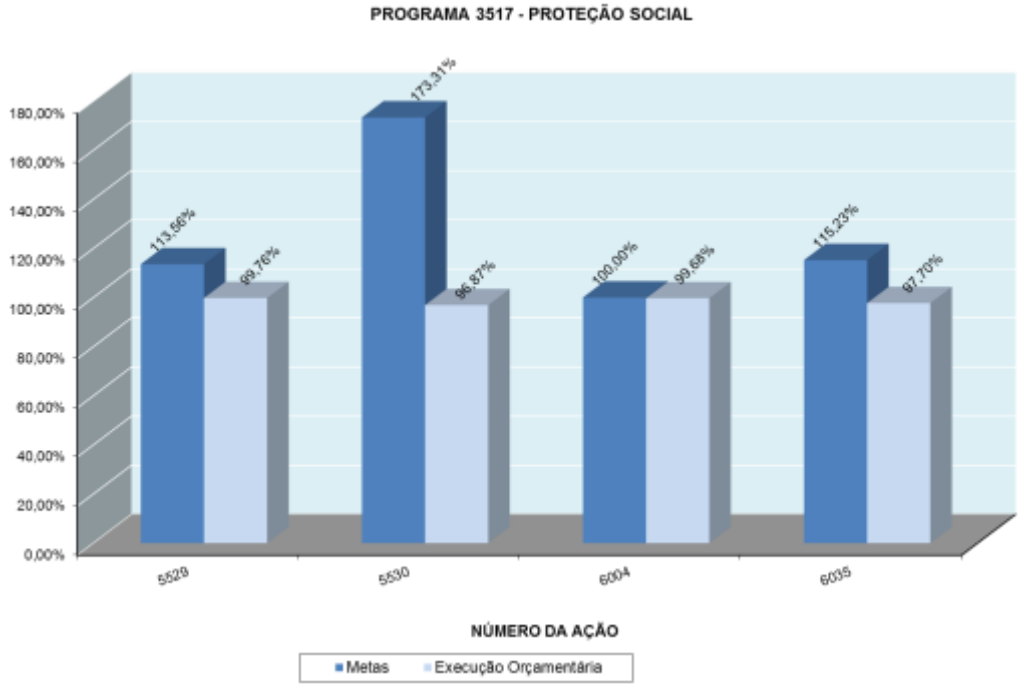


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL?
11900000 - FINANCIAMENTO PROJ.DESENVOLVIMENTO REGIONAL		NÃO
22720000 - ATUACAO ESPECIAL EM MUNICIPIOS	A DOTAÇÃO TOTAL DISPONIBILIZADA PARA O PROGRAMA FOI EMPENHADA EM 1023 CONVÊNIOS, TENDO REALIZADO 1015 NA AÇÃO 2272 E 8 NA AÇÃO 4477. A META ANUAL DESTA AÇÃO NÃO TOTALIZA 1050 CONVÊNIOS, EM RAZÃO DE QUE DIVERSOS PROJETOS FORAM AGLUTINADOS EM UM MESMO CONVÊNIO POR MUNICÍPIO, PROVOCANDO REFLEXO NA META REALIZADA.	NÃO
44740000 - ORGANIZACAO E ARTICULACAO REGIONAL		NÃO
44770000 - ARTICULACAO MUNIC. E CONSORCIOS DE MUNICIPIOS	A DOTAÇÃO TOTAL DISPONIBILIZADA PARA O PROGRAMA FOI EMPENHADA EM 1029 CONVÊNIOS, TENDO REALIZADO 8 NA AÇÃO 4477 E 1021 NA AÇÃO 2272. A META ANUAL DESTA AÇÃO NÃO TOTALIZA 100 CONVÊNIOS, EM RAZÃO DE QUE DIVERSOS PROJETOS FORAM AGLUTINADOS EM UM MESMO CONVÊNIO POR MUNICÍPIO, PROVOCANDO REFLEXO NA META REALIZADA.	NÃO

PROGRAMA 3517 - PROTEÇÃO SOCIAL

OBJETIVO: MONITORAR, ASSESSORAR E CONCEDER APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO A MUNICÍPIOS, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
55290000 - ATENCAO ESPECIAL A FAMILIA	6.704.613	6.688.517	6.688.517	5.989.455	99,76%	EQUIPAMENTOS IMPLANTADOS unidade	59	67	113,56%
55300000 - PROTECAO SOCIAL BASICA - PISO SOCIAL	117.397.747	113.728.653	113.728.653	105.258.417	96,87%	BENEFICIÁRIOS ATENDIDOS unidade	3.203.000	5.551.000	173,31%
60040000 - LIBERDADE ASSISTIDA	21.729.159	21.660.408	21.660.408	19.647.429	99,68%	ADOLESCENTES BENEFICIADOS unidade	18	18	100,00%
60350000 - PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - REINS. E INCL.SOC.	100.538.117	98.221.463	98.221.463	89.766.847	97,70%	BENEFICIÁRIOS ATENDIDOS unidade	1.050.000	1.209.924	115,23%
TOTAL	246.369.636	240.299.041	240.299.041	220.662.148	97,54%				



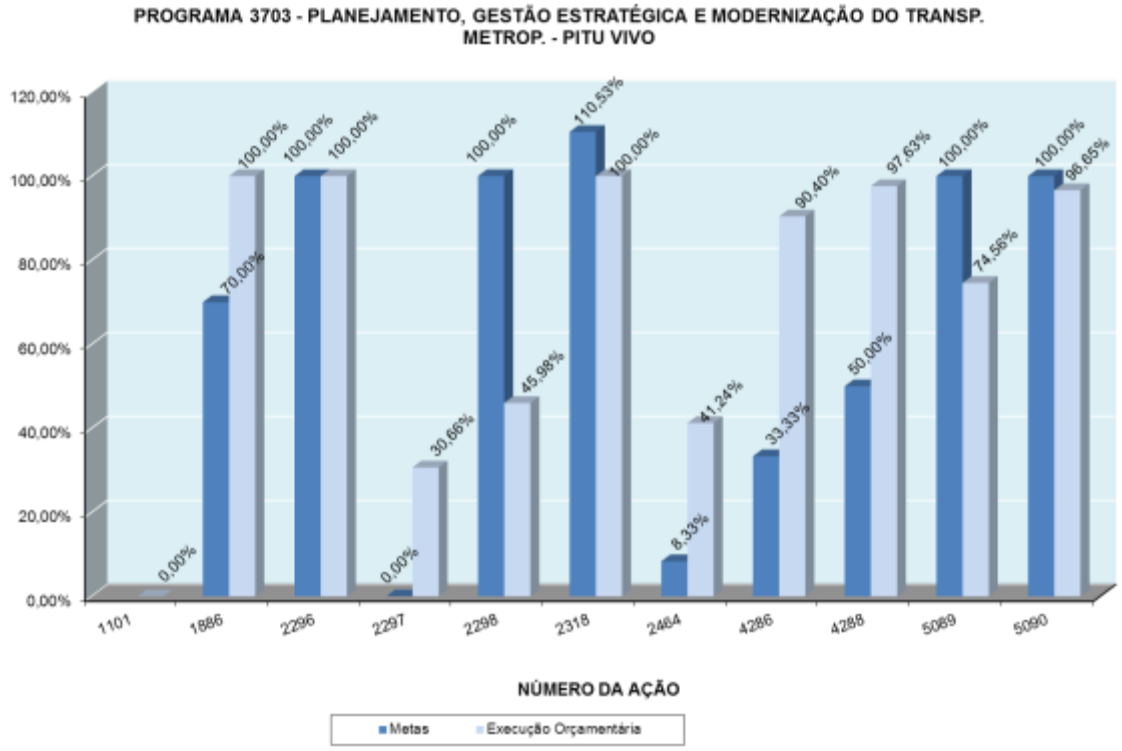
AÇÃO	JUSTIFICATIVAS	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL?
55290000 - ATENCAO ESPECIAL A FAMILIA		NÃO
55300000 - PROTECAO SOCIAL BASICA - PISO SOCIAL		NÃO
60040000 - LIBERDADE ASSISTIDA		NÃO
60350000 - PROTECAO SOCIAL ESPECIAL - REINS. E INCL.SOC.		NÃO

PROGRAMA 3703 - PLANEJAMENTO, GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO DO

TRANSP. METROP. - PITU VIVO

OBJETIVO: ELABORAR O PLANEJAMENTO E COORDENAR A GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO DO TRANSPORTE METROPOLITANO DE PASSAGEIROS COM O OBJETIVO DE AMPLIAR A MOBILIDADE DA POPULAÇÃO, ESTABELECER UMA POLÍTICA TARIFÁRIA EQUILIBRADA, REDUZIR OS TEMPOS DE VIAGENS DOS USUÁRIOS, AMPLIAR O PREDOMÍNIO DOTRANSPORTE PÚBLICO SOBRE O INDIVIDUAL E PROMOVER A INTEGRAÇÃO ENTRE TRANSPORTE, USO DO SOLO E MEIO AMBIENTE.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
11010000 - ESTUDOS MODELAGEM FINANC.TRANSP.METROPOLITANO	8	0	0	0	0,00%	CONTRATOS VIGENTES (Un.)	-		
18860000 - MONIT.FISCALIZ.CONCESSOES PARC. INIC.PRIVADA	19.039.811	19.039.810	19.039.810	16.659.834	100,00%	ESTAÇÕES CONCEDIDAS FISCALIZADAS unidade	10	7	70,00%
22960000 - MODERNIZ. SIST.METROFERROVIARIO METROP.-BID	8.154.538	8.154.538	8.154.538	83.732	100,00%	LUGARES DISPONÍVEIS POR HORA SENTIDO unidade	29.700	29.700	100,00%
22970000 - MODERN. MAT.ROD.SIST.FERROV.METROP.-BIRD/JBIC	27.830.000	8.531.895	8.531.895	8.531.895	30,66%	TRENS ENTREGUES unidade	9		0,00%
22980000 - MODERNIZACAO SIST.METROV. FERROV.-BIRD/JBIC	109.922.600	50.543.653	50.543.653	46.149.036	45,98%	LUGARES DISPONÍVEIS POR HORA SENTIDO unidade	48.130	48.130	100,00%
23180000 - MODERNIZ. MATERIAL RODANTE METROVIARIO-BIRD	288.083.000	288.083.000	288.083.000	179.001.992	100,00%	TRENS ENTREGUES unidade	19	21	110,53%
24640000 - MODERNIZ.MAT.RODANTE SIST.METROP.TRANSPORTE	348.173.687	143.572.563	143.572.563	136.959.478	41,24%	TRENS ENTREGUES unidade	12	1	8,33%
42860000 - MONIT. QUALID. CUSTOS SERV.DE TRANSP. METROP.	141.490	127.910	127.910	127.910	90,40%	CONTRATOS VIGENTES unidade	3	1	33,33%
42880000 - PLANEJ.GESTAO ACOES SIST.TRANSP.METROPOLITANO	38.296.402	37.387.960	37.387.960	33.403.600	97,63%	CONTRATOS VIGENTES unidade	4	2	50,00%
50890000 - COMUNICACAO ARTIC.INST.TRANSP.METROPOLITANOS	2.906.703	2.167.298	2.167.298	1.490.045	74,56%	CONTRATOS VIGENTES unidade	2	2	100,00%
50900000 - COORD. ADM.GERAL DA SEC.TRANSP.METROPOLITANOS	76.145.492	73.594.631	73.594.631	54.382.701	96,65%	UNIDADE ATENDIDA unidade	1	1	100,00%
TOTAL	918.693.731	631.203.258	631.203.258	476.790.223	68,71%				

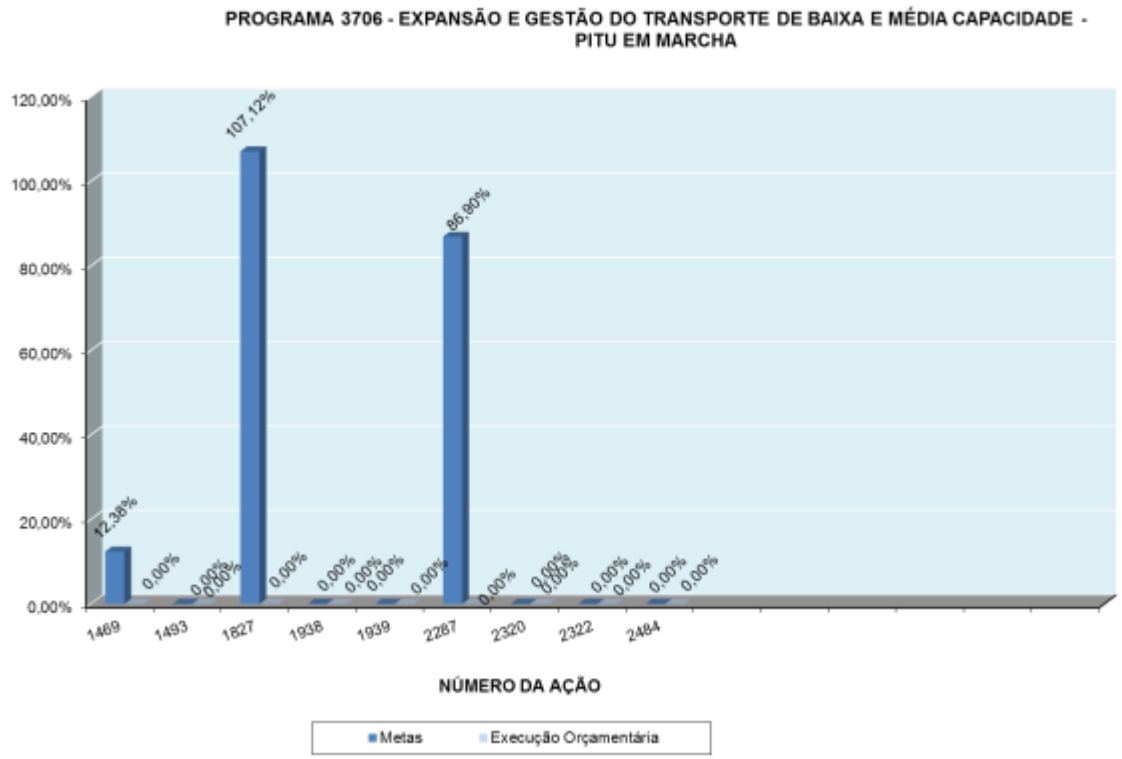


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL?
11010000 - ESTUDOS MODELAGEM FINANC.TRANSP.METROPOLITANO		NÃO
18860000 - MONIT.FISCALIZ.CONCESSOES PARC. INIC.PRIVADA	FORAM CUMPRIDOS 70% DA META PREVISTA. O METRÔ INFORMOU NOVA PROGRAMAÇÃO DAS ESTAÇÕES CONCEDIDAS E FISCALIZADAS POR MEIO DO OFÍCIO P. N.° 357/2013 A ESTAÇÃO OSCAR FREIRE, QUE DEVERIA TER ENTRADO EM OPERAÇÃO EM DEZEMBRO DE 2014, FOI POSTERGADA DEVIDO A ATRASOS DAS OBRAS CIVIS E SISTEMAS A CARGO DO METRÔ.	NÃO
22960000 - MODERNIZ. SIST.METROFERROVIARIO METROP.-BID		NÃO
22970000 - MODERN. MAT.ROD.SIST.FERROV.METROP.-BIRD/JBIC	DE FATO, A META FÍSICA DESTA AÇÃO JÁ HAVIA SIDO ALCANÇADA EM 2013. SUA MANUTENÇÃO NA LOA DE 2014 DECORREU DA EXISTÊNCIA DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA NESTE EXERCÍCIO PARA PAGAMENTOS RELACIONADOS AOS BENS ENTREGUES.	NÃO
22980000 - MODERNIZACAO SIST.METROV. FERROV.-BIRD/JBIC		NÃO
23180000 - MODERNIZ. MATERIAL RODANTE METROVIARIO-BIRD		NÃO
24640000 - MODERNIZ.MAT.RODANTE SIST.METROP.TRANSPORTE	META CUMPRIDA EM APENAS 8,3%, PORQUE A EMPRESA CONTRATADA PARA O FORNECIMENTO DESSES TRENS TEVE PROBLEMAS PARA CUMPRIR OS PRAZOS CONTRATUAIS. AS ENTREGAS PREVISTAS FORAM REPROGRAMADAS PARA O EXERCÍCIO DE 2015, VISANDO RESGUARDAR A DATA ORIGINALMENTE PREVISTA PARA A CONCLUSÃO DO OBJETO (2015).	NÃO
42860000 - MONIT. QUALID. CUSTOS SERV.DE TRANSP. METROP.	FORAM REALIZADOS 33,3% DA META PREVISTA, EM FUNÇÃO DE DIFICULDADES ADMINISTRATIVAS QUE SÓ PERMITIRAM A EXECUÇÃO DE UM DOS TRÊS CONTRATOS ORIGINALMENTE PREVISTOS NESTA AÇÃO.	NÃO
42880000 - PLANEJ.GESTAO ACOES SIST.TRANSP.METROPOLITANO	FORAM CUMPRIDOS 50,0% DA META PREVISTA EM FUNÇÃO DE DIFICULDADES ADMINISTRATIVAS QUE SÓ PERMITIRAM A EXECUÇÃO DE DOIS DOS QUATRO CONTRATOS ORIGINALMENTE PREVISTOS NESTA AÇÃO.	NÃO
50890000 - COMUNICACAO ARTIC.INST.TRANSP.METROPOLITANOS		NÃO
50900000 - COORD. ADM.GERAL DA SEC.TRANSP.METROPOLITANOS		NÃO

PROGRAMA 3706 - EXPANSÃO E GESTÃO DO TRANSPORTE DE BAIXA E MÉDIA CAPACIDADE - PITU EM MARCHA

OBJETIVO: AMPLIAR O TRANSPORTE PÚBLICO METROPOLITANO E A SUA PARTICIPAÇÃO NA DIVISÃO MODAL DAS VIAGENS MOTORIZADAS DAS REGIÕES METROPOLITANAS, POR MEIO DA ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE MÉDIA CAPACIDADE, RACIONALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS ÁREAS ATENDIDAS E DA CAPACIDADE INSTALADA. OFERECER SERVIÇOS DE MELHOR QUALIDADE, MAIOR ACESSIBILIDADE E OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL, ESPECIALMENTE DE BAIXA RENDA.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
1469 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO METROPOLITANO - SIM DA BAIXADA SANTISTA					0,00%	SISTEMA IMPLANTADO %	20,2	2,50	12,38%
1493 - SISTEMA VIÁRIO DE INTERESSE METROPOLITANO - SIVIM - IMPLANTAÇÃO					0,00%	PROJETOS IMPLANTADOS unidade		3,29	-
1827 - TRANSPORTE PÚBLICO METROPOLITANO VINCULADO À EMTU - GERENCIAMENTO					0,00%	PASSAGEIROS TRANSPORTADOS unidade	587.577.600	629.387.199	107,12%
1938 - CORREDOR METROPOLITANO NOROESTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS - EXPANSÃO					0,00%	EXPANSÃO IMPLANTADA %		11,20	-
1939 - CORREDOR METROPOLITANO GUARULHOS-TUCURUVI DA REG.METROPOLITANA DE SÃO PAULO - IMPLANTAÇÃO					0,00%	CORREDOR IMPLANTADO %		12,15	-
2287 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR METROPOLITANO ITAPEVI-SÃO PAULO					0,00%	CORREDOR IMPLANTADO %	25,2	21,90	86,90%
2320 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR METROPOLITANO ARUJÁ - ITAQUAQUECETUBA					0,00%	CORREDOR IMPLANTADO %		2,00	-
2322 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR METROPOLITANO PERIMETRAL LESTE					0,00%	CORREDOR IMPLANTADO %		5,14	-
24840000 - APOIO A PPP OPER.CONSTR.VLT SIM B.SANTISTA	10	0	0	0	0,00%	CONTRATOS (unidade)			-
TOTAL	10	0	0	0	0,00%				

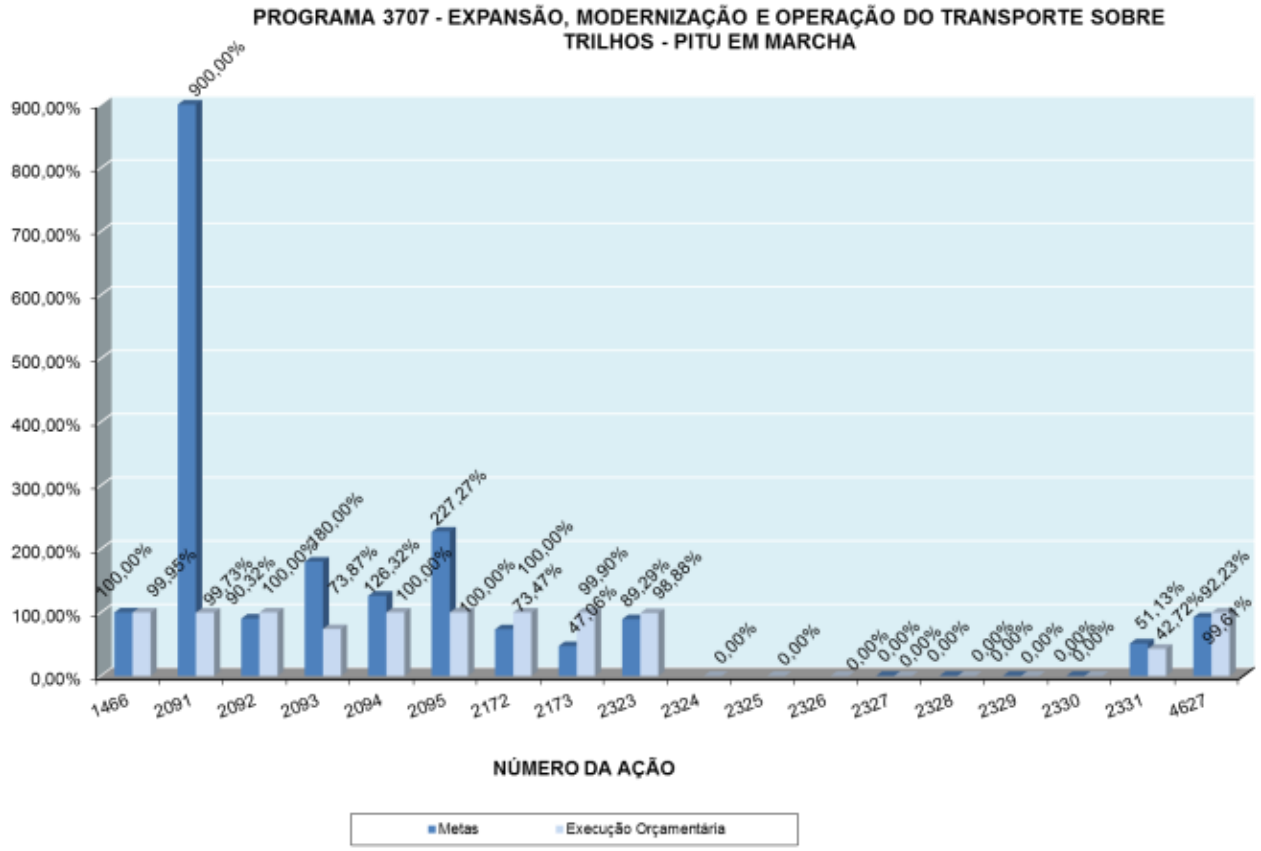


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL
1469 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO METROPOLITANO - SIM DA BAIXADA SANTISTA	A META DESTA AÇÃO FOI CUMPRIDA EM 12,4% DEVIDO A UMA SÉRIE DE ALTERAÇÕES NÃO PREVISTAS EM SUA EXECUÇÃO, COMO A INCLUSÃO DO PÁTIO NA OBRA DO TRECHO BARREIROS-PORTO; O ATRASO NA EMISSÃO DO PARECER DO EIA-RIMA, ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DAS METAS E INCLUSÃO DO BRT PRAIA GRANDE-S. VICENTE.	NÃO
1493 - SISTEMA VIÁRIO DE INTERESSE METROPOLITANO - SIVIM - IMPLANTAÇÃO		NÃO
1827 - TRANSPORTE PÚBLICO METROPOLITANO VINCULADO À EMTU - GERENCIAMENTO		NÃO
1938 - CORREDOR METROPOLITANO NOROESTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS - EXPANSÃO		NÃO
1939 - CORREDOR METROPOLITANO GUARULHOS-TUCURUVI DA REG.METROPOLITANA DE SÃO PAULO - IMPLANTAÇÃO		NÃO
2287 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR METROPOLITANO ITAPEVI-SÃO PAULO	A META FOI CUMPRIDA EM 86,9%, DEVIDO AO RETARDAMENTO DA EXECUÇÃO DAS OBRAS DECORRENTE DA DEMORA NA DESAPROPRIAÇÃO DOS TRECHOS QUE IMPLICARAM DIFICULDADES NA OBTENÇÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO.	NÃO
2320 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR METROPOLITANO ARUJÁ - ITAQUAQUECETUBA		NÃO
2322 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR METROPOLITANO PERIMETRAL LESTE		NÃO
24840000 - APOIO A PPP OPER.CONSTR.VLT SIM B.SANTISTA		NÃO

PROGRAMA 3707 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE SOBRE TRILHOS - PITU EM MARCHA

OBJETIVO: AMPLIAR A UTILIDADE DA MALHA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS SOBRE TRILHOS NAS REGIÕES METROPOLITANAS E AGLOMERADOS URBANOS DE SÃO PAULO, EXPANDINDO E MODERNIZANDO SEUS SERVIÇOS, ADEQUANDO-SE ÀS EXIGÊNCIAS DE MOBILIDADE E AO VOLUME DE DEMANDA, INTEGRADA À REDE EXISTENTE E COM NOVOS PADRÕES DE QUALIDADE E DE INSERÇÃO URBANA

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
14660000 - INTEGRACAO CENTRO - IMPLANTACAO	1.468.489	1.467.764	1.467.764	835.068	99,95%	INTEGRAÇÃO CENTRO IMPLANTADA %	0,10	0,10	100,00%
20910000 - ESTUDOS EXP.NOVOS SERV.TRILHOS RM'S AGL.URB.	2.424.468	2.417.816	2.417.816	1.853.899	99,73%	ESTUDOS ELABORADOS%	0,6	5,40	900,00%
20920000 - LINHA 7-LUZ-JUNDIAI - MODERNIZ.EXP. DA OFERTA	67.973.713	67.972.860	67.972.860	66.158.568	100,00%	LINHA 7 - RUBI - MODERNIZADA %	3,1	2,80	90,32%
20930000 - LINHA 8 -JULIO PRESTES-AM. BUENO-MODERNIZACAO	253.618.334	187.339.521	187.339.521	158.764.864	73,87%	LINHA 8 - DIAMANTE - MODERNIZADA%	2,5	4,50	180,00%
20940000 - LINHA 10 -LUZ-R. G.SERRA-MODERNIZACAO	41.604.064	41.602.611	41.602.611	40.136.972	100,00%	LINHA 10 - TURQUESA - MODERNIZADA%	1,9	2,40	126,32%
20950000 - LINHA 11-LUZ-ESTUDANTES-MODERN.EXP.EXPR.LESTE	64.650.026	64.649.663	64.649.663	62.586.338	100,00%	LINHA 11 - CORAL - MODERNIZADA E EXPRESSO LESTE EXPANDIDO %	1,1	2,50	227,27%
21720000 - LINHA 9 - OSASCO-GRAJAU-MODERN. EXP.DA OFERTA	42.603.423	42.603.343	42.603.343	40.685.962	100,00%	LINHA 9 - ESMERALDA - MODERNIZADA %	4,9	3,60	73,47%
21730000 - LINHA 12-BRAS-CALMON VIANA-MODERN.EXP.OFERTA	11.311.543	11.300.058	11.300.058	8.880.415	99,90%	LINHA 12 - SAFIRA - MODERNIZADA %	1,7	0,80	47,06%
23230000 - EXTENSAO DA LINHA 9 - ESMERALDA ATE VARGINHA	89.367.494	88.367.494	88.367.494	70.436.039	98,88%	LINHA 9 - ESMERALDA ESTENDIDA %	33,6	30,00	89,29%
23240000 - IMPLANT.LIG. LINHA 8- DIAMANTE ATE ALPHAVILLE	1.000	0	0	0	0,00%	LIGAÇÃO DA LINHA 8 - DIAMANTE ATÉ ALPHAVILLE IMPLANTADO (%)			
23250000 - IMPLANTACAO DO EXPRESSO ABC	1.000	0	0	0	0,00%	EXPRESSO ABC IMPLANTADO (%)			
23260000 - IMPLANTACAO DO EXPRESSO OESTE-SUL	1.000	0	0	0	0,00%	EXPRESSO OESTE-SUL IMPLANTADO (%)			
23270000 - IMPLANTACAO DO METRO LEVE GUARULHOS-ABC	1.000	0	0	0	0,00%	METRÔ LEVE GUARULUHOS-ABC IMPLANTADO (%)			-
23280000 - IMPLANTACAO TREM REGIONAL SAO PAULO-JUNDIAI	1.000.000	0	0	0	0,00%	TREM REGIONAL SÃO PAULO - JUNDIAÍ IMPLANTADO %	0,1		-
23290000 - IMPLANTACAO DO TREM REGIONAL SAO PAULO-SANTOS	1.000	0	0	0	0,00%	TREM REGIONAL SÃO PAULO - SANTOS IMPLANTADO (%)			-
23300000 - IMPLANTACAO TREM REGIONAL SAO PAULO-SOROCABA	1.000	0	0	0	0,00%	TREM REGIONAL SÃO PAULO - SOROCABA IMPLANTADO %			-
23310000 - TREM DE GUARULHOS-IMPLANTACAO	460.574.802	196.747.279	196.747.279	76.402.791	42,72%	TREM DE GUARULHOS IMPLANTADO %	13,3	6,80	51,13%
46270000 - LINHAS FERROVIARIAS - OPERACAO DA CPTM	1.895.137.919	1.887.695.894	1.887.695.894	1.632.836.854	99,61%	PASSAGEIROS TRANSPORTADOS unidade	903.000.000	832.846.982	92,23%
TOTAL	2.931.740.275	2.592.164.304	2.592.164.304	2.159.577.769	88,42%				



AÇÃO	JUSTIFICATIVAS	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL?
14660000 - INTEGRACAO CENTRO - IMPLANTACAO		NÃO
20910000 - ESTUDOS EXP.NOVOS SERV.TRILHOS RM'S AGL.URB.		NÃO
20920000 - LINHA 7- LUZ-JUNDIAI - MODERNIZ.EXP. DA OFERTA	META CUMPRIDA EM 90,3%. A DIFERENÇA DO PLANEJADO SE EXPLICA POR RESTRIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS AO FINAL DO EXERCÍCIO DE 2014, QUE IMPLICOU O REDIRECIONAMENTO DE RECURSOS PARA AS INTERVENÇÕES ABSOLUTAMENTE PRIORITÁRIAS.	NÃO
20930000 - LINHA 8 -JULIO PRESTES-AM. BUENO-MODERNIZACAO		NÃO
20940000 - LINHA 10 -LUZ-R. G.SERRA-MODERNIZACAO		NÃO
20950000 - LINHA 11-LUZ-ESTUDANTES-MODERN.EXP.EXPR.LESTE		NÃO
21720000 - LINHA 9 - OSASCO-GRAJAU-MODERN. EXP.DA OFERTA	META REALIZADA EM 73,5%. A DIVERGÊNCIA SE EXPLICA PELO PREJUÍZO CAUSADO AO RITMO DAS OBRAS DECORRENTE DE VÁRIOS FATORES: PARALIZAÇÃO DE CONTRATOS DEVIDO A DIFICULDADES NA ENTREGA DE MATERIAIS; NECESSIDADE DE REMANEJAMENTO DE COMUNIDADES LINDEIRAS; RECISÃO DE CONTRATO DE IMPLANTAÇÃO DE APARELHOS DE MUDANÇA DE PADRÃO UIC NAS ESTAÇÕES E TERMINAIS E ADEQUAÇÃO NO SISTEMA DE TRAÇÃO.	NÃO

21730000 - LINHA 12-BRAS-CALMON VIANA-MODERN.EXP.OFERTA	META REALIZADA EM 47,0%, DEVIDO A UMA SÉRIE DE FATORES QUE PREJUDICARAM O RITMO DE EXECUÇÃO DO INVESTIMENTO, COMO: ATRASO NA LIBERAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO; EXECUÇÃO DE PROCESSO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE DE IMÓVEIS PARA AS OBRAS DO ACESSO NORTE DA ESTAÇÃO S. MIGUEL PAULISTA, INÍCIO DA OBRA DE DA SUBESTAÇÃO ERMELINO MATARAZZO POSTERGADA A ESPERA DA CONCLUSÃO DA OBRA DE SEBASTIÃO GUALBERTO; ATRASO NA IMPLANTAÇÃO DE REDE AÉREA DEVIDO A CONFLITO DE ÁREAS ENTRE A CPTM E A EMPRESA MRS LOGÍSTICA; INTERRUPÇÃO DE CONTRATO DE IMPLANTAÇÃO DE APARELHOS DE MUDANÇA DE VIA PADRÃO UIC PARA FORMALIZAÇÃO DE ADITIVO.	NÃO
23230000 - EXTENSAO DA LINHA 9 - ESMERALDA ATE VARGINHA	A AÇÃO ATINGIU 89,3% DA META PREVISTA. A DISCREPÂNCIA SE DEVEU ÀS EXIGÊNCIAS E CONDICIONANTES PARA A LICENÇA DE INSTALAÇÃO, ATRASO NA ENTREGA E BAIXA QUALIDADE DO PROJETO EXECUTIVO. AO FINAL DO EXERCÍCIO, NÃO FORAM DISPONIBILIZADOS OS R$ 500 MILHÕES ORIUNDOS DO PAC, PARA OUTUBRO DE 2014, O QUE REDUZIU AINDA MAIS O RITMO DAS OBRAS.	NÃO
23240000 - IMPLANT.LIG. LINHA 8- DIAMANTE ATE ALPHAVILLE		NÃO
23250000 - IMPLANTACAO DO EXPRESSO ABC		NÃO
23260000 - IMPLANTACAO DO EXPRESSO OESTE-SUL		NÃO
23270000 - IMPLANTACAO DO METRO LEVE GUARULHOS-ABC		NÃO
23280000 - IMPLANTACAO TREM REGIONAL SAO PAULO-JUNDIAI	A AÇÃO NÃO FOI REALIZADA, POIS DEPENDE DE DELIBERAÇÕES DO GOVERNO ACERCA DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PRIVADO (MIP).	NÃO
23290000 - IMPLANTACAO DO TREM REGIONAL SAO PAULO-SANTOS		NÃO
23300000 - IMPLANTACAO TREM REGIONAL SAO PAULO-SOROCABA		NÃO
23310000 - TREM DE GUARULHOS-IMPLANTACAO	FORAM REALIZADOS 51,1% DA META PREVISTA. TAL DISTÂNCIA SE DEVEU AO INÍCIO DAS OBRAS EM RITMO INFERIOR AO ESPERADO, DEVIDO AOS ATRASOS NAS CONTRATAÇÕES PROVOCADOS POR QUESTIONAMENTO E RECURSOS IMPETRADOS, AGRAVADOS PELOS CONDICIONANTES DA LI PARA A IMPLANTAÇÃO DO CANTEIRO DE OBRAS E PELA BAIXA QUALIDADE DOS PROJETOS EXECUTIVOS. AO FINAL DO EXERCÍCIO, A IMPLANTAÇÃO DA SEXTA FAIXA DA ECOPISTAS LEVOU À REDUÇÃO DO RITMO DAS OBRAS, ASSIM COMO A REELABORAÇÃO DO PROJETO DE FUNDAÇÃO DA ESTAÇÃO ENGºGOULART.	NÃO
46270000 - LINHAS FERROVIARIAS - OPERACAO DA CPTM	META CUMPRIDA EM 92,2%. A PEQUENA DIVERGÊNCIA SE EXPLICA PELA DEMANDA REAL TER CRESCIDO EM RITMO INFERIOR AO PREVISTO.	NÃO

PROGRAMA 3708 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE METROVIÁRIO - PITU EM MARCHA

OBJETIVO: AMPLIAR O SISTEMA METROVIÁRIO E SUA PARTICIPAÇÃO NO TRANSPORTE COLETIVO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, OFERECENDO SERVIÇOS DE QUALIDADE, MAIOR ACESSIBILIDADE E OPORTUNIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL À POPULAÇÃO, INCLUINDO A RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA, POR MEIO DE ADEQUADA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO, COM ALTOS NÍVEIS DE SEGURANÇA E REGULARIDADE.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
1483-LINHA 5 - LILÁS - TRECHO LARGO 13 - CHÁCARA KLABIN (*)	-	-	-	-	0,00%	TRECHO IMPLANTADO %	19	11	57,89%
2131-LINHA 1- AZUL - RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO(*)	-	-	-	-	0,00%	TRENS MODERNIZADOS unidade	12	7	58,33%
2132-LINHA 2 - VERDE - RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO(*)	-	-	-	-	0,00%	LINHA 2 MODERNIZADA %	11	9,81	89,18%
2133-LINHA 3 - VERMELHA RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO(*)	-	-	-	-	0,00%	TRENS MODERNIZADOS unidade	9	9	100,00 %
2134-LINHA 4- AMARELA - VILA SÔNIA-LUZ - FASE II (*)	-	-	-	-	0,00%	TRECHO IMPLANTADO %	33	13,8	41,82%
2135-LINHA 5 - LILÁS RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO(*)	-	-	-	-	0,00%	LINHA 5 MODERNIZADA %	6	5,1	85,00%
2171-OPERAÇÃO DAS LINHAS METROVIÁRIAS(*)	-	-	-	-	0,00%	PASSAGEIROS TRANSPORTADOS unidade	1.114.768.000	1.110.423.599	99,61%
2282-LINHA 17 - OURO - JABAQUARA - SÃOPAULO - MORUMBI(*)	-	-	-	-	0,00%	TRECHOS IMPLANTADOS %	19	11	57,89%
2289 - LINHA 15 - PRATA - IPIRANGA - CIDADE TIRADENTES	-	-	-	-	0,00%	TRECHO IMPLANTADO %	14	10,3	73,57%
2474 - APOIO À PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA PARA CONSTRUÇÃO DA LINHA 18 - BRONZE	50.000.000	0	0	0	0,00%	CONTRATOS unidade	1	1	100,00 %
2475 - APOIO À PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA PARA CONSTRUÇÃO DA LINHA 6 - LARANJA	150.000.000	0	0	0	0,00%	CONTRATOS unidade	1	1	100,00 %
2479 - APOIO À PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA PARA CONSTRUÇÃO DA LINHA 20 - ROSA	50.000.000	0	0	0	0,00%	CONTRATOS unidade	1	-	0,00%
4624 - LINHAS METROVIÁRIAS - RESSARCIMENTO DE GRATUIDADES A USUÁRIOS	183.227.000	183.227.000	183.227.000	180.449.588	100,00 %	PASSAGEIROS TRANSPORTADOS GRATUITAMENTE unidade	67.288.000	70.067.649	104,13 %
5565 - LINHAS METROVIÁRIAS - RESSARCIMENTO DE SUBSÍDIO AOS USUÁRIOS ESTUDANTES	102.070.000	102.070.000	102.070.000	94.445.626	100,00 %	ESTUDANTES TRANSPORTADOS COM SUBSÍDIO unidade	72.782.000	55.596.634	76,39%
TOTAL	535.297.000	285.297.000	285.297.000	274.895.214	53,30%				

PROGRAMA 3708 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE METROVIÁRIO - PITU EM MARCHA

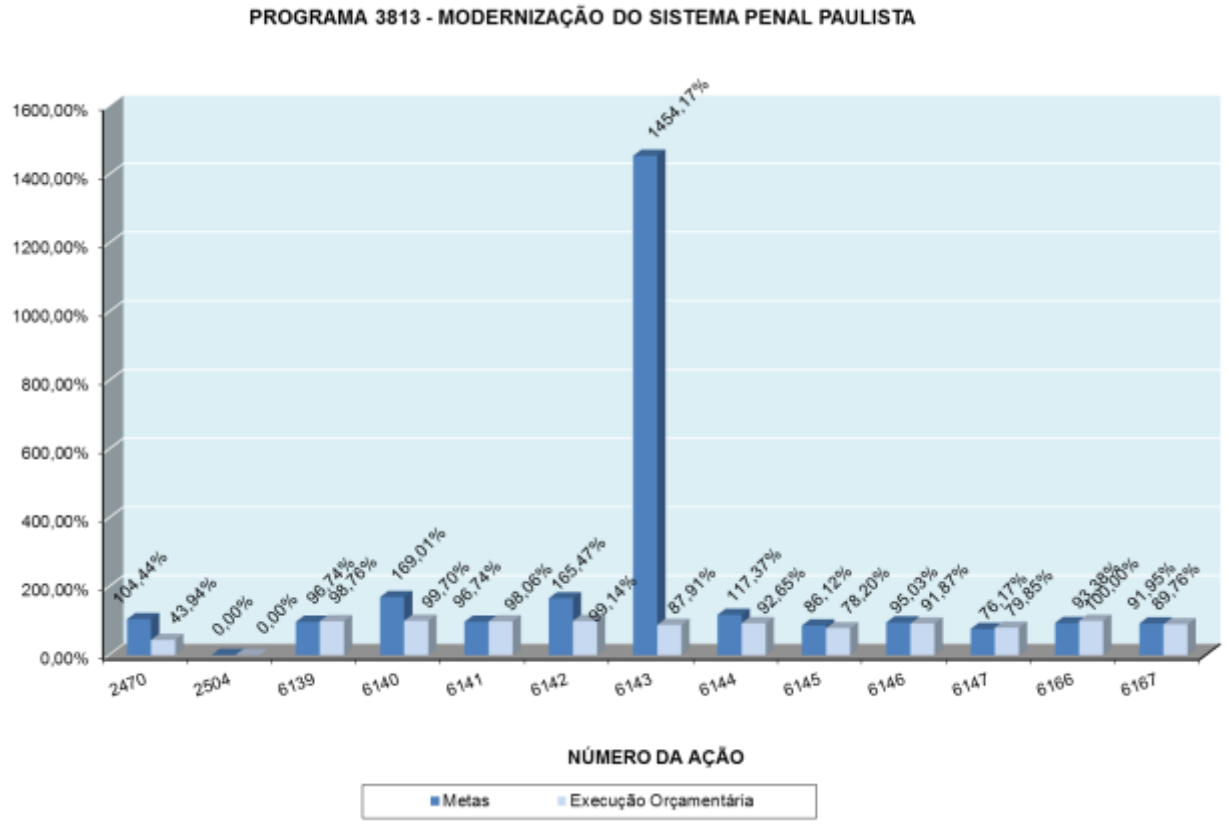
AÇÃO	JUSTIFICATIVAS	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL?
1483-LINHA 5 - LILÁS - TRECHO LARGO 13 - CHÁCARA KLABIN (*)	A AÇÃO CUMPRIU 57,9% DA META. A DIVERGÊNCIA DEVEU-SE A VÁRIOS FATORES, QUE RETARDARAM O RITMO DAS OBRAS COMO: ATRASO NA LIBERAÇÃO DE IMÓVEIS DESAPROPRIADOS E NA LIBERAÇÃO DOS TERMOS DE COMPROMISSO DE AUTORIZAÇÃO PARA OCUPAR AS ÁREAS; REALIZAÇÃO DE PROSPECÇÕES ARQUEOLÓGICAS; DEMORA NA OBTENÇÃO DE LICENÇAS DE INSTALAÇÃO E INÍCIO DAS OBRAS; DIFICULDADES DE REMANEJAMENTO DE INTERFERÊNCIAS JUNTO ÀS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA; E DIFICULDADES NA CONSOLIDAÇÃO DOS PROJETOS E NA NEGOCIAÇÃO DE CUSTOS.	NÃO
2131-LINHA 1- AZUL - RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO(*)	A META FOI EXECUTADA EM 58,3%. A DIVERGÊNCIA DEVEU-SE AO ATENDIMENTO, PELO METRÔ, DOS TERMOS DA RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA DE 03/12/13, DO MINISTÉRIO PÚBLICO, QUE SUSPENDEU POR 90 DIAS O ENVIO DE NOVOS TRENS PARA MODERNIZAÇÃO, COMPROMETENDO A EXECUÇÃO DA META PREVISTA.	NÃO
2132-LINHA 2 - VERDE - RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO(*)	META CUMPRIDA EM 89,2%. A DIVERGÊNCIA SE EXPLICA PELO BAIXO DESEMPENHO DO CONTRATO DE SUBSTITUIÇÃO DE JANELAS DOS TRENS POR JANELAS EM POLICARBONATO E PELÍCULA ANTIVANDALISMO.	NÃO
2133-LINHA 3 - VERMELHA RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO(*)		NÃO
2134-LINHA 4-AMARELA - VILA SÔNIA-LUZ - FASE II (*)	META CUMPRIDA EM 41,8% DEVISO A ATRASOS NOS PROCESSOS LICITATÓRIOS, REPROGRAMAÇÕES DE CRONOGRAMAS, ALTERAÇÕES NO MÉTODO CONSTRUTIVO, RESTRIÇÕES OPERACIONAIS E ALTERAÇÕES E ATRASOS NA ENTREGA DE PROJETOS.	NÃO
2135-LINHA 5 - LILÁS RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO(*)	META CUMPRIDA EM 85,0%. A DIVERGÊNCIA SE EXPLICA PELO BAIXO DESEMPENHO DO CONTRATO DE SUBSTITUIÇÃO DE JANELAS DOS TRENS DA LINHA 5.	NÃO
2171-OPERAÇÃO DAS LINHAS METROVIÃRIÁS(*)	A META FOI PRATICAMENTE CUMPRIDA (99,6%). A PEQUENA DIVERGÊNCIA REFLETE O MENOR NÚMERO DE DIAS ÚTEIS EM 2014.	NÃO
2282-LINHA 17 - OURO - JABAQUARA - SÃOPAULO - MORUMBI(*)	META CUMPRIDA EM 57,9%. TAL DESEMPENHO SE EXPLICA POR ATRASO DAS OBRAS DEVIDO A PROBLEMAS DE CONTRATAÇÃO; DEMORA NA OBTENÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS, NA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS E NA FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS.	NÃO

2289 - LINHA 15 - PRATA - IPIRANGA - CIDADE TIRADENTES	META REALIZADA EM 73,6%. A EXECUÇÃO ABAIXO DO ESPERADO SE EXPLICA POR ATRASOS NAS ETAPAS DE DESAPROPRIAÇÕES, OBTENÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS, REALIZAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS E IMPLANTAÇÃO E OBRAS CIVIS E SISTEMAS.	NÃO
2474 - APOIO À PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA PARA CONSTRUÇÃO DA LINHA 18 - BRONZE		NÃO
2475 - APOIO À PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA PARA CONSTRUÇÃO DA LINHA 6 - LARANJA		NÃO
2479 - APOIO À PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA PARA CONSTRUÇÃO DA LINHA 20 - ROSA	A AÇÃO NÃO FOI CONCLUÍDA PORQUE A ASSINATURA DO CONTRATO DE PPP PREVISTA NÃO SE VIABILIZOU NO EXERCÍCIO DE 2014 E FOI POSTERGADA PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE.	NÃO
4624 - LINHAS METROVIÁRIAS - RESSARCIMENTO DE GRATUIDADES A USUÁRIOS		NÃO
5565 - LINHAS METROVIÁRIAS - RESSARCIMENTO DE SUBSÍDIO AOS USUÁRIOS ESTUDANTES	META CUMPRIDA EM 76,4% DEVIDO À REDUÇÃO DA DEMANDA, DO MENOR NÚMERO DE DIAS ÚTEIS EM 2014, AGRAVADO PELA GREVE DE CINCO DIAS DOS METROVIÁRIOS, E PELA MUDANÇA DOS CARTÕES DE ESTUDANTE NO SISTEMA DE BILHETE ÚNICO.	NÃO

PROGRAMA 3813 - GESTÃO DA CUSTÓDIA E APOIO À REINTEGRAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO PENAL E EGRESSOS

OBJETIVO: GARANTIR A SEGURANÇA DA SOCIEDADE E A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA DURANTE SUA PERMANÊNCIA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO E PROMOVER POLÍTICAS PÚBLICAS EFETIVAS QUE VIABILIZEM A REINTEGRAÇÃO SOCIAL DOS PRESOS, INTERNADOS E EGRESSOS, POR MEIO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
24700000 - EXPANSAO INFRAEST. CUSTODIA E REINTEGRACAO	399.784.997	175.654.109	175.654.109	140.383.020	43,94%	VAGAS CRIADAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO unidade	5.656	5.907	104,44%
25040000 - PPP CONSTRUCAO/OPERACAO COMPLEXOS PRISIONAIS	0	0	0	0	-	CONTRATOS (unidade)			-
61390000 - GESTAO HUMANA E SEGURA DA CUSTODIA	2.197.929.450	2.170.571.451	2.170.571.451	1.970.016.383	98,76%	CUSTODIADOS ATENDIDOS unidade	223.297	216.024	96,74%
61400000 - ASSISTENCIA AO EGRESSO E A FAMILIA	8.276.476	8.251.707	8.251.707	7.668.362	99,70%	EGRESSOS ASSISTIDOS unidade	68.950	116.534	169,01%
61410000 - PROV.SERVICOS NECESSIDADES MATERIAIS BASICAS	722.069.607	708.042.715	708.042.715	642.804.224	98,06%	CUSTODIADOS ATENDIDOS unidade	223.296	216.024	96,74%
61420000 - PROVISAO DE SERV.ATENCAO A SAUDE CUSTODIADOS	271.874.629	269.548.607	269.548.607	202.020.466	99,14%	ATENDIMENTOS REALIZADOS unidade	2.016.919	3.337.360	165,47%
61430000 - FORMACAO EDUCACIONAL PROFISSIONAL CUSTODIADOS	4.797.118	4.217.223	4.217.223	3.788.177	87,91%	PRESOS SENTENCIADOS MATRICULADOS unidade	15.696	228.247	1454,17%
61440000 - PROVISAO POSTOS TRABALHO P/ CUSTODIADOS	49802474	46140164,53	46140164,53	43277253,31	92,65%	POSTOS DE TRABALHO OFERTADOS unidade	17.102	20.072	117,37%
61450000 - ASSIST. LEGAL AOS CUSTODIADOS E SERV DE APOIO	1.281.040	1.001.724	1.001.724	1.001.724	78,20%	INSTRUÇÕES JUDICIAIS PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVISTOS EM LEI unidade	139.215	119.894	86,12%
61460000 - SUPORTE ADMINISTRATIVO E FORMAÇÃO DO SERVIDOR EM APOIO À CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO	295.261.439	271.253.842	271.253.842	247.305.753	91,87%	UNIDADES GERENCIADAS unidade	181	172	95,03%
61470000 - PROMOCAO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS A PRISAO	5.489.866	4.383.911	4.383.911	3.972.034	79,85%	APENADOS EM ACOMPANHAMENTO unidade	16.938	12.901	76,17%
61660000 - PROMOCAO REINTEGRACAO SOCIAL CUSTODIADOS FAMI	1.646.204	1.646.203	1.646.203	1.496.783	100,00%	ATENDIMENTOS REALIZADOS unidade	680.000	634.980	93,38%
61670000 - CONSERVACAO MANUT.REPAROS DAS UNID.PRISIONAIS	62.547.671	56.140.099	56.140.099	45.011.651	89,76%	UNIDADES PRISIONAIS ATENDIDAS unidade	174	160	91,95%
TOTAL	4.020.760.971	3.716.851.756	3.716.851.756	3.308.745.832	92,44%				



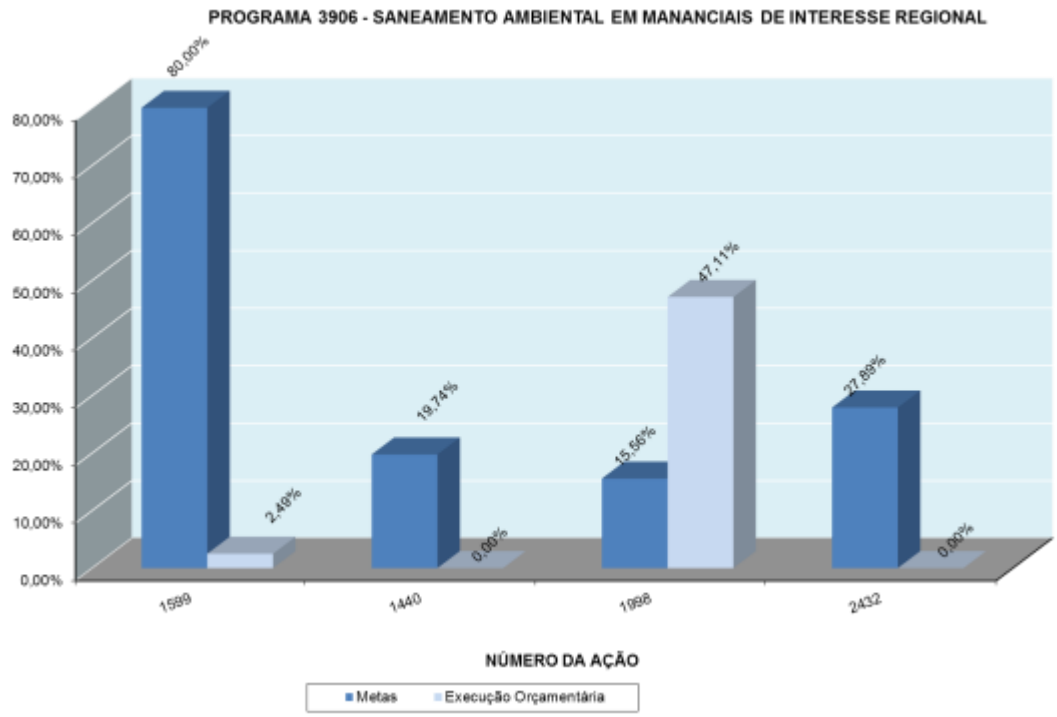
AÇÃO	JUSTIFICATIVAS	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL?
24700000 - EXPANSAO INFRAEST. CUSTODIA E REINTEGRACAO		NÃO
25040000 - PPP CONSTRUCAO/OPERACAO COMPLEXOS PRISIONAIS		NÃO
61390000 - GESTAO HUMANA E SEGURA DA CUSTODIA	A EXECUÇÃO DE 97% DA META REPRESENTA APOIO À REINTEGRAÇÃO DE TODO CONDENADO, PRESO PROVISÓRIO E OU CUSTODIADO RECEBIDO NAS UNIDADES PRISIONAIS DURANTE O ANO DE 2014.	NÃO
61400000 - ASSISTENCIA AO EGRESSO E A FAMILIA		NÃO
61410000 - PROV.SERVICOS NECESSIDADES MATERIAIS BASICAS	FORAM DEVIDAMENTE PROVIDOS TODOS OS SERVIÇOS DE NECESSIDADES MATERIAIS BÁSICAS A TODO CONDENADO, PRESO PROVISÓRIO E OU CUSTODIADO, RECEBIDOS NAS UNIDADES PRISIONAIS DURANTE O ANO DE 2014, REPRESENTANDO 97% DA META ORÇADA.	NÃO
61420000 - PROVISAO DE SERV.ATENCAO A SAUDE CUSTODIADOS		NÃO
61430000 - FORMACAO EDUCACIONAL PROFISSIONAL CUSTODIADOS		NÃO
61440000 - PROVISAO POSTOS TRABALHO P/ CUSTODIADOS		NÃO
61450000 - ASSIST. LEGAL AOS CUSTODIADOS E SERV DE APOIO	A REALIZAÇÃO DE 86% SE RELACIONA COM A QUANTIDADE DE ADVOGADOS PERTENCENTES AOS QUADROS PROFISSIONAIS DA FUNAP, E DAS DIFICULDADES ENFRENTADAS PARA CUMPRIR AS METAS MENSAIS DETERMINADAS NO TERMO DE CONVÊNIO FIRMADO COM A DEFENSORIA.	NÃO
61460000 - SUPORTE ADMINISTRATIVO E FORMACAO DO SERVIDOR	REALIZAÇÃO DE 95% SE DEVE AO FATO DE NÃO TEREM SIDO INAUGURADAS TODAS AS UNIDADES PREVISTAS INICIALMENTE.	NÃO

61470000 - PROMOCAO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS A PRISAO	O NÚMERO DE ACOMPANHAMENTOS FICOU AQUÉM DO PREVISTO EM RAZÃO, ENTRE OUTROS FATORES, DO NÃO ENCAMINHAMENTO DO JUDICIÁRIO À PENA RESTRITIVA DE DIREITOS E DO GRANDE NÚMERO DE INDULTADOS EM DEZEMBRO DE 2013, FAZENDO COM QUE MUITOS CONDENADOS A PENAS ALTERNATIVAS FOSSEM BENEFICIADOS.	NÃO
61660000 - PROMOCAO REINTEGRACAO SOCIAL CUSTODIADOS FAMI	A EXECUÇÃO DE 93% DA META ORÇADA SE DEVE À DEMANDA POR ATENDIMENTOS E CONTABILIZAÇÃO DOS ATENDIMENTOS, HOJE MANUAL, QUE SERÁ RESOLVIDA COM A IMPLANTAÇÃO DO MÓDULO COORDENADORIA REINTEGRAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA E NA GESTÃO PENITENCIARIA – GEPEN (SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO E CONTROLE INFORMATIZADO DE ENTRADA E SAÍDA DE PRESOS, ENTRE OUTRAS FUNÇÕES).	NÃO
61670000 - CONSERVACAO MANUT.REPAROS DAS UNID.PRISIONAIS	A META PREVISTA NA LOA ENGLOBOU 8 UNIDADES ADMINISTRATIVAS JUNTO UNIDADES PRISIONAIS INDICADAS. ASSIM A META REAL DEVERIA SER 166 UNIDADES PRISIONAIS PARA 2014 DAS QUAIS 160 FORAM CONCLUIDAS, REPRESENTADO 96,4% DO PROGRAMADO. A NÃO CONCLUSÃO DE 6 OBRAS DEVE- SE A DIVERSOS FATORES DECORRENTES DA EXECUÇÃO DAS OBRAS.	NÃO

PROGRAMA 3906 - SANEAMENTO AMBIENTAL EM MANANCIAIS DE INTERESSE REGIONAL

OBJETIVO: RECUPERAR E PROTEGER AS REPRESAS, RIOS E CÓRREGOS UTILIZADOS PARA ABASTECIMENTO DE ÁGUAS DAS REGIÕES METROPOLITANAS E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM ÁREAS DE MANANCIAIS. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL PAULISTA.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
15990000 - RECUPERACAO CONSERV. MANANCIAIS ALTO TIETE	154.576.535	3.848.872	3.848.872	3.008.064	2,49%	INTERVENÇÕES CONTRATADAS unidade	5	4	80,00%
1440- MANANCIAIS DO ALTO TIETÊ	-	-	-	-	-	DOMICÍLIOS BENEFICIADOS unidade	1.160	229	19,74%
19980000 - RECUPERACAO SOCIOAMBIENTAL DA SERRA DO MAR	73.718.541	34.727.990	34.727.990	34.727.990	47,11%	DOMICÍLIOS BENEFICIADOS unidade	1.800	280	15,56%
24320000 - HABITACAO SUSTENTAVEL NO LITORAL PAULISTA	34.036.657	0	0	0	0,00%	DOMICÍLIOS BENEFICIADOS unidade	2.133	595	27,89%
TOTAL	262.331.733	38.576.862	38.576.862	37.736.054	14,71%				

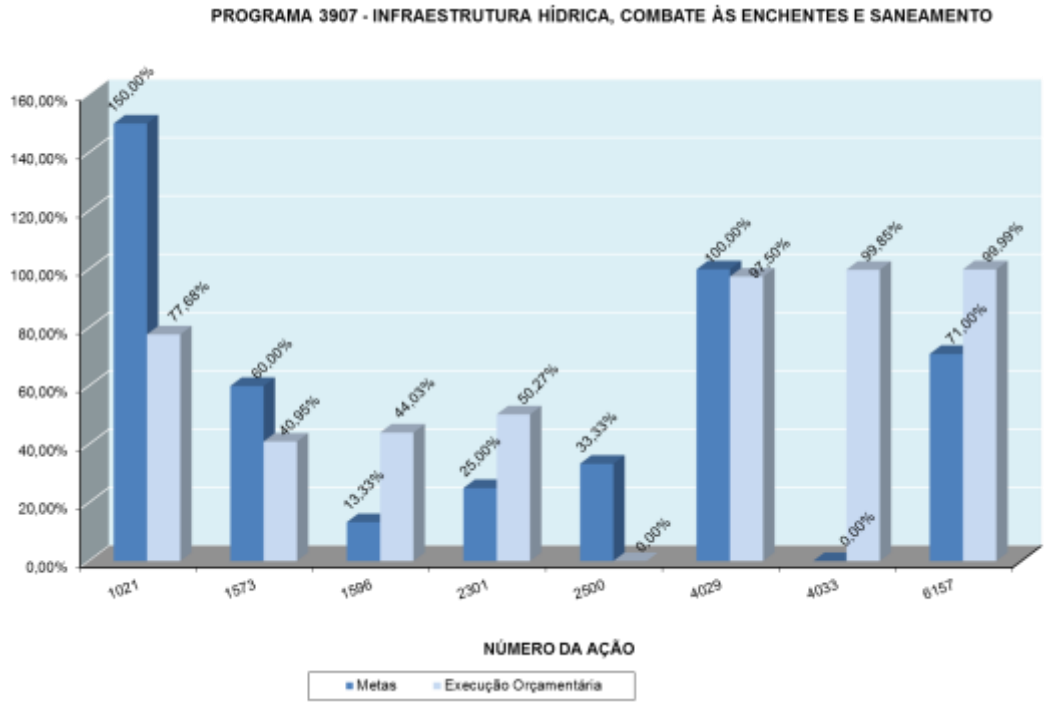


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL?
1440 - MANANCIAIS DO ALTO TIETÊ	META CUMPRIDA EM APENAS 19,7%. ALÉM DE JÁ HAVER 458 UNIDADES HABITACIONAIS EM OBRAS, AO FINAL DO EXERCÍCIO, FOI POSTERGADA A ENTREGA DO EMPREENDIMENTO ADEMAR C, POR TER SIDO INVADIDO, REQUERENDO PROCEDIMENTOS PARA RETOMADA DA ÁREA.	NÃO
15990000 - RECUPERACAO CONSERV. MANANCIAIS ALTO TIETE	A META DA AÇÃO FOI CUMPRIDA EM 80,0%. A DIVERGÊNCIA DEVEU-SE À REPROGRAMAÇÃO DO PLANO DE AQUISIÇÕES AJUSTADA COM O BANCO MUNDIAL (ACORDO DE EMPRÉSTIMO 7661-BR), FONTE DOS RECURSOS DA AÇÃO. FOI POSTERGADA PARA 2015 A AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA FISCALIZAÇÃO, ASSIM COMO AS OBRAS DO ATERRO SANITÁRIO DE EMBU-GUAÇU E A CONTRATAÇÃO DE ESTUDOS DE CARGAS DIFUSAS, QUE NÃO SE ENCERRARAM EM 2014.	NÃO
19980000 - RECUPERACAO SOCIOAMBIENTAL DA SERRA DO MAR	APENAS PARTE DO RESULTADO DESTA AÇÃO FOI PASSÍVEL DE SER CONTABILIZADO PORQUE, EMBORA OS RECURSOS SEJAM OPERACIONALIZADOS POR MEIO DA MESMA AÇÃO, SÃO UTILIZADOS EM DOIS PROCESSOS DISTINTOS: 1. VIA CDHU: ENTREGA DE UNIDADES HABITACIONAIS E OBRAS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS/ASSENTAMENTOS HABITACIONAIS QUE ESTAVAM EM CANTEIRO EM 2013 E 2. VIA SH: DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR REPASSE DE RECURSOS FEDERAIS QUE TRANSITAM PELA SH, MAS QUE SE DESTINAM À EXECUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS/ATENDIMENTOS PELA CDHU EM MAIS DE UM EXERCÍCIO. ESSE FATO IMPOSSIBILITOU A AFERIÇÃO DAS METAS DA SH POR NÃO SE REFERIREM A METAS DE ENTREGAS E/OU CONTRATAÇÃO DE UNIDADES. CONSIDERANDO APENAS AS REALIZAÇÕES DA CDH, CUMPRIRAM-SE 15,6% DA META PREVISTA. OS GESTORES JÁ ASSINALAVAM A DIFICULDADE DE FINALIZAR A URBANIZAÇÃO DOS BAIRROS COTA DE CUBATÃO, QUE FOI PARCIALMENTE ENTREGUE NESTE EXERCÍCIO, ALÉM DE CONCESSÃO DE CARTAS DE CRÉDITO PARA ATENDER AS DEMANDAS HABITACIONAIS. MERECE DESTAQUE A CONTINUIDADE DO PROGRAMA SERRA DO MAR COM PROVIDÊNCIAS E INVESTIMENTOS IMPORTANTES, COMO A AQUISIÇÃO DE NOVOS TERRENOS NOS MUNICÍPIOS DE CUBATÃO E SÃO VICENTE; AQUISIÇÃO DE UHS PRONTAS DA CAIXA/FAR; E A VIABILIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS NOS MUNICÍPIOS DE SÃO SEBASTIÃO, UBATUBA E PEDRO DE TOLEDO. COM ISSO O EXERCÍCIO FOI CONCLUÍDO COM CERCA DE 2.400 UNIDADES EM CANTEIRO, INCLUINDO OBRAS DE UNIDADES HABITACIONAIS E URBANIZAÇÃO DE FAVELAS.	NÃO
24320000 - HABITACAO SUSTENTAVEL NO LITORAL PAULISTA	APENAS PARTE DO RESULTADO DESTA AÇÃO FOI PASSÍVEL DE SER CONTABILIZADO PORQUE, EMBORA OS RECURSOS SEJAM OPERACIONALIZADOS POR MEIO DA MESMA AÇÃO, SÃO UTILIZADOS EM DOIS PROCESSOS DISTINTOS: 1. VIA CDHU: ENTREGA DE UHS E OBRAS DE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS/ASSENTAMENTOS HABITACIONAIS QUE ESTAVAM EM CANTEIRO EM 2013 E 2. VIA SH: DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR REPASSE DE RECURSOS FEDERAIS QUE TRANSITAM PELA SH, MAS QUE SE DESTINAM À EXECUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS/ATENDIMENTOS PELA CDHU EM MAIS DE UM EXERCÍCIO. ESSE FATO IMPOSSIBILITOU A AFERIÇÃO DAS METAS DA SH POR NÃO SE REFERIREM A METAS DE ENTREGAS E/OU CONTRATAÇÃO DE UNIDADES. CONSIDERANDO APENAS AS REALIZAÇÕES CONTABILIZADAS PELA CDHU, ATINGIRAM-SE 27,9% DA META PREVISTA. ENTRE SEUS PRODUTOS, DESTACAM-SE OBRAS DE NOVOS EMPREENDIMENTOS VOLTADOS AO REASSENTAMENTO HABITACIONAL E PROVIDAS POR PARCERIA COM O MUNICÍPIO DE SANTOS/COHAB SANTISTA QUE PROSSEGUIRÁ E TEM ENTREGAS PREVISTAS PARA OS PRÓXIMOS PERÍODOS DE 1.800 NOVAS UNIDADES HABITACIONAIS). EM 2014 REALIZARAM-SE AQUISIÇÃO DE TERRENOS, VIABILIZAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROSPECÇÃO DE NOVAS ÁREAS NOS MUNICÍPIOS DE GUARUJÁ, UBATUBA, SÃO SEBASTIÃO E CARAGUATATUBA, ALÉM DE CERCA DE 3.500 UHS EM CANTEIRO.	NÃO

PROGRAMA 3907 - INFRAESTRUTURA HÍDRICA, COMBATE ÀS ENCHENTES E SANEAMENTO

OBJETIVO: PROTEGER A VIDA HUMANA, O PATRIMÔNIO, A INFRAESTRUTURA, A SAÚDE PÚBLICA E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA E AMBIENTAL.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
10210000 - SERV.OBRAS INFRAEST.HIDRICA COMBATE ENCHENTES	136.910.721	106.346.754	106.346.754	70.634.631	77,68%	INTERVENÇÕES unidade	2	3	150,00%
15730000 - IMPLANTACAO RESERVATORIOS RETENCAO- PISCINOES	23.522.827	9.632.052	9.632.052	7.273.889	40,95%	RESERVATÓRIOS EM CONSTRUÇÃO unidade	5	3	60,00%
15960000 - ATENDIMENTO AOS MUNICIPIOS	20.329.270	8.951.143	8.951.143	401.900	44,03%	ATENDIMENTOS unidade	75	10	13,33%
23010000 - PARQUE VARZEAS DO TIETE	87.043.459	43.754.720	43.754.720	38.757.524	50,27%	INTERVENÇÕES unidade	4	1	25,00%
25000000 - MACRODRENAGEM DO RIO BAQUIRIVU-GUACU	34.000.000	0	0	0	0,00%	INTERVENÇÕES unidade	3	1	33,33%
40290000 - PRESERVACAO E CONSERVACAO DE VARZEAS	8.090.864	7.888.503	7.888.503	7.155.746	97,50%	INTERVENÇÕES unidade	12	12	100,00%
40330000 - MANUTENCAO OPERACAO IMPLANT.ESTR. HIDRAULICAS	30.199.991	30.153.641	30.153.641	29.976.745	99,85%	ESTRUTURAS HIDRÁULICAS ATENDIDAS unidade	1	-	0,00%
61570000 - MANUTENCAO E CONSERVACAO DA CALHA DO TIETE	140.202.536	140.186.451	140.186.451	132.130.444	99,99%	MATERIAL RETIRADO m³	2.260.000	1.604.554	71,00%
TOTAL	480.299.668	346.913.264	346.913.264	286.330.879	72,23%				

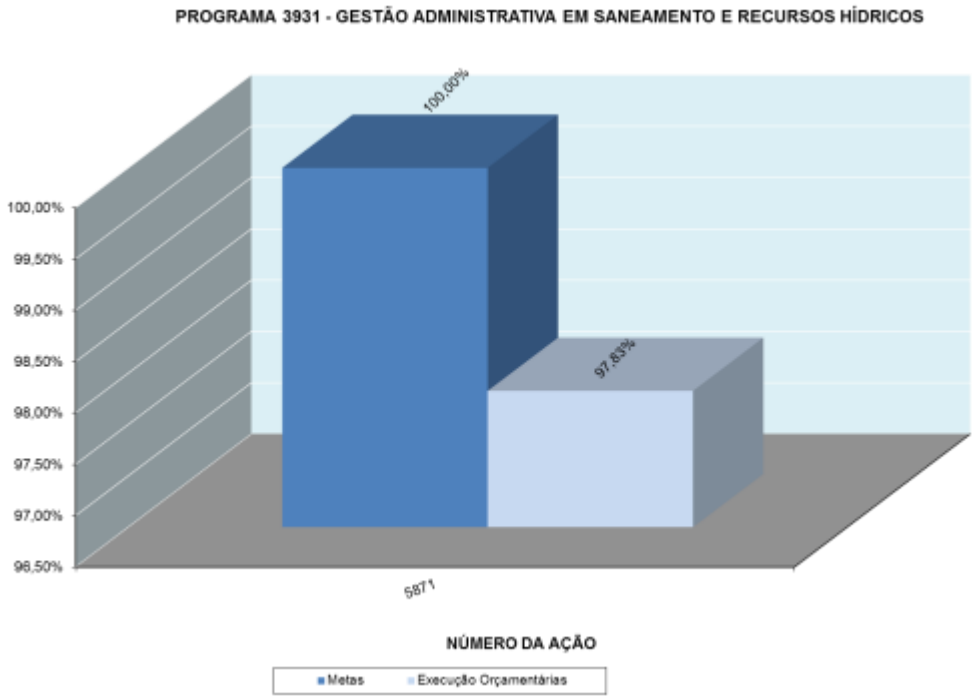


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL?
10210000 - SERV.OBRAS INFRAEST.HIDRICA COMBATE ENCHENTES	O DESASSOREAMENTO DO RIO TIETÊ ESTÁ OCORRENDO PELA A AÇÃO ESPECÍFICA 6157, E SUA UNIDADE DE MEDIDA NÃO É MAIS "INTERVENÇÕES" E SIM M³ DE MATERIAL RETIRADO.	NÃO
15730000 - IMPLANTACAO RESERVATORIOS RETENCAO- PISCINOES	FORAM ATINGIDOS 60,0% DA META PREVISTA, QUE REFLETEM OS TRÊS RESERVATÓRIOS EM CONSTRUÇÃO (UM NO RIO TAMANDUATEÍ – GUAMIRANGA – E DOIS NO CANAL DE CIRCUNVALAÇÃO NO RIO TIETÊ). OS OUTROS DOIS PREVISTOS, EM FRANCO DA ROCHA, DEPENDEM DE MANIFESTAÇÃO PRÉVIA, QUE DEVERÁ SER REENCAMINHADA EM 2015. OUTROS PROJETOS CONTEMPLADOS NESTA AÇÃO NÃO SÃO CONSIDERADOS EM SEU INDICADOR MAS ESTÃO EM EXECUÇÃO, COMO OS CONTRATOS DE MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE 25 RESERVATÓRIOS DE RETENÇÃO DE CHEIAS.	NÃO
15960000 - ATENDIMENTO AOS MUNICIPIOS	A META FOI CUMPRIDA EM 13,3%. FORAM CELEBRADOS 10 CONVÊNIOS COM PREFEITURAS, VISANDO TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS, PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS RELATIVOS À INFRAESTRUTURA HÍDRICA.	NÃO
23010000 - PARQUE VARZEAS DO TIETE	ANÁLISE CRÍTICA DO PROJETO BÁSICO, ELABORAÇÃO DO PROJETO EXECUTIVO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA À OBRA (ATO) DE 3 NÚCLEOS DO PROGRAMA VÁRZEAS DO TIETE. A CONSTRUÇÃO DOS 3 NÚCLEOS OCORRERÁ EM 2015.	NÃO
25000000 - MACRODRENAGEM DO RIO BAQUIRIVU-GUACU	A META FOI EXECUTADA EM 33,3% DEVIDO AO FATO DE A MANIFESTAÇÃO PRÉVIA FAVORÁVEL SÓ TER SIDO EMITIDA EM 22 DE DEZEMBRO DE 2014. PORTANTO, A CONCLUSÃO DA AÇÃO FOI POSTERGADA PARA 2015.	NÃO
40290000 - PRESERVACAO E CONSERVACAO DE VARZEAS		NÃO
40330000 - MANUTENCAO OPERACAO IMPLANT.ESTR. HIDRAULICAS	A AÇÃO NÃO FOI REALIZADA POR NÃO TER HAVIDO DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA PARA TANTO.	NÃO
61570000 - MANUTENCAO E CONSERVACAO DA CALHA DO TIETE	A META FOI CUMPRIDA EM 71,0% PORQUE A EXECUÇÃO DO LOTE 4 AINDA DEPENDE DE REALIZAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO, POIS RETORNOU AO DAEE PARA READEQUAÇÃO DO OBJETO. DEVERÁ SER ENCAMINHADO À SECRETARIA DA FAZENDA PARA MANIFESTAÇÃO PRÉVIA, O QUE DEVERÁ POSTERGAR SUA CONTRATAÇÃO PARA 2015.	NÃO

PROGRAMA 3931 - GESTÃO ADMINISTRATIVA EM SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS

OBJETIVO: PROVER A SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS-SSRH E A AUTARQUIA A ELA VINCULADA, DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DAEE, DE INFRAESTRUTURA PARA O ATENDIMENTO DA DEMANDA NO DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
5871 - GESTAO ADMINISTRATIVA	373.879.783	365.758.428	365.758.428	296.704.442	97,83%	UNIDADES ADMINISTRADAS unidade	2	2	100,00%
TOTAL	373.879.783	365.758.428	365.758.428	296.704.442					



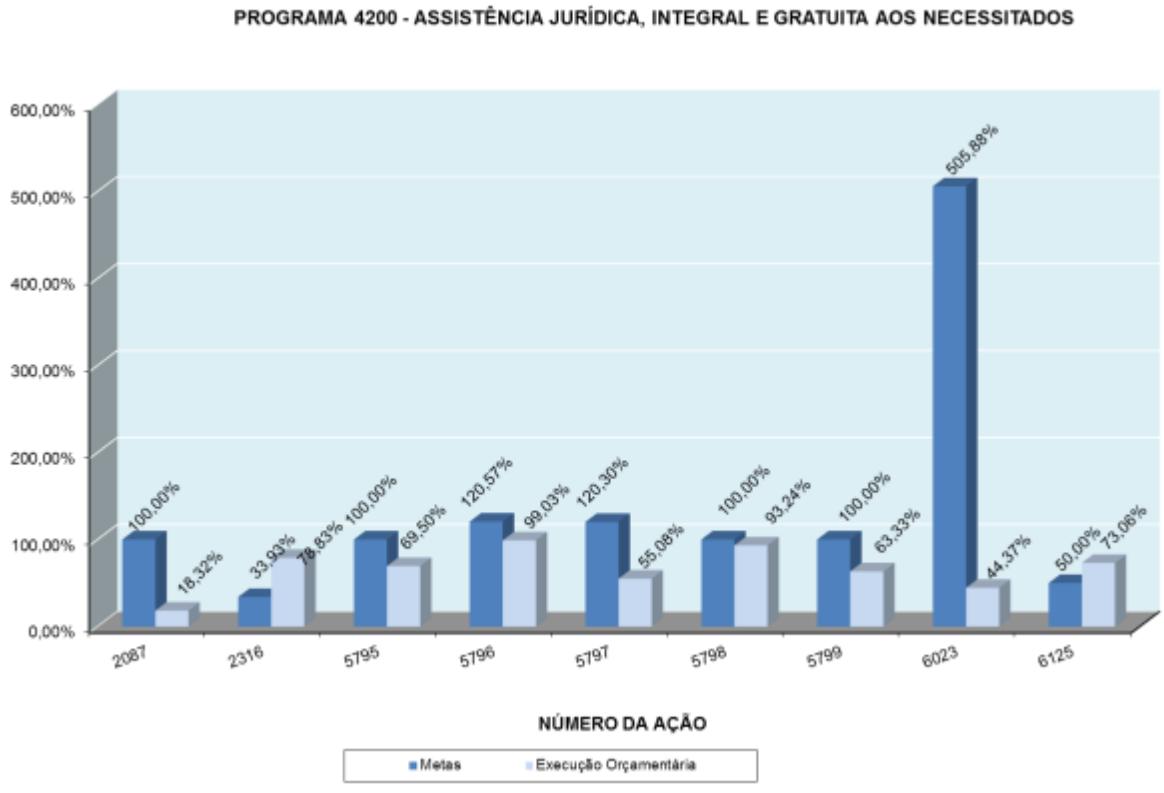
AÇÃO	JUSTIFICATIVAS	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL?
5871 - GESTAO ADMINISTRATIVA		NÃO

PROGRAMA 4200 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA, INTEGRAL E GRATUITA AOS

NECESSITADOS

OBJETIVO: GARANTIR A ORIENTAÇÃO JURÍDICA E O ATENDIMENTO INDIVIDUAL E COLETIVO AOS LEGALMENTE NECESSITADOS PARA PREVENIR E SOLUCIONAR CONFLITOS.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
20870000 - INST.NOVOS POSTOS, REF.ADEQ.POSTOS EXISTENTES	3.500.000	641.076	641.076	513.650	18,32%	POSTOS EM FUNCIONAMENTO unidade	2	2	100,00%
23160000 - IMPL.ATENDIMENTO REMOTO NA DEFENSORIA PUBLICA	3.797.800	2.993.723	2.993.723	2.094.909	78,83%	ATENDIMENTOS REMOTOS REALIZADOS unidade	1.066.664	361.908	33,93%
57950000 - ACOES DE COMUNICACAO INSTITUCIONAL	527.340	366.515	366.515	308.022	69,50%	AÇÕES REALIZADAS unidade	25	25	100,00%
57960000 - ATENDIMENTO SUPLEM. ESPEC. ASSIST.JURIDICA	308.313.157	305.319.949	305.319.949	261.646.012	99,03%	ATENDIMENTOS REALIZADOS unidade	859.650	1.036.443	120,57%
57970000 - FORMACAO CONT.ESTAG,SERV.MEMBROS DEF.PUBLICA	7.216.920	3.975.301	3.975.301	3.160.428	55,08%	ESTAGIÁRIOS, SERVIDORES E MEMBROS CAPACITADOS unidade	4.262	5.127	120,30%
57980000 - GESTAO E FUNCIONAMENTO DA DEFENSORIA PUBLICA	439.663.497	409.957.011	409.957.011	398.792.514	93,24%	POSTOS DE ATENDIMENTO MANTIDOS unidade	135	135	100,00%
57990000 - MANUT. AMPL. DA .INFORMATIZACAO DEF.PUBLICA	21.935.240	13.891.597	13.891.597	11.265.784	63,33%	POSTOS INFORMATIZADOS unidade	25	25	100,00%
60230000 - ACOES DE EDUCACAO EM DIREITO	771.500	342.307	342.307	259.498	44,37%	EVENTOS REALIZADOS unidade	17	86	505,88%
61250000 - MANUT. PRIMORAMENTO QUALID.TOTAL ATENDIMENTO	333.685	243.786	243.786	182.401	73,06%	POSTOS PADRONIZADOS unidade	38	19	50,00%
TOTAL	786.059.139	737.731.264	737.731.264	678.223.218	93,85%				

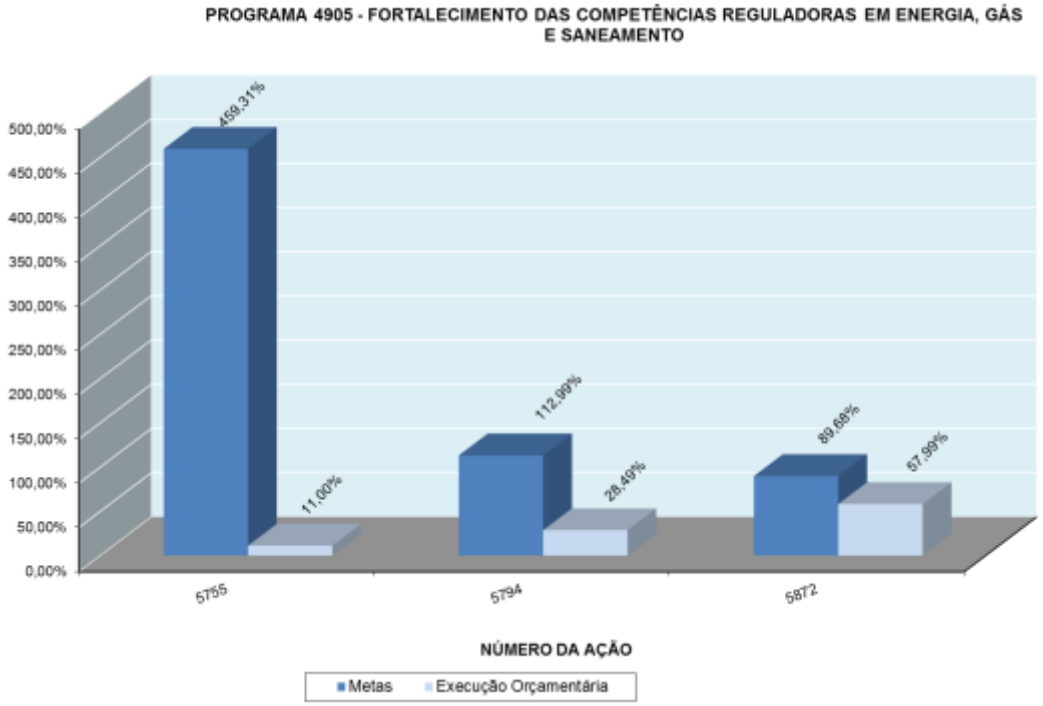


AÇÃO	JUSTIFICATIVAS	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL?
20870000 - INST.NOVOS POSTOS, REF.ADEQ.POSTOS EXISTENTES		NÃO
23160000 - IMPL.ATENDIMENTO REMOTO NA DEFENSORIA PUBLICA	A META ATINGIDA NO EXERCÍCIO DE 2014 FOI 34% DA PREVISTA, POIS A POSSE DOS 191 DEFENSORES NÃO FOI VIABILIZADA E COM ISSO NÃO HOUVE POSSIBILIDADE DE AMPLIAR O ATENDIMENTO REMOTO PARA OUTROS MUNICÍPIOS E ATÉ AMPLIAR NO ESTADO DE SÃO PAULO.	NÃO
57950000 - ACOES DE COMUNICACAO INSTITUCIONAL		NÃO
57960000 - ATENDIMENTO SUPLEM. ESPEC. ASSIST.JURIDICA		NÃO
57970000 - FORMACAO CONT.ESTAG,SERV.MEMBROS DEF.PUBLICA		NÃO
57980000 - GESTAO E FUNCIONAMENTO DA DEFENSORIA PUBLICA		NÃO
57990000 - MANUT. AMPL. DA .INFORMATIZACAO DEF.PUBLICA		NÃO
60230000 - ACOES DE EDUCACAO EM DIREITO		NÃO
61250000 - MANUT. PRIMORAMENTO QUALID.TOTAL ATENDIMENTO	DEVIDO A MUDANÇA DA METODOLOGIA PARA CLASSIFICAR OS POSTOS PADRONIZADOS COM O NOVO SISTEMA DE INFORMATIZAÇÃO, A META ATINGIDA FOI DE 50% EM RELAÇÃO À PREVISTA. ANTERIORMENTE O SISTEMA SIA (SISTEMA INTEGRADO DO ATENDIMENTO), FOI SUBSTITUIDO PELO DOL (DEFENSORIA ON LINE) E EM 2014 HOUVE MUDANÇA PARA MODULO DE INDICAÇÃO (MI), COM ISSO SÓ FOI POSSÍVEL PADRONIZAR 19 POSTOS.	NÃO
6125 - MANUTENÇÃO E APRIMORAMENTO DA QUALIDADE TOTAL NO ATENDIMENTO		NÃO

PROGRAMA: 4905 - FORTALECIMENTO DAS COMPETÊNCIAS REGULADORAS EM ENERGIA, GÁS E SANEAMENTO

OBJETIVO: DOTAR O ESTADO DE CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE SUAS COMPETÊNCIAS REGULADORAS E FISCALIZADORAS NAS ÁREAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA, DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO.

AÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 2014					METAS			
	DOTAÇÃO	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	LIQ/DOT	PRODUTOS Unidade Medida	LOA - 2014	REALIZAÇÃO	%
57550000 - FISCALIZACAO CONC.PERMIS.DISTRIB.EN.ELETRICA	10.260.010	1.128.736	1.128.736	807.859	11,00%	RELATÓRIOS unidade	204	937	459,31%
57940000 - REGULACAO FISC.SERV. PUBLICOS SANEAM. BASICO	21.150.012	6.025.704	6.025.704	3.231.555	28,49%	RELATÓRIOS unidade	1.578	1.783	112,99%
58720000 - FISCALIZACAO REG. SERV. DIST. GAS CANALIZADO	15.950.028	9.249.085	9.249.085	5.623.413	57,99%	RELATÓRIOS unidade	930	834	89,68%
TOTAL	47.360.050	16.403.525	16.403.525	9.662.826	34,64%				



AÇÃO	JUSTIFICATIVAS	HOUVE FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL?
57550000 - FISCALIZACAO CONC.PERMIS.DISTRIB.EN.ELETRICA		NÃO
57940000 - REGULACAO FISC.SERV. PUBLICOS SANEAM. BASICO		NÃO
58720000 - FISCALIZACAO REG. SERV. DIST. GAS CANALIZADO	A META FOI CUMPRIDA EM 89,67%. A DIVERGÊNCIA SE JUSTIFICA TENDO EM VISTA RETARDAMENTO PARA O 4.º TRIMESTRE DE 2014, NA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE P&D APROVADOS NO CICLO DE 2014/2015, HOUVE UMA MENOR EMISSÃO DE RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO DESSES MESMOS PROJETOS. HOUVE TAMBÉM PROJETOS DE CICLOS ANTERIORES QUE SE ENCERRARAM ANTES DO PRAZO PREVISTO, ACARRETANDO COM ISSO, UMA DIMINUIÇÃO NO NÚMERO DE RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO.	NÃO

XII – FISCALIZAÇÕES OPERACIONAIS

A fiscalização operacional consiste em uma das vertentes de atuação deste Tribunal, que encontra respaldo nas disposições do artigo 32 da Constituição do Estado.

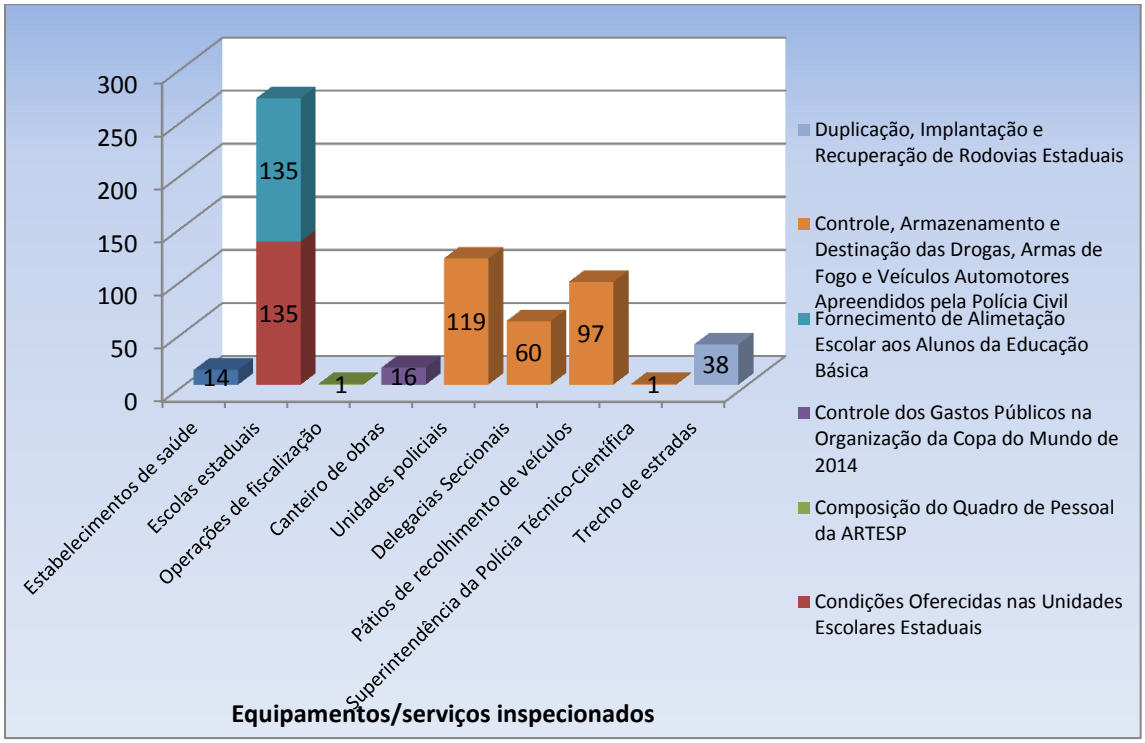
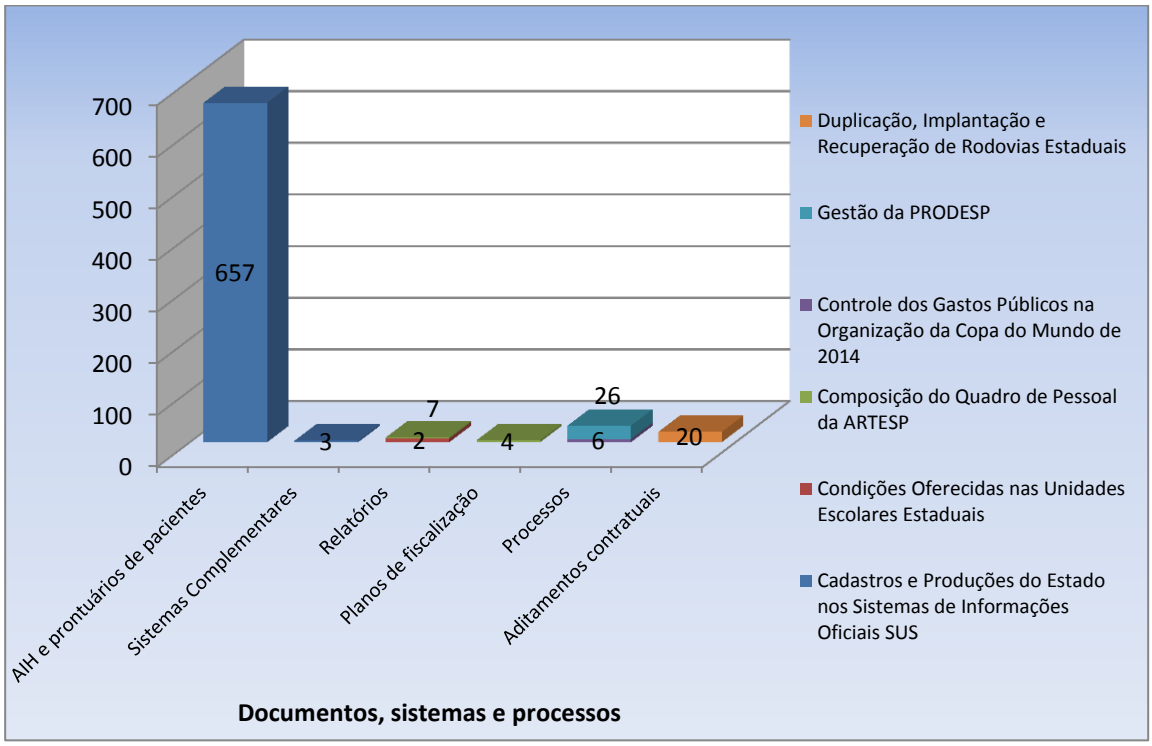
Tal vertente contempla a avaliação do cumprimento dos programas de governo e do desempenho dos órgãos e entidades jurisdicionadas, em relação aos seus objetivos, metas e prioridades, bem como quanto à alocação e uso dos recursos públicos.

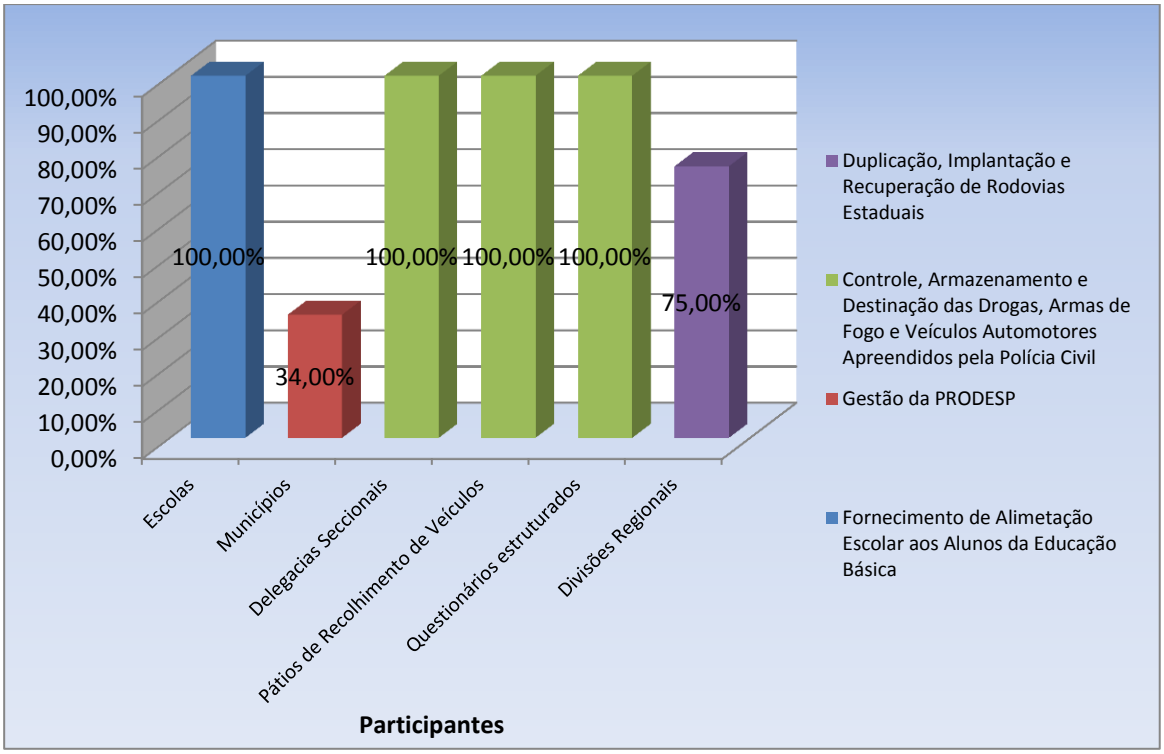
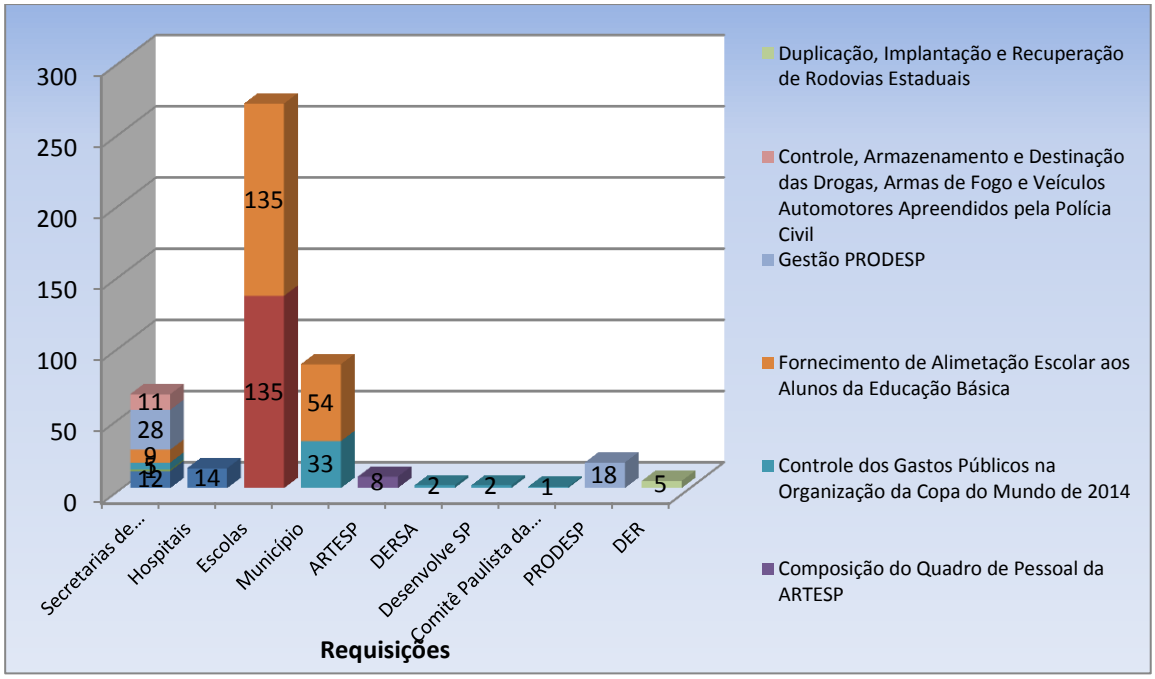
No exercício de 2014, em prosseguimento aos sistemáticos trabalhos de tal natureza, as fiscalizações tiveram objeto e órgão e/ou entidades envolvidos a seguir:

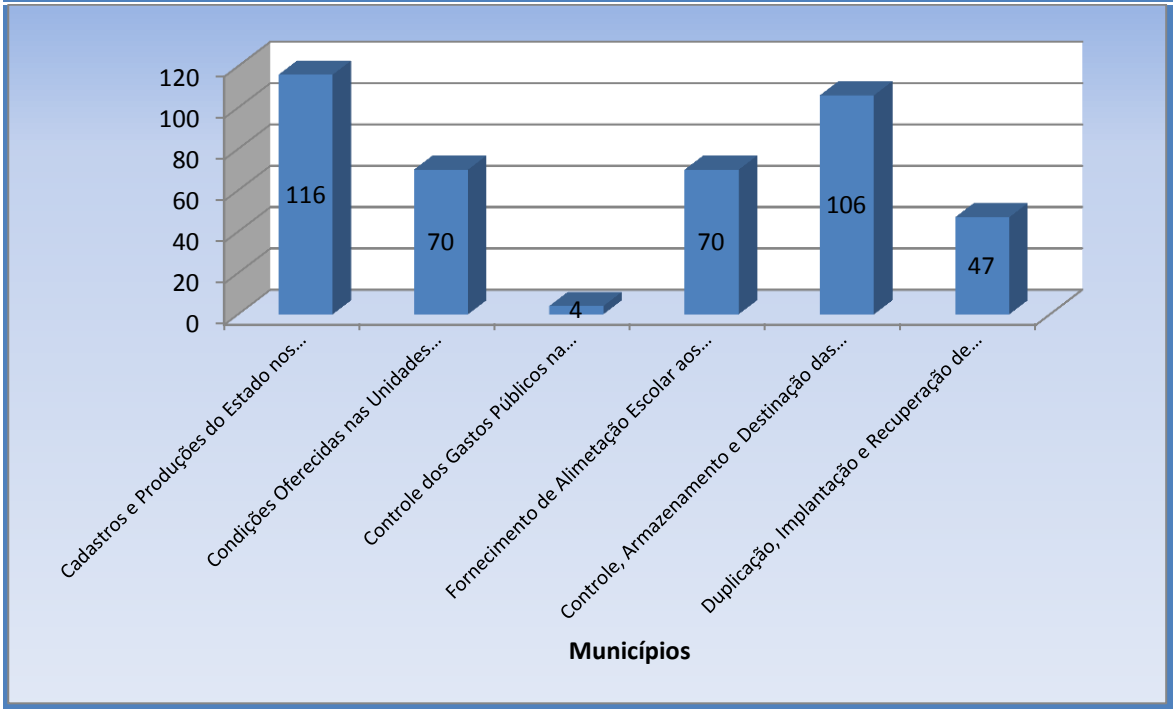
Órgão e/ou entidade	Objeto de fiscalização	
Secretaria de Estado da Segurança Pública	**- Controle, Armazenamento e Destinação das Drogas, Armas de Fogo e Veículos Automotores Apreendidos pela Polícia Civil**	**Programas relacionados:** **Programa 1801** – Investigação Policial **Programa 1814** - Modernização e Aperfeiçoamento da Polícia Técnico-Científica **Programa 1818 – Modernização da Segurança Pública**
Secretaria de Estado da Saúde	**- Cadastros e Produções do Estado nos Sistemas de Informações Oficiais SUS (CNES e SIH)**	**Programas relacionados:** **Programa 0940** – Gestão em Saúde **Programa 4407** – Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão
Secretaria de Logística e Transportes	**- Agência Reguladora de Transportes – ARTESP - A Composição do Quadro de Pessoal**	**Programa 1603** - Regulação e Fiscalização dos Serviços de Transportes
Secretaria de Gestão Pública	**- Gestão da PRODESP**	**Programa 4405** – Fortalecimento da Organização e Modernização da Infraestrutura - Prodesp **Programa 4410 -** Atendimento Unificado ao Cidadão
Secretaria de Estado da Educação	**- Condições Oferecidas nas Unidades Escolares Estaduais** **- Merenda Escolar**	Nenhum programa orçamentário específico **Programa 0815** - Manutenção e Suporte da Educação Básica • **Ação 6172 –** Fornecimento de Alimentação Escolar aos Alunos da Educação Básica
Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo - DER	**- Duplicação, Implantação e Recuperação de Rodovias Estaduais**	**Programa 1606 -** Ampliação, Recuperação e Modernização da Malha Rodoviária • **Ação 1418 -** Duplicação, Implantação e Recuperação de Rodovias Estaduais
Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos	**- Crise Hídrica no Estado de São Paulo**	Nenhum programa orçamentário específico

Referidas fiscalizações, executadas com esforços da Diretoria de Contas do Governador e das Unidades Regionais do Tribunal, foram realizadas de acordo com o plano aprovado pelo Conselheiro Relator e englobaram municípios,

unidades policiais, de ensino e de saúde por meio da aplicação de entrevistas/questionários; inspeções físicas e observação direta; e exame documental.

Técnicas	2014
Inspeções físicas e observações diretas	
Exame Documental	

Técnicas	2014
Questionários	
Requisições	

Técnicas	2014
Municípios envolvidos	

Os relatórios produzidos encontram-se na íntegra no **TCA – 12.428/026/14,** de onde pode se destacar o constante a seguir:

XII.1 – Controle, Armazenamento e Destinação das Drogas, Armas de Fogo e Veículos Automotores Apreendidos pela Polícia Civil.	
Programas Relacionados: **1801 –** Investigação Policial **1814 -** Modernização e Aperfeiçoamento da Polícia Técnico-Científica **1818 –** Modernização da Segurança Pública	
Período:	2012 – 2014
Órgão:	Secretaria de Segurança Pública
Instrução:	DCG-2 – DSF I

Com o objetivo de se avaliar a eficácia dos controles empregados, a adequação e segurança dos locais de armazenamento e a destinação dada aos citados bens, foram observados aspectos relacionados às formas e procedimentos de controle utilizados, os locais de armazenamento e as ações realizadas para a destinação desses bens, conforme preconizado na legislação.

A Diretoria de Contas do Governador (DCG) contou com a participação das Unidades Regionais (URs) do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) na fase de execução, o que permitiu a fiscalização de unidades policiais e pátios de recolhimento de veículos em todo o Estado.

Não fizeram parte do escopo do presente trabalho o acompanhamento da efetiva destinação dada às drogas, armas de fogo e veículos apreendidos, quais sejam: incineração, destruição e leilão.

Dentre os principais achados, pode-se destacar:

a) Utilização de **ferramentas de controle ultrapassadas**, que não possuem funções que auxiliem no desempenho das tarefas a serem realizadas, dificultam o efetivo controle dos bens apreendidos, e ainda, não evitam a ocorrência de erros;

b) **Armazenamento dos bens apreendidos em locais inadequados**, geralmente com espaço disponível insuficiente, bens depositados no chão e em locais de fácil acesso, veículos deixados na rua e, muitas vezes, em condição de abandono;

c) **Bens deixados em locais sem segurança**, sujeitos a furto e depredação;

d) **Não cumprimento das determinações legais acerca da destinação a ser dada aos bens apreendidos**, o que gera o acúmulo de objetos sob custódia da Polícia Civil.

Com base nas informações prestadas pela Secretaria de Segurança, existem armazenados no Estado mais de **158 toneladas de entorpecentes, 8.900 armas de fogo e 155 mil veículos aguardando destinação.**

Abaixo, seguem alguns registros das condições encontradas nas unidades policiais e pátios de recolhimento de veículos visitados:

Grandes quantidades de drogas armazenadas nas unidades policiais.

Veículos deixados nas ruas no entorno das unidades policiais e em seus estacionamentos

Veículos em estado de abandono nos pátios de recolhimento

Grande quantidade de veículos sob custódia nos pátios de recolhimento

Fonte: TCA-12.428/026/14.

Das análises feitas, concluiu-se pela existência de oportunidades de melhorias nos controles feitos pela Polícia Civil sobre os bens e objetos apreendidos, assim como dos locais e formas de armazenamento e da tempestividade em ser dada destinação final a esses bens.

XII.2 – Cadastros e Produções do Estado nos Sistemas de Informações Oficiais SUS (CNES e SIH)	
Programas relacionados: **0940** – Gestão em Saúde **4407** – Tecnologia da Informação e Comunicação para Excelência da Gestão	
Período:	2012 – 2014
Órgão:	Secretaria de Estado da Saúde
Instrução:	DCG-2 – DSF I

O presente trabalho de fiscalização operacional teve como objetivo avaliar os cadastros e produções assistenciais (dados) do Estado constantes nos sistemas de informação oficiais SUS, sob os aspectos da estabilidade e qualidade da informação.

Para tanto, o escopo delimitou-se a confiabilidade dos cadastros do CNES/SUS e das produções assistenciais do SIH/SUS, sob responsabilidade estadual, estendendo-se a organização e atuação do componente estadual do Sistema Nacional de Auditoria (SNA) que concorre para essa confiabilidade. Entretanto, apesar de relacionado ao tema, não contemplou o controle eletrônico, por ser instituído em âmbito federal, e a produção ambulatorial estadual do sistema SIA, pela menor viabilidade técnica de realização por esta fiscalização, bem como os dados dos demais sistemas SUS, pela menor materialidade e criticidade.

A avaliação da qualidade das informações inseridas e atualizadas justifica-se por conta da confiabilidade que elas representam, uma vez que, os dados que compõem os sistemas utilizados no âmbito do SUS subsidiam as políticas sociais de saúde, não somente em relação ao planejamento e financiamento das ações e serviços destinados à população, mas também contribuem para o controle, monitoramento e avaliação, regulação, auditoria e das estatísticas de saúde.

As conclusões obtidas basearam-se na análise das respostas às requisições de informações e documentos; dos

dados extraídos dos sistemas/sites oficiais SUS (CNES) e SES/SP (NIH, SAHE e Gestão em Saúde); de relatórios do componente estadual do SNA (GNACS/SES/SP) sobre a correspondência do CID constante nas AIH(s) selecionadas estatisticamente com respectivos prontuários; e do registrado e/ou coletado em visitas *in loco* a estabelecimentos de saúde sob gestão estadual.

E foram obtidas com limitações, entre as quais se destacam a dependência dessa fiscalização a participação dos auditores do SNA, já que o acesso a prontuários é ato privativo dos profissionais de saúde; e as diferenças existentes, inclusive de falta de manual, entre os sistemas/sites NIH, SAHE e Gestão em Saúde, bem como a falta de transparência destes sistemas, com acesso condicionado a solicitação de login e senha.

As análises evidenciaram a desatualização da capacidade instalada e/ou de quadro de profissionais médicos no CNES de ES próprios, sob gestão de OSS, hospitais de ensino e filantrópicos, impactando na operacionalização do SIH e, potencialmente, dos demais sistemas SUS (SIA, SISCOLO, SISMAMA etc.), bem como na gestão estadual a cargo da SES/SP.

No que diz respeito ao SIH, levaram ao entendimento de que a não informação ou informação incorreta do CID principal, secundário e causas associadas nos espelhos de AIH é frequente, a despeito dos CID(s) estar informados nos prontuários dos pacientes. Ainda sob o SIH/SUS, as análises apontaram que tanto a Pesquisa de Satisfação dos Usuários SUS/SES, quanto as Cartas ao Usuário SUS/MS, como instrumento de controle e monitoramento da qualidade da prestação dos serviços de saúde, se mostraram deficientes como subsidio para a qualificação das informações dos sistemas de informações oficiais SUS pelo componente estadual do SNA.

Com relação ao componente estadual, as análises evidenciaram a existência de deficiências na estrutura organizacional do componente estadual do SNA, incluída a falta da carreira de auditor de saúde e a carência no quadro de pessoal, com unidades regionais do SNA/SP (CTAR) sem médicos e enfermeiros.

Especificamente no que diz respeito a sua atuação, demonstraram o comprometimento da capacidade operacional do GNACS/CTAR com auditorias não voltadas a qualidade da assistência (resultado), ou seja, predominantemente voltadas ao processo. Neste último aspecto, identificou-se que as auditorias para a aferição de confiabilidade das informações não são sistemáticas. E, quando para o SIH, tais auditorias estão calcadas em seleção de AIH(s) enviesada, oriundas de críticas e/ou filtros eletrônicos durante o processamento.

A seguir serão relatados resumidamente os achados detectados pela equipe de fiscalização do TCE/SP:

1 – Sistemas de informações SUS - CNES e SIH

A confiabilidade das informações constantes dos sistemas oficiais SUS é primordial para que União, Estados, Distrito Federal e Municípios possam subsidiar o planejamento, bem como realizar o monitoramento, controle e avaliação das ações e serviços de saúde prestados à população.

Nesse sentido, buscou-se verificar se as informações constantes desses sistemas são confiáveis e atualizadas conforme preconiza a legislação vigente, uma vez que a qualidade da informação auxilia os gestores para a tomada de decisão.

1.1 - Desatualização das informações constantes no CNES

Com a finalidade de avaliar se as informações constantes no CNES estão atualizadas, e por assim dizer adequadas para uso, em conformidade com a Lei Complementar Estadual nº 791/1995, Lei Federal nº 12.101/2009, item 4.2 f do Anexo 1 da Resolução CIT 04/2012, Portaria GM/MS

3.410/2013, Portaria SAS/MS 311/2007, entre outras, foram adotados os procedimentos e coletadas as informações a seguir:

i. Utilizou-se dos relatórios de avaliação do CNES dos serviços próprios estaduais e o sumário das divergências encontradas nos ES em visitas realizadas pelas equipes das Comissões Técnicas de Auditoria Regional (CTAR) e/ou do Grupo de Vigilância Sanitária, no período de setembro a novembro/2014;

ii. Uma vez que os dados de profissionais não integraram o escopo da auditoria do componente estadual do SNA, a partir de visitas *in loco* a ES selecionados pela equipe de fiscalização do TCE/SP, cotejou-se lista de profissionais médicos desligados e não reintegrados, e em plantão no dia da visita com os dados dos profissionais médicos do CNES;

iii. Comparou-se o número de leitos de internação e complementares, sem considerar os de observação e de hospital dia, dos sistemas complementares (NIH, Gestão em Saúde e SAHE) com os do CNES; e

iv. Simulou-se a crítica "Quantidade de diárias superior à capacidade instalada" do processamento da produção hospitalar do SIH tomando por base a capacidade instalada identificada nos sistemas complementares (NIH e SAHE).

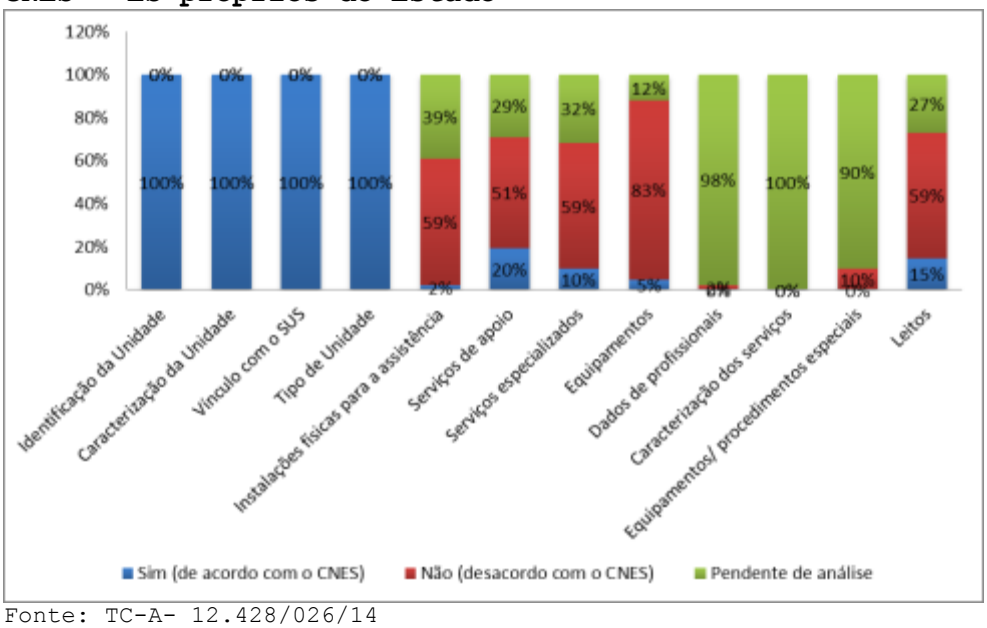
Dos procedimentos e coletas das informações acima elencados constatou-se:

A) Inconformidades apontadas nos Relatórios do componente estadual do SNA

Em visitas *"in loco"* realizadas pelo componente estadual do SNA (CTAR e/ou Grupo de Vigilância Sanitária) aos estabelecimentos próprios do estado foram encontradas inconformidades em serviços, instalações físicas, equipamentos e leitos, em relação ao cadastrado no CNES.

Foram visitados 41 ES próprios do estado e examinou-se a veracidade das informações que constam no CNES, conforme demonstrado.

Itens avaliados e percentuais de conformidade ou não com o CNES – ES próprios do Estado



Fonte: TC-A- 12.428/026/14

ES próprios do Estado examinados quanto à conformidade no CNES

Estabelecimento de Saúde	Identificação da Unidade	Caracterização da Unidade	Vínculo com o SUS	Tipo de Unidade	Instalações físicas para a assistência	Serviços de apoio	Serviços especializados	Equipamentos	Dados de profissionais	Caracterização dos serviços	Equipamentos/ procedimentos especiais	Leitos
	Sim ou não	Sim ou não	Sim ou não	Sim ou não	Sim ou não	Sim ou não	Sim ou não	Sim ou não	Sim ou não	Sim ou não	Sim ou não	Sim ou não
INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMILIO RIBAS	S	S	S	S	Pend	N	N	N	Pend	Pend	Pend	N
INSTITUTO CLEMENTE FERREIRA	S	S	S	S	Pend	N	N	Pend	Pend	Pend	Pend	Pend
HOSPITAL HELIOPOLIS	S	S	S	S	N	S	N	N	Pend	Pend	Pend	N
CRATOD	S	S	S	S	N	N	S	N	Pend	Pend	Pend	Pend
CS I DR. VICTOR ARAUJO H MELLO PINHEIROS	S	S	S	S	N	Pend	N	N	Pend	Pend	Pend	Pend
PAM VARZEA DO CARMO NGA 63	S	S	S	S	N	S	N	N	Pend	Pend	Pend	N
CAISM DR. DAVID CAPISTRANO DA COSTA FILHO	S	S	S	S	N	N	N	N	Pend	Pend	Pend	N
HOSPITAL INFANTIL DARCY VARGAS	S	S	S	S	N	N	N	N	Pend	Pend	Pend	N
HOSPITAL GERAL DE SÃO MATEUS	S	S	S	S	Pend	N	N	N	Pend	Pend	Pend	N
HOSPITAL IPIRANGA	S	S	S	S	Pend	N	N	Pend	Pend	Pend	Pend	Pend
CONJUNTO HOSPITALAR DO MANDAQUI	S	S	S	S	N	N	N	N	Pend	Pend	Pend	N
HOSPITAL E MATERNIDADE LEONOR MENDES DE BARROS	S	S	S	S	N	N	N	N	Pend	Pend	N	N
AMBULATORIO DE SAUDE MENTAL LUIZ AGOSTINHO DA SILVA	S	S	S	S	N	S	S	S	Pend	Pend	Pend	S
HOSP SANTA TEREZA DE RIBEIRAO PRETO	S	S	S	S	Pend	Pend	Pend	N	Pend	Pend	Pend	N

CENTRO DE REFERENCIA DA SAUDE DA MULHER	S	S	S	S	Pend	N	N	N	Pend	Pend	Pend	Pend
HOSPITAL NESTOR GOULART REIS	s	S	s	S	Pend	N	N	N	Pend	Pend	Pend	S
HOSPITAL GERAL JESUS TEIXEIRA DA COSTA Pend GUAIANASES	S	S	S	S	N	Pend	Pend	N	Pend	Pend	Pend	N
COMPLEXO HOSPITALAR PADRE BENTO DE GUARULHOS	S	S	S	S	N	N	Pend	N	Pend	Pend	Pend	N
HOSPITAL DR. OSIRIS FLORINDO COELHO	S	S	S	S	N	N	N	N	Pend	Pend	Pend	N
HOSPITAL DR. FRANCISCO RIBEIRO ARANTES	S	S	S	S	N	Pend	Pend	N	Pend	Pend	Pend	Pend
CAIS CLEMENTE FERREIRA	S	S	S	S	Pend	S	Pend	N	Pend	Pend	Pend	S
HOSPITAL KATIA DE SOUZA RODRIGUES TAIPAS	S	S	S	S	N	N	N	N	Pend	Pend	Pend	N
HOSPITAL ESTADUAL DE MIRANDOPOLIS	S	S	S	S	N	S	Pend	N	Pend	Pend	N	S
HOSP REGIONAL DE ASSIS	S	S	S	S	N	N	Pend	N	Pend	Pend	Pend	N
CEDEME CENTRO DESENVOLV PORTADOR DEFICIENCIA MENTAL	S	S	S	S	N	Pend	Pend	N	Pend	Pend	Pend	Pend
CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO DR. ARNALDO PEZZUTI CAVALCANTI	S	S	S	S	N	Pend	N	N	Pend	Pend	N	N
INSTITUTO DANTE PAZZANESE DE CARDIOLOGIA	S	S	S	S	Pend	N	N	Pend	Pend	Pend	Pend	Pend
HOSPITAL INFANTIL CANDIDO FONTOURA	S	S	S	S	Pend	Pend	N	N	Pend	Pend	N	N
CAIS CANTIDIO DE MOURA CAMPOS	S	S	S	S	Pend	N	N	N	Pend	Pend	Pend	N
CAIS DE SANTA RITA DO PASSA QUATRO	S	S	S	S	Pend	Pend	Pend	N	N	Pend	Pend	N
NGA 08 BELEM	S	S	S	S	Pend	S	N	Pend	Pend	Pend	Pend	Pend
HOSPITAL GERAL DE VILA PENTEADO DR. JOSE PANGELLA	S	S	S	S	N	Pend	N	N	Pend	Pend	Pend	N
INSTITUTO PAULISTA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA "JOSÉ ERMIRIO DE MORAES"	S	S	S	S	N	Pend	N	N	Pend	Pend	Pend	Pend
HOSPITAL GERAL DE VILA NOVA CACHOEIRINHA	S	S	S	S	N	Pend	N	N	Pend	Pend	Pend	N
COMPLEXO HOSPITALAR JUQUERY	S	S	S	S	Pend	N	Pend	N	Pend	Pend	Pend	N
CENTRO DE REABILITAÇÃO DE CASA BRANCA	S	S	S	S	N	N	S	N	Pend	Pend	Pend	S
HOSP EST DR ODILO ANTUNES DE SIQUEIRA PRES PRUDENTE	S	S	S	S	Pend	Pend	Pend	N	Pend	Pend	Pend	N
HOSPITA GERAL PREFEITO MIGUEL MARTIN GUALDA	S	S	S	S	N	N	Pend	N	Pend	Pend	Pend	N
INSTITUTO LAURO DE SOUZA LIMA	S	S	S	S	Pend	S	Pend	N	Pend	Pend	Pend	N
CENTRO PIONEIRO EM ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ARQUITETO JANUARIO JOSE EZEMPLARI	S	S	S	S	N	N	N	Pend	Pend	Pend	Pend	Pend
CAPS CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL CASA BRANCA	S	S	S	S	S	S	S	S	Pend	Pend	Pend	S

Fonte: TC-A- 12.428/026/14

Pode-se observar que, em muitos itens e de forma generalizada entre os ES, a atualização das informações no CNES não é realizada conforme preceitua a legislação.

B) Divergências detectadas "in loco" das informações de Dados de Profissionais no CNES/SUS

Como a avaliação do CNES feita pelo componente estadual não contemplaria Dados de Profissionais, realizaram-se visitas pela equipe de fiscalização do TCE/SP a 14 (catorze) ES sob gestão estadual que foram alvo de reclamações pelos usuários por falta de médicos, entre 01/01/2014 e 31/08/2014, a fim de verificar se esses dados cadastrados no CNES estavam em conformidade nos dias das visitas (outubro a novembro de 2014).

Relação dos ES visitados em que se apurou alguma divergência no cadastro de médicos, demonstrando a quantidade de ocorrências em relação ao CNES

Estabelecimento de Saúde	(1) Médicos desligados e não reintegrados mas ativos no CNES	(2) Médicos trabalhando no dia da visita e não ativos no CNES	(3) Médicos desligados e não reintegrados (conforme relação informada pelo ES) não constavam na lista de desligados do CNES, nem na lista de ativos	(4) Médicos desligados e não reintegrados não informados na lista do ES, mas que constam na lista de desligados do CNES	Total por ES
Hospital Dr. Vivaldo Martins Simões	6	4	0	2	**16**
Hospital Universitário de Taubaté	0	18	0	0	**18**
Hospital Estadual Mário Covas	0	1	0	14	**15**
AME Santo André	1	0	0	2	**3**
Hospital Geral de Guarulhos	1	18	3	7	**32**
Hospital Regional Dr. Osíris Florindo Coelho em Ferraz de Vasconcelos	0	6	1	0	**7**
Hospital Vila Nova Cachoeirinha	0	5	0	0	**5**
AME Maria Zélia	3	8	0	0	**11**
Hospital Geral Santa Marcelina - Itaquera	0	29	4	0	**34**
Hospital Geral Jesus Teixeira da Costa - Guaianases	4	2	0	0	**6**
Hospital Geral Katia de Souza Rodrigues - Taipas	3	0	1	0	**5**
Conjunto Hospitalar do Mandaqui	3	3	0	0	**6**
Hospital Geral do Grajaú - OSS	1	4	2	0	**7**
Hospital Estadual Carlos da Silva Lacaz - Francisco Morato	0	1	0	0	**1**
TOTAL:	**22**	**99**	**11**	**25**	**166**

Fonte: TC-A- 12.428/026/14

C) Diferenças apuradas das informações de leitos do CNES em relação aos sistemas complementares da SES (NIH, SAHE e Gestão em Saúde)

Outra análise efetuada pela equipe de fiscalização do TCE/SP, diz respeito à quantidade de leitos de internação e complementares informados no CNES (leitos instalados) e nos sistemas complementares utilizados pela SES: Núcleo de Informação Hospitalar (NIH) e Sistema de Avaliação de Hospitais de Ensino (SAHE), uma vez se depreende maior precisão destes por serem utilizados para o controle e monitoramento dos contratos/convênios no âmbito da SES/SP. No sistema complementar "Gestão em Saúde" não foi possível realizar esta análise, por registrar a capacidade operacional (leitos operacionais) dos ES, e assim deixando de considerar leitos bloqueados, mas podendo agregar leitos extras, incluídos os leitos de observação.

Na comparação entre os sistemas foram detectadas diferenças na quantidade de leitos informada por alguns ES no CNES em relação à informada nos sistemas complementares da SES (NIH e SAHE), e entre os próprios sistemas complementares.

Diferenças apuradas nas quantidades de leitos informadas no NIH em relação às cadastradas no CNES pelos ES próprios de saúde do estado

CAIS - PROFESSOR CANTÍDIO DE MOURA CAMPOS - BOTUCATU (2090309)														
Mês	(A) Leitos* Inst (NIH)	(B) Leitos* Cad (NIH)	(C) Leitos* Apurado pelo TCESP (CNES)	% Dif 1- (A/C)	Mês	(A) Leitos* Inst (NIH)	(B) Leitos* Cad (NIH)	(C) Leitos* Apurado pelo TCESP (CNES)	% Dif 1- (A/C)	Mês	(A) Leitos* Inst (NIH)	(B) Leitos* Cad (NIH)	(C) Leitos* Apurado pelo TCESP (CNES)	% Dif 1- (A/C)
jan/14	51	120	120	58%	jan/13	74	120	120	38%	jan/12	80	120	120	33%
fev/14	51	120	120	58%	fev/13	61	120	120	49%	fev/12	80	120	120	33%
mar/14	51	120	120	58%	mar/13	61	120	120	49%	mar/12	80	120	120	33%
abr/14	51	120	120	58%	abr/13	61	120	120	49%	abr/12	80	120	120	33%
mai/14	51	120	120	58%	mai/13	51	120	120	58%	mai/12	80	120	120	33%
jun/14	51	120	120	58%	jun/13	51	120	120	58%	jun/12	80	120	120	33%
jul/14	51	120	120	58%	jul/13	51	120	120	58%	jul/12	74	120	120	38%
ago/14	51	120	120	58%	ago/13	51	120	120	58%	ago/12	74	120	120	38%
					set/13	51	120	120	58%	set/12	74	120	120	38%
					out/13	51	120	120	58%	out/12	74	120	120	38%
					nov/13	51	120	120	58%	nov/12	74	120	120	38%
					dez/13	51	120	120	58%	dez/12	74	120	120	38%
INSTITUTO DE INFECTOLOGIA EMÍLIO RIBAS - SÃO PAULO (2028840)														

jan/14	197	199	337	42%	jan/13	194	199	337	42%	jan/12	199	199	337	41%
fev/14	197	199	337	42%	fev/13	194	199	337	42%	fev/12	197	197	337	42%
mar/14	197	199	337	42%	mar/13	194	199	337	42%	mar/12	197	197	337	42%
abr/14	197	199	337	42%	abr/13	194	199	337	42%	abr/12	194	197	337	42%
mai/14	197	199	337	42%	mai/13	194	199	337	42%	mai/12	194	197	337	42%
jun/14	197	199	337	42%	jun/13	193	199	337	43%	jun/12	194	197	337	42%
jul/14	197	199	337	42%	jul/13	193	199	337	43%	jul/12	194	185	337	42%
ago/14	197	199	337	42%	ago/13	194	199	337	42%	ago/12	194	185	337	42%
					set/13	194	199	337	42%	set/12	194	185	337	42%
					out/13	196	199	337	42%	out/12	196	199	337	42%
					nov/13	196	199	337	42%	nov/12	196	199	337	42%
					dez/13	196	199	337	42%	dez/12	196	199	337	42%
HOSPITAL DR. FRANCISCO RIBEIRO ARANTES - ITU (2080192)														
jan/14	70	148	118	41%	jan/13	110	396	118	7%	jan/12	110	396	118	7%
fev/14	70	148	118	41%	fev/13	110	396	118	7%	fev/12	110	396	118	7%
mar/14	70	148	118	41%	mar/13	110	396	118	7%	mar/12	110	396	118	7%
abr/14	70	148	118	41%	abr/13	110	396	118	7%	abr/12	110	396	118	7%
mai/14	70	148	118	41%	mai/13	110	396	118	7%	mai/12	110	396	118	7%
jun/14	70	148	118	41%	jun/13	110	396	118	7%	jun/12	110	396	118	7%
jul/14	70	148	118	41%	jul/13	110	396	118	7%	jul/12	110	396	118	7%
ago/14	70	148	118	41%	ago/13	110	396	118	7%	ago/12	110	396	118	7%
					set/13	110	396	118	7%	set/12	110	396	118	7%
					out/13	70	148	118	41%	out/12	110	396	118	7%
					nov/13	70	148	118	41%	nov/12	110	396	118	7%
					dez/13	70	148	118	41%	dez/12	110	396	118	7%
COMPLEXO HOSPITALAR JUQUERY - FRANCO DA ROCHA (2092107) e (2746220)														
jan/14	154	230	281	45%	jan/13	190	230	281	32%	jan/12	220	260	297	26%
fev/14	154	230	281	45%	fev/13	190	230	281	32%	fev/12	220	260	297	26%
mar/14	154	230	281	45%	mar/13	190	230	281	32%	mar/12	220	260	297	26%
abr/14	156	230	281	44%	abr/13	190	230	281	32%	abr/12	190	260	297	36%
mai/14	155	230	281	45%	mai/13	170	230	281	40%	mai/12	190	260	297	36%
jun/14	156	230	281	44%	jun/13	170	230	281	40%	jun/12	190	260	297	36%
jul/14	155	230	281	45%	jul/13	170	230	281	40%	jul/12	190	230	297	36%
ago/14	155	230	281	45%	ago/13	170	230	281	40%	ago/12	190	230	297	36%
					set/13	170	230	281	40%	set/12	190	230	297	36%
					out/13	170	230	281	40%	out/12	190	230	281	32%
					nov/13	170	230	281	40%	nov/12	190	230	281	32%
					dez/13	170	230	281	40%	dez/12	190	230	281	32%
HOSPITAL REGIONAL DR. VIVALDO MARTINS SIMÕES - OSASCO (0008052)														
jan/14	146	212	212	31%	jan/13	117	212	212	45%	jan/12	150	212	212	29%
fev/14	146	212	212	31%	fev/13	118	212	212	44%	fev/12	145	212	212	32%
mar/14	146	212	212	31%	mar/13	114	212	212	46%	mar/12	145	212	212	32%
abr/14	146	212	212	31%	abr/13	114	212	212	46%	abr/12	145	212	212	32%
mai/14	146	212	212	31%	mai/13	114	212	212	46%	mai/12	143	212	212	33%
jun/14	146	212	212	31%	jun/13	120	212	212	43%	jun/12	143	212	212	33%
jul/14	146	212	212	31%	jul/13	122	212	212	42%	jul/12	116	212	212	45%
ago/14	146	212	212	31%	ago/13	122	212	212	42%	ago/12	116	212	212	45%
					set/13	122	212	212	42%	set/12	111	212	212	48%
					out/13	122	212	212	42%	out/12	111	212	212	48%
					nov/13	122	212	212	42%	nov/12	115	212	212	46%
					dez/13	122	212	212	42%	dez/12	117	212	212	45%
HOSPITAL SANTA TEREZA - RIBEIRÃO PRETO (2078031)														
jan/14	164	280	295	44%	jan/13	200	0	295	32%	jan/12	188	0	295	36%
fev/14	164	280	295	44%	fev/13	200	0	295	32%	fev/12	188	0	295	36%
mar/14	164	280	295	44%	mar/13	200	0	295	32%	mar/12	188	0	295	36%
abr/14	164	280	295	44%	abr/13	186	0	295	37%	abr/12	188	0	295	36%
mai/14	164	280	295	44%	mai/13	186	0	295	37%	mai/12	188	0	295	36%

jun/14	164	280	295	44%	jun/13	159	280	295	46%	jun/12	188	0	295	36%
jul/14	164	280	295	44%	jul/13	185	280	295	37%	jul/12	188	0	295	36%
ago/14	164	280	295	44%	ago/13	185	280	295	37%	ago/12	188	0	295	36%
					set/13	164	280	295	44%	set/12	188	0	295	36%
					out/13	164	280	295	44%	out/12	188	0	295	36%
					nov/13	164	280	295	44%	nov/12	200	0	295	32%
					dez/13	164	280	295	44%	dez/12	200	0	295	32%

Fonte: TC-A- 12.428/026/14

Diferenças apuradas nas quantidades de leitos informadas no SAHE em relação às cadastradas no CNES pelos Hospitais de Ensino

Estabelecimentos de Saúde	Mês	(A) Leitos* instalados (SAHE)	(B) Leitos* apurado TCE/SP (CNES)	% diferença 1-(A/B)
Hospital Estadual Guilherme Álvaro (2079720)	jan/14	191	246	22%
	fev/14	191	246	22%
	mar/14	191	246	22%
	abr/14	191	246	22%
	mai/14	191	246	22%
	jun/14	191	246	22%
	jul/14	191	246	22%
	ago/14	191	246	22%
Hospital das Clínicas - da UNICAMP de Campinas (2079798)	jan/14	419	568	26%
	fev/14	419	568	26%
	mar/14	419	568	26%
	abr/14	419	568	26%
	mai/14	419	568	26%
	jun/14	419	568	26%
	jul/14	419	568	26%
	ago/14	419	568	26%
Conjunto Hospitalar de Sorocaba (2081695)	jan/14	334	446	25%
	fev/14	336	446	25%
	mar/14	334	446	25%
	abr/14	346	446	22%
	mai/14	348	446	22%
	jun/14	352	446	21%
	jul/14	352	446	21%
	ago/14	351	446	21%
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (2688689)	jan/14	633	1185	47%
	fev/14	633	1185	47%
	mar/14	633	1185	47%
	abr/14	633	1185	47%
	mai/14	633	1185	47%
	jun/14	633	1185	47%
	jul/14	633	1185	47%
	ago/14	633	1185	47%

Fonte: TC-A- 12.428/026/14

Diferenças apuradas nas quantidades de leitos informadas no "SAHE" em relação às cadastradas no CNES pelos ES sob gestão de OSS

Estabelecimento de Saúde	Mês	(A) Leitos* instalados (SAHE)	(B) Leitos* apurado TCESP (CNES)	% diferença 1-(A/B)
Hospital Estadual Sumaré (2083981)	jan/14	211	228	7%
	fev/14	211	228	7%
	mar/14	211	228	7%
	abr/14	211	228	7%
	mai/14	211	228	7%
	jun/14	211	228	7%
	jul/14	211	228	7%
	ago/14	211	228	7%
Hospital Estadual Mario Covas (2080273)	jan/14	244	287	15%
	fev/14	244	287	15%
	mar/14	244	287	15%
	abr/14	244	287	15%
	mai/14	244	287	15%
	jun/14	244	287	15%
	jul/14	244	287	15%
	ago/14	244	287	15%

Fonte: TC-A- 12.428/026/14

Diferenças apuradas nas quantidades de leitos informadas no SAHE frente ao NIH

Estabelecimentos de Saúde	Mês	(A) Leitos* instalados (SAHE)	(B) Leitos* instalados (NIH)	% diferença 1-(A/B)
Hospital Estadual Guilherme Álvaro (2079720)	jan/14	191	194	2%
	fev/14	191	194	2%
	mar/14	191	194	2%
	abr/14	191	194	2%
	mai/14	191	194	2%
	jun/14	191	194	2%
	jul/14	191	194	2%
	ago/14	191	194	2%
Conjunto Hospitalar de Sorocaba (2081695)	jan/14	334	334	0%
	fev/14	336	334	-1%
	mar/14	334	334	0%
	abr/14	346	346	0%
	mai/14	348	352	1%
	jun/14	352	352	0%
	jul/14	352	351	0%
	ago/14	351	351	0%
Instituto de Infectologia Emilio Ribas (2028840)	jan/14	297	197	-51%
	fev/14	297	197	-51%
	mar/14	297	197	-51%
	abr/14	297	197	-51%
	mai/14	297	197	-51%

	jun/14	297	197	-51%
	jul/14	297	197	-51%
	ago/14	297	197	-51%

Fonte: TC-A- 12.428/026/14

Portanto, ficou evidenciado que é habitual a desatualização do CNES tomando por base os sistemas de complementares de uso no âmbito da SES/SP, e a causa disso é falta de atualização das informações pelos ES e também a deficiências no monitoramento, controle e auditoria pela SES. Os efeitos dessa defasagem é a repercussão nos demais sistemas de informações SUS, bem como no sistema de críticas da produção hospitalar, com impacto nas políticas públicas de saúde.

D) Produção hospitalar (AIHs) acima da capacidade instalada informada nos sistemas complementares SAHE e NIH

O cálculo do número máximo de AIH foi feito levando-se em consideração o total de leitos de internação do estabelecimento independente da especialidade dos leitos, assim não levando em conta os leitos de atendimentos de Urgência e Emergência (de observação), bem como complementares (UTI, UCI, isolamento), sob fundamento nas classificações constantes na Portaria SAS/MS n.º 312/2002, que normatiza a PADRONIZAÇÃO DA NOMENCLATURA NO CENSO HOSPITALAR.

A fim de apurar o número máximo de AIH segundo a capacidade instalada dos ES, utilizou-se as informações disponíveis nos sistemas NIH, SAHE e SIH (TabWin). Para cada sistema complementar (NIH e SAHE) foi elaborada uma tabela, onde é demonstrado, dentre outras informações, o limite de AIH(s) que o ES poderia apresentar, sem recair na crítica do SIH/SUS e consequente rejeição da produção.

Produção hospitalar (AIHs) acima da capacidade instalada informada no SAHE

					(4) Média de permanência		(5) N° máximo de AIH		(6) AIH
Estabelecimento de Saúde	Mês	(1) Capacidade Instalada - (UTI, UCI, isolamento)	(2) Leitos Dia (1) x dias do mês)	(3) Leitos Dia (SAHE)	(a) SAHE	(b) Tabwin	(2)/4b Tabwin	(3)/4a SAHE	
Hospital Regional de Presidente Prudente (2755130)	jun/13	402	12060	11820	5,77	5,24	2303	2049	2195
	jul/13	402	12462	12214	6,66	5,00	2493	1833	2028
	ago/13	399	12369	12214	6,33	4,85	2548	1930	2146
	set/13	402	12060	11820	6,16	5,45	2214	1920	2007
	out/13	402	12462	12214	6,19	4,80	2595	1974	2049
	nov/13	402	12060	11820	6,05	5,18	2330	1953	1966
	dez/13	402	12462	12214	6,05	5,24	2380	2019	1875
	jan/14	402	12462	12214	6,20	4,99	2498	1970	1960
	fev/14	402	11256	6160	4,33	4,63	2430	1422	2029
Fundação Faculdade Regional Medicina/Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (2077396)	jun/13	341	10230	10230	4,94	4,06	2519	2073	3010
	jul/13	341	10571	10571	4,96	4,37	2420	2129	2841
	ago/13	341	10571	10162	5,18	3,96	2667	1962	3157
	set/13	341	10230	10230	5,00	4,02	2548	2046	3422
	out/13	341	10571	10571	4,59	4,31	2454	2303	3187
	nov/13	341	10230	10230	4,58	4,02	2543	2232	3102
	dez/13	341	10571	10571	4,04	4,40	2403	2616	3504
	jan/14	347	10757	10757	3,98	4,10	2622	2705	2881
	fev/14	341	9548	9548	4,09	2,82	3381	2335	3254
Hospital das Clínicas - da UNICAMP de Campinas (2079798)	jun/13	354	10620	10620	5,06	6,14	1729	2099	2859
	jul/13	354	10974	10974	5,12	6,45	1701	2145	2612
	ago/13	354	10974	10974	4,88	6,19	1772	2248	2997
	set/13	354	10620	10620	5,08	6,42	1654	2090	2907
	out/13	354	10974	10974	4,77	6,43	1708	2302	2753
	nov/13	354	10620	10620	5,24	6,09	1744	2027	2513
	dez/1	354	10974	10974	4,6	6,73	1630	2387	186

	3				0				1
	jan/14	354	10974	10974	5,09	6,34	1732	2157	2605
	fev/14	354	9912	9912	4,64	7,32	1354	2135	2721
Instituto do Coração (HC DA FMUSP INSTITUTO DO CORACAO INCOR SAO PAULO 2071568)	jun/13	269	8070	7418	7,71	10,90	740	963	1102
	jul/13	269	8339	7563	8,16	10,68	781	927	1146
	ago/13	268	8308	7655	7,36	9,70	857	1040	1256
	set/13	269	8070	6614	7,41	12,01	672	893	1137
	out/13	269	8339	6732	7,27	9,44	883	926	1154
	nov/13	269	8070	6589	6,91	11,29	715	953	1044
	dez/13	269	8339	6823	6,47	9,73	857	1054	858
	jan/14	269	8339	6813	7,11	11,01	757	959	1151
	fev/14	269	7532	6242	6,59	10,62	709	947	950

Fonte: TC-A- 12.428/026/14

Em destaque, a produção hospitalar - AIH(s) acima da capacidade instalada (leitos) informada no SAHE, caso o CNES destes ES estivesse atualizado, ou seja, a quantidade de leitos cadastrada refletisse a realidade, ensejaria a glosa da produção AIH(s) excedente.

Produção hospitalar (AIHs) acima da capacidade instalada informada no NIH

					(4) Média de permanência		(5) Nº máximo de AIH		(6) AIH
Estabelecimento de Saúde	**Mês**	**(1) Capacidade Instalada - (UTI, UCI, isolamento)**	**(2) Leitos dias (1) x dias do mês)**	**(3) Leitos dia + Bloq dia (NIH)**	**(a) NIH**	**(b) Tabwin**	**(2)/4b Tabwin**	**(3)/4a NIH**	
Conjunto Hospitalar do Mandaqui (2077574)	jun/13	274	8220	11040	6,54	5,25	1567	1688	1425
	jul/13	274	8494	11253	6,36	6,12	1387	1770	1936
	ago/13	267	8277	10571	6,01	5,20	1593	1759	2130
	set/13	267	8010	10440	6,56	6,36	1260	1591	1958
	out/13	267	8277	10323	5,94	6,77	1223	1738	1770
	nov/13	267	8010	9900	6,00	5,91	1356	1651	1571
	dez/13	267	8277	10447	6,49	5,82	1421	1611	1506
	jan/14	267	8277	10695	6,09	5,77	1435	1755	1410
	fev/14	267	7476	10136	5,88	5,32	1406	1725	1552
Hospital Maternidade Interlagos (2065665)	jun/13	45	1350	1352	3,64	3,33	405	372	581
	jul/13	45	1395	1404	3,46	3,93	355	405	608
	ago/13	45	1395	1406	3,34	3,59	389	421	539
	set/13	45	1350	1380	3,45	3,54	382	401	410
	out/13	45	1395	1410	3,29	3,50	398	429	525

	nov/13	45	1350	1380	3,35	3,07	439	412	551
	dez/13	45	1395	1397	3,61	3,63	385	387	429
	jan/14	45	1395	1407	3,65	3,92	356	385	532
	fev/14	45	1260	1264	3,22	4,26	296	393	303
Conjunto Hospitalar de Sorocaba (2081695)	jun/13	262	7860	8633	6,01	7,16	1098	1437	1354
	jul/13	262	8122	9013	6,77	7,32	1110	1332	1399
	ago/13	262	8122	9103	6,31	7,34	1106	1443	1292
	set/13	262	7860	8782	6,22	7,18	1095	1411	1295
	out/13	262	8122	9298	6,52	6,89	1179	1425	1368
	nov/13	262	7860	8799	6,23	7,20	1092	1413	1282
	dez/13	262	8122	8822	6,14	7,55	1076	1437	1132
	jan/14	262	8122	9049	6,77	8,31	978	1337	1242
	fev/14	262	7336	8025	5,55	6,81	1078	1446	1055
Hospital Guilherme Álvaro (2079720)	jun/13	145	4350	4711	6,35	9,48	459	742	596
	jul/13	145	4495	4920	6,33	7,72	582	778	846
	ago/13	145	4495	5109	6,06	7,25	620	844	584
	set/13	145	4350	4809	6,59	7,88	552	730	469
	out/13	145	4495	5022	6,19	9,43	477	811	685
	nov/13	145	4350	4901	6,46	7,57	574	759	719
	dez/13	145	4495	4721	5,95	8,10	555	793	660
	jan/14	148	4588	5021	6,39	9,97	460	786	634
	fev/14	148	4144	4833	6,48	7,37	562	745	501

Fonte: TC-A- 12.428/026/14

Portanto, ficou evidenciado que a habitual desatualização do CNES reflete na produção hospitalar AIH(s) apresentada pelos ES, devido ao sistema de críticas do SIH que rejeitaria a quantidade de AIH(s) superior à capacidade instalada (leitos). Essa produção rejeitada seria expurgada do SIH/SUS ou, como informado nas visitas, seria apresentada na competência subsequente a fim de evitar a glosa acima do limite.

A causa disso é falta de atualização das informações pelos ES e, também, de deficiências no monitoramento, controle e auditoria pela SES destes sistemas e perante os ES. Os efeitos dessa defasagem é a repercussão na operacionalização dos demais sistemas de informações SUS (SIH, SIA, SISMAMA, SISCOLO, SISPRENATAL e etc.), com repercussão na elaboração de políticas públicas de saúde.

No que diz respeito ao SIH, levaram ao entendimento de que a não informação ou informação incorreta do CID principal, secundário e causas associadas nos espelhos de AIH é frequente, a despeito dos CID(s) estar informados nos prontuários dos pacientes. A causa dessas inconsistências pode estar relacionada a falhas no momento de transpor as informações do prontuário médico para o espelho da AIH e/ou a fuga da crítica CID principal *versus* procedimento principal, existente até o exercício de 2014, visando a não rejeição de

parte da produção do estabelecimento de saúde. A consequência principal desse problema se faz na qualidade da informação do SIH/SUS que subsidia a atuação dos gestores, do planejamento até a avaliação.

1.2 – Falta de qualidade das informações do SIH

Com a finalidade de avaliar a qualidade das informações do SIH, de alimentação obrigatória nos termos do item v da resolução CIT 04/2012 c/c portaria GM/MS 821/2004 (art. 1º e anexo) c/c portaria GM/MS 396/2000, foram adotados dois tipos de verificação, um para o CID informado nos espelhos das AIHs e outro com as Pesquisas de Satisfação dos Usuários do SUS por meio da SES/SP e a Carta SUS, cujas análises evidenciaram os seguintes achados:

A) CID não informado na AIH e/ou CID informado na AIH incongruente com o prontuário do paciente

A auditoria baseada em amostragem estatística (nível de confiança de 99% e margem de erro de 5%) abrangeu 662 AIH(s) e respectivos prontuários dos pacientes. Compôs a pesquisa uma amostragem estratificada por DRS, natureza da organização (Entidades Filantrópicas, OSS, Administração Direta, Administração Indireta, Hospital de Ensino) e o porte do estabelecimento, com número de AIH(s) proporcional ao universo (amostragem por cotas). Desse total foram verificados, pela auditoria do componente estadual do SNA, 657 AIH(s)/prontuários, sendo que 03 prontuários não foram localizados pela equipe da CTAR e 01 AIH não foi verificada e outra parcialmente auditada.

Mediante análise dos 657 espelhos de AIH(s), no que se refere à correspondência do CID informado com o respectivo prontuário médico de pacientes, foram apuradas incongruências em alguns casos, ou seja, a informação do CID no espelho da AIH diverge do CID informado no prontuário do paciente pelo médico.

O componente estadual do SNA também detectou ausência de informação do CID **principal**, **CID secundário** e **CID causas associadas** em algumas AIH(s), apesar de informado no prontuário de pacientes, e do disposto na Portaria 1969, de 25/10/2001 e Portaria SAS 743, de 22/12/2005.

A causa dessas 02 inconsistências pode estar relacionada a deficiências no momento de transpor as informações (CID) do prontuário médico do paciente para o espelho da AIH (SIH/SUS) ou, a forma preenchida pelo médico no prontuário, ou seja, de difícil leitura e interpretação pelos responsáveis dos ES por alimentar o SIH; e/ou a fuga da crítica CID principal *versus* procedimento principal, existente até o exercício de 2014, visando a não rejeição de parte da produção do estabelecimento.

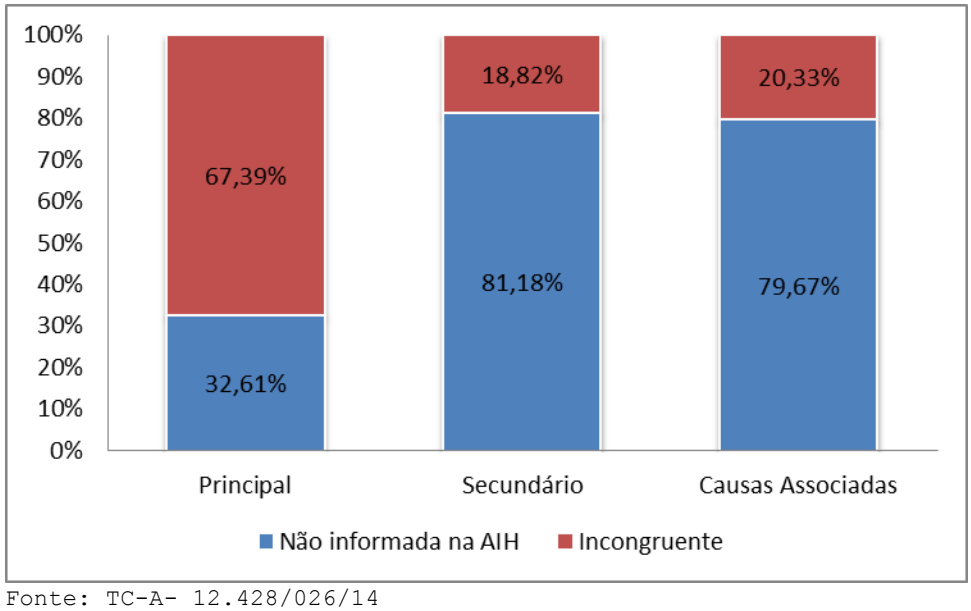
Inconsistências nas AIH(s)/prontuários

CID 10	CID não informado na AIH	Incongruência	Total de inconsistências
Principal	15	31	46
Secundário	220	51	271
Causas Associadas	196	50	246

Fonte: TC-A- 12.428/026/14

No Gráfico a seguir é demonstrado a composição das inconsistências, levando em conta seu total por CID: principal (46), secundário (271) e causas associadas (246).

Composição do CID não informado na AIH e CID informado na AIH incongruente com o prontuário, em relação ao total de incosistências



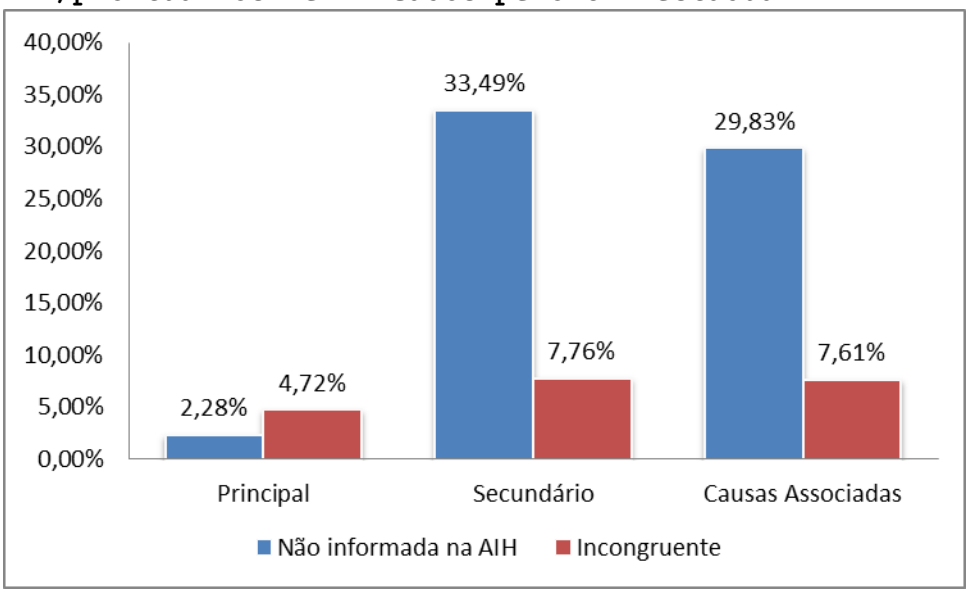
Fonte: TC-A- 12.428/026/14

Pode-se observar que o CID secundário e causas associadas consistiram no maior percentual de não informação na AIH (81,18% e 79,67%), respectivamente. Como esses CID(s)

constavam dos prontuários, talvez a falha esteja acontecendo no momento de transpor essas informações do prontuário para o SIH (AIH).

No Gráfico a seguir é demonstrado, por CID, o percentual de cada inconsistência em relação ao total de AIH(s)/prontuários verificados (657) pelo componente do SNA.

CID não informado na AIH e CID informado na AIH incongruente com o prontuário, em relação ao total de AIH/prontuários verificados pelo SNA estadual



Fonte: TC-A- 12.428/026/14

Portanto, levando-se em conta o total de AIH(s)/prontuários verificados (657), o CID secundário e causas associadas representam 33,49% (220) e 29,83% (196) de não informação na AIH, respectivamente.

Na Tabela a seguir é demonstrada a participação por natureza de organização de ES nas inconsistências apuradas.

Proporção de inconsistências por Natureza de organização de ES

Natureza de organização de ES	% de AIH em relação ao total da amostra	% da inconsistência em relação ao total da inconsistência		
		CID principal	CID secundário	Causas associadas
ES próprios da Ad. Direta	17,35%	19,57%	23,25%	18,70%
Filantrópicos	28,16%	30,43%	30,63%	29,27%
Hospitais de Ensino	27,25%	32,61%	24,72%	26,83%
OSS	25,11%	10,87%	18,08%	22,36%
Outros	2,13%	6,52%	3,32%	2,85%

Fonte: TC-A- 12.428/026/14

Ficando evidenciado que a não informação do CID secundário e causas associadas nos espelhos de AIH é preponderante em relação à incongruência, dado o total de inconsistências levantadas pelo componente do SNA.

B) Pesquisa de Satisfação do Usuário SUS/SP da SES e Carta ao Usuário SUS do Ministério da Saúde

Um dos instrumentos utilizados para aferir a confiabilidade e qualidade das informações constantes do SIH/SUS é a pesquisa de satisfação, onde o usuário pode avaliar a qualidade do serviço de saúde prestado, atestar a realização dos procedimentos médicos e denunciar qualquer tipo de conduta ou cobrança por serviços pela rede pública de saúde.

As análises apontaram que tanto a Pesquisa de Satisfação dos Usuários SUS/SES, quanto as Cartas ao Usuário SUS/MS, como instrumento de controle e monitoramento da qualidade da prestação dos serviços de saúde, se mostraram deficientes como subsidio para a qualificação das informações dos sistemas de informações oficiais SUS pelo componente estadual do SNA.

Dados da Pesquisa de Satisfação dos Usuários SUS/SP

Pesquisa de Satisfação	Total de Registros da Base de Dados selecionada	Exclusões	Cartas encaminhadas	Retorno	Respostas consideradas para análise
Internação	2.421.744	1.418.567	1.003.177	63.978	60.168
Partos	457.431	185.395	272.036	4.938	4.793
Procedimentos Ambulatoriais	5.350.329	5.165.621	184.708	19.290	17.552
Medicamentos Ambulatoriais	9.557.437	8.972.993	584.444	80.206	75.717
Vacina	**Dados não pesquisados**				
Total	17.786.941	15.741.576	2.044.365	168.412	158.230

Meios de Respostas da Pesquisa de Satisfação dos Usuários SUS/SP

Tipo de Resposta	Telefone	Web	Carta		Total
Internação	1.248	4.032	54.888	-	60.168
Partos	232	997	3.564	-	4.793
Procedimentos Ambulatoriais	308	1.247	15.997	-	17.552
Medicamentos Ambulatoriais	3.257	6.987	65.473	-	75.717
Vacina	**Dados não pesquisados**				
Total	5.045	13.263	139.922	-	158.230

Fonte: TC-A- 12.428/026/14

Do total de 2.044.365 cartas encaminhadas aos usuários SUS/SP, somente 8% (168.412) delas obteve-se respostas, e destas, foram consideradas para análise 158.230. O componente estadual do SNA atua nos casos em que existe a informação não confirmada ou o registro discordado e/ou quando houver pagamento por parte do usuário, vulgarmente denominada "*resposta positiva*" de irregularidade.

Esses dados de confirmação ou não da irregularidade, pelo componente estadual do SNA, a SES não informou nas requisições efetuadas pela equipe de fiscalização do TCE/SP (Tabela a seguir).

Quantidade de respostas com irregularidades (positivas) por tipo

Tipo	Total respostas	Informação não confirmada ou registro discordado	%	Pagamento por parte do usuário	%	Nº de respostas com irregularidades confirmadas pela auditoria
Partos	4.793	36	0,8%	26	0,5%	não informado
Internação	60.168	673	1,1%	475	0,8%	não informado
Proc. Ambulatoriais	17.552	379	2,2%	130	0,7%	não informado
Medicamentos	75.717	1606	2,1%	766	1,0%	não informado
Total:	**158.230**	**2.694**	1,7%	**1.397**	0,9%	

Fonte: TC-A- 12.428/026/14

A SES não tem gestão sobre as cartas SUS/MS, embora contemplem estabelecimentos de saúde sob gestão estadual, tais informações estão no banco de dados federal e não existe o compartilhamento, via sistema, entre as esferas estadual e federal desses dados. Ainda, as informações disponibilizadas ao estado contribuem de modo insuficiente no sentido de qualificar os atendimentos prestados pelos ES sob gestão estadual.

Portanto, dado o alcance limitado da SES com relação à carta SUS/MS e diante da ausência das informações requeridas, restou prejudicada a análise sobre a utilização deste instrumento de pesquisa para a qualificação da informação no SIH/SUS pelo componente estadual do SNA.

2 – Deficiências e incompatibilidades na estrutura, funcionamento e no quadro de pessoal do componente estadual do SNA

A estrutura organizacional e o funcionamento do componente estadual do SNA apresentam deficiências e incompatibilidades com a estrutura do componente federal (DENASUS). Ainda, sua estrutura vai de encontro aos objetivos estabelecidos no SISPACTO, onde fixou-se como meta um componente estadual do SNA estruturado. Identificou-se, também, a ausência do PCCS de auditoria, bem como a carência de quadro de pessoal (médicos e enfermeiros) em algumas CTAR.

Ficou evidenciado que, enquanto o componente estadual do SNA está fragmentado e subordinado administrativamente a 02 dirigentes (CRS e DRS) o componente federal é uno, suas DIAUDs e SEAUDs são vinculadas e

diretamente subordinadas, administrativamente e tecnicamente, ao órgão central (DENASUS). Ainda, ficou constatado que o componente, até o momento, não alcançou o nível de estrutura pretendido na Resolução CIT nº 05 de 19/06/2013 c/c as Diretrizes do PES 2012-2015(SISPACTO).

Além das implicações negativas na autonomia e independência na atuação do componente estadual do SNA, a atual estrutura organizacional provoca a demora das ações fiscalizatórias em saúde, devido às muitas instâncias (áreas dentro da SES) em que o processo (demanda) deve percorrer, impactando na eficiência e efetividade das auditorias.

2.1 – Quadro de profissionais de auditoria GNACS e CTAR

Foi identificada a inexistência de carreira em auditoria, a falta de médicos e/ou enfermeiros em algumas CTARs e a ausência de profissionais de contabilidade/finanças no componente do SNA estadual.

Composição das equipes de auditoria (GNACS e CTAR) distribuídas no estado

DRS	Formação						Total
	Médico	Enfermeiro	Psicólogo	Dentista	Contador	Outros a especificar	
DRS I - São Paulo e Região Metropolitana	4	1	-	2	-	-	7
DRS II - Araçatuba	2	-	-	1	-	2	5
DRS III - Araraquara	1	2	-	-	-	-	3
DRS IV - Baixada Santista	-	2	-	-	-	1	3
DRS V - Barretos	1	1	-	-	-	1	3
DRS VI - Bauru	2	-	-	-	-	-	2
DRS VII - Campinas	-	-	1	-	-	2	3
DRS VIII - Franca	-	-	-	-	-	2	2
DRS IX - Marília	1	1	-	-	-	1	3
DRS X - Piracicaba	3	-	-	-	-	-	3
DRS XI - Presidente Prudente	1	1	-	-	-	2	4
DRS XII - Registro	-	1	-	-	-	-	1
DRS XIII - Ribeirão Preto	2	1	-	-	-	4	7
DRS XIV - São João da Boa Vista	2	1	-	-	-	1	4
DRS XV - SJRP	3	1	-	-	-	-	4
DRS XVI - Sorocaba	1	1	-	-	-	2	4
DRS XVII - Taubaté	3	1	-	-	-	-	4
GNACS	4	1	-	-	-	4	9
Total	**30**	**15**	**1**	**3**	**0**	**22**	**71**

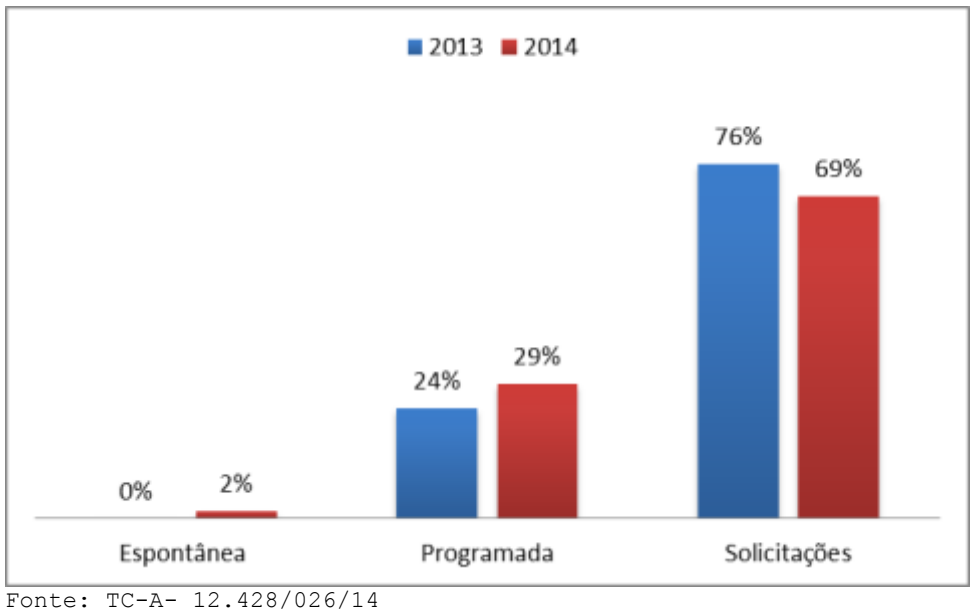
Fonte: TC-A- 12.428/026/14

Constatou-se, ainda, que não existem profissionais de contabilidade/finanças no quadro do SNA estadual (Tabela acima), embora o inciso II do artigo 37° do Decreto Federal nº 8.065 de 2013 preveja a auditoria técnico-financeira da aplicação dos recursos do SUS em todo o território nacional.

2.2 – Implicações das atribuições/atividades do componente estadual do SNA

Especificamente no que diz respeito a sua atuação, demonstraram o comprometimento da capacidade operacional do GNACS/CTAR com auditorias não voltadas a qualidade da assistência (resultado), ou seja, predominantemente voltadas ao processo. Neste último aspecto, identificou-se que as auditorias para a aferição de confiabilidade das informações não são sistemáticas. E, quando para o SIH, tais auditorias estão calcadas em seleção de AIH(s) enviesada, oriundas de críticas e/ou filtros eletrônicos durante o processamento.

Proporção das auditorias do componente estadual do SNA em 2013 e 2014

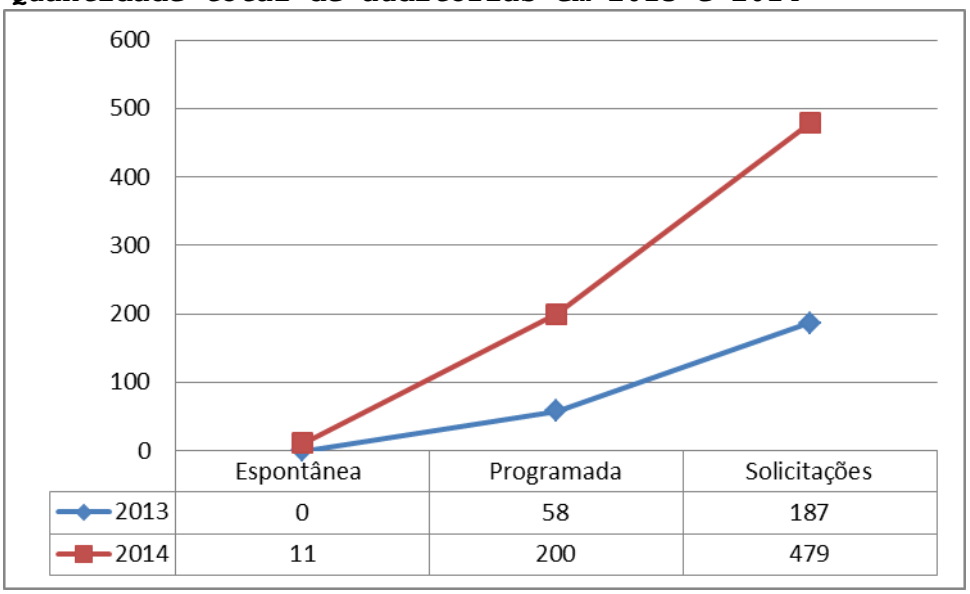


Fonte: TC-A- 12.428/026/14

Observa-se que 69% (479) das auditorias realizadas em 2014 referem-se a solicitações de outros órgãos (MPF/MPE, CGU, TCU, TCE e MS/DENAUS/DIAUD). As auditorias programadas representam 29% (200) e as espontâneas apenas 2% (11) do total.

Já em 2013 o total de auditorias somou 245, sendo 76% (187) de solicitações de outros órgãos, 24% (58) programadas, e não houve auditorias espontâneas. Cumpre ressaltar que em 2014 houve crescimento exponencial na quantidade de auditorias em relação ao ano anterior (Gráfico 5).

Quantidade total de auditorias em 2013 e 2014



Fonte: TC-A- 12.428/026/14

Proporção das auditorias quanto ao objeto

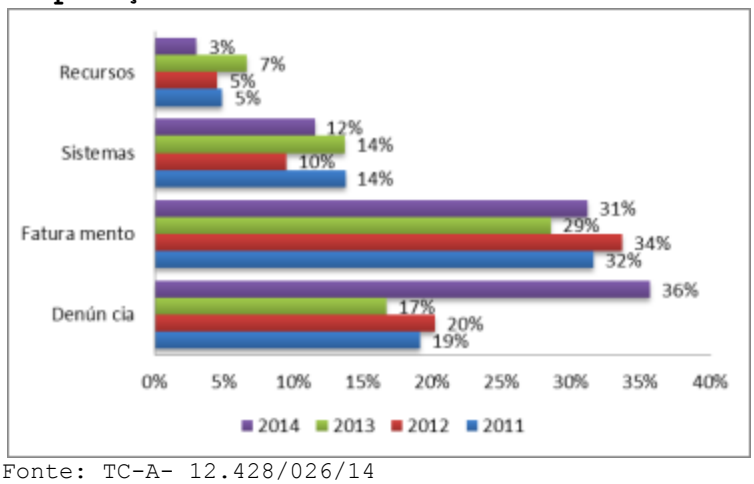
Exercícios	Objeto				
	Gestão	Denún cia	Fatura mento	Sistemas	Recursos
2011	31%	19%	32%	14%	5%
2012	32%	20%	34%	10%	5%
2013	34%	17%	29%	14%	7%
2014	19%	36%	31%	12%	3%

Fonte: TC-A- 12.428/026/14

Pode-se observar (Tabela acima) que em 2014 a auditoria **assistencial** foi composta por denúncia (36%), faturamento (31%), sistemas (12%) e recursos (3%). Quanto à auditoria de gestão, as demandas representaram (19%). Cabe ressaltar que nos anos anteriores (2011, 2012 e 2013) as auditorias de gestão ficaram acima de 30% do total.

No Gráfico a seguir é demonstrada a composição da auditoria assistencial (recursos, sistemas, faturamento e denúncia) entre os anos de 2011 e 2014.

Composição da auditoria assistencial



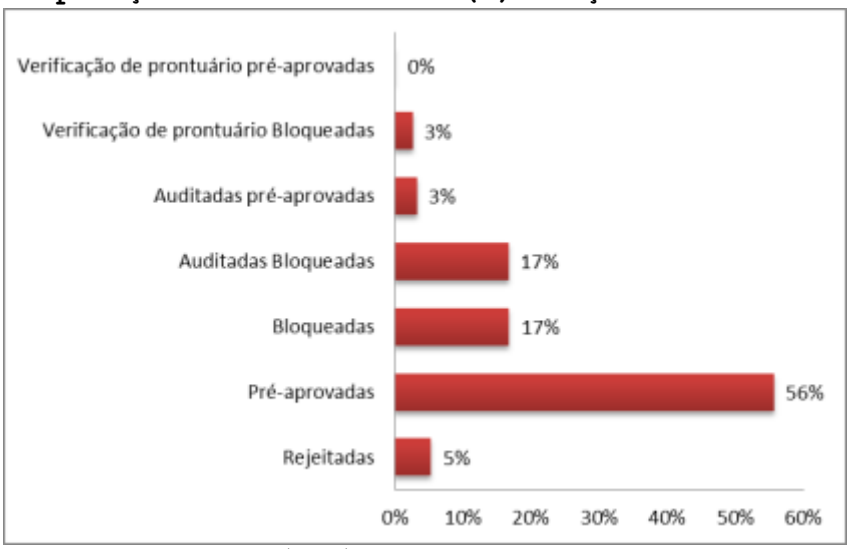
Fonte: TC-A- 12.428/026/14

Desse modo, ao contrário dos aspectos de eficiência, eficácia e efetividade da assistência à saúde da população, a capacidade operacional do SNA estadual é comprometida para a avaliação de questões sobre gestão municipal, faturamento, sistemas e recursos. Contudo, podemos destacar como auditoria assistencial as denúncias dos usuários SUS, que visam o controle e monitoramento da qualidade da prestação dos serviços de saúde.

2.3 – Auditoria sobre as críticas do SIHD/SUS

Em 2014, do total de AIH(s) lançadas (1.154.352), o SIHD/SUS bloqueou 17% (193.382), rejeitou 5% (60.986) e pré-aprovou 56% (642.460).

Composição do total de AIH(s) lançadas em 2014



Fonte: TC-A- 12.428/026/14

O método de seleção de AIH(s) a serem auditadas é enviesado, visto que recaem sobre as AIH(s) bloqueadas e/ou

rejeitadas, ou seja, não comportam as pré-aprovadas (que passaram pelo sistema de filtros e criticas). Das AIH(s) pré-aprovadas, somente 3% foram auditadas e houve baixa verificação de prontuário (em termos percentuais 0,08 e em valor absoluto 512).

Na Tabela a seguir são demonstradas as AIH(s) que foram bloqueadas e respectivos critérios, bem como os casos de verificação de prontuário (2011 a 2014).

Dados de críticas de AIH(s) do SIHD/SUS

Motivo de Bloqueio	2011	2012	2013	2014
Homônimos/duplicidade	171.140	170.169	164.712	108.460
Faixa etária	SR	SR	SR	SR
Tempo de permanência	SR	SR	SR	SR
Agravos	15.389	20.612	20.756	13.465
Solicitação de liberação	85.898	102.675	90.111	17.384
Verificação de prontuário	9.156	5.868	5.664	5.688

Fonte: TC-A- 12.428/026/14

Ademais, o fato de não haver dados de críticas de faixa etária e tempo de permanência (Tabela), bem como outras informações necessárias para a análise, o componente informou que foi programada uma ação para implantar um relatório pela CTAR, contemplando os dados que não são disponibilizados nos relatórios do SIHD/SUS e, necessariamente, são de gerenciamento regional, com implantação de um novo processo de trabalho relacionado à análise mensal das AIH(s) pela CTAR. Para tanto, está em fase de elaboração de documento de orientação técnica sobre: o Mapa de Planejamento/Produção de Ações de Auditoria com algumas modificações de registro para atender as metas de Programação Anual do Plano Estadual de Saúde e baseadas nas solicitações do TCE/SP.

XII. 3 – Condições oferecidas nas Unidades Escolares estaduais	
Programa – nenhum programa orçamentário específico	
Período:	2010 a 2014
Órgão:	Secretaria de Educação
Instrução:	DCG-4 – DSF I

O presente trabalho de fiscalização de natureza operacional teve como objetivo avaliar as condições ideais para a formação do quadro docente e estruturas existentes nas unidades escolares estaduais segundo os padrões mínimos de qualidade preconizados pelo Conselho Nacional de Educação - CNE.

A fiscalização em apreço decorre de parte do item 6 constante do relatório, elaborado em 2013 (TCA-18.995/026/13), por esta Diretoria, relativo à utilização dos produtos do SARESP pelas escolas da rede estadual pública de ensino, relativo à identificação de fatores que pudessem adequar o IDESP enquanto instrumento de responsabilização das escolas pelo resultado da aprendizagem e de incentivo (através do bônus por desempenho) à melhoria da qualidade do ensino nas escolas da rede pública estadual.

Assim, esse trabalho teve por escopo comparar o quadro docente com as condições ideais para a sua formação nas escolas das redes estaduais de ensino, quer sejam:

- a estabilidade da equipe docente;
- inexistência ou baixo percentual de professores temporários;
- professores ministrando aulas em sua formação acadêmica;
- a quantidade de aulas semanais ministradas pelos professores em unidades da rede pública estadual de ensino adequadas.

E também, se são observadas as condições mínimas preconizadas pelo Conselho Nacional de Educação em relação a equipamentos, materiais de apoio pedagógico e instalações disponíveis nas escolas das redes estaduais de ensino, considerando os seguintes aspectos:

- A quantidade de alunos matriculados nas séries que integram o Ciclo I e II do Ensino Fundamental e Médio;
- A relação *aluno/área da sala de aula*, ou seja, a adequação entre o espaço físico das salas e a quantidade de estudantes que a frequentam;
- Quantidades de equipamentos, materiais de apoio pedagógico e instalações disponíveis;
- Condições de uso dos equipamentos e instalações disponíveis.

A presente fiscalização não abordou nenhum programa ou ação orçamentária específica.

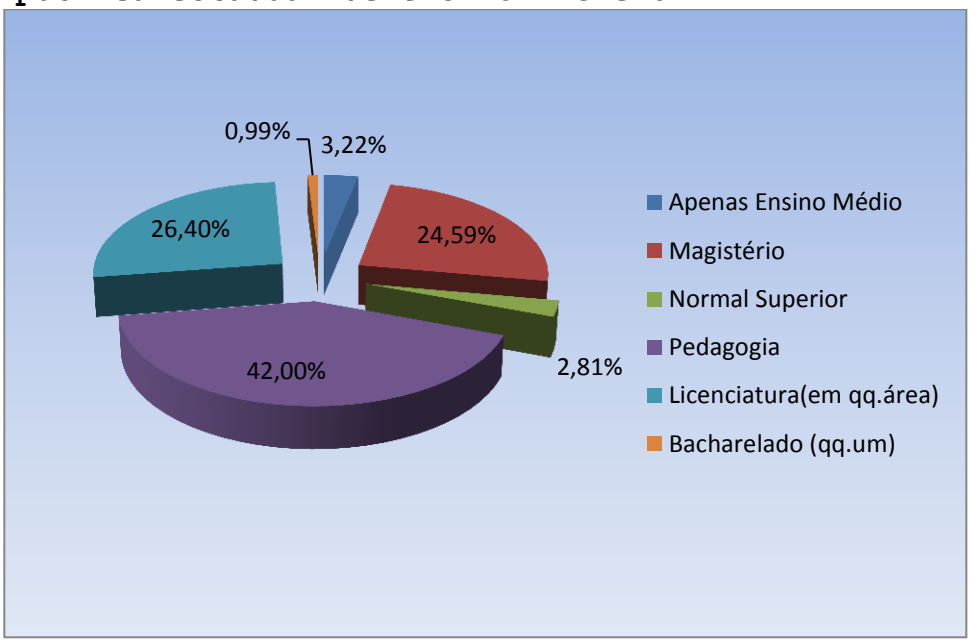
O planejamento decorreu do relatório, elaborado em 2013 (TCA-18.995/026/13), por esta Diretoria, já mencionado, e a metodologia de fiscalização conciliou pesquisa documental, pesquisa baseada em amostragem estatística e visitas "in loco". A pesquisa documental contou com requisições de informações às unidades escolares e a amostragem estatística demandada com base nos artigos 25 e 26 da Lei Complementar nº. 709/93 abrangeu 135 escolas e considerou um nível de confiança de 90% e margem de erro de 10%. As visitas "in loco" ocorreram em escolas estaduais que contassem com uma ou mais do que uma das etapas de ensino da Educação Básica: Ciclo I, Ciclo II e Ensino Médio, a fim de se encaminhar as requisições de informações e inspeção de algumas dependências da escola. Tais visitas foram efetuadas por esta Diretoria e pelas Unidades Regionais desta Casa.

As limitações encontradas na realização deste trabalho foram: questões relativas às condições ambientais ideais e aos recursos indispensáveis ao desenvolvimento pedagógico dos educandos não são consensuais entre os especialistas do setor e inconsistências nos dados fornecidos pelas unidades escolares estaduais - algumas escolas não informaram os dados conforme solicitado – nos levando a descartar tais respostas, embora tenhamos solicitado por email e telefone as devidas regularizações, impactando no nível de confiança e margem de erro idealizados.

Com base no trabalho realizado, concluímos que em relação aos docentes com **formação acadêmica incompatível com as disciplinas** que ministram podemos dizer que dentre as escolas selecionadas 28,8% dos professores do Ciclo I não tem a formação acadêmica ideal (licenciatura, normal superior e pedagogia) para garantir a qualidade do ensino, bem como, no

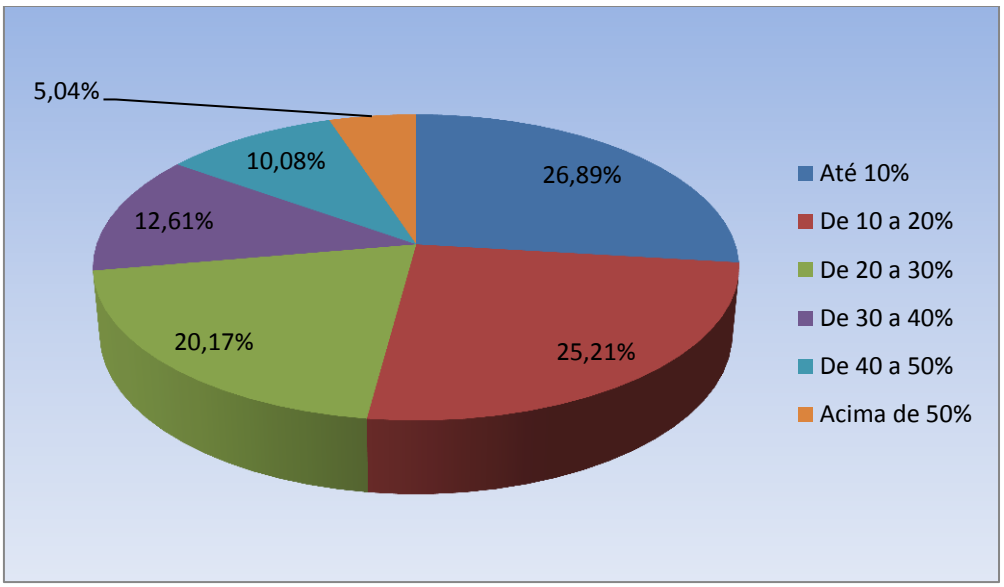
Ciclo II e Ensino Médio, chama a atenção o fato de que em 27,73% delas, o total de professores que ministram aulas de disciplinas diferentes daquelas em que obtiveram sua licenciatura corresponde a mais de 30% de seu corpo docente dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

Formação acadêmica dos professores da rede pública estadual de ensino – Ciclo I



Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

Percentual de professores que lecionam disciplinas para as quais não possuem licenciatura específica – Ciclo II e EM

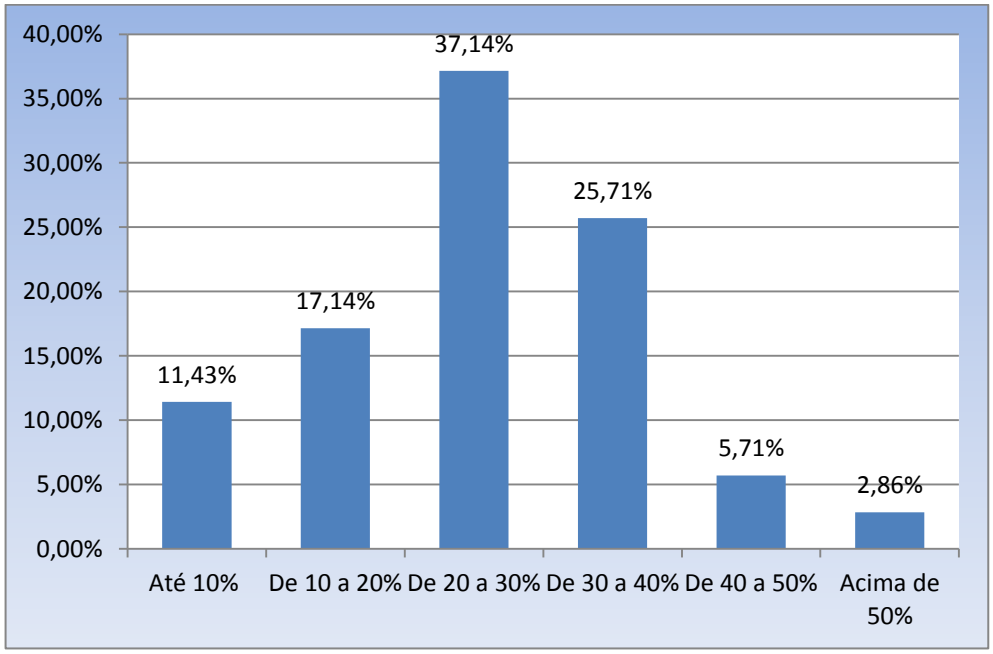


Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

Observou-se que 87,27% dos professores das escolas consideradas ministram até 32 horas-aula semanais, o que acaba por refletir na **jornada semanal** de trabalho, de acordo com o preconizado pelo CNE e, enquanto algumas escolas não possuem em seus quadros nenhum professor cuja jornada exceda as 32 aulas semanais, em outras o contingente dos que ultrapassam esse limite representa uma fração significativa do corpo docente (12,73%).

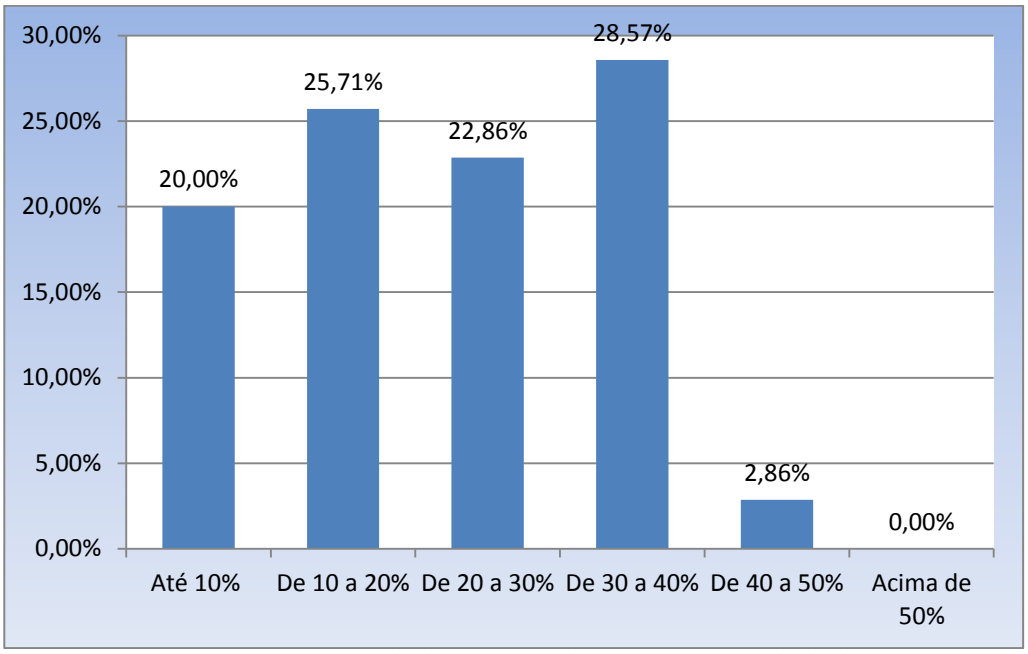
Com relação à **taxa de rotatividade** dos professores, este problema ocorre de maneira bastante evidente na rede estadual de ensino, entre a passagem de um ano letivo para o outro no Ciclo I podemos observar que o percentual dos professores que deixaram a escola gira em torno de 10% a 40%. Entre as escolas pesquisadas observou-se que do total de professores que estavam em seus quadros em 2010 (951) apenas 371 permaneceram até 2014, o que representa 39,01%.

Taxa de rotatividade de professores nas escolas selecionadas (2010-2011) – Ciclo I



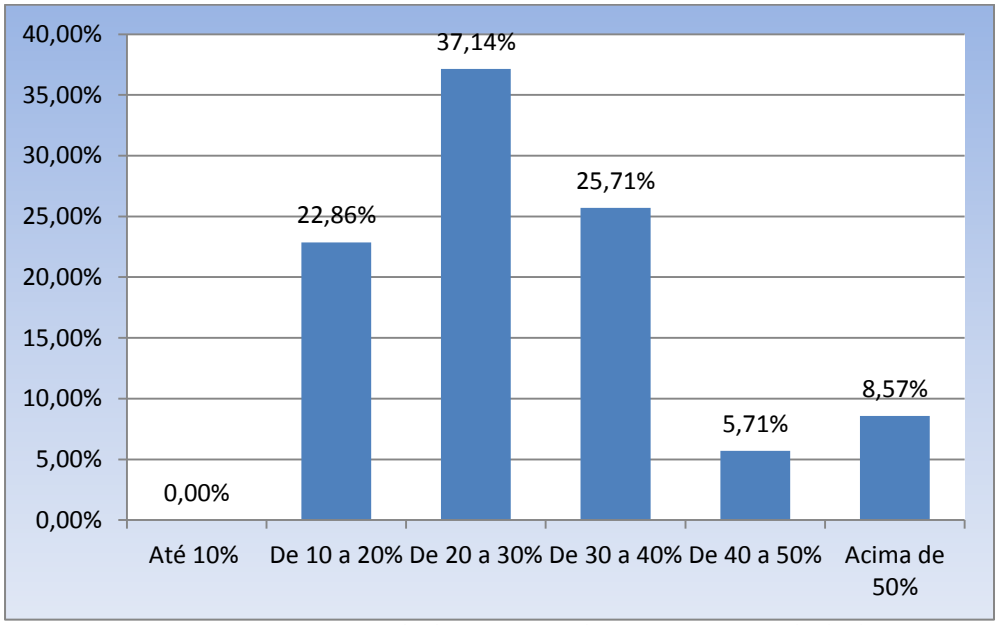
Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

Taxa de rotatividade de professores nas escolas selecionadas (2011-2012) – Ciclo I



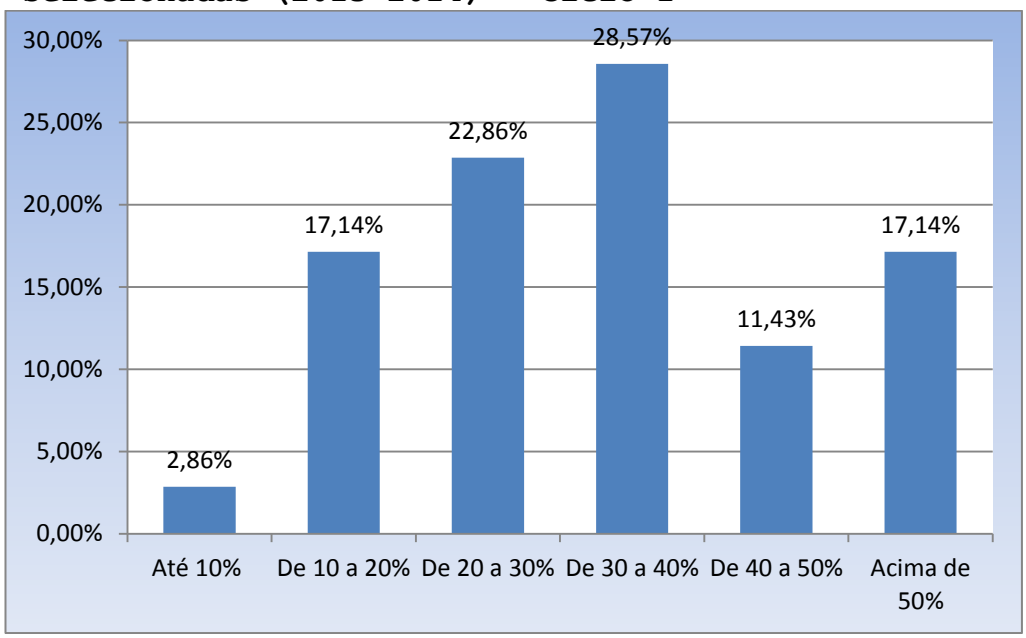
Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

Taxa de rotatividade de professores nas escolas selecionadas (2012-2013) – Ciclo I



Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

Taxa de rotatividade de professores nas escolas selecionadas (2013-2014) – Ciclo I

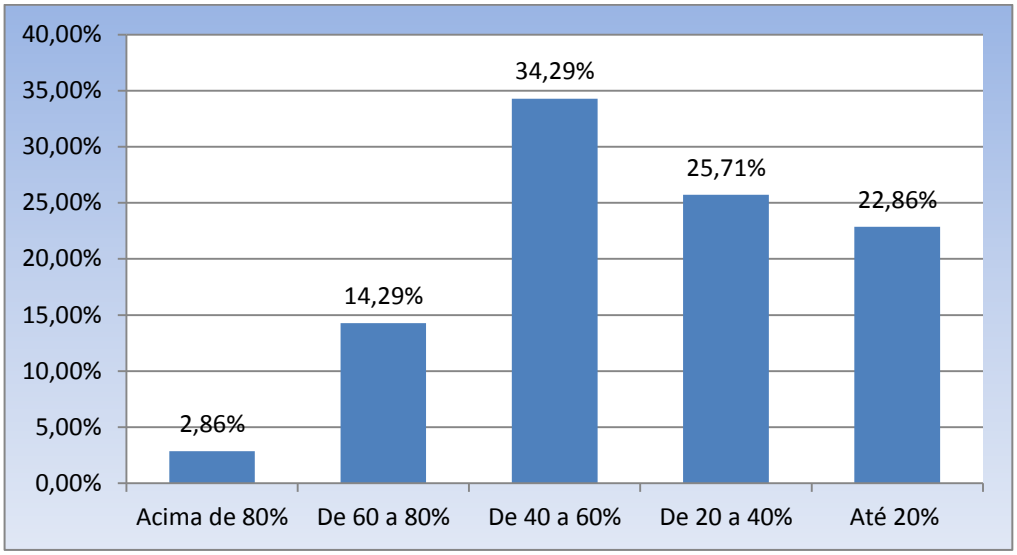


Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

O gráfico a seguir demonstra que a faixa com maior concentração de professores que permaneceram na mesma escola é de 40 a 60%, demonstrando mais uma vez uma alta taxa

de rotatividade para os professores do Ciclo I (82,86% das escolas pesquisadas estão com permanência igual ou menor a essa faixa).

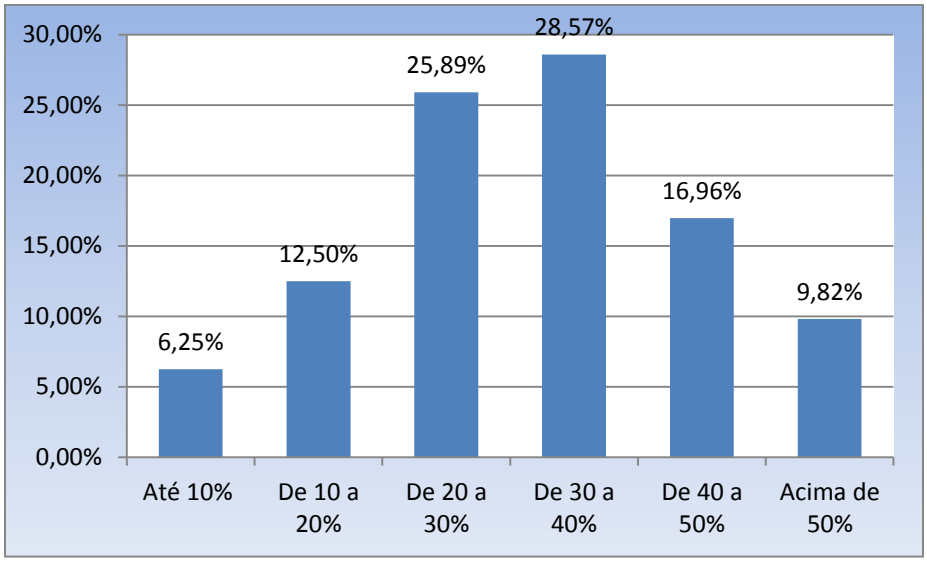
Professores que permanecem na mesma escola desde 2010 – Ciclo I



Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

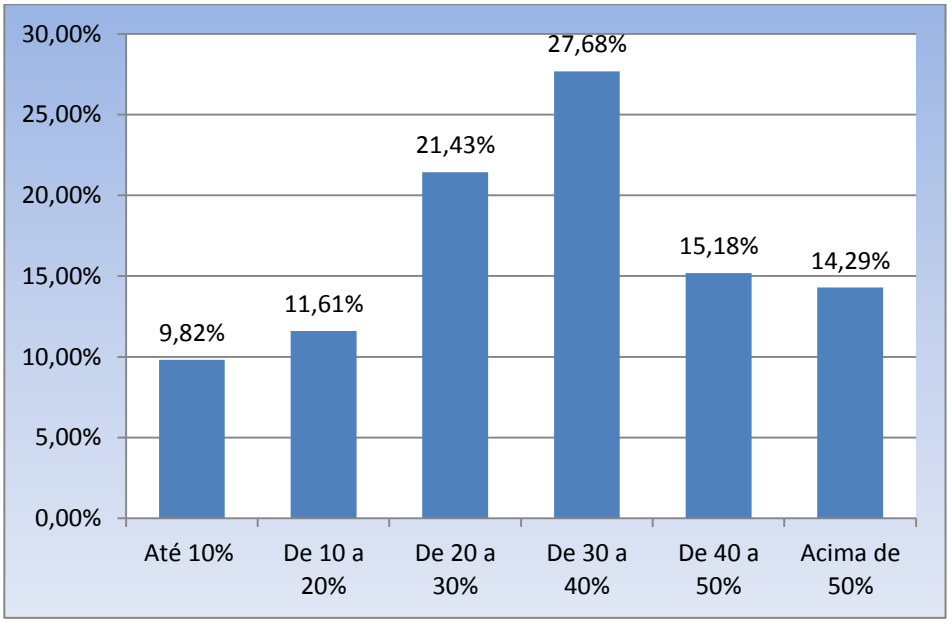
Para o Ciclo II a situação é ainda pior, pois o percentual de professores que deixaram a escola entre os anos de 2010 e 2014 se concentra na faixa de 20 a 50%, sendo que em algumas escolas mais do que 50% dos professores a deixaram nesse período. Já o percentual de permanência de professores na mesma escola entre o ano de 2010 e 2014 foi de 32,78%.

Taxa de rotatividade de professores nas escolas selecionadas (2010-2011) – Ciclo II



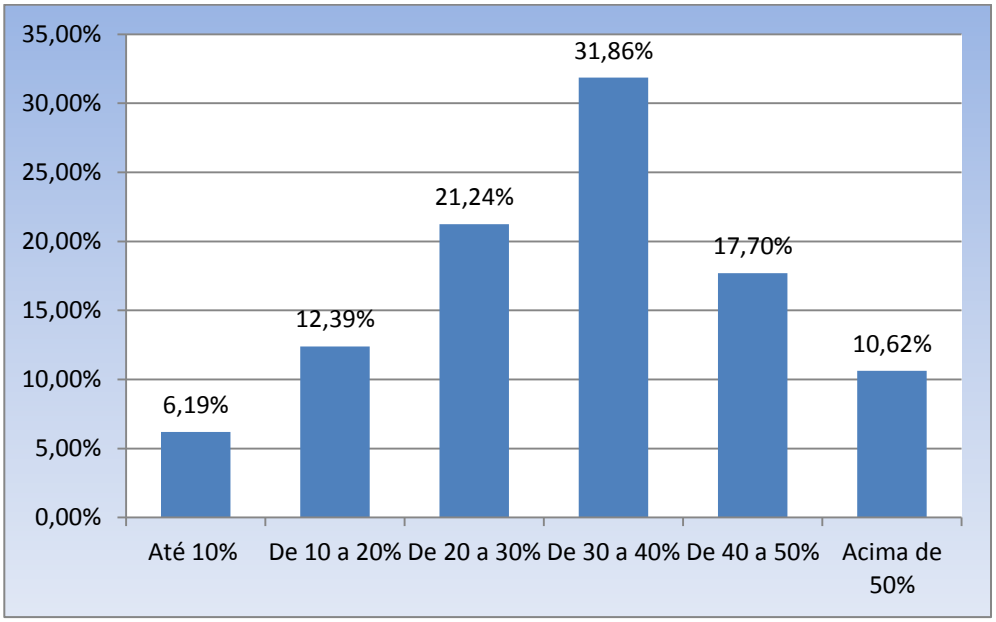
Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

Taxa de rotatividade de professores nas escolas selecionadas (2011-2012) – Ciclo II



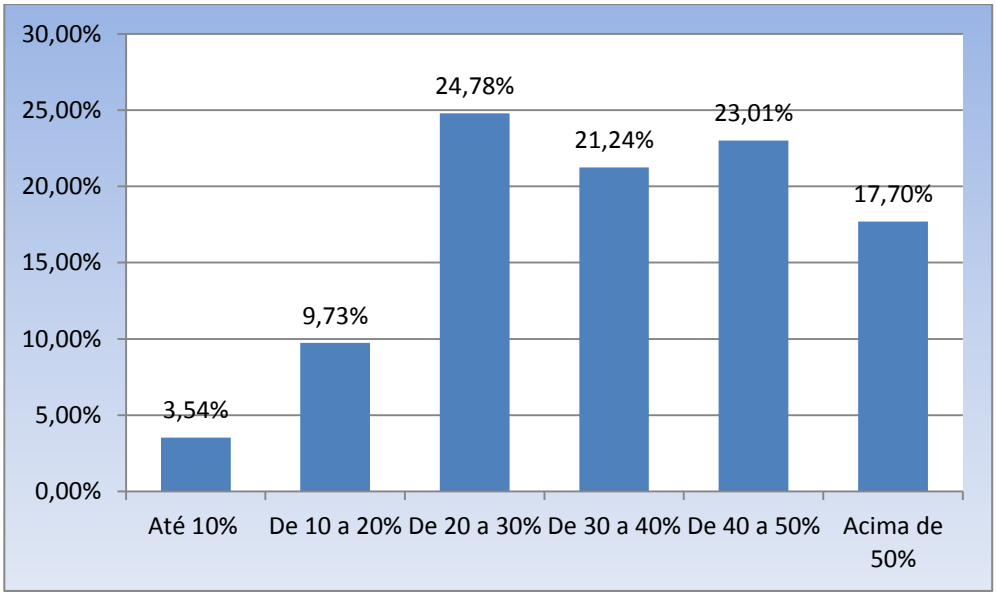
Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

Taxa de rotatividade de professores nas escolas selecionadas (2012-2013) – Ciclo II



Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

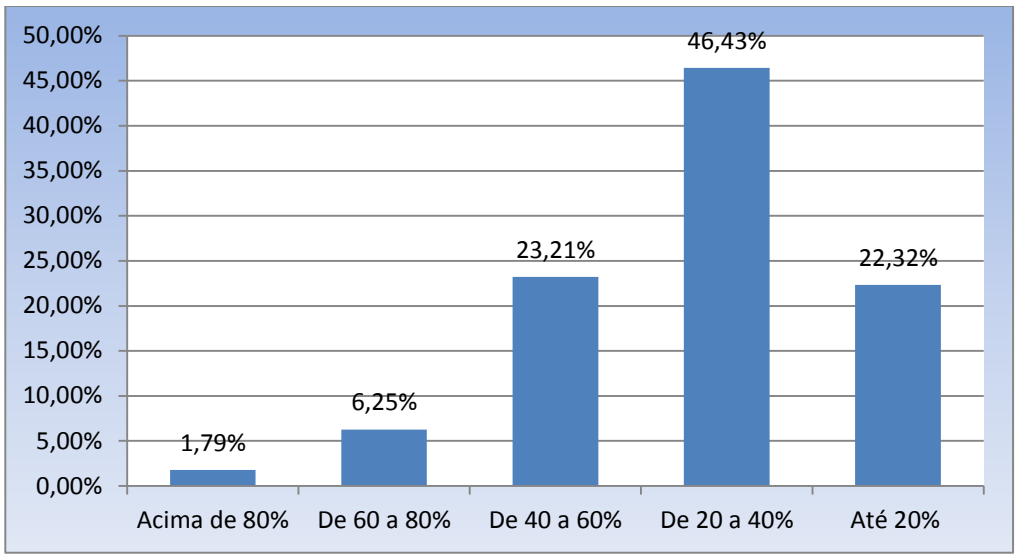
Taxa de rotatividade de professores nas escolas selecionadas - Ciclo II(2013-2014)



Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

Pode-se observar pela representação gráfica a seguir que em torno de 70% das escolas pesquisadas (77 escolas de 112), não mais que 40% dos professores permaneceram na mesma unidade entre os anos de 2010 e 2014:

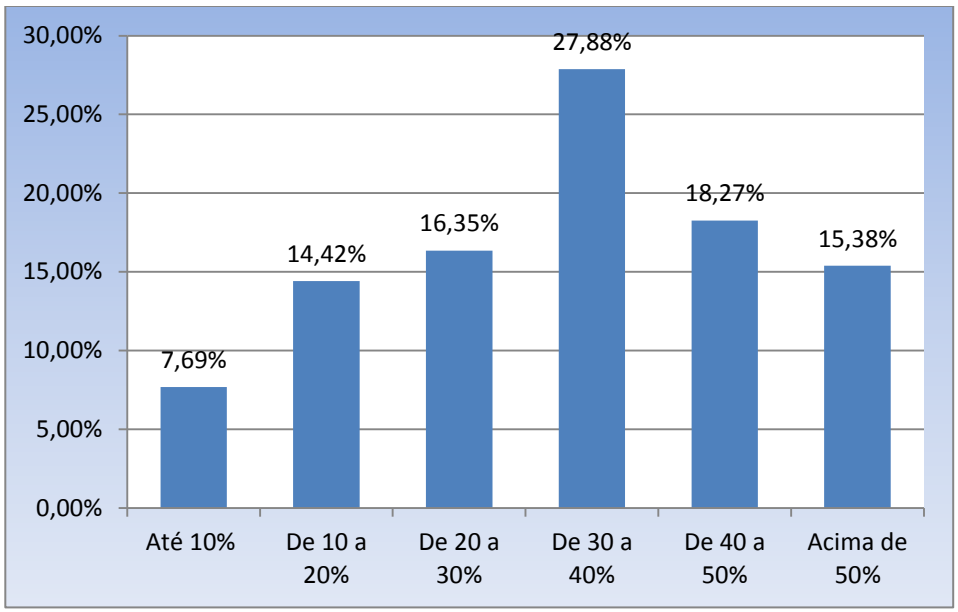
Professores que permanecem na mesma escola desde 2010 – Ciclo II



Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

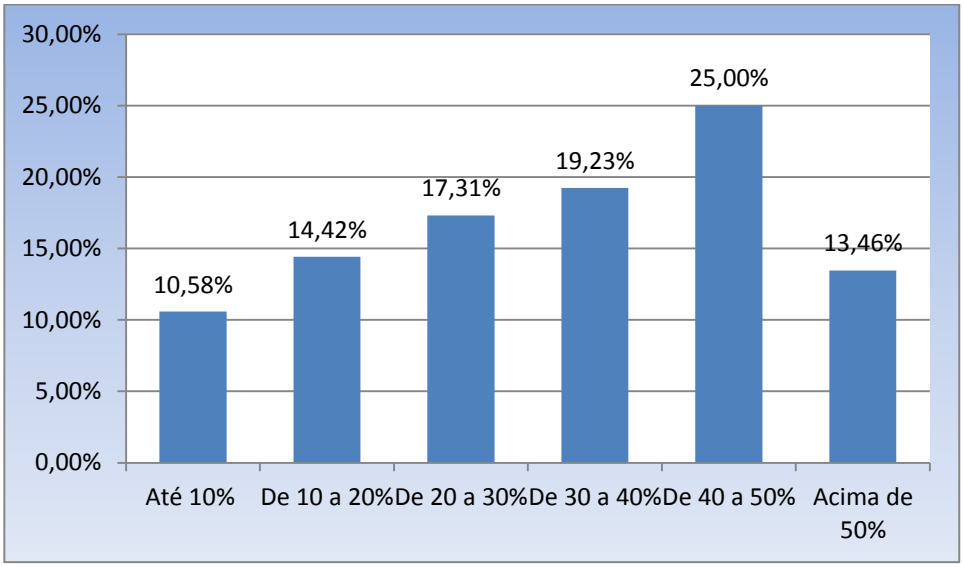
No Ensino Médio a taxa de rotatividade dos professores entre os anos de 2010 e 2014, da mesma forma que no Ciclo II, se manteve na faixa de 20 a 50% e algumas escolas apresentaram alteração em seu quadro docente acima de 50%. Entre os anos de 2010 e 2014, a permanência dos professores na mesma escola foi de 33,33%.

Taxa de rotatividade de professores nas escolas selecionadas (2010-2011) – EM



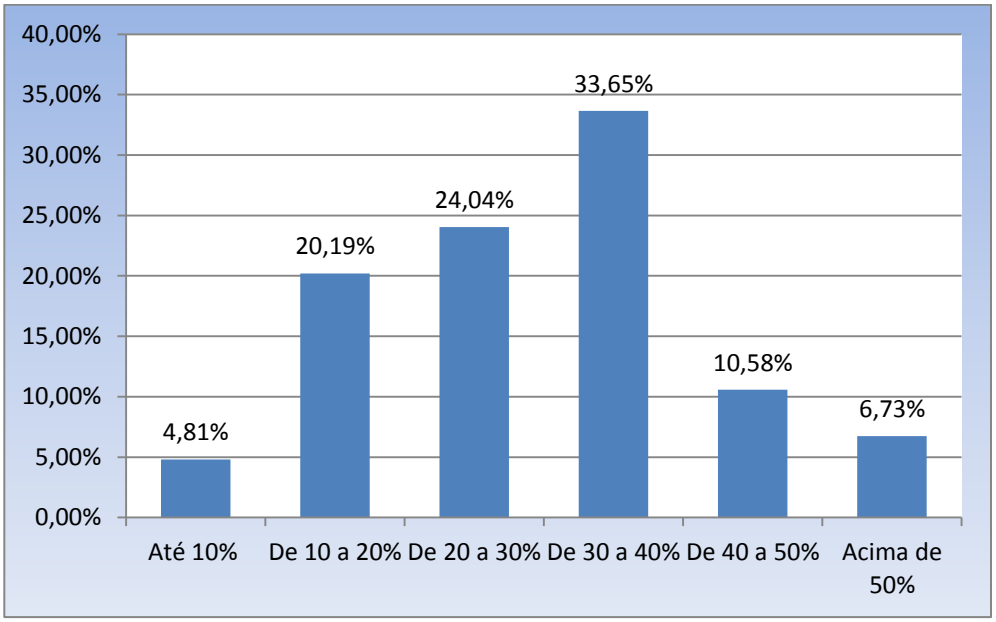
Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

Taxa de rotatividade de professores nas escolas selecionadas (2011-2012) – EM



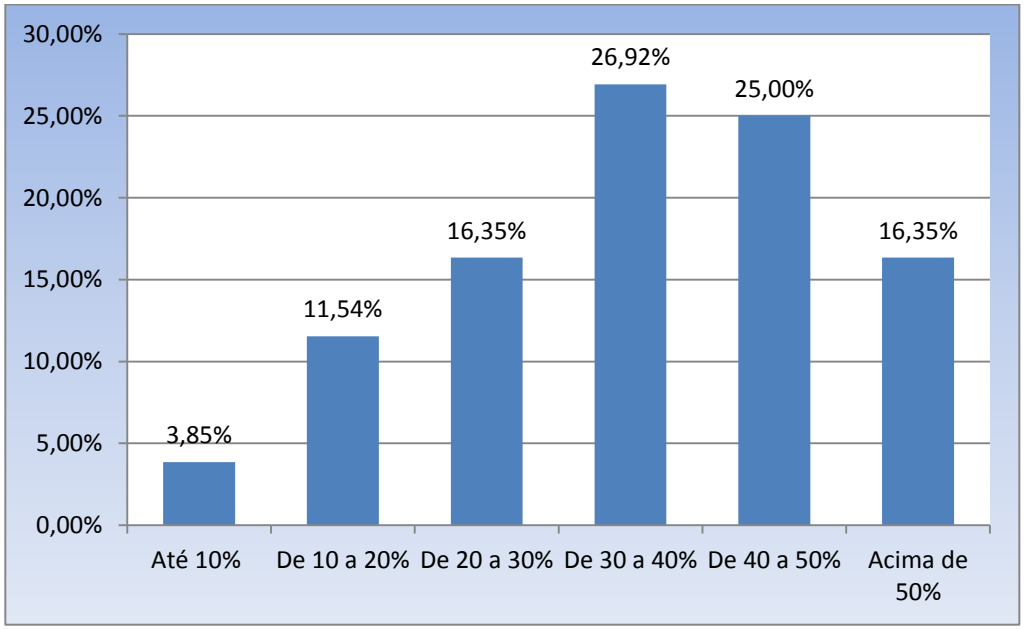
Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

Taxa de rotatividade de professores nas escolas selecionadas (2012-2013) – EM



Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

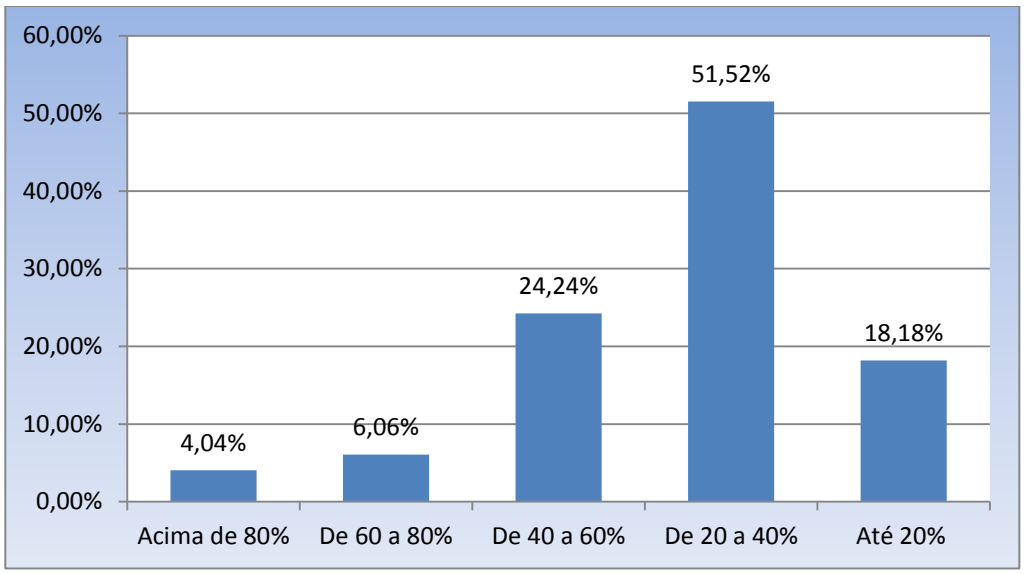
Taxa de rotatividade de professores nas escolas selecionadas (2013-2014) – EM



Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

Da mesma forma que o apontado para o Ciclo II em torno de 70% das escolas pesquisadas o percentual de professores que permaneceu na mesma unidade escolar variou de 20 a 40%, conforme se pode verificar a seguir:

Professores que permanecem na mesma escola desde 2010 – EM



Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

A fiscalização revelou, também, que um quarto do total de **professores são temporários**, percentual alto, tendo em vista o recomendado pelo CNE, em seu Parecer CNE/CEB nº 9/2009, de que é "importante que os sistemas discutam um dispositivo que garanta a realização de concurso sempre que a vacância no quadro permanente de profissionais do magistério na rede de ensino público alcance percentual de 10% em cada grupo de cargos ou quando professores temporários estejam ocupando estes cargos por dois anos consecutivos".

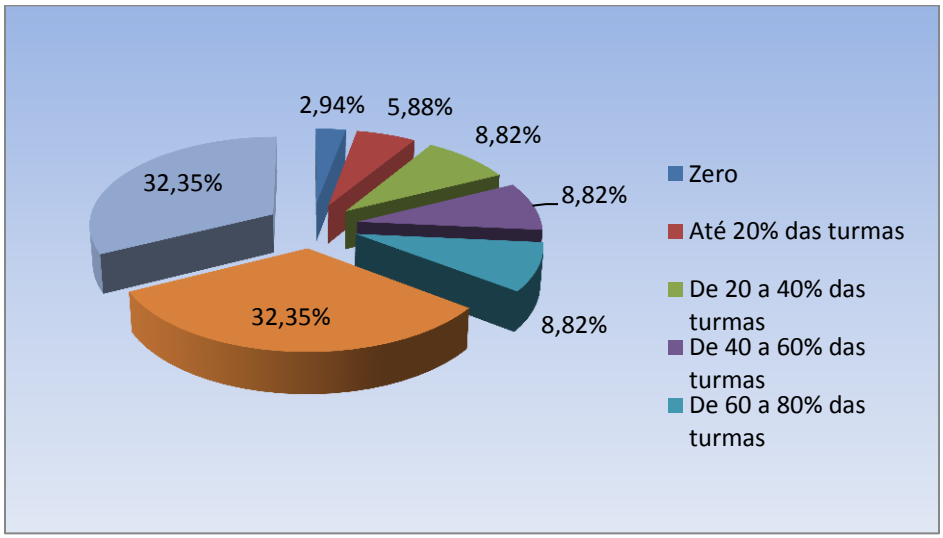
Pudemos concluir, também, que na maioria das escolas pesquisadas (65,89%), os professores temporários tem formação incompleta.

Quanto às **condições mínimas preconizadas** pelo Conselho Nacional de Educação: equipamentos, tamanho da turma, relação área/aluno, materiais de apoio pedagógico e instalações disponíveis nas escolas das redes estaduais de ensino observamos que:

- **Quantidade de alunos matriculados por turma**: independente da etapa de ensino muitas turmas ainda possuem mais alunos do que o recomendado, como por exemplo: no Ciclo I em 100% das turmas de 32,35% de escolas pesquisadas tem mais do que 24 alunos matriculados (nº máximo recomendado) e sem considerar

estas, em 64,71% (22 de 34) possuem ao menos uma turma acima desse limite, bem como, em algumas escolas existem pelo menos uma turma cujo número de alunos matriculados pode exceder a 29, 34 ou 39.

Percentual de escolas cujas turmas possuem mais de 24 alunos matriculados – Ciclo I



Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

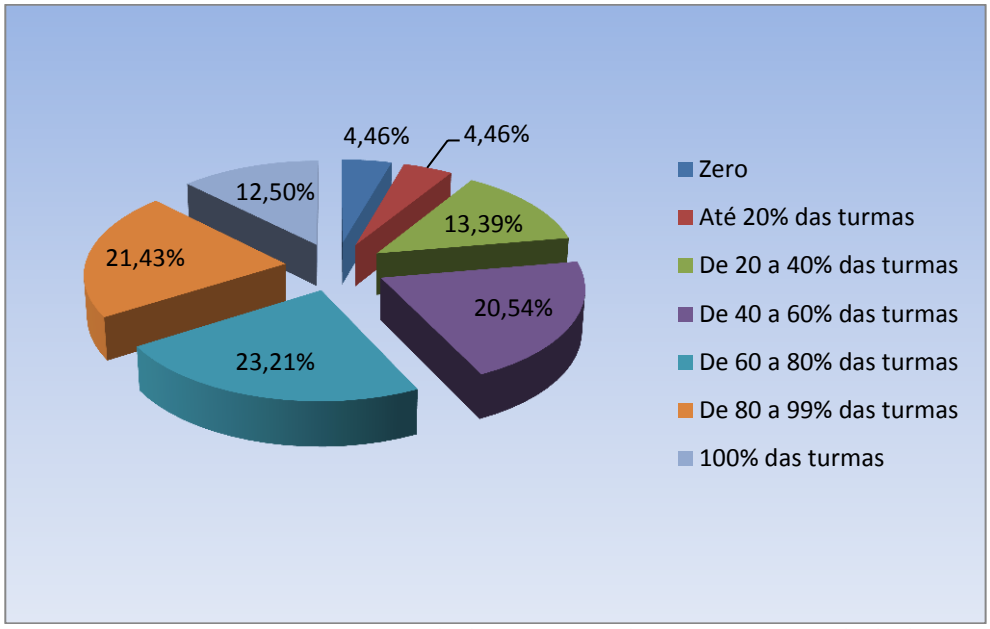
Percentual de escolas com ao menos 01 (uma) turma com n° de alunos matriculados superior ao limite – Ciclo I

Limites	Escolas	
	Quantidade	%
Acima de 29 alunos	28	82,35%
Acima de 34 alunos	12	35,29%
Acima de 39 alunos	3	8,82%

Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

Para o Ciclo II, em 95,54% das escolas pesquisadas pelo menos uma turma tem mais do que o limite recomendado pelo CNE e em algumas escolas existem pelo menos uma turma cujo número de alunos matriculados pode exceder a 35, 40 ou 45, muito acima do preconizado pelo CNE.

Percentual de escolas cujas turmas possuem mais de 30 alunos matriculados – Ciclo II



Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

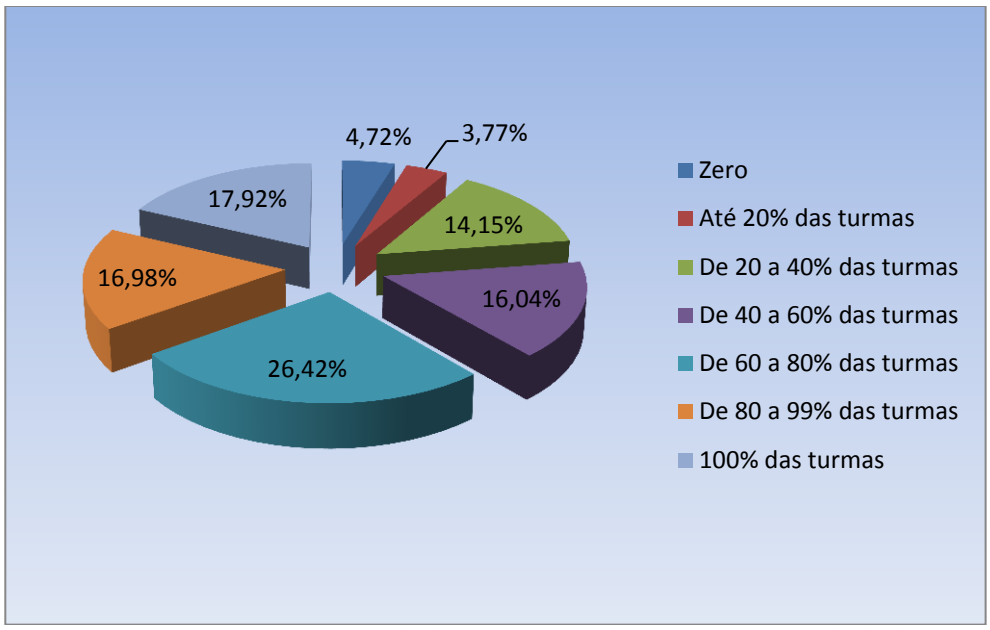
Percentual de escolas com ao menos 01 (uma) turma com n° de alunos matriculados superior ao limite – Ciclo II

Limites	Escolas	
	Quantidade	%
Acima de 35 alunos	74	66,07%
Acima de 40 alunos	14	12,50%
Acima de 45 alunos	3	2,68%

Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

No Ensino Médio, a situação não é muito diferente 95,28% das escolas pelo menos uma turma possui mais de 30 alunos matriculados e a situação não se modifica muito para turmas com mais de 35, 40 ou 45.

Percentual de escolas cujas turmas possuem mais de 30 alunos matriculados – EM



Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

Percentual de escolas com ao menos 01 (uma) turma com n° de alunos matriculados superior ao limite – EM

Limites	Escolas	
	Quantidade	%
Acima de 35 alunos	86	81,13%
Acima de 40 alunos	53	50%
Acima de 45 alunos	15	14,15%

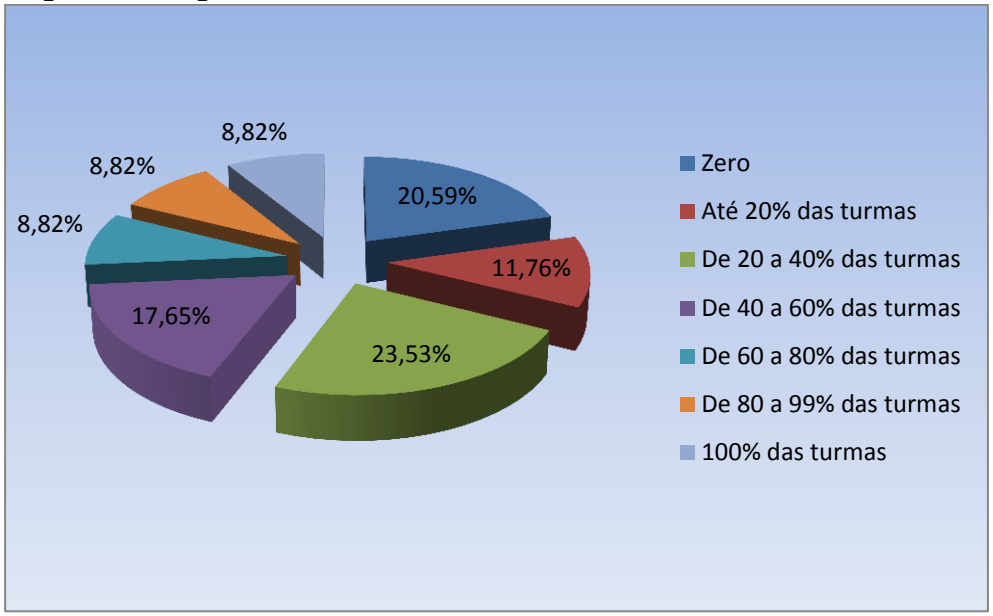
Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

Em resumo, nas escolas pesquisadas a quantidade de alunos por sala é muito além do preconizado pelo CNE, o que certamente dificulta a aprendizagem e o atingimento do padrão de qualidade definido como um dos princípios pelos quais o ensino deve ser ministrado (art.206 da CF).

- **Relação aluno/área da sala de aula –** as pesquisas revelaram que as salas de aula, independente, da etapa de ensino estão muito aquém do mínimo recomendado pelo CNE como ideal para proporcionar aos alunos e professores condições básicas de conforto ambiental. No Ciclo I, no geral, das 462 turmas informadas pelas escolas abordadas nesta fiscalização, 302 – ou seja, 65,37% - não atendiam à recomendação formulada pelo colegiado. No gráfico a seguir constata-se que 20,59% (7 de 34) das escolas estão fora do padrão recomendado do CNE,

pois não possuem nenhuma turma alocada em sala de aula com área disponível por aluno de 1,875m² (86 de 462 turmas).

Percentual de escolas em cujas turmas a área disponível por aluno é de 1,875m² ou mais – Ciclo I

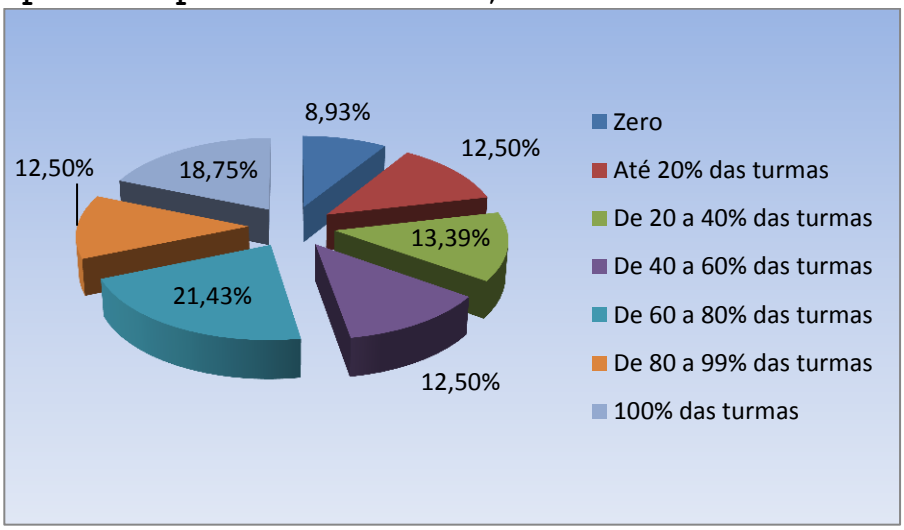


Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

No Ciclo II a situação não é muito diferente daquela apresentada para o Ciclo I, 05 escolas de 112 (4,46%) apresentaram turmas com relação aluno/área inferior a 1m² (36 de 1.541 turmas – equivalente a 2,33%) e no geral, das 1.543 turmas informadas pelas escolas abordadas nesta fiscalização, 675 – ou seja, 43,74% - não atendiam à recomendação formulada pelo colegiado.

No gráfico a seguir constata-se que 8,93% (10 de 112) das escolas estão fora do padrão recomendado pelo CNE, pois não possuem nenhuma turma alocada em sala de aula com área disponível por aluno de 1,5m² (123 de 1541 turmas). Nota-se, também, que apesar de 100% das turmas (290 de 1.541 – 18,82%) em 18,75% das escolas (21 de 112) pesquisadas já estarem adequadas aos padrões recomendados e, ainda, 72,30% apresentam pelo menos uma turma fora desse padrão.

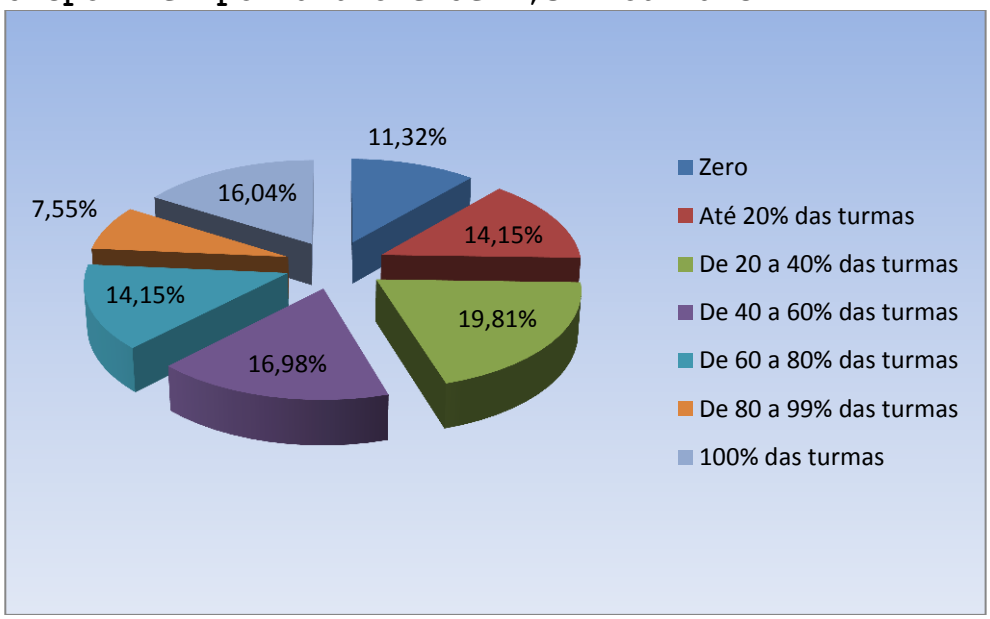
Percentual de escolas em cujas turmas a área disponível por aluno é de 1,5m² ou mais – Ciclo II



Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

Para o **Ensino Médio**, as metragens mínimas são as mesmas utilizadas para o Ciclo II, e a situação encontrada em relação às salas de acordo com a recomendação proposta pelo CNE, ou seja, no mínimo 1,5m² por aluno é pior, pois, 11 de 106 escolas (10,38%) apresentaram turmas com relação aluno/área inferior a 1m² (76 de 1.519 turmas – 5,00%) e 11,32% (12 de 106) das escolas estão fora do padrão recomendado pelo CNE, pois não possuem nenhuma turma alocada em sala de aula com área disponível por aluno de 1,5m² (167 de 1.519 turmas) e, por fim, do total de 1.519 turmas informadas pelas escolas, 859 (56,55%) não tem salas de aula com área de 1,5m² ou mais disponível por aluno.

Percentual de escolas em cujas turmas a área disponível por aluno é de 1,5m² ou mais – EM

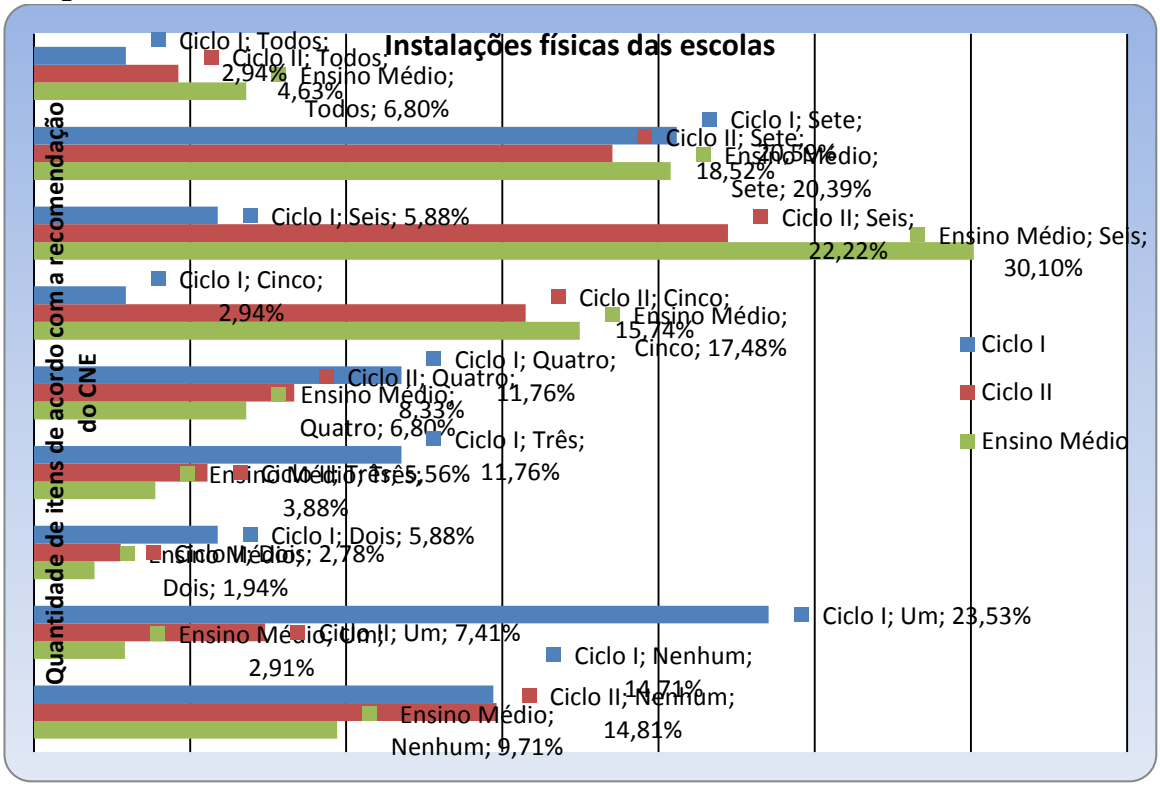


Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

Com relação às **quantidades mínimas de alguns insumos básicos** de natureza pedagógica e de suporte à atividade docente, concluiu-se que há distorções relevantes entre as realidades encontradas nas escolas selecionadas e as recomendações exaradas pelo Conselho, senão, vejamos:

- **Instalações físicas** das escolas – a maior carência dos itens pesquisados está no Ciclo I e as escolas que reúnem a maior quantidade dos itens pesquisados são as que tem Ensino Médio, conforme se observa no gráfico a seguir, e que independente da etapa de ensino, a maioria das escolas, não tem nenhum laboratório de ciências e não tem banheiros para alunos na quantidade recomendada pelo CNE.

Quantidade de itens de acordo com a recomendação do CNE – comparativo entre Ciclo I, II e EM – Instalações



Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

Percentual de escolas em que não há nenhuma unidade dos itens pesquisados que compõem a categoria Instalações – Ciclo I, II e EM

Item	Não tem nenhuma unidade					
	Ciclo I		Ciclo II		Médio	
	N° de escolas	%	N° de escolas	%	N° de escolas	%
Laboratório de ciências	29	85,29%	67	60,61%	64	61,54%
Sala de TV/DVD	14	41,18%	46	41,82%	38	36,54%
Sala de leitura/ biblioteca	11	32,35%	9	8,18%	5	4,81%
Refeitório	10	29,41%	32	29,09%	29	27,88%
Quadra coberta	9	26,47%	13	11,82%	12	11,54%
Laboratório de informática	5	14,71%	7	6,36%	6	5,77%
Copa/Cozinha	1	2,94%	3	2,73%	2	1,92%
Banheiros p/ alunos	0	0,00%		0,00%	0	0%

Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

Percentual de escolas em que os itens pesquisados que compõem a categoria Instalações não tem na quantidade recomendada - Ciclo I, II e EM

Item	Não tem na quantidade recomendada					
	Ciclo I		Ciclo II		Médio	
	N° de escolas	%	N° de escolas	%	N° de escolas	%
Banheiros p/ alunos	16	47,06%	76	69,09%	63	60,58%
Laboratório de informática	12	35,29%	22	20,37%	14	13,46%
Copa/Cozinha	11	32,35%	19	17,59%	11	10,58%
Refeitório	11	32,35%	20	18,52%	9	8,65%
Sala de leitura/ biblioteca	10	29,41%	22	20,37%	14	13,46%
Quadra coberta	9	26,47%	18	16,67%	12	11,54%
Sala de TV/DVD	9	26,47%	16	14,81%	11	10,58%
Laboratório de ciências	1	2,94%	11	10,19%	5	4,81%

Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

Constatamos que, 33,91% das escolas não tem área delimitada para oferecer merenda, e na maioria delas as metragens da cozinha e do refeitório não estão de acordo com o padrão recomendado.

Percentual de escolas com a metragem da cozinha e do refeitório abaixo do padrão recomendado pelo CNE

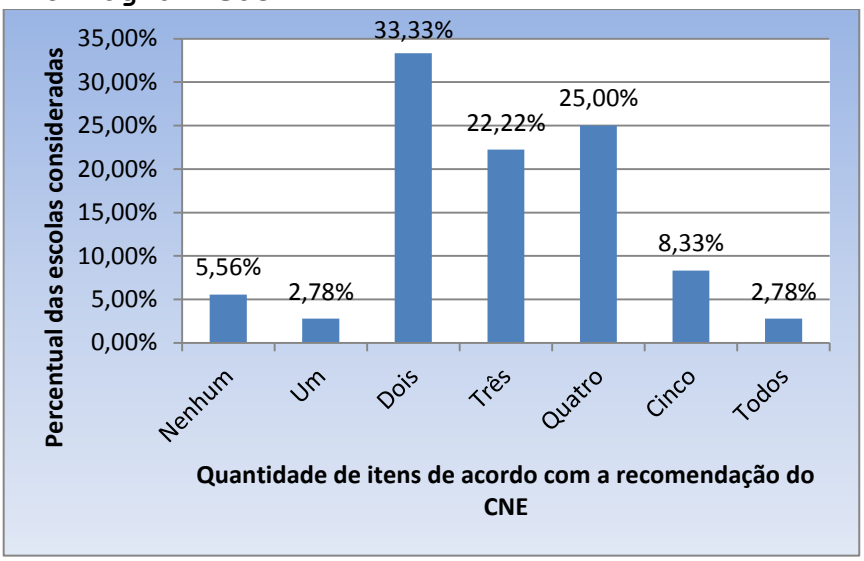
Etapas de Ensino	N° de Escolas[4]	Cozinha		N° de Escolas[5]	Refeitório	
		N° de Escolas fora do Padrão	%		N° de Escolas fora do Padrão	%
I	13	4	30,77	9	4	44,44
I e II	20	4	20,00	3	1	33,33
I, II e M	11	10	90,91	8	5	62,50
II	2	0	0,00	2	0	0,00
II e M	71	64	90,14	51	13	25,49
M	6	6	100,00	2	0	0,00

Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

[4] N° de escolas que responderam a metragem da cozinha
[5] N° de escolas que responderam a metragem do refeitório

- **Coleções e materiais bibliográficos** mais de 80% das escolas com Ciclo I tem entre dois e quatro dos itens pesquisados na quantidade recomendada e apenas 2,78% tinha todos os itens, conforme demonstrado na representação gráfica:

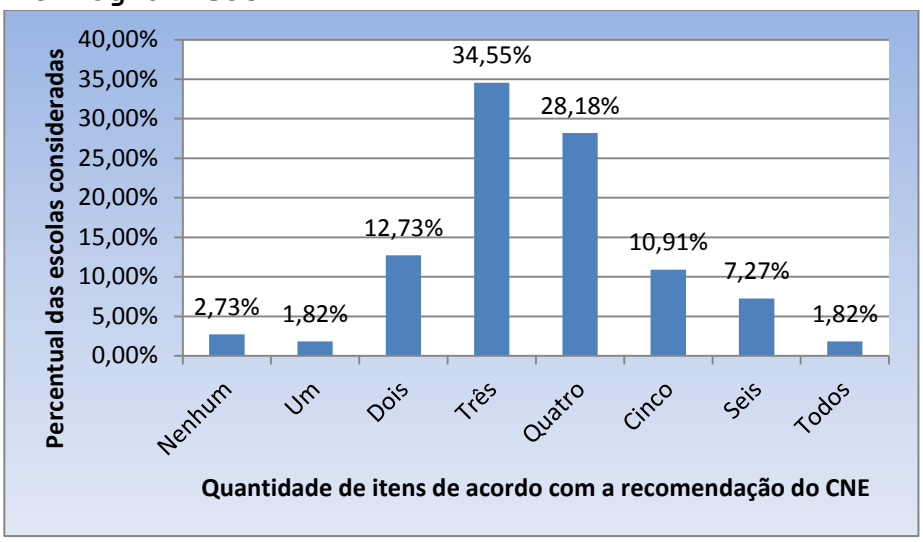
Quantidade de itens de acordo com a recomendação do CNE – Ciclo I – Coleções e Materiais Bibliográficos



Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

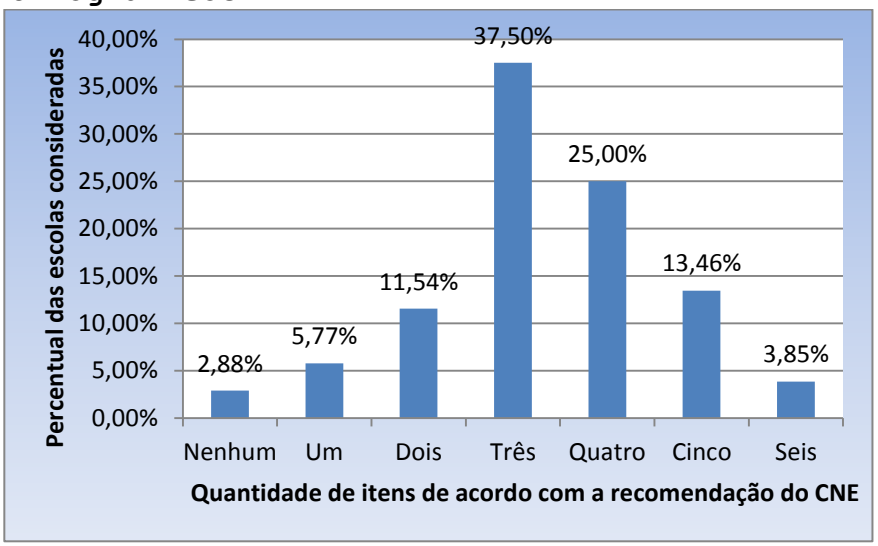
As escolas do Ciclo II e Médio apresentaram três e quatro itens pesquisados, em sua maioria, na quantidade recomendada.

Quantidade de itens de acordo com a recomendação do CNE – Ciclo II – Coleções e Materiais Bibliográficos



Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

Quantidade de itens de acordo com a recomendação do CNE – EM – Coleções e Materiais Bibliográficos



Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

Em relação aos itens individuais que compõe essa categoria a situação encontrada é a seguinte: entre 20 e 30% das escolas não tem nenhuma unidade de enciclopédia, independente da etapa de ensino e, o acervo de literatura infantil não está presente na quantidade recomendada na maioria das escolas pesquisadas do Ciclo I- 82,35%, bem como, em aproximadamente 80% e 85% das escolas de Ciclo II e Ensino

Médio, respectivamente, não tem o acervo de literatura brasileira e estrangeira, conforme demonstrado a seguir:

Percentual de escolas em que não há nenhuma unidade dos itens pesquisados que compõem a categoria Coleções e Materiais Bibliográficos – Ciclo I, II e EM

Item	Não tem nenhuma unidade					
	Ciclo I		Ciclo II		Médio	
	Nº de escolas	%	Nº de escolas	%	Nº de escolas	%
Enciclopédias	10	29,41%	21	19,09%	19	18,27%
Literatura infanto-juvenil	6	17,65%	1	0,91%	não se aplica	
Paradidáticos	5	14,71%	7	6,36%	7	6,73%
Dicionário Houaiss ou Aurélio	1	2,94%	3	2,73%	5	4,85%
Literatura Infantil	1	2,94%	não se aplica		não se aplica	
Outros dicionários	0	0,00%	4	3,64%	4	3,85%
Literatura brasileira	não se aplica		2	1,82%	3	2,88%
Literatura estrangeira	não se aplica		13	11,82%	11	10,58%

Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

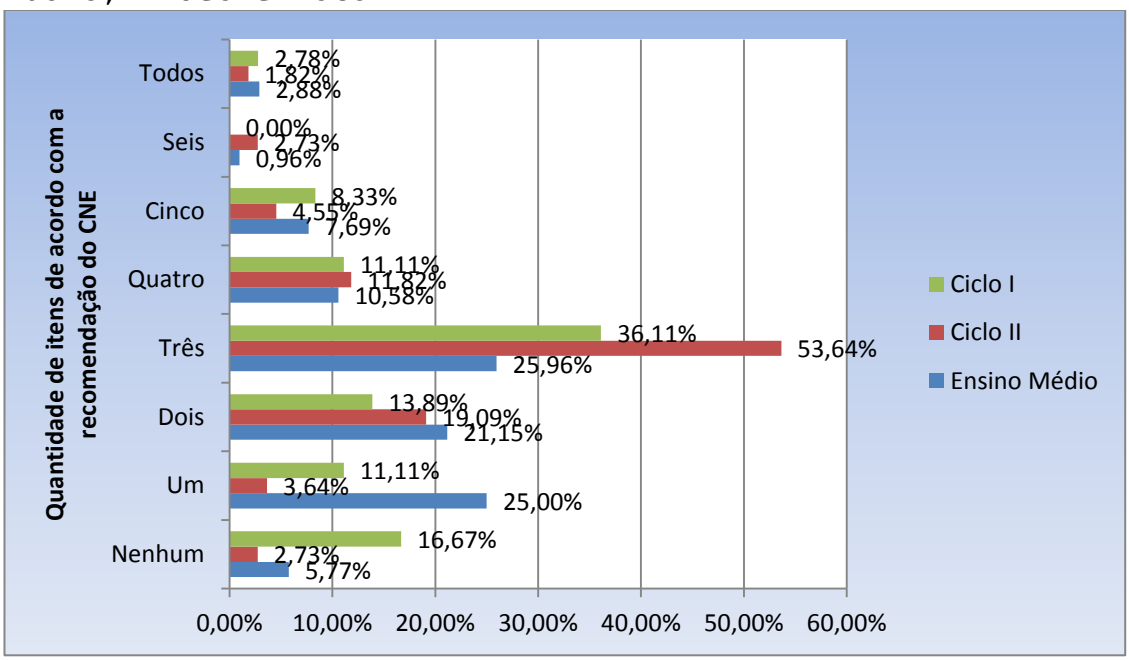
Percentual de escolas em que os itens pesquisados que compõem a categoria Coleções e Materiais Bibliográficos não tem na quantidade recomendada - Ciclo I, II e EM

Item	Não tem na quantidade recomendada					
	Ciclo I		Ciclo II		Médio	
	Nº de escolas	%	Nº de escolas	%	Nº de escolas	%
Literatura Infantil	28	82,35%	Não se aplica		Não se aplica	
Literatura infanto-juvenil	27	79,41%	84	76,36%	Não se aplica	
Paradidáticos	12	35,29%	35	31,82%	33	31,73%
Outros dicionários	5	14,71%	9	8,33%	10	9,71%
Enciclopédias	2	5,88%	18	16,67%	20	19,23%
Dicionário Houaiss ou Aurélio	1	2,94%	1	0,91%	3	2,88%
Literatura brasileira	Não se aplica		88	80,00%	78	75,00%
Literatura estrangeira	Não se aplica		94	85,45%	87	83,65%

Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

- **Equipamentos para áudio, vídeo e foto -** comparando as etapas de ensino, percebe-se que em termos de equipamentos para áudio, vídeo e foto, a maioria das escolas tem quatro ou menos dos sete itens pesquisados, conforme se verifica a seguir:

Quantidade de itens de acordo com a recomendação do CNE – comparativo entre Ciclo I, II e EM – Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto



Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

Suporte para TV/DVD é o item mais carente em aproximadamente 40% das escolas de Ciclo I, II e Ensino Médio, considerando que por volta de 80% das escolas não há aparelho de DVD e televisor na quantidade recomendada, como se vê a seguir:

Percentual de escolas em que não há nenhuma unidade dos itens pesquisados que compõem a categoria Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto – Ciclo I, II e EM

Item	Não tem nenhuma unidade					
	Ciclo I		Ciclo II		Médio	
	Nº de escolas	%	Nº de escolas	%	Nº de escolas	%
Suporte p/ TV e DVD	13	38,24%	45	40,91%	43	41,35%
Retroprojetor	5	14,71%	11	10,00%	8	7,69%
Aparelho de CD e rádio	3	8,82%	4	3,64%	4	3,85%
Aparelho de DVD	3	8,82%	4	3,64%	5	4,81%
Tela para projeção	3	8,82%	5	4,55%	5	4,85%
Máquina fotográfica	1	2,94%	4	3,64%	3	2,88%
Televisor	0	0,00%	1	0,91%	3	2,88%

Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

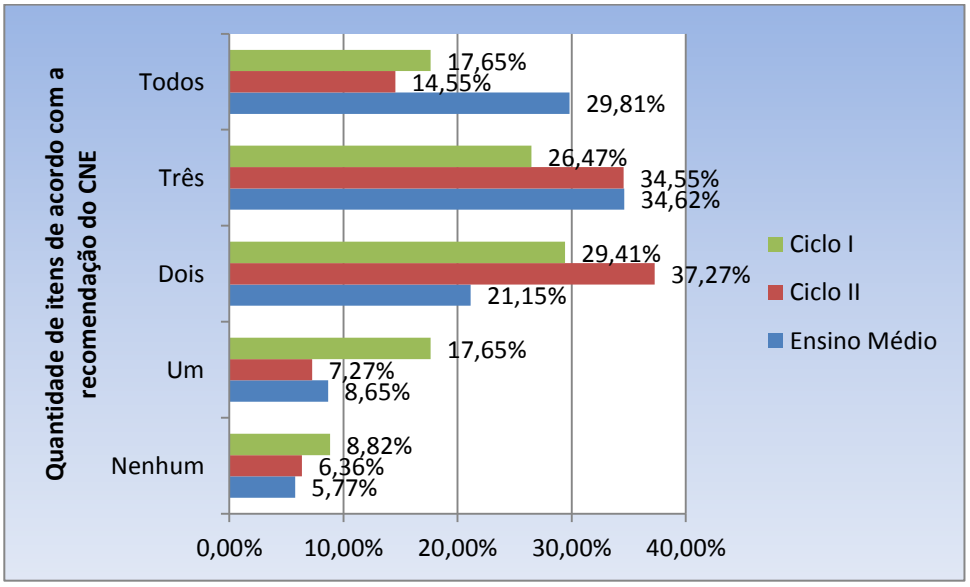
Percentual de escolas em que os itens pesquisados que compõem a categoria Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto não tem na quantidade recomendada - Ciclo I, II e EM

Item	Não tem na quantidade recomendada					
	Ciclo I		Ciclo II		Médio	
	Nº de escolas	%	Nº de escolas	%	Nº de escolas	%
Aparelho de DVD	29	85,29%	97	88,18%	88	84,62%
Televisor	29	85,29%	91	82,73%	84	80,77%
Aparelho de CD e rádio	22	64,71%	89	80,91%	84	80,77%
Suporte p/ TV e DVD	20	58,82%	63	57,27%	56	53,85%
Máquina fotográfica	7	20,59%	9	8,18%	7	6,73%
Tela para projeção	7	20,59%	7	6,36%	45	43,27%
Retroprojetor	5	14,71%	8	7,27%	39	37,50%

Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

- **Processamento de Dados** - mais de 80% das escolas apresentam a maioria dos itens recomendados, entre dois e quatro dos itens pesquisados em todas as etapas de ensino

Quantidade de itens de acordo com a recomendação do CNE – comparativo entre Ciclo I, II e EM – Processamento de Dados



Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

- **Mobiliário e Equipamentos em Geral** - mais de 80% das escolas tem mesa para refeitório na quantidade recomendada e não estão disponíveis aos alunos e professores, na maioria das

escolas, os Kits de ciências, biologia, física e química, conforme se verifica a seguir:

Percentual de escolas em que não há nenhuma unidade dos itens pesquisados que compõem a categoria Mobiliário e Equipamentos em Geral – Ciclo I, II e EM

Item	Não tem nenhuma unidade					
	Ciclo I		Ciclo II		Médio	
	Nº de escolas	%	Nº de escolas	%	Nº de escolas	%
Mesa para refeitório	0	0,00%	5	4,55%	5	4,81%
Kit de ciências	24	70,59%	73	66,36%	Não se aplica	
Kit de biologia	não se aplica		não se aplica		69	66,35%
Kit de física	não se aplica		não se aplica		83	79,81%
Kit de química	não se aplica		não se aplica		29	27,88%

Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

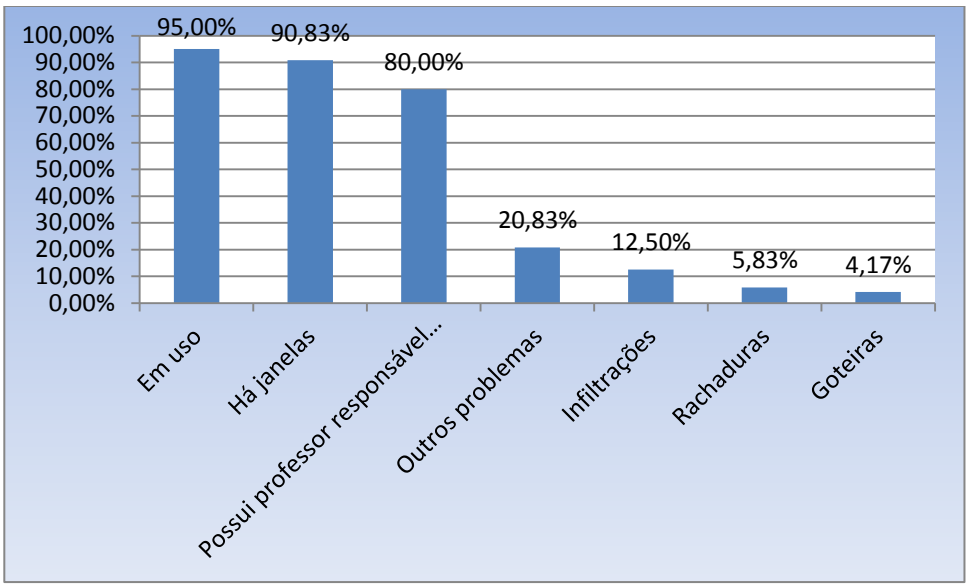
Percentual de escolas em que os itens pesquisados que compõem a categoria Mobiliário e Equipamentos em Geral não tem na quantidade recomendada - Ciclo I, II e EM

Item	Não tem na quantidade recomendada					
	Ciclo I		Ciclo II		Médio	
	Nº de escolas	%	Nº de escolas	%	Nº de escolas	%
Mesa para refeitório	3	8,82%	13	11,82%	11	10,58%
Kit de ciências	7	20,59%	37	33,64%	não se aplica	
Kit de biologia	não se aplica		não se aplica		35	33,65%
Kit de física	não se aplica		não se aplica		21	20,19%
Kit de química	não se aplica		não se aplica		72	72,12%

Fonte: Respostas às requisições de informações dirigidas às escolas selecionadas

Com relação à **inspeção física realizada nas 135 escolas** constatou-se que, 16 escolas não tem sala de leitura/biblioteca (12%) e que a maioria está em uso e não apresenta graves problemas estruturais, a não ser o tamanho reduzido apontado por muitas escolas como sendo a maior dificuldade. A seguir demonstramos graficamente a situação encontrada:

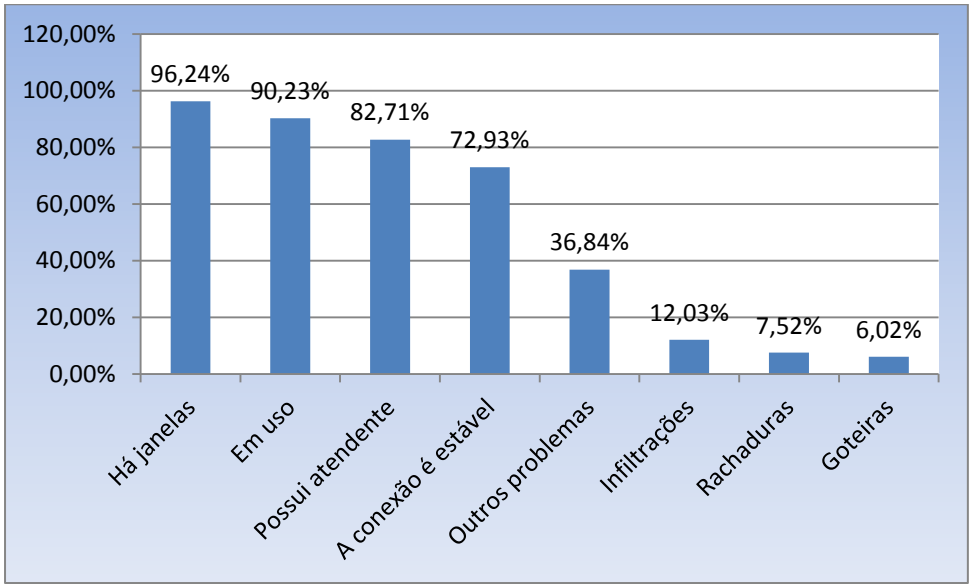
Condições encontradas nas salas de leitura/biblioteca



Fonte: Visitas "in loco"

Apenas 02 escolas não tinham salas de informática e do total de 2.152 computadores disponíveis 1.845 estavam em uso (85,73%) e que grande parte da não utilização dos mesmos se deve a falta de internet, não haver monitor do programa Acessa Escola, pois só ele tem senha para acesso e a sala é pequena (impossibilidade de levar todos os alunos de uma sala ao mesmo tempo).

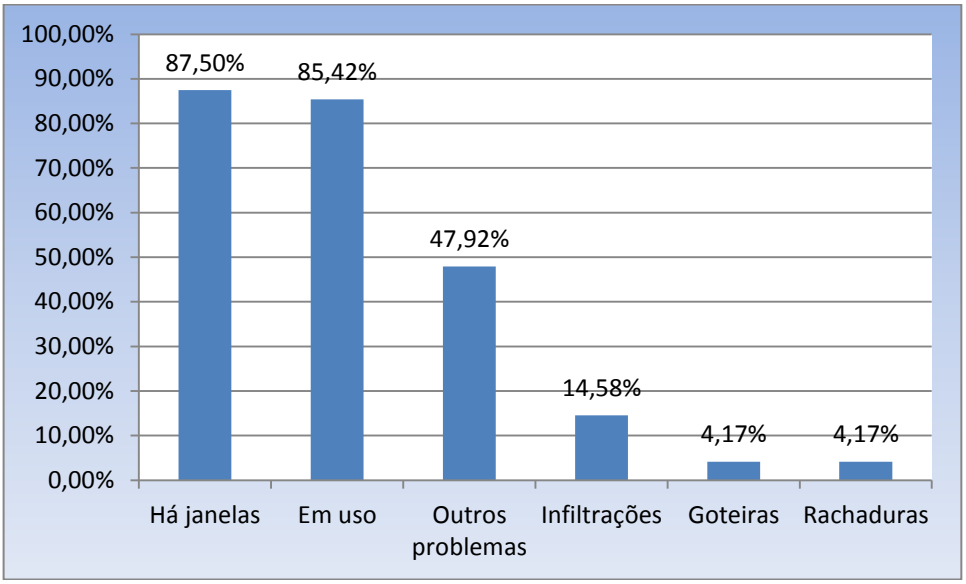
Condições encontradas nos laboratórios de informática



Fonte: Visitas "in loco"

As escolas em sua maioria não tem laboratório de ciências, pois apenas 48 escolas o possuíam – 35,56% - em relação ao total de escolas visitadas. Os que estão em uso apresentam, entre outros problemas, falta de mobiliário para armazenar os equipamentos e produtos químicos, instalação elétrica e hidráulica precária e falta de equipamentos.

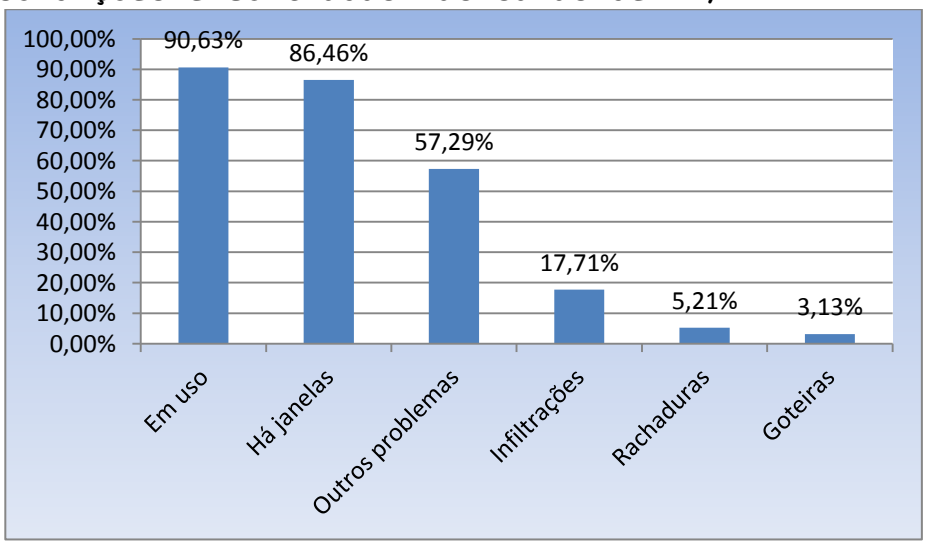
Condições encontradas nos laboratórios de ciências



Fonte: Visitas "in loco"

Cerca de 70% das escolas informaram que tem sala de TV/DVD e 90,63% estão em uso, entretanto, relataram outros problemas: sala não é exclusiva, é pequena e faltam equipamentos.

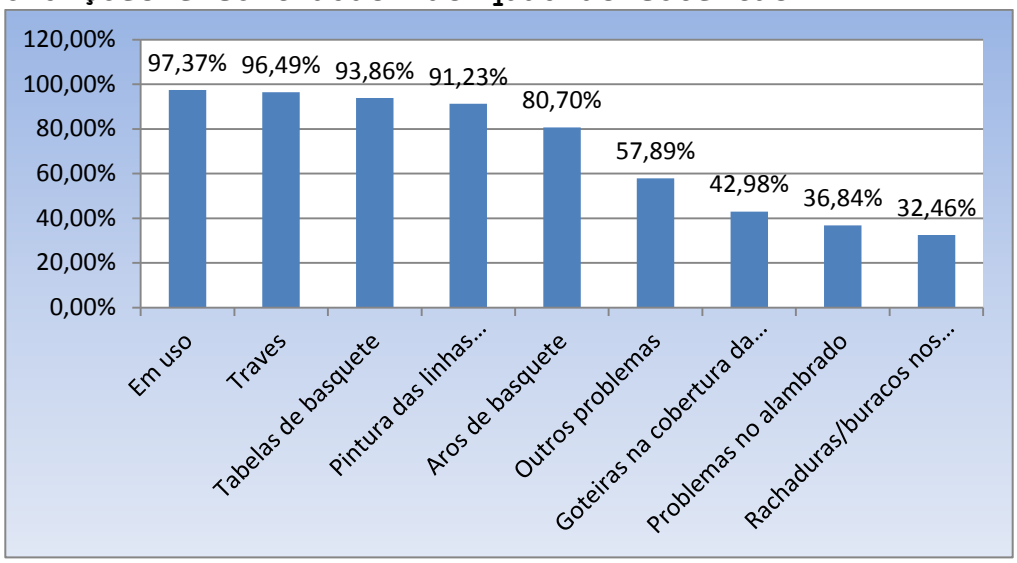
Condições encontradas nas salas de TV/DVD



Fonte: Visitas "in loco"

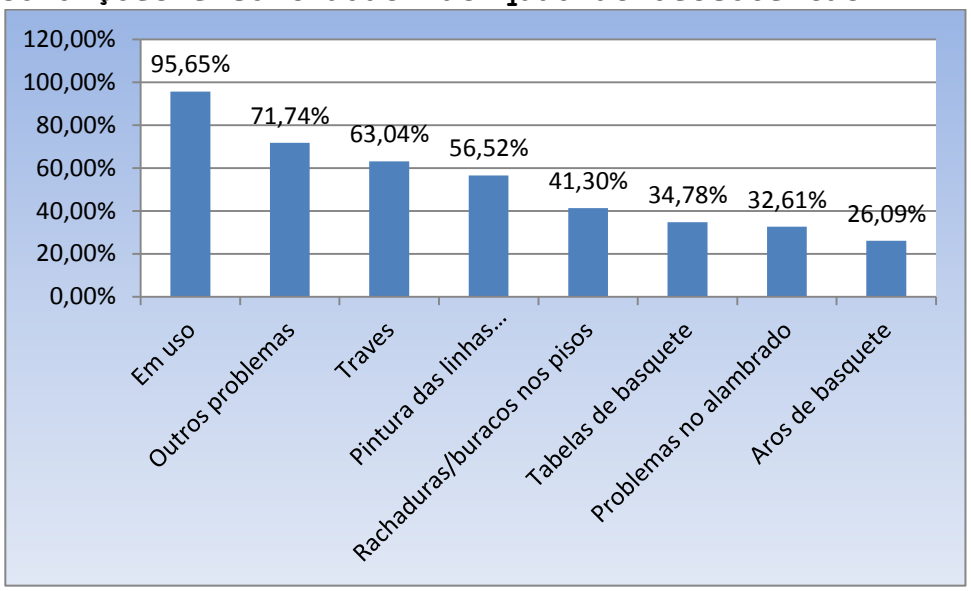
Em 6 escolas visitadas não tinham quadra (coberta e descoberta)e os problemas mais citados são existência de tabelas, traves e linhas demarcatórias desgastadas/enferrujadas, pombos, muro da escola muito baixo facilitando a entrada de pessoas estranhas, sem alambrado e não há calhas na cobertura. Em 21 escolas não tinham quadra coberta e 46 escolas tinham quadra descoberta, sendo que, em 33 delas também tinham quadra coberta.

Condições encontradas nas quadras cobertas



Fonte: Visitas "in loco"

Condições encontradas nas quadras descobertas



Fonte: Visitas "in loco"

Enfim, o levantamento de todos esses dados nos leva a concluir que as escolas estaduais de ensino, em qualquer etapa – Ciclo I, II e Ensino Médio – apresentam,

ainda muitos obstáculos a serem vencidos a fim de se alcançar uma equipe docente com estabilidade, concursada, atuando em disciplinas compatíveis com sua formação e jornada de trabalho adequada e quantidades mínimas de insumos básicos de natureza pedagógica e de suporte à atividade docente, recomendadas pelo Conselho Nacional de Educação, para o desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem com padrão de qualidade idealizado pela Constituição Federal e Lei de Diretrizes Básicas da Educação.

A título ilustrativo selecionamos algumas das fotos das dependências visitadas "in loco" que apresentaram algum tipo de problema evidenciado:

Município: Araçatuba
Escola Estadual: E.E. Professor Vitor Antonio Trindade
Data da visita: 07/11/2014

Laboratório de Ciências: desativado, bancada inutilizada	Sala de Leitura/biblioteca: goteiras e infiltrações

Município: Bauru
Escola Estadual: Dr. Carlos Chagas
Data da visita: 08/10/2014

Quadra Descoberta: alambrado de proteção arrebentado	Laboratório de informática: fiação exposta

Município: Campinas
Escola Estadual: Prof. Carlos Alberto Galhiego
Data da visita: 30/09/2014

Uso inadequado da Sala de Informática	Biblioteca inutilizada por problemas estruturais

Município: Santa Bárbara d'Oeste
Escola Estadual: Professora Alcheste de Godoy Andia
Data da visita: 08/10/2014

Quadra da Escola bastante danificada	Quadra da Escola bastante danificada

Município: GÁLIA
Escola Estadual: GRACIEMA BAGANHA RIBEIRO
Data da visita: 04.11.2014

Restrição de espaço para trabalhar com a turma na Sala de Leitura	Cobertura da quadra insuficiente para dias de chuva forte ou dependendo da posição do sol

Município: São José dos Campos
Escola Estadual: Prof. Ana Herondina Soares Schychof
Data da visita: 27/10/14

Rachaduras na Quadra Coberta	Pintura das linhas demarcatórias na Quadra Coberta

Município: SÃO JOSÉ DO BARREIRO
Escola Estadual: E E MIGUEL PEREIRA
Data da visita: 26/11/2014

Balde para coleta de goteira – sala de leitura	Quadra descoberta

Município: Guarujá
Escola Estadual: Professor Rene Rodrigues de Moraes
Data da visita: 23/10/2014

Infiltração na sala de informática	Equipamentos empilhados na sala de informática- sem condições de uso

Município:Santos
Escola Estadual:E.E. Professor Cleóbulo Amazonas Duarte
Data da visita:23/10/14

Infiltração na sala de TV/DVD	Piso descascado, com furos e muita sujeira de pombos na quadra

Município: Diadema
Escola Estadual:E.E. José Piaulino
Data da visita:18/09/14

Quadra sem manutenção (comunidade usa a quadra)	Linhas demarcatórias desgastadas, parte do alambrado avariado, ausência de tabelas de basquete e traves enferrujadas

Município: Guarulhos
Escola Estadual:E.E. Residencial Jardim Bambi
Data da visita:22/09/14

Quadra destelhada pelo vento	Quadra em péssimo estado

Município: Carapicuíba
Escola Estadual:E.E. Oliveira Ribeiro Neto
Data da visita:16/09/14

Alambrado avariado facilita a entrada de pessoas estranhas	Buraco no muro da quadra que separa uma escola da outra

Município: São Paulo
Escola Estadual:E.E. Professor Aurélio Buarque de Holanda Ferreira
Data da visita:29/09/14

Sala de leitura – falta mobília para acomodar os livros	Quadra fica em cima das salas de aula provocando ruídos que atrapalham o andamento das aulas

Município:São Paulo
Escola Estadual:E.E. República do Haiti
Data da visita: 29/09/14

Quadra coberta com furos	Poças d'água por não ter calhas laterais na quadra

Município: São Paulo
Escola Estadual: E.E. Deputado João Dória
Data da visita:29/09/14

Sala de TV/DVD improvisada	Quadra coberta – piso muito desgastado

Município: São Paulo
Escola Estadual: E.E. A Hebraica
Data da visita:1°/10/14

Sala de Informática muito pequena – um corredor	Quadra descoberta - sem alambrados e piso desgastado

Município: São Paulo
Escola Estadual: E.E. Capitão Sérgio Paulo Muniz Pimenta
Data da visita:02/10/14

Cobertura da quadra com muitos buracos	Faltam equipamentos para experiências no laboratório de ciências

Município: São Bernardo do Campo
Escola Estadual: E.E. Professor Walker da Costa
Data da visita:08/10/14

Sala de Informática interditada em virtude de infiltrações	Quadra coberta – tabelas de basquete sem rede e enferrujada

Município: São Paulo
Escola Estadual: E.E. Professora Edmea Attab
Data da visita:10/11/14

Sala de TV/DVD – forro caindo	Quadra coberta – piso trincado

Município: Taboão da Serra
Escola Estadual: E.E. Francisco D'Amico
Data da visita:04/11/14

Quadra descoberta – piso desgastado, não há alambrado, tabelas e traves enferrujadas, sem rede no aro da cesta de basquete e nas traves de futebol	Infiltração na sala de TV/DVD

XII. 4 – Alimentação Escolar	
Programa 815 – Manutenção e Suporte da Educação Básica	
Ação 6172 – Fornecimento de Alimentação Escolar aos Alunos da Educação Básica **Descrição:** fornecimento de alimentação escolar adequada aos alunos da educação básica por meio da compra e distribuição dos gêneros alimentícios, do repasse de recursos para o enriquecimento da alimentação escolar e demais ações voltadas para alimentação escolar, tais como logística, estocagem, contratação de terceirizados, locação de armazéns, entre outras. Visando atender às características locais, descentralizar decisões, por meio do repasse de recursos aos municípios pertencentes ao sistema descentralizado para aquisição de gêneros alimentícios.	
Período:	2012 - 2014
Órgão:	Secretaria de Educação
Instrução:	DCG-4 – DSF I

A presente fiscalização operacional teve como objetivo avaliar o processo de gestão de fornecimento de alimentação escolar da rede pública de ensino estadual.

Para tanto, considerou a boa e regular operacionalização em fornecimento de alimentação escolar aos alunos do Ensino Fundamental (EF), Ensino Médio (EM) e Educação de Jovens e Adultos (EJA) das unidades da rede estadual, inclusive das unidades sob gerenciamento municipal, no que tange ao planejamento e elaboração do cardápio, à aquisição, armazenamento e distribuição dos alimentos, à capacitação de preparadores, à fiscalização, bem como à infraestrutura física das cozinhas, despensas e refeitórios escolares. Não contemplou, contudo, alunos de creche, de áreas indígenas e remanescentes de quilombo, das escolas filantrópicas, comunitárias e confessionais, sem fins lucrativos, que atendam aos critérios estabelecidos na Resolução FNDE nº 26/2013, consideradas como integrantes da rede pública de ensino, a gestão do fornecimento da merenda escolar pelo município, bem como o objeto de fiscalização das DF's/UR's no terceiro setor, nem em órgãos e entidades municipais.

As conclusões obtidas basearam-se na análise das respostas às requisições de informações e documentos dirigidas à CISE/DAAA (Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares/Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno), à Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), ao Conselho Estadual de Alimentação Escolar (CEAE), das respostas das Unidades Escolares e dos municípios às requisições e do obtido em visitas com aplicação de questionário e inspeção física, *in loco*, nas 135 UEs selecionadas com base em amostra estatística considerando um grau de confiança de 90% e margem de erro de 10%, assim distribuídas:

Quantidade de escolas selecionadas

Fatores	DCG	UR	Total	%
Integral	3	4	7	**5%**
Ciclo I	12	2	14	**10%**
Centralizadas	62	8	70	**52%**
Descentralizadas	10	55	65	**48%**
Amostra	**135**			

Fonte: seleção pela DCG-4

As limitações encontradas foram: (i) dificuldade na obtenção de informações; (ii) inexistência de controle, relatórios e/ou documentos com as informações requisitadas; (iii) atendimento de itens das requisições fora da forma exigida; (iv) respostas parciais e/ou incompletas de itens das requisições; (v) respostas, nitidamente, inconsistentes, de itens das requisições; (vi) ausência de responsável pela merenda escolar, em algumas UEs para o atendimento à visita; vii) alta rotatividade de diretores e vices, implicando em desconhecimento da rotina no tocante à merenda escolar; (viii) nem todas as UEs selecionadas responderam integralmente, às Requisições; (ix) envio intempestivo das respostas pelas UEs. Algumas destas limitações nos obrigaram a descartar algumas respostas, impactando no nível de confiança e margem de erro idealizados.

Importante ressaltar, que existem dois tipos de sistemas de fornecimento da merenda escolar no estado: o sistema centralizado, cuja administração de todas as atividades inerentes à operacionalização do Programa é feita pelo Estado, através de sua Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços Escolares (CISE)/Departamento de Alimentação e Assistência ao Aluno (DAAA) e, o descentralizado, cuja gestão é transferida ao município, mediante celebração de um convênio por opção própria.

As análises demonstraram falhas e/ou oportunidades de melhoria na Ação, como dificuldades referentes ao sistema utilizado pela CISE/DAAA para acompanhamento e controle de todo o processo, bem como todas as implicações decorrentes da deficiência deste sistema, como a falta de controle de estoques tanto da CISE/DAAA quanto das escolas.

Identificou-se uma **baixa adesão dos alunos** ao programa de alimentação escolar em ambos os sistemas de gestão. No ano de 2014, das 57 escolas que responderam ao item da requisição que versava sobre este tema, em apenas 11 (19,30%) escolas **centralizadas** visitadas, houve consumo da merenda por 80% ou mais de seus alunos matriculados no período da manhã. No período da tarde, das 54 escolas, em 17 (31,48%) houve consumo da merenda por 80% ou mais de seus alunos matriculados. Já, no período noturno, das 35 escolas, em apenas duas (5,71%) escolas, o que significa que o programa não atinge uma parcela grande de alunos, conforme demonstramos a seguir:

Percentual de alunos que consomem a merenda (período da manhã)

Percentual de alunos que comem merenda	Centralizadas				Descentralizadas			
	2013		2014		2013		2014	
De 0 a 20%	4	7,02%	6	10,53%	5	10,00%	4	8,00%
De 20 a 40%	19	33,33%	12	21,05%	6	12,00%	6	12,00%
De 40 a 60%	16	28,07%	20	35,09%	9	18,00%	12	24,00%
De 60 a 80%	8	14,04%	8	14,04%	7	14,00%	10	20,00%
80% ou mais	10	17,54%	11	19,30%	23	46,00%	18	36,00%
Total	**57**	**100,00%**	**57**	**100,00%**	**50**	**100,00%**	**50**	**100,00%**

Fonte: consolidação de dados DCG-4, item 2, tabela 1.2 da Requisição para as UEs

Percentual de alunos que consomem a merenda (período da tarde)

Percentual de alunos que comem merenda	Centralizadas				Descentralizadas			
	2013		2014		2013		2014	
De 0 a 20%	1	1,82%	0	0,00%	4	7,84%	3	6,25%
De 20 a 40%	14	25,45%	11	20,37%	5	9,80%	9	18,75%
De 40 a 60%	16	29,09%	16	29,63%	11	21,57%	7	14,58%
De 60 a 80%	13	23,64%	10	18,52%	5	9,80%	8	16,67%
80% ou mais	11	20,00%	17	31,48%	26	50,98%	21	43,75%
Total	**55**	**100,00%**	**54**	**100,00%**	**51**	**100,00%**	**48**	**100,00%**

Fonte: consolidação de dados DCG-4, item 2, tabela 1.2 da Requisição para as UEs

Percentual de alunos que consomem a merenda (período da noite)

Percentual de alunos que comem merenda	Centralizadas				Descentralizadas			
	2013		2014		2013		2014	
De 0 a 20%	13	35,14%	10	28,57%	2	7,14%	4	16,00%
De 20 a 40%	12	32,43%	12	34,29%	4	14,29%	4	16,00%
De 40 a 60%	8	21,62%	6	17,14%	6	21,43%	4	16,00%
De 60 a 80%	1	2,70%	5	14,29%	7	25,00%	5	20,00%
80% ou mais	3	8,11%	2	5,71%	9	32,14%	8	32,00%
Total	**37**	**100,00%**	**35**	**100,00%**	**28**	**100,00%**	**25**	**100,00%**

Fonte: consolidação de dados DCG-4, item 2, tabela 1.2 da Requisição para as UEs

Com relação ao consumo nas escolas **descentralizadas**, verificou-se que, em 2014, no período da manhã, das 50 escolas que responderam ao item da requisição que versava sobre este tema, em 18 escolas (36%), 80% ou mais dos seus alunos comiam a merenda.

Já, no período da tarde, de 2014, das 48 escolas que responderam ao item da requisição que versava sobre este tema, em 21 escolas (43,75%), 80% ou mais dos seus alunos consumiam a merenda.

Por fim, no período da noite, de 2014, este número reduz. Das 25 escolas que responderam ao item da requisição que versava sobre este tema, somente em oito escolas (32%), 80% ou mais dos seus alunos comiam a merenda.

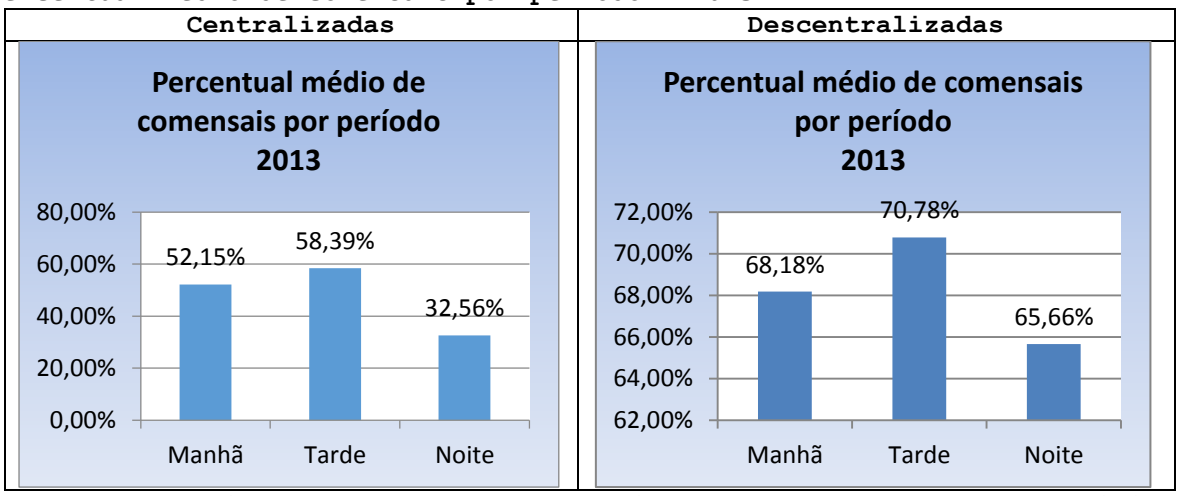
Pela análise das tabelas, observa-se, que a adesão dos alunos das escolas descentralizadas ao programa de alimentação escolar é um pouco maior que a das centralizadas tanto em 2013 quanto em 2014 e, nos três períodos (manhã, tarde e noite). S.m.j, o fator que contribui para este cenário é o fato de os alimentos servidos nas escolas descentralizadas ser mais natural, ao passo que, nas centralizadas, os enlatados compõem grande parte do seu cardápio.

Observou-se que os **horários** em que são servidas as refeições para os alunos do período da manhã, muito provavelmente influenciam na decisão de comer ou não a

merenda. Nas UEs centralizadas observou-se que em 14,29% delas, a refeição era servida às 8h40 e, em 52,86%, às 9h30. Nas UEs descentralizadas verificou-se que em 76,56%, a refeição era servida às 9h30. Horários estes pouco habituais para os costumes e tradições paulistas.

Os gráficos a seguir evidenciam o consumo um pouco maior no período da tarde que na manhã, tanto em 2013 quanto em 2014. Além disso, permitem inferir o percentual de alunos que não consumiram a merenda. Em 2013, nas UEs centralizadas, foram 47,85%, 41,61% e 67,44%, nos períodos da manhã, da tarde e da noite, respectivamente. E, nas descentralizadas, foram 31,82%, 29,22% e 34,34% nos períodos da manhã, da tarde e da noite, respectivamente.

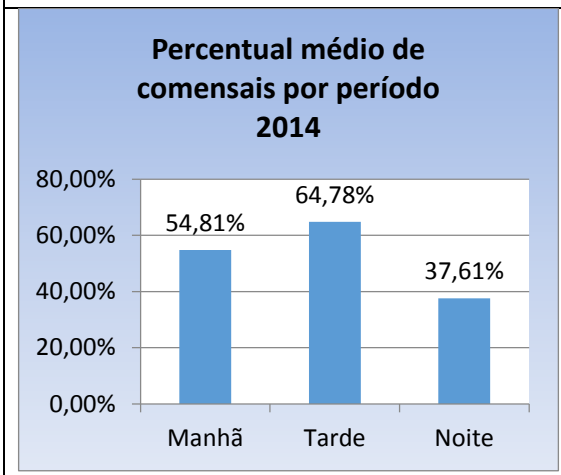
Percentual médio de comensais por período - 2013

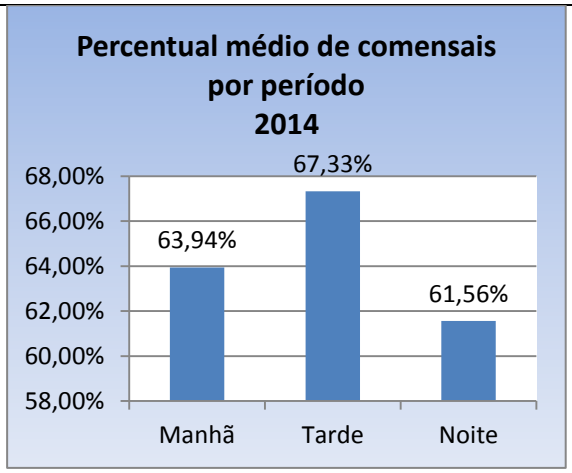


Fonte: consolidação de dados DCG-4, item 2, tabela 1.2 da requisição enviada para as UEs

Percentual médio de comensais por período - 2014

Centralizadas	Descentralizadas





Fonte: consolidação de dados DCG-4, item 2, tabela 1.2 da requisição enviada para as UEs

Com relação ao ano de 2014, nas UEs centralizadas, 45,19%, 35,22% e 62,39% nos períodos da manhã, da tarde e da noite, respectivamente, e nas descentralizadas, 36,06%, 32,67% e 38,44% dos alunos não consumiram a merenda nos períodos da manhã, da tarde e da noite, respectivamente.

Verificou-se, ainda, que adversidades como necessidade de utilizar produtos que estavam com a data de validade próxima do vencimento e falta de algum item do cardápio foram apontados pelas UEs **centralizadas** (68,57% e 25,71%) como os principais motivos que provocaram **alterações no cardápio.** Já, com relação às UEs **descentralizadas,** os principais motivos que provocaram a alteração de cardápio foram: a falta de algum item do cardápio (24,62%), seguido por outros não especificados (24,62%) e atraso na entrega dos produtos (15,38%).

Motivos que provocaram alteração de cardápio – comparativo entre sistema descentralizado e centralizado

Caso tenha havido alteração de cardápio, qual foi o motivo?	**UE descentralizada (%)**	**UE centralizada (%)**
Atraso na entrega dos produtos	15,38	12,86
Falta de algum item do cardápio	24,62	25,71
Item do cardápio deteriorado	0	0
Necessidade de utilizar produtos que estavam com a data de validade próxima do vencimento	13,85	68,57
Outros	24,62	31,43

Fonte: consolidação de dados pela DCG-4, item 12 do Questionário

Em 57,14% das UEs **centralizadas** pesquisadas já houve recebimento de produtos com data de validade próxima do vencimento, 30% já tiveram que solicitar o remanejamento de

produtos que estavam quase vencendo e 41,43% já tiveram que solicitar descarte de produtos vencidos.

Importante destacar, que nas visitas, *in loco*, constatou-se arroz com prazo de validade vencido e verificou-se, pelas informações prestadas pelo DAAA, que foram descartados 8.889 Kg de arroz, em 2014. Informações deram conta, ainda, de que os descartes de gêneros alimentícios totalizaram 25.355,40 kg no mesmo ano.

Impactam, negativamente, no **planejamento** para a aquisição de gêneros alimentícios no sistema centralizado, a ausência de um sistema formal e efetivo de controle de estoque. Verificou-se que, em 92,86% das UEs **centralizadas** havia um controle formal. No entanto, em 61,54%, o saldo do controle não batia com o saldo físico existente. Já, nas UEs **descentralizadas**, observou-se que em 45,90% delas havia controle formal de estoque, entretanto, em 17,86%, o saldo do controle não batia com o físico.

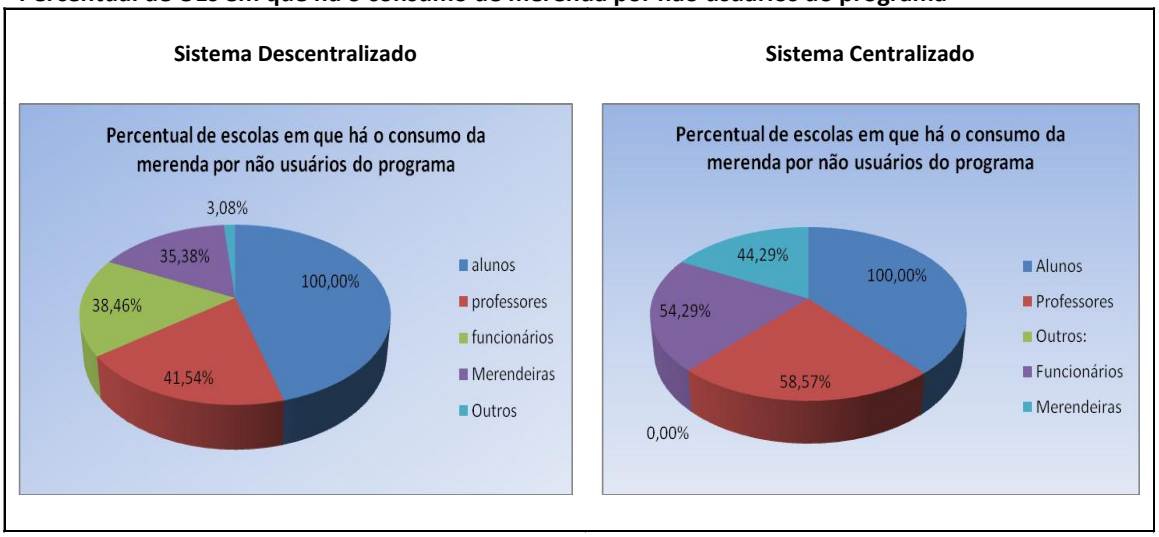
Existência de controle formal de estoque - comparativo entre sistema centralizado e descentralizado

Procedimento de verificação de controle de estoque	Escola Descentralizada		Escola Centralizada	
	Sim	Não	Sim	Não
Há controle formal do estoque de alimentos na escola?	45,90%	54,10%	92,86%	7,14%
O saldo do estoque no controle formal bate com o saldo físico existente?	82,14%	17,86%	35,38%	61,54%

Fonte: consolidação de dados pela DCG-4, itens 65 e 66 da Inspeção Física

Identificou-se, também, o consumo da merenda por não usuários do programa, uma deficiência na contagem dos comensais bem como a fragilidade de seus registros, aliados a uma carência das UEs no que tange às orientações sobre estes aspectos.

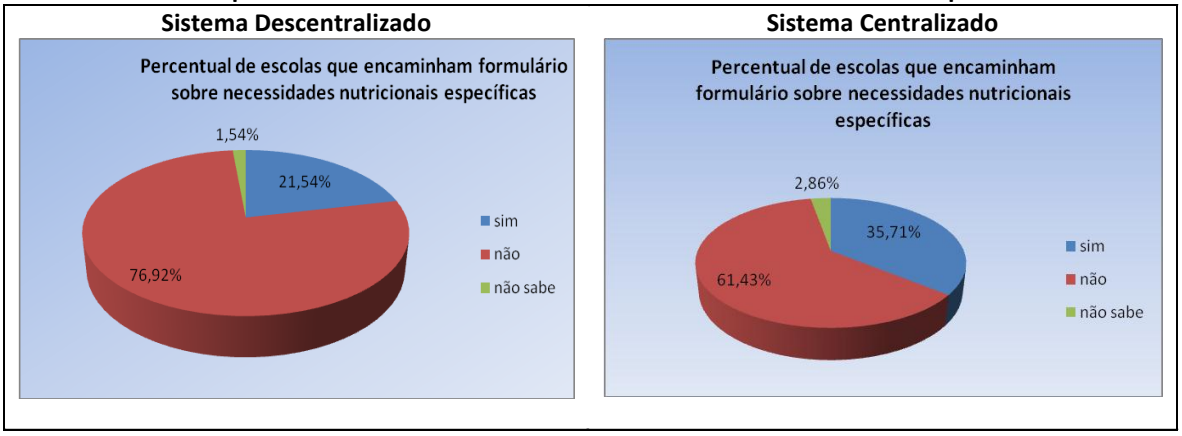
Percentual de UEs em que há o consumo de merenda por não usuários do programa



Fonte: consolidação de dados pela DCG-4, item 19 do questionário

Verificou-se um alto percentual (61,43%) de UEs centralizadas e 76,92% descentralizadas, que não possuem em sua rotina, o procedimento de investigar a existência de alunos com necessidades nutricionais específicas através de formulários. Por outro lado, constatou-se, também, que o retorno pelos pais comprovando a patologia é baixo. E, ainda, nos casos em que há a comprovação, não é elaborado um cardápio diferenciado na maioria das UEs.

Percentual de UEs que encaminharam formulário sobre necessidades nutricionais específicas



Fonte: consolidação de dados pela DCG-4, questionário, item 34

Percentual de UEs que possuem alunos com necessidades nutricionais específicas e elaboração de cardápio específico

	Centralizadas		Descentralizadas	
Necessidades nutricionais específicas	Sim (%)	Não (%)	Sim (%)	Não (%)
Existem alunos com necessidades nutricionais específicas?	25,71	74,29	29,23	70,77
Os pais enviaram laudo?	66,67	33,33	47,36	52,63
É elaborado cardápio específico para	8,33	91,67	11,11	88,88

os alunos com necessidades nutricionais específicas?				

Fonte: consolidação de dados pela DCG-4, questionário, itens 35, 37 e 38

Em relação à fiscalização efetuada pelo DAAA, observou-se uma deficiência, tendo em vista que, nas centralizadas, 74,29% das UEs informaram que não receberam nenhuma fiscalização em 2013 e 55,71% em 2014. Já nas descentralizadas, a maior parte informou que a fiscalização foi realizada pelas prefeituras municipais, entretanto, em 61,54% e em 36,92% UEs não ocorreu nenhuma fiscalização em 2012 e em 2013 respectivamente.

Quantidade de fiscalizações informadas pelas UEs centralizadas

Número de fiscalizações	Total de escolas			
	2013		2014	
Nenhuma	52	74,29%	39	55,71%
Uma	8	11,43%	19	27,14%
Duas	3	4,29%	2	2,86%
Três	2	2,86%	3	4,29%
Quatro	1	1,43%	1	1,43%
Cinco ou mais	4	5,71%	6	8,57%
Total	**70**	**100,00%**	**70**	**100,00%**

Fonte: respostas das escolas à requisição, item 3, tabela 1.3, consolidados pela DCG-4

Quantidade de fiscalizações efetuadas nas UEs descentralizadas

Número de fiscalizações	Total de escolas			
	2013		2014	
Nenhuma	40	61,54%	24	36,92%
Uma	2	3,08%	15	23,08%
Duas	5	7,69%	4	6,15%
Três	2	3,08%	1	1,54%
Quatro	1	1,54%	3	4,62%
Cinco ou mais	15	23,08%	18	27,69%
Total	**65**	**100,00%**	**65**	**100,00%**

Fonte: respostas das escolas à requisição, item 3, tabela 1.3, consolidados pela DCG-4

Observou-se, também, a não utilização do mínimo de recursos aplicados com a agricultura familiar, estabelecido em dispositivos legais e a ausência de um controle individualizado do saldo referente apenas a esta modalidade.

No que se refere aos aspectos higiênico-sanitários das UEs centralizadas e descentralizadas foi constatado o que segue:

UEs centralizadas e descentralizadas quanto a adequação às normas

INSPEÇÃO FÍSICA					
Manual de Boas Práticas		**SIM**	**NÃO**	**SIM (%)**	**NÃO (%)**
1	O Manual de Boas Práticas está disponível na cozinha para os funcionários?	68	66	50,75%	49,25%
Cozinha		**SIM**	**NÃO**	**SIM (%)**	**NÃO (%)**
8	A janela possui tela milimétrica?	92	42	68,66%	31,34%
9	A porta possui protetor no rodapé (borracha vedante na parte inferior da porta)?	62	72	46,27%	53,73%
10	A porta possui fechamento automático (mola ou similar)?	19	115	14,18%	85,82%
11	A cozinha apresenta umidade/infiltrações nas paredes e/ou teto?	13	121	9,70%	90,30%
12	O piso é de material lavável, antiderrapante, resistente, impermeável?	127	7	94,78%	5,22%
13	O piso está íntegro e sem trincas?	107	27	79,85%	20,15%
14	A cozinha possui ventilador?	47	87	35,07%	64,93%
15	A cozinha possui ralo?	112	22	83,58%	16,42%
16	O ralo possui dispositivo que permita o seu fechamento?	72	42	63,16%	36,84%
17	A cozinha apresenta fiação elétrica exposta?	26	108	19,40%	80,60%
18	Há local protegido para a guarda de utensílios (talheres, copos, pratos) utilizados na consumação dos alimentos?	66	68	49,25%	50,75%
19	As lâmpadas possuem proteção?	86	48	64,18%	35,82%
20	O encanamento das pias apresenta vazamentos?	29	105	21,64%	78,36%
21	As lixeiras possuem tampas acionadas por pedal?	93	41	69,40%	30,60%
22	As panelas ficam armazenadas diretamente no chão?	19	115	14,18%	85,82%
23	Os produtos químicos estão armazenados em local específico, distante dos produtos alimentícios?	116	18	86,57%	13,43%
Lavatório/local para guarda de objetos pessoais		**SIM**	**NÃO**	**SIM (%)**	**NÃO (%)**
27	Há lavatório **exclusivo** para higiene das mãos próxima a área de manipulação de alimentos?	31	103	23,13%	76,87%
28	Se houver lavatório exclusivo, há sabonete no lavatório?	25	6	80,65%	19,35%
29	Se houver lavatório exclusivo, há papel toalha no lavatório?	18	13	58,06%	41,94%
39	Existe local específico e reservado para as merendeiras guardarem roupas e objetos pessoais?	70	64	52,24%	47,76%
Amostra de refeições		**SIM**	**NÃO**	**SIM (%)**	**NÃO (%)**
40	São guardadas amostras de todos os componentes do cardápio da refeição servida?	96	37	72,18%	27,82%
41	As embalagens para a guarda de amostras estão identificadas com o nome da escola, nome do produto, data, horário e nome do responsável pela coleta?	84	8	91,30%	8,70%
Estocagem de produtos sob temperatura controlada		**SIM**	**NÃO**	**SIM (%)**	**NÃO (%)**
43	Os hortifrutigranjeiros (verduras, legumes, frutas e ovos) estão armazenados em refrigeradores com prateleiras em material impermeável, resistente, lavável e, separados por gêneros?	95	38	71,43%	28,57%
44	Os freezeres estão com a borracha vedante em bom estado e sem nenhuma fresta?	104	30	77,61%	22,39%
Área de estocagem de produtos à temperatura ambiente (despensa)		**SIM**	**NÃO**	**SIM (%)**	**NÃO (%)**
45	Existe um local para estocagem/despensa próprio para o armazenamento dos alimentos?	130	3	97,74%	2,26%

46	O espaço é suficiente para o armazenamento dos alimentos?	97	36	72,93%	27,07%
47	Os produtos estão separados por grupos (alimentos, materiais de limpeza, embalagem e descartáveis?	128	5	96,24%	3,76%
48	Os alimentos estão sobre paletes, estrados ou prateleiras?	121	12	90,98%	9,02%
49	Os paletes, estrados ou prateleiras são de material liso, resistente, impermeável e lavável?	91	34	72,80%	27,20%
50	A despensa possui estrados e prateleiras suficientes?	89	37	70,63%	29,37%
51	Os alimentos estão em embalagens íntegras com identificação visível do **nome do produto**?	129	3	97,73%	2,27%
52	Os alimentos estão em embalagens íntegras com identificação visível de **data de validade**?	127	5	96,21%	3,79%
53	Se houver embalagens de produtos abertas, elas estão devidamente etiquetadas e possuem a data de abertura?	33	29	53,23%	46,77%
54	Na despensa é obedecido o Sistema PVPS (Primeiro que vence, Primeiro que Sai) de retirada de gêneros alimentícios?	120	12	90,91%	9,09%
55	Existem produtos com data de validade vencida armazenados junto a outros produtos que serão consumidos?	11	122	8,27%	91,73%
56	Existem produtos separados para descarte?	11	122	8,27%	91,73%
57	A janela possui tela milimétrica?	90	43	67,67%	32,33%
58	A porta possui protetor no rodapé (borracha vedante na parte inferior da porta)?	55	77	41,67%	58,33%
59	A porta possui fechamento automático (mola ou similar)?	14	118	10,61%	89,39%
60	Apresenta umidade/infiltrações nas parede e/ou no teto?	15	119	11,19%	88,81%
61	Apresenta fiação elétrica exposta?	23	111	17,16%	82,84%
62	O piso é de material lavável e resistente?	131	3	97,76%	2,24%
63	As lâmpadas possuem proteção?	65	69	48,51%	51,49%
64	Possui ventilação adequada?	106	28	79,10%	20,90%
	Programa de Sanitização				
	Desratização	**SIM**	**NÃO**	**SIM**	**NÃO**
67	A última desratização foi feita há menos de 6 (seis) meses?	107	25	81,06%	18,94%
68	A desratização é realizada por profissionais terceirizados?	120	4	96,77%	3,23%
69	Se positivo, a escola possui Certificado de Garantia, com dados da empresa, o nome da escola, o tipo de serviço executado, validade do serviço e assinatura do responsável?	100	20	83,33%	16,67%
	Desinsetização	**SIM**	**NÃO**	**SIM (%)**	**NÃO (%)**
70	A última desinsetização foi feita há menos de 6 (seis) meses?	111	20	84,73%	15,27%
71	A desinsetização é realizada por profissionais terceirizados?	119	4	96,75%	3,25%
72	Se positivo, a escola possui Certificado de Garantia, com dados da empresa, o nome da escola, o tipo de serviço executado, validade do serviço e assinatura do responsável?	102	18	85,00%	15,00%
	Limpeza da caixa d'água	**SIM**	**NÃO**	**SIM (%)**	**NÃO (%)**
42	A última higienização da caixa d'água foi feita há menos de 6 (seis) meses?	104	23	81,89%	18,11%
43	A higienização da caixa d'agua é realizada por profissionais terceirizados?	112	12	90,32%	9,68%
44	Se positivo, a escola possui Certificado de	98	26	79,03%	20,97%

	Realização de Higienização com identificação do nome da empresa responsável (quando aplicável), a data de realização e a assinatura do responsável pela higienização?				
Área de consumo - Refeitório		**SIM**	**NÃO**	**SIM (%)**	**NÃO (%)**
73	Há uma área delimitada para o refeitório?	75	58	56,39%	43,61%
74	Há mesas em quantidade suficiente para acomodar os alunos adequadamente?	102	30	77,27%	22,73%
75	Há cadeiras em quantidade suficiente para acomodar os alunos adequadamente?	101	31	76,52%	23,48%
76	Há utilização de balcão térmico?	44	88	33,33%	66,67%
77	Em caso positivo, o balcão está em condições de uso?	36	16	69,23%	30,77%
Área de guarda de botijões de gás		**SIM**	**NÃO**	**SIM (%)**	**NÃO (%)**
78	Os botijões de gás estão localizados no exterior da edificação e, preferencialmente, longe do trânsito de alunos?	98	34	74,24%	25,76%
79	Os botijões de gás estão instalados em construção de alvenaria com cobertura de laje fechado e, na frente, por um portão com tela?	123	9	93,18%	6,82%
80	Há placas de sinalização com os dizeres: PERIGO, INFLAMÁVEL, PROIBIDO FUMAR?	8	123	6,11%	93,89%

Fonte: dados da Inspeção física e do Questionário consolidados pela DCG-4

A título ilustrativo selecionamos algumas das fotos que evidenciam os achados mencionados:

- a ausência de portas com fechamento automático;

EE Prof° Vitor Antônio Trindade – Araçatuba – visita em 07/11/14

EE Joaquim Rodrigues Madureira – Bauru – visita em 09/10/14

- a ausência de protetor no rodapé das portas da cozinha e da despensa;

EE Comendador Antônio Figueiredo Navas - Promissão – visita em 05 e 06/11/14

EE Dr Mario Natividade – Campinas - visita em 30/09/14

- a existência de ralos sem dispositivo de fechamento;

EE Conjunto Vida Nova III –Campinas - visita em 01/10/14

EE Gustavao Fernando Kuhlmann – Bebedouro - visita em 10/10/14

- a ausência de local protegido para a guarda de utensílios e panelas;

EE Comendador Antônio Figueiredo Navas –Promissão - visita em 05 e 06/11/14

EE Dr Lopes Rodrigues – Jaú - visita em 10/10/14

EE Serra Azul – Serra Azul - visita em 21/10/14

EE Washington Luiz – Porto Ferreira – visita em 29/10/14

- a ausência de lavatório exclusivo para higiene das mãos próxima a área de manipulação de alimentos;

- a ausência de local específico e reservado para as merendeiras guardarem roupas e objetos pessoais;

EE Senador Luiz Nogueira Martins – Sorocaba – visita em 05/11/14

EE Walther Weiszflog – Caieiras – visita em 16/09/14

- freezeres com borrachas vedantes em mau estado de conservação;

EE Prof Humberto Victorazzo – Araçariguama – visita em 28/10/14

EE Cel Eugenio Euclydes Pereira da Motta – Porto Feliz – visita em 23/10/14

- espaço insuficiente para o armazenamento dos alimentos;

EE Prof José F S Penteado – Limeira – visita em 23/10/14

EE Camilo Castelo Branco – São Paulo – visita em 01/10/14

- existência de paletes, estrados ou prateleiras de madeira entre outros.

EE Prof Carlos Alberto Galhiego – Campinas - visita em 30/09/14

EE Prof Cleóbulo Amazonas Duarte – Santos – visita em 23/10/14

- existência de ventilador na cozinha

EE Prof Vitor Antonio Trindade – Araçatuba – visita em 07/11/14

EE Pq Residencial Almerinda Chaves Jundiaí – visita em 10/10/14

- botijões de gás localizados no exterior da edificação, porém, não longe do trânsito dos alunos

EE Coronel Eugenio Euclydes Pereira da Motta – Porto Feliz – visita em 23/10/14

EE Idomineu Antunes Caldeira – Cotia visita em 17/09/14

Em relação aos aspectos orçamentários, notou-se que os recursos para a alimentação escolar, provêm de várias ações, não permitindo identificar a sua aplicação de forma detalhada. E, especificamente, na ação 6172, somente mediante consulta ao SIGEO é possível identificar as atividades desenvolvidas, o que não é perceptível numa simples consulta às peças de planejamento.

A transferência dos recursos do QESE para o estado de São Paulo figura no orçamento como Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais e, s.m.j., deveriam ser contabilizados como recursos próprios (Tesouro – Fonte 1), tendo em vista, tratar-se de uma transferência constitucional, não voluntária, e portanto, não recurso da União.

XII. 5 – Reforma de Estradas	
Programa 1606 – Ampliação, Recuperação e Modernização da Malha Rodoviária	
Ação 1418 – Duplicação, Implantação e Recuperação de Rodovias Estaduais **Descrição:** Execução de obras de duplicação viária e de desenvolvimento contínuo do programa de recuperação de rodovias, por meio de intervenções de restauro, melhorias, recapeamento de vias e de recuperação de encostas, entre outras, no âmbito da malha rodoviária estadual sob jurisdição do DER.	
Período:	2010 - 2014
Órgão:	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo - DER
Instrução:	DCG-4 – DSF I

O presente trabalho concentrou-se na análise da Ação 1418: Duplicação, Implantação e Recuperação de Rodovias Estaduais, vinculada ao programa 1606: Ampliação, Recuperação e Modernização da Malha Rodoviária, buscando avaliar, de maneira geral, a disponibilidade dos recursos necessários e o emprego dos procedimentos adequados à certificação da qualidade dos serviços de projetistas, empreiteiras e supervisoras, contratadas para a realização de obras de recuperação das rodovias administradas pelo DER-SP – autarquia responsável pela execução da Ação analisada.

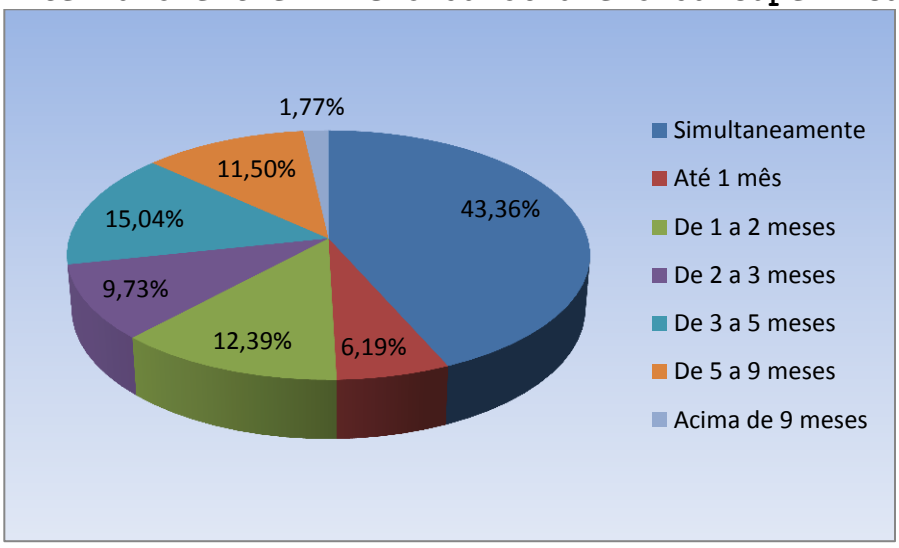
Os métodos de análise empregados para o cumprimento dos objetivos propostos envolveram as seguintes operações: 1) exame de documentos e informações produzidas pelo próprio DER-SP, obtidos através de requisições enviadas ao departamento responsável pela auditoria interna da instituição; 2) análises baseadas em pesquisa dirigida aos engenheiros lotados nas Divisões Regionais da autarquia – responsáveis pela fiscalização das obras rodoviárias – cujas respostas foram reunidas mediante a aplicação de um questionário eletrônico; 3) e, por fim, a inspeção física de diversas rodovias estaduais recuperadas no âmbito da Ação em análise, objetivando verificar se, transcorrido de quatro a cinco anos de sua conclusão, os pavimentos preservavam perfeitas condições de trafegabilidade e segurança para seus usuários.

O desenvolvimento das questões propostas neste trabalho revelou que, no tocante à fiscalização das obras, a

medição dos serviços pelos engenheiros da autarquia não ocorre, necessariamente, na data estabelecida nos respectivos termos contratuais. Isso porque, em algumas Divisões Regionais, o elevado número de empreendimentos, associado às limitações dos quadros técnicos dessas unidades, fizeram com que a um mesmo servidor fosse atribuída a responsabilidade pela fiscalização de diversas obras realizadas simultaneamente, mesmo quando as estradas envolvidas localizavam-se a longas distâncias entre si. Por essa mesma razão, a freqüência com que aproximadamente 10% dos engenheiros que participaram da pesquisa comparecem ao canteiro das obras não foi sequer semanal.

O início das atividades desenvolvidas pelas empresas supervisoras – contratadas pela autarquia para auxiliar o acompanhamento dos trabalhos das empreiteiras – nem sempre coincide com o início das obras em que deveriam atuar. O interstício entre o começo das operações de ambas as contratadas, em quase 30% dos casos, foi superior a noventa dias, ultrapassando a marca dos nove meses em pelo menos dois empreendimentos.

Intervalo entre início da obra e o da supervisão



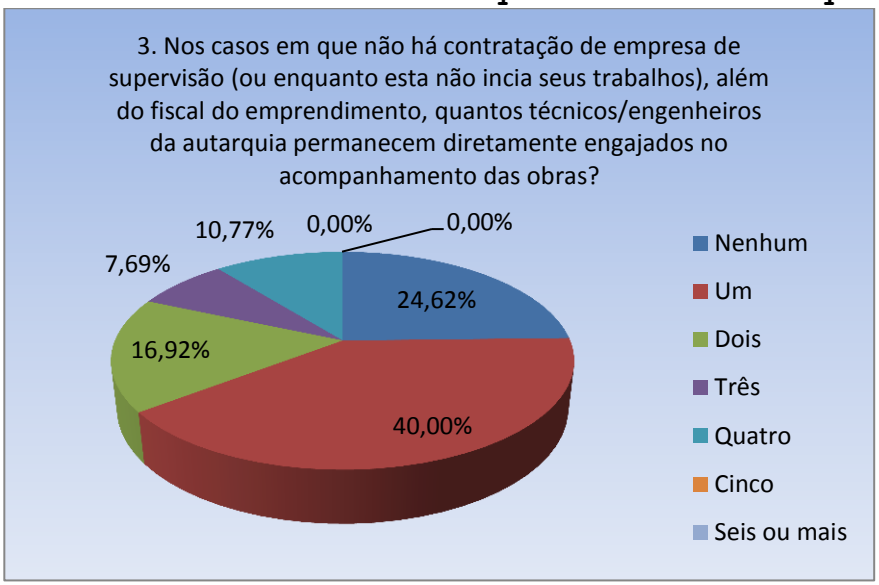
Fonte: Resposta da autarquia à Requisição de Documentos nº 03/14

Para as obras que não contam com os préstimos de empresas supervisoras – em geral empreendimentos de menor envergadura técnica e financeira – grande parte das Divisões Regionais do DER-SP não dispõem das instalações, equipamentos e pessoal técnico qualificado para a realização dos ensaios laboratoriais que permitem a apuração da qualidade dos serviços realizados pelas executoras das obras.

Destarte, a fiscalização exercida pelos engenheiros da autarquia baseia-se, afora as informações recolhidas durante as visitas aos canteiros das obras, nos exames efetuados pelas próprias empreiteiras e/ou supervisoras, cuja execução ocorre sem que aqueles os acompanhem. Conforme apurado nas pesquisas, 20% dos respondentes admitiram jamais fazê-lo, enquanto outros 21% afirmaram raramente acompanhar os ensaios de campo efetuados pelas empresas contratadas.

Além disso, conquanto a supervisão das obras rodoviárias, tendo em vista a complexidade das tarefas envolvidas, requer a designação de uma equipe multidisciplinar constituída por diversos membros, um quarto dos participantes da pesquisa afirmou não contar com o apoio de nenhum outro servidor no acompanhamento da execução dos empreendimentos, quando estes não são assistidos por empresas supervisoras.

Resultado consolidado da questão 03 da Pesquisa



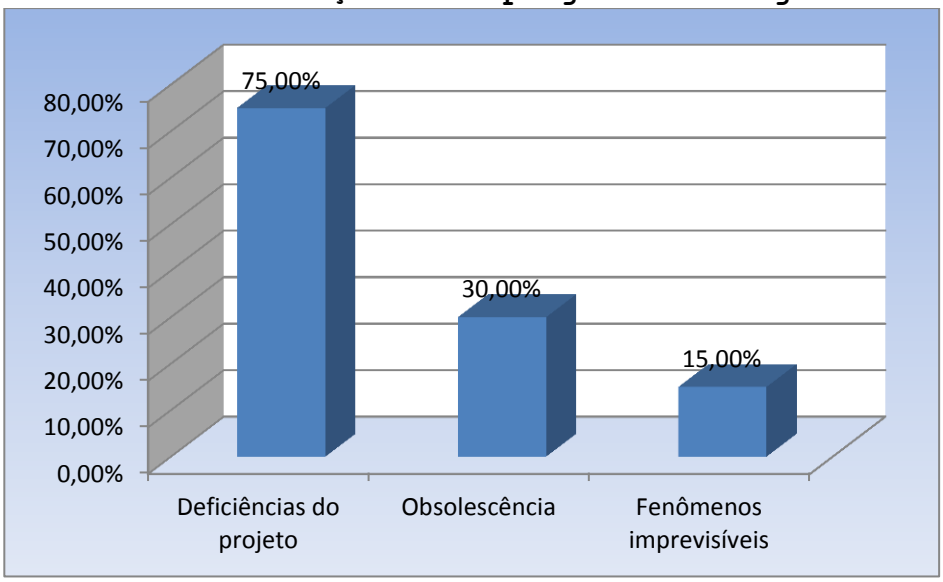
Fonte: Pesquisa dirigida aos engenheiros fiscais lotados nas Divisões Regionais da autarquia

Ainda que a partir de 2012 quase todas as obras de recuperação rodoviária promovidas pelo DER-SP tenham sido orientadas por projetos executivos – pelo menos, as de maior vulto financeiro e complexidade técnica –, observamos que aproximadamente um quarto desses empreendimentos exigiu a celebração de Termos Aditivos de valor, que majoraram os custos inicialmente estimados em mais de 5% - limite que, segundo o IBRAOP, denuncia a existência de deficiências técnicas nos projetos executivos atribuíveis, a princípio, aos responsáveis por sua elaboração. O caráter relativamente corriqueiro das correções de projeto introduzidas durante a

execução das obras foi corroborado, ainda, pelos resultados da pesquisa, porquanto mais 85% dos respondentes reforçaram a existência do problema.

A principal causa dos aditivos, de acordo com os termos justificativos encartados nos respectivos processos, foram as deficiências dos projetos de engenharia não atribuíveis à ocorrência de fenômenos inexistentes ou imprevisíveis no momento de sua elaboração.

Causas das alterações dos projetos de engenharia



Fonte: Justificativas dos aditivos contratuais encartados nos processos de contratação das empresas responsáveis pelas obras

Conquanto a maior parte desses projetos seja de autoria de empresas contratadas, a autarquia não lhes aplicou, no período considerado, nenhuma sanção em virtude das deficiências dos serviços prestados.

Outra causa relevante para os aditivos de valor, incidente em 30% dos casos analisados, foi a obsolescência das soluções técnicas propostas em virtude do elevado intervalo entre a finalização dos projetos e o início das respectivas obras. Em praticamente 40% dos casos considerados, esse intervalo foi superior a 24 meses, chegando a mais de três anos em 15% dos empreendimentos abrangidos pela fiscalização.

Além disso, despeito da inegável pertinência do envolvimento de técnicos das Divisões Regionais na elaboração dos termos de referência para aquisição de projetos de engenharia, tendo em vista o conhecimento aprofundado que detêm acerca das dinâmicas da malha rodoviária local, a

pesquisa revelou que a soma dos que afirmaram jamais participar desse processo aos que alegaram fazê-lo apenas raramente perfaz mais de 80% dos respondentes.

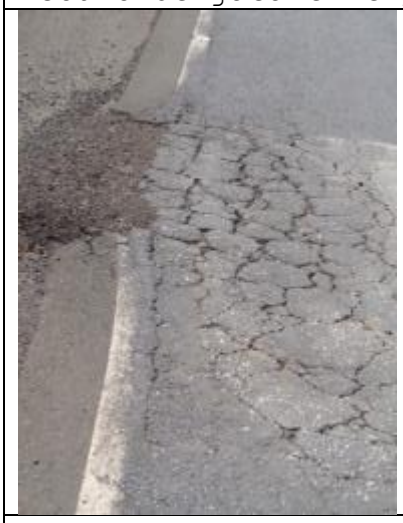
No tocante à fiscalização do excesso de peso nas estradas administradas pelo DER-SP, inexistem critérios formalmente estabelecidos que orientem a elaboração da programação de funcionamento das praças de pesagem volantes. Além disso, a inexistência nos quadros funcionais da autarquia de um cargo cuja atribuição seja especificamente a fiscalização de veículos com excesso de peso, associada à insuficiência do contingente de servidores efetivamente mobilizados neste tipo de atividade, encerram uma limitação importante não apenas para a extensão dos expedientes de fiscalização, como também para o cumprimento da programação das operações.

O controle exercido nas praças de pesagem volantes sofre, ainda, outra importante restrição: embora a legislação determine o transbordo do peso excedente (medida administrativa, art. 231, inciso X, CTB), essa penalidade é aplicada somente nos postos fixos, já que aqueles não dispõem de espaço adequado para a realização da operação. Além disso, o período restrito de funcionamento inviabiliza o cumprimento da exigência, pois, findo o expediente de trabalho dos membros da equipe de fiscalização, não há como impedir que o infrator volte a trafegar pela via, ainda que não tenha efetuado a remoção da carga irregular.

Conquanto as condições gerais de rodagem das estradas visitadas permanecessem preservadas, revelando apenas algumas deformidades localizadas, ao longo de dezenas de quilômetros recuperados, sem comprometer de maneira significativa o conforto e a segurança dos usuários das vias, cinco trechos, ao contrário, encontravam-se severamente comprometidos, a despeito do curto intervalo decorrido entre a conclusão das obras e a realização da inspeção pela equipe de fiscalização, conforme indicado nos relatórios fotográficos abaixo.

Estrada:	SP-281 (lote 2) – Rodovia Aparício Biglia Filho				
Trecho					
Início	Km 21,00	**Término**	Km 41,00	**Extensão:**	20 km
Empreiteira:	SENPAR				
Projetista:	PLANSERVI-ESTÁTICA				
Supervisora:	ROD. VETEC/PLUR				
Data do recebimento da obra:	08/12/2011	**Data da inspeção:**	08/01/2015		
Valor total da obra:	R$ 18.935.894,35				
Divisão Regional:	DR.02 - Itapetininga				
Relatório Fotográfico					

Panela	Trinca interligada tipo "couro de jacaré" e panela
Panela	Trinca interligada tipo "couro de jacaré" e panela

Trinca interligada tipo "couro de jacaré" e panela	Panela no acostamento
	
Trinca interligada tipo "couro de jacaré" e panela	Trinca interligada tipo "couro de jacaré" e escorregamento da camada asfáltica
Panela	Panela

Desgaste da camada asfáltica Convém observar a espessura da camada asfáltica, aparentemente muito fina	Trinca interligada tipo "couro de jacaré" e panela
Trinca interligada tipo "couro de jacaré" e panela	Trinca interligada tipo "couro de jacaré" e panela
Desgaste da camada asfáltica	Panela

Estrada:	SP-270 (lote 1) – Rodovia Raposo Tavares				
Trecho					
Início	Km 322,948	**Término**	Km 339,150	**Extensão:**	16,202 km
Empreiteira:	IVAÍ ENGENHARIA				
Projetista:	ASTEC-PRON				
Supervisora:	LBR/CRA				
Data do recebimento da obra:	09/02/2010	**Data da inspeção:**	20/01/2015		
Divisão Regional:	DR.07 - Assis				
Valor total da obra:	R$ 29.886.999,02				
Relatório fotográfico					

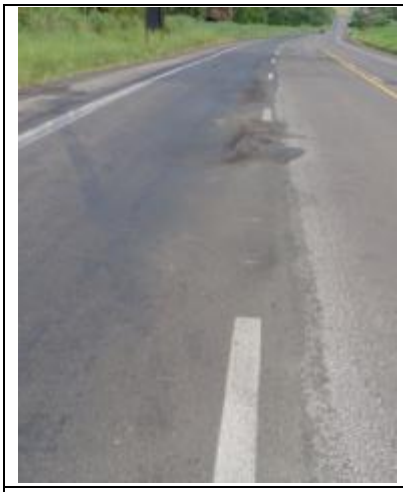
Panela e trinca interligada tipo "couro de jacaré"

Escorregamento da camada asfáltica

Desgaste da camada asfáltica

Desgaste da camada asfáltica

Afundamento plástico (trilha de roda)	Trinca interligada tipo "couro de jacaré"
Afundamento plástico (trilha de roda)	Desgaste da camada asfáltica
Trinca interligada tipo "couro de jacaré"	Afundamento plástico (trilha de roda)

	
Afundamento plástico (trilha de roda)	Escorregamento da camada asfáltica

Estrada:	SP-270 (lote 2) – Rodovia Raposo Tavares				
Trecho					
Início:	Km 339,15	**Término:**	Km 354,74	**Extensão:**	15,59 km
Empreiteira:	G&F ENGENHARIA				
Projetista:	ASTEC-PRON				
Supervisora:	LBR/CRA				
Data do recebimento da obra:	09/03/2010	**Data da inspeção:**	20/01/2015		
Divisão Regional:	DR.07 - Assis				
Valor total da obra:	R$ 28.601.722,04				
Relatório Fotográfico					

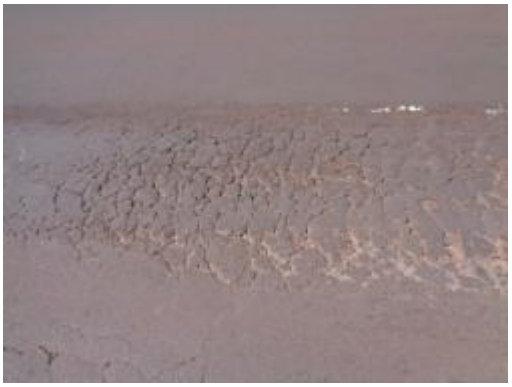
Trinca interligada tipo "couro de jacaré" e escorregamento da camada asfáltica	Trinca interligada tipo "couro de jacaré"

Trinca interligada tipo "couro de jacaré"	Escorregamento da camada asfáltica
Deterioração da camada asfáltica do acostamento	Desgaste da camada asfáltica
Trinca interligada tipo "couro de jacaré"	Trinca interligada tipo "couro de jacaré" e escorregamento da camada asfáltica

Trinca interligada tipo "couro de jacaré"	Trinca interligada tipo "couro de jacaré"

Estrada:	SP-270 (lote 4) – Rodovia Raposo Tavares				
Trecho					
Início	Km 364,00	**Término:**	Km 373,22	**Extensão:**	9,22 km
Empreiteira:	BRASÍLIA-GUAÍBA				
Projetista:	CONS. ECR-EGT				
Supervisora:	LBR/CRA				
Data do recebimento da obra:	09/02/2010	**Data da inspeção:**	20/01/2015		
Divisão Regional do DER:	DR.07 - Assis				
Valor Total da Obra:	R$ 17.432.685,6				
Relatório fotográfico					

Trinca interligada tipo "couro de jacaré"	Ondulações

Trinca interligada tipo "couro de jacaré"	Trinca interligada tipo "couro de jacaré"
	
Trinca interligada tipo "couro de jacaré"	Trinca interligada tipo "couro de jacaré"
Trinca interligada tipo "couro de jacaré"	Trinca interligada tipo "couro de jacaré"

Trinca interligada tipo "couro de jacaré"	Trinca interligada tipo "couro de jacaré"

Estrada:	SPA-004/131				
Trecho					
Início	Km 3,00	**Término**	Km 10,00	**Extensão:**	7,00 km
Empreiteira:	S.O. ENGENHARIA				
Projetista:	VETEC-ENGEVIX-PLANSERVI				
Supervisora:	TCRE/HIGHTECH				
Data do recebimento da obra:	10/10/2011	**Data da inspeção:**	04/02/2015		
Valor total da obra:					
Divisão Regional:	DR.06 - TAUBATÉ				
Relatório fotográfico					

Trilha formada pelo escoamento de águas pluviais	Trilha formada pelo escoamento de águas pluviais

Trilha formada pelo escoamento de águas pluviais	Trilha formada pelo escoamento de águas pluviais
Trilha formada pelo escoamento de águas pluviais	Trilha formada pelo escoamento de águas pluviais
Pedra na superfície do pavimento	Trilha formada pelo escoamento de águas pluviais

Trilha formada pelo escoamento de águas pluviais	Trilha formada pelo escoamento de águas pluviais
Trilha formada pelo escoamento de águas pluviais	Trilha formada pelo escoamento de águas pluviais
Trilha formada pelo escoamento de águas pluviais	Trilha formada pelo escoamento de águas pluviais

Embora tenha convocado as empreiteiras responsáveis para a correção de defeitos construtivos em duas

das obras mencionadas acima (lote 1 da SP-270 e lote 2 da SP-281), não há registros de penalidades aplicadas pelo DER-SP contra as demais. Tampouco foram penalizadas as projetistas que elaboraram os respectivos projetos de engenharia (possivelmente incompatíveis com as efetivas necessidades de recuperação das rodovias) e as empresas de assessoria que realizaram a supervisão dessas obras.

Além disso, três rodovias, na data da inspeção efetuada pela equipe de fiscalização, já tinham sido submetidas a novas intervenções, incidentes exatamente sobre os mesmos trechos anteriormente recuperados. No caso da SPA-004/131, as novas obras foram motivadas pela deterioração acentuada do pavimento, ocorrida nesse intervalo. Nas duas outras – SP-123, Rodovia Floriano Rodrigues Pinheiro, e SP-099, Rodovias dos Tamoios – entretanto, os empreendimentos posteriores não responderam, aparentemente, à necessidade de restauração das condições de trafegabilidade das vias, já que não resta qualquer evidência de que tenham sido danificadas entre a conclusão das obras precedentes e a autorização para o certame licitatório das seguintes.

Atualmente, o quadro de engenheiros da autarquia revela uma defasagem de 143 cargos, ou seja, do total de 353 postos existentes, instituídos por lei, apenas 210 encontram-se preenchidos. Além disso, aproximadamente 20% dos engenheiros em atividade (47) já reúnem as condições necessárias para a solicitação da aposentadoria. Grande parte dos demais deverá satisfazê-las brevemente, tendo em vista que o último concurso para a contratação destes profissionais ocorreu em 1994 (edital CRH/DHA 15/94), portanto há aproximadamente vinte e dois anos. Diante de tal defasagem, a realização dos empreendimentos rodoviários tem dependido da contratação de empresas privadas para a execução de serviços que integram o rol de atribuições atinentes ao cargo de engenheiro, encerrando uma situação que poderá, nos próximos anos – senão desde já –, resultar na terceirização irregular da mão-de-obra.

XII. 6 – Crise Hídrica	
Programa – nenhum programa orçamentário específico	
Período:	2012 - 2014
Órgão:	Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH
Instrução:	DCG-4 – DSF I

O presente trabalho de fiscalização teve como objetivo traçar um panorama sobre a recente crise hídrica instalada no Estado de São Paulo, que foi atingido fortemente pela seca nos últimos meses, notadamente no ano de 2014, em níveis preocupantes e poucas vezes vistos na história deste Estado.

A Constituição Federal, em seu art. 225, reza que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Já a Constituição do Estado de São Paulo trata dos recursos hídricos em seus artigos 205 a 213. O artigo 205 estabeleceu que "O Estado instituirá, por lei, sistema integrado de gerenciamento dos recursos hídricos, congregando órgãos estaduais e municipais e a sociedade civil, e assegurará meios financeiros e institucionais para:

I – a utilização racional das águas superficiais e subterrâneas e sua prioridade para abastecimento às populações;

...

III – a proteção das águas contra ações que possam comprometer o seu uso atual e futuro;

IV – a defesa contra eventos críticos, que ofereçam riscos à saúde e segurança públicas e prejuízos econômicos ou sociais;

..."

No Estado de São Paulo, a responsável pela política de recursos hídricos é a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH), denominação atual dada pelo Decreto nº 56.635, de 1º de janeiro de 2011, na qual estão vinculados:

a) o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH);

b) o Conselho de Orientação do Programa Estadual de Uso Racional da Água Potável (CORA);

III – a Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi);

IV – o Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO);

V - o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE);

VI – a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP); e

VII – a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP).

A Lei Estadual nº 11.364, de 28 de março de 2003, em seu artigo 2º, atribui à Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH) a responsabilidade pelo planejamento e execução das políticas estaduais de recursos hídricos, nos quais estão compreendidos: a elaboração de estudos e projetos e execução de serviços e de obras destinadas ao aproveitamento integral de recursos hídricos; o desenvolvimento, controle, regularização, proteção, conservação e recuperação dos recursos hídricos, superficiais e subterrâneos; e a captação, adução, tratamento e distribuição de água.

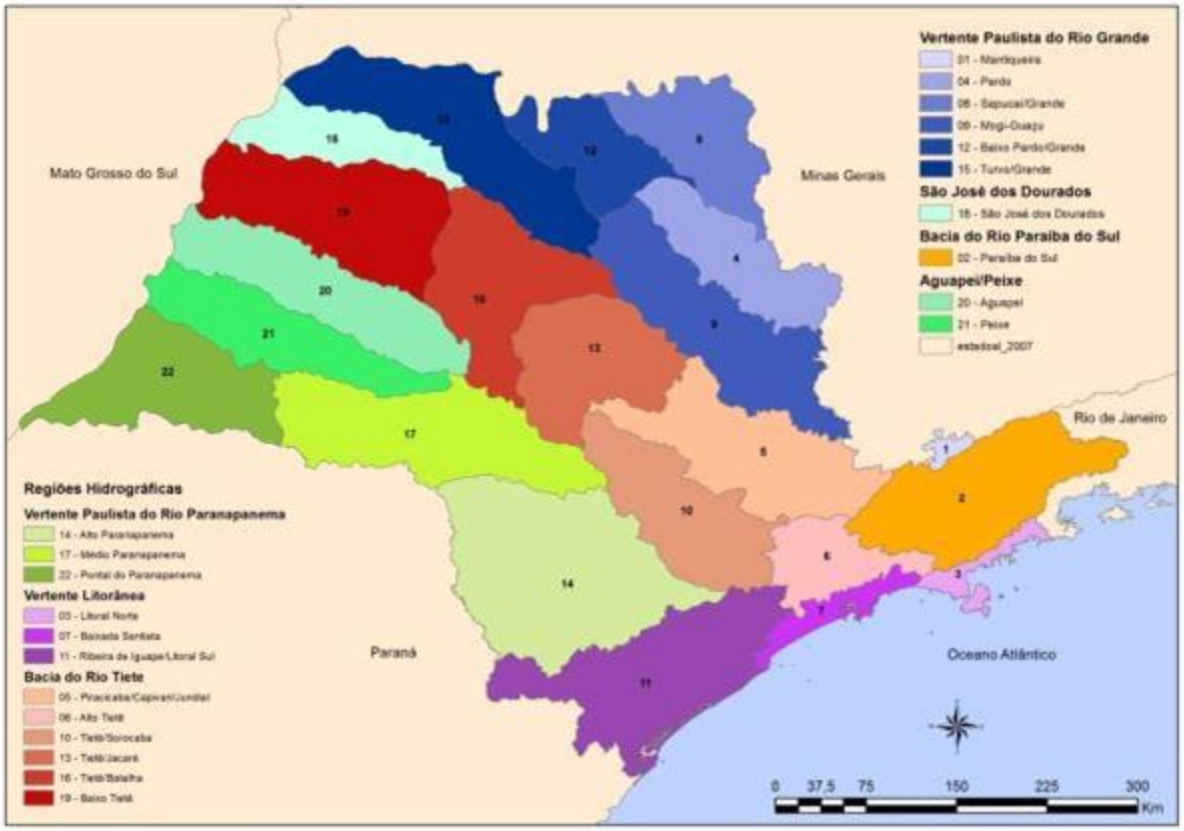
Já a Lei Estadual nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991 estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos e ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH). Esta lei, em seu artigo 2º, diz que "a Política Estadual de Recursos Hídricos tem por objetivo assegurar que a água, recurso natural essencial à vida, ao desenvolvimento econômico e ao bem-estar social, possa ser controlada e utilizada, em padrões de qualidade satisfatórios, por seus usuários atuais e pelas gerações futuras, em todo o território do Estado de São Paulo".

Dentre os princípios que regem essa política, citamos o da adoção da bacia hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento, sendo que esse gerenciamento deve ser descentralizado, participativo e integrado. Desse modo, as Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) constituem unidades territoriais "com dimensões e características que permitam e justifiquem o gerenciamento descentralizado dos recursos hídricos" (art. 20 da Lei 7.663/91) e, em geral, são formadas por partes de

bacias hidrográficas ou por um conjunto delas. Por sua vez, as bacias hidrográficas são unidades que comportam divisões (sub-bacias, microbacias), hierarquizadas de acordo com a organização natural da rede de drenagem.

O Estado de São Paulo é dividido em 22 Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI), com dimensões e características adequadas ao seu gerenciamento:

Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) do Estado de São Paulo



Fonte: Relatório de "Situação dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo" 2014 (base 2012)

No quadro seguinte são apresentadas algumas características dessas 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI), de acordo com as disposições da Lei nº 9.034/94, que dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) dos anos de 1994 e 1995:

Principais características das UGRHI do Estado de São Paulo

UGRHI	Área (km²) (1)	nº de Municípios	Classificação (2)
01 - Mantiqueira	675	3	Conservação
02 - Paraíba do Sul	14.444	34	Industrial
03 - Litoral Norte	1.948	4	Conservação
04 - Pardo	8.993	23	Em Industrialização
05 - Piracicaba/Capivari/Jundiaí	14.178	57	Industrial
06 - Alto Tietê	5.868	34	Industrial
07 - Baixada Santista	2.818	9	Industrial
08 - Sapucaí/Grande	9.125	22	Em Industrialização
09 - Mogi-Guaçu	15.004	38	Em Industrialização
10 - Tietê/Sorocaba	11.829	33	Industrial
11 - Ribeira de Iguape/Litoral Sul	17.068	23	Conservação
12 - Baixo Pardo/Grande	7.249	12	Em Industrialização
13 - Tietê/Jacaré	11.749	34	Em Industrialização
14 - Alto Paranapanema	22.689	34	Conservação
15 - Turvo/Grande	15.925	64	Agropecuária
16 - Tietê/Batalha	13.149	33	Agropecuária
17 - Médio Paranapanema	16.749	42	Agropecuária
18 - São José dos Dourados	6.783	25	Agropecuária
19 - Baixo Tietê	15.588	42	Agropecuária
20 - Aguapeí	13.196	32	Agropecuária
21 - Peixe	10.769	26	Agropecuária
22 - Pontal do Paranapanema	12.395	21	Agropecuária
TOTAL	248.209	645	-

(1) Fonte: PERH 2004-2007 - Resumo.

(2) Classificação estabelecida pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) 1994/1995 (Lei nº 9.034/1994).

Figura retirada da resposta à Requisição de Documentos nº 01/2015 (item 3)

Já os Comitês de Bacias Hidrográficas foram instituídos nas 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) do Estado, a fim de exercer funções normativas e deliberativas relacionadas à formulação, implantação e acompanhamento da Política de Recursos Hídricos em suas unidades hidrográficas. As UGRHI 20 – Aguapeí e 21 – Peixe constituem exceção à regra geral de criação de Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH), tendo-se instituído um único colegiado para exercer as funções supracitadas nas duas UGRHI. Assim, o Estado de São Paulo conta com 22 UGRHI e 21 CBH, listados no quadro seguinte:

Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH) do Estado de São Paulo

UGRHI	CBH	Data de Instituição	nº de Representantes (1)	nº de reuniões em 2014	Participação (2)
1	Serra da Mantiqueira (SM)	27/06/2001	21 (7E, 7M, 7SC)	3	83%
2	Paraíba do Sul (PS)	27/12/1994	36 (12E, 12M, 12SC)	4	66%
3	Litoral Norte (LN)	02/08/1997	36 (12E, 12M, 12SC)	4	69%
4	Pardo (PARDO)	12/06/1996	39 (13E, 13M, 13SC)	3	58%
5	Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ)	30/12/1991	51 (17E, 17M, 17SC)	4	84%
6	Alto Tietê (AT)	30/12/1991	45 (15E, 15M, 15SC)	6	76%
7	Baixada Santista (BS)	27/12/1994	27 (9E, 9M, 9SC)	5	69%
8	Sapucaí-Mirim/Grande (SMG)	26/05/1996	33 (11E, 11M, 11SC)	3	82%
9	Mogi-Guaçú (MOGI)	04/06/1996	42 (14E, 14M, 14SC)	4	77%
10	Sorocaba e Médio Tietê (SMT)	26/05/1996	51 (17E, 17M, 17SC)	5	66%
11	Ribeira do Iguape e Litoral Sul (RB)	13/01/1996	42 (14E, 14M, 14SC)	3	94%
12	Baixo Pardo/Grande (BPG)	18/06/1995	39 (13E, 13, 13SC)	4	74%
13	Tietê-Jacaré (TJ)	10/11/1995	36 (12E, 12M, 12SC)	2	56%
14	Alto Paranapanema (ALPA)	17/05/1996	30 (10E, 10M, 10SC)	3	68%
15	Turvo Grande (TG)	30/12/1991	54 (18E, 18M, 18SC)	3	93%
16	Tietê-Batalha (TB)	13/09/1996	45 (15E, 15M, 15SC)	3	59%
17	Médio Paranapanema (MP)	02/12/1994	39 (13E, 13M, 13SC)	2	68%
18	São José dos Dourados (SJD)	07/08/1997	39 (13E, 13M, 13SC)	2	51%
19	Baixo Tietê (BT)	26/08/1994	45 (15E, 15M, 15SC)	2	71%
20 e 21	Aguapeí e Peixe (AP)	19/12/1995	42 (14E, 14M, 14SC)	2	55%
22	Pontal do Paranapanema (PP)	21/06/1996	39 (13E, 13M, 13SC)	2	85%

(1)E = Estado; M = Município; SC = Sociedade Civil.

(2)Frequência média de participação dos membros nas reuniões.

Figura retirada da resposta à Requisição de Documentos nº 01/2015 (item 3)

No tocante ao abastecimento de água, 174 municípios prestam diretamente esse serviço, através de suas próprias prefeituras, 77 prestam por meio de autarquias municipais, 9 por empresas públicas municipais, 10 por um misto entre administração direta, autarquia municipal, empresa privada e sociedade de economia mista, 8 através de empresas privadas e em 367 municípios o serviço é prestado pela SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo).

Com relação aos aspectos orçamentários dos programas governamentais relacionados à política estadual de utilização dos recursos hídricos, a SSRH informou que são os seguintes os programas e ações orçamentários utilizados:

Programas e ações orçamentários utilizados na Política Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo

Programa		Ação	
Número	Nome	Número	Nome
3904	Saneamento para Todos	1597	Água Limpa
		2461	Pró-Conexão
3906	Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional	1599	Recuperação e Conservação dos Mananciais do Alto Tietê
3932	Planejamento e Promoção do Saneamento no Estado	1154	Operacionalização do Fundo Estadual de Saneamento – FESAN
		2080	Saneamento Rural e de Localidades Isoladas
		2081	Recuperação das Águas Paulistas
		2144	Apoio à Elaboração e Execução dos Instrumentos de Planejamento e Gestão em Saneamento
		2145	SANEBASE – Desenvolvimento de Saneamento Básico
3934	Gestão dos Recursos Hídricos	1153	Operacionalização do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)
		1989	Financiamento de Ações com Recursos da Cobrança pelo Uso da Água (Lei nº 12.183/05)
		2465	Financiamento de Ações da Bacia do Alto Tietê com Recursos da Cobrança pelo Uso da Água
		2466	Financiamento de Ações da Bacia Paraíba do Sul com Recursos da Cobrança pelo Uso da Água
		2467	Financiamento de Ações da Bacia da Baixada Santista com Recursos da Cobrança pelo Uso da Água
		2468	Financiamento de Ações da Bacia Sorocaba e Médio Tietê com Recursos da Cobrança pelo Uso da Água
		2469	Financiamento de Ações da Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí com Recursos da Cobrança pelo uso da Água
		2485	Financiamento de Ações da Bacia Baixo Tietê com Recursos da Cobrança pelo Uso da Água
		5946	Implementação de Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos

Fonte: PPA 2012-2015 e LOA 2012, 2013, 2014 e 2015

Nas leis orçamentárias de 2012 a 2015 (PPA 2012-2015), foram os seguintes os valores previstos para os programas e ações relacionados pela SSRH à política estadual de utilização de recursos hídricos:

Valores previstos para utilização pela Política Estadual de Recursos Hídricos

Programa	Ação	LOA 2012	LOA 2013	LOA 2014	LOA 2015
3904 - Saneamento para Todos	1597 - Água Limpa	52.926.839	174.841.762	148.600.010	189.010.910
	2461 - Pró-Conexão	30.000.000	30.000.000	20.000.000	2.884.376
3906 - Saneamento Ambiental em Mananciais de Interesse Regional	1599 - Recuperação e Conservação dos Mananciais do Alto Tietê	124.629.070	224.521.151	161.029.460	155.543.760
3932 - Planejamento e Promoção do Saneamento no Estado	1154 - Operacionalização do Fundo Estadual de Saneamento – FESAN	10	10	10	10
	2080 - Saneamento Rural e de Localidades Isoladas	10	25.900.000	10	-
	2081 - Recuperação das Águas Paulistas	40.403.000	46.760.000	50.000.000	119.520.000
	2144 - Apoio à Elaboração e Execução dos Instrumentos de Planejamento e Gestão em Saneamento	10	18.000.000	10	500.000
	2145 - SANEBASE – Desenvolvimento de Saneamento Básico	5.000.000	5.000.000	5.000.000	2.300.000
3934 - Gestão dos Recursos Hídricos	1153 - Operacionalização do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO)	57.470.000	65.100.000	62.230.000	63.630.000
	1989 - Financiamento de Ações com Recursos da Cobrança pelo Uso da Água (Lei nº 12.183/05)	18.896.100	-	-	-
	2465 - Financiamento de Ações da Bacia do Alto Tietê com Recursos da Cobrança pelo Uso da Água	-	10	40.000.000	21.829.084
	2466 - Financiamento de Ações da Bacia Paraíba do Sul com Recursos da Cobrança pelo Uso da Água	-	3.200.000	3.700.000	2.353.918
	2467 - Financiamento de Ações da Bacia da Baixada Santista com Recursos da Cobrança pelo Uso da Água	-	9.000.000	9.900.000	6.854.062
	2468 - Financiamento de Ações da Bacia Sorocaba e Médio Tietê com Recursos da Cobrança pelo Uso da Água	-	8.518.877	8.470.000	5.192.471
	2469 - Financiamento de Ações da Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí com Recursos da Cobrança pelo uso da Água	-	17.296.209	18.576.945	12.956.105
	2485 - Financiamento de Ações da Bacia Baixo Tietê com Recursos da Cobrança pelo Uso da Água	-	-	4.467.982	4.286.904
	5946 - Implementação de Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos	1.429.001	3.443.294	2.695.887	4.032.350

Fonte: LOA 2012, 2013, 2014 e 2015

Interessante notar que algumas ações do Programa 3934 – Gestão dos Recursos Hídricos que constam de leis orçamentárias não estão contempladas no PPA, a exemplo da Ação 2465 – Financiamento de Ações da Bacia do Alto Tietê com Recursos da Cobrança pelo Uso da Água, 2466 - Financiamento de Ações da Bacia Paraíba do Sul com Recursos da Cobrança pelo Uso da Água, 2467 - Financiamento de Ações da Bacia da Baixada Santista com Recursos da Cobrança pelo Uso da Água, 2468 -

Financiamento de Ações das Bacias Sorocaba e Médio Tietê com Recursos da Cobrança pelo Uso da Água, 2469 - Financiamento de Ações da Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí com Recursos da Cobrança pelo Uso da Água e 2485 - Financiamento de Ações da Bacia do Baixo Tietê com Recursos da Cobrança pelo Uso da Água.

Situação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo

A lei nº 7.663/91 estabelece em seu art. 19 que o Governo do Estado deve publicar anualmente relatórios sobre a "Situação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo" e sobre a "Situação dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas" de cada uma de suas bacias para fins de transparência à administração pública e para dar subsídios às ações dos Poderes Executivo e Legislativo de âmbito municipal, estadual e federal.

Tais relatórios devem fazer uma avaliação e evolução da situação das águas no território paulista, em cada uma de suas bacias hidrográficas e no Estado em geral, informando a população sobre o estado em que se encontram as águas, sendo que os relatórios das bacias servem de base para a elaboração do relatório geral sobre a situação das águas paulistas.

Solicitados referidos relatórios à SSRH, esta respondeu que "Em virtude da promulgação do Decreto nº 56.635/2001, que transferiu a Coordenadoria de Recursos Hídricos – CRHi da Secretaria de Meio Ambiente para a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, não foi possível manter a regularidade de publicação dos relatórios de "Situação dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo". Entre 2012 e 2013, a reorganização da Coordenadoria na nova Unidade, que implicou drástica redução do quadro de pessoal, permitiu, apenas, a atualização da base de dados utilizada para a elaboração dos relatórios, possibilitando a manutenção da rotina, já estabelecida, de elaboração dos relatórios de "Situação dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas" pelos CBH".

Desse modo, a SSRH encaminhou somente o relatório de "Situação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo" do ano de 2014 (base 2012), o qual foi aprovado pelo CRH em 9 de dezembro de 2014 através da Deliberação CRH nº 166/2014. Esse relatório apresenta uma série de indicadores sobre a situação hídrica, com dados dos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012.

Ele aponta, por exemplo, uma sensível diminuição de água por habitante ao longo desses anos, devido principalmente ao aumento da população nesse período. As UGRHI 5 – PCH e 6 – Alto Tietê apresentaram situação bastante desfavorável nesse indicador (quantidade disponível de água por habitante), com um índice aliás considerado muito abaixo da faixa considerada crítica. Assim, a UGRHI 6 – Alto Tietê é a unidade com a maior criticidade com relação ao balanço demanda *versus* disponibilidade, sendo considerada extremamente dependente da importação de água de outras bacias, notadamente da UGRHI 5 – PCJ e 11 – Ribeira de Iguape/Litoral Sul (desta última pelo sistema São Lourenço, em implementação). Com relação aos índices de perdas de água, foi relatado que "deve-se atentar para os elevados índices de perdas nos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, já que a mesma concentra grande contingente populacional e situação crítica no balanço hídrico". Assim, o Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH), juntamente aos órgãos gestores, devem fomentar alternativas para o uso racional, para redução do índice de perdas na distribuição e para a despoluição dos mananciais locais, como formas de diminuir esta dependência no médio e longo prazos"[6].

Em suas considerações finais, o relatório em questão relata que "a disponibilidade hídrica *per capita* do Estado indica situação de Atenção, porém com comportamento bastante heterogêneo entre as UGRHIs do Estado". Isso porque "as UGRHIs 05-PCJ, 06-AT E 12-BPG apresentam condição crítica". Prossegue em sua conclusão relatando que "há que se fortalecer o instrumento da outorga, especialmente entre municípios (sistemas de abastecimento público) e nas atividades agropecuárias, para que se tenha maior capacidade de planejamento e gestão dos recursos hídricos no Estado, possibilitando a identificação de áreas críticas no balanço demanda versus disponibilidade e ampliar alternativas tecnológicas visando o uso racional da água nos diferentes setores econômicos do Estado"[7].

"Os dados apontam para uma sensível diminuição na quantidade de água por habitante (...). Essa diminuição acompanha o aumento da população, e sua variação no período. Como a distribuição da população é heterogênea no Estado, apenas quatro UGRHIs apresentaram situação crítica neste indicador, principalmente aquelas da porção mais industrializada da Bacia do Rio Tietê: 05-PCJ e 06-AT. Nesta última, encontra-se a menor disponibilidade hídrica *per capita*

[6] Item 6 – Bacia do Rio Tietê do relatório "Situação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo" 2014 (base 2012)

[7] Quadro síntese do relatório "Situação dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo" 2014 (base 2012), aprovado pelo CRH em 9/12/2014 através da Deliberação CRH nº 166/2014

do Estado: cerca de 100 m³/hab.ano, muito abaixo da faixa considerada crítica. Esta área, além de possuir um dos maiores aglomerados populacionais do país, está localizada em região de cabeceiras, de baixa produção hídrica natural, tendo que importar água de UGRHI 05-PCJ (Sistema Cantareira) para atender a demanda de água do setor urbano"[8].

Eventos hidrológicos extremos

Eventos hidrológicos extremos são fenômenos climáticos que causam vultosos danos e prejuízos econômicos e sociais. Assim, é importante que os órgãos governamentais (federal, estaduais e municipais) criem mecanismos que permitam traçar um diagnóstico das condições de oferta de água, tais como secas e inundações.

Com relação à adoção de medidas pela Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos para prevenção e defesa contra eventos hidrológicos extremos, esta Secretaria informou que, "com relação ao fenômeno de enchentes e inundações, o DAEE, desde 1987, opera o SAISP – Sistema de Alerta a Inundações do Estado de São Paulo. Com tecnologia de ponta, o DAEE opera um radar meteorológico localizado em Salesópolis e uma rede telemétrica para medição de chuvas e níveis de rios e reservatórios. Estes dados são acompanhados através de uma sala de situação localização no DAEE. As bacias do Alto Tietê, Piracicaba, Ribeira e áreas de risco do Paraíba do Sul, são acompanhados em tempo real pelo DAEE. As redes telemétricas também são usadas para acompanhar as situações de seca e, atualmente, permitem a emissão de boletins diários e acompanhamento dos sistemas de abastecimento"[9].

Desse modo, a SSRH informou tomar mais medidas voltadas aos eventos relacionados a enchentes e inundações (notadamente com relação à medição de rios e reservatórios) do que com relação às situações de seca (falta de chuvas). É importante haver tal monitoramento para que, prevendo a ocorrência desses eventos, as decisões governamentais possam ser tomadas mais rapidamente e serem mais bem embasadas.

O Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista, visto a seguir, já havia alertado para a necessidade de estruturação de um plano de contingências específico para a Macrometrópole Paulista para eventual riscos de escassez hídrica, o que não foi realizado até o momento.

[8] Idem
[9] Resposta à nossa Requisição de Documentos nº 01/2015 (item 8)

Enfim, a SSRH não informou adotar medidas efetivas visando à prevenção e defesa desses eventos hidrológicos críticos, tais como a seca que assola o Estado há algum tempo, notadamente desde o princípio do ano passado. Ela simplesmente mencionou efetuar um monitoramento da situação hidrológica bem como relacionou algumas obras pleiteadas junto ao Governo Federal "para melhoria da segurança hídrica das bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ) e Alto Tietê", pedido realizado no fim do ano passado, aos 30/10/2014, não havendo assim um planejamento recorrente, realizado ao longo dos anos, a respeito de eventual ocorrência desses eventos hidrológicos críticos.

Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista

O Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista é a principal referência da Política Estadual de Recursos Hídricos relativamente à atual crise hídrica vivida pelo Estado. "Trata-se da denominação dada ao estudo de planejamento de recursos hídricos de uma ampla região denominada de "Macrometrópole Paulista", contratado pelo DAEE, concluído e divulgado em 2013"[10].

A Macrometrópole Paulista compreende as regiões de São Paulo, Campinas, Baixada Santista, Vale do Paraíba, Litoral Norte, além dos conglomerados urbanos de Piracicaba, Jundiaí e Sorocaba. Esse Plano Diretor, "pautando-se pelos conceitos de segurança hídrica e de aproveitamento integrado de recursos hídricos, oferece uma análise minuciosa da situação atual e futura, das disponibilidades e das demandas dos múltiplos usos de recursos hídricos, assim como apresenta alternativas para o equacionamento do suprimento de água bruta, analisando-as do ponto de vista técnica, econômico, ambiental e político-institucional"[11]. Ainda de acordo com o prefácio do citado plano, ele representa um amplo esforço do Governo do Estado de São Paulo para garantir o suprimento de água bruta para o abastecimento urbano, industrial e da agricultura até o ano de 2035.

Isto porque o Governo do Estado reconhece a importância da água para o seu desenvolvimento socioeconômico e a Macrometrópole Paulista é um dos principais polos de crescimento e de atração de novos investimentos do país. Desse

[10] Resposta à nossa Requisição de Documentos nº 01/2015 (item 2)
[11] Plano Diretor de Aproveitamento de Recursos Hídricos para a Macrometrópole Paulista – Macrometrópole – Sumário Executivo – Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos e DAEE (2013)

modo, a disponibilidade de água é de grande importância para tanto. Por isso, o Plano acrescenta que "é fundamental também estabelecer as condições para o enfrentamento de eventuais períodos de seca ou falhas no sistema, por meio da adoção de um plano de contingências e emergências, com medidas bem estruturadas, assim como fazem os Estados Unidos e vários países da Europa. A eventualidade de uma seca na região Sudeste, como a que ocorreu na primeira metade da década de 50 do século passado, teria impactos econômicos e sociais enormes sobre o Estado, com efeitos que se disseminariam por todo o País"[12].

Esse relatório já havia abordado a questão da falta de água na Região Metropolitana de São Paulo. Assim, foi citado que "as análises realizadas para a elaboração do Plano Diretor evidenciam que a atual configuração de estruturas hidráulicas na região da Macrometrópole não dispõe de capacidade para garantir as vazões necessárias ao atendimento, no médio e no longo prazos, do aumento da demanda projetada e para enfrentar uma situação hidrológica muito desfavorável"[13]. Há, contudo, na Macrometrópole e em seus territórios vizinhos, disponibilidade de água, em quantidade e qualidade, para assegurar o crescimento urbano e econômico da região. O aproveitamento desses recursos hídricos, pela dimensão e complexidade do desafio, impõe o ativo envolvimento do Governo do Estado, a quem compete a visão mais abrangente da região e a compreensão dos fatores estratégicos indispensáveis ao desenvolvimento regional"[14].

Além disso, o plano já havia recomendado que "somente a implantação de novos dispositivos hidráulicos capazes de ampliar a capacidade global de regularização de vazões poderá garantir o suprimento de água à população às diferentes atividades produtivas. Destaca-se, nesse contexto, a necessidade de um novo sistema produtor de água de grande capacidade voltado, principalmente, para o abastecimento urbano".

Tal Plano concluiu que não é necessário apenas o desenvolvimento de novas fontes de suprimento hídrico, mas reforçou a necessidade de haver um maior controle das perdas que ocorrem nos sistemas de abastecimento de água, além de se promover o uso racional desse bem e de se desenvolver tecnologias para o seu reúso. Além disso, ele concebeu diretrizes para medidas de contingência a serem adotadas em períodos hidrológicos desfavoráveis.

---

[12] Idem
[13] Idem
[14] Ibidem

Cobrança pelo uso da água

A lei nº 12.183 de 29 de dezembro de 2005 dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos no Estado de São Paulo bem como sobre os procedimentos para fixação dos seus limites, condicionantes e valores. Essa lei é regulamentada pelo Decreto nº 50.667 de 30 de março de 2006. Já a norma do CRH que regula a matéria é a Deliberação CRH nº 90 de 10 de dezembro de 2008.

Por ora, a cobrança pelo uso da água é aplicada apenas aos usuários urbanos e industriais, tendo em vista que a cobrança para os usuários rurais aguarda autorização do Poder Executivo Estadual. "O preço pelo uso da água é proposto pelos Comitês de Bacias Hidrográficas, considerando a quantidade e a qualidade de água disponível, o número de usuários pagadores e a quantidade de água utilizada. Desta forma, o preço cobrado pela água pode ser diferente em cada bacia hidrográfica[15]".

A SSRH considera como usuários dos recursos hídricos os seguintes segmentos: urbano (que inclui o comercial), industrial, rural e outros segmentos. Para a estimativa de uso de água por cada um desses segmentos é utilizado, como referência, o cálculo das vazões outorgadas pelo órgão gestor dos recursos hídricos, o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Assim, não se sabe exatamente o valor utilizado por cada um desses segmentos, mas apenas um uso potencial, que é a quantidade máxima passível de utilização, de acordo com requisitos estabelecidos para a emissão de outorgas. O total de vazões outorgadas até dezembro de 2013, classificadas por finalidade de uso, são as seguintes:

Vazões outorgadas por finalidade de uso

[15] Resposta à nossa Requisição de Documentos nº 01/2015 (item 5)

UGRHI	Vazão urbana de água: m³/s	%	Vazão industrial de água: m³/s	%	Vazão rural de água: m³/s	%	Vazão para outros usos de água: m³/s	%	Vazão Total
01 - Serra da Mantiqueira	0,07	9,72	0,00	0,00	0,63	87,50	0,02	2,78	0,72
02 - Paraíba do Sul	3,68	37,02	2,07	20,82	4,07	40,95	0,12	1,21	9,94
03 - Litoral Norte	2,20	80,29	0,01	0,36	0,50	18,25	0,03	1,09	2,74
04 - Pardo	5,26	40,93	2,59	20,16	4,86	37,82	0,14	1,09	12,85
05 - Piracicaba/Capivari/Jundiaí	43,77	81,61	7,55	14,08	1,87	3,49	0,44	0,82	53,63
06 - Alto Tietê	31,60	60,80	8,14	15,66	0,94	1,81	11,29	21,72	51,97
07 - Baixada Santista	11,87	63,00	6,93	36,78	0,02	0,11	0,02	0,11	18,84
08 - Sapucaí-Mirim/Grande	1,00	20,04	0,48	9,62	3,40	68,14	0,11	2,20	4,99
09 - Mogi-Guaçu	4,16	19,89	7,07	33,81	9,52	45,53	0,16	0,77	20,91
10 - Sorocaba/Médio Tietê	6,19	54,49	2,75	24,21	2,26	19,89	0,16	1,41	11,36
11 - Ribeira de Iguape/Litoral Sul	0,41	11,82	2,22	63,98	0,84	24,21	0,00	0,00	3,47
12 - Baixo Pardo/Grande	1,46	10,37	1,68	11,93	10,70	75,99	0,24	1,70	14,08
13 - Tietê/Jacaré	5,13	27,68	6,08	32,81	7,01	37,83	0,31	1,67	18,53
14 - Alto Paranapanema	1,75	14,76	3,03	25,55	7,06	59,53	0,02	0,17	11,86
15 - Turvo/Grande	4,86	29,56	4,00	24,33	7,54	45,86	0,04	0,24	16,44
16 - Tietê/Batalha	1,24	13,32	1,31	14,07	6,75	72,50	0,01	0,11	9,31
17 - Médio Paranapanema	2,37	23,17	2,47	24,14	5,35	52,30	0,04	0,39	10,23
18 - São José dos Dourados	1,46	43,98	0,75	22,59	1,11	33,43	0,00	0,00	3,32
19 - Baixo Tietê	1,04	10,73	3,80	39,22	4,05	41,80	0,80	8,26	9,69
20 - Aguapeí	1,44	31,79	1,58	34,88	1,47	32,45	0,04	0,88	4,53
21 - Peixe	1,64	47,40	1,17	33,82	0,65	18,79	0,00	0,00	3,46
22 - Pontal do Paranapanema	0,80	34,33	0,95	40,77	0,43	18,45	0,15	6,44	2,33
TOTAL DO ESTADO DE SP	**133,42**	**45,19**	**66,64**	**22,57**	**81,03**	**27,45**	**14,13**	**4,79**	**295,22**

* Os valores de vazão consideram tanto outorgas em águas superficiais quanto em subterrâneas.
** Vazão urbana do sistema Cantareira considerada na UGRHI 05-PCJ (31 m³/s).

Fonte: Figura retirada da resposta à Requisição de Documentos nº 01/2015 (item 5)

A implantação da cobrança pelo uso da água se dá através de processos deliberativos e procedimentos operacionais, os quais envolvem os Comitês de Bacia Hidrográfica, os órgãos gestores e o CRH, responsável pelo referendo da proposta de cobrança de cada Comitê antes da sanção pelo Governador do Estado.

A cobrança para os usos urbano e industrial nas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) paulistas encontra-se atualmente em diferentes fases de implementação:

a) 6 UGRHI já realizam a cobrança (boletos emitidos);
b) 8 UGRHI possuem este instrumento autorizado pelo Governador, através de Decreto Estadual e estão em trâmites administrativos para operacionaliza-la;
c) 4 UGRHI tem a cobrança aprovada pelo CRH e aguardam manifestação do Poder Executivo; e
d) 4 UGRHI encontram-se em fases anteriores da implantação deste instrumento de gestão.

Das UGRHI que já realizam a cobrança, são os seguintes os valores arrecadados, desde seu início até dezembro de 2014:

Valores arrecadados pela cobrança

ARRECADAÇÃO (R$)				
UGRHI	**Sistema público**	**Indústria**	**Solução alternativa***	**TOTAL**
02-PS	15.809.230,64	7.076.930,29	979.907,66	23.866.068,59
05-PCJ	96.062.452,04	19.447.528,30	5.166.637,28	120.676.617,62
06-AT	11.882.509,33	1.880.143,88	300.823,02	14.063.476,23
07-BS	20.146.380,53	8.266.959,78	464.734,25	28.878.074,56
10-SMT	20.569.984,54	6.933.630,01	1.808.066,84	29.311.681,39
19-BT	2.217.487,96	3.318.297,84	83.239,26	5.619.025,07
TOTAL	**166.688.045,03**	**46.923.490,11**	**8.803.408,32**	**222.414.943,46**

* Solução Alternativa - toda modalidade de abastecimento coletivo de água distinta do sistema de abastecimento de água, incluindo, entre outras, fonte, poço comunitário, distribuição por veículo transportador, instalações condominiais horizontal e vertical

Fonte: Figura retirada da resposta à Requisição de Documentos nº 01/2015 (item 5)

Medidas adotadas pela SSRH para promoção do uso racional da água, seu reúso e aproveitamento da água da chuva

Numa situação de estresse hídrico, como a que vivenciamos atualmente, é fundamental, ao lado das providências para se aumentar a produção de água, a adoção de medidas visando à economia desse tão precioso recurso natural.

São as seguintes as medidas tomadas pela SSRH para esse mister:

a) REÁGUA (Programa Estadual de Apoio à Recuperação das Águas): apoio às ações de saneamento básico que contribuam para a ampliação da disponibilidade hídrica nas UGRHI com maior escassez hídrica (Alto Tietê, Sapucaí/Grande, Piracicaba/Capivari/ Jundiaí, Mogi-Guaçu e Tietê/Sorocaba);

b) PURA (Programa de Uso Racional da Água): conjunto de intervenções nas instalações do cliente que, depois de realizadas, promovem a redução de consumo de água;

c) Plano da Macrometrópole: ações voltadas à demanda, ao uso racional da água e à ampliação da utilização das águas de reúso e das águas urbanas remanescentes;

d) Empreendimentos FEHIDRO: financiam estudos, projetos, obras e serviços, em especial aqueles ligados ao controle de perdas, reúso e instalação de equipamentos economizadores de vazão, dentre outros, priorizados com base nas diretrizes do Plano Estadual de Recursos

Hídricos e nos Planos de Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo;

e) Gestão da demanda: sensibilização sobre a importância da gestão da demanda, assim entendida como o conjunto de ações para promover o uso racional da água pelos usuários (água bruta dos mananciais) e pelos consumidores de água potável (da rede pública); intervenções nos sistemas públicos para redução e controle de perdas; intervenções para reúso; aproveitamento de águas de chuva e outras ações não estruturais, incluindo a educação ambiental; e
f) Águas de reúso: adoção de medidas voltadas à prática de reúso de efluentes tratados para uso na indústria (têxtil, de papel e celulose, petroquímica, etc.), em serviços urbanos (lavagem de logradouros, irrigação paisagística, etc.) e, mais recentemente, produção de água de reúso com elevado padrão de qualidade para recarregar mananciais, através das EPAR (Estações Produtoras de Água de Reúso), com vistas a aumentar a disponibilidade hídrica na Região Metropolitana de São Paulo.

Além dessas, outra medida que pode ser adotada para economia de água é o aproveitamento das águas de chuva. Apesar disso, a SSRH informou serem muito incipientes os casos relativos ao aproveitamento das águas de chuva. "A Norma Técnica para aproveitamento de água de chuva é relativamente recente e, embora muito propalado não é uma ação simples pois exige cuidados específicos com o descarte das águas do início das chuvas"[16].

Assim, com relação a essa medida, a SSRH se limitou a informar a possibilidade de o FEHIDRO prestar apoio financeiro a empreendimentos que envolvam o aproveitamento das águas de chuva. Inclusive, "no FEHIDRO, mediante a Deliberação nº 149, de 04/03/2015, artigo 8º, foi aprovada a reserva financeira para apoiar um programa especial para atendimento da iniciativa privada, também em fase de formatação, o qual também poderá atender projetos voltados ao aproveitamento de água de chuva"[17].

Controle de perda de água

[16] Ofício SSRH/CG nº 150/2015 de 23 de março de 2015 recebido via e-mail em 24 de março de 2015
[17] Idem

As perdas de água nos sistemas de abastecimento podem ser de duas ordens:

a) Perdas físicas (ou perdas reais): são aquelas que correspondem aos volumes de água não consumidos, por serem perdidos através de vazamentos no percurso entre as estações de tratamento de água e os pontos localizados nos imóveis dos clientes. Essas perdas ocorrem notadamente em virtude do envelhecimento das tubulações e às elevadas pressões na rede;
b) Perdas não físicas (ou perdas aparentes): são aquelas em que os volumes de água são efetivamente consumidos, sem no entanto serem contabilizados pela empresa, devido a fraudes (os chamados "gatos"), irregularidades ou à submedição dos hidrômetros. Essas perdas representam perda de faturamento da empresa fornecedora de água, já que não há o recebimento dos valores referentes aos volumes de água consumidos.

As perdas físicas (reais) representam cerca de 65% das perdas totais da SABESP, enquanto as perdas não físicas (aparentes) representam por volta de 35%.

Nos últimos 3 anos, com relação ao programa de redução de perdas de água, foram as seguintes as metas estipuladas e o realizado:

Controle de perda de água: metas previstas x realizado

	Metas do Programa (%)			Realizado (%)		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014
Diretoria Metropolitana	31,2	31,1	30,0	31,8	31,0	29,1
Diretoria de Sistemas Regionais	31,9	32,9	31,0	32,9	31,6	31,2
Total SABESP	31,4	31,6	30,3	32,1	31,2	29,8

Fonte: Ofício SSRH/CG nº 150/2015 (em resposta ao pedido de complementação do item 10 da Requisição de Documentos nº 01/2015)

Para melhor compreensão do quadro acima, a SSRH esclareceu que a Diretoria Metropolitana da SABESP opera em 38 municípios, sendo 30 da Região Metropolitana de São Paulo e 8 na Região Bragantina, enquanto a Diretoria de Sistemas Regionais opera em 326 municípios nas demais regiões do Estado de São Paulo. Já o "Total SABESP" é o resultado do geral dessas duas diretorias, calculado sobre toda a área operada pela empresa.

Assim, por esse quadro, podemos observar que a meta geral da SABESP para redução de perdas só não foi

atingido no ano de 2012, quando, ante a meta prevista de 31,4%, o realizado foi de 32,1%. Além do mais, notamos que, como o objetivo é diminuir cada vez mais os índices de perda de água, essas metas deveriam ser diminuídas a cada ano. Isto porque se uma meta é aumentada de um período para outro, mais fácil se torna seu cumprimento. No entanto, as metas da Diretoria de Sistemas Regionais e do "total SABESP" foram majoradas de 2012 para 2013.

Conforme já informado, as perdas físicas (reais) representam por volta de 65% das perdas totais da SABESP. Para se chegar a essa estimativa, a SABESP se utiliza de duas metodologias, utilizando uma ou outra dependendo da região, disponibilidade dos dados e das características físicas de cada sistema de abastecimento. São as seguintes essas metodologias:

a) cálculo das perdas reais, e, por diferença com a perda total, cálculo das perdas aparentes: esta metodologia exige o monitoramento da vazão de entrada em uma área de abastecimento estanque, cuja alimentação se dá por uma única entrada. A análise do comportamento da vazão noturna, comparada à vazão de consumo noturno (normalmente muito baixa ou até zero) resulta na estimativa das perdas reais; e
b) cálculo das perdas aparentes, e, por diferença com a perda total, obtenção do valor das perdas reais: nesta metodologia, é calculada a perda por submedição, através da análise do consumo medido antes e após a substituição de hidrômetros, sendo estimadas as perdas devidas às inconsistências cadastrais e fraudes, que totalizam as perdas aparentes.

Assim, é possível fazer uma estimativa tanto das perdas físicas como das perdas aparentes. Pela metodologia utilizada para aferição das perdas reais, sabe-se por exemplo a quantidade de água desperdiçada e o local provável onde ocorrem os vazamentos. Tanto num caso como noutro, se é possível ter conhecimento de onde e como ocorrem as perdas, é necessário que sejam envidados maiores esforços no combate ao desperdício e às fraudes que ocorrem, tendo em vista o grande volume de perda de água, que chega a quase um terço de toda a água produzida.

No quadro a seguir são apresentados os quantitativos das principais ações de combate às perdas executadas pela SABESP nos últimos três anos:

Ações de combate à perda de água

Ação/Providência	Unidade de medida	2012	2013	2014
Substituição de ramais	Unidade	239.675	254.606	272.882
Substituição de hidrômetros de grande capacidade	Unidade	20.497	52.310	455
Substituição de hidrômetros de pequena capacidade	Unidade	441.246	534.072	464.062
Reparo de rede	Unidade	45.618	41.497	49.224
Reparo de ramal	Unidade	174.311	131.499	140.881
Pesquisa de vazamentos não visíveis	Quilômetro	30.463	32.002	40.216
Pesquisa de vazamentos não visíveis	Unidade	987.092	746.160	1.520.751
Substituição de rede com troca de ramais	Metro	144.176	181.683	121.590

Fonte: Ofício SSRH/CG nº 150/2015 (em resposta ao pedido de complementação do item 11 da Requisição de Documentos nº 01/2015)

Enquanto a maioria das ações aumentou ano a ano, demonstrando uma melhor atuação da companhia, algumas delas diminuíram, inclusive em 2014, ano em que o Estado começou a sentir mais fortemente os efeitos da crise. Assim, por exemplo, houve decréscimo da quantidade de ações relacionadas à substituição de rede com troca de ramais de 2013 para 2014, à substituição de hidrômetros de pequena capacidade de 2013 para 2014 e principalmente com relação à troca de hidrômetros de grande capacidade, também nesse mesmo interstício. Assim, por essa ação, ocorreram 20.497 substituições em 2012, 52.310 em 2013 e apenas 455 em 2014.

Providências adotadas pela SSRH diante da recente crise hídrica vivida pelo Estado

Diante do agravamento da crise hídrica no início de 2014, a SSRH, por intermédio da SABESP, vem executando uma série de medidas visando minimizar seus efeitos, tais como:

a) Execução de obras, no curto e médio prazos, de interligação dos sistemas produtores de água e de construção de novos reservatórios, para aumento da produção de água nos sistemas que abastecem a Região Metropolitana de São Paulo;
b) Instituição e posterior prorrogação do programa de bônus para os consumidores que economizam água, o qual chegou a registrar adesão de 80% dos consumidores;
c) Instituição de ônus para aqueles consumidores "gastões", que excedem sua média de consumo;

d) Adoção e manutenção das manobras de redução de pressão, que ajudam a combater as perdas de água;
e) Fornecimento de economizadores de água para torneiras aos clientes da SABESP de toda a Região Metropolitana de São Paulo;
f) Fornecimento de caixas d'água à população de baixa renda para reservação de água para utilização durante os períodos de não fornecimento;
g) Suspensão da análise de requerimentos e emissão de outorgas, pelo DAEE, para novas captações de água nas UGRHI 5 – Piracicaba, Capivari e Jundiaí, UGRHI 6 – Alto Tietê, UGRHI 15 – Turvo Grande e UGRHI 18 – São José dos Dourados;
h) Estipulação de novas regras pelo DAEE e pelo órgão gestor de recursos hídricos do Estado de Minas Gerais, junto à ANA (Agência Nacional de Águas), para restrição de uso para captações de água nas bacias dos rios Jaguari, Camanducaia e Atibaia; e
i) Atuação de Comitês de Bacias, notadamente dos comitês do Alto Tietê e PCJ, situados nas áreas mais afetadas pela atual crise hídrica, no sentindo de aprovação de deliberações e moções com proposições específicas aos poderes públicos e usuários/sociedade, visando minimizar os efeitos da crise.

A SSRH informou, ainda, que a criação do bônus e a interligação de sistemas possibilitaram a redução de retirada de água do Cantareira de 31m³/s em janeiro de 2014 para cerca de 14m³/s em 2015.

Importante ressaltar também que todas essas medidas foram tomadas e/ou intensificadas somente a partir de 2014, sendo que algumas delas foram tomadas somente agora no começo do ano de 2015, como por exemplo a criação do Comitê de Crise Hídrica no âmbito da Região Metropolitana de São Paulo, através do Decreto nº 61.111, de 3 de fevereiro de 2015 e que teve sua primeira reunião aos 13 de fevereiro de 2015.

Apesar de todo o esforço que as autoridades governamentais afirmam estar fazendo para combater os efeitos da seca sobre o Estado, já há algum tempo integrantes de órgãos do próprio Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo vem afirmando que a

situação do abastecimento de água na região metropolitana de São Paulo é delicada e inspira cuidados.

Como exemplo, citamos os relatórios sobre a "Situação dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas" da UGRHI 05 – Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí dos anos-base 2011, 2012 e 2013, nos quais é relatado a criticidade da disponibilidade de água naquelas bacias que, aliás, são responsáveis por grande parte do abastecimento dos municípios abrangidos pela UGRGI 06 – Bacias Hidrográficas do Alto Tietê, que é aquela que atualmente mais sofre com os efeitos da crise de desabastecimento de água. Assim, os relatórios dessa UGRHI afirmaram em sua conclusão que "as bacias PCJ apresentam uma situação bastante delicada em termos hídricos, tanto no comprometimento de sua oferta hídrica, quanto em razão do estado de poluição de suas águas"[18].

Já no relatório de 2013 (ano-base 2012), afirmou-se que "o Quadro Síntese nos demonstra a criticidade da situação da disponibilidade de água nas bacias PCJ. Os dados também mostram histórico de piora contínua deste indicador. Entende-se que para este quesito deve se observar tendência de piora, pois o crescimento populacional nas bacias PCJ certamente implicará em aumento na demanda por água"[19]. Além do mais, "em relação à demanda por água para os diversos setores nas bacias PCJ, observa-se a representatividade do consumo de água do Sistema Cantareira, que compromete parte significativa da disponibilidade hídrica das Bacias PCJ (...) De qualquer forma, espera-se a tendência de aumento nas demandas, haja vista o desenvolvimento e crescimento de atividades que demandam água nas bacias PCJ"[20].

Também a Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, em seu relatório de "Situação dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas" do ano de 2013 (ano-base 2012) relatou que "atualmente a BHAT enfrenta desafios para atender sua demanda de água, principalmente na região metropolitana, o que se acentuará ainda mais no futuro."[21]

Assim, não é de hoje que alguns atores envolvidos com a questão dos recursos hídricos no Estado

---

[18] Relatório da Situação dos Recursos Hídricos 2012 (ano-base 2011) da UGRHI 05 – Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

[19] Relatório da Situação dos Recursos Hídricos 2014 (ano-base 2013) da UGRHI 05 – Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí

[20] Idem

[21] Relatório da Situação dos Recursos Hídricos 2013 (ano-base 2012) da UGRHI 06 – Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (Disponível em http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents/7435/rel-sit-at-2013-ano-base-2012.pdf Acesso em abril de 2015)

alertam sobre o problema da escassez de água. Na Bacia do Alto Tietê, uma das mais críticas, também já foi relatado em seu plano da bacia de 2009[22] que o consumo total das águas de sua bacia excede, em muito, sua própria produção hídrica, fato esse que também já havia sido mencionado no plano de bacia anterior, aprovado em janeiro de 2004.

Além do mais, outras medidas poderiam ter sido tomadas anteriormente para que a crise não chegasse ao ponto em que se encontra atualmente, ou pelo menos para que seus efeitos fossem minimizados. Citamos alguns:

1) Despoluição dos rios, principalmente Tietê e Pinheiros;
2) Recuperação da Billings;
3) Combate mais efetivo às perdas de água, que chegam a quase um terço de toda a produção hídrica do Estado, notadamente quanto ao vazamento da rede da SABESP e às fraudes praticadas (conhecidas popularmente como "gato");
4) Exigência de registro de consumo individualizado nos condomínios verticais;
5) Maior proteção dos reservatórios existentes com mata no entorno;
6) Exigência de reúso da água na indústria, comércio e condomínios verticais e horizontais;
7) Financiamento de cisternas e promoção de demais incentivos para captação de água de chuva;
8) Anulação dos contratos que promovem descontos pelo consumo de água (contratos de maior gasto e menor custo); e
9) Construção de novos reservatórios para a Capital.

Por outro lado, a SSRH deveria ter tomado também medidas efetivas para prevenção e defesa contra eventos hidrológicos extremos, tais como a falta de chuvas, inclusive com a estruturação de um plano de contingências específico para eventuais riscos de escassez hídrica.

Tudo isso é resultado da falta de planejamento das ações da SSRH com relação à política de recursos hídricos, planejamento esse que deveria ser mais bem elaborado, a

[22] Plano da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê - FUSP (Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo) – 2009 (Disponível em http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents/7111/pat_sumario_executivo.pdf Acesso em abril de 2015)

começar pelas peças orçamentárias, que devem ser integradas entre si (PPA, LDO e LOA).

XII. 7– COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA ARTESP	
Programa 1603 - Regulação e Fiscalização dos Serviços de Transportes	
Período:	2014
Órgão:	**ARTESP.** Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo
Instrução:	DCG-3 – DSF I

A fiscalização operacional teve como objetivo avaliar a adequação do quadro de pessoal para o desempenho da ARTESP no cumprimento de seu papel na regulação das concessões de infraestrutura rodoviária estadual.

Para tanto, averiguou a composição do quadro de pessoal, com destaque para o exercício da fiscalização da conservação de vias e obras, entretanto sem abordar questões relacionadas à fiscalização de conformidade/regularidade a cargo das DFs e URs deste Tribunal.

As conclusões obtidas se basearam na análise das respostas às requisições de informações e documentos dirigidas à ARTESP, das consultas aos relatórios e do acompanhamento *in loco* à fiscalização da ARTESP na AUTOBAN. E foram efetuadas com limitações, a exemplo dos contratos de fiscalização de apoio (EAF) findados no exercício de 2014.

As análises demonstraram que a composição do quadro de pessoal na fiscalização de conservação de vias e obras foi mantida, apesar da ausência de fiscalização de apoio (EAF).

Comparativo de quadro de plano de fiscalização

Concessionária	Com Fiscalização de Apoio				Sem Fiscalização de Apoio			
	Janeiro 2014		Fevereiro 2014		Janeiro 2015		Fevereiro 2015	
	N° funcionários	N° dias	N° funcionários	N° dias	N° funcionários	N° dias	N° funcionários	N° dias
Autoban	2	6	1	4	1	4	1	4
Tebe	1	2	1	2	1	2	1	2
Vianorte	1	4	1	4	1	4	1	4
Intervias	1	2	1	1	1	2	1	2
Rota das Bandeiras	2	9	1	4	1	5	1	5
Centrovias	1	3	1	3	1	3	1	3
Triângulo do Sol	2	8	2	8	1	5	1	5

Autovias	1	3	1	3	1	3	1	3
Renovias	1	2	1	1	1	3	1	3
Viaoeste	2	8	1	3	1	3	1	3
Colinas	1	4	1	4	1	4	1	4
Cart	1	5	1	5	1	5	1	5
Viarondon	1	5	1	5	1	5	1	5
Spvias	1	4	1	4	1	4	1	4
Rodovias do Tietê	1	5	1	5	1	5	1	5
Ecovias	2	10	1	5	1	5	1	5
Ecopistas	1	2	1	2	1	3	1	3
Rodoanel Oeste	2	6	1	2	1	2	1	2
Spmar	1	5	1	5	1	3	1	5

Fonte: TCA-12428/026/14

Com efeito, na fiscalização da conservação de vias, informações importantes e relevantes não foram consideradas no relatório elaborado sem EAFs, com a ARTESP não conseguindo supervisionar/fiscalizar diariamente os serviços desempenhados pela concessionária.

Comparativo de relatórios EAF x ARTESP – Conservação de Rotina

Item do Relatório	Composição	
	Índice do relatório de EAF - Fev/2014	Capa de rosto do relatório ARTESP Fev/2015
Programação de serviços da concessionária	**Sim**	**Não**
Programação mensal de serviços	**Sim**	**Não**
Comparativo mensal/anual - realizado/programado	**Sim**	**Não**
Acompanhamento das equipes e equipamentos	**Sim**	**Não**
Andamento dos trabalhos	**Sim**	**Não**
Dispositivos vistoriados para intervenção	**Sim**	**Não**
Serviços programados	**Sim**	**Não**
Erosões	**Sim**	**Não**
Acessos a Postos de combustíveis	**Sim**	**Não**
Controle de vistorias realizadas no período	**Sim**	**Não**
Não conformidades	**Sim**	**Não**
Atividades de apoio	**Sim**	**Não**
Notificações e penalidades	**Sim**	**Não**
Relação de notificações emitidas pela ARTESP	**Sim**	**Não**
Comentários gerais sobre as atividades desenvolvidas	**Sim**	**Não**
Conclusões	**Sim**	**Não**
Cópia da Ata de Reunião – Conservação de Rotina e Obras	**Sim**	**Sim**

Fonte: TCA-12428/026/14

Já no caso de fiscalização de obras, não se manteve o nível de detalhamento presente nos relatórios mensais elaborados conjuntamente (EAF/ARTESP).

Apesar de vagas existentes criadas pela Lei Complementar nº 1.125/2010, desde então não foram preenchidas as referentes aos efetivos, com quadro formado exclusivamente por "em comissão".

Composição do Quadro de Pessoal da ARTESP

Natureza do cargo/emprego	Existentes		Ocupados		Vagos	
	2013	2014	2013	2014	2013	2014
Efetivos	449	449	-	-	449	449
Em comissão	59	59	42	40	17	19
Total	508	508	42	40	466	468

Temporários	2013	2014	Em 31/12/2014
Nº Contratados	-	-	-

Fonte: TCA-12428/026/14

Destes alguns casos, com ingresso na ARTESP na mesma data do seu órgão de origem.

Data de ingresso em órgão origem e ARTESP

Órgão de Origem	Data de ingresso no órgão de origem	Data de entrada na ARTESP
DERSA	05/05/2014	05/05/2014
DERSA	17/09/2013	17/09/2013
DERSA	19/08/2013	19/08/2013
DERSA	03/05/2011	03/05/2011
DERSA	11/09/2013	11/09/2013
DERSA	16/08/2004	16/08/2004
DERSA	09/12/2013	09/12/2013
EMTU	01/09/2009	01/09/2009
DERSA	03/04/2012	03/04/2012
DERSA	02/04/2014	02/04/2014
DERSA	17/08/2005	17/08/2005

Fonte: TCA-12428/026/14

Destarte, houve recomendações a ARTESP e a órgãos cedentes de servidor/funcionário, visando ao aprimoramento da organização da ARTESP para o cumprimento de seu papel fiscalizador nas concessões de infraestrutura rodoviária estadual.

XII. 8 – Gestão da PRODESP	
Programa 4405 – Fortalecimento da organização e modernização da infraestrutura – PRODESP **Programa 4410 – Atendimento Unificado ao Cidadão**	
Período:	2011 a 2014
Órgão:	**PRODESP –** COMPANHIA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Instrução:	DCG-3 – DSF I

A fiscalização operacional teve como objetivo avaliar a gestão da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP, criada por meio do Decreto Lei nº 137 de 24/07/1969 e vinculada a Secretaria de Gestão Pública.

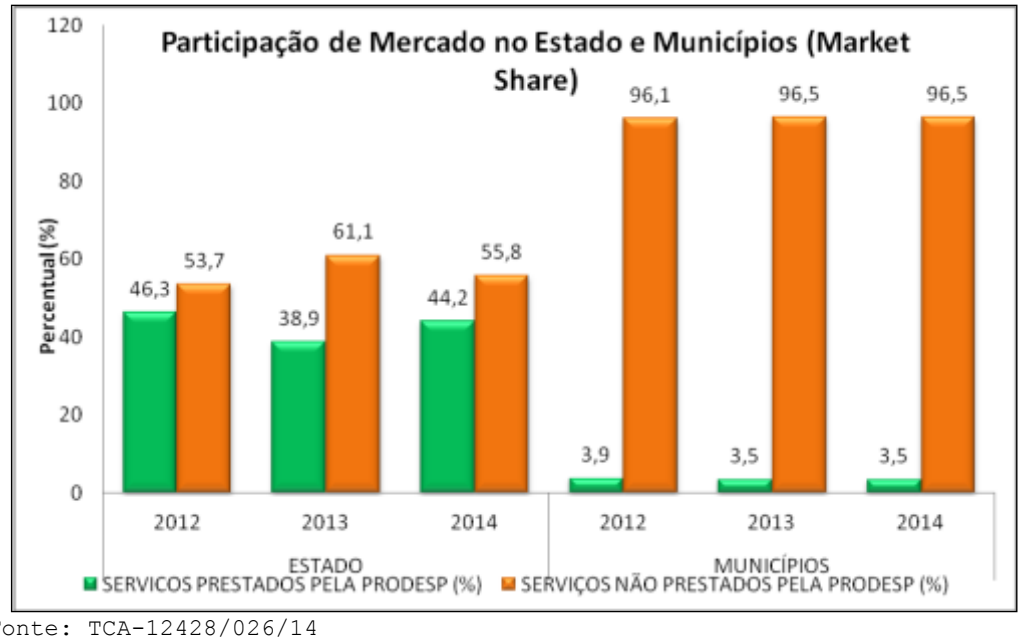
Para tanto, teve como escopo averiguar aspectos de cumprimento da missão definida em "lei" e de adequação das prestações de serviços (procedimentos/prática de vendas, preço e prazo), sem abarcar o objeto da DFs/URs na análise das contratações dos serviços e das contas envolvendo a PRODESP, tanto na condição de prestadora de serviços quanto de cliente, bem como a competência e eficiência técnica no desenvolvimento de soluções e na prestação de serviços contínuos em TI.

As conclusões obtidas se basearam na análise: das respostas às requisições de informações e documentos dirigidas à PRODESP, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), a Procuradoria Geral do Estado (PGE), as Secretarias de Saúde (SES), da Educação (SEE), de Segurança Pública (SSP), da Casa Civil, da Fazenda (SEFAZ), de Gestão Pública (SGP) e ao Comitê de Qualidade da Gestão Pública (CQGP); da consulta à base de dados do SIAFEM e do PENTAHO, a sites oficiais e ao Relatório de Atividades Anual de 2013 da PRODESP; do obtido em pesquisa realizada junto aos municípios; e de processos referentes à contratação da PRODESP com alguns de seus clientes, sendo cinco Secretarias de Estado, a PGE e a CDHU; e também com prestadores de serviços de apoio técnico especializado. E foram efetuadas com limitações, como diferentes formalizações de especificações dos ajustes, impactando na identificação de horas PRODESP (próprias) e de apoio técnico especializado (de terceiros), bem como dos serviços envolvidos.

As análises evidenciaram o cumprimento parcial do objeto constante no artigo 2° do Decreto Lei n° 137/69, pela supressão do item "d" (serviços de fiscalização das atividades de processamento de dados) no artigo 2° do Estatuto Social da Companhia; e pela não prestação de serviços de consultoria/assessoramento em Tecnologia da Informação (TI), preconizados no artigo 2° alínea "c" do Decreto n° 137/69 e no artigo 2° inciso III do Estatuto Social.

E ainda, apesar do delineado no artigo 2° do Decreto n° 137/69 concatenado com o artigo 2° do seu Estatuto Social, pela priorização no atendimento das demandas estaduais em detrimento da esfera municipal, tanto no volume de recursos envolvidos nos contratos, quanto no *mix* de produtos oferecidos, não contribuindo, por exemplo, para o alcance do preconizado no artigo 30, incisos VI e VII, da CF e o artigo 17, inciso III, da Lei Federal n° 8.080 de 19/09/1990, atinentes aos setores de saúde e educação.

Participação de Mercado da PRODESP em âmbito Estadual e Municipal – 2012, 2013 e 2014



Fonte: TCA-12428/026/14

Além disso, a PRODESP tem arcado com prejuízos na operacionalização dos Programas Poupatempo (2013 e 2014) e Acessa São Paulo (2013), a despeito do estabelecido no artigo 4° do Decreto n° 42.886 de 26/02/1999 (Poupatempo) e artigo 9° do Decreto n° 52.897 de 11/04/1999 (Acessa São Paulo), em que

a transferência de recursos financeiros deve suportar as despesas operacionais dos referidos programas.

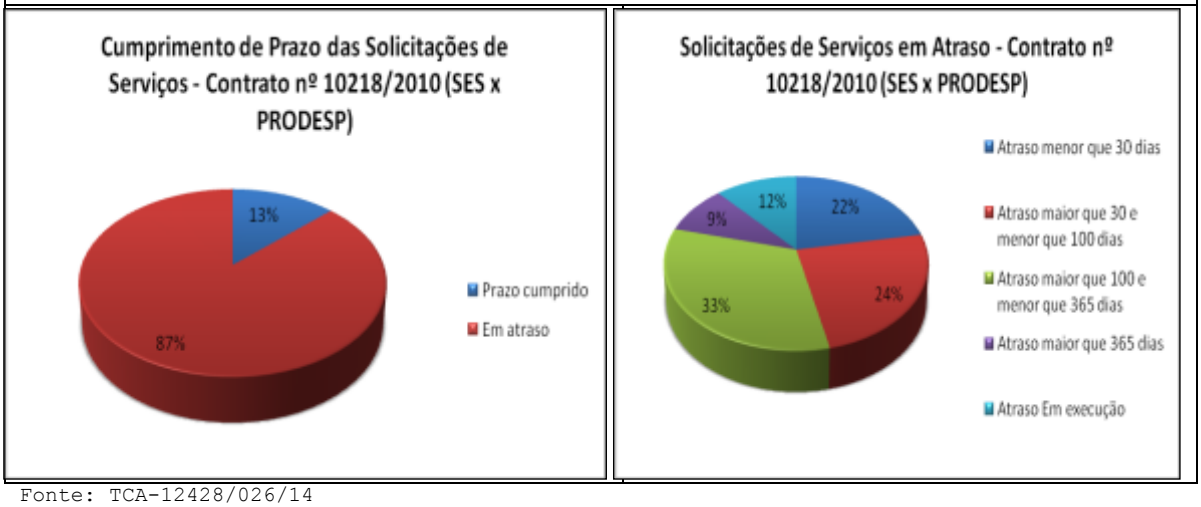
Demonstrativo de Resultado Consolidado – Ano 2013 e 2014

Relatório DRE – Linha de Negócio	2013		2014	
	PPT	ACESSA	PPT	ACESSA
Receita Líquida	39.516	8.975	44.287	11.967
(-)Custo Total	(32.888)	(9.877)	(36.738)	(9.586)
Lucro Bruto	6.629	(901)	7.549	2.401
(-) SG&A	(7.800)	(1.216)	(8.228)	(1.520)
LAIR	(1.171)	(2.117)	(679)	880
LAIR (%)	-3,0%	-23,6%	-1,5%	7,3%

Fonte: TCA-12428/026/14

Ademais, as análises demonstraram a ocorrência de descumprimento de prazos na prestação de serviços aos clientes, alcançando 87% das Solicitações de Serviços no contrato nº 10218/2010, firmado entre a PRODESP e a SES, até mesmo com atrasos superiores a 365 dias.

Percentual de Cumprimento de Prazo e Dias de Atraso – Contrato nº 10218/2010 (SES x PRODESP) – 2011 a 2014

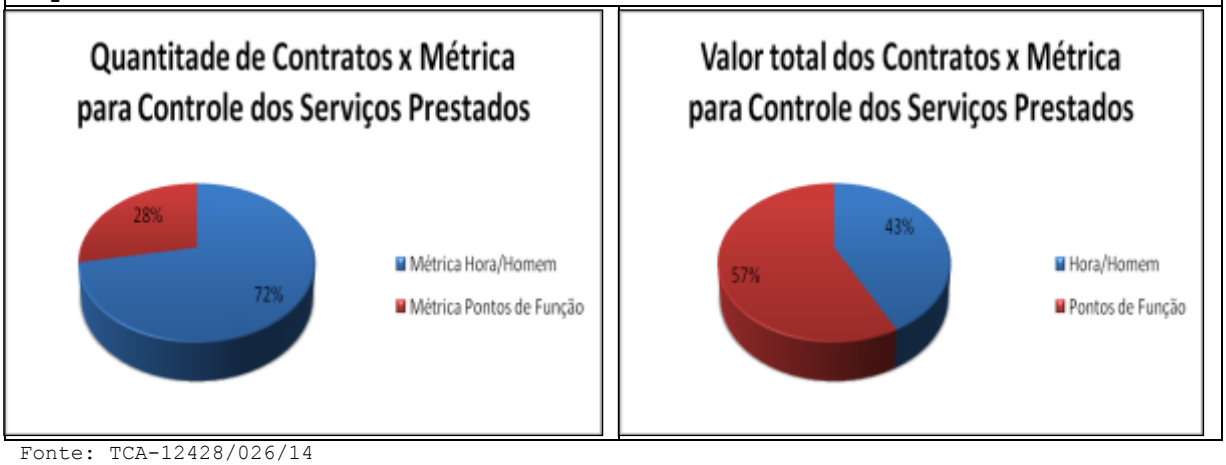


Fonte: TCA-12428/026/14

Não só para aferição do cumprimento do prazo, os instrumentos existentes para prestações de contas nos processos não garantem controle e transparência dos contratos da PRODESP com a Administração Pública. Nesse aspecto, a adoção de contrato único para soluções diversas (consultoria, desenvolvimento e manutenção de sistemas, processamento de dados, tratamento de informações, microfilmagem, treinamento etc.), ao contrário do recomendado pelo Guia de Boas Práticas em Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação do TCU (versão 1.0), possibilita ampla flexibilidade durante a execução em prejuízo do controle.

Para a precificação e medição dos serviços prestados, a Companhia utiliza a métrica hora/homem para os serviços de desenvolvimento/manutenção evolutiva de sistemas na celebração dos contratos com seus clientes, em vez da métrica denominada "pontos de função", a qual pode trazer maior eficiência para Administração Pública, utilizada pela própria PRODESP, em algumas contratações com fornecedores/prestadores de serviços de apoio técnico especializado.

Participação das métricas "Pontos de Função" e "hora/homem" nos Contratos firmados entre a PRODESP x Prestadores de Serviços de Apoio Técnico Especializado



Fonte: TCA-12428/026/14

Pelo cotejo entre os valores pagos a fornecedores e recebidos de clientes pela PRODESP, em um mesmo contrato, as análises revelaram ganhos com a mediação (spread), quando os valores recebidos dos órgãos/entidades públicas pela PRODESP foram superiores aos repassados pela Companhia aos prestadores de serviços de apoio técnico especializado.

Ganho na mediação (spread) – Recursos de Contratos PRODESP e Órgãos/Entidades Públicas x Recursos de Contratos PRODESP e Prestadores de Serviços de Apoio Técnico Especializado

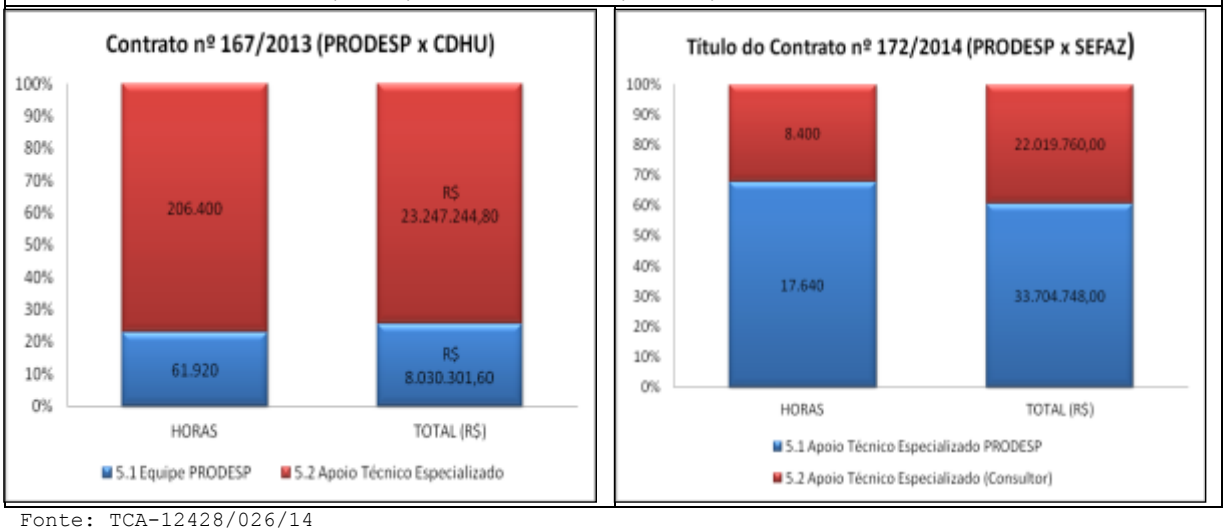
SECRETA-RIA/ ÓRGÃO	Nº CONTRATO PRODESP	Nº NOTA FISCAL ANALISADA	PRESTADORES DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO VINCULADOS NA NOTA FISCAL	Nº CONTRATAO PRODESP X EMPRESA DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO	VALOR HORA/HOMEM –APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO*		SPREAD
					FATURADO NA NOTA FISCAL PRODESP X CLIENTE	CONTRATO PRODESP X EMPRESA DE APOIO TÉCNICO ESPECIALIZADO	
CDHU	167/2013	215.369	Magna Sistemas Consultoria S/A	PRO.04.5495	R$ 166,44	R$ 63,44	R$ 103,00
			Masterdom Consultoria e Informática Ltda	PRO.03.6045	R$ 166,44	R$ 96,03	R$ 70,41
			CTIS Tecnologia S/A	PRO.01.6167	R$ 92,34	R$ 41,51	R$ 50,83
Casa Civil	04/2011	000313	Sofhar Gestão & Tecnologia S.A.	PRO.6489	R$ 143,14	-	-
			G & P Projetos e Sistemas Ltda	PRO.6366	R$ 143,14	-	-

			Masterdom Consultoria e Informática Ltda	PRO.04.6045	R$ 143,14	R$ 96,03	R$ 47,11
Saúde	102-18/2010	349440	Magna Sistemas Consultoria S/A	PRO.6538	R$ 118,03	-	-
			G & P Projetos e Sistemas Ltda	PRO.01.6486	R$ 118,03	R$ 127,66	(R$ 9,63)
		349442	Magna Sistemas Consultoria S/A	PRO.6538	R$ 154,34	-	-
			G & P Projetos e Sistemas Ltda	PRO.01.6486	R$ 154,34	R$ 127,66	R$ 26,68
		361812	Magna Sistemas Consultoria S/A	PRO.6538	R$ 118,03	-	-
			G & P Projetos e Sistemas Ltda	PRO.01.6486	R$ 118,03	R$ 127,66	(R$ 9,63)
		361814	Magna Sistemas Consultoria S/A	PRO.6538	R$ 154,34	-	-
			G & P Projetos e Sistemas Ltda	PRO.01.6486	R$ 154,34	R$ 127,66	R$ 26,68
Fazenda	23673-SAAC-00172-2014	3248	Magna Sistemas Consultoria S/A	PRO.6535	R$ 174,76	-	-
			B2BR – Business To Bussiness Informática do Brasil Ltda	PRO.04.5918	R$ 174,76	R$ 98,39	R$ 76,37
			BRQ Soluções em Informática S/A	PRO.6536	R$ 174,76	-	-
			CTIS Tecnologia S/A	PRO.01.6167	R$ 174,76	R$ 53,86	R$ 120,90
			G & P Projetos e Sistemas Ltda	PRO.6488	R$ 174,76	-	-
			S2IT Solutions Consultoria Ltda	PRO.03.5919	R$ 174,76	R$ 98,39	R$ 76,37
			Sofhar Gestão & Tecnologia S.A.	PRO.6489	R$ 174,76	-	-

Fonte: TCA-12428/026/14

Tais ganhos se tornam relevantes na medida em que há ajustes com horas de serviços de apoio técnico especializado superiores aos serviços PRODESP, como observado no contrato nº 167/2013 (PRODESP x CDHU).

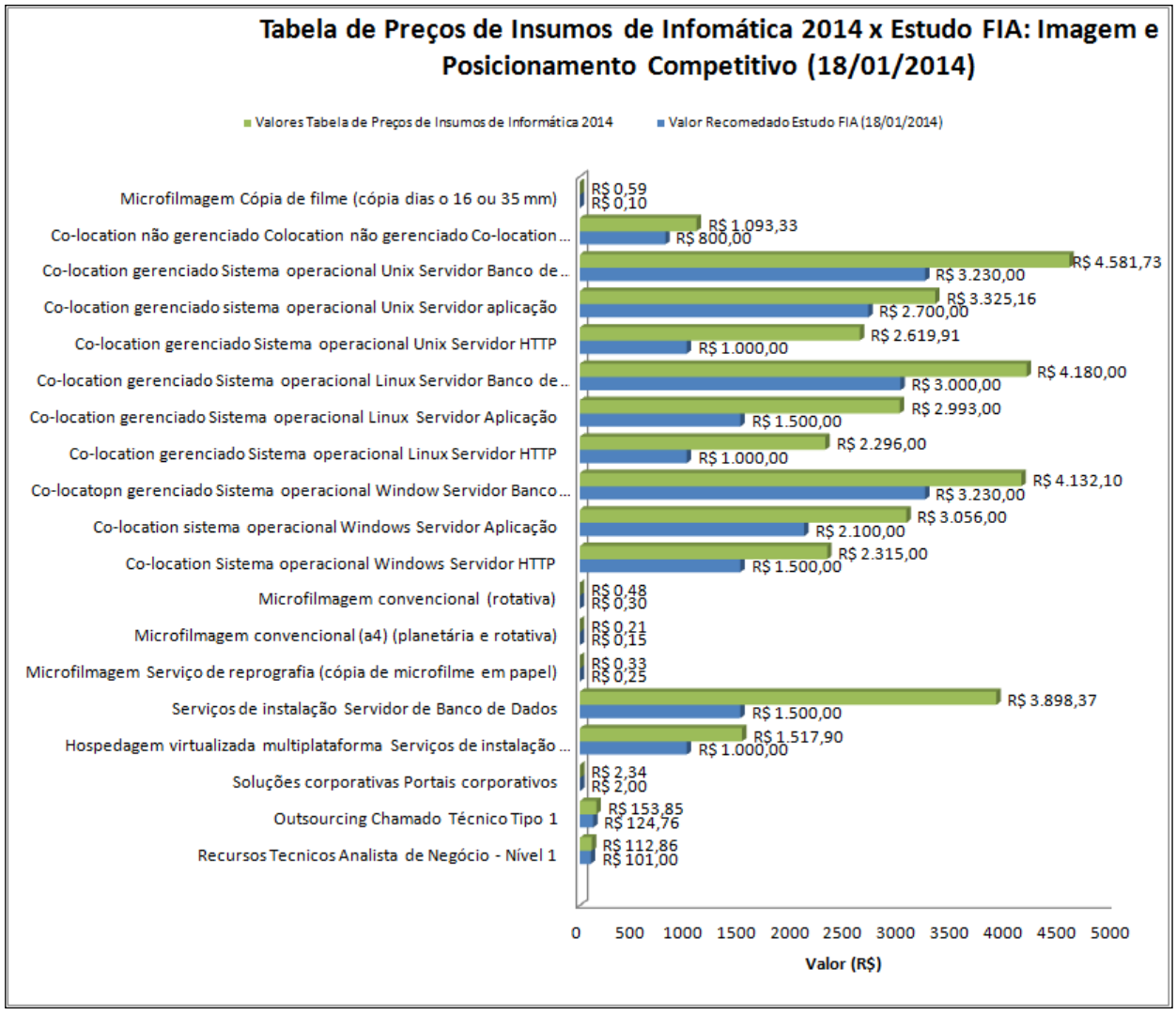
Participação dos serviços de Apoio Técnico Especializado e da PRODESP nos contratos 167/2013 (CDHU) e 172/2014 (SEFAZ)



Fonte: TCA-12428/026/14

Relacionado aos valores praticados na prestação de serviços, as análises detectaram a adoção de preços pela Tabela de Preços de Insumos de Informática superiores ao recomendado pelo estudo que lhe subsidiou, impactando nos preços praticados nos ajustes da Prodesp com órgãos e entidades estaduais, já que podem assumir valores iguais e serem considerados compatíveis com a referida Tabela e, por conseguinte, formalmente com o mercado.

Tabela de Preços de Insumos de Informática 2014 x Estudo FIA: Imagem e Posicionamento Competitivo (18/01/2014)



Fonte: TCA-12428/026/14

Tais práticas de métrica hora/homem para precificação, ganho na mediação (spread) e preços acima do recomendado em estudo convergem para a boa performance dos índices contábeis da PRODESP em comparação a congêneres de outros Estados e da União.

Comparativo entre os Índices Contábeis da PRODESP, PROCERGS, CELEPAR, PRODEMGE e SERPRO – Ano Base 2013

Índices	Finalidade	Empresas				
		PRODESP	PROCERGS	CELEPAR	PRODEMGE	SERPRO
Receita Líquida (ROL)	Essa receita é afetada pelo preço de venda e pelas quantidades vendidas	R$ 669.346,00	R$ 215.046,36	R$ 200.070,60	R$ 183.076,44	R$ 1.677.171,72
Custo de Serviços Prestados (CSP)		R$ 463.175,00	R$ 161.717,13	R$ 140.432,70	R$ 133.171,41	-
Lucro Bruto (LB)		R$ 206.171,00	R$ 53.329,24	R$ 59.637,91	R$ 49.905,03	R$ 1.677.171,72
Lucro Operacional (LO)		R$ 130.507,00	-R$ 239,60	R$ 40.669,50	R$ 3.059,04	R$ 189.387,37
Lucro Líquido (LL)		R$ 120.124,00	R$ 365,40	R$ 30.678,58	-R$ 8.665,55	R$ 46.887,36
Ativo Operacional (AO)	Imobilizado, intangível (por contemplar softwares e aplicativos), disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa), contas a receber de clientes de curto e longo prazo, despesas antecipadas (quanto contemplar locação de softwares) e estoques (quando contemplar serviços em andamento)	R$ 749.284,00	R$ 117.013,08	R$ 193.071,45	R$ 208.030,92	R$ 1.107.408,67
Ativo Total (AT)	Total do Ativo	R$ 797.344,00	R$ 120.457,67	R$ 202.255,30	R$ 211.102,73	R$ 1.973.003,01
Margem Operacional (LO/ROL)	Percentual remanescente do ROL que sobrou após o cômputo dos custos e despesas operacionais	19,50%	-	20,33%	1,67%	11,29%
Margem Líquida (LL/ROL)	Percentual remanescente do ROL que sobrou após o cômputo dos custos e despesas totais	17,95%	0,17%	15,33%	-	2,80%
Giro do Investimento Operacional (ROL/AO)	Eficiência do uso do ativo operacional	0,89	1,84	1,04	0,88	1,51
Giro do Investimento Total (ROL/AT)	Eficiência do uso dos ativo total	0,84	1,79	0,99	0,87	0,85
Fórmula Du Pont (Margem * Giro)	Taxa de Retorno sobre investimento operacional	17,42%	-	21,06%	1,47%	17,10%
	Taxa de Retorno sobre o investimento total	15,07%	0,30%	15,17%	-	2,38%
Mark-up (LB/CSP)	Taxa de acréscimo sobre o custo de vendas para se chegar ao ROL	44,51%	32,98%	42,47%	37,47%	-

Fonte: TCA-12428/026/14

Destarte, houve propostas de melhoria para o aprimoramento da gestão da PRODESP em prol da eficiência e atendimento do interesse público.

XIII – COPA DO MUNDO

A realização da "Copa do Mundo – 2014" no Estado de São Paulo envolveu ações dos governos federal, estadual e municipais.

Com recursos do governo federal e contrapartida municipal, houve despesas mediante convênio nas cidades bases de treinamento e hospedagem do Guarujá, para aquisição de equipamentos, e de Itu, para obras e serviços de engenharia.

Exclusivamente com recursos federais, mas na área de segurança, houve aquisição de bens fixos (instalações, sala-cofre, nobreaks, condicionadores de ar, sala de crise, *videowall* e outros ambientes e equipamentos) e veiculares (Centros Integrados de Comando e Controle Móvel, Plataformas de Observação Elevada, Delegacias móveis e Imageadores Aéreos) com previsão de doação ao governo estadual.

Por sua vez, os gastos estaduais foram em mobilidade urbana, turismo e investimento esportivo .

Gastos estaduais para a Copa do Mundo - 2014

Plano de Desenvolvimento da Zona Leste[1]	**R$ 433.097.076,69**
Fundo de Melhoria das Estâncias[1]	R$ 25.111.015,08
Programa de Incentivo ao Investimento Esportivo (Decreto nº 58.339/2012)[2]	103.272.691,34
Isenção do ICMS para obras em Estádios da Copa (Decreto nº 55.634/2010 e 58.500/2012)[2]	R$ 58.300.000,00
Total	R$ 619.780.783,11

Fonte: TCA 31274/026/09 (fls. 855/858; 1027; 1029)
Obs.: [1]Posição de 06/06/2014
[2]Posição de 10/02/2015

Para alcance desses montantes, as contratações das intervenções viárias no Pólo Institucional Itaquera (Plano de Desenvolvimento da Zona Leste) suplantaram em R$ 35 milhões o estipulado em matriz de responsabilidades; houve incremento de 119,32% dos financiamentos da Desenvolve SP em relação à posição de 31/12/2013; e dezenove convênios, dentre 23 (vinte e três), foram celebrados em 2014 com municípios não diretamente ligados ao evento[23].

[23] Águas de São Pedro; Amparo; Avaré; Bertioga; Bragança Paulista; Cananéia; Eldorado; Holambra; Itanhaém; Joanópolis; Nuporanga; Santa Rita do Passa Quatro; Santo Antonio do Pinhal; São Bento do Sapucaí; São José do Barreiro; São Pedro; São Roque; Socorro; Ubatuba.

Pautado nesses gastos, a fiscalização teve como escopo averiguar: (i) a eficácia das despesas realizadas pelo governo estadual e pelas cidades base de treinamento e hospedagem, por meio da disponibilização, ainda que parcial, do produto de obras, compras e serviços em tempo da abertura e/ou realização do evento; (ii) a atuação de apoio a DERSA dos prestadores de serviços de apoio técnico especializados em gerenciamento, supervisão e fiscalização das obras do Pólo Institucional de Itaquera; (iii) a comprovação do efetivo emprego das mercadorias e bens nas obras de estádios para fruição dos benefícios do art. 1º do Decreto nº 55.634/2010, por meio de atividades de fiscalização da SEFAZ; (iv) a adequação dos financiamentos ao setor privado pela Agência de Fomento do Estado de São Paulo – Desenvolve SP, de investimento em hotelaria e em atividades esportivas associadas aos eventos da Copa de 2014 na Cidade Sede (São Paulo) ou nos municípios candidatos a Cidade Base de centro de treinamento e hospedagem; (v) observância formal dos planos de trabalhos objeto de convênios à Lei nº 12.663/2012, que redundou no Comunicado SDG nº 43/2013, por intermédio da existência de ações judiciais por inobservância da referida lei pelos municípios; (vi) e o aproveitamento do legado (Centro Integrado de Comando e Controle e Centros de Treinamento do Guarujá e Itu)[24].

Referente à disponibilização, ainda que parcial, do produto de obras, compras e serviços em tempo da abertura e/ou realização do evento, verificou-se que:

- Os Ramos 11025 e 400 objeto do Contrato Dersa 4357/13 (Alças de Ligação da Av. Jacu Pêssego) não foram finalizados em tempo da abertura e realização do evento;

[24] Os investimentos e ações realizados em função da Copa do Mundo geraram legados em diversas formas de capital fixo: (i) Capital físico (Arena Corinthians e Centros de Treinamento); (ii) Capital tecnológico (equipamentos de segurança do Centro Integrado de Comando e Controle); e (iii) Capital de marca (exposição nacional e/ou internacional do Estado de São Paulo e municípios paulistas como destino turístico).
Tais legados podem continuar gerando bem-estar para a população das cidades envolvidas no evento, sendo necessário também que o capital formado seja bem conservado, reutilizado e atualizado ao longo do tempo. Caso contrário, ocorrerá a depreciação: instalações desportivas se deterioram e equipamentos são desviados para outros fins ou se tornam obsoletos.

Mapa das Alças de ligação da Jacu Pêssego

Fonte: TCA 31274/026/09 (fls. 864)

Ramo **10010**

Ramo 11025

Ramo 500

Ramo 400

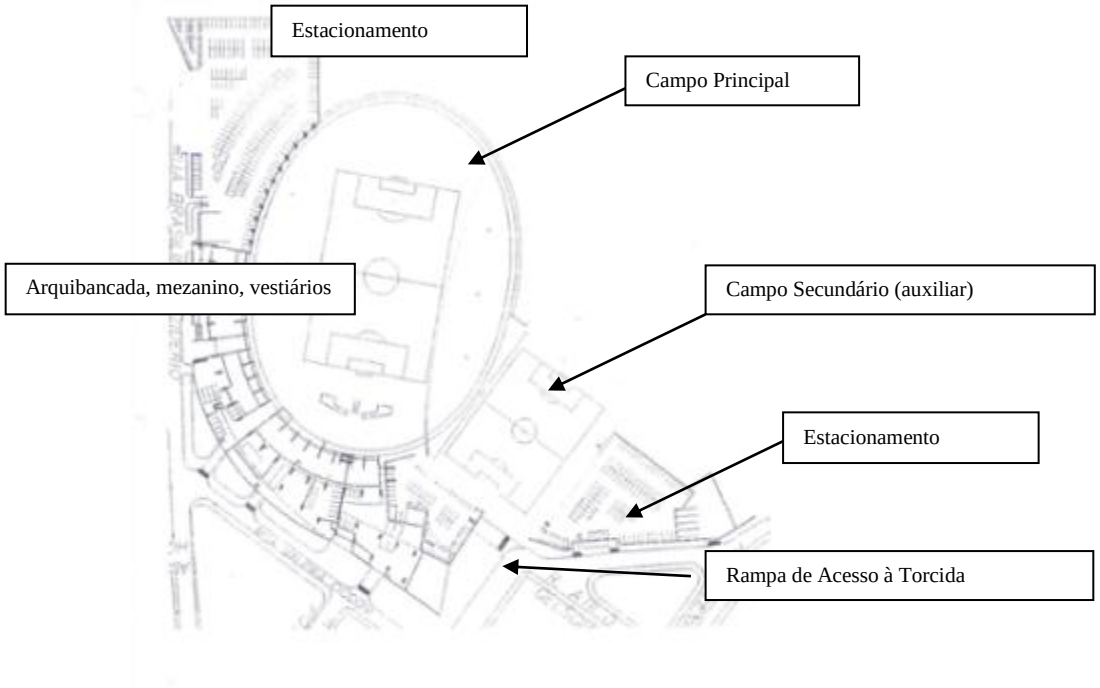
Fonte: TCA 31274/026/09 (fls. 863)- Registro Fotográfico de 28/05/2014

- Parte das obras objeto do Contrato Dersa 4438/13 (Travessia de Pedestres) não se encontrava concluída em 28/05/2014 (rampas e escadaria de acesso e posto policial, por exemplo), apesar de o prazo contratual ter se exaurido em 16/04/2014;

Fonte: TCA 31274/026/09 (fls. 865)- Registro Fotográfico de 28/05/2014

- O Centro de Treinamento e Hospedagem do Guarujá não estava concluído para entrega oficial à FIFA em 30/05/2014, além do que, parte dos equipamentos da academia de ginástica e de fisioterapia estava entregue, porém sem as respectivas instalações;

Estádio Municipal Antônio Fernandes



- Pavimentação com bica corrida ao redor do campo principal não estava concluída.

- Campo secundário não havia sido concluído;
- Tubulações de drenagem e de cabeamento de energia elétrica, entre a pista de caminhada e o campo secundário, não concluídas.

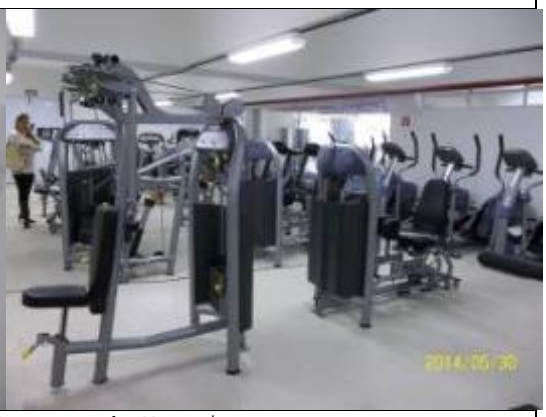
- Instalação de assentos na área da arquibancada não concluída;
- Torre de iluminação em fase de montagem da estrutura metálica, sem instalação de nenhum refletor e conclusão dos serviços de revestimento, acabamento e instalação de caixilhos da estrutura que suporta a torre metálica.

- Grupo Motor Gerador não instalado e sem abrigo concluído.
- Fechamento de valas e refazimento de pavimentação não concluídos na área de circulação interna ao redor do estádio.

- Torre do elevador em execução.
- Fosso do elevador não concluído.
- Estacionamento de juízes e jogadores sem pavimentação com blocos intertravados, com movimentações de terra para nivelamento a executar.

- Muros, passeios e urbanização da área externa não estavam concluídos.
- Área destinada a estacionamento de torcidas com serviços de pavimentação não iniciados.

- Ainda não estavam instalados os motores de hidromassagem.
- Os equipamentos da academia de ginástica estavam entregues, porém sem as respectivas instalações, com sala no contra-piso.



- Não estavam montados os vidros do guarda-corpo do Mezanino.
- Nenhum dos sanitários do Mezanino estava concluído.

- Área destinada para Lanchonete não se encontrava- concluída.

Fonte: TCA 31274/026/09 (fls. 867/877)- Registro Fotográfico de 30/05/2014

- A construção da Arena Multiuso objeto do Contrato CPF 2726/2011 não foi concluída em tempo para o evento, pois houve ruína da cobertura, cuja averiguação sobre os fatores responsáveis foi objeto do contrato CPL nº 782/2014, de 06/05/2014, entre a prefeitura de Sorocaba e o IPT;

Fonte: TCA 31274/026/09 (fls. 884/885)- Registro Fotográfico de 25/04/2014

Considerou-se como apoio a atuação de Prestadores de Serviço de gerenciamento, supervisão e fiscalização, inclusive ambiental, nas obras do Pólo Institucional de Itaquera, dada à participação concomitante de funcionários efetivos do Dersa.

Atinente à comprovação do efetivo emprego das mercadorias e bens nas obras de estádios para fruição dos benefícios do art. 1º do Decreto nº 55.634/2010 e 58.500/2012, com posição de 29/10/2014, verificou-se que houve descumprimento dos requisitos da Portaria CAT nº 64/2012, como o Laudo elaborado a cada seis meses, para as operações beneficiadas do período de março de 2013 até julho de 2014.

Quanto à adequação dos financiamentos ao setor privado pela Agência de Fomento do Estado de São Paulo – Desenvolve – SP, verificou-se a adoção de critério de candidatos às cidades de bases de treinamentos e hospedagem diverso do catálogo de Centros de Treinamento aprovado pelo Comitê Organizador Local (COL), cuja primeira versão foi em julho de 2012 (31/07/2012), anterior ao decreto de criação do programa, e a última em outubro de 2013 (29/10/2013), implicando em quinze financiamentos, dentre dezenove, com pessoas jurídicas de direito privado não associadas aos eventos da Copa de 2014 (R$ 79.436.639,34).

Ainda, dentre esses constou um financiamento (de R$ 1.000.000,00) a pessoa jurídica de direito privado não voltado a projeto de investimento em hotelaria ou em atividades esportivas associadas aos eventos da Copa do Mundo de 2014, nos termos do Decreto nº 58.339/2012, de 27/08/2012.

No que concerne ao aproveitamento do legado deixado pelo CICC R, detectou-se, com exceção da Delegacia Móvel, a utilização dos bens veiculares por órgãos de execução ou controle da SSP - Grupamento Aéreo da Polícia Militar (imageador aéreo) e Centro de Suprimento e Manutenção de Material e Motomecanização - CSM/MM (CICCMs e POEs). Por sua vez, o CICC criado pelo Decreto nº 60.640, de 11 de julho de 2014, absorveu o legado de bens fixos deixado pelo CICC R, funcionando no mesmo local inclusive, mas agregando o Disque-Denúncia, a Agência de Atuação Integrada contra o Crime Organizado (AAI) e o Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública do Estado de São Paulo (CIISP-SP), sendo que estes últimos ainda não instalados até a época da fiscalização.

Ademais, verificou-se parcial ociosidade de patrimônio (espaço de musculação do Estádio Municipal do Guarujá e os vestiários e salas do prédio do Centro de Treinamento de Estádio do Novelli Junior), não satisfazendo à necessidade de se gerar bem-estar para a população após o evento, e de eficiência econômica, com contrapartidas em serviços.

Espaço de musculação do Estádio Municipal do Guarujá	

Vestiários e salas do Centro de Treinamento Dr. Novelli Júnior		

Fonte: TCA 31274/026/09 (fls. 1042 e 1045)- Registro Fotográfico de 24 e 28/11/2014

Nos municípios não selecionados como cidades bases de treinamentos e hospedagem, mas que promoveram projetos com recursos do DADE relacionados ao evento, apesar de não terem sediado qualquer evento oficial da Copa, não foram identificadas indenizações ou ações judiciais decorrentes de infração ou inobservância à Lei Federal nº 12.663/2012.

Destarte, houve recomendações ao governo estadual, com destaque para a Desenvolve SP, SEFAZ e SSP, e às prefeituras de Guarujá e Itu.

XIV – EXPEDIENTES

Os seguintes expedientes subsidiaram o relatório das Contas do Governador, exercício 2014:

Expediente – TC-45.880/026/13
Assunto:
Cópia do Acórdão proferido pelo Plenário do TCU, nos autos do processo TC 025.221/2013-2, sobre a auditoria operacional relativa às ações da Copa do Mundo de 2014, referentes ao "Sistema de Comando e Controle", necessário às estratégias de segurança para o megaevento esportivo.

Expediente – TC-5/026/15
Assunto:
Ofício nº939/2014 - GS, de 29 de dezembro de 2014, objetivando o cumprimento das recomendações elencadas no Relatório TC-1466.026.2013 – Contas do Governo Exercício de 2013.

Expediente – TC-5.134/026/15
Assunto:
Ofício GSJDC nº85/2015 de declaração, subscrita pelo Excelentíssimo Governador do Estado de São Paulo, de cumprimento das exigências previstas na LRF, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nas demais normas aplicáveis, conforme Portaria MPOG/MF/CGU nº507, de 24/11/2011, art.38, incisos XII, XV, XVII e XVIII.

Demais Expedientes

Subsidiaram o exame das contas do exercício, também, os seguintes expedientes, referenciados por assunto:

Precatórios:

- TC-09.194/026/14
- TC-12.108/026/14
- TC-13.485/026/14
- TC-16.383/026/14
- TC-19.639/026/14 e Anexo I
- TC-23.785/026/14
- TC-26.496/026/14
- TC-30.516/026/14
- TC-38.573/026/14
- TC-42.397/026/14 - Vol. I e II

- TC-45.825/026/14
- TC-45.897/026/14
- TC-05.011/026/15

Contratação de Empréstimos (vide item III-2.3.3):

- TC-3.320/026/14
- TC-39.417/026/14
- TC-41.533/026/14
- TC-46.709/026/14
- TC-563/026/15

XV – RECOMENDAÇÕES – EXERCÍCIO DE 2013

O Senhor Secretário da Fazenda, por meio do Ofício nº 309/2015-GS, de 29 de abril de 2015, juntado ao TCA-12564/026/2014 (fls.496/617), encaminhou informações elaboradas pela Coordenadoria da Administração Financeira acerca das recomendações constantes do Parecer Prévio, relativo ao exercício de 2013.

I – Pertinentes ao exame legal e contábil das demonstrações orçamentárias e financeiras

1ª – Aperfeiçoe, no âmbito do planejamento orçamentário, a quantificação das ações de governo, de modo que se garanta a correspondência mais precisa possível entre o previsto e o realizado;

2ª – Submeta, sempre que possível, a execução dos programas governamentais à avaliação da eficiência, economicidade e efetividade, para efeito de conferir maior qualidade ao gasto público;

3ª – Especifique as metas, no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, cuidando para que elas mantenham perfeita correlação entre si;

A Secretaria de Planejamento e Gestão encaminha, por meio do Ofício GSPG.2/0022/2015, manifestação da sua Coordenadoria de Planejamento e Avaliação sobre os esforços envidados em linha com essas três recomendações. Informa que, com assessoria do Fundo Monetário Internacional, deu andamento à implementação do projeto denominado Orçamento por Resultados, tal como estabelecido pelo Decreto nº 57.958, de 5 de abril de 2012, com o objetivo de aprimorar a estrutura programática, inclusive seus indicadores e respectivas ações, produtos, metas e formas de mensurá-los. Com essa iniciativa, a Coordenadoria visa caminhar para a padronização da metodologia de desenho dos programas, focalizando-a aos resultados, e para a qualificação das informações oriundas de sua elaboração e execução, tornando-as mais aderentes às necessidades de planejamento, gestão e alocação de recursos orçamentários. A transição para a nova estrutura programática é complexa, pois implica mudanças em sistemas, processos e práticas enraizados, e em razão disso, o projeto está sendo implantado de forma gradual. Nos órgãos pioneiros na implantação do projeto, o aperfeiçoamento da qualificação e quantificação dos resultados de suas ações tem contribuído para o estabelecimento de metas mais precisas e mais

claras. A melhor definição dos produtos que se pretende gerar com a execução orçamentária dos programas – um dos objetivos do projeto Orçamento por Resultados – é decisivo para permitir avaliar sua eficiência e economicidade. Foram também adotadas iniciativas no processo de avaliação, tendo sido realizadas em determinados programas estaduais, adotando distintas metodologias, cujos resultados foram apresentados e debatidos junto aos gestores dos programas e especialistas, em oficina e seminário ocorridos no mês de novembro de 2014, com aprendizados importantes para sua continuidade em 2015.

A elaboração do PPA 2016-2019 constitui oportunidade ímpar para disseminar a metodologia do Orçamento por Resultados ao conjunto dos órgãos estaduais e ao final de sua manifestação, a Coordenadoria de Planejamento e Avaliação destaca, dentre as mudanças propostas, a confecção de um anexo à Lei Orçamentária Anual que sistematize todas as alterações do PPA de modo a possibilitar, ao final de cada exercício, o alinhamento de programas, produtos e metas do PPA e das leis orçamentárias.

Comentário: submetemos as presentes questões à análise de SDG.

4ª – Inclua, nos demonstrativos concernentes ao acompanhamento da execução dos programas e ações governamentais, referência aos valores empenhados e pagos no exercício, proporcionados à realização das metas físicas por serem previstas na Lei Orçamentária Anual;

O Relatório Anual do Governo, que acompanha o Balanço Geral do Estado, apresenta os valores relativos à execução orçamentária do exercício de 2014 do Poder Executivo, organizadas por Secretaria e suas entidades vinculadas, assim como dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública. As informações estão organizadas de acordo com os Programas e Ações da Lei Orçamentária de 2014 e apresentam as realizações do ano e os recursos despendidos na sua execução.

Comentário: submetemos a presente questão à análise de SDG.

5ª - Quantifique financeiramente, na Lei de Diretrizes Orçamentárias as metas físicas nela previstas, segundo a real capacidade de investimento do Estado;

- quantificação das metas físicas de acordo com a real capacidade de investimento do Estado: informa que a quantificação das metas e a confluência de suas identidades nos três planos orçamentários seguem sendo objetivos permanentemente perseguidos pelas unidades dedicadas à operacionalização dos diferentes sistemas que monitoram a ação governamental. Estão em curso iniciativas direcionadas ao aprimoramento e à unificação dos aplicativos eletrônicos utilizados para aquele

monitoramento. Isso de modo a oferecer aos órgãos setoriais – responsáveis pela proposição e execução dos programas, bem assim pelas suas metas, indicadores e importes de dotação – meios mais adequados à correlação de suas proposições e a aferição de seus resultados.

Comentário: submetemos a presente questão à análise de SDG.

6ª - Identifique, na Lei de Diretrizes Orçamentárias as Atividades, os Projetos e as Operações Especiais cuja dotação decorra de proposta popular;

- identificação de dotações originadas de proposta popular, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais: avalia que já são adequadamente acolhidas no curso da elaboração orçamentária. As múltiplas proposições apresentadas pela cidadania, e recolhidas em audiências públicas, são inseridas nos escopos setoriais dos programas governamentais a que correspondem, a serem executados por diferentes órgãos estatais. Nesse quadro, não parece razoável pretender que determinada ação estatal tenha os seus propósitos e dotações desdobrados em diferentes planos: um, para atender às finalidades gerais de determinada política pública; e, outro plano, ainda que conexo a essa política, destinado a identificar iniciativa oriunda de consulta popular.

Comentário: submetemos a presente questão à análise de SDG.

7ª - Quantifique, no anexo de metas e prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, associada ao corpo das ações de governo, a necessidade de expansão do quadro de servidores;

- quantificação da necessidade de expansão de servidores no anexo de metas e prioridades da LDO: menciona que a despeito do elevado propósito que fundamenta essa proposição, certamente direcionado ao aperfeiçoamento do processo de planejamento, entende que a sua operacionalizaçâo parece carecer de efetividade, pois as demandas de admissão de pessoal para o conjunto da administração estadual são múltiplas e de caráter dinâmico. Nem sempre são passíveis de serem adequadamente aferidas, sem afastar o risco potencial de resvalar para o sobre dimensionamento setorial de necessidades reais, em prejuízo à operacionalidade governamental e ao atendimento dos requisitos de financiamento equilibrado das diferentes políticas públicas. O dispositivo tradicionalmente abrigado nas Diretrizes Orçamentárias, que cumpre o que prescreve o artigo 169 da Lei Maior, é pleno quando determina, expressamente, que qualquer forma de admissão de pessoal, em regra antes precedida e autorizada por lei específica, somente poderá ocorrer quando exista suficiência de dotação e estejam atendidos os requisitos e limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, que disciplinam as despesas com o pessoal ativo e inativo. Não obstante, pela pertinência do apontamento para o aprimoramento da programação

das ações de governo, o seu registro merece ser disseminado às diferentes unidades da administração de modo que se possa convergir para a sua adequada e inteira consecução.

Comentário: submetemos a presente questão à análise de SDG.

8ª - Enuncie, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, os critérios para transferir recursos a entidades da Administração Indireta do Estado, cumprindo assim o disposto no art. 4º, I, "f", da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Comentários: não houve manifestação. Submetemos a presente questão à análise de SDG.

9ª - Providencie que a Lei Orçamentária Anual seja detalhada até o nível de elemento de despesa;

- detalhamento até o nível de elemento de despesa na lei orçamentária anual: sobre essa recomendação, reitera os argumentos que fundamentam posicionamento diverso. A lei orçamentária atende ao disposto no artigo 15 da Lei federal nº 4.320/64, na forma apresentada no Quadro VII que detalha, pelo seu valor global, a despesa estadual por elemento econômico e fonte de recurso. Salienta que o citado artigo 15 não explicita que esse detalhamento deva também acompanhar a apresentação do orçamento de cada unidade orçamentária, e que sucessivas leis de diretrizes orçamentárias passaram a determinar que cumpre constar na proposta orçamentária anual, do Governo de São Paulo, anexo específico para a despesa pública, compreendendo: o orçamento fiscal e o da seguridade social, discriminados por unidade orçamentária, com detalhamento até o nível de atividade e projeto, segundo os grupos de despesa e as fontes de recursos. De plano, no caso do orçamento paulista, é a LDO que determina que o gasto das unidades orçamentárias será apresentado, na lei do orçamento, segundo os correspondentes grupos de despesa e não detalhados, como se pretende, por elemento econômico.

Comentário: submetemos a presente questão à análise de SDG.

10ª - Autorize a alocação de recursos em grupo de despesa ou elemento de despesa não dotados inicialmente, através de lei específica e não por permissão genérica na Lei Orçamentária Anual;

11ª - Cuide para que a transposição, o remanejamento e a transferência de recursos orçamentários sejam autorizados exclusivamente por lei específica;

Quanto às recomendações relativas aos aspectos orçamentários, manifestou-se a Coordenadoria de Orçamento da Secretaria do Planejamento e Gestão, na seguinte conformidade:

- sobre lei específica para alocação de recursos em grupo de despesa, não dotado inicialmente, assim como efetivação de movimentações orçamentárias, como a transposição, o remanejamento ou a transferência de dotações: pondera que tanto a Constituição Federal como a Estadual, nos seus respectivos capítulos dedicados ao orçamento, autorizam a inclusão, na própria lei orçamentária, de dispositivo que permite a abertura de créditos suplementares. O consentimento é expresso no parágrafo 8o do artigo 165 da CF e literalmente reproduzido na Carta paulista em seu artigo 174, parágrafo 8o. Esses comandos constitucionais, ao estabelecerem que a lei orçamentária anual "não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa", excetuam dessa vedação e admitem a inclusão, na lei do orçamento, de "autorização para abertura de créditos suplementares" e preveem, ao final da regra, que esse assentimento, como de rigor, se subordina "nos termos da lei", O ordenamento infraconstitucional dessa sujeição é dado pela Lei federal nº 4.320/64.

O seu artigo 7o, que disciplina as disposições gerais da lei do orçamento, prevê expressamente, em seu Inciso I, que essa lei "poderá conter a autorização ao Executivo" para a abertura de créditos suplementares, até determinada importância e desde que exista o devido lastro de recursos disponíveis, a ser suportado pelas fontes de financiamento elencadas no artigo 43 (superávit financeiro, excesso de arrecadação, anulação de dotações e operações de crédito). Nesse quadro, a genérica referência dada pelo artigo 42, no sentido de que os "créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo", é indissociável e se sujeita à permissão que a antecede, emanada do citado artigo 7o e abrigada em superior comando constitucional, como antes se procurou demonstrar. O acolhimento dessa permissão, na própria lei do orçamento, ao dar cumprimento ao clássico principio da prévia autorização legislativa, que rege as finanças públicas, parece também indicar, entre outros, o propósito de assegurar condições indispensáveis à continuidade da ação administrativa. Oferece mecanismos de ajustes orçamentários requeridos para assegurar a correção de desvios inevitáveis no curso da execução orçamentária. O que pode ocorrer pela necessidade de realocar dotações em razão de prioridades que se impõem ou, em especial, quando é constatada a insuficiência de recursos para determinados gêneros de despesas, enquanto se verifica a existência de disponibilidades de verbas em outros. Bem por isso, os sucessivos orçamentos paulistas, aprovados pelo Parlamento, recepcionam prévio consentimento legislativo para o processamento de créditos suplementares sem a necessidade de lei específica. Desde que, para tanto, estejam restritos a 17% da despesa fixada para o exercício e sancionados pelas fontes de recursos expressamente elencadas no citado artigo 43 da Lei nº 4.320/64.

Comentário: submetemos as presentes questões à análise de SDG.

12ª - Discrimine, nos demonstrativos contábeis, o emprego dado aos recursos provenientes de royalties transferidos ao Estado por força do disposto na Lei Federal nº 7.990, de 1989;

No exercício de 2014, a quota-parte Estado dos recursos provenientes de royalties totalizaram R$ 464,5 milhões, e em consonância ao disposto no artigo 34 da Lei nº 15.109, de 29 de julho de 2013, essa receita foi classificada na Fonte Tesouro, dando cobertura às despesas realizadas nessa fonte, excetuados os pagamentos de dívida e do quadro permanente de pessoal.

Artigo 34 - As receitas provenientes da compensação financeira ou da participação no resultado da exploração do petróleo, de que trata o § 1o do Artigo 20 da Constituição Federal, constituem-se, no orçamento de 2014, recursos do Tesouro do Estado, a serem aplicados nos termos da Lei Federal nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 e modificações posteriores.

Comentário: conforme constou no relatório, observamos que a parte relativa aos municípios foi devidamente identificada, mas a parte do Estado foi classificada de forma genérica. Ainda que o valor seja ínfimo em relação às receitas estaduais, há uma tendência ao crescimento, e estas receitas possuem restrições quanto à sua aplicação, mais especificamente em despesas com pessoal e pagamento de dívidas. Assim, entendemos como não atendida a recomendação.

13ª - Evidencie, mediante o Demonstrativo do Saldo da Conta Financeira as sobras vinculadas a fins específicos, sobretudo quando relacionados estes aos assuntos Educação, Saúde, Precatórios Judiciários, Multas de Trânsito e Royalties;

Informa a CAF que no exercício de 2014 os trabalhos da Contadoria Geral do Estado foram direcionados à adequação dos critérios e rotinas do SIAFEM/SP, com vistas à implantação do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP bem como aos ajustes necessários para os novos modelos das Demonstrações Contábeis adotadas nesse exercício.

Foram muitos os avanços alcançados pelo Estado na primeira etapa do projeto de convergência às normas internacionais aplicadas ao setor público, conseguindo atender as demandas regulatórias de curto prazo. Na sequência, serão implantados os procedimentos contábeis patrimoniais, de forma gradual e estabelecidos por meio de ato normativo da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, como prevê a Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013. O Estado dará continuidade ao projeto de convergência em 2015, abrangendo, principalmente, a elaboração de politicas contábeis patrimoniais, a capacitação dos servidores e a implementação gradativa dos novos procedimentos patrimoniais estabelecidos no

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP. Essa fase envolverá a mobilização dos servidores e gestores, adaptação das unidades estaduais para a implantação e adequação de rotinas, processos, controles e sistemas para atender as necessidades de registros dos aspectos patrimoniais, bem como divulgação nos modelos exigidos pelas normas atuais. O Balanço Financeiro é o demonstrativo onde deverá constar o detalhamento dos saldos das contas financeiras, apresentando as origens e destinações de recursos segregadas em ordinárias e vinculadas. Para 2014 o agrupamento adotado para as fontes de recursos observou a estrutura definida pela STN para a consolidação das contas nacionais, e na continuidade dos trabalhos da segunda fase do Projeto de Convergência às Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público serão promovidas as adequações de rotinas e roteiros contábeis que permitam o detalhamento de informações dos saldos das contas financeiras na forma recomendada pelo Tribunal de Contas do Estado.

Comentário: conforme menciona a Coordenadoria da Administração Financeira-CAF, em 2014 foram implementados ajustes importantes relativamente ao PCASP e ao DCASP, mas sem atender ainda à recomendação.

14ª - Busque alternativas legais para incrementar o recebimento de créditos inscritos na Dívida Ativa;

A Procuradoria Geral do Estado encaminha, por meio do Ofício GPG nº 79/2015, nota técnica elaborada pela Subprocuradoria Geral do Estado da Área do Contencioso Tributário-Fiscal sobre as medidas adotadas para atendimento das recomendações do Tribunal de Contas do Estado, além das informações relativas ao controle, gestão e incremento da arrecadação da dívida ativa, das quais permitimo-nos fazer os seguintes destaques:

- Saneamento e segmentação do estoque da dívida ativa: é um projeto conjunto Procuradoria Geral do Estado e Secretaria da Fazenda, onde estão arquivados os autos de infração de ICMS para correção cadastral, e o saneamento de dados no Sistema da Dívida Ativa é atividade constante. Concomitantemente ao saneamento do estoque da dívida ativa, a PGE prosseguiu no trabalho de segmentação, com base nos dados cadastrais dos contribuintes e seu faturamento, disponibilizada pela Diretoria de Informações da Secretaria da Fazenda.

Cada débito que compõe o estoque da dívida ativa é classificado, conforme a situação do contribuinte (ativo, falido, cassado, suspenso, inativo etc.), que somada à informação do faturamento mensal, possibilitará à PGE estabelecer um rating dos contribuintes, indicando a capacidade de uma empresa saldar seus compromissos financeiros. Isso possibilitará a concentração de esforços da PGE na cobrança de débitos de maior recuperação, além da tomada de medidas judiciais de maior impacto, inclusive

por segmento econômico, o que certamente permitirá o incremento da arrecadação e a consequente diminuição do estoque da dívida ativa;

- Execução fiscal eletrônica: implantada na Comarca da Capital e nas maiores Comarcas do Interior, conforme cronograma do Tribunal de Justiça, com o ajuizamento e a tramitação processual realizados eletronicamente. Além de trazer maior economicidade, pois dispensa gastos com papel, impressão e transporte de autos, traz maior celeridade e agilidade à tramitação das execuções fiscais, o que deve refletir em incremento da arrecadação. Em 2014, buscou-se o aprimoramento do sistema de automação judicial (PGE.net) e sua integração com o sistema mantido pelo Tribunal de Justiça (e-SAJ). Na Vara de Execuções Fiscais Estaduais da Comarca de São Paulo tramitam 659.196 processos, sendo 240.769 já no modelo eletrônico, cabendo à PGE preparar-se e adequar-se à nova modalidade de execução fiscal, que gradativamente será expandida para todo o Estado;

- Penhora de recebíveis: realização de penhora de recebíveis de cartão de crédito/débito dos devedores do ICMS do segmento varejista, com os subsídios de nota técnica do faturamento fornecidos pela Secretaria da Fazenda. Essa prática judicial tem se revelado ferramenta útil na recuperação de ativos, pois inúmeros contribuintes vêm regularizando sua situação fiscal. Ainda dentro desse modelo, será realizada a penhora de recebíveis junto aos clientes/compradores de mercadorias das empresas devedoras, atividade essa voltada ao segmento industrial;

- Cobrança administrativa: emissão de aviso de cobrança, que poderá ser reiterado no tempo conforme indicação do órgão de execução da dívida ativa. Além dessa modalidade de cobrança, com a inscrição do débito em dívida ativa, há inclusão eletrônica da pendência no Cadin Estadual, com as restrições estabelecidas por esse sistema;

- Protesto de certidão de dívida ativa: início, em dezembro/2012, do protesto eletrônico de certidão de dívida ativa dos débitos inscritos do IPVA. Esse tributo foi escolhido para protesto prioritário, dada a sua grande quantidade e valor acessível para pagamento pelo contribuinte. Em novembro/2013 foi agregado o protesto dos débitos constituídos pelas Secretarias de Estado e Tribunal de Contas, e em maio/2014 foi incluído o ICMS. Foram objeto de encaminhamento a protesto, durante 2014, mais de 570 mil débitos, sendo 130 mil de ICMS Declarado, 444 mil de IPVA e 3,3 mil de multas administrativas, com arrecadação de R$ 500 milhões;

- Operações conjuntas com a Secretaria da Fazenda e Ministério Público para combater a venda de combustível adulterado por postos de gasolina no Estado, além da recuperação do ICMS - Substituição Tributária devido pelas distribuidoras de combustíveis e empresas do segmento sucro-energético. Outras operações setoriais, centradas no segmento varejista da comercialização de medicamentos, recuperaram em 2014 mais de R$

50 milhões. Em 2015, com apoio da inteligência fiscal, deverão ser expandidas as operações conjuntas iniciadas em 2013 (Operações Ouro Negro/combustíveis, Caixa de Pandora/embalagens, Roda Limpa/transporte de carga e Alquimia/produtos químicos). Em 18 meses de trabalho, o grupo identificou 15 grupos econômicos, obteve arresto e penhora de mais de 100 imóveis e dezenas de veículos, além do bloqueio de vultosas somas em dinheiro. Diante do êxito alcançado, o projeto está sendo estendido às demais Procuradorias Regionais;

- Programa Especial de Parcelamento (PEP I): com a autorização do Convênio ICMS 108/2012 - CONFAZ e do Decreto nº 58.811, de 27 de dezembro de 2012, foi disponibilizado aos contribuintes do ICM/ICMS, em 01/03/2013, o Programa Especial de Parcelamento - PEP, possibilitando parcelamento de débitos inscritos e não inscritos com descontos de juros e multa, com prazo em até 120 meses, mediante parcelas constantes. Nesse programa foram realizadas 49.377 adesões equacionando débitos com benefícios no valor de R$ 10,7 bilhões;

- Programa Especial de Parcelamento (PEP II): autorizado pelo Decreto nº 60.444, de 13 de maio de 2014, com 18.053 adesões, correspondentes a R$ 5,8 bilhões em dívida inscrita, tendo gerado arrecadação da ordem de R$ 1,49 bilhão até 31 de dezembro de 2014;

- Programa de Parcelamento de Débitos (PPD): autorizado pelo Decreto nº 60.443, de 13 de maio de 2014, possibilitou o pagamento de débitos inscritos de natureza tributária e não tributária de diversas origens (IPVA, ITCMD, taxa judiciária, multas administrativas, contratuais e penais, reposição de vencimentos, ressarcimentos e restituições), com descontos e redução nos honorários advocatícios, tendo gerado arrecadação da ordem de R$ 442 milhões.

Ao final de sua Nota Técnica, a Subprocuradoria Geral do Estado da Área do Contencioso Tributário-Fiscal demonstra a evolução da arrecadação da divida ativa, a partir de 2007, devendo ser destacadas as dos exercícios de 2013 e 2014, que superaram o montante de R$ 3 bilhões/ano.

Comentário: conforme constou no relatório, a arrecadação da dívida ativa nos dois últimos exercícios foi expressivamente superior aos exercícios anteriores.

15ª - Institua, a exemplo da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), um sistema de informação gerencial, calcado em indicadores específicos de desempenho, que reflitam a capacidade do órgão competente em recuperar em juízo créditos da Dívida Ativa do Estado, a razão entre a efetiva arrecadação da Dívida Ativa do Estado, objeto de parcelamento, e o estoque da Dívida Ativa do Estado, sujeito ao mesmo tratamento, a efetividade da recuperação da Dívida Ativa do Estado em um período de cinco anos, a proporção da arrecadação de grandes

devedores sobre o estoque da Dívida Ativa a estes vinculado e o saldo dos depósitos judiciais realizados em favor da Fazenda Estadual a cada exercício financeiro;

A Subprocuradoria Geral do Estado da Área do Contencioso Tributário-Fiscal informa, em Nota Técnica, que para a implementação das informações gerenciais e indicadores de desempenho, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) desenvolveu um sistema com a utilização de uma ferramenta de gerenciamento de banco de dados. Esse sistema gerencial, desenvolvido pelo SERPRO, utiliza dados de outros três sistemas (de parcelamentos, de dívidas previdenciárias e de dívidas fisco-tributárias) e faz projeções gráficas, bem como comparativo entre unidades da Procuradoria, no âmbito nacional, regional e de Estados, devendo ser disponibilizado a todos os integrantes da carreira da PGFN para propiciar a competição positiva entre as regionais e procuradores, inclusive com estabelecimento de metas, por meio do incremento dos indicadores de resultados. Para desenvolvimento de sistema correspondente na PGE, a Subprocuradoria aguarda o envio dos custos e do cronograma de especificação pela PRODESP, que será avaliado e adequado à disponibilidade orçamentária. Informa que também foi solicitada uma proposta à Oracle, que deverá, no decorrer deste semestre, apresentar uma prova de conceito para aferição inicial da performance da extração e apresentação de relatórios, tomando por base o estoque da dívida ativa e a arrecadação.

Comentário: entendemos que foram tomadas medidas no sentido de dar atendimento ao recomendado.

16ª - Envide esforços, para adaptar as cláusulas financeiras do Programa de Ajuste Fiscal (Lei Federal nº 9.496, de 1997) à realidade econômica estadual e nacional vigente;

Sobre a dívida refinanciada, no âmbito do Programa de Apoio à Restruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados (Lei nº 9.496/97), anexamos nota técnica elaborada pelo Departamento de Gestão da Dívida e Haveres do Estado (Anexo IV), com o relato dos avanços obtidos recentemente e seus impactos sobre o serviço da dívida do Estado, a saber:

- fruto da mobilização dos entes da federação, das negociações em várias instâncias e do próprio reconhecimento da União da inconsistência das condições originais dos contratos de refinanciamento, foi finalmente sancionada a Lei Complementar nº 148, em 25 de novembro de 2014, estabelecendo novo indexador da dívida dos Estados e Municípios, sob a égide da Lei nº 9.496/97:

- a taxa de juros de 6,0% ao ano será reduzida para 4,0% ao ano, e a atualização monetária calculada pela variação do índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) será

substituída pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), limitados à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custodia (SELIC), evitando que a soma dos encargos fique acima dos juros vigentes no mercado;

– a sua eficácia, no entanto, depende de regulamentação por parte da União para a formalização dos aditivos contratuais, o que vem sendo negociada em função do impacto da medida nas contas da União, e o Ministro da Fazenda, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), realizada em 31 de março de 2015, anunciou o compromisso do Executivo de completar em 1º de fevereiro de 2016 a regulamentação da Lei Complementar nº 148/2014;

– em contraposição, os deputados aprovaram o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 15/2015 – Complementar, fixando prazo de 30 dias à União, a partir da data de manifestação do devedor, para a assinatura dos aditivos contratuais com o novo indexador da dívida, independentemente de regulamentação;

– encaminhado ao Senado Federal, o PLC 15/2015 foi aprovado no dia 28 de abril de 2015, e dentre outras emendas, com a que permite à União aplicar os novos indexadores até 31 de janeiro de 2016. Com a mudança do texto, o PLC retornará à Câmara dos Deputados;

• com relação à dívida do Estado de São Paulo, a alteração do indexador implicará redução do estoque, mas não acarretará redução imediata no fluxo atual do serviço da dívida (13% da RLR), o que só deve ocorrer a partir de 2027. Os impactos para o Estado de São Paulo (a preços de dezembro de 2014) são:

• redução do saldo do resíduo em R$ 66,4 bilhões, em maio de 2027;

• redução do fluxo de pagamentos da ordem de R$ 95,8 bilhões, correspondentes ao período de 2027 a 2037.

Comentário: entendemos que a Lei Complementar n° 148/2014 trouxe significativos avanços, ao substituir o IGP-DI pelo IPCA, limitado à taxa SELIC. Salientamos que os efeitos para o Estado de São Paulo serão sentidos a partir de 2.027.

17ª - Cuide para que os recursos da educação, sobretudo quando repassados à Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, sejam efetivamente aplicados no próprio exercício de competência;

A Secretaria da Educação encaminha, por meio do Ofício GS nº 138/2015, manifestação da Coordenadoria de Orçamento e Finanças que informa sobre providências adotadas para que os valores comprometidos à FDE não ocorram pelo valor total dos convênios e/ou contratos, mas apenas para o que será efetivamente executado no exercício financeiro, com os repasses na modalidade

91 (intra-orçamentárias). A Fundação registra o recebimento desses recursos como receita intra-orçamentária e processa os gastos no SIAFEM/SP, atendendo inclusive recomendações anteriores do Tribunal de Contas do Estado. Conforme demonstrativo anexado pela Secretaria da Educação, no exercício de 2014 foram liquidados e pagos à FDE, R$ 1,241 bilhões, pela modalidade 91, em despesas do Programa 0805 – Parcerias Escola, Comunidade e Sociedade Civil, Programa 0815 – Manutenção e Suporte da Educação Básica, e Programa 0816 – Apoio Administrativo e Suporte Técnico à Educação. Destaca ainda que em decorrência das medidas adotadas e gerenciamento dos recursos, os restos a pagar a favor da FDE vêm se reduzindo significativamente, com redução de 89% durante o exercício de 2014 (de R$ 99,3 milhões em fevereiro para R$ 10,9 milhões em dezembro).

Comentário: as medidas adotadas atendem ao recomendado.

18ª - Atente para que, das despesas relacionadas no Programa Escola da Família, sejam incluídas, no cálculo da aplicação no ensino, apenas aquelas referentes ao pagamento de universitários;

Atendendo recomendação do Tribunal de Contas do Estado, a Coordenadoria de Orçamento e Finanças demonstra, em seu Ofício COFI nº 124/2015, que 98,4% das despesas relacionadas ao Programa Escola da Família foram custeadas com recursos próprios e vinculados federais, sem onerar o cálculo da aplicação no ensino. Do total de R$ 115,22 milhões destinados à Escola da Família, somente R$ 1,86 milhão (1,6%) foi liquidado na Fonte Tesouro para atender despesas com a bolsa universidade.

Comentário: embora os valores envolvidos sejam de baixa monta frente aos gastos do Estado, este E. Tribunal vem aceitando no cálculo do percentual do Ensino – Recursos Tesouro, relativamente ao Programa Escola da Família, somente despesas com o pagamento de universitários.

19ª - Divulgue pelo Portal da Transparência do Governo Paulista a situação de todos os projetos vinculados à Copa do Mundo de 2014, inclusive os financiados pela Desenvolve São Paulo, no âmbito do Programa de Incentivo ao Investimento Esportivo, e os decorrentes de convênios celebrados com os Municípios, indicando: a) o nome do projeto; b) o volume de recursos públicos e de origem privada envolvido; c) o valor total previsto; d) o valor contratado e, quando for o caso, aditado; e) o valor efetivamente pago; f) o nome da

empresa contratada; e g) a data de início da execução.

Análise: NÃO ATENDIDA.

Em consultas realizadas nos sites www.transparencia.sp.gov.br e www.copa2014.sp.gov.br em período posterior a 29/04/2015, data do Ofício nº 309 / 2 0 1 5 – GS com informações elaboradas pela Contadoria Geral do Estado da Coordenadoria da Administração Financeira da SEFAZ relativas às recomendações, não foi localizada a situação dos projetos vinculados à Copa do Mundo 2014 demandada pela recomendação. No site www.copa2014.sp.gov.br, inclusive, ainda consta a mensagem "Em atendimento à legislação eleitoral (Lei nº 9.504/1997), este site ficará indisponível de 5 de julho de 2014 até o final da eleição estadual de São Paulo."

II - Referentes ao exame operacional realizado por amostragem, com o objetivo de orientar a atuação do Controle Interno e contribuir para o aprimoramento da ação governamental fiscalizada:

A verificação do atendimento ou não às recomendações se baseou, no Ofício nº 939/2014 – GS, encaminhado no TC-00005/026/15, que acompanha os presentes autos.

II.1 – Quanto ao Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP (vinculado à Secretaria de Estado da Educação):

1ª - Antecipe a data de publicação dos relatórios pedagógicos e de estudos do SARESP, se possível anteriormente ao início do ano letivo, para que seus apontamentos possam ser analisados e empregados pela comunidade escolar durante o período reservado ao planejamento pedagógico das unidades;

Análise: NÃO ATENDIDA.

A antecipação da data de realização da avaliação permitirá, provavelmente, a antecipação da divulgação dos documentos que veiculam a interpretação dos resultados do exame, ensejando a possibilidade dos membros da comunidade escolar utilizarem-nos na

avaliação das ações desenvolvidas no ano letivo anterior e na (re)elaboração da proposta pedagógica.

2ª - Divulgue, juntamente com as análises já veiculadas pelos relatórios pedagógicos e de estudos, o percentual de erros e acertos registrados em todas as séries avaliadas pelo SARESP, bem como dos dados socioeconômicos e das demais informações recolhidas por meio dos questionários de contexto, *por unidade escolar* (pelo menos), e não apenas do agregado de todos os participantes da prova no Estado;

Análise: NÃO ATENDIDA.

Conquanto a Secretaria de Estado da Educação afirme que o conteúdo e a forma de apresentação dos relatórios pedagógicos e de contexto estejam sendo reformulados, não há nenhuma indicação concreta de que os dados serão divulgados às escolas com o nível de desagregação recomendado.

3ª - Distribua maior número de exemplares dos relatórios pedagógicos e de estudos do SARESP às unidades da rede, para que mais professores e membros das equipes de gestão escolar possam estudá-los, simultaneamente, sem prejuízo de sua divulgação concomitante na internet;

Análise: NÃO ATENDIDA.

A manifestação da Pasta indica que serão introduzidas novas formas de divulgação dos relatórios pedagógicos por via eletrônica (online), sem mencionar explicitamente a intenção de ampliar o número de exemplares impressos distribuído às unidades escolares.

4ª - Proporcione mais eventos de aperfeiçoamento profissional, destinados preferencialmente aos professores, inclusive das disciplinas não avaliadas pelo SARESP, a fim de capacitá-los, para interpretar e utilizar as análises e orientações veiculadas nos relatórios pedagógicos e de estudos como subsídios para a reflexão e a transformação das práticas didáticas e das propostas pedagógicas das escolas;

Análise: NÃO ATENDIDA.

Malgrado os trabalhos que objetivam adequar os conteúdos dos relatórios do SARESP às necessidades dos Núcleos Pedagógicos das Diretorias de Ensino, visando ao aperfeiçoamento das atividades pedagógicas desenvolvidas nas escolas, a Secretaria de Estado da Educação não manifestou de maneira clara o compromisso de ampliar a oferta de eventos de capacitação que auxiliem os docentes a interpretar e a utilizar os resultados do SARESP em sua prática pedagógica cotidiana.

5ª - Implemente estudos visando a possibilidade de uma reformulação do índice que representa a qualidade do ensino oferecido pelas escolas, considerando, além das características socioeconômicas do público atendido, as características objetivas dos estabelecimentos de ensino que influenciam nos resultados da aprendizagem;

Análise: NÃO ATENDIDA.

A proposta de revisão do método de cálculo do índice que representa a qualidade do ensino oferecido nas escolas da rede pública estadual, decorrente de amplo estudo realizado pela Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação da Educação (CIMA), foi rechaçada pela Comissão Intersecretarial, responsável pela aprovação do cálculo da Bonificação por Resultados, não restando atendida a recomendação elaborada pela equipe de fiscalização.

6ª - Observe a Resolução SS 493/94, quanto à área por aluno em sala de aula, e a Resolução SE nº 86/08; e

Análise: NÃO ATENDIDA.

Não houve qualquer manifestação da Pasta a propósito desta recomendação.

7ª – Adote estratégias que incentivem os estudantes a se preparar para a realização das provas do SARESP, de modo a proporcionar diagnósticos de aprendizagem ainda mais fidedignos.

Análise: NÃO ATENDIDA.

Não houve qualquer manifestação da Pasta a propósito desta recomendação.

II.2 – Quanto à Ação 5146 do Programa 0805 – Escola da Família (vinculado à Secretaria de Estado da Educação e à Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE):

1ª - Ajuste o indicador considerado no PPA:

Análise: NÃO ATENDIDA.

Apesar da Coordenação Geral do Programa Escola da Família SEE/FDE, sinalizar para uma substituição ou acréscimo do atual indicador, entendemos, S.M.J., que houve um entendimento parcial por parte da Coordenadoria responsável sobre a extensão da recomendação proposta, uma vez que restou claro que o método de cálculo, no qual se baseou o indicador do PPA apresentou divergências com o apurado pela fiscalização deste Tribunal, conforme demonstrado no TCA 18.995/026/13[25], precisando de ajustes na metodologia para mensurar o programa, uma vez que se identificou que a situação de violência no ambiente escolar não vem melhorando nas escolas a despeito dos dados oficiais mostrarem números enviesados.

2ª - Aprimore o Sistema Gerencial do Programa Escola da Família:

Análise: NÃO ATENDIDA.

A gestão do PEF reconheceu dificuldades de ordem técnica (área de tecnologia) no *site* do programa, que concebido em 2003, não atende as necessidades atuais de gerenciamento, no entanto, as discussões sobre o novo formato ainda estão pendentes de realização.

[25] "1) o nº de escolas consideradas para efeito de cálculo do indicador previsto no PPA é inadequado, pois foi considerado o nº total de escolas e não àquelas que efetivamente responderam positivamente às questões de violência no ambiente escolar; 2) as variáveis consideradas no cálculo foram alteradas de um ano para outro, tendo em vista que, em 2012 foi considerada a média das respostas de mais uma questão - "presença de gangues de alunos" na escola; assim, se tivessem mantido as mesmas variáveis de um período para o outro não teria havido redução no percentual."

3ª - Cobre maior participação do Conselho de Escola, no Programa Escola da Família:

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

Existe a intenção de se ampliar a participação do Conselho de Escola no PEF, para tanto foi feita a sugestão de incorporar nas atribuições do Vice Diretor do Programa, a sua participação no Conselho a fim de informar os membros sobre as atividades que serão ou são desenvolvidas nos finais de semana, interagindo Bolsistas, pais, voluntários sobre as necessidades do PEF.

A maior participação dos Conselhos de Escola só poderá ser avaliada ao longo dos próximos anos se, de fato, a sugestão acima for efetivada.

4ª - Estude a possibilidade da designação de mais um Professor Coordenador do Núcleo Pedagógico para as Diretorias de Ensino com grande número de escolas participantes do Programa Escola da Família:

Análise: ATENDIDA

Realizou-se estudo com o objetivo de se verificar as necessidades de PCNP, não só para o PEF, mas também para outros projetos como Currículo, Atendimento Especializado e Educação Integral. O estudo foi concluído e as Diretorias tem a determinação de gradualmente suprirem o quadro de PCNP, sem, no entanto, prejudicar os alunos com o afastamento do professor da sala de aula, para atuarem como PCNP.

5ª - Exija das Instituições de Ensino Superior o cumprimento da atribuição de monitorar os projetos desenvolvidos pelos educadores universitários de acordo com o regulamento previsto no Bolsa Universidade:

Análise: PREJUDICADA

Deixou de constar, no Regulamento do Bolsa Universidade, a obrigatoriedade das Instituições de Ensino Superior (IES) em orientar na elaboração do projeto e acompanhar seu desempenho junto ao PEF.

Com a redução na jornada de horas do educador universitário (bolsista), os projetos passaram a ser coletivos e priorizados sendo desenvolvidos em consonância com o Projeto Pedagógico de cada escola, cuja supervisão e acompanhamento deverá ser realizados pelas Coordenações Local e Regional do PEF.

6ª - Amplie a divulgação do Bolsa Universidade, nas escolas de ensino médio e nas universidades conveniadas, a fim de obter maior participação de universitários:

Análise: ATENDIDA

Por meio de diversos tipos de divulgação e a redução da carga horária do educador universitário, o número de bolsistas passou de 14.800, em 2013, para 21.200 em 2014.

II.3 – Quanto ao Programa 1814 – Modernização e Aperfeiçoamento da Polícia Técnico-Científica (vinculado à Secretaria de Estado da Segurança Pública):

1ª - Aperfeiçoe o Planejamento Estratégico, definindo diretrizes, objetivos e metas a serem alcançados;

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

Foi informado que a Superintendência da Polícia Técnico-Cientifica (SPTC) tem por "objetivo estratégico a sua completa autonomia administrativa, o que possibilitará atingir a meta de adequar recursos humanos e dinheiro público ao que se mostrar mais efetivo na persecução penal do Estado", entretanto, estão sendo realizados estudos do grupo de trabalho instituído pela Resolução SSP/182, de 26/11/13 a fim de alterar a legislação que rege a SPTC.

2ª - Aprimore o plano de ações, fixando prioridades de curto, médio e longo prazo;

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

Conforme resposta da SPTC e acompanhamento efetuado pelo DCA, muitos itens estão em fase de implantação, com o estabelecimento de plano de ação e prazos definidos para tal, necessitando o acompanhamento dos

órgãos de controle até o atendimento integral das recomendações.

3ª - Estabeleça indicadores de desempenho capazes de mensurar, de fato, o desempenho da Superintendência da Polícia Técnico-Científica;

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

A SPTC informou que está em fase de estudos uma reformulação dos indicadores de desempenho, para isso deverá ser instituído (com prazo de 90 dias para publicação da Portaria) uma Câmara Técnica de Avaliação de Trabalhos Periciais, e também um Grupo de Estudos e Planejamento para adequações de Equipes Periciais, com prazo de 1 (um) ano para a conclusão das propostas.

4ª - Atualize, tempestivamente e oportunamente, o PPA, de acordo com a realização de melhorias ou a mudança de critério nos indicadores, metas e ações;

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

Embora a SPTC tenha informado que atualiza constantemente o PPA, tais atualizações serão verificadas no PPA 2016-2019 que será proposto pelo governo no transcorrer do ano de 2015.

5ª - Promova melhor integração entre as Polícias Civil, Científica e Militar, na solução dos casos, bem como com outros órgãos, tais como DETRAN, Ministério Público e Poder Judiciário, a fim de obter a otimização dos recursos e maior efetividade dos laudos;

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

A SPTC informa que vem buscando a integração com outros órgãos da polícia judiciária via GDL (Sistema Gerador de Laudos) e com outros sistemas, tais como o RDO da Polícia Civil. Está sendo realizado também plano piloto com a Corregedoria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e pretende-se implantar juntamente com O Ministério Público do Estado de São Paulo um "Banco de Dados Unificado" de pessoas desconhecidas e desaparecidas, com as informações do

DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa), com parcerias do Instituto de Identificação "Ricardo Gumbleton Daunt" (IIRGD), o Instituto Médico Legal (IML), o serviço de Verificação de Óbito (SVO) e outras instituições interessadas.

Apesar dos esforços ainda não há prazos definidos para a completa integração que se faz necessária.

6ª - Estude a criação de Corregedoria e Escola de Aperfeiçoamento próprias da Superintendência da Polícia Técnico-Científica, assim como ocorre com a Polícia Civil;

Análise: ATENDIDA

A SPTC informa que encontram-se concluídos os estudos e sugestões do grupo de trabalho para estudos de reestruturação da Superintendência da Policia Técnico-Cientifica, instituído por força da Resolução SSP/SP 128, de 28 de setembro de 2012, e posteriormente alterada pela Resolução SSP/SP 182, de 26 de novembro de 2013, dentre outros pontos, propõe a criação de uma Corregedoria e Escola de Aperfeiçoamento próprias da SPTC. Entretanto, a alteração de decreto depende de ato normativo do governador.

7ª – Elabore o Manual de Procedimentos e Regimento Interno da Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC);

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

A SPTC informa que *"A elaboração de Regimento Interno encontra-se vinculada à proposta de Lei Orgânica da Polícia Técnico-Cientifica que foi submetida á apreciação do Secretário de Segurança Pública, conjuntamente com a proposta de reestruturação da SPTC.*
Além disso, foram disponibilizados na página da Intranet desta Instituição diversos manuais que organizam e orientam as condutas a serem observadas pelos servidores afins. Especificamente em relação aos exames de corpo de delito, esta Superintendência norteia-se nos Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) estabelecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e cuja elaboração contou com precioso auxílio de profissionais desta

Instituição."

Desse modo, constata-se que está em fase de implantação o pleno atendimento da proposta.

8ª - Providencie reformas e adequação das instalações dos Núcleos e Equipes da Superintendência da Polícia Técnico-Científica, observando as legislações vigentes;

Análise: NÃO ATENDIDA

A SPTC informa que tem buscado a captação de imóveis (terrenos) nas cidades sedes das unidades de perícia, bem como de recursos financeiros, que seguem o disposto no Plano Plurianual (PPA).
Sendo assim, a proposta não foi atendida por ora, devendo os órgãos de controle efetuar o acompanhamento até o atendimento integral.

9ª - Planeje as reformas e obras de adequação de forma coordenada com os Peritos Criminais e Peritos Médico-Legais, bem como com outros servidores diretamente afetados, de modo que atenda às necessidades atuais e aos dispositivos e prazos legais;

Análise: NÃO ATENDIDA

A SPTC informa que encontrou dificuldades para manter um cronograma de obras já estipulado, visto que, em seu dia a dia, tem-se procurado sanar as urgências conforme seu surgimento.

Sendo assim, a proposta não foi atendida por ora.

10ª - Estude a possibilidade de se adequar e reativar as atividades do Instituto Médico-Legal de São Mateus (Leste 2) ou de transferir a sua estrutura para outro Núcleo ou Equipe mais necessitada;

Análise: NÃO ATENDIDA

Apesar de a SPTC informar que tem sido realizadas visitas técnicas no imóvel sede da Equipe de Perícias Médico Legais de São Mateus e que se encontra "*instruído processo licitatório para contratação de*

empresa visando â realização de obras necessárias, encaminhando para captação dos recursos correspondentes", entendemos, que a recomendação proposta ainda não foi atendida uma vez que a situação permanece a mesma.

11ª - Providencie a instalação das Equipes de Santo Amaro e Itaquera, previstas desde o Decreto nº 42.847 de 9 de fevereiro 1998 e dispostas no organograma da Superintendência da Polícia Técnico-Científica;

Análise: NÃO ATENDIDA

A SPTC informa que atualmente não dispõe de infraestrutura e recursos humanos necessários para a implantação imediata das Equipes de Perícias Criminalísticas de Santo Amaro e Itaquera.

12ª - Efetue a adequação necessária dos Institutos Médico-Legais de Praia Grande e Taubaté, para que estes retornem às suas atividades;

Análise: NÃO ATENDIDA

Segundo a SPTC, a Equipe de Perícias Médico-Legais de Taubaté retornou suas atividades em 21 de maio de 2014 encontrando-se, portanto, adequada e em funcionamento.

Porém, a Equipe de Perícias Médico-Legais de Praia Grande encontra-se desativada. Foi realizado procedimento licitatório, modalidade "Tomada de Preço", em 20/08/2014, visando a contratação de empresa especializada em serviços de reforma e adequação predial para a Equipe de Perícias Médico-Legais de Praia Grande. Encontra-se em fase recursal e de adjudicação.

13ª - Adote medidas de segurança patrimonial, para assegurar o local, os ativos físicos, os servidores e usuários, levando em consideração as particularidades do Instituto de Criminalística e do Instituto Médico-Legal;

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

De acordo com a SPTC, com relação à segurança patrimonial, os novos projetos arquitetônicos tem levado em consideração as particularidades das unidades periciais para garantir a segurança patrimonial local, e está em desenvolvimento projeto de vigilância de todas as unidades, com aquisição de câmeras de vigilância, porém, em virtude da quantidade de unidades, está previsto um prazo de 2 (dois)anos para que todas estejam monitoradas por câmeras.

14ª - Planeje a compra de equipamentos, para que estes não fiquem inoperantes por inadequação do espaço físico ou por falta de treinamento de pessoal para manuseá-los;

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

A compra de equipamentos passou a ser realizada mediante submissão e aprovação de expediente junto á Assistência Técnica do Gabinete da Superintendência, para que nele seja comprovada a real necessidade de aquisição, a existência de espaço físico e infraestrutura para a sua instalação, bem como a disponibilidade de recurso humano habilitado a operá-los.

Embora a SPTC informar as providências adotadas, esta fiscalização não teve acesso aos documentos comprobatórios.

15ª - Promova ações no sentido de colocar em efetiva utilização os equipamentos inoperantes;

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

Estabelecimento de processo de pesquisa e diagnóstico das necessidades materiais, incluindo a Identificação de equipamentos e materiais que não se encontram em operação, no sentido de que se promovam ações que possibilitem o uso destes equipamentos ociosos na própria unidade em que se encontram ou para que sejam remanejados para outras unidades para que entrem em operação.

Embora a SPTC informar as providências adotadas, esta fiscalização não teve acesso aos documentos comprobatórios.

16ª - Identifique, através de levantamento com os servidores, as necessidades de aquisição de equipamentos de proteção individual, mobiliários, materiais e instrumentos básicos;

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

A SPTC informa que foi desenvolvido um procedimento de pesquisa e diagnóstico das necessidades materiais aplicados a todas as unidades do Estado, entretanto, esta fiscalização não teve acesso aos documentos comprobatórios.

17ª - Promova a readequação do quadro de pessoal, conforme as demandas atuais, de modo a coibir os desvios de função e evitar possíveis ações trabalhistas;

Análise: NÃO ATENDIDA

A SPTC informa que conseguiu o aumento de cargos de todas as suas carreiras e a criação dos cargos de oficiais administrativos e técnicos de laboratório, objetivando dirimir os desvios de função, entretanto, não foi informado o quadro de pessoal atualizado (cargos existentes, criados, ocupados, vagos) com lotação por unidades e equipes de perícia e sua efetiva readequação.

18ª – Adote medidas para capacitação e aperfeiçoamento do corpo de servidores, a fim de torná-los mais eficientes, na realização de suas atividades;

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

A SPTC informa a instituição de grupos de estudos das diversas áreas técnicas com o objetivo de pesquisar novas metodologias e normatizar procedimentos já existentes promovendo a divulgação dos resultados através de palestras. Portanto, encontra-se na fase de estudos e por ora a proposta foi atendida parcialmente.

19ª - Aperfeiçoe os procedimentos referentes à requisição de perícias, preservação do local e cadeia de custódia, a fim de tornar mais precisos os exames e laudos expedidos;

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

A SPTC informa que, a fim de aperfeiçoar os procedimentos referentes à requisição de perícias, normatizará as requisições das mesmas, exigindo o meio físico ou eletrônico para a sua efetivação.

Com relação à preservação do local, a SPTC proporá às Polícias Civil e Militar, ao Ministério Público e Poder Judiciário, o respeito ao artigo 6°, inciso I, do Código de Processo Penal[26].

Para o aprimoramento da cadeia de custódia está em vigência a regulamentação proposta pela SENASP.

20ª - Aprimore a coleta de dados e os controles exercidos sobre a atividade da Superintendência da Polícia Técnico-Científica, no que tange aos resultados alcançados e as informações divulgadas (exames realizados e laudos expedidos);

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

A SPTC informa que a implantação total do Sistema GDL e a utilização dos Certificados Digitais, que permitem a coleta de dados mais precisos, tem sido amplamente monitorados pela SPTC e para tanto, será elaborada uma ordem de serviço estabelecendo a realização de auditorias mensais nos sistemas de estatísticas e de controle de emissão dos laudos periciais, o que poderá resultar no aprimoramento na gestão das informações, ao qual definiu prazo de 60 dias para a publicação da referida ordem de serviço.

21ª - Implante e execute, integralmente, o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS).

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

A SPTC informa que está em fase de implantação o PGRSS, informando os diretores de núcleos e disponibilizando o material na rede, entretanto, se faz necessária visita técnica para averiguar o nível

[26] I - dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais; (Redação dada pela Lei nº 8.862, de 28.3.1994), acesso: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm, em 07/05/15

de implantação da proposta.

II.4 – Quanto à Ação 4195 do Programa 1801 – Acesso à Cidadania (vinculada à Secretaria de Estado da Segurança Pública):

1ª - Verifique a possibilidade de se levar a coleta automática de impressões dactiloscópicas a todos os postos de identificação do Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt – IIRGD:

Análise: ATENDIDA

Será analisada a possibilidade de aditamento do contrato firmado para a terceirização da emissão das cédulas de identidade.

2ª - Adote medidas, para que o banco de dados que alimentará o Sistema de Verificação Automática Biométrica - SIVAB esteja completo em um curto espaço de tempo:

Análise: NÃO ATENDIDA

As soluções apresentadas pela Secretaria já haviam sido expostas quando da realização do trabalho. No entanto, dado o volume dos arquivos dactiloscópicos existente no Estado de São Paulo, além dessas ações já previstas, medidas que propiciassem com que todos os cidadãos solicitassem uma nova cédula de identidade, ou fizessem apenas o cadastramento biométrico, deveriam ser tomadas.

3ª - Estude e implante soluções tecnológicas, visando à substituição de solicitações e informações em papel por meio digital:

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

Algumas medidas já foram tomadas para a utilização de documentos em meio digital. Outras medidas ainda estão em processo de implantação, sem que tenham sido estabelecidos prazos para a conclusão.

4ª - Realize a manutenção necessária nos arquivos

deslizantes localizados no subsolo do prédio Sede do IIRGD, para o correto arquivamento das fichas de identificação civil, ainda armazenadas em caixas:

Análise: NÃO ATENDIDA

A Secretaria de Segurança alegou que o processo licitatório para contratação da manutenção dos arquivos deslizantes encontrava-se em trâmite, não tendo havido ainda, portanto, a solução do problema apontado.

5ª - Adote providências para o andamento do projeto de modernização das instalações físicas do prédio Sede do IIRGD:

Análise: NÃO ATENDIDA

Pelas informações contidas no documento em análise, o projeto básico de reforma do prédio sede do IIRGD continua sob a análise da CPOS, não tendo havido alteração da situação.

6ª - Efetue levantamento das condições físicas dos postos de identificação do Estado, adotando-se providências para reforma dos locais que não possuam condições adequadas de atendimento ao público:

Análise: NÃO ATENDIDA

Não foi feito levantamento das condições físicas das instalações dos postos de identificação do Estado.
A falta de dotação orçamentária para a solução desse problema poderia ser sanada com o planejamento de ações para melhoria das condições dos locais.

II.5 – Quanto à Ação 4989 do Programa 1801 – Polícia Judiciária (vinculada à

Secretaria de Estado da Segurança Pública)

1ª - Estude e implante solução tecnológica, para utilização do Registro Digital de Ocorrências como fonte única das estatísticas criminais;

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

A Secretaria de Segurança Pública editou a Resolução SSP n° 139, em setembro de 2013, criando o Projeto de Padronização e Automatização de Coletas de Estatísticas Criminais.

Por esse Projeto, deverão ser realizados estudos para a implantação de soluções que melhorem a qualidade dos indicadores que compõem as estatísticas criminais, com a utilização de recursos tecnológicos.

Considera-se parcialmente atendida essa Recomendação, pois houve a idealização do Projeto sem, contudo, terem disso tomadas medidas concretas para sua implantação, como designação da equipe responsável e estabelecimento de prazos para apresentação de soluções e implantação de melhorias.

2ª - Aperfeiçoe os controles efetuados sobre as atividades da polícia judiciária;

Análise: NÃO ATENDIDA

Os controles a serem efetuados, como se depreende da citação feita na conclusão do trabalho[27], estão relacionados aos dados referentes às atividades de Polícia Judiciária e não ao controle da atividade em si.
As justificativas apresentadas pela SSP não se referem ao controle dos dados e, sobre esse ponto, não houve pronunciamento, por essa razão, entendemos como não tendo sido atendida.

3ª - Verifique as razões do baixo índice de elucidação das ocorrências criminais:

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

A SSP editou a Resolução n° 86, em julho de 2014, constituindo um Grupo de Trabalho destinado à análise,

[27] *"Com base nestas análises, foi possível identificar diferenças entre os dados estatísticos da Secretaria de Segurança, tanto quanto às ocorrências registradas, como quanto aos inquéritos policiais instaurados e casos esclarecidos.*
Essas divergências podem ser resultantes de controles de dados ineficientes, por parte da Secretaria de Segurança, e da utilização de critérios distintos para o cômputo dos dados estatísticos". Fonte: TCA 18995/026/13.

prevenção e repressão a crimes contra o patrimônio.
As análises a serem feitas por esse grupo tem como objetivo verificar as razões do baixo índice de elucidação de casos, mas, suas análises estão restritas aos Crimes contra o Patrimônio.
A Recomendação feita era para que fossem verificadas as razões do baixo índice de elucidação em todos os tipos de crime, e não apenas aos relacionados ao patrimônio.

4ª - Promova a realização de concursos para preenchimento dos cargos vagos nos quadros da Polícia Civil:

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

As vagas a serem preenchidas através dos concursos em andamento, segundo informado pela Academia de Polícia, não seriam suficientes para o preenchimento de todos os cargos vagos.

Para Escrivão de Polícia, por exemplo, o concurso em andamento visa preencher 788 vagas, mas, conforme consta no TCA 18.995/026/13, existem 1810 cargos vagos. Para Investigador, foram ofertadas 1384 vagas, sendo que existem 2422 a serem preenchidas.

5ª - Efetue levantamento das adequações necessárias nas instalações físicas das unidades policiais, adotando-se medidas para solução dos problemas encontrados.

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

Embora a Delegacia Geral de Polícia tenha editado Portaria[28] padronizando os termos de referência destinados à elaboração de projetos básico e executivo para a execução de obras de construção, reforma, readaptação e readequação de imóveis que abrigam as unidades policiais, não foi estabelecido um plano de ação para que as alterações necessárias fossem feitas.

II.6 – Quanto ao Programa "Rede de Proteção à Mãe Paulista", instituído pela Lei Estadual n° 14.544/11,

[28] Portaria DGP 03, de 30.01.2012.

inserido no Programa 930 (vinculado à Secretaria de Estado da Saúde)

1ª - Providencie a regulamentação da Lei Estadual nº 14.544/11;

Análise: NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO

2ª - Cuide para que todos os hospitais financiados com recursos do Estado e sob gestão estadual ofereçam atendimento, com qualidade, às gestantes e recém-nascidos, garantindo o efetivo cumprimento do direito do acompanhante e disponibilização de analgesia para alívio da dor;

Análise: NÃO ATENDIDA

Ainda que a SES tenha informado sobre a realização de Fóruns Perinatais destinados a discutir as mudanças necessárias, não restaram demonstradas medidas efetivas para garantir o proposto na legislação, conforme apontamento realizado. Também não ficou claro quais as medidas adotadas pela SES quanto a verificação dos dados relativos a analgesia para alívio da dor citadas no relatório, e possíveis medidas saneadoras.

3ª - Aprimore a infraestrutura existente, aumentando a quantidade de leitos obstétricos, Gestante de Alto Risco - GAR, UTIs neonatais e Unidades de Cuidados Intermediários - UCIs neonatais nas Redes Regionais de Atenção à Saúde - RRAS onde existem déficits;

Análise: NÃO ATENDIDA

Segundo a SES existe um movimento coordenado pela Área Técnica de Saúde da Mulher no sentido de se apoiar sistematicamente as regiões para solicitação de recursos federais e estaduais com objetivo de melhorar a infraestrutura dos equipamentos. Informou que já houve avanço nos últimos anos na quantidade de leitos relativos a UTI's e UCI's Neonatais.

4ª - Adote medidas, para o cumprimento da meta constante no Plano Estadual de Saúde 2012-2015, referente à diminuição de partos cesáreos, incentivando a realização de partos normais no

SUS/SP e promovendo a expansão dos Centros de Parto Normal;

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

Segundo a SES existem medidas em curso para monitoramento da evolução da quantidade de cesáreas realizadas no Estado, como a criação de um indicador. Ainda conforme a SES medidas efetivas como a construção e contratação de pessoal especializado para o funcionamento do CPN estão em curso.

5ª - Cobre melhor qualidade e fidedignidade da informação repassada pelos hospitais no Sistema de Informação Hospitalar - SIH quanto às justificativas para a realização de partos cesáreos no SUS, a fim de contribuir para melhor atuação dos gestores;

Análise: NÃO ATENDIDA

Segundo a SES existem rotinas de acompanhamento de indicadores para a justificativa de partos cesáreos, com o objetivo de melhorar a qualidade assistencial no serviço de obstetrícia. No entanto, conforme dados constantes no Relatório, mais de 50% dos partos cesáreos realizados e registrados pelos hospitais nos Sistema de Informação Hospitalar – SIH, não apresentaram os motivos para a sua realização.

6ª - Otimize a realização de visitas antecipadas pelas gestantes, com equipes designadas para isso, nos hospitais com assistência obstétrica;

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

Segundo a SES, em resposta ao Departamento de Controle e Avaliação (DCA) vinculado a SEFAZ todos os hospitais sob sua gestão, tanto os subordinados a Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde (CGCSS) quanto os subordinados a Coordenadoria de Serviços de Saúde (CSS), possuem rotinas de visitas antecipadas das gestantes com equipes designadas para conhecimento do local do parto. No entanto durante a fiscalização que culminou no Relatório em questão, informou que de um total de 41 hospitais, em 12 não existe rotina para visita antecipada da gestante a maternidade e nem equipe designada para isso, o que representa 30% dos

hospitais analisados, em resposta ao item VIII da Requisição DCG-3 nº 042/2013. No que se refere a atenção básica, subordinada aos municípios, a SES informou que a Área Técnica da Saúde da Mulher tem trabalhado no intuito de implementar a vinculação da gestante à maternidade de referência e proporcionar a visita antecipada, sem entretanto, demonstrar quais são as ações efetivas adotadas para alcançar esse objetivo.

7ª - Integre, na regulação, todos os estabelecimentos financiados com recursos estaduais e sob gestão estadual, inclusive os filantrópicos e autarquias;

Análise: NÃO ATENDIDA

Conforme informado pela SES, continua o processo de integração de todos os prestadores sob gestão estadual na regulação, por intermédio do Grupo de Regulação e da Central de Regulação de Ofertas de Serviços de Saúde (CROSS). A Secretaria também citou medidas para o incentivo as Santas Casas disponibilizarem seus leitos na Regulação. Dessa forma entende-se que existem medidas em curso para atender o disposto no apontamento, embora ainda existam estabelecimentos financiados com recursos estaduais e sob gestão estadual, inclusive os filantrópicos e autarquias fora da Regulação.

8ª - Desenvolva as grades de referência e de urgência/emergência materno infantil de forma sistematizada, na regulação;

Análise: NÃO ATENDIDA

Conforme a SES "A grade de urgência/emergência materno-infantil já se encontra disponibilizada na CROSS, sendo objeto constante de atualização no âmbito de cada Departamento Regional de Saúde (DRS)". A SES informou que o módulo que permitirá a CROSS a efetiva regulação de leitos obstétricos ainda está em fase de planejamento. Atualmente o módulo de leitos existente no sistema da CROSS permite tão somente o acompanhamento em tempo real da ocupação.

9ª - Regule os leitos obstétricos, Gestante de Alto Risco - GAR, UTIs neonatais e Unidades de Cuidados Intermediários - UCIs neonatais por meio

do Portal CROSS (Central de Regulação de Ofertas e Serviços de Saúde);

Análise: NÃO ATENDIDA

A SES informou que o módulo que permitirá a CROSS a efetiva regulação de leitos obstétricos ainda está em fase de planejamento. Atualmente o módulo de leitos existente no sistema da CROSS permite tão somente o acompanhamento em tempo real da ocupação.

10ª - Desenvolva e execute as funcionalidades do Portal CROSS (Central de Regulação de Ofertas e Serviços de Saúde), previstas no manual de Implantação de Complexos Reguladores;

Análise: NÃO ATENDIDA

A SES informou que o Portal CROSS, por meio do Grupo de Regulação, se encontra em contínuo desenvolvimento, seja através de melhorias seja com novas funcionalidades, as quais permitam maior resolubilidade e transparência. Não informou, no entanto, quais funcionalidades estão em implantação e respectivos prazos para a conclusão dessa processo.

11ª - Adote providências para que os hospitais voltados para o atendimento as gestantes de alto risco, atuem predominantemente para este público; e

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

A SES justificou que parte do atendimento as gestantes de médio/baixo risco em hospitais referenciados para o atendimento as gestantes de alto risco, se dá pelo fato desses hospitais serem "porta aberta" e pela demanda espontânea, destacando que nesses casos, conforme legislação vigente, o atendimento deve ser realizado. Informou também que existem ações em curso para o fortalecimento das áreas vinculadas ao acompanhamento da atenção básica, saúde da mulher, saúde da criança, com objetivo de se apoiar os municípios na pactuação do Programa Rede Cegonha, que inclui dentre outras coisas o atendimento hospitalar as gestantes de alto risco. Além disso a SES informou também que existem áreas voltadas a adotar medidas

para implementar o Acolhimento e Classificação de Risco para as gestantes, conforme estabelecido na pactuação entre as esferas municipal e estadual. Não foram informadas com detalhes as medidas citadas para o alcance desse objetivo.

12ª - Estude a implementação, ainda que não consistam em despesas de saúde para fins de apuração de limites constitucionais, dos benefícios às gestantes previstos em lei, referentes ao transporte público gratuito, durante a gravidez e o primeiro ano de vida da criança, para acesso aos serviços de saúde, e a concessão de um enxoval para o recém-nascido, na alta hospitalar, com a finalidade de se aumentar a adesão ao Programa.

Análise: NÃO ATENDIDA

Segundo a SES o Programa "Mãe Paulista" não foi autorizado pela Consultoria Jurídica, tendo em vista o cumprimento da Lei Complementar nº 141 de 2012 e para não ferir o princípio constitucional da legalidade. Dessa forma, o Programa "Mãe Paulista" que entrou no PPA 2012-2015, sob Programa Orçamentário 930 - - Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, Ação 6133, teve seus recursos (R$ 5.000.000,00) alocados para a Ação 4850 - Atendimento ambulatorial e hospitalar em unid. Estad. Da Adm. Direta e Indireta do mesmo Programa. Com a não execução da Ação 6133, esta foi removida da proposta da Lei Orçamentária anual (LOA). No que se refere ao transporte sanitário, a SES informou orientar os municípios a organizar os deslocamentos das gestantes, conforme estabelecido no mapa de vinculação de cada rede, sendo que no caso de urgência, já existem protocolos articulados com os serviços de urgência municipais. No entanto, a lei nº 14.544 de 14/09/2011 (Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa "Rede de Proteção à Mãe Paulista", e dá outras providências) se encontra vigente, e a não autorização da Consultoria Jurídica da Pasta, no que se refere a inclusão das despesas relativas a concessão de enxoval para o recém-nascido nos cômputos dos limites constitucionais de saúde, não pode ser considerada óbice para a realização do disposto na legislação. Em relação ao transporte das gestantes a SES demonstrou que o seu papel é tão somente de orientação aos municípios, não sendo demonstrada outras ações para o alcance do disposto na

Lei 14.544 sobre a garantia do transporte público gratuito para a gestante durante a gravidez e durante o primeiro ano de vida da criança para acesso aos serviços de saúde;

II.7 – Quanto às Ações 4849, 4850 e 4852 do Programa 930 – Atendimento Integral e Descentralizado do SUS e Ações 1377, 2449 e 2473 – do Programa 941 - Infraestrutura em Saúde (vinculadas à Secretaria de Estado da Saúde)

1ª - Formalize documento com as linhas de investimentos priorizadas para aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Saúde - FUNDES/SP, em especial para os estabelecimentos voltados a assistência de média e alta complexidade;

Análise: NÃO ATENDIDA

A manifestação não demonstra a formalização de documento (programação anual, PDI, Mapa de Saúde ou o COAP) com as linhas de investimentos (despesa de capital) priorizadas, com destaque para estabelecimentos voltados a assistência de média e alta complexidade. Além de apresentar entendimento restritivo ao considerar somente os recursos de fonte 05 (federais) como pertencentes ao FUNDES/SP, e, assim, não alinhado a Lei Complementar nº 141/2012 (art. 14) e lei orçamentária, em que a unidade orçamentária 09012 – FUNDES/SP figura com outras fontes de recursos.

2ª - Submeta os projetos de construção, ampliação e/ou reforma de edificações de estabelecimentos de saúde à avaliação físico-funcional da Vigilância Sanitária competente (municipal ou estadual), para fins de obtenção do Laudo Técnico de Avaliação - LTA, antes da fase externa da licitação;

Análise: NÃO ATENDIDA

Na manifestação constou que "somente após a contratação e início da execução das obras, bem como dos projetos executivos, é dada entrada junto a Vigilância Sanitária para aprovação e consequente obtenção do LTA (Laudo Técnico de Avaliação)."

3ª - Regularize os estabelecimentos de saúde, para obtenção das Licenças de Funcionamento e Auto de Vistoria de Corpo de Bombeiros;

Análise: NÃO ATENDIDA

A manifestação informa que "encontra-se em elaboração uma proposta de levantamento das necessidades de todos ESs e desenvolvimento de projetos para regularização e obtenção de LFs e AVCBs".

4ª - Providencie a prestação de serviços de intervenção técnica em equipamentos médico-hospitalares (Engenharia Clínica), para aprimoramento da gestão no âmbito dos estabelecimentos de saúde;

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

Pela dependência da conclusão do iniciado procedimento licitatório e efetiva prestação de serviços de engenharia clínica aos estabelecimentos de saúde.

5ª - Padronize e utilize formulário individual de equipamento, tomando por base a publicação do Ministério da Saúde "Equipamentos médico-hospitalares e o gerenciamento da manutenção - Capacitação à distância - Brasília – DF, 2002";

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

Pela dependência da conclusão do iniciado procedimento licitatório e efetiva prestação de serviços de engenharia clínica aos estabelecimentos de saúde.

6ª - Providencie sistema de inventário de equipamentos dos estabelecimentos de saúde estaduais (OSS, Administração Direta ou Indireta), com acesso centralizado, de forma a proporcionar pleno controle sobre o parque de equipamentos pela Secretaria de Estado da Saúde - SES/SP; e

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

A manifestação constou que "a pedido da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, a Prodesp está desenvolvendo sistema de controle patrimonial para uso em todo o estado que permitirá acesso centralizado. Sua implantação está prevista para 2015"

7ª - Amplie os investimentos em informatização e cuide para manter atualizados os sistemas existentes no âmbito do SUS, em especial o SIA (Sistema de Informatização Ambulatorial) e SCNES (Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde).

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

A manifestação detalhou o ciclo do processamento e cadastro da produção dos estabelecimentos de saúde, sem informar medidas, inclusive do componente do estadual do SNA (GNACs e CTARs), destinada a contribuir com a atualidade do SIA. No tocante ao CNES, a iniciativa não contemplou a totalidade dos estabelecimentos sob gestão estadual. Por fim, não houve manifestação sobre ampliação dos investimentos em informatização.

II.8 – Quanto à Ação 2470 do Programa 3813 – Gestão da Custódia e Apoio à Reintegração Social da População Penal e Egressos (vinculada à Secretaria da Administração Penitenciária)

1ª - Priorize a instalação de bloqueadores de celular, nas Unidades Prisionais;

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

A contratação informada contemplou apenas 23 de 159 Unidades Prisionais.

2ª - Amplie os sistemas de teleaudiência de forma a racionalizar custos e maximizar a segurança;

Análise: ATENDIDA

Consoante manifestação, "a utilização das salas está pautada nas demandas oriundas dos tribunais, sendo que no âmbito da Pasta, a diretriz é a instalação de salas primeiramente nos Centros de Detenção Provisória e algumas Penitenciárias escolhidas pelo seu perfil".

3ª - Adote medidas para suprir a deficiência do quadro de pessoal das Unidades Prisionais; e

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

A teor da manifestação, a aferição da suficiência das medidas adotadas restou prejudicada para as classes dos concursos informados, demandando uma complementação com o quadro previsto (existente), ocupado e vago por unidade prisional ou geral, atrelado as correspondentes nomeações realizadas e previstas. Além disso, remanescem, consoante relatório de fiscalização, as deficiências de quadro de médico clínico geral e médico psiquiatra para Penitenciárias.

4ª - Observe o princípio da regionalização para os presos, previsto na Resolução CNPCP nº 3/05.

Análise: NÃO ATENDIDA

A manifestação apresentada não demonstrou a obediência ao princípio de regionalização com base na adoção de prática de documentar a análise efetuada nos processos administrativos de novas Unidades Prisionais e em dados sobre: incremento de percentual de presos com família pertencente à Região Administrativa da UP; redução dos pedidos de transferência por aproximação familiar e dos procedimentos de escolta para apresentações judiciais; e esvaziamento das Cadeias Públicas nas regiões em que serão construídas unidades prisionais.

II.9 – Quanto às Ações 4457 e 4458 do Programa 1311 – Vigilância Sanitária Vegetal e Animal (vinculadas à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento):

1ª - Aperfeiçoe a forma como são detalhadas as ações e metas no PPA, a fim de orientar o trabalho desenvolvido pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária;

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

A manifestação da Secretaria indica que foram tomadas providências para que as ações e metas do PPA sejam detalhadas, entretanto, o resultado dessas providências só poderá ser verificado no próximo PPA.

2ª - Realize concurso público, para contratação de novos servidores, principalmente para as áreas técnicas da Coordenadoria de Defesa Agropecuária: médicos veterinários e engenheiros agrônomos;

Análise: NÃO ATENDIDA

A Secretaria admite que o quadro de pessoal é reduzido e insuficiente e que tem solicitado abertura de concurso para renovação e reposição do mesmo, entretanto, o mesmo não ocorreu.

3ª - Adote medidas para que o horário e dias de trabalhos dos servidores atendam às reais necessidades das fiscalizações efetuadas pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária;

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

A Secretaria informa que há legislação que disciplina o horário e dias de trabalho dos servidores a fim de atender as necessidades das fiscalizações efetuadas pela Coordenadoria de Defesa Agropecuária, mas que não tem como praticá-la, tendo em vista, o quadro reduzido de funcionários, pois, o regime adotado é plantão e não tem servidores para substituir os que estiverem em descanso.

4ª - Intensifique as fiscalizações referentes aos programas da febre aftosa, inocuidade dos alimentos, greening e cancro cítrico, a fim de

serem atingidos os objetivos propostos; e

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

A Secretaria indica que no Estado de São Paulo há muitos anos não registra casos de febre aftosa e que em relação à fiscalização da área vegetal - greening e cancro cítrico - adotou modelo amostral idealizado pelo IEA (Instituto de Economia Agrícola), tendo em vista a necessidade de inspecionar diversas atividades agropecuárias diferentes, o grande número de plantas a serem inspecionadas com a dispersão geográfica estadual e ainda a insuficiência de recursos humanos qualificados.

5ª - Promova ações visando obter eficiente educação sanitária por parte dos programas analisados.

Análise: PARCIALMENTE ATENDIDA

A Secretaria vem sendo alertada constantemente pelo Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) da possibilidade do Estado ter seu 'status" sanitário rebaixado por diversas enfermidades e os órgãos auditores estaduais tem relatado as consequências desastrosas da minimização do quadro funcional.

XVI – SINTESE DO APURADO

SÍNTESE DO APURADO							R$ MILHÕES	
ITEM	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
Superávit Orçamentário - Adm. Direta	29.969		32.583		39.476		43.092	
Déficit Orçamentário - Adm. Indireta	-30.693		-33.566		-40.470		-43.448	
Superávit/Déficit Orçamentário - Consolidado	-724	-0,50%	-983	-0,64%	-995	-0,57%	-356	-0,19%
Evolução da Receita Tributária	113.543	10,01%	121.781	7,26%	130.553	7,20%	136.065	4,22%
Despesas com Propag. e Publicidade	141	-46,15%	209	46,94%	305	45,76%	277	-9,39%
Evolução do Disponível	32.948	24,60%	31.535	-4,29%	30.505	-3,27%	24.081	-21,06%
Dívida Ativa	193.440	-2,49%	226.277	16,98%	246.505	8,94%	279.940	13,56%
(-) Ajuste a valor recuperável			-112.653		-121.440		-146.106	
Dívida Ativa após Ajuste			113.624		125.065		133.834	
Dívida Interna	174.046	5,32%	185.753	6,73%	199.091	7,18%	209.380	5,17%
- Ajuste Fiscal	170.508	5,64%	182.424	6,99%	191.448	4,95%	197.441	3,13%
Dívida Externa	5.824	35,62%	6.318	8,48%	7.813	23,66%	10.638	36,16%
Precatórios e Obrig. Pequeno Valor - Pagamentos	2.455		2.593		2.409		2.350	
Precatórios - Repasses ao TJ	1.546		1.674		1.774		1.987	
Despesas com Pessoal e Reflexos	49.893	46,29%	56.456	48,81%	62.402	48,29%	68.536	50,64%
- Poder Executivo	43.309	40,18%	48.927	42,27%	54.154	41,91%	59.366	43,86%
- Poder Legislativo	995	0,92%	1.072	0,93%	1.160	0,90%	1.310	0,97%
- Poder Judiciário	4.563	4,23%	5.098	4,43%	5.588	4,32%	6.262	4,63%
- Ministério Público	1.026	0,95%	1.359	1,18%	1.500	1,16%	1.598	1,18%
Ensino	26.434	30,15%	28.422	30,13%	31.737	30,15%	32.549	30,22%
Saúde*	10.841	12,43%	11.535	12,23%	13.172	12,51%	13.099/ 13.416	12,16%/ 12,46%

Obs: trata-se de quadro resumo. Para maiores informações, inclusive quanto aos critérios utilizados, consultar o tópico específico do Relatório.

Os itens Despesa com Pessoal, Ensino e Saúde têm os percentuais calculados em relação à receita, conforme normas vigentes.

*o percentual de aplicação na Saúde está sendo apresentado com dois índices, conforme explicado no item próprio do relatório.

XVII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O **resultado primário** representa o principal indicador de solvência fiscal do setor público. É obtido pela diferença entre as receitas e as despesas não financeiras, e consigna a capacidade de pagamento do serviço da dívida.

As metas fixadas para a obtenção de resultados primários e os resultados (superávits) obtidos, para os exercícios de 2003 a 2014 estão a seguir discriminados:

EXERCÍCIOS	META FIXADA	RESULTADO OBTIDO	%
2003	3,127 bilhões	3,594 bilhões	14,9
2004	3,349 bilhões	3,704 bilhões	10,6
2005	3,220 bilhões	3,458 bilhões	7,4
2006	3,817 bilhões	5,214 bilhões	36,6
2007	4,089 bilhões	5,917 bilhões	44,7
2008	4,203 bilhões	5,534 bilhões	31,6
2009	1,904 bilhões	2,622 bilhões	37,7
2010	1,657 bilhões	5,152 bilhões	210,9
2011	4,095 bilhões	6,197 bilhões	51,3
2012	4,499 bilhões	6,490 bilhões	44,3
2013	3,495 bilhões	4,403 bilhões	26,0
2014	3,493 bilhões	4,589 bilhões	31,4

Observa-se que a meta fixada para 2014 foi 0,06% inferior à de 2013. Já em relação aos resultados obtidos, o de 2014 foi 4,22% superior ao de 2013.

O superávit primário obtido indica que o desempenho das receitas primárias permitiu a cobertura integral de todas as despesas primárias, além de assegurar recursos para o pagamento de parte do serviço da dívida contribuindo, por conseqüência, para a redução da relação Dívida Consolidada Líquida (DCL) / Receita Corrente Líquida (RCL).

As despesas com pessoal e encargos sociais de todos os Poderes, que se constituem na principal despesa fiscal do Estado, atingiram o montante acumulado de R$ 68,8 bilhões, já descontada a parcela paga com as contribuições de servidores.

Em 2014 também se observou um aumento da Dívida Consolidada Líquida (DCL), apesar do cumprimento dos compromissos com a União e demais credores, tendo atingido o

montante de R$ 200,4 bilhões, crescimento de 9,1% sobre o ano anterior. Este valor representa 1,48 vezes a Receita Corrente Líquida do Estado.

Após estas breves considerações acerca do resultado primário, e demais aspectos tratados no *Relatório do Secretário da Fazenda*, diante de todo o exposto neste Relatório e com base nos levantamentos, análises e avaliações procedidas no decorrer do processo de acompanhamento da execução orçamentária e dos atos da gestão governamental relativos ao exercício ora em exame, permitimo-nos, com a devida vênia, finalizar este trabalho **propondo as seguintes recomendações:**

Execução Orçamentária e Financeira

1. Discrimine-se nos demonstrativos contábeis o emprego dado aos recursos provenientes de *royalties* transferidos ao Estado, que possuem restrições quanto à sua utilização no pagamento de despesas com pessoal e empréstimos.

2. Evidenciem-se mediante o Demonstrativo do Saldo da Conta Financeira as sobras vinculadas a fins específicos, sobretudo quando relacionados estes aos assuntos Educação, Saúde, Precatórios Judiciários, Multas de Trânsito e *Royalties*.

3. Encaminhem-se ao Tribunal de Contas, no prazo estabelecido no inciso II do art. 12 das Instruções Consolidadas nº 1, de 2008, "cópias das atas das audiências públicas trimestrais realizadas na Assembléia Legislativa para apreciação dos relatórios financeiros e operacionais da Saúde."

4. Divulgue pelo Portal da Transparência do Governo Paulista a situação de todos os projetos vinculados à Copa do Mundo de 2014, inclusive os financiados pela Desenvolve São Paulo, no âmbito do Programa de Incentivo ao Investimento Esportivo, e os decorrentes de convênios celebrados com os Municípios, indicando: a) o nome do projeto; b) o volume de recursos públicos e de origem privada envolvido; c) o valor total previsto; d) o valor contratado e, quando for o caso, aditado; e) o valor efetivamente pago; f) o nome da empresa

contratada; e g) a data de início da execução.

Copa do Mundo 2014

1. ao governo estadual que futuros programas de incentivo ao investimento esportivo atrelados a eventos de âmbito mundial, alinhem-se aos documentos da entidade mundial que regula o esporte do evento ou das pessoas jurídicas reconhecidas por esta entidade.

2. a Desenvolve SP que apure a concessão de financiamento a pessoa jurídica de direito privado não voltado a projeto de investimento em hotelaria ou em atividades esportivas associadas aos eventos da Copa de 2014, nos termos do Decreto nº 58.339/2012, de 27/08/2012.

3.a SEFAZ que conclua as atividades fiscalizatórias para verificar a comprovação do efetivo emprego das mercadorias e bens das operações beneficiadas com a isenção do ICMS prevista nos Decretos nº 55.634/2010 e 58.500/2012, e reporte ao final dos trabalhos os resultados, inclusive se, no caso de descumprimento dos requisitos da Portaria CAT nº 64/2012, houve autuações, recolhimentos, entre outras implicações.

4. a SSP que implante integralmente o CICC, instalando a Agência de Atuação Integrada contra o Crime Organizado (AAI) e o Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública do Estado de São Paulo (CIISP-SP); que otimize o aproveitamento da Delegacia Móvel pelos órgãos de execução da Polícia Civil.

Fiscalizações Operacionais

1. Estabeleça "plano de ação", com metas e prazos, para cumprimento das recomendações não plenamente atendidas de exercícios anteriores, referentes ao exame operacional e constantes no item XV deste relatório, com elaboração e execução pelo responsável por programa/ação/órgão/entidade e monitoramento e avaliação oportunos do Controle Interno;

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	**Controle, Armazenamento e Destinação das Drogas, Armas de Fogo e Veículos Automotores Apreendidos pela Polícia Civil**
	2. Realize estudos visando o desenvolvimento e implantação de um sistema informatizado de gerenciamento das unidades policiais, com funções que auxiliem na administração e controle dos bens apreendidos, e que não tenha seu funcionamento restrito a uma unidade, podendo ser acessado de qualquer lugar, pelas pessoas autorizadas; **3.** Unifique os procedimentos de controle e administração dos bens apreendidos em toda a Polícia Civil, de forma que não possa ocorrer divergência entre os dados existentes; **4.** Elabore projetos de salas adequadas para o armazenamento de drogas e armas de fogo apreendidas, com condições de segurança compatíveis com o necessário para o armazenamento desses bens; **5.** Proceda à adequação das unidades policiais para implantação das novas salas de armazenamento de bens; **6.** Dê continuidade às contratações formais de locais para o recolhimento de veículos apreendidos; **7.** Estabeleça meios e rotinas de controle acerca das condições de armazenamento de veículos nos locais contratados; **8.** Estude soluções para destinação final dos veículos que já estejam depositados em pátios irregulares ou abandonados; **9.** Estabeleça tratativas com o Poder Judiciário visando a realização de uma força-tarefa para a determinação da destruição das drogas armazenadas nas unidades policiais e das amostras de contraprova mantidas nas unidades de perícia que já possuam as condições para serem destruídas; **10.** Solicite ao Poder Judiciário a adoção de soluções para o problema dos veículos existentes em pátios localizados em todo o Estado, nos moldes do Provimento CSM 2.061/2013; **11.** Estabeleça acordo com o Tribunal de Justiça para que os juízes determinem uma destinação aos veículos apreendidos, tão logo seja possível; **12.** Organize leilões para venda dos veículos que atenderem as condições exigidas para tanto, inteiros ou compactados.

SECRETA	**Cadastros e Produções do Estado nos Sistemas de Informações Oficiais SUS (CNES e SIH)**

Com relação aos sistemas de informações SUS – CNES e SIH:

13. Manter o CNES atualizado, de acordo com a forma e o prazo determinado pelo MS, dos ES sob gestão estadual;
14. Incorporar indicadores de qualidade de informação do CNES nos ajustes celebrados no âmbito da SES/SP, sujeitando o estabelecimento de saúde a cortes de recursos pelo não alcance dos parâmetros formalmente eleitos pela administração.
15. Auditar, regularmente, AIH(s) combinado com os prontuários de pacientes, a fim de aferir a correspondência e qualificar a informação do SIH;
16. Aperfeiçoar as questões da Pesquisa de Satisfação dos Usuários SUS/SES/SP, de modo a evitar equívocos nas interpretações e por fim otimizar recursos;
17. Traçar estratégias para a ampliação da participação dos usuários SUS/SP na Pesquisa de Satisfação da SUS/SES/SP;
18. Instituir mecanismos de controle sobre as constatações do componente estadual do SNA sobre as respostas positivas da Pesquisa de Satisfação dos Usuários SUS/SES/SP e Carta ao Usuário SUS/MS;
19. Envidar esforços no sentido de integrar e compartilhar dados/resultados da Carta SUS/MS referentes aos estabelecimentos de saúde sob gestão estadual;
20. Incorporar indicadores de qualidade de informação do SIH nos ajustes celebrados no âmbito da SES/SP, sujeitando o estabelecimento de saúde a cortes de recursos pelo não alcance dos parâmetros formalmente eleitos pela administração.

Com relação ao Componente Estadual do SNA:

21. Estruturar o componente estadual de saúde do SNA com carreira de auditor, sob as Diretrizes Nacionais PCCS SUS, e com subordinação técnica e administrativa dos CTAR ao GNACS, nos moldes da estrutura federal;
22. Empreender anualmente auditorias para aferir a confiabilidade dos sistemas de informação de maior criticidade (CNES, SIH e SIA), de forma censitária ou sob amostras estatísticas, e de resultados, voltadas a avaliar a qualidade da assistência;
23. Padronizar os dados e informações de saúde utilizados pelo componente (GNACS e CTAR), a fim de melhorar a informação de auditoria em saúde.

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES	**Agência Reguladora de Transportes – ARTESP - A Composição do Quadro de Pessoal**
	ARTESP: **24.** Incremente o número de funcionários e/ou dias do plano de fiscalização, enquanto perdurar ou quando houver falta de contrato de fiscalização de apoio vigente, referente à conservação de rotina e obras; Aos órgãos/entidades estaduais: **25.** Abstenha-se de ceder servidor/funcionário antes que esse tenha cumprido seu estágio probatório.
SECRETARIA DE GEESTÃO PÚBLICA	**Gestão da PRODESP**
	26. Oferte as administrações estaduais e/ou municipais serviços de consultoria/assessoramento, bem como de fiscalização de apoio. **27.** Demande ao(s) Órgão(s) responsável(eis) a compensação dos prejuízos na gestão do Poupatempo e Acessa São Paulo. **28.** Reequilibre os preços oferecidos a seus clientes, quando observar a existência de spread (ganhos da mediação), entre os valores pagos aos Prestadores de Serviços de Apoio Técnico Especializado e os valores recebidos de seus clientes finais. **29.** Fomente a utilização dos produtos/serviços, em especial aqueles voltados a saúde e educação e os "fast track", pelas administrações municipais. **30.** Adote a métrica "pontos de função" para a medição dos serviços no escopo desenvolvimento e manutenção evolutiva de sistemas, visando melhorar a eficiência e controle dos serviços. **31.** Elabore contratos com objetos restritos (por soluções em TI), de modo a aumentar a eficiência e o controle. **32.** Formalize as propostas demandadas por Órgãos/Entidades Públicas, inclusive com registros nos sistemas existentes (PNPP ou outro que vier a substituí-lo) para subsidiar o controle externo na verificação da compatibilidade de preços com preços de mercado. **33.** Detalhe nos contratos e/ou respectivas ESP's, quando da utilização da métrica "hora/homem", os recursos com quantidade e valor, e se PRODESP ou Prestadores de Serviços de Apoio Técnico Especializado.

	34. Adote instrumentos de controle dos serviços contratados, devendo constar no mínimo o objeto; as "horas/homem", se PRODESP e/ou Prestadores de Serviços de Apoio Técnico Especializado, previstas e realizadas; as funcionalidades previstas (quando for o caso); prazo inicial e final; e data de aceite dos serviços prestados. **35.** Compatibilize a estrutura e os recursos na prestação de serviços, de modo a dar cumprimento aos prazos estabelecidos entre as partes (PRODESP e Clientes).

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	**Condições Oferecidas nas Unidades Escolares Estaduais**
	36. Adote medidas para manter em seu quadro docente percentual elevado de professores ministrando aulas compatíveis com sua formação acadêmica; **37.** Evite a contratação de professores temporários; **38.** Reveja a legislação que autoriza o professor a trabalhar mais do que 32 horas- aulas semanais; **39.** Adote estratégias para estimular o professor a permanecer na mesma escola, como por exemplo, valorizando e investindo na equipe docente e garantindo boas condições de trabalho (escola estruturada); **40.** Dote as escolas com os insumos de natureza pedagógica e de suporte a atividade docente mínimos recomendados pelo Conselho Nacional de Educação; e **41.** Melhore as condições físicas das dependências das escolas: sala de leitura/biblioteca, sala de TVD/DVD, laboratório de informática e de ciências e quadras
	Programa 0815 - Manutenção e Suporte da Educação Básica
	Ação 6172 – Fornecimento de Alimentação Escolar aos Alunos da Educação Básica
	42. investigue, de forma aprofundada, os motivos pelos quais há um número baixo de comensais e envide esforços para uma maior adesão dos alunos ao programa de fornecimento de merenda escolar; **43.** reveja os horários em que as refeições completas são servidas e adeque o tipo de refeição ao respectivo horário, de modo a respeitar a cultura e os hábitos alimentares paulistas, bem como permitir o desenvolvimento de ações de educação nutricional; **44.** efetue a Ata de Registro de Preços condicionada a um cardápio elaborado anteriormente, de modo que as escolas possam receber os ingredientes integrantes do cardápio e possam cumpri-lo sem que tenham que

promover alterações, o que poderia levar a um comprometimento das necessidades nutricionais diárias;

45. envide esforços para uma maior agilidade na implementação e implantação da nova versão do SAESP (II) e que contemple funcionalidades de modo a permitir um gerenciamento e controle efetivo dos estoques e de todo o processo que envolve o fornecimento da merenda escolar;

46. oriente efetivamente todas as escolas sobre quem são os usuários do programa de alimentação escolar;

47. oriente as UEs para que disponibilizem o cardápio tanto para a comunidade escolar quanto para os pais, de modo que eles possam acompanhar as refeições servidas;

48. oriente as DEs sobre a importância da fiscalização nas UEs de modo a efetivar a observância ao cardápio, o qual foi elaborado por um responsável, considerando-se as necessidades nutricionais diárias;

49. convirja esforços para a adoção de uma prática alimentar mais natural;

50. adote um sistema padronizado e diário de contagem de refeições servidas e oriente, efetivamente, todas as DEs e UEs sobre a necessidade de controle das mesmas;

51. aprimore o sistema de contagem de comensais/refeições servidas, com acompanhamento e controle efetivos do registro nas escolas ou modifique a forma de pagamento às empresas terceirizadas;

52. investigue os motivos da variação da verba PEME para aquisição de gêneros para alunos com necessidades específicas e o baixo de número de alunos atendidos;

53. envide esforços no sentido de oferecer mais orientações para as DEs/UEs e tornar obrigatório o envio de um formulário consolidado dos alunos cuja patologia exija algum tipo de cardápio específico, com estabelecimento de prazo para as escolas encaminharem estas informações ao DAAA;

54. intensifique a sua atuação para promover a educação alimentar e nutricional, sanitária e ambiental nas escolas centralizadas da rede pública de ensino estadual e oriente os municípios neste sentido, já que constitui sua responsabilidade quando da celebração do convênio, conforme o Decreto nº 55.080/2009, art. 6º;

55. intensifique as fiscalizações conforme

	estabelece o Decreto nº 57.141/2011 de modo a assegurar os cardápios definidos e a qualidade de produtos e da preparação especificados, além de supervisionar e fiscalizar normas e padrões definidos para a execução dos programas de alimentação escolar; **56.** envide esforços no sentido de identificar possíveis dificuldades na participação da chamada pública, de modo a viabilizar o certame para aquisição de produtos da agricultura familiar; **57.** aplique, no mínimo, 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural e mantenha um controle separado desse recurso; **58.** apure os valores informados e explique as divergências encontradas, fundamentando as Receitas, Rendimentos de Aplicação Financeira, Despesas e Saldos; **59.** oriente as Prefeituras Municipais (PM) quanto à necessidade de se ter um controle formal de estoque, de maneira a obedecer os ditames do Decreto nº 55.080/2009, art.º9, I - a fim de garantir maior eficiência ao serviço de fornecimento de alimentação escolar, a Secretaria da Educação deverá subsidiar técnica e administrativamente as Prefeituras Municipais, quando necessário, na programação, na execução, no controle e na avaliação das ações relativas à alimentação escolar; **60.** oriente os municípios sobre quem são os usuários da merenda; **61.** envide esforços para uma fiscalização mais atuante nas escolas descentralizadas, de modo a acompanhar a execução do objeto do convênio e assegurar a qualidade da alimentação servida nas escolas de sua responsabilidade, de forma a supervisionar e fiscalizar normas e padrões definidos para execução dos programas de alimentação escolar; **62.** implemente os requisitos higiênico-sanitários gerais para serviços de alimentação de modo a atender à Resolução – RDC nº 216, à Portaria CVS-5 e o Manual de boas práticas da SEE; **63.** dê maior transparência orçamentária à aplicação dos recursos da alimentação escolar.
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	**64.** reconheça, no orçamento, os recursos decorrentes do QESE como fonte 1 – Tesouro

	Reforma das Estradas Estaduais
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DER	**65.** Instituir sistema de registro das diligências *in loco* realizadas pelos engenheiros da autarquia ao canteiro das obras em que atuam como fiscais, de modo a atestar a frequência com que acompanham a execução dos serviços por empreiteiras e supervisoras; **66.** Estabelecer procedimentos padronizados de inspeção periódica das estradas recuperadas, ampliadas e/ou duplicadas – ao longo, pelos menos, dos cinco anos seguintes à conclusão das obras – visando à detecção de deformidades precoces, que ensejem a convocação das empresas responsáveis – projetistas, empreiteiras e supervisoras – para a realização das devidas correções, conforme determina a Orientação Técnica OT-IBR 003/2011 do IBRAOP; **67.** Acionar as empresas envolvidas - projetistas, empreiteiras e supervisoras – para a reparação dos vícios construtivos detectados ao longo dos cinco anos seguintes à conclusão das obras – de acordo com o que estabelece o artigo 618 do Código Civil Brasileiro; **68.** Aplicar as multas previstas nos termos contratuais sempre que os serviços prestados não se adequarem fidedignamente às prescrições instituídas nos projetos de engenharia e/ou nos normativos técnicos estabelecidos pelas instituições competentes. **69.** Abster-se de iniciar obras rodoviárias até que a contratação dos respectivos serviços de supervisão esteja devidamente finalizada; **70.** Elaborar planos de obras que privilegiem a recuperação de rodovias cujos projetos de engenharia tenham sido finalizados há mais tempo - admitindo-se a inobservância desta regra apenas em casos excepcionais, devidamente justificados nos respectivos processos; **71.** Instituir formalmente a participação de técnicos lotados nas Divisões Regionais do DER-SP na elaboração dos termos de referência para a aquisição de projetos de recuperação de estradas localizadas em sua área de atuação; **72.** Designar, para a fiscalização dos contratos de elaboração de projetos de engenharia rodoviária, técnicos lotados nas Divisões Regionais às quais se vinculam as rodovias que se pretende recuperar, ampliar ou duplicar, de modo a viabilizar o acompanhamento dos levantamentos de campo realizados pelas projetistas contratadas;

	73. Formalizar procedimento de recebimentos dos projetos elaborados por projetistas contratadas, que estabeleça a obrigatoriedade da análise do objeto fornecido por, no mínimo, dois técnicos da autarquia – ao menos nos casos das obras de maior envergadura técnica e financeira; **74.** Adequar o quadro funcional da instituição – por meio do devido processo seletivo – à luz das demandas regulares vinculadas à realização de obras rodoviárias e à fiscalização do excesso de peso nas rodovias estaduais; **75.** Criar o cargo de Agente da Autoridade de Trânsito, cuja atribuição precípua deverá ser a fiscalização de peso dos veículos comerciais que trafegam pelas rodovias estaduais; **76.** Instalar, nas praças de pesagem equipadas com balanças móveis, área para transbordo da carga excedente, conforme estabelece o artigo 231, inciso X, do CTB, de modo a impedir que os veículos autuados prossigam viagem sem que tenham reduzido seu peso total e/ou por eixo aos limites fixados para cada estrada em particular.

	Crise Hídrica
SECRETARIA DE SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS	**77.** Elabore suas peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA) integradas umas com as outras, com a LOA sendo orientada de acordo com o estipulado na LDO que, por sua vez, deve obedecer ao PPA; **78.** Adote medidas efetivas ao enfrentamento da atual crise hídrica, inclusive atendendo às recomendações feitas há anos pelos órgãos técnicos integrantes do SIGRH; e **79.** Elabore um plano de contingência específico para eventuais riscos de escassez hídrica.

É o relatório que apresentamos a Vossa Senhoria.

DCG, 08 de maio de 2015.

Execução Orçamentária e Financeira

Sérgio Teruo Nakahara
Agente da Fisc. Financeira Chefe Substituto
DCG-1

Kátia Kiyomi Ivasita Sugiura
Agente da Fisc. Financeira
DCG-1

Clayton Satoshi Okuno
Agente da Fisc. Financeira
DCG-1

Fiscalizações Operacionais

Helena Keiko Hirata
Agente da Fisc. Financeira Chefe Substituta
DCG-2

Maria Fernanda Constantino
Agente da Fisc. Financeira
DCG-2

Diego Pereira Alves
Agente da Fisc. Financeira
DCG-2

Juliana Samezima
Auxiliar da Fiscalização Financeira II
GDCG

Stanislaw Augustus dos S.Zago
Agente da Fisc. Financeira Chefe Substituto
DCG-3

Daniel Luiz Pereira Ribeiro
Agente da Fisc. Financeira
DCG-3

Viviane Hiebra Gonçalves
Agente da Fisc. Financeira
DCG-3

Lilian Cristina Menino Robles
Agente da Fisc. Financeira Chefe Respondendo
DCG-4

Leonardo de Moraes Barros
Agente da Fisc. Financeira
DCG-4

Marta Minei
Agente da Fisc. Financeira
DCG-4

Mario Henrique Farbelow
Assistente Técnico de Gabinete II
DCG-4